FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	Reforma Agrária
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	519
Quantidade e tipo de documentação	Jornal, Relatório, Apostila, Carta, Projeto, Boletim
Dia/ Mês/Ano	1980 a 1999
Formato	A2, A4 e A5
Resumo	A documentação é oriunda da instituição Cúria Diocesana de Nova Iguaçu que reuni na pasta documentos, apresentados por meio de jornais e relatórios, referentes ao movimento sindical e a Reforma Agrária. Bem como a questão dos assentamentos e desapropriações. A documentação encontra-se em bom estado de conservação.
Palavras-Chave	Assentamentos; Movimento sem-terra; Movimento sindical; Sindicato rural; Reforma agrária; Ocupações; Desapropriações
Notas explicativas	*



Leblon e Ipanema (1942), antes da verticalização



Copacabana (1935), no trecho entre o Lido e o Copacabana Palace Hotel (à direita)

História urbana do Rio em foto

Exposição inaugurada ontem mostra a trajetória da cidade, desde a fundação até os anos 60

A trajetória urbana da cidade, desde a fundação até os anos 60, está sendo mostrada em exposição fotográfica, que o secretário municipal de Cultura, Gerardo Mello Mourão, inaugurou ontem à noite, no Espaço Cultural Sérgio Porto, no Humaitá. A exposição, intitulada "Rio de Janeiro: uma cidade no tempo", foi organizada pelo Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) da secretaria, com apoio da Fundação Rioarte, e se constitui de mapas e cerca de 120 fotografias, que incluem reproduções de aquarelas e gravuras da época do Império.

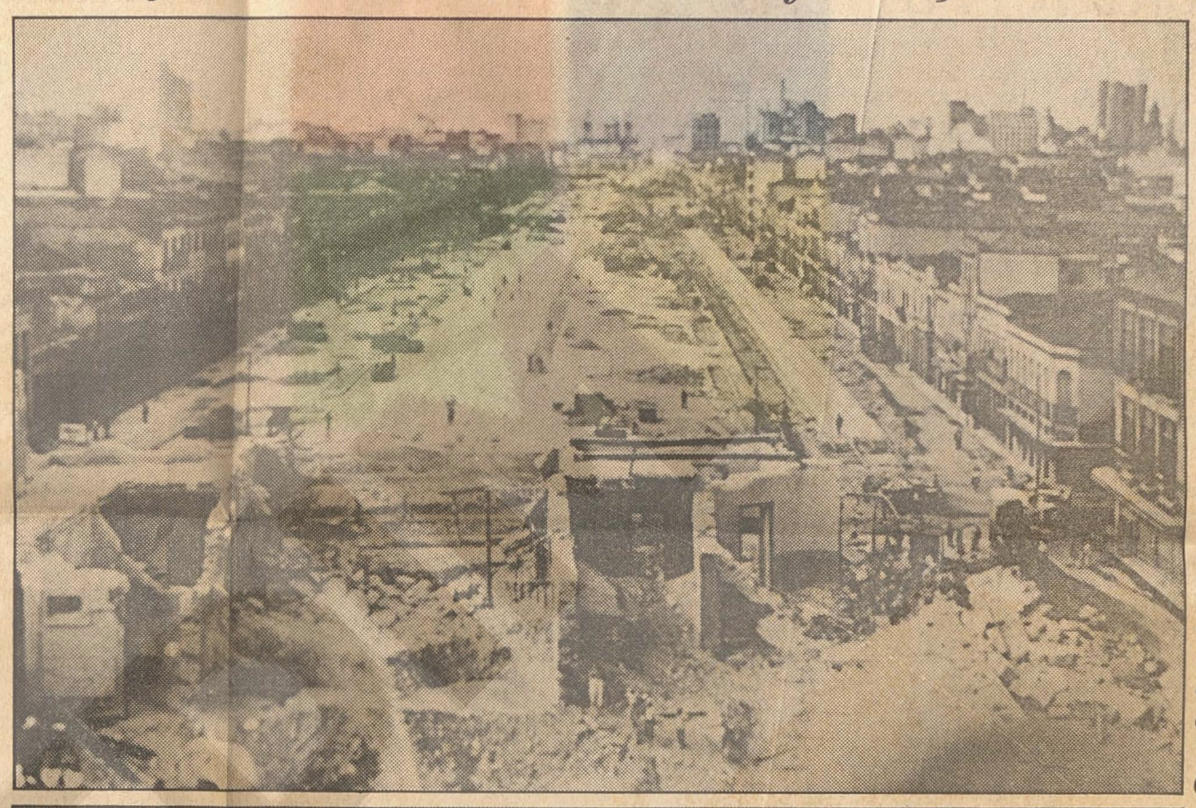
Segundo a diretora do DGPC, Evelyn Furquim Werneck Lima, não se trata de uma mera sucessão de imagens históricas, mas um estudo cujo objetivo é reconstituir os fatores que "permitiram as grandes transformações urbanas da cidade". Por isso, a mostra foi dividida em cinco módulos, abordando os principais períodos da história urbana do Rio. A exposição, que ficará aberta até dia 21, é a primeira do projeto Retratos do Rio, que vai se desdobrar, mostrando a evolução histórica de cada bairro ou região da cidade.

O primeiro módulo, sobre o Rio colonial, abrange os séculos 16 a 18, período em que, ao lado de sistemas de defesa, a cidade começou a desenvolver atividades administrativas e comerciais. Foi a época também dos engenhos de açúcar, que expandiram a área habitada para a Tijuca, o Andaraí, Laranjeiras e a Gávea. O Aqueduto da Carioca (hoje Arcos da Lapa), o Paço da Praça 15 e o lançamento da pedra fundamental da Catedral do Rio de Janeiro também datam desse período.

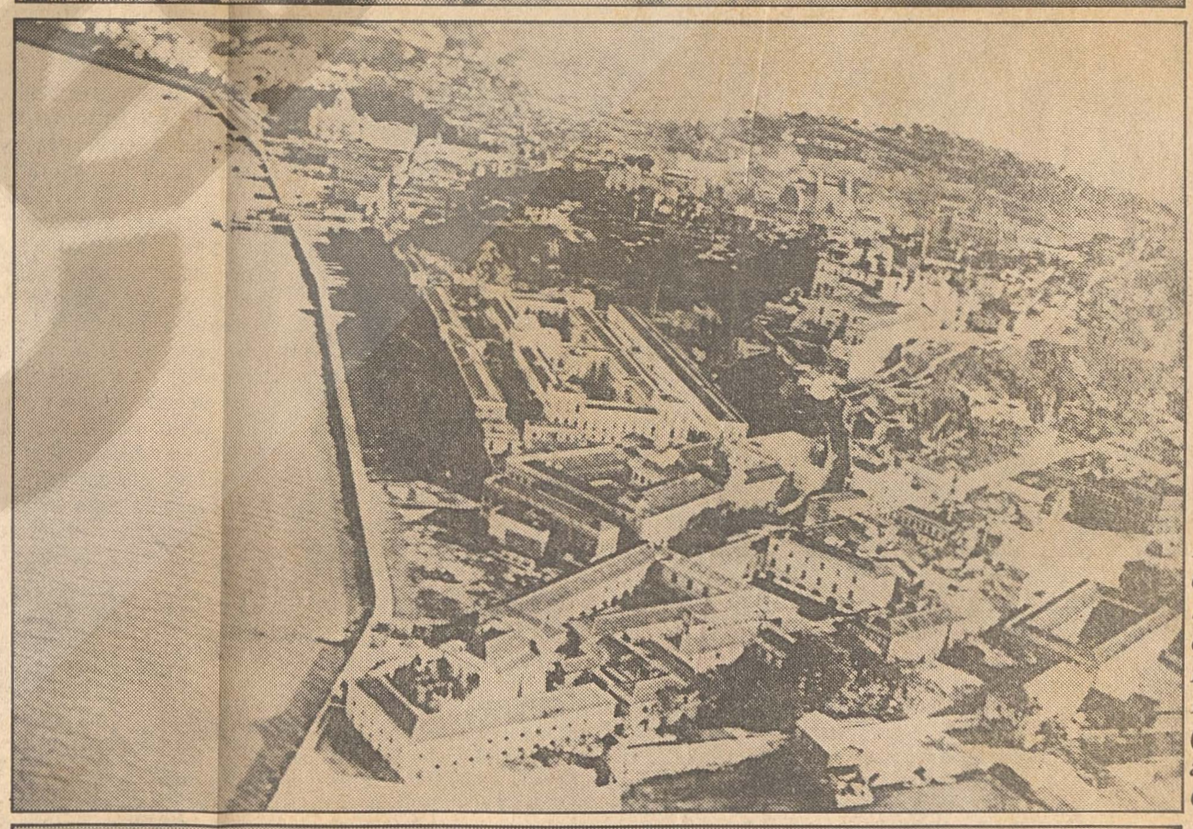
O segundo bloco trata da vinda da Família Real para o Brasil, no início do Século 19, o que fez surgir novas construções, com destaque para os imóveis públicos. A Biblioteca Nacional, o Real Teatro São João (hoje Teatro João Caetano), o Horto Real (Jardim Botânico) e a Academia da Marinha são alguns desses exemplos. Terrenos próximos ao mangue foram cedidos a particulares, com a condição de que as edificações obedeceriam a plantas com demarcação das ruas e praças. Assim foi orientada a ocupação do Campo de Santana e dos bairros da Cidade Nova e de São Cristóvão.

A formação de um espaço capitalista é o tema do terceiro bloco da exposição, que compreende a segunda metade do Século 19, caracterizada pela revolução nos meios de transporte, que levaram a uma transformação radical no espaço urbano. Ainda nesse século, a transformação do Rio em Capital Federal, enfocada no quarto módulo, fez surgir planos ambiciosos de reforma urbana, como o de Pereira Passos, o Plano Agache e o desmonte do Morro do Castelo. É uma fase de industrialização e expansão da cidade para as zonas Sul e Norte. Surgem a Avenida Central (Rio Branco) e o Teatro Municipal.

O último período enfocado vai de 1930 a 1960, com a verticalização do espaço no Centro e na Zona Sul e a expansão para os subúrbios. Foi o marco também das últimas grandes obras concluídas na cidade. Avenidas como a Presidente Vargas e a Perimetral, viadutos e elevados cortaram a cidade nesses anos, em que foi erguido o Estádio Mário Filho (Maracanã). A exposição se encerra no momento em que o Rio deixou de ser a Capital Federal, transferida para Brasília.



O Centro ficou um canteiro de obras para a construção da Presidente Vargas (1944)



Na década de 20, à beira-mar, o Museu Histórico Nacional (1º plano) e a Santa Casa



A demolição da igreja de São Pedro (1944) abriu passagem para a Presidente Vargas

Uma longa história de pedra e cal

*Adir ben Kauss**

Nos últimos 40 anos a cidade do Rio de Janeiro vem sendo coberta por uma camada de concreto e asfalto oriunda de um desenvolvimento desordenado e predatório. Apesar desses modelos de ocupação urbana, segregadores e agressivos em relação à possibilidade de uma releitura do seu processo de evolução urbana, nossa cidade, também chamada Uruçu-mirim pelos seus primeiros habitantes — os tupis que viviam nas cercanias do bairro hoje chamado Catete —, vem resistindo heroicamente aos flagelos que não só atentam contra a integridade de sua espacialização mas, principalmente, contra a qualidade de vida que sua natureza sempre propiciou generosamente a seus habitantes.

Ainda bem que agora seu povo ganha uma maior consciência para a importância de preservar seus bens históricos e afetivos. Cada vez mais e em maior número, o cidadão comum vem redescobrindo o prazer de caminhar pelos becos e ruelas e observar os sobrados ibéricos do Centro da cidade. E, ainda, absorver a influência da cultura francesa nas grandes construções do início do século, ao longo da Avenida Rio Branco. Enfim, procurando até conviver com a confusão eclético-anárquica das construções e modelos de urbanização desta última metade de século. Lamentavelmente, à exceção de um ou outro imóvel, o contato do cidadão com os primeiros momentos da cidade está restrito à memória iconográfica ou literária.

Esta cidade metrópole, sede do Brasil Colônia, Reino, Império e República, através de sua ocupação espacial e evolução urbana, de seus marcos culturais, é a história viva, feita de cal e pedra, do sofrimento e alegria, das misérias e grandezas desta nação. Exposições como esta, organizada pela Secretaria de Cultura e Esporte e pela Rioarte, são exemplos didáticos importantes para que o povo do Rio de Janeiro identifique suas referências históricas, de modo a que sua identidade seja mantida e com isso a sua dignidade, liberdade e cidadania sejam asseguradas.

** Adir ben Kauss é presidente do Instituto de Arquitetos do Rio de Janeiro*

Delegado pede prisão para filha de banqueiro do bicho

Reprodução



Maria da Glória Santos

O delegado Luís Menezes da 19ª DP (Tijuca) vai pedir hoje a prisão preventiva de Kátia Sueli Correia de Melo e de seu companheiro, o ex-soldado da PM Gilson da Silva Patrocínio, como autores da morte de Maria da Glória Silva Santos, de 26 anos, ex-empregada do casal. O pedido de prisão preventiva é sustentado, segundo o delegado, pelos depoimentos de Nilma de Jesus Matos e de M.A.S.S., de 15 anos, que também trabalhavam como domésticas na residência da família e procuraram a polícia para denunciar que viram Gilson da Silva sair carregando Maria da Glória no ombro, depois que ela teve uma discussão com a ex-patroa. O corpo de Maria da Glória foi encontrado no mesmo dia, com marcas de estrangulamento, na Praia de Guaratiba.

De acordo com os exames feitos por peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli no apartamento do casal, na Rua Maria Amália 554 apartamento 101, Tijuca, Maria da Glória foi assassinada no banheiro, onde havia sinais de luta. Nilma de Jesus e a menor foram trancadas num quarto dos fundos e, segundo disseram, pela janela viram Gilson sair carregando Maria da Glória, aparentemente desfalecida, em direção à garagem do prédio. O motivo do crime seria a desconfiança de que a ex-empregada teria furtado jóias de Kátia Sueli, que é filha do *banqueiro* do jogo de bicho Raul Correia de Melo, o *Raul Capitão*. O casal está desaparecido.

Maria da Glória foi enterrada ontem no Cemitério São Francisco Xavier, no Cajú, e seu irmão, o professor de matemática Nivaldo da Costa, disse que a família não aceita a acusação de roubo. Explicou que Maria da Glória trabalhou cerca de 20 dias na casa de Kátia Sueli e pediu demissão por excesso de trabalho, principalmente porque o casal dava festas com frequência e ela era obrigada a trabalhar até tarde. Nivaldo disse que Maria da Glória telefonou para Kátia, ao saber que estava sendo acusada de roubo. Kátia pediu que ela a procurasse e marcou encontro no apartamento, às 12h de segunda-feira.

Nivaldo Costa afirmou ter certeza de estar lidando com inimigos muito fortes. "*Raul Capitão* é um bicheiro poderoso e tem muito dinheiro para *segurar a barra* e livrar a filha desse processo". Segundo ainda Nivaldo "Gilson é ligado a grupos de extermínio da Baixada Fluminense e foi expulso da Polícia Militar pelo seu envolvimento com o crime organizado. Vou denunciar tudo que sei, embora consciente de que estou correndo risco de vida". Cerca de 100 pessoas compareceram ao enterro, em sua maioria moradores do Morro da Mangueira onde Maria da Glória morava com os pais e uma filha de dois anos.

Maria da Glória foi trabalhar na casa de Kátia Sueli apresentada por um empregado antigo, Jorge Luís Borges de Souza, também morador no Morro da Mangueira e que está desaparecido. O delegado Luís Menezes vai investigar a denúncia de que Jorge Luís fornecia cocaína para as festas do casal. A polícia não descarta a hipótese de Maria da Glória ter presenciado o consumo de drogas e, ao ser acusada de ladra, ter ameaçado denunciar à polícia. Segundo o delegado, ela pode ter sido morta como *queima de arquivo*.

Apartamento em Vila Isabel é assaltado

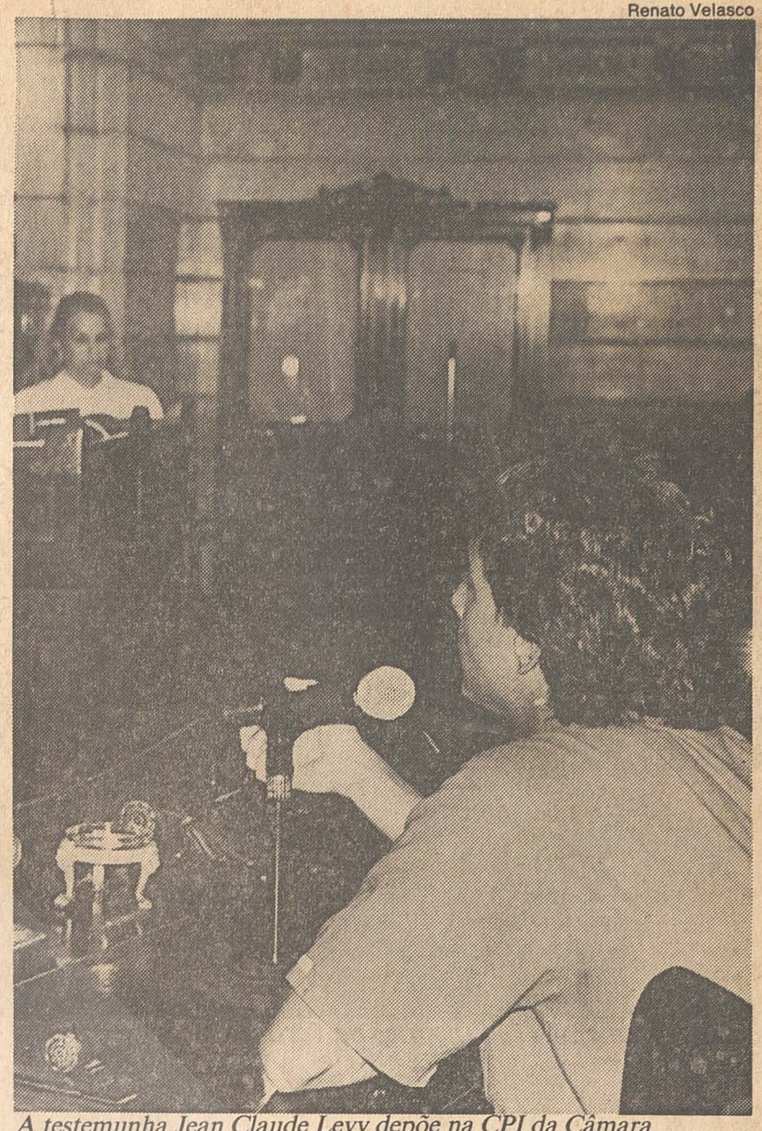
Dois homens, armados de revólveres, invadiram ontem à tarde o Edifício Colúmbia (Rua Torres Homem, 1.113), em Vila Isabel (Zona Norte), trancaram quatro garotas num quarto do apartamento 403 e roubaram um videocassete, um radiogravador e relógios. Eles entraram no prédio quando uma moradora abriu o portão eletrônico para uma visita e fugiram com as chaves do apartamento e do prédio, deixando as moças trancadas.

O assalto começou às 14h45, quando Renata de Oliveira, de 15 anos, descia no elevador com as amigas Lucinda Cordovil Lourenço, de 14, e Lia Dutvke de Almeida, de 11, para ir ao curso de inglês. Ao chegarem ao *hall*, elas encontraram Guaracira Pereira, de 16 anos, que subia para o apartamento do colega Eduardo (o 307), cuja mãe havia aberto a porta do prédio, ao ser solicitada pelo interfone.

Os assaltantes trancaram as garotas no quarto da mãe de Renata. Mas antes tiraram o videocassete e, segundo Renata, perguntaram: "Onde estão os dólares, nós queremos dólares.". As garotas só foram liberadas depois das 16h, quando solicitaram pela janela a ajuda de uma vizinha.

Os pais de Renata, Antônio Silvestre de Oliveira e Dalva de Oliveira, estavam no trabalho, à hora do assalto, e foram avisados pela filha. A 20ª DP (Grajaú), logo que as moças foram liberadas, fez vistoria no prédio. Segundo as vítimas, um dos assaltantes vestia camisa listrada amarela e calça jeans; e o outro, bermuda jeans. Eles aparentavam ter 20 anos.

Renato Velasco



A testemunha Jean Claude Levy depõe na CPI da Câmara

Filho de líder sindical morto denuncia terror em Cabo Frio

CABO FRIO, RJ — O tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Francisco Lan — filho do líder sindical Sebastião Lan, assassinado por pistoleiros no dia 5 de junho de 1988 — tem audiência hoje, às 15h, com o delegado Ivo Graça, diretor do Departamento de Polícia do Interior, para denunciar a presença de pessoas estranhas rondando a fazenda Campos Novos, onde vive como posseiro. Ele está preocupado com sua segurança, porque o mesmo aconteceu dias antes da morte de seu pai. O secretário de Polícia Civil, Heraldo Gomes, se recusou a receber Francisco Lan.

Lan, de 20 anos, irá acompanhado de Manuel Barbosa, que também trabalha no sindicato. Ambos têm sido observados por três homens em um carro, em repetidos movimentos de reconhecimento da área. Francisco chegou a ser abordado quando voltava para casa de bicicleta, na quinta-feira à noite, por um homem vestido com uma capa, que lhe perguntou se ia "para a casa do garotão do sindicato". Daí em diante, deixou de andar sozinho e à noite.

O tio de Francisco, José Lan, também foi abordado por três homens que estavam num carro e ouviu um dos ocupantes dizer para o outro: "Não é esse aí não." O mesmo carro foi visto no dia seguinte por uma vizinha e, no sábado, passou por Francisco quando ele voltava de um jogo de futebol com amigos. O sindicalista já relatou os acontecimentos à promotora Glória Maria, do fórum de Cabo Frio.

Para acompanhar o julgamento dos acusados pelo assassinato do pai de Francisco, marcado para o próximo dia 23, foi formada a Comissão Sebastião Lan, constituída por representantes de partidos políticos e sindicatos de Cabo Frio. O Tribunal do Júri esteve reunido no dia 11 de outubro, mas o julgamento não se realizou porque o Desipe não levou a Cabo Frio o acusado José Cordeiro, o *Zé Florzinha*, acusado de ter intermediado o crime, contratando os assassinos, e de ter apontado Lan ao pistoleiro Hélio de Barros Filho. Os outros acusados são o gerente da fazenda Campos Novos, Hermes Vicente, o ex-PM Di Stéfano Ananias de Jesus e Hélio.

Até outubro, *Zé Florzinha* estava preso na Penitenciária Ferreira Neto, em Niterói. Em maio, ele foi julgado pela acusação de tentar matar o lavrador Benício Gomes Cordeiro, em 1978. Mas não recebeu pena porque o juiz Edval Bastos Silva desclassificou o crime para lesão corporal e reconheceu a prescrição, pois já se passara mais de quatro anos entre o dia em que *Zé Florzinha* atirou no lavrador e o recebimento da denúncia.

Alcir Cavalcanti



Volmer Nascimento (com as mãos no rosto) e seu advogado, Felício Pontes, na 59ª DP, em Caxias

PM prende acusado de matar irmãos

O segurança Ivo Alves dos Santos, de 32 anos, foi preso ontem por policiais do 15º BPM (Duque de Caxias), sob a acusação de ser um dos dois homens que assassinaram os irmãos Ulisses Pereira do Nascimento, 25 anos, soldado do Corpo de Bombeiros, e Antônio do Nascimento, 23, motorista, na madrugada de sábado, em frente à Pizzaria Ranguitos, na Rua Professor José de Souza Herdy, no Centro de Caxias. A prisão provisória do segurança, reconhecido por duas testemunhas, foi pedida à Justiça pelo delegado da 59ª DP, Ronald Mendes Coelho.

Ivo Santos, ex-guarda noturno, foi preso no início da manhã em sua casa, na Rua Nossa Senhora das Graças, no bairro São Bento. Os policiais não descobriram nenhuma arma, mas levaram para a delegacia o automóvel do acusado, o Fusca placa XA 7719 em que Ivo teria fugido com o outro assassino. O bombeiro e o motorista foram mortos com tiros na cabeça, quando discutiram com os assassinos ao tentar estacionar o Dodge de Antônio em frente à pizzaria. Um irmão das vítimas, Sebastião, 23 anos, soldado da Marinha, fugiu para não ser baleado também.

O segurança Ivo Santos foi reconhecido por Sebastião e por outra testemunha, que, no entanto, não viram o automóvel em que os assassinos fugiram. O delegado Ronald Mendes Coelho pretende convocar, para reconhecimento, testemunhas que, em depoimentos na 59ª DP, disseram ter condições de identificar o automóvel da fuga. Ivo Santos negou ter participado do crime e também trabalhar na Pizzaria Ranguitos, apresentando-se como segurança de um posto de gasolina da Rodovia Washington Luís (Rio-Petrópolis). Ele afirma que na madrugada do crime estava no posto, onde trabalharia das 18h às 6h, diariamente, recebendo Cr$ 20 mil semanais.

CPI quer disciplinar trabalho de segurança

O principal objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada ontem, na Câmara Municipal, é propor uma legislação, no âmbito estadual e municipal, que regulamente a contratação de seguranças nas casas comerciais. A CPI foi requerida por Alfredo Sirkis, do PT, diante dos recentes assassinatos de dois rapazes, por supostos seguranças da Pizzaria Sagres e do Restaurante Alcazar. O vereador pretende encaminhar a proposta de legislação à Prefeitura e ao governo do Estado.

"É preciso acabar com a figura anônima do segurança, que trabalha sem carteira ou vínculo empregatício com os estabelecimentos", disse o vereador. Com o objetivo de fazer um levantamento da atual situação, para elaborar a proposta de legislação, a comissão ouvirá depoimentos de testemunhas dos dois crimes, de entidades ligadas ao turismo e de representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Presidida por Sirkis e integrada pelos vereadores Túlio Simões, do PFL, Laura Carneiro, do PSDB, e Neuza Amaral, do PL, a CPI ouviu ontem depoimentos de duas testemunhas do caso Sagres.

O primeiro a depor foi Jean-Claude Levy, que presenciou o assassinato de Maurício Bezerra Cavalcanti, com um tiro no pescoço, por um homem que se disse segurança do Sagres. Até hoje foragido e não identificado, o suposto segurança acertou também, com um tiro na boca, Marco Antônio Daniel, que acompanhava Maurício. Muito nervoso, Marco Antônio foi a segunda testemunha a depor. Para nova sessão, hoje cedo, estão previstos depoimentos de testemunhas do crime ocorrido no Restaurante Alcazar, onde o rapaz Gilmar da Silva foi morto a cadeiradas.

Segundo Sirkis, os crimes tornaram-se indícios da irregularidade com que são contratados serviços de segurança nos estabelecimentos comerciais. "Há muitos casos até de policiais-militares que trabalham para bares e resturantes, em horas de descanso, sem nenhum tipo de vínculo com esses estabelecimentos", afirmou. Com sessões duas vezes por semana, a comissão tem prazo de 90 dias para encerrar o inquérito.

Advogado diz quanto deve João Gilberto

Oito ou oitenta? A controvérsia que se formou em torno da indenização que a produtora Lúcia Sweet tem direito a receber do cantor João Gilberto, pelo cancelamento de três shows no Teatro Municipal, em julho de 88, foi esclarecida ontem pelo advogado da empresa da produtora, Manuel Cavalcanti. Segundo ele, a sentença que obriga o cantor a indenizar a Humming Bird Produções é dividida em dois tipos de pagamento, o líquido, pelos gastos com o espetáculo cancelado, e o ilíquido, que ainda deve ser apurado e se refere a perdas e danos, levando em conta o que a empresa deixou de ganhar com a não realização da turnê nacional que estava programada.

"Somando-se toda a correção monetária do período, essa quantia deve atingir cerca de Cr$ 80 milhões. Tudo vai depender de quanto tempo levar para Lúcia receber o dinheiro", explicou Cavalcanti. Nessa conta, o advogado já prevê o prolongamento da questão, com o pedido de recurso, feito peleo advogado Roberto Augrant, que defende João Gilberto. No escritório de Augrant, foi informado apenas que ele vai recorrer da sentença do juiz titular da 40ª Vara Cível, Severiano Inácio de Aragão, em todas as instâncias.

Segundo um dos advogados que trabalha com Augrant, e que preferiu não se identificar, só depois do veredito final da Justiça, o prejuízo da produtora será realmente calculado, num processo de execução. A própria Lúcia não sabe qual o valor da indenização a que tem direito. "Não faço a menor idéia de quanto vou receber. Todos os valores foram calculados em cruzados. Agora teremos que fazer as contas", afirmou.

Ameaça a defensor de menor é apurada

O delegado Ronald Mendes Coelho, da 59ª DP (Duque de Caxias), instaurou inquérito para apurar as ameaças de morte recebidas pelo coordenador-regional do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Volmer Nascimento. Na segunda-feira, um desconhecido encostou um revólver em suas costas quando saía da Casa do Menor, na Favela do Lixão, no Centro do município. O delegado adiantou, porém, que considera "dificílimo" apontar os autores das ameaças, feitas também à família de Nascimento.

Volmer entregou ao delegado cópias de duas cartas anônimas com ameaças, recebidas no dia 1º e na segunda-feira. Ele disse não ter condições de descrever nem reconher o homem que o ameaçou, pois foi advertido de que morreria se olhasse para trás. "Só sei que era mais alto do que eu", contou. Volmer foi à delegacia acompanhado do advogado Felício Pontes, e de duas ex-coordenadoras do Movimento dos Menores Tiana Sento Sé e Maria Thereza Freire Moura, esta atual presidente do Conselho de Entidades de Bem Estar Social do Estado.

Um dia depois de ter denunciado as ameaças ao secretário estadual de Polícia Civil, Heraldo Gomes, Volmer Nascimento conversou com Ronald Coelho sobre prováveis autores das ameaças, acusados de ligações com grupos de extermínios que já assassinaram centenas de menores na Baixada. O coordenador-regional do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua pediu, também, garantias de vida para seus dois filhos, de 2 e 3 anos. Mas convencido de que seria muito difícil a polícia montar um efetivo esquema de segurança, decidiu suspender o pedido.

Volmer Nascimento, que está morando fora de Caxias e retirou do município sua ex-mulher e os filhos, relatou ao delegado denúncias contra policiais militares e civis e até contra juízes. Ronald Mendes Coelho pediu subsídios para iniciar as investigações. Um dos casos em que o Movimento dos Meninos de Rua tem atuado é a tentativa de reabertura de processo contra o PM Nélson Santos Paulo, irmão do juiz Mário Santos Paulo, que teria sido beneficiado pelo ex-titular da 4ª Vara Criminal de Caxias, Rubens Medeiros. O caso está sendo apurado pela Procuradoria de Justiça do Estado.

Depois de conversar mais de duas horas com o delegado da 59ª DP, Volmer disse que espera o empenho do policial "pela verdade, com todos os obstáculos que irá encontrar". O advogado Felício Pontes saiu satisfeito da delegacia. "É positivo Ronald Coelho ter considerado as ameaças um fato concreto, coisa que o secretário de Polícia Civil não achou."

Prefeitura estuda medida contra táxis

A Secretaria Municipal de Fazenda está estudando as medidas jurídicas e administrativas que podem ser tomadas contra o Sindicato dos Condutores Autônomos, pela instalação de um posto de abastecimento de táxis em terreno da Prefeitura, no Centro da cidade. A Fundação Rio Esportes pretende construir no local, esquina das ruas de Santana e Frederico Silva, uma fábrica-escola de equipamentos esportivos, para dar emprego a menores carentes.

A Secretaria de Obras e o Departamento de Patrimônio da Secretaria de Fazenda do município anunciaram, na semana passada, uma operação conjunta para retirar as cinco bombas de gasolina e álcool instaladas no terreno pelo sindicato dos motoristas de táxi, mas a medida ainda não foi executada. O sindicato ocupa a área há mais de 15 anos e alega que ela pertencia ao estado e foi cedida para uso dos motoristas pelo ex-governador Chagas Freitas.

Até setembro, o terreno era ocupado apenas por um estacionamento. A Prefeitura acertou com o BNDES o prosseguimento da construção da fábrica-escola, que começou no início do ano e parou devido ao congelamento em cruzados novos da verba aprovada para financiamento. A Prefeitura será reembolsada pelo BNDES quando o financiamento for descongelado.

Juiz liberta a jornalista Maria Eugênia

A pedido do procurador da República Cosmo Ferreira, o juiz Augusto Guilherme Dienfthalen, da 13ª Vara Federal, mandou libertar a jornalista Maria Eugênia Barbosa de Oliveira, do **JORNAL DO BRASIL**, em cuja casa, em Ipanema, a Polícia Federal apreendeu pequenas quantidades de heroína, LSD e maconha, pertencentes a seu namorado, Luís Beneduzi, o *Bené*, que está foragido. O representante do Ministério Público achou que, nos autos de prisão em flagrante, não havia elementos que qualificavam a jornalista como traficante.

As peças que acusavam Maria Eugênia foram devolvidas, ontem, à Polícia Federal, para que a Delegacia de Repressão a Entorpecentes atenda às exigências do procurador Cosmo Ferreira, que pede novas investigações. Neuzinha Brizola, Luís Beneduzi e José Fragata, indiciados pela Polícia Federal no tráfico de drogas na rota Rio-Amsterdã, poderão ser denunciados no inquérito pelo procurador e ter a prisão preventiva requerida ao juiz da 13ª Vara Federal, segundo informações de fontes da Polícia Federal.

Maria Eugênia deixou o prédio da polícia, na Praça Mauá, por volta das 18h. Segundo ela, a droga pertencia a Beneduzi, viciado em heroína e que vinha prometendo largar o vício há algum tempo. Depois de declarar que foi vítima do namorado, Maria Eugênia disse que não quer saber de mais nenhum relacionamento com ele.

Bicho deu 80 milhões a seqüestrado

Vítima de um dos seqüestros que aconteceram no Rio de Janeiro, o empresário Moisés Argaldi, dono das Confecções Vogler, na Penha, e herdeiro da fábrica Du Loren, foi o homem que ganhou Cr$ 80 milhões no jogo de bicho, sábado passado, ao apostar quantias elevadas em dezenas de pontos pertencentes aos *banqueiros Zinho*, *Careca*, *Poty* e *Raul Capitão*. Ele acertou o primeiro, o segundo e o quarto prêmios da extração Para-Todos. Ele apostou no milhar 8.156 (gato) e cercou a centena pelos sete lados, jogando ainda o duque de dezena.

Os quatro *banqueiros* negaram ontem conhecer o felizardo, mas pessoas ligadas à contravenção informaram que Moisés Argaldi foi a pessoa que recebeu o maior premio já pago pelo jogo do bicho no Brasil. As mesmas pessoas informaram que o empresário é um jogador inveterado e na sexta-feira, um dia antes de ganhar a quantia milionária, havia feito um outro jogo em várias bancas, acertou e recebeu Cr$ 2,7 milhões. No sábado, jogou quase todo o dinheiro no milhar 8.156.

Moisés foi seqüestrado na noite de 2 de julho, na garagem de sua empresa, na Penha. O soldado PM que fazia sua segurança não percebeu nada. O empresário foi libertado depois do pagamento do resgate de US$ 500 mil dólares.

Assalto — Um homem entrou sozinho, ontem, na tesouraria do Unibanco, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 728, em Copacabana, algemou o gerente Ricardo Barbosa Ferreira e roubou Cr$ 4 milhões. Os dois vigilantes estavam almoçando e ninguém mais estava na sala, além do gerente. O assaltante saiu calmamente, caminhando pela avenida.

Extorsão — O inspetor de Polícia Civil Fulgêncio Assunção registrou queixa na Corregedoria de Polícia do Rio contra dois policiais da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis, que teriam exigido Cr$ 1,5 milhão para liberar um caminhão, apreendido de Hamilton Silva. Segundo os policiais, o inspetor soube do fato através da família do caminhoneiro. O caminhão, carregado de óleo combustível, enguiçou na Rodovia Niterói-Manilha e os policiais chegaram quando o caminhoneiro passava a carga para outro veículo. Fulgêncio tentou ajudar o caminhoneiro e, mesmo tendo se identificado, não conseguiu convencer os policiais, tendo também o seu carro apreendido. O corregedor de polícia Frederico Henning, que não quis falar ontem com o **JORNAL DO BRASIL** e manteve em sigilo os nomes dos policiais, instaurou sindicância para apurar o caso.

Barca — Um problema técnico deixou a barca Visconde de Moraes, da Conerj, à deriva, ontem, na Baía de Guanabara. A embarcação saiu de Niterói por volta das 9h30 e, ao passar pela Ilha Fiscal, já perto da Praça 15, apresentou defeito por causa de um estouro no tubo condutor de óleo. Ela foi rebocada até o cais do Rio de Janeiro pela barca Vital Brazil.

Rural perde aluno e um pouco da sua razão de existir

Itaguaí — Vidal da Trindade



Itaguaí — Olavo Rufino



Alojamentos vazios revelam desinteresse por cursos oferecidos pela universidade criada por Getúlio Vargas para pesquisar agropecuária

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro está ficando vazia. Depois de apresentar um dos índices mais altos de vagas ociosas no vestibular passado — apenas 283 das 1.110 vagas foram preenchidas — já pode antecipar resultado parecido no concurso de 1991. Dos dezesseis cursos que a universidade oferece, metade está com menos de um candidato concorrendo a cada vaga e outros três têm pouco mais de um candidato por vaga. Há, ainda, os que entram mas desistem do curso. Esses índices de evasão ainda não foram medidos pela Decania de Graduação, mas nos alojamentos, segundo os alunos, já não é mais necessário disputar uma vaga como há alguns anos. Sobra espaço.

A lista de cursos pouco concorridos inclui os ligados à área agrária, como Ciências Agrícolas (caiu de 380 candidatos, em 1988, para 21 no próximo vestibular), Engenharia Florestal e Zootecnia. Outros, como Agronomia, embora apresentem relação candidato/vaga positiva (dois para um), sofreram queda brusca no número de alunos. Em 1985, 1.229 se inscreveram para Agronomia. No próximo vestibular, apenas 322 concorrerão. As únicas carreiras que tiveram boa procura foram Medicina Veterinária (mais 171 alunos) e Engenharia de Alimentos, que será oferecido pela primeira vez no ano que vem e tem quase quatro alunos por vaga.

Qualidade — São números pouco animadores para essa universidade, criada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, justamente para que estudasse, pesquisasse e divulgasse a agropecuária no país. O critério de aprovação no vestibular da Rural — que fará o concurso associado com a UFF, Uerj, Cefet e Ence — contribuirá para o aumento das vagas ociosas. Mais rigorosa que as demais, não usará meramente a classificação e vai exigir 20% de acertos em cada prova e 30% na média. "Não abrimos mão da qualidade", diz o decano de Graduação, Sebastião Menezes.

Uma das causas diagnosticadas para a baixa procura é a anulação de um convênio que a Rural tinha com o MEC, até o ano passado, pelo qual recebia verbas para estender seu vestibular a várias cidades do país, atraindo mais alunos. Este ano, o concurso ficará restrito ao Rio de Janeiro, quando a maior parte dos inscritos, principalmente em Ciências Agrárias (que só existe na Rural), Física, Química, Matemática e Economia Doméstica — agora, com menos de um candidato por vaga —, vinha de fora.

As oscilações no mercado de trabalho, que influenciam no interesse que os cursos despertam, também estão contribuindo para a perda do prestígio de algumas carreiras, segundo o professor Sebastião. O curso de Geologia, que chegou a ter oito candidatos disputando uma vaga há dez anos, hoje figura entre as carreiras que têm mais vagas que candidatos. "Era época dos programas de mapeamento de jazidas minerais. Empresas como a Petrobrás telefonavam para cá em busca de mão-de-obra", conta Sebastião Menezes.

Se o mercado desanima o acesso, outros motivos animam o êxodo. O aluno Alexandre dos Santos Pereira, no 6º período de Engenharia Florestal, entrou com 19 alunos, dos quais só oito estão ainda no curso. "Muita gente chega sem saber o que é o curso, perde o interesse ou não se adapta à universidade", diz. Ele conta que, agora, sobram vagas nos alojamentos. "Alguns antese destinados a quatro pessoas têm só um estudante".

Alexandre pretende continuar no curso, embora critique muito as condições oferecidas aos alunos que moram no campus, como a qualidade dos alojamentos e da comida. Sua colega Elisabeth Anne Evas reforça as críticas, mas sairá no ano que vem por outro motivo: precisa trabalhar.

Providências — Embora a maioria das causas para os baixos índices de procura em quase todos os cursos da universidade já esteja detectada, é preciso resolver o problema das vagas ociosas conseqüentes. Para quem pensa em desistir por causa do horário integral, já está previsto o oferecimento de alguns cursos, como os de licenciatura, em turno único — manhã, tarde ou noite. "Se alguém quiser fazer uma licenciatura em Física ou Química, não vai escolher uma faculdade em que tenha que estudar o dia inteiro", analisa o decano de Pós-Graduação, Laerte Grisi.

Além disso, as vagas ociosas continuarão a ser preenchidas através de transferências, como se fez no ano passado, e com os excedentes do Vestibular Associado, que tiverem média mas não conseguirem vagas na universidade que escolheram. Será, certamente, o caso do curso de Administração que, na Uerj, tem 24 candidatos para cada vaga e na Rural menos de dois. "Se não conseguirmos preencher as vagas, vamos começar a fechar algumas e oferecer menos no ano que vem", anuncia Laerte Grisi.

Embora a Rural esteja se esvaziando na graduação, vem percorrendo caminho inverso na pós-graduação. O número de cursos está aumentando e o de alunos também. São 300 pós-graduandos, hoje, e mais 200 vagas serão oferecidas no ano que vem para cursos lato sensu. Segundo o professor Laerte, é uma maneira de aproveitar os docentes que, com a queda do número de alunos na graduação, ficariam ociosos.

Com cursos de mestrado e doutorado classificados com A e B pela Capes, a Rural já realizou pesquisas como a que descobriu uma bactéria que fixa o nitrogênio no solo desenvolvendo as plantações e ecomizando milhões de dólares em fertilizantes. O corpo docente que até 1974 tinha menos da metade de mestres e doutores, hoje tem 80%. A universidade está procurando obter mais bolsas de formação para seus professores e de iniciação científica para os graduandos.

Viçosa abre portões para todo o país

BELO HORIZONTE — Crise no mercado de trabalho, cursos em turno único e outras causas que explicam o esvaziamento da Rural do Rio, não prejudicam a trajetória ascendente descrita por sua congênere mineira, a Universidade Federal de Viçosa. Ela registrou crescimento de 39% no número de inscrições para o vestibular do ano que vem, em comparação ao deste ano. No concurso realizado em janeiro, foram feitas 5.728 inscrições, enquanto o próximo vestibular terá 7.954 candidatos brigando por uma vaga em um de seus 23 cursos.

"Não tenho dúvidas de que Viçosa é a Universidade que mais cresce em termos de inscrições entre todas as federais do país", afirmou o presidente da Comissão Permanente do Vestibular da UFV, Oderli Aguiar. Para trilhar um caminho inverso ao que parece ser uma tendência que atinge as universidades federais como um todo, a UFV vem colocando em prática um projeto minuciosamente elaborado, cuja execução começou no ano passado.

A UFV partiu do princípio de que a universidade brasileira esteve colocada num pedestal nos últimos anos, totalmente distante da população, situação agravada pelos ataques públicos de setores de Governo, segundo Oderli Aguiar. "Começamos então a divulgar mais o muito que temos a oferecer à comunidade, baseados na nossa imensa produção científica", revelou o professor. "Não se trata de uma divulgação comercial", ressalva Oderli Aguiar. Uma medida adotada nesse sentido foi convidar, em setembro último, diretores, coordenadores, professores e orientadores de ensino de grandes escolas do 2º grau de todas as cidades onde foram feitas inscrições para o vestibular para conhecerem de perto as instalações da Universidade.

A descentralização dos postos de inscrição foi a medida prática tomada pela universidade. Os candidatos se inscreveram também em Belo Horizonte, Governador Valadares, Montes Claros, Ipatinga, Barbacena, Brasília, São Paulo, Campinas, Sumaré, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Londrina, Salvador e Uruçuca (sul da Bahia). "Só em Uruçuca, perto de Ilhéus e Itabuna, foram feitas 400 inscrições", conta Oderli. Foram aceitas também inscrições por por correspondência.

À descentralização do concurso se seguirá a descentralização das provas. Além de Viçosa, o candidato poderá fazer o concurso em outras 10 cidades: São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Salvador, Uruçuca, Rio, Brasília, Belo Horizonte, Governador Valadares e Montes Claros. "Numa época de crise, temos de evitar despesas aos candidatos. Por isso, recebemos alunos de quase todo o país", ensina Oderli.

A Universidade Federal de Viçosa, fundada há 64 anos, tem cinco mil alunos (quatro mil na graduação e um mil em 25 cursos de pós-graduação) e 700 professores, dos quais 560 têm cursos de pós-graduação, grande parte no exterior. De todo o corpo docente, 95% são contratados em regime de dedicação exclusiva. A UFV possui laboratórios modernos e está construindo um centro de biotecnologia, que ocupará área construída de oito mil metros quadrados. Desenvolve inúmeras pesquisas de ponta nas mais diversas áreas, especialmente no setor agrícola, como diversas variedades de soja cultivadas, algumas por engenharia genética.

Os cursos mais procurados são exatamente os das ciências agrárias, que vêm perdendo alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O recordista é o de Agronomia, que teve procura de 1.404 candidatos. Como é o que oferece maior número de vagas (210), tem uma relação de 6,6 candidatos para cada vaga, perdendo para outros como o de Medicina Veterinária, onde 30,2 candidatos disputam cada vaga. Outros exemplos de boa procura estão em Engenharia Florestal, com quatro candidatos por vaga; e Zootecnia, com oito. "Em todos os nossos cursos a procura cresceu. Zootecnia, por exemplo, registrou crescimento de 60% em relação ao ano passado; Agronomia cresceu 30% e Engenharia Florestal cresceu 50%, o que prova que há um interesse pelos cursos da área agrícola", diz Oderli Aguiar.

Pais, escola e tevês agravam tensões da adolescência

Inês Knaut

SÃO PAULO — Os adolescentes brasileiros procuram o médico, principalmente, para fazer queixas de ordem psicológica. Cansaço, moleza, apatia e desânimo são superados, na rede pública, apenas pelos problemas sociais e familiares. Contribuem para o agravamento das aflições normais da segunda década da vida humana "a atual desorientação dos pais", o "arcaísmo" das escolas, um sistema de saúde "tão pobre que nem dá conta da infância, quanto mais da adolescência" e até mesmo "o marketing do ativismo sexual veiculado pelas novelas de tevê", segundo a pediatra mineira Marília de Freitas Maakaroun.

Essa grave constatação, que atinge o Brasil como um todo, é confirmada por dados colhidos em diferentes pesquisas englobando quase 13 mil jovens paulistas e é uma das conclusões de *Tratado de Adolescência, um Estudo Multidisciplinar*, obra única no país, lançada em São Paulo, pela Editora Cultura Médica. Com exatas 1.001 páginas, o livro contém trabalhos de 95 autores, quase todos ligados a importantes instituições universitárias.

Suicídios — A Aids e doenças sexualmente transmissíveis não entram nos roteiros televisivos e o adolescente "cai no conto do personagem que transa sem preservativo", acusa Marília, que é a coordenadora do livro. Continuando a análise, a médica aponta os resultados: o fracasso escolar penalizando o jovem que não aprende porque está muito conflituado; a violência expressa em acidentes (maior causa de morte entre jovens); agressões e suicídios. Um estudo realizado em Campinas (SP) mostra que 75% dos suicídios ocorrem entre adolescentes. Já o pediatra-psiquiatra carioca Christian Gauderer diz que o suicídio é a terceira causa de morte de jovens de 15 a 19 anos de idade.

"O jovem pode chegar ao consultório queixando-se de dor de estômago ou gastrite", diz Marília de Freitas Maakaroun, "mas depois de uma conversa cuidadosa é provável que surja outro problema". A médica, também formada em psiquiatria, exemplifica com o caso de uma paciente cujo verdadeiro mal era a tensão por ter iniciado sua vida sexual sem usar métodos anticoncepcionais e sem ter como levar o problema para sua casa. "Se o médico se restringe aos motivos explícitos apresentados pelo adolescente na consulta, ele se arrisca a dar uma receita que o paciente jogará fora", diz Marília.

São Paulo — Fotos de Murilo Menon



Albertina alerta os pais

O *Tratado da Adolescência* oferece números expressivos sobre a violência. A agressividade é a responsável por 14% das consultas de jovens do sexo masculino na rede do Suds de São Paulo. Pesquisa em salas de emergência do Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, mostra que traumas, provocados especialmente por acidentes com veículos, são responsáveis por 47,11% dos atendimentos a adolescentes de 10 a 19 anos de idade. No mesmo hospital foram registrados em 1985 (ano em que foi feita a pesquisa) 182 casos de suicídio, 80% deles envolvendo mulheres de idade média de 17 anos de idade.

Medo de escuro — Se é surpreendente que jovens de classe média alta levem sobretudo queixas psicológicas aos consultórios particulares — constatação do pediatra paulista Jacques Crespim —, mais surpreendente é o achado do chefe do Serviço de Pediatria do Souza Aguiar, Lauro Monteiro Filho. Em seu estudo sobre 40 adolescentes de rua, o médico, que é também membro do Comitê Brasileiro de Adolescência da Sociedade Brasileira de Pediatria, revela ter encontrado 12,5% de jovens com idade média de 14 anos com medo de escuro; 10% com hábito de chupar o dedo ou chupeta e 10% com pensamentos suicidas. No grupo, 60% dos jovens já tinham mantido relações sexuais. Esses mesmo garotos e garotas fumavam maconha (42,5%), cheiravam cola (35%) e já tinham participado de roubo ou assalto (56,3%).

Com 86 capítulos, o *Tratado da Adolescência* dá espaço também às doenças e distúrbios que podem afetar adolescentes, como os problemas de crescimento e desenvolvimento (25% da estatura e 50% do peso definitivo são incorporados nesse período), deficiências alimentares, problemas ginecológicos etc. Segundo adverte um dos autores, o psiquiatra Maurício Knobell, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no entanto, os profissionais que decidem dedicar-se à saúde dos adolescentes não têm dificuldades no aprendizado das patologias. Têm uma dificuldade maior para a aquisição das técnicas de abordagem e compreensão dos vários aspectos da adolescência, em si.

Principais diagnósticos em clínica particular (*)

Queixas psicológicas	33,55%
Problemas sexuais	27,55%
Doenças respiratórias	26,30%
Rel. Peso/estatura	16,10%
Problemas de pele	13,55%
Problemas gastrointestinais	9,90%

(*) Pesquisa do pediatra Jacques Crespim, envolvendo 2 mil casos (mil masculinos e mil femininos) de 10 a 20 anos de idade, de classes média alta e superior de São Paulo, em 12 anos de atividade em consultório particular.

Principais queixas psicológicas e somáticas

	Homens	Mulheres
Cansaço, moleza, apatia, desânimo	37%	62,6%
Distúrbios de sono	57,1%	42,9%
Dores abdominais vagas	23%	76,9%
Dores de cabeça	16,6%	83,3%
Nervosismo	28,2%	71,7%
Má adaptação escolar	57,7%	42,2%
Tabagismo	75,5%	24,4%

A cura nos palcos ou nos bate-papos

Um programa público de saúde paulista está estabelecendo, com grande sucesso, uma estreita relação entre consultórios para jovens de 10 a 20 anos de idade e grupos de teatro, dança e música. Nos grupos artísticos, médicos tentam identificar o *tampinha* que ficou para trás no processo de crescimento; o tímido que ainda carrega o medo de uma doença diagnosticada (curada?) na infância; a garota que "desde ontem", quando transou com o namorado, tem certeza de estar grávida.

Nos consultórios, além de oferecer exames e remédios, esses mesmos médicos recebem jovens que dissimulam, com uma dor de barriga, o sofrimento psíquico por desafetos ou se queixam de vagas indisposições. A receita — numa trajetória agora inversa — remete o paciente para o elenco teatral, a banda, a orquestra. Ou para bate-papos em grupo com outros jovens.

Pioneiro no país, o Programa de Atendimento Integral à Saúde do Adolescente, da Secretaria Estadual de Saúde, está completando quatro anos e mais de 30 mil pacientes atendidos, 2 mil dos quais aderiram, em algum momento, às atividades comunitárias. Batizadas de projeto *Janela*, as atividades comunitárias congregam três grupos de teatro e um de dança — ambos itinerantes —, duas orquestras, dois corais, duas bandas, quatro grupos de artesanato, integração com cinco grêmios esportivos e oficinas de leitura. Quase 300 profissionais, entre médicos, psicólogos, educadores e assistentes sociais, estão envolvidos no programa, que conta com 35 postos de atendimento na rede do Suds em todo estado.

Esse conjunto de números e o tipo de atendimento prestado atraíram a atenção da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), resultando na escolha do trabalho paulista como referência para atendimento ao jovem. Consagrando o reconhecimento, a OPAS está promovendo, desde a semana passada, em São Paulo, o 1º Curso de Capacitação de Multiplicadores Docente-Assistenciais em Saúde Integral do Adolescente, com a participação do Ministério da Saúde e da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). O curso deve diplomar trinta profissionais selecionados em vários estados do país — 27 dos quais já têm algum atendimento médico para adolescentes, segundo a coordenadora nacional do Programa de Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde, Raquel Niskier Sanches.

Queixas — Doença? A pergunta desconserta Flávia, Neusa, Andréa, Juliana e Renata, cinco integrantes do projeto *Janela*. Deixando de lado as gripes e pequenos problemas ginecológicos que as levaram a procurar assistência médica, elas contaram ao **JORNAL DO BRASIL** o que realmente as aflige: o cotidiano de violência e drogas nos bairros periféricos da zona sul de São Paulo, onde moram; o autoritarismo familiar; a falta de afeto, compreensão e espaço para se manifestar.



Os jovens usam expressão corporal em sua terapia

Como atrizes, as cinco adolescentes se esparramam em palcos e diante de numerosa platéia sublimam, no papel do negro Zumbi e escravas, por exemplo, a angústia da dominação, traduzindo-a em reivindicação de liberdade. Não falta a cena da mãe agarrada ao filho, sob o chicote do feitor, numa clara alusão às complicadas gestações adolescentes.

Há muitas grávidas no seu circuito de suas amizades? A pergunta é respondida pelas estudantes com um coro de suspiros e ais. "Tem uma menina perto de casa que está com cinco meses. Nem acredito. Ela deve ter uns doze anos de idade e ainda tem um corpo de menina. Acho que nem namorado ela tem", conta Andréa. As explicações para essa virada que substituiu a geração da acne por uma geração de mães crianças vai além da falta de informação ou da falta de acesso a métodos anticoncepcionais. "Tenho uma colega que não usa nada porque diz que quer tudo muito natural", conta Flávia.

Lutos — "Quando o adolescente diz '*tô* fraco', ele não está necessariamente se referindo a alguma doença", alerta a ginecologista Albertina Duarte Takiuti, coordenadora do Programa de Atendimento Integral à Saúde do Adolescente. Emprestando da psicanálise a interpretação para a fase da adolescência, Albertina analisa que o difícil período é de vários lutos — pela perda do corpo infantil, da identidade infantil, dos pais da infância. Discriminado igualmente como criança e como adulto, tendo muitas vezes que ajudar no sustento da casa, o adolescente usa como "tábua de salvação" as drogas, o apoio de *gangs* e entra precoce e desprotegidamente na vida sexual adulta.

Dado do primeiro semestre de 1990 do programa paulista aponta uma incidência de 20,6% de gestações adolescentes. Uma situação, alerta a monitora de teatro do programa, Claudia Martinho, que acaba gerando a evasão da escola e complicadas relações familiares. "Muitos adultos não têm sensibilidade para tratar a adolescente grávida", sustenta Claudia. (*I.K.*)

William brilha na vitória do Vasco

Quem chegou cedo no estádio Caio Martins, em Niterói, para assistir Vasco e Bangu — na abertura do quadrangular carioca — pôde matar as saudades do talento de Mendonça e e constatar, mais uma vez, a incrível capacidade que William tem de driblar. Não fossem estes dois jogadores e a partida, que terminou com a vitória do Vasco por 2 a 1, seria mais uma daquelas caracterizadas pela monotonia e irritante seqüência de erros das duas equipes.

Os primeiros 15 minutos do jogo foram dominados pelo desinteresse. Enquanto o Vasco estava apático, o Bangu estava reduzido a arrancadas de Arturzinho e passes de Mendonça. Aos 23m, Sorato, mais uma vez, fez a torcida vascaína vibrar. Sem nenhuma dificuldade, Sérgio Araújo levou vantagem sobre o lateral Vágner e cruzou para William deixar Sorato livre diante do goleiro Vágner. Com o oportunismo que o caracteriza, o centroavante não teve dificuldades para marcar o primeiro gol.

Em vantagem no placar, o Vasco recuou. Cedeu espaços para o Bangu e o time de Moça Bonita, embora não criasse oportunidades concretas, equilibrou a partida. Veio o segundo tempo e o Vasco aumentou para 2 a 0, aos 12m, numa ótima jogada de William — o melhor do time. Foi então que o talento de Mendonça começou a aparecer. Lembrou aquele jogador do Botafogo no começo dos anos 80. Principalmente quando cobrou com perfeição uma falta, aos 16m, marcando o único gol do Bangu. Empolgado com o gol, o apoiador passou a organizar as jogadas do time bangüense. Criou algumas oportunidades, mas não tinha com quem jogar e teve como consolo o aplauso dos torcedores.

Vasco: Carlos Germano, Dedé (França), Tosin, Jorge Luís e Cássio; Zé do Carmo, Luciano, Boiadeiro e William; Sérgio Araújo e Sorato. *Bangu*: Vágner, Murilo, Carlito, Marcão e Vágner; Denilson, Arturzinho e Mendonça; Gilson, Serginho (Jackson) e Maciel (Marcelo Henrique). O juiz foi Nilton Souza, que deu cartões amarelos para Marcão e Mendonça.

Fotos de João Cerqueira



Sorato, caído, marcou o primeiro gol do Vasco, após toque de cabeça de William (11)

Fora do campo, possíveis negócios

Está aberta a temporada de vendas, trocas e compras. Enquanto a bola rolava no gramado do Caio Martins, os dirigentes tratavam de negócios. Para reforçar seu meio campo em 91, o Vasco se dispõe a pagar até US$ 200 mil pelo apoiador Luisinho, do Botafogo, e estuda a possibilidade de incluir Boiadeiro — sem chance no clube e interessado em sair — no negócio.

Outro jogador que não tem mais ambiente em São Januário e pode deixar o clube é Roberto. Antes da partida entre Vasco e Bangu, os dirigentes dos dois clubes conversaram e ficou definido que o Bangu fará uma proposta ao atacante. Na segunda-feira, o presidente Rubens Lopes convesará com o jogador. Se ele aceitar, terá condições de participar do quadrangular. O vice-presidente de futebol do Vasco, Eurico Miranda, não se opõe ao negócio, mas faz uma ressalva. "Se o Roberto quiser ir, não vou impedir. Só acho que não é uma boa."

No vestiário, localizado no ginásio do Caio Martins, — a placa com a palavra senhoras na porta indicava que o time, na verdade, ficou no banheiro feminino —, os jogadores do Vasco estavam animados com a presença do público. "Não pensei que fosse vir tanta gente. Isso foi bom, porque deu mais motivação", disse o apoiador Luciano.

A próxima partida do Vasco será na quarta-feira, contra o Fluminense, às 18h30, em São Januário. O técnico Zagalo não poderá contar ainda com Acácio, Bebeto, Luís Carlos Winck e Dedé, substituto de Winck na partida de ontem. É provável que Ayupe jogue na lateral-direito. Na quinta-feira, no Caio Martins, às 18h30, o Bangu enfrentará o Botafogo.

Falcão usa Dunga como modelo para o seu time

Oldemário Touguinhó

A verdadeira seleção de Falcão começa a se armar a partir do primeiro amistoso de 1991, em fevereiro. Com o fim da fase que o técnico chama de laboratório, a seleção deixa de ser um campo de teste para ser formada pelos melhores jogadores, estando eles no Brasil ou no exterior. Primeira exigência de Falcão para essa nova equipe: "O futebol não permite mais nenhuma liberdade ao adversário. Meu time terá garra igual a de Dunga, para marcar, somada ao talento e velocidade nos contra-ataques", explica o técnico.

Quando fala em Dunga, seu grande amigo, Falcão comenta que no Brasil ainda não se dá muito valor aos jogadores táticos. "Não se pode formar uma seleção com jogadores do mesmo estilo, da defesa ao ataque. É preciso encontrar aqueles que exercem um trabalho da maior importância dentro do esquema tático. Na Itália, esses jogadores têm o reconhecimento de todos, inclusive da torcida."

O técnico deixa claro que gosta da maneira de Dunga cercar uma defesa, de combater o adversário. Por considerar o trabalho do meio-campo importante, Falcão pretende armar uma seleção forte neste setor. "Não sei ainda se vou usar quatro ou mais jogadores no meio-campo. O importante é ter alguns com capacidade de marcação. Não adianta usar três, quatro ou mais jogadores para ocupar esse espaço do campo. O importante é ter uma maioria que saiba combater o adversário."

Durante suas observações, foi lembrado o time do Vasco, como exemplo de uma equipe que tem um meio-campo muito mais clássico do que combativo, o que teria prejudicado o time no Campeonato Brasileiro. "Na seleção, vou tentar armar esse setor com a maioria de jogadores pegadores. Quando a bola for nossa, teremos os talentosos para criar os contra-ataques", acrescenta Falcão.

O técnico só pretende organizar o esquema tático após ter o grupo formado. Isso deve acontecer no segundo ou terceiro amistoso, em março. No entanto, Falcão acha que a fase decisiva de seu trabalho será na preparação da Copa América, quando terá no mínimo duas semanas para treinar a equipe. Outra vantagem nesse ocasião, entre os dias 16 de junho a 3 de julho, é que poderá contar com todos *estrangeiros*, na Granja Comary, em Teresópolis, pois até Campeonato Italiano já terá terminado (acaba em 26 de maio). A Copa América será no Chile, entre os dias 6 e 16 de julho. O Brasil vai ficar em Viña de Mar

Mesmo evitando comentar sobre a equipe de 1991, Falcão deixa claro que alguns jogadores da Copa de 1990, que atuam na Europa, têm preferência. Nesses casos estão Taffarel, Romário, Aldair, Dunga, Mazinho e Valdo. Outros que não estiveram no Mundial, como João Paulo e Júlio César, serão chamados. Ivair (está no Atalanta, de Bérgamo) também tem boa cotação com Falcão. Silas e Jorginho não estão agradando.

Careca, Alemão, Müller e Mozer não agradam ao presidente da CBF, desde o fim da Copa. Por isso, Falcão vai deixá-los de fora, para evitar atrito com Ricardo Teixeira. Quem não têm mesmo mais chances são Mauro Galvão e Tita, pela idade. A situação de Branco é confusa. Os relatórios da Copa dizem não ter entendido a posição do jogador no jogo contra a Argentina, quando fez reclamações depois do jogo e acusou o massagista adversário de lhe dar uma bebida que o deixou tonto.

A relação completa para a Copa América será composta pelos aprovados no *laboratório* do técnico. Sérgio, Cafu, Adílson, César Sampaio, Moacir, Donizete, Leonardo, Careca (Palmeiras) e Gil Baiano são os mais cotados. Outro garantido é Neto, não pelo que apresentou, mas pelo que pode vir a apresentar com seu talento. Bebeto também está na mesma situação. A princípio, a seleção poderia fazer o seu primeiro amistoso na Europa, em fevereiro ou março, com Taffarel, Mazinho, Júlio César, Aldair e Leonardo; Dunga, César Sampaio, Moacir e Neto (Donizete); Bebeto (Careca) e Romário. Mas as finais do Campeonato Brasileiro podem fortalecer o futebol de Caio, Assis e outros que ainda não foram convocados, e baixar a cotação de alguns testados.

Botafogo vence Flu com facilidade

O Botafogo não encontrou resistência para derrotar o Fluminense por 2 a 0, na rodada de abertura do quadrangular carioca. A partida, em clima de amistoso de luxo, marcou a estréia no Botafogo do centroavante Bujica, que marcou o primeiro gol de seu time. Antes do jogo, torcedores se envolveram numa briga generalizada que terminou com quatro presos.

O time do Botafogo não precisou de muito esforço para dominar o Fluminense no primeiro tempo. Com um jogo cadenciado e favorecido pela apatia do sistema defensivo tricolor, a equipe de Valdir Espinoza foi acumulando finalizações — até os 40m, rondou com perigo a área de Ricardo Pinto em sete oportunidades. Aos 41m, o estreante Bujica usou a cabeça para marcar o gol botafoguense. O centroavante contou com a cumplicidade da defesa do Fluminense, que o deixou solto, e aproveitou passe de Gustavo, também de cabeça.

O segundo tempo começou com a nítida impressão de que seria uma repetição do primeiro. Aos 9m, Vivinho chutou para fora quando estava sozinho com Ricardo Pinto. Mas, a partir daí, o Botafogo inexplicavelmente se desinteressou pelo jogo e passou a dar condições de o Fluminense reagir. Só que a equipe de Gílson Nunes não foi capaz de ameaçar o goleiro William, apesar de dominar as ações. A partida estava meio desanimada quando, aos 31m, Gustavo, deslocado pela direita, acertou um forte chute de canhota e marcou o segundo gol alvinegro. O lance acabou de vez com o interesse dos que estavam em campo. O Botafogo havia perdido Juninho, seu melhor jogador no dia, mas teve a certeza de que ter assegurado a vitória. E o Fluminense, consciente de sua incapacidade, sequer tentou reverter a situação desfavorável.

João Cerqueira



Edemílson mostrou a fragilidade do ataque tricolor

Botafogo: William, Wanderley, André, Wilson Gotardo e Marquinho; Carlos Alberto, Luisinho e Juninho (Pingo); Vivinho, Bujica (Washington) e Gustavo. **Fluminense:** Ricardo Pinto, Marquinho, Válber, Paulo Roberto e Luciano; Dacroce, Macula e Mário Xavier; Julinho (Renato), Edemílson e Rinaldo. **Renda:** Cr$ 448.500,00. **Público:** 1.785 pagantes. **Juiz:** Walter Senra.

Inter enfrenta Napoli e Maradona é dúvida

Uma dúvida estará nos pensamentos de todos os presentes ao Estádio Giuseppe Meazza, hoje. Maradona, maior craque do futebol italiano, estará ou não em campo para enfrentar a Inter? Domingo passado, "sentindo os problemas dos torcedores", ele atuou contra a Sampdoria, em Nápoles — e o Napoli foi derrotado por 4 a 1. No meio da semana, pela Copa da Itália, ele se negou a enfrentar a Fiorentina (houve empate e seu time se classificou). O jogo, considerado pela crítica o mais importante da rodada, será transmitido pela Rede Bandeirantes às 11h30.

Em Gênova, o clássico local pode firmar ainda mais a Sampdoria na ponta da tabela. Como seus adversários mais diretos pela liderança — Juventus, Inter e Milan — têm compromissos difíceis, uma vitória no *derby* é extremamente importante. Mesmo sem Cerezo, mais uma vez envolvido com problemas em seu joelho, a Sampdoria tem Vialli e Mancini em plena forma. O Genoa, 10º colocado, tem mostrado evolução desde a contratação do lateral-esquerdo Branco, ex-Porto e seleção brasileira que disputou a Copa do Mundo da Itália.

A Juventus, de Turim, jogará sua vice-liderança em Bari, contra o time local, com muitos problemas em seu time. Apesar da goleada do domingo passado, sobre a Roma, no Estádio Delle Alpi (5 a 0), dois de seus principais jogadores foram suspensos: Júlio César (dois jogos, por agressão) e Paolo di Canio (três).

O Torino tem boa chance para provar sua ascensão. Receberá o Milan e, em caso de vitória, tomará a quarta posição do rubro-negro de Milão. Nas quatro partidas que realizou em casa neste campeonato, o Torino perdeu apenas um ponto (para a Lazio, na primeira rodada), enquanto o Milan vem de duas derrotas consecutivas (Sampdoria e Inter), dentro de casa, no Giuseppe Meazza — e não nega estar mais ligado no mundial interclubes, que disputará dia 9, em Tóquio.

Outros jogos: Atalanta x Pisa, Cesena x Lazio, Fiorentina x Lecce, Parma x Cagliari e Roma x Bologna.

As 'dinastias' dentro de campo

Os apelidos sobrevivem no futebol

Os apelidos, no futebol, são muito comuns. Alguns deles, porém, têm origem em nomes de jogadores, que, por terem características marcantes, se tornam uma espécie de substantivo comum, dando origem a uma dinastia, na qual diferentes atletas são conhecidos por um mesmo *nome*.

O exemplo mais gritante é do jogador Biro-Biro. Desde o original, um hábil meio-campo que jogou no Sport Recife na década de 50, são conhecidos mais três, sendo o segundo o próprio filho do primeiro. Foi este Biro-Biro, o que jogou anos no Corintians e hoje é vereador pelo PDS de São Paulo, que realmente fez a *dinastia* conhecida.

Foi por causa dele que Gilberto Ribeiro de Carvalho ganhou o apelido assim que chegou ao juvenil do Santos. "Na época, eu também jogava como volante e tinha um estilo parecido com o dele", recorda o Biro-Biro, do Bragantino, que como o corintiano sempre ostentou uma vasta cabeleira sarará.

A aparência também foi decisiva para que Sandro Borges da Paixão, hoje com 22 anos e jogando no Grêmio, ganhasse o mesmo apelido, quando jogava na várzea de Porto Alegre. "Eu tinha o cabelo muito parecido com o do Biro-Biro, do Corintians, e daí veio o apelido. Quando cheguei ao Grêmio, em 1986, já vim com o apelido, que acabou pegando aqui no clube", disse o Biro-Biro gaúcho.

Às vezes, não é a semelhança física que determina que um apelido passe de um jogador para outro. Este é o caso do polivalente Cafu, do São Paulo. Ao iniciar sua carreira, Marcos Evangelista de Moraes era um veloz ponta-direita do Itaquaquecetuba, da terceira divisão paulista. A sua velocidade fez com que fosse imediatamente comparado com o também rápido Cafuringa, extrema-direita do Fluminense, no início dos anos 70. "Sei que o nome é por causa do Cafuringa, mas acho que não temos nada de parecido", comenta. Cafu já atuou na ponta, no meio e na lateral, mas acha que a comparação com o ex-jogador do clube carioca nada mudou na sua vida. "Para mim esse apelido não influenciou em nada", garante.

Curitiba — David Patrzyki





Tostão (E) diz que o apelido o ajudou a atuar no Cruzeiro do Tostão original

Ajuda — Nem sempre é assim, porém. Roberto Silva Pinheiro, mais conhecido como Zanata, lateral do Flamengo, tem certeza de que o apelido ajudou. Louro, cabelos encaracolados, ele era muito parecido com Zanata, o *Paletó Velho*, apoiador do Flamengo que depois teve uma temporada de sucesso no Vasco. A alcunha foi colocada pelo treinador da escolinha, chamado Orlando. "Eu gosto. Me tornei mais conhecido por causa do apelido famoso", diz Zanata. "Pelo menos não ganhei o apelido depois de velho. Ele me acompanha desde o início da minha carreira, o que de certa forma é bom. Ajuda a marcar."

A mesma opinião tem o meia-esquerda Luis Antônio Fernandes, que, desde os 13 anos — depois de fazer um belo gol, igual ao marcado pelo craque do Cruzeiro, um dia antes, numa partida contra o Santos — ganhou o apelido de Tostão. O apelido foi tão importante que, segundo o próprio jogador, o ajudou a jogar no mesmo clube do atacante de quem herdou o apelido. "O apelido foi decisivo para a minha contratação. O próprio presidente do Cruzeiro na época, Felicio Brandi, disse que me levou também para animar a torcida."

O lateral do Cruzeiro Paulo César, aliás Alberto Ribeiro Neves, também acha que o apelido tirado do famoso ponta-esquerda que jogou no Botafogo e na seleção brasileira o ajudou em sua carreira. "Paulo César é um nome que tem tradição no futebol brasileiro. Existem vários bons jogadores com este nome."

Se ajudou na carreira, o apelido lhe traz algumas dificuldades no dia a dia. "Todo mundo me conhece como Paulo César, mas quando tenho de apresentar os documentos, acabo criando uma grande confusão, pois ninguém entende o nome de Alberto Ribeiro Neves", conta, bem humorado, o Paulo César atual, que, em casa, é chamado carinhosamente de Beto, pela mulher e pela filha.

Prejuízo — Mas existem casos em que um apelido muito *pesado* pode atrapalhar. Caso exemplar pode ser encontrado no Fluminense. O jovem Raimundo Eduardo de Souza se arrepia só ao brincarem. "Fala, Maradona". Envergonhado, balbucia que seu verdadeiro apelido é Dico, ganho nos tempos de pelada em Ilhéus, na Bahia. O *Maradona* apareceu quando foi para o Esporte Clube Bahia e começou a revelar habilidade com a perna esquerda.

Ao chegar, trazido por empréstimo pelo Fluminense num sigilo que fez lembrar contratações de grandes craques, o tímido Raimundo fez um apelo quase que dramático. "Pelo amor de Deus, esqueçam esta história de Maradona, sou apenas o Dico". A desconfiada torcida tricolor não demorou a perceber o quanto o jogador estava certo. Em poucos jogos, Dico em nada lembrou o astro argentino, com quem foi comparado. "Isso só me atrapalhou. Tenho certeza que as coisas poderiam ser melhores se o apelido não chegasse até aqui."

SUPERCROSS SENSACIONAL
TAÇA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Inaugurando o
MOTÓDROMO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Localizado no
AUTÓDROMO NELSON PIQUET
PORTÃO 4 – Equipes e pilotos
PORTÃO 5 – público
HOJE – 15:00 horas – CLASSIFICAÇÃO
AMANHÃ – 10:30 – FINAIS
EMOÇÃO, PURA EMOÇÃO
HAJA CORAÇÃO!
VOCÊ NÃO PODE PERDER!
PATROCÍNIO PETROBRAS
APOIO RIOTUR
PROMOÇÃO
REALIZAÇÃO
FEMERJ - Federação de Motociclismo do Estado do Rio de Janeiro

São Paulo — José Carlos Basil



Nilson, centroavante do Grêmio, não encontrou facilidades contra a zaga do Palmeiras

Vitória do Palmeiras reverte a vantagem para jogo no Sul

Os gritos de *dá-lhe porco* que a torcida palmeirense usou em todo o jogo de ontem, no Parque Antártica, ganharam muito mais força assim que o juiz Pedro Carlos Bregalda apitou o final da partida. Afinal, com o 1 a 0 de ontem, o Palmeiras conseguiu reverter a vantagem e, no próximo fim de semana, jogará com o Grêmio, no Estádio Olímpico, em Porto Alegre, pelo empate para conseguir a classificação para as semifinais do Campeonato Brasileiro.

O gol da vitória, marcado pelo artilheiro Careca, de pênalti, aos 39 minutos do segundo tempo, serviu para diminuir o sofrimento do treinador do Palmeiras, Dudu, que nos últimos 45 minutos de jogo chegou a ameaçar invadir o campo, tão grande era a apatia de sua equipe, que precisava vencer de qualquer forma — e durante toda a semana o técnico prometera que jogaria pela vitória, sempre no ataque.

No primeiro tempo, o Palmeiras cumpriu parte de sua promessa. Com um esquema de jogo muito mais ousado que o utilizado no domingo passado, em Porto Alegre, contra o mesmo adversário, ainda pela fase classificatória, o time paulista imprensou o hexacampeão gaúcho. Foram pelo menos três ótimas chances perdidas — duas delas com Marcelo, que em ambas mostrou muita displicência na hora da conclusão. Faltou o gol, no entanto, para que as declarações do treinador Dudu fossem totalmente verdadeiras.

Pelo volume de jogo apresentado nos primeiros 45 minutos, os torcedores paulistas consideraram o gol uma questão de tempo. Enganaram-se. O time do Palmeiras voltou outro. Sem garra, desmotivado, parecia já estar eliminado do campeonato. Totalmente diferente da vibrante equipe que envolvera os gaúchos no primeiro tempo.

E Dudu sentiu isso. Com apenas 12 minutos tirou de campo o dispersivo Marcelo para a entrada de Bandeira. A modificação melhorou a movimentação do time, mas o Palmeiras ainda estava longe do futebol apresentado no primeiro tempo. O Grêmio, armado por Evaristo de Macedo para usar apenas os contra-ataques passou a ameaçar, em especial com o ponta Maurício. Aos 38 minutos, no entanto, Careca penetrou pelo lado direito da defesa gremista e sofreu pênalti do lateral Alfinete. Tranqüilo, bateu forte e marcou, conseguindo aumentar a alegria dos torcedores e inverter a vantagem para a decisão do Sul.

Palmeiras: Veloso, Odair, Toninho, Eduardo e Dida; Júnior, Marcelo (Bandeira) e Ranielli; Jorginho, Careca e Erasmo. *Grêmio:* Sidmar, Alfinete, João Marcelo, Vílson e Hélcio; Jandir (João Antônio), Donizete e Caio; Maurício, Nílson e Assis. *Renda:* Cr$ 13.806.500,00. *Público:* 22.631. *Cartões amarelos:* Nílson, Hélcio, Donizete e Ranielli.

Bahia consegue seu objetivo ao empatar com o Bragantino

BRAGANÇA PAULISTA, SP — Mesmo sem jogar bem, o Bahia conseguiu o que queria. Empatou em 1 a 1 com o Bragantino, ontem, no estádio Marcelo Stefani, e só precisa de mais um empate, daqui a uma semana, na Fonte Nova, para garantir a sua presença na semifinal do Campeonato Brasileiro. O Bragantino, que precisava da vitória, pressionou mais e saiu na frente, com um gol de Sílvio, no primeiro tempo. Mas, o time baiano conseguiu o empate na fase final — num chute de Gléber, a bola desviou em Ivair e entrou — e ficou mais perto da classificação.

O jogo começou debaixo de forte chuva. Com Ivair e Márcio Santos cuidando da proteção à defesa, os atacantes do Bragantino partiam trocando bola em rápidas deslocações, iludindo a marcação do Bahia, que parecia sentir o campo pesado e a pressão da torcida adversária.

Aos 5m, Gil Baiano bateu falta e quase marcou para o time da casa. Aos 9m, João Santos cobrou um escanteio pela direita e colocou a bola no travessão do goleiro Chico. O gol só saiu aos 16m, em um lance característico do ataque do Bragantino. Mazinho foi lançando, pela direita, e cruzou forte, na pequena área. O centroavante Sílvio desviou para o fundo das redes.

Mesmo com a vantagem, o Bragantino não desistiu do ataque. No intervalo, o técnico Vanderley Luxemburgo pediu ao time para continuar jogando como se a partida estivesse 0 a 0. Mas depois de manter a pressão por 15 minutos, o Bragantino recuou, dando espaços ao adversário. O empate veio numa cobrança de falta na frente da área, aos 26m. Gléber bateu forte, a bola desviou em Ivair e enganou o goleiro Marcelo.

No final, os jogadores baianos comemoravam o resultado que manteve a vantagem para o jogo de volta na Bahia. "Realmente nós não estivemos bem mas conseguimos o empate com muito luta e temos tudo para garantir a classificação com o apoio da torcida", avaliou o artilheiro Charles. Para o técnico Vanderlei Luxemburgo, o time ainda tem chances de vencer, embora tenha reconhecido que o resultado não foi o que ele esperava.

Bragantino: Marcelo, Gil Baiano, Carlos Augusto, Nei e Biro-Biro; Mauro Silva, Ivair e Mazinho; Barbosa, Sílvio (Franklin) e João Santos. **Técnico**: Vanderlei Luxemburgo. *Bahia*: Chico, Mailson, Jorginho, Vágner e Gléber; Paulo Rodrigues, Marcelo Jorge, Gil e Luís Henrique; Charles e Naldinho. **Técnico:** Candinho. *Local*: Estádio Marcelo Stefani (Bragança Paulista). *Renda*: Cr$ 3.408.000,00; *Público*: 5.739 pagantes *Juiz*: José Roberto Wright.

Bragança Paulista, SP — Ariovaldo Santos



Os jogadores do Bragantino mostraram muita disposição e garra na maioria dos lances

NO LEO VOCE ENCONTRA TUDO PELO MENOR PRECO E MELHOR ATENDIMENTO

PAPAI NOLEO JÁ CHEGOU!

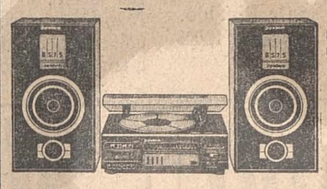
PartneR CS-5



☐ 80W PMPO (14W RMS) de potência
☐ Tuner AM/FM/OC1/OC2
☐ Duplo cassette-deck
☐ Equalizador gráfico
☐ Mic-Mixing (Karaoke)
☐ Caixas acústicas Bass-Reflex

À VISTA 34.490,
ou 1+3 de 13.148,
TOTAL: 52.592,

MATCH MS-50



☐ Tuner analógico FM/AM
☐ Equalizador gráfico de 3 faixas
☐ Cassette-deck
☐ Caixas acústicas (BS-75)
☐ Toca-discos com sistema de tração Belt-Drive

À VISTA 28.790,
ou 1+3 de 11.021,
TOTAL: 44.084,

SMASH MS-100



RACK OPCIONAL

☐ Potência de 80W PMPO
☐ Tuner analógico FM/AM/TV1/TV2
☐ Cassette-deck
☐ Toca-discos com sistema de tração Belt-Drive
☐ Caixas acústicas (BS-75)

À VISTA 32.590,
ou 1+3 de 12.439,
TOTAL: 49.756,

STRIKE MS-200



DUPLO DECK
RACK OPCIONAL

☐ Toca-discos com sistema de tração Belt-Drive
☐ Equalizador gráfico de 3 faixas
☐ Karaoke (Mic-Mixing)
☐ Duplo Cassette-deck
☐ Potência de 80W PMPO
☐ Tuner analógico FM/AM/TV1/TV2
☐ Caixas acústicas (BS-85)

À VISTA 41.490,
ou 1+3 de 15.759,
TOTAL: 63.036,

STRIKE AUTO REVERSE MS-300



RACK OPCIONAL
DUPLO DECK

☐ Potência de 80W PMPO
☐ Tuner analógico FM/AM/TV1/TV2
☐ Equalizador gráfico de 5 faixas
☐ Karaoke (Mic-Mixing)
☐ Duplo Cassette-deck
☐ Toca-discos com sistema de tração Belt-Drive
☐ Caixas acústicas (GS-1)

À VISTA 49.790,
ou 1+3 de 18.856,
TOTAL: 75.424,

TARGET DS-500



RACK OPCIONAL
DUPLO DECK

☐ Potência de 80W PMPO
☐ Controle remoto
☐ Equalizador gráfico de 3 faixas
☐ Karaoke (Mic-Mixing)
☐ Duplo Cassette-deck
☐ Toca-discos com sistema de tração Belt-Drive
☐ Caixas acústicas (GS-1) sistema Bass-Reflex

À VISTA 59.990,
ou 1+3 de 22.661,
TOTAL: 90.644,

TARGET AUTO REVERSE DS-600



RACK OPCIONAL
DUPLO DECK

☐ Potência de 80W PMPO
☐ Função Sleep
☐ Equalizador gráfico de 5 faixas
☐ Karaoke (Mic-Mixing)
☐ Duplo Cassette-deck
☐ Controle remoto
☐ Tuner digital com 24 memórias
☐ Toca-discos modular (TT 600)
☐ Caixas acústicas (GS-1) sistema Bass-Reflex

À VISTA 69.990,
ou 1+3 de 26.392,
TOTAL: 105.568,

Conquest Matrix



RACK OPCIONAL
DUPLO DECK

☐ Potência de 135 W PMPO
☐ Controle remoto infravermelho
☐ Mic-Mixing (Karaoke)
☐ Duplo cassette-deck
☐ Toca-discos Belt-Drive
☐ Caixas acústicas BS-125

À VISTA 84.990,
ou 1+3 de 31.988,
TOTAL: 127.952,

DUPLO DECK **Conquest** Turbo

RACK OPCIONAL

☐ Potência de 800W PMPO
☐ Controle remoto infravermelho
☐ Sintonia automática digital
☐ Caixas acústicas BT-150
☐ Duplo cassette-deck
☐ Toca-discos Belt-Drive

À VISTA 109.990,
ou 1+3 de 41.315,
TOTAL: 165.260,

STEREO VIDEO SYSTEM IMPACT!

Real Stereo Vídeo Cassette Recorder SV-21

Amplificador estéreo com 90W PMPO de potência controle remoto sem fio 2 caixas acústicas Sistema Bass-Reflex.

À VISTA 95.990,
ou 1+3 de 37.281,
TOTAL: 149.124,

meu primeiro gradiente

Gravador e Karaokê. Amplificador de voz. Microfone de mão.

À VISTA 10.490,
ou 1+3 de 4.194,
TOTAL: 16.776,

CDP-1000 COMPACT DISC PLAYER

- Função Shuffle — muda aleatoriamente a seqüência
- Memórias programáveis para 16 músicas na ordem desejada.
- Design compatível com os Audio Systems da Gradiente
- Função Repeat para uma faixa, todo o disco ou faixas programadas, das músicas contidas no disco, a cada nova audição.
- Compatível com o novo formato do Compact Disc (MINI-CD de 3").

À VISTA 39.490,
ou 1+3 de 15.013,
TOTAL: 60.052,

EXPERT Plus

- Padrão MSX
- Processador principal: Z-80A (CPU). Coprocessadores: VDP (vídeo) e PSG (som)
- 80 Kbytes de RAM e 48 Kbytes de ROM
- Poderosa linguagem residente MSX-Basic com mais de 150 comandos
- Tela gráfica com resolução de 256 x 192 pontos.

GRÁTIS MODEM + INTERFACE
Para você acessar banco de dados e comunicar com outros computadores.

À VISTA 49.990,
ou 1+3 de 18.930,
TOTAL: 75.720,

CARTUCHOS DE FITA PARA VIDEOGAME

TEMOS A MAIOR VARIEDADE DE JOGOS PARA SUA ESCOLHA.

A PARTIR DE 2.390,
À VISTA,

VideoMaker
GC-160C Full Auto Compact Camcorder VHS C
Zoom com aproximação de 8 vezes
Display de cristal líquido
Sensibilidade de 8 Lux
Inserção de Data e Horário*
Sistema Fade In, Fade Out
Padrão VHS-C
Peso 1,2 Kg

MovieMaker
GC-80 PAL-M Compact Camcorder Movie 8
A filmadora que também é vídeo.
Liga direto na TV.

A VISTA 187.929,
ou 1+3 de 70.393,
TOTAL: 281.572,

CDP-2000 COM CONTROLE REMOTO COMPACT DISC PLAYER

- Design compatível com os Audio Systems da Gradiente
- Controle remoto total com 10 funções.
- Memórias programáveis para 16 músicas na ordem desejad.
- Função Repeat para uma faixa, todo o disco ou faixas progr.
- Compatível com o novo formato do Compact Disc (MINI-CD de 3").
- Laser de feixe triplo (3-Beam Laser Pick-Up)
- Duplo conversor Digital/Analógico de 16 bits.

À VISTA 47.590,
ou 1+3 de 18.035,
TOTAL: 72.140,

MENOR PREÇO SÓ NO LEO LANÇAMENTOS

LEO
CINE · FOTO · SOM · INFORMÁTICA

PROMOÇÃO VALIDA ATÉ 5ª FEIRA

CENTRO: Av. Rio Branco, 156 - Loja XIII - Ed. Avenida Central - Tel.: 262-0236
Rua Gonçalves Dias, 45 - Tel.: 222-3548
Rua do Ouvidor, 130 - Lojas L e M - Tel.: 242-1367
MADUREIRA: Estr. do Portela, 99 - Lojas 122/153 Polo 1 - Tel.: 359-5766
CAMPO GRANDE: R. Viúva Dantas, 80-C - Tel.: 394-0770
NITERÓI: Rua da Conceição, 46 - Tel.: 722-1582
VOLTA REDONDA: SIDER SHOPPING - Lojas 17, 18 e 19 - Tel.: (0243) 43-3366
MEIER: Rua Dias da Cruz, 158 - Tel.: 594-5334

gradiente

O MENOR PREÇO DO RIO VENHA CONHECER NAS LOJAS DO LEO

Polícia toma cerveja com assassino de Lan

CABO FRIO, RJ — Logo depois de ser condenado, na noite de sexta-feira, a 14 anos de prisão pelo assassinato do líder rural Sebastião Lan, o pistoleiro Hélio Barros Filho, o *Helinho*, foi conversar e tomar cerveja com os policiais civis encarregados de escoltá-lo até a delegacia de Araruama, onde está preso. Em um bar, num de um posto de gasolina à beira da Rodovia Amaral Peixoto, onde os quatro foram localizados, um dos agentes explicou que era "uma questão de humanidade" atender ao pedido de Hélio:"Ele só queria tomar uma cervejinha".

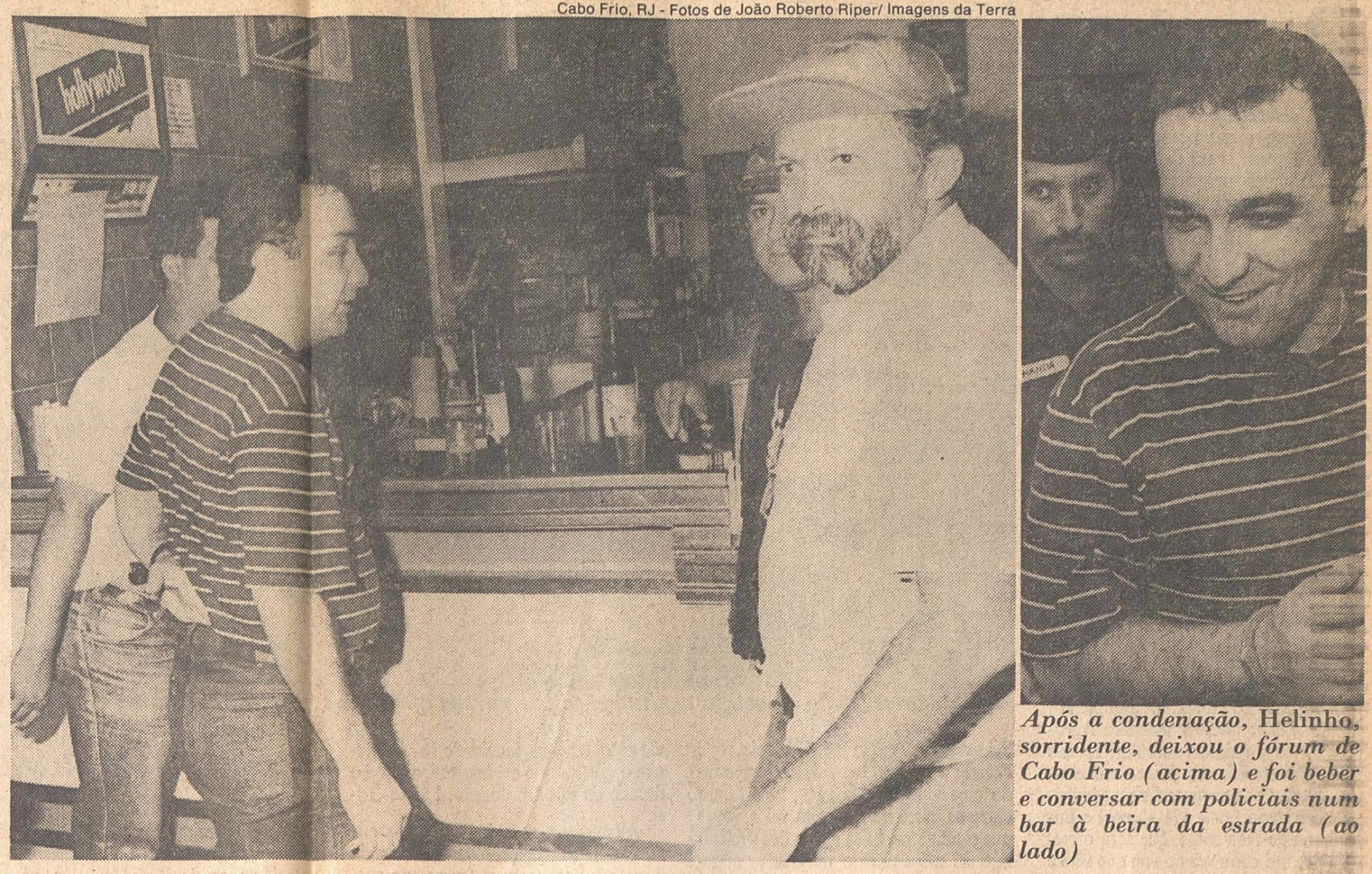
A escolta de *Helinho* era composta por policias da 133ª Delegacia Policial, de Cabo Frio, e chefiada pelo inspetor Francisco Almizito. O delegado substituto de Cabo Frio, Artur Lion, ouvido ontem à tarde, disse que será aberta sindicância para apurar o caso. Os policiais, segundo o delegado, que classificou o episódio de "imprudência", podem ser advertidos, repreendidos e, até, suspenso por 16 dias.

Os policiais foram além: disseram que Hélio de Barros Silva, ex-agente de segurança da Telerj, já goza de regalias na prisão e ainda afirmaram concordar com os argumentos do seu advogado, Herbert Kohn, de que não havia provas suficientes para condená-lo. A promotora do caso, Glória Márcia Persinoto, reagiu, indignada: "Isso tudo é um absurdo. É totalmente ilegal. Os policiais deveriam simplesmente levar o condenado para a prisão e mais nada".

Regina Lan, filha de Sebastião —que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio— achou pequena a pena aplicada no final da noite de anteontem ao pistoleiro. O descontentamento de Regina tem um motivo: segundo a promotora, o condenado, por já estar preso há dois anos e oito meses, poderá requerer prisão-albergue dentro de 60 dias. E, em um ano e oito meses, terá direito à liberdade condicional, se tiver bom comportamento. Após ouvir a sentença, *Helinho* sorriu e abraçou-se ao advogado Herbert Cohn, que admitiu: "Meu compromisso é defender o réu — não é com a verdade. Este é compromisso do Ministério Público".

A promotora Glória Persinoto, no entanto, disse que estava satisfeita com o resultado do julgamento, "porque esse é o primeiro crime por questões de terra em que o acusado é condenado" — mesma opinião da deputada estadual Jandira Feghali (PC do B).

Cabo Frio, RJ - Fotos de João Roberto Riper/ Imagens da Terra



Após a condenação, Helinho, *sorridente, deixou o fórum de Cabo Frio (acima) e foi beber e conversar com policiais num bar à beira da estrada (ao lado)*

Viagem JB
Porque, quando, como e onde ir.

LENTES DE CONTATO KRIEGER
MICROLENTES e LENTES SILICONADAS | LENTES SOFLENS de uso semanal série "O"
SOFLENS USA e WAICON Alemã lentes gelatinosas
PREÇOS MÍNIMOS
DESCONTOS ESPECIAIS PARA PAGAMENTOS A VISTA
Rua São José, 90/501 - Tel.: 232-1306
SEUS OLHOS MERECEM O MELHOR



Não faça como Cabral que só conheceu Porto Seguro

Em 1500 só a natureza era a mesma no litoral Sul da Bahia. Coqueirais, falésias, praias virgens e ensolaradas, lagos, o Monte Pascoal, rios, manguezais e um mar cor de esmeralda.

Em 1990 você não precisa das caravelas para redescobrir um Brasil mágico, com cidades hospitaleiras e vilas de pescadores, onde pessoas simples convivem com a alegria e a beleza de uma natureza primitiva. Nós levaremos você em avião e ônibus, através de um novo Sul da Bahia, com o conforto de hotéis, restaurantes e rodovias asfaltadas.

Foi pena! Cabral não descobriu Prado, Alcobaça e Caravelas. Em 1500 ele não teve esta possibilidade. Hoje, com a Soletur, você tem.


Falésias da Praia de Prado

Art house

Descubra com a Soletur
PORTO SEGURO, PRADO, ALCOBAÇA E CARAVELAS

Os melhores programas, em cada modalidade:

Aérea: Embarque no Rio para conexão com vôo exclusivo SOLETUR/TAM, saindo de Belo Horizonte para Caravelas. Regresso de Porto Seguro. Não voamos a Ilhéus evitando traslados terrestres a Porto Seguro (610 km total). **Programa de 8 dias.**

Rodoviária: com hospedagem em Guarapari, Porto Seguro e Prado. Todas as atrações num inesquecível **programa de 10 dias.**

PREÇOS ESPECIAIS DE LANÇAMENTO

- 4 excelentes roteiros à sua escolha
- Os melhores serviços padrão SOLETUR
- Todos os tours têm refeições incluídas
- Hotéis de categoria com excelente localização
- Guia acompanhante
- Os melhores preços e financiamento em até 4 vezes

soletur
Em turismo a número 1

CENTRO: R. da Quitanda, 20/Slj. - Tel.: **221-4499**
IPANEMA: Visc. de Pirajá, 351/Lj. 105 - Tel.: **521-1188**
TIJUCA: Pça. Saens Peña, 45/Lj. 101 - Tel.: **264-4893**
COPACABANA: R. Santa Clara, 70/Slj. 204 - Tel.: **255-1895**
NITERÓI: (Contactur) Moreira César, 229/1.012 - Tel.: **710-7401**

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS E SOLICITE FOLHETO ESPECÍFICO

EMBRATUR Nº 00942.00.41.3



Chato, né?

Você pensa: como será ir para o Caribe e passar 30 dias em pleno mar?
Olha, navegar é uma das mais indescritíveis sensações que existem. Você e o mar.
Mas o que há entre você o mar? Ah, bares, restaurantes, cassinos, seis refeições diárias, shows, conforto, ilhas tropicais e muita distância.
Distância? É, distância de todas as preocupações que você possa imaginar.
Ah, e tem mais algumas coisinhas maravilhosas que você deve saber. É que... ôpa, é melhor eu parar por aqui.
Parar por quê? Bom, porque senão eu vou acabar contando tudo e você vai começar a me achar um chato.

Caribe - Santos/ Rio/ Salvador/ St. Lucia/ San Juan/ St. Thomas/ Nassau/ Cape Canaveral/ Miami/ Freeport/ Curaçao/ La Guaira/ Trinidad/ Recife/ Rio/ Santos. De 06/01 a 08/02/91 (Santos) e de 07/01 à 07/02/91 (Rio)

Caribe - marítimo /aéreo
Brasil/ Miami.
Caribe - aero / marítimo
Miami/ Brasil



Consulte seu agente de viagens ou:
SP: Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 2º andar
Tel.: (011) 284-7911
RJ: R. Santa Luzia, 651 - 29º andar - gr. 2903/4
Tel.: (021) 240-6117

"C." COSTA

ABAV 247/89

BUENOS Aires
MAR & AR
IDA - NAVIO • VOLTA - AVIÃO
(OU VICE VERSA)



EUGÊNIO E ENRICO C
07 e 08 Dias - Saídas: 15 Dez. - 07 Jan. - 09 e 24 Fev.
• **TUDO INCLUÍDO - Parte Aérea e Parte Terrestre** •
Buenos Aires (hotel + café + city-tour + traslados) •
Parte Marítima (no navio todas as refeições)
Preço total p/pessoa a partir de US$ 858,•
• Ao câmbio turismo em cabine e apto.duplo p/pessoa.

Disney
COM NATAL E REVEILLON
14,15 e 16 Dias - Saídas: ~~14,~~15,28 e 31 Dez. - 11,17 e 25 Jan. - 04 e 12 Fev.
Incluindo: Hotéis de 1ª Classe, Médico acompanhante, Passeios a Disneyworld, Epcot Center, Busch Gardens, Sea World, MGM, Universal Studios.
Preço total p/terrestre a partir de US$ 746,
ÚLTIMOS LUGARES - SAÍDA: 28/12

Punta del Este
07 Dias - Saídas:
02,09,16,23 e 30 Dez
06,13,20 e 27 Jan.
03,10,17 e 24 Fev.
VÔO DIRETO
SÃO PAULO / PUNTA.
Preço total p/pessoa a partir de 3× Cr$ 30.383,

Jamaica
A ILHA DO CARIBE
Saídas Confirmadas - Lugares Limitados: 28 Dez. - 06,13,23,25 27 Jan.
Programa de 11 dias -
Preço total p/pessoa em duplo a partir de 3 × Cr$ 66.724,
Programa de 16 dias: Jamaica c/Miami e Orlando -
Preço total p/pessoa em duplo a partir de 3 × Cr$ 75.893,
Holiday Inn SUPER CLUBS RESORT
Apoio TRAC TOURS
JAMAICA TOURIST BOARD

Preços de 22/11 - Câmbio de 22/11

A PARTIR DE:	
BUENOS AIRES 5 dias	3 × Cr$ 23.117,
BARILOCHE c/BUE 8 dias Meia Pensão Bariloche	3 × Cr$ 36.974,
BUENOS AIRES c/FOZ 7 e 9 dias Meia Pensão Foz	3 × Cr$ 31.281,
BUENOS AIRES c/ MONTEVIDÉO 8 dias	3 × Cr$ 30.092,
LAGOS ANDINOS 13 dias Meia Pensão Bariloche	3 × Cr$ 55.493,
PERÚ 8 e 11 dias	3 × Cr$ 50.729,
CUBA 10 dias Meia Pensão	3 × Cr$ 49.545,
ARUBA 8 dias	3 × Cr$ 52.300,
FOZ DO IGUAÇÚ 4 e 5 dias **HOTEL SAN MARTIN** **** Meia Pensão	3 × Cr$ 12.876,
MACEIÓ 5 dias	3 × Cr$ 14.033,
MACEIÓ / NATAL 9 dias	3 × Cr$ 21.624,
FORTALEZA 5 e 8 dias Com Beach Park	3 × Cr$ 19.258,
RECIFE 8 dias Com Porto de Galinhas	3 × Cr$ 21.711,

TODOS OS ROTEIROS INCLUEM: PASSAGEM AÉREA, TRASLADOS, CITY TOUR E HOTEL COM CAFÉ DA MANHÃ. VASP

JS Publicidade
MAIORES INFORMAÇÕES: Cliente fora do Rio: Disck - Grátis (9021)
ati
EMPRESA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CENTRO: Rua 7 de Setembro, 71 - 10º andar
Tel.: 221-4709
COPA: Av.N.S.de Copacabana, 195 - loja 101
Tel.: 541-3649
Atendimento aos Sábados até às 12:00hs.
OU NO SEU AGENTE DE VIAGENS
EMBRATUR 00979-01-41-7

EMATER-RIO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRONAF

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

GRUPO A

✪ PROJETO DO ASSENTAMENTO: ✪ CÓDIGO SIPRA: INCRA

SÃO BERNARDINO

✪ MUNICÍPIO: ✪ DISTRITO:

NOVA IGUAÇU | VILA DE CAVA

✪ AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL S/A:

NOVA IGUAÇU

✪ ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER-RIO:

NOVA IGUAÇU

✪ PROJETO:

INDIVIDUAL [ ] COLETIVO [X]

✪ FINALIDADE:

INVESTIMENTO [X] CUSTEIO [X]

I - RELAÇÃO DOS PRETENDENTES APTOS PELO INCRA

Nº ORDEM	Nº LOTE	ÁREA LOTE (ha)	CÓDIGO SIPRA	NOME DO ASSENTADO	SALDO DE DÉBITO DE PROCERA (R$)	SALDO DISPONÍVEL À FINANCIAR (R$)
01	26	4,0		ADENIR DE FREITAS MEDEIROS	7500,00	2000,00
02	21	3,0		DARCY DE ALMEIDA ABRAHÃO	7500,00	2000,00
03	46	3,0		EDIVALDO CABRAL DA CUNHA	7500,00	2000,00
04	06	3,0		GERALDO IVO DA ROCHA	7500,00	2000,00
05	41	3,0		IRAPUAN CASSIA DE PAIVA	7500,00	2000,00
5A	50	3,0		JADYR LOPES DE LIMA	7500,00	2000,00
06	53	3,0		JORGE GONÇALVES DA SILVA	7500,00	2000,00
07	03	3,0		JOSÉ ANTONIO DE AMORIM	7500,00	2000,00
08	10	3,0		JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO PAULA	7500,00	2000,00
09	09	3,0		JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES	7500,00	2000,00
10	16	3,0		JOSÉ PINHEIRO FILHO	7500,00	2000,00
11	29	3,0		LUZINETE FRANCELINO MACHADO	7370,83	2129,17
12	28	4,0		MANOEL DE JESUS DA SILVA	7500,00	2000,00
13	32	3,0		MARIA AMÉLIA FERREIRA	7500,00	2000,00
14	11	3,0		MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA	7500,00	2000,00
15	25	3,0		MARIANA DOS SANTOS	7500,00	2000,00
16	01	4,7		MARIO PONTES	7500,00	2000,00
17	17	3,0		ONIEZIA DA CONCEIÇÃO LIMA	7500,00	2000,00
18	48	3,0		ORIDES DOS SANTOS	7500,00	2000,00
19	02	3,0		PEDRO CARLOS DO NASCIMENTO	7500,00	2000,00
20	49	6,0		RAFAEL MARQUES PAES LEME	7500,00	2000,00
21	23	3,0		RITA RAMOS DE SOUZA	7500,00	2000,00
22	08	3,0		ROSANGELA F.R. OLIVEIRA	7500,00	2000,00
23	52	3,0		SEVERINO BARBOSA DAVID	7500,00	2000,00
24	18	3,0		SEVERINO VALENTIN DE LIMA	7500,00	2000,00

Observações:

1 - não compareceu às reuniões do dia 01 e 06 de dezembro de 1999, impossibilitando a elaboração de projetos: ALCYR DE JESUS PEREIRA

2 – O Sr. PEDRO MOURA DIAS declarou não ter interesse no financiamento, durante visita ao escritório local da EMATER-RIO em 07 de dezembro de 1999.

3 - São inadimplentes financeiros ou por falta de execução (parcial ou total) do projeto anterior:

1. ADILSON CUSTÓDIO
2. AMAURINO ANDRÉ DE OLIVEIRA
3. CELINIO VENÂNCIO
4. CENIRA FERREIRA DOS SANTOS
5. DANIEL FERREIRA
6. ESTER JUVENTINO RODRIGUES
7. FERNANDO MOREIRA
8. JAHIR CAETANO DA SILVA
9. JOÃO FERNANDES FARIAS
10. JOSÉ DA FONSECA VICENTE
11. JOSÉ DE MELO
12. JOSÉ DOMINGOS
13. MOACIR TAVARES
14. SEBASTIÃO CARNEIRO DA SILVA
15. VANIA LUCIA SILVEIRA LISBOA
16. VERA LUCIA SILVA DOS SANTOS

II - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 01 PROPONENTE : ADENIR DE FREITAS MEDEIROS CODIGO SIPRA : INCRA CI 10440601-2 - IFP/RJ CPF

Nº LOTE : 26 ÁREA TOTAL DO LOTE: 4.0 ha

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					CANA DE AÇÚCAR ( )					AIPIM (X)					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	2.280,00	1.464,00
2	1	0		663,00	0,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	2.280,00	1.464,00
3	1	15.000	fruto	813,00	6.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	8.280,00	1.614,00
4	1	20.000	fruto	963,00	8.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	10.280,00	1.764,00
5	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	12.280,00	1.894,00
6	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	12.280,00	1.894,00
7	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	12.280,00	1.894,00
8	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	12.280,00	1.894,00
9	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	12.280,00	1.894,00
10	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00	1,5	12.280,00	1.894,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	CUSTEIO 1 ha DE COCO	REF 350 m CERCA (4 fios)	CUSTEIO 0,2 ha aipim				
1ª PARCELA	663,00	961,00	376,00			2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	663,00	961,00	376,00	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
ADENIR DE FREITAS MEDEIROS

EMATER RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.280,00	2.280,00	8.280,00	10.280,00	12.280,00	12.280,00	12.280,00	12.280,00	12.280,00	12.280,00
OUTRAS RECEITAS	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	7.400,00	5.400,00	11.400,00	13.400,00	15.400,00	15.400,00	15.400,00	15.400,00	15.400,00	15.400,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.464,00	1.464,00	1.614,00	1.764,00	1.894,00	1.894,00	1.894,00	1.894,00	1.894,00	1.894,00
DESPESA INVESTIMENTO	961,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.108,00	1.108,00	1.108,00	1.108,00	1.108,00	1.108,00	1.108,00	1.108,00	0,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.057,00	4.204,00	4.486,00	4.561,00	4.683,00	4.675,00	4.667,00	4.658,00	4.650,00	3.534,00
Saldo (a - b)	3.343,00	1.196,00	6.914,00	8.839,00	10.717,00	10.725,00	10.733,00	10.742,00	10.750,00	11.866,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
ADENIR DE FREITAS MEDEIROS

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
casa de estuque	1	40	razoável	1.500,00
casa de alvenaria	1	40	bom	10.000,00
TOTAL				11.500,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Pulverizador costal de 5 litros	1	bom	20,00
Motobomba	1	bom	180,00
TOTAL			200,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
terra pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
Aposentadoria	1.560,00
Pensão	1.560,00
TOTAL	3.120,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	14.820,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER- NOVA IGUAÇU ADENIR DE FREITAS MEDEIROS

II.2 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 02 PROPONENTE: DARCY DE ALMEIDA ABRAHÃO CODIGO SIPRA : INCRA CI: 1111708 - IFP/RJ CPF 396 112 727 15

Nº LOTE : 21 ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					( )					( )					área explorada	receita R$	despesa R$
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$			
1	1	0		663,00	0,00											1	0,00	663,00
2	1	0		663,00	0,00											1	0,00	663,00
3	1	15000	fruto	813,00	6000,00											1	6000,00	813,00
4	1	20000	fruto	963,00	8000,00											1	8000,00	963,00
5	1	25000	fruto	1093,00	10000,00											1	10000,00	1093,00
6	1	25000	fruto	1093,00	10000,00											1	10000,00	1093,00
7	1	25000	fruto	1093,00	10000,00											1	10000,00	1093,00
8	1	25000	fruto	1093,00	10000,00											1	10000,00	1093,00
9	1	25000	fruto	1093,00	10000,00											1	10000,00	1093,00
10	1	25000	fruto	1093,00	10000,00											1	10000,00	1093,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	CUSTEIO 1 ha DE COCO	REF 457 m CERCA (4 fios)	PULVERIZADOR COSTAL				
1ª PARCELA	663,00	1257,00	80,00			2000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	663,00	1257,00	80,00	0,00	0,00	2000,00	

Obs: pulverizador costal de 20 litros

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
DARCY DE ALMEIDA ABRAHÃO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	0,00	0,00	6.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	5.960,00	3.960,00	9.960,00	11.960,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	663,00	663,00	813,00	963,00	1.093,00	1.093,00	1.093,00	1.093,00	1.093,00	1.093,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.174,00	1.174,00	1.174,00	1.174,00	1.174,00	1.174,00	1.174,00	1.174,00	1.174,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	3.632,00	3.469,00	3.751,00	3.826,00	3.948,00	3.940,00	3.932,00	3.923,00	3.915,00	3.907,00
Saldo (a - b)	2.328,00	491,00	6.209,00	8.134,00	10.012,00	10.020,00	10.028,00	10.037,00	10.045,00	10.053,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
DARCY DE ALMEIDA ABRAHÃO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	2	80	BOM	15.000,00
TOTAL				15.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Pulverizador costal de 5 litros	1	bom	20,00
Motobomba	1	bom	180,00
Moenda de Cana	1	bom	300,00
TOTAL			500,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
Aposentadoria FUNRURAL	1.560,00
Outras Rendas da Família	2.400,00
TOTAL	3.960,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	19.460,00

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

DARCY DE ALMEIDA ABRAHÃO

II.3 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 03 **PROPONENTE: EDIVALDO CABRAL DA CUNHA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI 09013852-0 SSP/RJ** **CPF 027 357 677 10**

Nº LOTE 46 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					BANANA ( )					AIPIM ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receitaR$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,64	0		420,00	-	0,5	125	cx	657,00	625,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	2.625,00	2.017,00
2	0,64	0		420,00	-	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	3.250,00	2.017,00
3	0,64	9.600	fruto	520,00	3.840,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	7.090,00	2.117,00
4	0,64	12.800	fruto	616,00	5.120,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	8.370,00	2.213,00
5	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	9.650,00	2.297,00
6	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	9.650,00	2.297,00
7	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	9.650,00	2.297,00
8	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	9.650,00	2.297,00
9	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	9.650,00	2.297,00
10	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,64	9.650,00	2.297,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Roçadeira Costal Motoriz.	Pulverizador Costal 20 litros	Custeio 0,64 ha coco anão				
1ª PARCELA	1.500,00	80,00	420,00			2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						-	
3ª PARCELA						-	
TOTAL	1.500,00	80,00	420,00	0	-	2.000,00	

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
EDIVALDO CABRAL DA CUNHA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.625,00	3.250,00	7.090,00	8.370,00	9.650,00	9.650,00	9.650,00	9.650,00	9.650,00	9.650,00
OUTRAS RECEITAS	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	7.625,00	6.250,00	10.090,00	11.370,00	12.650,00	12.650,00	12.650,00	12.650,00	12.650,00	12.650,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.017,00	2.017,00	2.117,00	2.213,00	2.297,00	2.297,00	2.297,00	2.297,00	2.297,00	2.297,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	5.229,00	4.829,00	5.061,00	5.082,00	5.158,00	5.150,00	5.142,00	5.133,00	5.125,00	5.117,00
Saldo (a - b)	2.396,00	1.421,00	5.029,00	6.288,00	7.492,00	7.500,00	7.508,00	7.517,00	7.525,00	7.533,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
EDIVALDO CABRAL DA CUNHA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	40	BOM	10.000,00
TOTAL				10.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOTOBOMBA	1	BOM	180,00
PICADEIRA	1	BOM	250,00
PRANCHA	1	BOM	400,00
TOTAL			830,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
Equino	Cavalo de serviço	1	SRD	500,00
Bovino	Vaca	1	SRD	800,00
Bovino	Novilha	1	SRD	500,00
Bovino	Garrote	1	SRD	500,00
Bovino	Bezerro	1	SRD	175,00
TOTAL				2.475,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
Trabalho Autônomo	3.000,00
TOTAL	3.000,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	16.305,00

II.4 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 04 **PROPONENTE:GERALDO IVO DA ROCHA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI : 01820920-5 IFP** **CPF 447 505 017 00**

Nº LOTE 06 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	SUINOCULTURA ( )					CAPRINOCULTURA ( )					( )					total	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	cabeças	R$	R$
1	100	3600	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
2	100	3601	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
3	100	3602	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
4	100	3603	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
5	100	3604	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
6	100	3605	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
7	100	3606	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
8	100	3607	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
9	100	3608	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00
10	100	3609	KG	3.140,00	7.200,00	20	360	KG	500,00	1.225,00						120	8.425,00	3.640,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS						TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Ref 568m Cerca (8 fios)							
1ª PARCELA	2.000,00						2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA							0,00	
3ª PARCELA							0,00	
TOTAL	2.000,00	0	0	0	0		2.000,00	

Obs: Cerca de 8 fios justificada pela presença de cabras (criação extensiva)

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
GERALDO IVO DA ROCHA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	10.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00	8.425,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	3.640,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00
DESPESA INVESTIMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	7.272,00	6.437,00	6.569,00	6.494,00	6.486,00	6.478,00	6.470,00	6.461,00	6.453,00	6.445,00
Saldo (a - b)	3.153,00	1.988,00	1.856,00	1.931,00	1.939,00	1.947,00	1.955,00	1.964,00	1.972,00	1.980,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
GERALDO IVO DA ROCHA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	40	INCOMPL	5.000,00
POCILGA	1	200	PREC	5.000,00
TOTAL				10.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
PRANCHA	1	RAZOÁVEL	300,00
PICK-UP	1	RAZOÁVEL	2.000,00
TOTAL			2.300,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
100	SUÍNO			
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
TOTAL	0,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	12.300,00

II.5 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 05 **PROPONENTE: IRAPUAN CASSIA DE PAIVA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI 2702812 IFP/RJ** **CPF 441 083 707 91**

Nº LOTE: 41 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					AIPIM ( )					( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	2.000,00	1.603,00
2	1	0		663,00	0,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	2.000,00	1.603,00
3	1	15000	fruto	813,00	6.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	8.000,00	1.753,00
4	1	20000	fruto	963,00	8.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	10.000,00	1.903,00
5	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	12.000,00	2.033,00
6	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	12.000,00	2.033,00
7	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	12.000,00	2.033,00
8	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	12.000,00	2.033,00
9	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	12.000,00	2.033,00
10	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00						1,5	12.000,00	2.033,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Roçadeira Costal Motoriz.	Pulverizador Costal 20 litros	Custeio 1,0 ha de Coco				
1ª PARCELA	1.500,00	80,00	420,00			2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.500,00	80,00	420,00	0	0	2.000,00	

Obs: Cuteio de Coco referente a 100% de insumos e 27% da mão de obra

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
IRAPUAN CASSIA DE PAIVA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.000,00	2.000,00	8.000,00	10.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
OUTRAS RECEITAS	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.760,00	4.760,00	10.760,00	12.760,00	14.760,00	14.760,00	14.760,00	14.760,00	14.760,00	14.760,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.603,00	1.603,00	1.753,00	1.903,00	2.033,00	2.033,00	2.033,00	2.033,00	2.033,00	2.033,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.815,00	4.411,00	4.693,00	4.768,00	4.890,00	4.882,00	4.874,00	4.865,00	4.857,00	4.849,00
Saldo (a - b)	1.945,00	349,00	6.067,00	7.992,00	9.870,00	9.878,00	9.886,00	9.895,00	9.903,00	9.911,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
IRAPUAN CASSIA DE PAIVA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE TIJOLO	1	40	BOM	10.000,00
TOTAL				10.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Moto bomba	1	bom	180,00
Charrete	1	bom	450,00
Roçadeira Costal Motorizada	1	ruim	100,00
TOTAL			730,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra Pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
Pensão INSS	1.560,00
Outras Rendas da Família	1.200,00
TOTAL	2.760,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	13.490,00

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

IRAPUAN CASSIA DE PAIVA

II.5A - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 5A **PROPONENTE: JADYR LOPES DE LIMA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI : 112887 MM/RJ** **CPF 061 968 027 04**

Nº LOTE: 50 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					ACEROLA ( )					( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,64	0		420,00	-	0,5		t	500,00							1,14	0,00	920,00
2	0,64	0		420,00	-	0,5	5	t	735,00	1.250,00						1,14	1.250,00	1.155,00
3	0,64	9.600	fruto	520,00	3.840,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	6.340,00	1.440,00
4	0,64	12.800	fruto	616,00	5.120,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	7.620,00	1.536,00
5	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	8.900,00	1.620,00
6	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	8.900,00	1.620,00
7	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	8.900,00	1.620,00
8	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	8.900,00	1.620,00
9	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	8.900,00	1.620,00
10	0,64	16.000	fruto	700,00	6.400,00	0,5	10	t	920,00	2.500,00						1,14	8.900,00	1.620,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Roçadeira Costal Motoriz.	Pulverizador Costal	Custeio Coco				
1ª PARCELA	1.500,00	80,00	420,00			2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.500,00	80,00	420,00	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
JADYR LOPES DE LIMA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	0,00	1.250,00	6.340,00	7.620,00	8.900,00	8.900,00	8.900,00	8.900,00	8.900,00	8.900,00
OUTRAS RECEITAS	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	5.600,00	4.850,00	9.940,00	11.220,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	920,00	1.155,00	1.440,00	1.536,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00	1.165,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.132,00	3.952,00	4.369,00	4.390,00	4.466,00	4.458,00	4.450,00	4.441,00	4.433,00	4.425,00
Saldo (a - b)	1.468,00	898,00	5.571,00	6.830,00	8.034,00	8.042,00	8.050,00	8.059,00	8.067,00	8.075,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JADYR LOPES DE LIMA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	40	BOM	10.000,00
TOTAL				10.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOTOBOMBA	1	BOM	180,00
CHOCADEIRA	1	BOM	320,00
TOTAL			500,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
APOSENTADORIA	3.600,00
TOTAL	3.600,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	14.100,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

JADYR LOPES DE LIM

II.6 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 06 **PROPONENTE: JORGE GONÇALVES DA SILVA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI 10767138-0 IFP/RJ** **CPF 268 922 277 91**

Nº LOTE 53 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	CITRUS				( )	BANANA				( )	AIPIM				( )	área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,5	0	cx	537,00	0,00	0,3	75	cx	394,00	325,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	2.325,00	1.871,00
2	0,5	0	cx	537,00	0,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	2.750,00	1.871,00
3	0,5	200	cx	1.057,00	1.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	3.750,00	2.391,00
4	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	4.750,00	2.391,00
5	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	5.750,00	2.391,00
6	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	5.750,00	2.391,00
7	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	5.750,00	2.391,00
8	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	5.750,00	2.391,00
9	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	5.750,00	2.391,00
10	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	150	cx	394,00	750,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,3	5.750,00	2.391,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Roçadeira Costal Motoriz.	Custeio 0,5 ha de citrus					
1ª PARCELA	1.500,00	500,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.500,00	500,00	0	0	0	2.000,00	

Obs: Custeio de citrus referente a 100% de insumos e 89% da mão de obra

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JORGE GONÇALVES DA SILVA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.325,00	2.750,00	3.750,00	4.750,00	5.750,00	5.750,00	5.750,00	5.750,00	5.750,00	5.750,00
OUTRAS RECEITAS	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.725,00	5.150,00	6.150,00	7.150,00	8.150,00	8.150,00	8.150,00	8.150,00	8.150,00	8.150,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.871,00	1.871,00	2.391,00	2.391,00	2.391,00	2.391,00	2.391,00	2.391,00	2.391,00	2.391,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.188,00	1.188,00	1.188,00	1.188,00	1.188,00	1.188,00	1.188,00	1.188,00	1.188,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	5.003,00	4.691,00	5.343,00	5.268,00	5.260,00	5.252,00	5.244,00	5.235,00	5.227,00	5.219,00
Saldo (a - b)	1.722,00	459,00	807,00	1.882,00	2.890,00	2.898,00	2.906,00	2.915,00	2.923,00	2.931,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JORGE GONÇALVES DA SILVA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
casas de alvenaria	3	120	bom	30.000,00
TOTAL				30.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Pulverizador Costal	1	bom	40,00
TOTAL			40,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra Pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
bovino	bezerros	3	SRD	600,00
bovino	vaca	1	SRD	600,00
caprinos	cabras	2	SRD	150,00
TOTAL				1.350,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA	2.400,00
TOTAL	2.400,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	33.790,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

JORGE GONÇALVES DA SILVA

II.7 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 07 **PROPONENTE: JOSÉ ANTÔNIO DE AMORIM** **CODIGO SIPRA : INCRA** **CI: 103496881 IFP** **CPF 434 407 977 91**

Nº LOTE 03 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					CANA DE AÇUCAR ( )					AIPIM ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	940,00	969,00
2	1	0		663,00	0,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	940,00	969,00
3	1	15000	fruto	813,00	6.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	6.940,00	1.119,00
4	1	20000	fruto	963,00	8.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	8.940,00	1.269,00
5	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	10.940,00	1.399,00
6	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	10.940,00	1.399,00
7	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	10.940,00	1.399,00
8	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	10.940,00	1.399,00
9	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	10.940,00	1.399,00
10	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,2	10.940,00	1.399,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Epoca de Liberação (mês/ano)
	CUSTEIO 1 ha DE COCO	Ref 486 m de cerca (4 fios)					
1ª PARCELA	663,00	1.337,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	663,00	1.337,00	0	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JOSÉ ANTONIO DE AMORIM

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	940,00	940,00	6.940,00	8.940,00	10.940,00	10.940,00	10.940,00	10.940,00	10.940,00	10.940,00
OUTRAS RECEITAS	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.140,00	4.140,00	10.140,00	12.140,00	14.140,00	14.140,00	14.140,00	14.140,00	14.140,00	14.140,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	969,00	969,00	1.119,00	1.269,00	1.399,00	1.399,00	1.399,00	1.399,00	1.399,00	1.399,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.377,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.178,00	1.178,00	1.178,00	1.178,00	1.178,00	1.178,00	1.178,00	1.178,00	1.178,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	3.978,00	3.779,00	4.061,00	4.136,00	4.258,00	4.250,00	4.242,00	4.233,00	4.225,00	4.217,00
Saldo (a - b)	2.162,00	361,00	6.079,00	8.004,00	9.882,00	9.890,00	9.898,00	9.907,00	9.915,00	9.923,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JOSÉ ANTONIO DE AMORIM

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASAS DE ALVENARIA	2	80	BOM	20.000,00
TOTAL				20.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Motobomba	1	bom	180,00
Pulverizador Costal 20 litros	1	bom	40,00
Prancha	1	bom	400,00
TOTAL			620,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra Pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
Equinos	Cavalos de serviço	3	SRD	1.500,00
Bovino	Vaca	1	SRD	600,00
Bovino	Touro	1	SRD	600,00
Suínos	Porcos	6	SRD	540,00
TOTAL				3.240,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA	3.200,00
TOTAL	3.200,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	27.060,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

JOSÉ ANTONIO DE AMORIM

II.8 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 08 **PROPONENTE: JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO DE PAULA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 09781784-5 IFP/RJ** **CPF 683 509 617 91**

Nº LOTE: 10 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	QUIABO ( )					ABOBORA ( )					AIPIM (X)					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
2	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
3	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
4	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
5	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
6	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
7	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
8	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
9	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00
10	1	1000	cx	1.850,00	6.000,00	0,5	10	t	1.300,00	2.000,00	1	500	CX	1.879,00	4.000,00	2,5	12.000,00	5.029,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 1 ha de aipim	Reforma 195m cerca (4 fios)					
1ª PARCELA	1.464,00	536,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.464,00	536,00	0	0	0	2.000,00	

Obs: custeio de aipim refrente a 100% dos insumos e 65% da mão de obra

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO DE PAULA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
OUTRAS RECEITAS	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	15.200,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	5.029,00	5.029,00	5.029,00	5.029,00	5.029,00	5.029,00	5.029,00	5.029,00	5.029,00	5.029,00
DESPESA INVESTIMENTO	536,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.209,00	1.209,00	1.209,00	1.209,00	1.209,00	1.209,00	1.209,00	1.209,00	1.209,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	7.197,00	7.870,00	8.002,00	7.927,00	7.919,00	7.911,00	7.903,00	7.894,00	7.886,00	7.878,00
Saldo (a - b)	8.003,00	5.330,00	5.198,00	5.273,00	5.281,00	5.289,00	5.297,00	5.306,00	5.314,00	5.322,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO DE PAULA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ESTUQUE	1	40	RUIM	1.000,00
TOTAL				1.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MICROTRATOR	1	BOM	5.000,00
PULVERIZADOR COSTAL 20 litros	1	BOM	
TOTAL			5.000,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
TRABALHO AUTÔNOMO	1.200,00
TOTAL	1.200,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	7.200,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO

II.9 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 09 **PROPONENTE: JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES** **CODIGO SIPRA : INCRA** **CI : 2276611 IFP/RJ** **CPF: 314 691 677 00**

Nº LOTE: 09 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					AIPIM ( )					CANA ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1,4	0		927,00	0,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	2.540,00	1.985,00
2	1,4	0		927,00	0,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	2.540,00	1.985,00
3	1,4	21000	fruto	1.138,00	8.400,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	10.940,00	2.196,00
4	1,4	28000	fruto	1.348,00	11.200,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	13.740,00	2.406,00
5	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	16.540,00	2.588,00
6	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	16.540,00	2.588,00
7	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	16.540,00	2.588,00
8	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	16.540,00	2.588,00
9	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	16.540,00	2.588,00
10	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	0,1	270	DZ	118,00	540,00	2	16.540,00	2.588,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 1,4 ha coco anão	Reforma 390 m cerca (4 fios)					
1ª PARCELA	927,00	1.073,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	927,00	1.073,00	0	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.540,00	2.540,00	10.940,00	13.740,00	16.540,00	16.540,00	16.540,00	16.540,00	16.540,00	16.540,00
OUTRAS RECEITAS	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	8.140,00	6.140,00	14.540,00	17.340,00	20.140,00	20.140,00	20.140,00	20.140,00	20.140,00	20.140,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.985,00	1.985,00	2.196,00	2.406,00	2.588,00	2.588,00	2.588,00	2.588,00	2.588,00	2.588,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00	1.176,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.690,00	4.793,00	5.136,00	5.271,00	5.445,00	5.437,00	5.429,00	5.420,00	5.412,00	5.404,00
Saldo (a - b)	3.450,00	1.347,00	9.404,00	12.069,00	14.695,00	14.703,00	14.711,00	14.720,00	14.728,00	14.736,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
casa de alvenaria	1	40	bom	10.000,00
TOTAL				10.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Roçadeira Costal	1	bom	700,00
Pulverizador Costal	1	bom	40,00
Motobomba	1	bom	180,00
Veículo KOMBI ano 1977	1	ruim	1.200,00
Prancha	1	bom	
TOTAL			2.120,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra Pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
equino	Cavalo de Serviço	1	SRD	500,00
bovino	Vaca	1	SRD	600,00
suínos	porcos	6	SRD	450,00
TOTAL				1.550,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
Venda de Artesanato	3.600,00
TOTAL	3.600,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	17.270,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES

II.10 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 10 **PROPONENTE: JOSÉ PINHEIRO FILHO** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 01602879-7 IFP** **CPF 267 505 707 04**

Nº LOTE: 16 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					AIPIM ( )					BANANA ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	25	cx	131,00	125,00	1,2	525,00	982,00
2	1	0		663,00	0,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	650,00	982,00
3	1	15000	fruto	813,00	6.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	6.650,00	1.132,00
4	1	20000	fruto	963,00	8.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	8.650,00	1.282,00
5	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	10.650,00	1.412,00
6	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	10.650,00	1.412,00
7	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	10.650,00	1.412,00
8	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	10.650,00	1.412,00
9	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	10.650,00	1.412,00
10	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	1,2	10.650,00	1.412,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	CUSTEIO 1,0 ha DE COCO	Ref 486 m de cerca (4 fios)					
1ª PARCELA	663,00	1.337,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	663,00	1.337,00	0	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
JOSÉ PINNHEIRO FILHO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	525,00	650,00	6.650,00	8.650,00	10.650,00	10.650,00	10.650,00	10.650,00	10.650,00	10.650,00
OUTRAS RECEITAS	3.560,00	3.560,00	3.560,00	3.560,00	3.560,00	3.560,00	3.560,00	3.560,00	3.560,00	3.560,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.085,00	4.210,00	10.210,00	12.210,00	14.210,00	14.210,00	14.210,00	14.210,00	14.210,00	14.210,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	982,00	982,00	1.132,00	1.282,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.186,00	1.186,00	1.186,00	1.186,00	1.186,00	1.186,00	1.186,00	1.186,00	1.186,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	3.951,00	3.800,00	4.082,00	4.157,00	4.279,00	4.271,00	4.263,00	4.254,00	4.246,00	4.238,00
Saldo (a - b)	2.134,00	410,00	6.128,00	8.053,00	9.931,00	9.939,00	9.947,00	9.956,00	9.964,00	9.972,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
JOSÉ PINHEIRO FILHO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
casa de alvenaria	2	80	bom	20.000,00
Estufa	1	60	prec	5.000,00
TOTAL				25.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Motobomba	1	bom	180,00
Pulverizador Costal	1	bom	40,00
TOTAL			220,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra Pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
equino	potro	2	SRD	400,00
suíno	porcos	2	SRD	150,00
TOTAL				550,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
Aposentadoria	1.560,00
Outras rendas familiares	2.000,00
TOTAL	3.560,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	29.330,00

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUACU

JOSÉ PINHEIRO FILHO

II.11 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 11 **PROPONENTE: LUZINETE FRANCELINO MACHADO** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 10645606-4 IFP** **CPF: 047 069 767 90**

Nº LOTE: 29 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					AIPIM (X)									( )	área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1,2	0		796,00	0,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	2.400,00	1.920,00
2	1,2	0		796,00	0,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	2.400,00	1.920,00
3	1,2	18000	fruto	976,00	7.200,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	9.600,00	2.100,00
4	1,2	24000	fruto	1.156,00	9.600,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	12.000,00	2.280,00
5	1,2	30000	fruto	1.312,00	12.000,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	14.400,00	2.436,00
6	1,2	30000	fruto	1.312,00	12.000,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	14.400,00	2.436,00
7	1,2	30000	fruto	1.312,00	12.000,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	14.400,00	2.436,00
8	1,2	30000	fruto	1.312,00	12.000,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	14.400,00	2.436,00
9	1,2	30000	fruto	1.312,00	12.000,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	14.400,00	2.436,00
10	1,2	30000	fruto	1.312,00	12.000,00	0,6	300	CX	1124,00	2400,00						1,8	14.400,00	2.436,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	CUSTEIO 1,2 ha COCO	Pulverizador Costal 20 litros	Custeio 0,6 ha de aipim				
1ª PARCELA	796,00	80,00	1.124,00			2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	796,00	80,00	1.124,00	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
LUZINETE FRANCELINO MACHADO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.400,00	2.400,00	9.600,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
OUTRAS RECEITAS	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.800,00	4.800,00	12.000,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.920,00	1.920,00	2.100,00	2.280,00	2.436,00	2.436,00	2.436,00	2.436,00	2.436,00	2.436,00
DESPESA INVESTIMENTO	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.016,00	1.016,00	1.016,00	1.016,00	1.016,00	1.016,00	1.016,00	1.016,00	1.016,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	3.632,00	4.568,00	4.880,00	4.985,00	5.133,00	5.125,00	5.117,00	5.108,00	5.100,00	5.092,00
Saldo (a - b)	3.168,00	232,00	7.120,00	9.415,00	9.267,00	9.275,00	9.283,00	9.292,00	9.300,00	9.308,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
LUZINETE FRANCELINO MACHADO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ESTUQUE	1	40	RUIM	1.500,00
CASA DE ALVENARIA	1	40	Razoável	7.500,00
CASA DE ALVENARIA INACABADA	1	40	RUIM	4.500,00
TOTAL				13.500,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Motobomba	1	bom	180,00
TOTAL			180,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra Pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
equino	potro	1	SRD	200,00
TOTAL				200,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA	2.400,00
TOTAL	2.400,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	16.280,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

LUZINETE FRANCELINO MACHADO

II.12 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 12 PROPONENTE: MANOEL DE JESUS DA SILVA CODIGO SIPRA: INCRA CI: 1458181 IFP/RJ CPF

Nº LOTE: 28 ÁREA TOTAL DO LOTE: 4,0 ha

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					BANANA ( )					AIPIM, ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,1	25	cx	131,00	125,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	2.125,00	1.734,00
2	1	0		663,00	0,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	2.250,00	1.734,00
3	1	15000	fruto	813,00	6.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	8.250,00	1.884,00
4	1	20000	fruto	963,00	8.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	10.250,00	2.034,00
5	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	12.250,00	2.164,00
6	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	12.250,00	2.164,00
7	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	12.250,00	2.164,00
8	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	12.250,00	2.164,00
9	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	12.250,00	2.164,00
10	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	cx	131,00	250,00	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	1,6	12.250,00	2.164,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 1,0 ha coco anão	Reforma 498 m cerca (4 fios)					
1ª PARCELA	633,00	1.367,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	633,00	1.367,00	0	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MANOEL DE JESUS DA SILVA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.125,00	2.250,00	8.250,00	10.250,00	12.250,00	12.250,00	12.250,00	12.250,00	12.250,00	12.250,00
OUTRAS RECEITAS	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.525,00	4.650,00	10.650,00	12.650,00	14.650,00	14.650,00	14.650,00	14.650,00	14.650,00	14.650,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.734,00	1.734,00	1.884,00	2.034,00	2.164,00	2.164,00	2.164,00	2.164,00	2.164,00	2.164,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.367,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.184,00	1.184,00	1.184,00	1.184,00	1.184,00	1.184,00	1.184,00	1.184,00	1.184,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.733,00	4.550,00	4.832,00	4.907,00	5.029,00	5.021,00	5.013,00	5.004,00	4.996,00	4.988,00
Saldo (a - b)	1.792,00	100,00	5.818,00	7.743,00	9.621,00	9.629,00	9.637,00	9.646,00	9.654,00	9.662,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MANOEL DE JESUS DA SILVA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
casa de alvenaria	2	80	bom	15.000,00
TOTAL				15.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
Motobomba	1	bom	180,00
Pulverizador Capeta	1	bom	300,00
TOTAL			480,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
Terra Pública		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA	2.400,00
TOTAL	2.400,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	17.880,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

MANOEL DE JESUS DA SILVA

II.13 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 13 **PROPONENTE:MARIA AMÉLIA FERREIRA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI : 11467432-8 IFP/RJ** **CPF: 044 196 597 00**

Nº LOTE: 32 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					CANA ( )					AIPIM ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,32	0		240,00	-	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	1.880,00	853,00
2	0,32	0		240,00	-	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	1.880,00	853,00
3	0,32	4.800	fruto	260,00	1.920,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	3.800,00	873,00
4	0,32	6.400	fruto	308,00	2.560,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	4.440,00	921,00
5	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	5.080,00	963,00
6	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	5.080,00	963,00
7	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	5.080,00	963,00
8	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	5.080,00	963,00
9	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	5.080,00	963,00
10	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	0,2	540	DZ	237,00	1.080,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,72	5.080,00	963,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 0,32 ha de Coco	Custeio de 0,1 ha de Aipim	Ref 570 m cerca (4 fios)				
1ª PARCELA	240,00	188,00	1.572,00			2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	240,00	188,00	1.572,00	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MARIA AMÉLIA FERREIRA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.880,00	1.880,00	3.800,00	4.440,00	5.080,00	5.080,00	5.080,00	5.080,00	5.080,00	5.080,00
OUTRAS RECEITAS	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00	2.760,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.640,00	4.640,00	6.560,00	7.200,00	7.840,00	7.840,00	7.840,00	7.840,00	7.840,00	7.840,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	853,00	853,00	873,00	921,00	963,00	963,00	963,00	963,00	963,00	963,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.572,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.057,00	3.679,00	3.831,00	3.804,00	3.838,00	3.830,00	3.822,00	3.813,00	3.805,00	3.797,00
Saldo (a - b)	2.583,00	961,00	2.729,00	3.396,00	4.002,00	4.010,00	4.018,00	4.027,00	4.035,00	4.043,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MARIA AMÉLIA FERREIRA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASAS DE ALVENARIA	3	120	BOM	30.000,00
CASA DE ESTUQUE	1	30	RUIM	1.000,00
TOTAL				31.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
PULVERIZADOR COSTAL 20 litros	1	BOM	40,00
MOTO BOMBA	1	BOM	180,00
PRANCHA	1	BOM	
TOTAL			220,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINOS	ANIMAIS	3	SRD	1.200,00
TOTAL				1.200,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
PENSÃO	1.560,00
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA	1.200,00
TOTAL	2.760,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	35.180,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

MARIA AMÉLIA FERREIRA

II.14 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 14 **PROPONENTE: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 11467432-8 IFP/RJ** **CPF 044 196 597 00**

Nº LOTE: 11 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					QUIABO (X)					( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	4.200,00	1.698,00
2	1	0		663,00	0,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	4.200,00	1.698,00
3	1	15.000	fruto	813,00	6.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	10.200,00	1.848,00
4	1	20.000	fruto	963,00	8.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	12.200,00	1.998,00
5	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	14.200,00	2.128,00
6	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	14.200,00	2.128,00
7	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	14.200,00	2.128,00
8	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	14.200,00	2.128,00
9	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	14.200,00	2.128,00
10	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,5	700	cx	1.035,00	4.200,00						1,5	14.200,00	2.128,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	CONJ. IRRIGAÇÃO 0,6 ha	CUSTEIO 1 ha COCO ANÃO					
1ª PARCELA	1.493,00	507,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.493,00	507,00	0	0	0	2.000,00	

Observações: 1 - Conjunto de Irrigação,: a pretendente já possue motobomba, razão pela qual a mesma não está incluída no orçamento a financiar
2 - Custeio de coco - inclui 100% dos insumos e 53% da mão-de-obra

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	4.200,00	4.200,00	10.200,00	12.200,00	14.200,00	14.200,00	14.200,00	14.200,00	14.200,00	14.200,00
OUTRAS RECEITAS	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	7.760,00	5.760,00	11.760,00	13.760,00	15.760,00	15.760,00	15.760,00	15.760,00	15.760,00	15.760,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.698,00	1.698,00	1.848,00	1.998,00	2.128,00	2.128,00	2.128,00	2.128,00	2.128,00	2.128,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00	1.194,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.823,00	4.524,00	4.806,00	4.881,00	5.003,00	4.995,00	4.987,00	4.978,00	4.970,00	4.962,00
Saldo (a - b)	2.937,00	1.236,00	6.954,00	8.879,00	10.757,00	10.765,00	10.773,00	10.782,00	10.790,00	10.798,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASAS DE ALVENARIA	7	280	BOM	70.000,00
TOTAL				70.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOTOBOMBA	1	BOM	180,00
ROÇADEIRA COSTAL MOTORIZADA	1	BOM	700,00
PULVERIZADOR COSTAL	1	BOM	40,00
TOTAL			920,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
APOSENTADORIA	1.560,00
TOTAL	1.560,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	72.480,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO

MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA

II.15 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 15 **PROPONENTE: MARIANA DOS SANTOS** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 04506474-8 IFP/RJ** **CPF : 468 056 057 68**

Nº LOTE: 25 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					CANA DE AÇUCAR ( )					AIPIM ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,5	0		332,00	0,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	3.100,00	1.110,00
2	0,5	0		332,00	0,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	3.100,00	1.110,00
3	0,5	7500	fruto	405,00	3.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	6.100,00	1.183,00
4	0,5	10000	fruto	482,00	4.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	7.100,00	1.260,00
5	0,5	12500	fruto	547,00	5.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	8.100,00	1.325,00
6	0,5	12500	fruto	547,00	5.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	8.100,00	1.325,00
7	0,5	12500	fruto	547,00	5.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	8.100,00	1.325,00
8	0,5	12500	fruto	547,00	5.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	8.100,00	1.325,00
9	0,5	12500	fruto	547,00	5.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	8.100,00	1.325,00
10	0,5	12500	fruto	547,00	5.000,00	0,5	1350	DZ	590,00	2700,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	1,6	8.100,00	1.325,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Roçadeira Costal Motoriz.	Pulverizador Costal 20 litros	Custeio 0,5 ha de coco				
1ª PARCELA	1.500,00	80,00	332,00			1.912,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.500,00	80,00	332,00	0	0	1.912,00	

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
MARIANA DOS SANTOS

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	3.100,00	3.100,00	6.100,00	7.100,00	8.100,00	8.100,00	8.100,00	8.100,00	8.100,00	8.100,00
OUTRAS RECEITAS	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.660,00	4.660,00	7.660,00	8.660,00	9.660,00	9.660,00	9.660,00	9.660,00	9.660,00	9.660,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.110,00	1.110,00	1.183,00	1.260,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.181,00	1.181,00	1.181,00	1.181,00	1.181,00	1.181,00	1.181,00	1.181,00	1.181,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			126,00	54,00	47,00	39,00	31,00	23,00	16,00	8,00
Total (b)	4.322,00	3.923,00	4.122,00	4.127,00	4.185,00	4.177,00	4.169,00	4.161,00	4.154,00	4.146,00
Saldo (a - b)	2.338,00	737,00	3.538,00	4.533,00	5.475,00	5.483,00	5.491,00	5.499,00	5.506,00	5.514,00
Reembolso do Financiamento			239,00	239,00	239,00	239,00	239,00	239,00	239,00	239,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MARIANA DOS SANTOS

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	40	BOM	7.500,00
TOTAL				7.500,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOTOBOMBA	1	BOM	180,00
PRANCHA	1	BOM	400,00
TOTAL			580,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINO	ÉGUA DE SERVIÇO	1	SRD	500,00
TOTAL				500,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
PENSÃO	1.560,00
TOTAL	1.560,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	10.140,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

MARIANA DOS SANTOS

II.16- PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 16 PROPONENTE: MARIO PONTES CODIGO SIPRA: INCRA CI: 5041473 SSP/RJ CPF: 367 735 307 68

Nº LOTE : 01 ÁREA TOTAL DO LOTE: 4,7 ha

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					CANA DE AÇUCAR ( )					AIPIM (X)					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,32	0		240,00	-	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	14.300,00	3.578,00
2	0,32	0		240,00	-	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	14.300,00	3.578,00
3	0,32	4.800	fruto	260,00	1.920,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	16.220,00	3.598,00
4	0,32	6.400	fruto	308,00	2.560,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	16.860,00	3.646,00
5	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	17.500,00	3.688,00
6	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	17.500,00	3.688,00
7	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	17.500,00	3.688,00
8	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	17.500,00	3.688,00
9	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	17.500,00	3.688,00
10	0,32	8.000	fruto	350,00	3.200,00	2,5	6.750	DZ	2.962,00	13.500,00	0,2	100	CX	376,00	800,00	3,02	17.500,00	3.688,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Moenda de Cana	Pulverizador Costal 20 litros	Custeio 0,2 ha de aipim				
1ª PARCELA	1.500,00	80,00	376,00			1.956,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.500,00	80,00	376,00	0	0	1.956,00	

Obs: o beneficiário trabalha com venda do caldo da cana de seu sítio, em um bar, próprio, localizado dentro da parcela e à beira da Estrada Zumbi dos Palmares
Pretende comprar outra e trabalhar com duas moendas, tendo em vista a demanda crescente propiciada pela excelente localização do sítio.
A Estrada Zumbi dos Palmares é caminho para as cachoeiras do Tinguá.

PROCERA
P.A. SÃO BERNADINO
MARIO PONTES

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	14.300,00	14.300,00	16.220,00	16.860,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00
OUTRAS RECEITAS	6.000,00	7.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	22.300,00	21.300,00	24.220,00	24.860,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	3.578,00	3.578,00	3.598,00	3.646,00	3.646,00	3.646,00	3.646,00	3.646,00	3.646,00	3.646,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.177,00	1.177,00	1.177,00	1.177,00	1.177,00	1.177,00	1.177,00	1.177,00	1.177,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			129,00	55,00	48,00	40,00	32,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	12.358,00	11.955,00	12.104,00	12.078,00	12.071,00	12.063,00	12.055,00	12.047,00	12.039,00	12.031,00
Saldo (a - b)	9.942,00	9.345,00	12.116,00	12.782,00	13.429,00	13.437,00	13.445,00	13.453,00	13.461,00	13.469,00
Reembolso do Financiamento			244,50	244,50	244,50	244,50	244,50	244,50	244,50	244,50

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
MARIO PONTES

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASAS DE ALVENARIA	5	200	BOM	50.000,00
INSTALAÇÕES DO BAR (Venda Caldo de Cana)	1	100	BOM	30.000,00
TOTAL				80.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOENDA DE CANA	1	RAZOÁVEL	500,00
ROÇADEIRA COSTAL MOTORIZADA	1	BOM	700,00
TOTAL			1.200,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
RENDA DO BAR (CALDO DE CANA E OUTROS)	6.000,00
TOTAL	6.000,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	87.200,00

II.17- PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 17 **PROPONENTE: ONIÉZIA DA CONCEIÇÃO LIMA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 1150556 IFP/RJ** **CPF: 072 684 517 50**

Nº LOTE: 17 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					AIPIM ( )					PISCICULTURA (X)					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	539,00	300,00	1,12	700,00	1.390,00
2	1	0		663,00	0,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	700,00	940,00
3	1	15000	fruto	813,00	6.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	6.700,00	1.090,00
4	1	20000	fruto	963,00	8.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	8.700,00	1.240,00
5	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	10.700,00	1.370,00
6	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	10.700,00	1.370,00
7	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	10.700,00	1.370,00
8	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	10.700,00	1.370,00
9	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	10.700,00	1.370,00
10	1	25000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,02	100	kg	89,00	300,00	1,12	10.700,00	1.370,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Roçadeira Costal Motoriz.	Piscicultura 200 m²					
1ª PARCELA	1.500,00	500,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	1.500,00	500,00	0	0	0	2.000,00	

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
ONIÉZIA DA CONCEIÇÃO LIMA

EMATER - RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	700,00	700,00	6.700,00	8.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00
OUTRAS RECEITAS	6.240,00	6.240,00	6.240,00	6.240,00	6.240,00	6.240,00	6.240,00	6.240,00	6.240,00	6.240,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	8.940,00	6.940,00	12.940,00	14.940,00	16.940,00	16.940,00	16.940,00	16.940,00	16.940,00	16.940,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.390,00	940,00	1.090,00	1.240,00	1.370,00	1.370,00	1.370,00	1.370,00	1.370,00	1.370,00
DESPESA INVESTIMENTO	2.000,00									
MANUTENÇÃO FAMILIAR	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.173,00	1.173,00	1.173,00	1.173,00	1.173,00	1.173,00	1.173,00	1.173,00	1.173,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	5.790,00	4.513,00	4.795,00	4.870,00	4.992,00	4.984,00	4.976,00	4.967,00	4.959,00	4.951,00
Saldo (a - b)	3.150,00	2.427,00	8.145,00	10.070,00	11.948,00	11.956,00	11.964,00	11.973,00	11.981,00	11.989,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
ONIÉZIA DA CONCEIÇÃO LIMA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	2	80	BOM	20.000,00
TOTAL				20.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOENDA DE CANA	1	BOM	350,00
PULVERIZADOR DE 10 litros	1	BOM	20,00
PRANCHA	1	BOM	400,00
TOTAL			770,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINO	CAVALOS DE SERVIÇO	3	SRD	1.500,00
TOTAL				1.500,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
RENDA FAMILIAR COM OUTRAS ATIVIDADES	6.240,00
TOTAL	6.240,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	28.510,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

ONIÉZIA DA CONCEIÇÃO LIMA

II.18 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 18 **PROPONENTE: ORIDES DOS SANTOS** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 2185070 IFP/RJ** **CPF: 257 585 007 04**

Nº LOTE: 48 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL PARCIAL		
	CITRUS				( )	CANA DE AÇUCAR				( )	BANANA				( )	área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,5	0	cx	537,00	0,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	125	cx	657,00	625,00	1,3	2.245,00	1.548,00
2	0,5	0	cx	537,00	0,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	2.870,00	1.548,00
3	0,5	200	cx	1.057,00	1.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	3.870,00	2.068,00
4	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	4.870,00	2.068,00
5	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	5.870,00	2.068,00
6	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	5.870,00	2.068,00
7	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	5.870,00	2.068,00
8	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	5.870,00	2.068,00
9	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	5.870,00	2.068,00
10	0,5	600	cx	1.057,00	3.000,00	0,3	810	DZ	354,00	1620,00	0,5	250	cx	657,00	1.250,00	1,3	5.870,00	2.068,00

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO						TOTAL PARCIAL	
	AIPIM				(x)	área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	800,00	376,00
2	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	800,00	376,00
3	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	801,00	376,00
4	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	802,00	376,00
5	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	803,00	376,00
6	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	804,00	376,00
7	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	805,00	376,00
8	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	806,00	376,00
9	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	807,00	376,00
10	0,2	100	CX	376,00	800,00	0,2	800,00	376,00

Obs: Atividade/Exploração
( ) atual
(x) proposta pelo projeto

TOTAL GERAL		
área	receita	despesa
explorada	R$	R$
1,5	3.045,00	1.924,00
1,5	3.670,00	1.924,00
1,5	4.671,00	2.444,00
1,5	5.672,00	2.444,00
1,5	6.673,00	2.444,00
1,5	6.673,00	2.444,00
1,5	6.673,00	2.444,00
1,5	6.673,00	2.444,00
1,5	6.673,00	2.444,00
1,5	6.673,00	2.444,00

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
ORIDES DOS SANTOS

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

II.18 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 18 PROPONENTE: ORIDES DOS SANTOS CODIGO SIPRA: INCRA CI: 2185070 IFP/RJ CPF: 257 585 007 04

Nº LOTE: 48 ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 0,5 ha de Citrus	Custeio 0,5 ha de banana	Custeio 0,3 ha de cana	Custeio 0,2 ha de aipim			
1ª PARCELA	537,00	657,00	395,00	411,00		2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	537,00	657,00	395,00	411,00	0,00	2.000,00	

CEDI

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	3.045,00	3.670,00	4.671,00	5.672,00	6.673,00	6.673,00	6.673,00	6.673,00	6.673,00	6.673,00
OUTRAS RECEITAS	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	8.165,00	6.790,00	7.791,00	8.792,00	9.793,00	9.793,00	9.793,00	9.793,00	9.793,00	9.793,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.924,00	1.924,00	2.444,00	2.444,00	2.444,00	2.444,00	2.444,00	2.444,00	2.444,00	2.444,00
DESPESA INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.132,00	1.132,00	1.132,00	1.132,00	1.132,00	1.132,00	1.132,00	1.132,00	1.132,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.324,00	5.456,00	6.108,00	6.033,00	6.025,00	6.017,00	6.009,00	6.000,00	5.992,00	5.984,00
Saldo (a - b)	3.841,00	1.334,00	1.683,00	2.759,00	3.768,00	3.776,00	3.784,00	3.793,00	3.801,00	3.809,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
ORIDES DOS SANTOS

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	2	80	BOM	20.000,00
TOTAL				20.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
BOMBA SAPO	1	BOM	150,00
PULVERIZADOR COSTAL 20 LITROS	1	BOM	40,00
PRANCHA	1	BOM	400,00
TOTAL			590,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
APOSENTADORIA INSS	3.120,00
TOTAL	3.120,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	23.710,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

ORIDES DOS SANTOS

II.19 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 19 **PROPONENTE: PEDRO CARLOS DO NASCIMENTO** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 81640863 - IFP** **CPF**

Nº LOTE: 02 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					CITRUS ( )					BANANA (X)					área explorada	receita R$	despesa R$
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$			
1	0,75	0		497,00	0,00	0,2	80	cx	423,00	400,00	0,2	0		333,00	0,00	1,15	400,00	1.253,00
2	0,75	0		497,00	0,00	0,2	160	cx	423,00	800,00	0,2	50	cx	262,00	250,00	1,15	1.050,00	1.182,00
3	0,75	11250	fruto	610,00	4.500,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	6.200,00	1.295,00
4	0,75	15000	fruto	722,00	6.000,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	7.700,00	1.407,00
5	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	9.200,00	1.505,00
6	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	9.200,00	1.505,00
7	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	9.200,00	1.505,00
8	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	9.200,00	1.505,00
9	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	9.200,00	1.505,00
10	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	240	cx	423,00	1.200,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	1,15	9.200,00	1.505,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 0,75 ha de coco	Implantação 0,2 ha Banana	Reforma 400m cerca (4 fios	Pulverizador Costal 20 l			
1ª PARCELA	497,00	323,00	1.100,00	80,00		2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	497,00	323,00	1.100,00	80,00	0,00	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
PEDRO CARLOS DO NASCIMENTO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	400,00	1.050,00	6.200,00	7.700,00	9.200,00	9.200,00	9.200,00	9.200,00	9.200,00	9.200,00
OUTRAS RECEITAS	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.000,00	4.650,00	9.800,00	11.300,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.253,00	1.182,00	1.295,00	1.407,00	1.505,00	1.505,00	1.505,00	1.505,00	1.505,00	1.505,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.185,00	1.185,00	1.185,00	1.185,00	1.185,00	1.185,00	1.185,00	1.185,00	1.185,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.388,00	3.999,00	4.244,00	4.281,00	4.371,00	4.363,00	4.355,00	4.346,00	4.338,00	4.330,00
Saldo (a - b)	1.612,00	651,00	5.556,00	7.019,00	8.429,00	8.437,00	8.445,00	8.454,00	8.462,00	8.470,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
PEDRO CARLOS DO NASCIMENTO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	2	80	BOM	20.000,00
TOTAL				20.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
ROÇADEIRA COSTAL MOTORIZADA	1	BOM	700,00
TOTAL			700,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINO	CAVALO DE SERVIÇO	1	SRD	500,00
TOTAL				500,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
TRABALHO AUTÔNOMO	3.600,00
TOTAL	3.600,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	24.800,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

PEDRO CARLOS DO NASCIMENTO

II.20 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 20 **PROPONENTE: RAFAEL MARQUES PAES LEME** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 543437903 TRE/RJ** **CPF: 397 093 617 91**

Nº LOTE: 49 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 6,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					BANANA ( )					CITRUS ( )					área explorada	receita R$	despesa R$
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$			
1	0,75	0		497,00	0,00	0,2	0		333,00	0,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	2.000,00	1.887,00
2	0,75	0		497,00	0,00	0,2	50	cx	262,00	250,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	2.250,00	1.816,00
3	0,75	11250	fruto	610,00	4.500,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	7.000,00	1.929,00
4	0,75	15000	fruto	722,00	6.000,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	8.500,00	2.041,00
5	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	10.000,00	2.139,00
6	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	10.000,00	2.139,00
7	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	10.000,00	2.139,00
8	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	10.000,00	2.139,00
9	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	10.000,00	2.139,00
10	0,75	18750	fruto	820,00	7.500,00	0,2	100	cx	262,00	500,00	0,5	400	cx	1.057,00	2.000,00	1,45	10.000,00	2.139,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 0,75 ha de coco	Reforma 550 m cerca (4 fios)					
1ª PARCELA	497,00	1.503,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	497,00	1.503,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
RAFAEL MARQUES PAES LEME

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	2.000,00	2.250,00	7.000,00	8.500,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	7.960,00	6.210,00	10.960,00	12.460,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00	13.960,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.887,00	1.816,00	1.929,00	2.041,00	2.139,00	2.139,00	2.139,00	2.139,00	2.139,00	2.139,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	5.022,00	4.618,00	4.863,00	4.900,00	4.990,00	4.982,00	4.974,00	4.965,00	4.957,00	4.949,00
Saldo (a - b)	2.938,00	1.592,00	6.097,00	7.560,00	8.970,00	8.978,00	8.986,00	8.995,00	9.003,00	9.011,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
RAFAEL MARQUES PAES LEME

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	60	BOM	15.000,00
TOTAL				15.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
ESMERIL	1	RAZOÁVEL	120,00
PULVERIZADOR	1	RAZOÁVEL	20,00
PICADEIRA	1	RAZOÁVEL	150,00
TOTAL			290,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINO	ÉGUA DE SERVIÇO	1	SRD	500,00
BOVINO	TOURO	1	SRD	600,00
BOVINO	VACA	2	SRD	1.200,00
BOVINO	BEZERROS	3	SRD	600,00
TOTAL				2.900,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
PENSÃO	1.560,00
TRABALHO AUTÔNOMO	2.400,00
TOTAL	3.960,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	22.150,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

RAFAEL MARQUES PAES LEME

II.21 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 21 **PROPONENTE: RITA RAMOS DE SOUZA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI : 80959927 IFP/RJ** **CPF**

Nº LOTE: 23 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					AIPIM (X)					( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,5	0		332,00	0,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	1.200,00	896,00
2	0,5	0		332,00	0,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	1.200,00	896,00
3	0,5	7.500	fruto	407,00	3.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	4.200,00	971,00
4	0,5	10.000	fruto	482,00	4.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	5.200,00	1.046,00
5	0,5	12.500	fruto	547,00	5.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	6.200,00	1.111,00
6	0,5	12.500	fruto	547,00	5.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	6.200,00	1.111,00
7	0,5	12.500	fruto	547,00	5.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	6.200,00	1.111,00
8	0,5	12.500	fruto	547,00	5.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	6.200,00	1.111,00
9	0,5	12.500	fruto	547,00	5.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	6.200,00	1.111,00
10	0,5	12.500	fruto	547,00	5.000,00	0,3	150	CX	564,00	1.200,00						0,8	6.200,00	1.111,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 0,5 ha de coco	Custeio 0,3 ha de aipim	Ref 400m cerca (4 fios)				
1ª PARCELA	332,00	564,00	1.104,00			2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	332,00	564,00	1.104,00	0,00	0,00	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
RITA RAMOS DE SOUZA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.200,00	1.200,00	4.200,00	5.200,00	6.200,00	6.200,00	6.200,00	6.200,00	6.200,00	6.200,00
OUTRAS RECEITAS	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.000,00	4.000,00	7.000,00	8.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	896,00	896,00	971,00	1.046,00	1.111,00	1.111,00	1.111,00	1.111,00	1.111,00	1.111,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.192,00	1.192,00	1.192,00	1.192,00	1.192,00	1.192,00	1.192,00	1.192,00	1.192,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	3.632,00	3.720,00	3.927,00	3.927,00	3.984,00	3.976,00	3.968,00	3.959,00	3.951,00	3.943,00
Saldo (a - b)	2.368,00	280,00	3.073,00	4.073,00	5.016,00	5.024,00	5.032,00	5.041,00	5.049,00	5.057,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
RITA RAMOS DE SOUZA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	40	BOM	10.000,00
GALPÃO SECAGEM DE ERVAS (ALV.)	1	20	BOM	6.500,00
TOTAL				16.500,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
ROÇADEIRA COSTAL MOTORIZADA	1	BOM	700,00
MOTOBOMBA	1	BOM	180,00
PULVERIZADOR COSTAL 5 litros	1	BOM	20,00
ROLDETE PARA AMNDIOCA	1	BOM	150,00
TOTAL			1.050,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
TOTAL				0,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA	2.800,00
TOTAL	2.800,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	20.350,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

RITA RAMOS DE SOUZA

II.22 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 22 **PROPONENTE: ROSÂNGELA FERREIRA RAMOS DE OLIVEIRA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 22775 PM/RJ** **CPF: 684 909 847 00**

Nº LOTE: 08 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					PISCICULTURA ( )					( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1,4	0		927,00	0,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	600,00	1.107,00
2	1,4	0		927,00	0,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	600,00	1.107,00
3	1,4	21000	fruto	1.138,00	8.400,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	9.000,00	1.318,00
4	1,4	28000	fruto	1.348,00	11.200,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	11.800,00	1.528,00
5	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	14.600,00	1.710,00
6	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	14.600,00	1.710,00
7	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	14.600,00	1.710,00
8	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	14.600,00	1.710,00
9	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	14.600,00	1.710,00
10	1,4	35000	fruto	1.530,00	14.000,00	0,04	200	kg	180,00	600,00						1,44	14.600,00	1.710,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio de 1 ha de Coco	Pulverizador Costal	Abert 200 m de dreno	Ref 260 m cerca (4 fios)			
1ª PARCELA	663,00	80,00	538,00	719,00		2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	663,00	80,00	538,00	719,00	0,00	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
ROSÂNGELA FERREIRA RAMOS DE OLIVEIRA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	600,00	600,00	9.000,00	11.800,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00
OUTRAS RECEITAS	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.200,00	4.200,00	12.600,00	15.400,00	18.200,00	18.200,00	18.200,00	18.200,00	18.200,00	18.200,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.107,00	1.107,00	1.318,00	1.528,00	1.710,00	1.710,00	1.710,00	1.710,00	1.710,00	1.710,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.076,00	3.932,00	4.275,00	4.410,00	4.584,00	4.576,00	4.568,00	4.559,00	4.551,00	4.543,00
Saldo (a - b)	2.124,00	268,00	8.325,00	10.990,00	13.616,00	13.624,00	13.632,00	13.641,00	13.649,00	13.657,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
ROSÂNGELA FERREIRA RAMOS DE OLIVEIRA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	3	120	BOM	30.000,00
TOTAL				30.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
ROÇADEIRA COSTAL MOTORIZADA	1	BOM	700,00
TOTAL			700,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINO	CAVALO DE SERVIÇO	1	SRD	500,00
TOTAL				500,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA	3.600,00
TOTAL	3.600,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	34.800,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU ROSÂNGELA FERREIRA RAMOS DE OLIVEIRA

II. 23 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 23 PROPONENTE: SEVERINO BARBOSA DAVID **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI: 04745599-3 IFP/RJ** **CPF : 540 174 327 00**

Nº LOTE: 52 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	COCO ANÃO VERDE ( )					AIPIM ( )					MILHO ( )					área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	1	0		663,00	0,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	1.000,00	1.101,00
2	1	0		663,00	0,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	1.000,00	1.101,00
3	1	15.000	fruto	813,00	6.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	7.000,00	1.251,00
4	1	20.000	fruto	963,00	8.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	9.000,00	1.401,00
5	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	11.000,00	1.531,00
6	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	11.000,00	1.531,00
7	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	11.000,00	1.531,00
8	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	11.000,00	1.531,00
9	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	11.000,00	1.531,00
10	1	25.000	fruto	1.093,00	10.000,00	0,1	50	CX	188,00	400,00	0,5	3	t	250,00	600,00	1,6	11.000,00	1.531,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Custeio 0,75 ha de coco	Roçadeira Costal Motorizada					
1ª PARCELA	500,00	1.500,00				2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
SEVERINO BARBOSA DAVID

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.000,00	1.000,00	7.000,00	9.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00
OUTRAS RECEITAS	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	6.600,00	4.600,00	10.600,00	12.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	1.101,00	1.101,00	1.251,00	1.401,00	1.531,00	1.531,00	1.531,00	1.531,00	1.531,00	1.531,00
DESPESA INVESTIMENTO	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.161,00	1.161,00	1.161,00	1.161,00	1.161,00	1.161,00	1.161,00	1.161,00	1.161,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	4.233,00	3.894,00	4.176,00	4.251,00	4.373,00	4.365,00	4.357,00	4.348,00	4.340,00	4.332,00
Saldo (a - b)	2.367,00	706,00	6.424,00	8.349,00	10.227,00	10.235,00	10.243,00	10.252,00	10.260,00	10.268,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
SEVERINO BARBOSA DAVID

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	AREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	40	BOM	10.000,00
TOTAL				10.000,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOTOBOMBA	1	BOM	180,00
PULVERIZADOR COSTAL	1	BOM	40,00
AUTOMÓVEL MONZA 1989	1	BOM	5.000,00
TOTAL			5.220,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINOS	ANIMAIS DE SERVIÇO	3	SRD	1.500,00
BOVINO	VACA	1	SRD	600,00
BOVINO	BEZERRO	3	SRD	600,00
TOTAL				2.700,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
TRABALHO AUTÔNOMO	3.600,00
TOTAL	3.600,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	21.520,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

SEVERINO BARBOSA DAVI

II.24 - PROJETOS INDIVIDUAIS

Nº 24 **PROPONENTE: SEVERINO VALENTIM DE LIMA** **CODIGO SIPRA: INCRA** **CI : 16984999 IFP/RJ** **CPF: 223 960 807 25**

Nº LOTE 18 **ÁREA TOTAL DO LOTE: 3,0 ha**

A - SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTA

ANO	ATIVIDADE / EXPLORAÇÃO															TOTAL		
	AIPIM				( )	SUINOCULTURA				( )					( )	área	receita	despesa
	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	área/cab	produção	unid	custo R$	receita R$	explorada	R$	R$
1	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
2	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
3	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
4	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
5	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
6	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
7	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
8	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
9	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00
10	0,5	250	cx	940,00	2.000,00	50	3.000	KG	2.900,00	6.000,00						50,5	8.000,00	3.840,00

Obs: Atividade/Exploração ( ) atual (x) proposta pelo projeto

B - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO

PARCELA	ITENS FINANCIADOS					TOTAL	Época de Liberação (mês/ano)
	Ref 730 m de cerca (4 fios)						
1ª PARCELA	2.000,00					2.000,00	Jan/00
2ª PARCELA						0,00	
3ª PARCELA						0,00	
TOTAL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
SEVERINO VALENTIM DE LIMA

EMATER-RIO

C - ANÁLISE FINANCEIRA

	1º ano 2000	2º ano 2001	3º ano 2002	4º ano 2003	5º ano 2004	6º ano 2005	7º ano 2006	8º ano 2007	9º ano 2008	10º ano 2009
ENTRADAS (a)										
RECEITAS ATIVIDADES EXPLORADAS	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
OUTRAS RECEITAS	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00	1.560,00
ESTE FINANCIAMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	11.560,00	9.560,00	9.560,00	9.560,00	9.560,00	9.560,00	9.560,00	9.560,00	9.560,00	9.560,00
SAÍDAS (b)										
CUSTOS DAS ATIVIDADES EXPLORADAS	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00
DESPESA INVESTIMENTO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO FAMILIAR	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00	1.632,00
OUTRAS DÍVIDAS		1.191,00	1.191,00	1.191,00	1.191,00	1.191,00	1.191,00	1.191,00	1.191,00	1.191,00
ENCARGOS FINANCEIROS DESTE PROJETO			132,00	57,00	49,00	41,00	33,00	24,00	16,00	8,00
Total (b)	7.472,00	6.663,00	6.795,00	6.720,00	6.712,00	6.704,00	6.696,00	6.687,00	6.679,00	6.671,00
Saldo (a - b)	4.088,00	2.897,00	2.765,00	2.840,00	2.848,00	2.856,00	2.864,00	2.873,00	2.881,00	2.889,00
Reembolso do Financiamento			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00

Reembolso em Parcelas anuais com vencimento nos meses de OUTUBRO

D - PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE SUPERVISÕES CREDITÍCIAS ANUAIS

ANUAL	MÊS
1ª SUPERVISÃO	março
2ª SUPERVISÃO	julho
3ª SUPERVISÃO	novembro

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO
SEVERINO VALENTIM DE LIMA

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

E - INFRAESTRUTURA / PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO

BENFEITORIAS

DISCRIMINAÇÃO	Nº	ÁREA / m2	ESTADO	VALOR (R$)
CASA DE ALVENARIA	1	40	BOM	7.500,00
POCILGA	1	30	PREC	2.600,00
TOTAL				10.100,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TIPO	Nº	ESTADO	VALOR (R$)
MOENDA	1	BOM	350,00
PRANCHA	1	BOM	400,00
PULVERIZADOR COSTAL	1	BOM	40,00
CARRO PICK-UP 63	1	RAZOÁVEL	2.000,00
TOTAL			2.790,00

TERRAS

ESPECIFICAÇÃO DE USO	ESTADO	VALOR (R$)
TERRA PÚBLICA		0,00
TOTAL		0,00

ANIMAIS

ESPÉCIE	ESPECIFICAÇÃO	Nº	RAÇA	VALOR (R$)
EQUINO	ÉGUAS DE SERVIÇO	2	SRD	1.000,00
ASININO	BURRO	1	SRD	700,00
TOTAL				1.700,00

OUTROS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
APOSENTADORIA	1.560,00
TOTAL	1.560,00

PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO	VALOR (R$)
Benfeitorias + Máquinas e Equip + Terras + Animais + Outros recursos	16.150,00

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

SEVERINO VALENTIM DE LIMA

III - RESUMO FINANCEIRO DOS ITENS A FINANCIAR

NOME	ITEM FINANCIADO																ITEM FINANCIADO									
	CUSTEIO COCO		REF CERCA		CUSTEIO AIPIM		PULV COSTAL		ROÇADEIRA COST		CUSTEIO CITRUS		IRRIGAÇÃO		DRENAGEM		MOENDA		PISCICULTURA		CUSTEIO BANANA		CUSTEIO CANA		IMPLANT BANANA	
	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR
	ha	R$	m	R$	ha	R$	ud	R$			ha	R$	ha	R$	m	R$	ud	R$	m²	R$	ha	R$	ha	R$	ha	R$
ADENIR DE F. MEDEIROS	1	663,00	350	961,00	0,2	376,00																				
DARCY DE A.ABRAHÃO	1	663,00	457	1.257,00			1	80,00																		
EDIVALDO CABRAL DA CUNHA	0,64	420,00					1	80,00	1	1.500,00																
GERALDO IVO DA ROCHA			568	2.000,00																						
IRAPUAN CASSIA DE PAIVA	0,64	420,00					1	80,00	1	1.500,00																
JADYR LOPES DE LIMA	0,64	420,00					1	80,00	1	1.500,00																
JORGE GONÇALVES DA SILVA									1	1.500,00	0,5	500,00														
JOSÉ ANTONIO DE AMORIM	1	663,00	486	1.337,00																						
JOSÉ CARLOS DO N. PAULA			195	536,00	1	1.464,00																				
JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES	1,4	927,00	390	1.073,00																						
JOSÉ PINHEIRO FILHO	1	663,00	486	1.337,00																						
LUZINETE F. MACHADO	1,2	796,00			0,6	1.124,00	1	80,00																		
MANOEL DE JESUS DA SILVA	1	663,00	498	1.367,00																						
MARIA AMÉLIA FERREIRA	0,32	240,00	570	1.572,00	0,1	188,00																				
MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA	1	507,00											0,6	1.493,00												
MARIANA DOS SANTOS	0,5	322,00					1	80,00	1	1.500,00																
MARIO PONTES					0,2	376,00	1	80,00									1	1.500,00								
ONIEZIA DA CONCEIÇÃO LIMA									1	1.500,00									200	500,00						
ORIDES DOS SANTOS					0,22	411,00					0,5	537,00									0,5	657,00	0,3	395,00		
PEDRO C.DO NASCIMENTO	0,75	497,00	400	1.100,00			1	80,00																	0,2	323,00
RAFAEL MARQUES PAES LEME	0,75	497,00	550	1.503,00																						
RITA RAMOS DE SOUZA	0,5	332,00	400	1.104,00	0,3	564,00																				
ROSANGELA F.R. OLIVEIRA	1	663,00	260	719,00			1	80,00							200	538,00										
SEVERINO BARBOSA DAVID	0,75	500,00							1	1.500,00																
SEVERINO VALENTIN DE LIMA			730	2.000,00																						
TOTAL	**15,09**	**9.856,00**	**6340**	**17.866,00**	**2,62**	**4.503,00**	**9**	**720,00**	**7**	**10.500,00**	**1**	**1.037,00**	**0,6**	**1.493,00**	**200**	**538,00**	**1**	**1.500,00**	**200**	**500,00**	**0,5**	**657,00**	**0,3**	**395,00**	**0,2**	**323,00**
Nº PROJETOS		**18**		**14**		**7**		**9**		**7**		**2**		**1**		**1**		**1**		**1**		**1**		**1**		**1**

PROCERA
P.A. SÃO BERNARDINO

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

Dezembro 1999

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

V- RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS/ATIVIDADE:

CULTURA DO COCO-VERDE

- Fazer análise de solo para programar adubação
- Manter a cultura impecavelmente coroada
- Monitorar a cultura para controlar a tempo pragas e doenças
- Ao fazer culturas intercalares, respeitar o espaço de pelo menos 1 metro a partir da projeção da copa do coqueiro.
- Fazer pulverizações quinzenais com adubo foliar orgânico (supermagro, urina de vaca fermentada ou biofertilizante. Não fazer pulverizações com sol quente.
- Não cortar folhas ainda verdes, capazes de exsudar seiva.
- Fazer limpeza constantemente, retirando todo o material seco e queimando-o.
- Procurar imediatamente a EMATER em qualquer caso de anormalidade

REFORMA DE CERCA

- ADQUIRIR MADEIRA DE BOA QUALIDADE E COM CERNE (SABIÁ OU PARAJU)
- Colocar mourões a cada 3 metros
- Fazer tratamento dos mourões antes de fincá-los, com óleo queimado com preparado adequado. Não usar cimento para forrar a cova de fincamento.

CUSTEIO DE AIPIM

- Fazer análise de solo para programar adubação e calagem
- Usar manivas (ramas) de boa qualidade, recém cortadas e colhidas, e sem sinais de podridão
- Cortar as ramas para que tenham pelo menos três gemas (brotos) em cada uma.
- Usar espaçamento 1,00 x 1,00 ou fileiras duplas 2,00 x 0,60 x 0,60

ROÇADEIRA COSTAL

- Adquirir um bem novo ,seguindo o manual de garantia e de uso do equipamento.
- Efetuar as manutenções periódicas que o equipamento requer.

PROCERA – P.A. SÃO BERNARDINO
EMATER-RIO NOVA IGUAÇU
DEZEMBRO 1999

- Proceder a limpeza do bem e a sua guarda a cada utilização no intuito de aumentar a vida útil do mesmo.
- Procurar utilizar o equipamento somente para funções agrícolas que é destinado.
- Comunicar a Assistência Técnica (EMATER-RIO) qualquer problema ocorrido com o equipamento.

PULVERIZADOR

- Adquirir um bem novo ,seguindo o manual de garantia e de uso do equipamento.
- Efetuar as manutenções periódicas que o equipamento requer.
- Proceder a limpeza do bem e a sua guarda a cada utilização no intuito de aumentar a sua conservação.
- Evitar que o pulverizador e a mangueira fiquem com resíduos de produtos químicos por um período excessivo de tempo.
- Evitar deixar o pulverizador excessivamente exposto ao sol sem estar utilizando para evitar redução de sua vida útil.
- Procurar utilizar o equipamento somente para funções agrícolas que é destinado.
- Comunicar a Assistência Técnica (EMATER-RIO) qualquer problema ocorrido com o equipamento

CUSTEIO DE CITRUS

- Fazer análise de Solo para programar a adubação
- Não fazer capinas no pomar. Manter o mato baixo através de roçada.
- Não fazer culturas intercalares.
- Manter a coroa limpa abafando o mato com cobertura morta, tomando cuidado para que a palha não fique encostada no tronco, provocando um ambiente úmido propício ao aparecimento de gomose.
- Monitorar a cultura para controlar a tempo pragas e doenças
- Fazer pulverizações quinzenais com adubo foliar orgânico (supermagro, urina de vaca fermentada ou biofertilizante. Não fazer pulverizações com sol quente.

IRRIGAÇÃO

- Adquirir equipamentos novos.
- Fazer manutenções periódicas de acordo com as recomendações técnicas.

PROCERA – P.A. SÃO BERNARDINO
EMATER-RIO NOVA IGUAÇU
DEZEMBRO 1999

DRENO

- Abrir drenos com 1,50 de largura e 1,20 m de profundidade
- Usar retroescavadeira com caçamba trapezoidal
- Proteger as bordas do dreno com feijão guandu, a fim de fazer sombreamento que iniba o crescimento de ervas invasoras e evitar desbarrancamentos.

MOENDA

- Adquirir material novo e com peças em inox.
- Adquirir moenda com potência mínima de 200 litros de caldo por hora.
- Fazer manutenção de acordo com o Manual do Fabricante.

PISCICULTURA

- Adquirir alevinos de tilápia ou carpa de boa procedência
- Fazer a s adubações recomendadas
- Manter a água com bom índice de oxigênio
- Proteger o tanque da proliferação excessiva de traíras. Caso o peixamento seja de carpas em vez de tilápias, a população de traíras deve ser zero.
- Manter a proporção de 1 peixe adulto para cada 2 m² de tanque.

IMPLANTAÇÃO BANANA

- Fazer análise de solo para programar adubação e calagem
- Usar mudas de boa procedência e livre de brocas
- Fazer o plantio agrupando as mudas por tipo e peso (pedaço de rizoma, chifrinho, chifre)
- No caso de usar mudas do tipo "pedaço de rizoma", lavá-las em bastante água, cortar raízes velhas e parti-las em pedaços de 500 a 800 g que possuam gemas (brotos). Cevá-las durante 3 semanas antes de levá-las às covas.
- Evitar usar mudas do tipo "guarda chuva".
- Fazer covas de 0,40 x 0,40 x 0,40. Abrir mais se o solo estiver endurecido.
- Respeitar espaçamento de 3,00 x 3,00 m .
- Manter as touceiras desbastadas, deixando 3 pés por touceira (mãe, filha e neta)

PROCERA – P A. SÃO BERNARDINO
EMATER-RIO NOVA IGUAÇU
DEZEMBRO 1999

CUSTEIO BANANA

- Fazer análise de solo para programar adubação.
- Fazer armadilhas para controlar moleque da bananeira (tipo telha ou tipo queijo). A armadilha tipo queijo costuma ser mais eficaz.
- Não fazer amontoa de terra ou lixo nos pés de banana.
- Manter as touceiras desbastadas, deixando 3 pés por touceira (mãe, filha e neta)
- Costar folhas secas e com sinal de Mal de Sigatoka com foice bifurcada. Fazer os cortes sempre de baixo para cima, e nunca ao contrário.
- Cortar o umbigo do caho quando ele estiver a uma distância de 20 a 30 cm da última penca.
- Ao cortar os cachos, aparar a queda, não deixando que bata no chão.
- Lavar as pencas em tanque de água com detergente neutro (200 ml para 200 litros de água) antes de comercializar. Evitar bater as pencas, manuseá-las com cuidado.

CUSTEIO DE CANA

- Fazer análise de solo para programar adubação.
- Fazer corte bem próximo ao chão.
- Fazer controle biológico contra broca da cana.

CEDIN

PROCERA – P.A. SÃO BERNARDINO
EMATER-RIO NOVA IGUAÇU
DEZEMBRO 1999

IV - RESUMO FINANCEIRO POR PROJETO

Nº PROJETO	NOME	VALOR TOTAL R$
1	ADENIR DE FREITAS MEDEIROS	2.000,00
2	DARCY DE ALMEIDA ABRAHÃO	2.000,00
3	EDIVALDO CABRAL DA CUNHA	2.000,00
4	GERALDO IVO DA ROCHA	2.000,00
5	IRAPUAN CASSIA DE PAIVA	2.000,00
5A	JADYR LOPES DE LIMA	2.000,00
6	JORGE GONÇALVES DA SILVA	2.000,00
7	JOSÉ ANTONIO DE AMORIM	2.000,00
8	JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO PAULA	2.000,00
9	JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES	2.000,00
10	JOSÉ PINHEIRO FILHO	2.000,00
11	LUZINETE FRANCELINO MACHADO	2.000,00
12	MANOEL DE JESUS DA SILVA	2.000,00
13	MARIA AMÉLIA FERREIRA	2.000,00
14	MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA	2.000,00
15	MARIANA DOS SANTOS	1.912,00
16	MARIO PONTES	1.956,00
17	ONIEZIA DA CONCEIÇÃO LIMA	2.000,00
18	ORIDES DOS SANTOS	2.000,00
19	PEDRO CARLOS DO NASCIMENTO	2.000,00
20	RAFAEL MARQUES PAES LEME	2.000,00
21	RITA RAMOS DE SOUZA	2.000,00
22	ROSANGELA F.R. OLIVEIRA	2.000,00
23	SEVERINO BARBOSA DAVID	2.000,00
24	SEVERINO VALENTIN DE LIMA	2.000,00
	TOTAL	49.868,00

VI - ORÇAMENTOS

CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE AIPIM

INSUMO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
MANIVAS	m³	10,0	4,00	40,00	2,1
CALCÁRIO	t	2,0	72,00	144,00	7,7
URÉIA	Kg	45,0	0,45	20,25	1,1
CLORETO DE POTÁSSIO	Kg	90,0	0,60	54,00	2,9
SUPERFOSFATO SIMPLES	Kg	300,0	0,36	108,00	5,7
EMBALAGEM	caixa	500,0	0,60	300,00	16,0
Reserva Técnica para Agrotóxicos	%	5,0		33,31	1,8
SUB-TOTAL INSUMOS:				**699,56**	**37,2**

SERVIÇOS	UNID	QUANTI	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
ARAÇÃO	h/T	4,0	25,00	100,00	5,3
GRADAGEM	h/T	2,0	25,00	50,00	2,7
CALAGEM	d/h	2,0	10,00	20,00	1,1
ADUBAÇÕES	d/h	3,0	10,00	30,00	1,6
PLANTIO	d/h	5,0	10,00	50,00	2,7
CAPINA	d/h	30,0	10,00	300,00	16,0
PULVERIZAÇÕES	d/h	5,0	10,00	50,00	2,7
COLHEITA	d/h	30,0	10,00	300,00	16,0
CLASSIFICAÇÃO	d/h	10,0	10,00	100,00	5,3
OUTROS	d/h	3,0	10,00	30,00	1,6
FRETE	Caixa	500,0	0,30	150,00	8,0
SUB-TOTAL SERVIÇOS:				**1.180,00**	**62,8**
TOTAL GERAL :				**1.879,56**	**100,0**

PROCERA - P.A. SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER - RIO NOVA IGUAÇU

CUSTO DE IMPLANTAÇAO PARA 1,0 HA DA CULTURA DA BANANA

INSUMOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
MUDAS	ud	900,0	1,00	900,00	54,0
CALCÁRIO	t	0,5	72,00	36,00	2,2
ESTERCO	m^3	6,0	15,00	90,00	5,4
URÉIA	Kg	88,0	0,45	39,60	2,4
SUPERFOSFATO SIMPLES	Kg	333,0	0,36	119,88	7,2
CLORETO DE POTÁSSIO	Kg	67,0	0,60	40,20	2,4
SUB-TOTAL INSUMOS				1.105,80	66,4

SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
ROÇADA	d/h	8,0	10,00	80,00	4,8
COVEAMENTO	d/h	15,0	10,00	150,00	9,0
ADUBAÇÕES	d/h	3,0	10,00	30,00	1,8
SELEÇÃO MUDAS	d/h	1,0	10,00	10,00	0,6
TRATAMENTO MUDAS	d/h	1,0	10,00	10,00	0,6
PLANTIO	d/h	8,0	10,00	80,00	4,8
LIMPEZA / DESBASTE	d/h	20,0	10,00	200,00	12,0
SUB-TOTAL SERVIÇOS				560,00	33,6

TOTAL GERAL :				1.665,80	100,0

PROCERA P.A. SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER-RIO NOVA IGUAÇU

CUSTEIO 1,0 HA DE BANANA

INSUMOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
Esterco de Curral	m3	10,0	15,00	150,00	11,4
Uréia	kg	134,0	0,45	60,30	4,6
Supergosfato Simples	kg	167,0	0,36	60,12	4,6
Cloreto de Potássio	kg	200,0	0,60	120,00	9,1
EMBALAGEM	Unidade	500,0	0,60	300,00	22,8
Res Técnica p/Agrotóxicos	%	5		34,52	2,6
SUB-TOTAL INSUMOS				**724,94**	**55,1**

SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
LIMPEZA	d/h	15,0	10,00	150,00	11,4
DESBASTE	d/h	5,0	10,00	50,00	3,8
ROÇADA	d/h	10,0	10,00	100,00	7,6
ADUBAÇÃO	d/h	2,0	10,00	20,00	1,5
COLHEITA	d/h	25,0	10,00	250,00	19,0
BENEFICIAM. CLASSIFIC.	d/h	8,0	10,00	80,00	6,1
EMBALAGEM	d/h	7,0	10,00	70,00	5,3
CONTROLE MOLEQUE	d/h	5,0	10,00	50,00	3,8
FRETE	Caixa	500,0	0,30	150,00	11,4
SUB-TOTAL SERVIÇOS				590,00	44,9

TOTAL GERAL :				1.314,94	100,0

PROCERA - P.A. SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER-RIO NOVA IGUAÇU

CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE CANA SOCA

INSUMO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
URÉIA	Kg	180,0	0,45	81,00	6,8
CLORETO DE POTÁSSIO	Kg	134,0	0,60	80,40	6,8
SUPERFOSFATO SIMPLES	Kg	250,0	0,36	90,00	7,6
Res Téc p/ Agrotóxicos/Contr.Biol.	%	10,0		33,24	2,8
SUB-TOTAL INSUMOS:				**284,64**	24,0

SERVIÇOS	UNID	QUANTI	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
ENLEIRAMENTO	d/h	10,0	10,00	100,00	8,4
CAPINA	d/h	30,0	10,00	300,00	25,3
ADUBAÇÕES	d/h	3,0	10,00	30,00	2,5
PULVERIZ./CONTR.BIOLÓGICO	d/h	2,0	10,00	20,00	1,7
CORTE	d/h	15,0	10,00	150,00	12,7
FRETE	dz	3000,0	0,10	300,00	25,3

SUB-TOTAL SERVIÇOS:	**900,00**	**76,0**
TOTAL GERAL :	**1.184,64**	**100,0**

CUSTO DE FORMAÇÃO PARA 1,0 ha DE CITRUS (Citrus spp.) .

INSUMOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
ESTERCO	m3	10,0	15,00	150,00	14,0
URÉIA	Kg	67,0	0,45	30,15	2,8
SUPERFOSFATO SIMPLES	Kg	134,0	0,36	48,24	4,5
CLORETO DE POTÁSSIO	Kg	81,0	0,60	48,60	4,5
Res Técnica p/ Agrotóxicos	%	35,0		96,95	9,0
SUB-TOTAL INSUMOS :				373,94	34,8

SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
DESBROTA	d/h	7,0	10,00	70,00	6,5
COROAMENTO/ROÇADA	d/h	30,0	10,00	300,00	27,9
PULVERIZAÇÕES	d/h	20,0	10,00	200,00	18,6
ADUBAÇÃO de FORMAÇÃO	d/h	8,0	10,00	80,00	7,4
OUTROS	d/h	5,0	10,00	50,00	4,7
SUB-TOTAL SERVIÇOS :				700,00	65,2

TOTAL GERAL :				1.073,94	100

CUSTO 2º ANO DE FORMAÇÃO 1 HA DE DO COCO - ANÃO .

INSUMOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
Boro	Kg	3,0	3,20	9,60	1,4
Uréia	Kg	74,0	0,45	33,30	5,0
Superfosfato Simples	Kg	70,0	0,36	25,20	3,8
Cloreto de Potássio	Kg	148,0	0,60	88,80	13,4
Esterco de Curral	m3	8	15	120,00	18,1
Res.Téc.p/Agrotóxicos	%	20		55,38	8,4
SUB-TOTAL INSUMOS :				332,28	50,2

SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
ROÇADA	d/h	10,0	10,00	100,00	15,1
COROAMENTO	d/h	10,0	10,00	100,00	15,1
ADUBAÇÃO	d/h	2,0	10,00	20,00	3,0
CONTROLE PRAGAS	d/h	6,0	10,00	60,00	9,1
OUTROS	d/h	5,0	10,00	50,00	7,5
SUB-TOTAL SERVIÇOS :				330,00	49,8

TOTAL GERAL :				662,28	100,0

CUSTO DE PRODUÇÃO DE PISCICULTURA (Tanque de 200 m2):

INSUMO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
CALCÁRIO	Kg	60,0	0,10	6,00	1,1
SULFATO DE AMÔNIA	KG	2,6	0,40	1,04	0,2
SUPERFOSFATO SIMPLES	Kg	1,5	0,36	0,54	0,1
ESTERCO DE BOI	m3	0,12	15,00	1,80	0,3
ALEVINOS	milheiro	1,0	80,00	80,00	14,8
SUB-TOTAL INSUMOS:				**89,38**	**16,6**

SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
ROÇADA	d/h	3,0	10,00	30,00	5,6
ABERTURA DE TANQUE	H/T	12	35,00	420,00	77,9
SUB-TOTAL SERVIÇOS:				**450,00**	**83,4**

TOTAL GERAL :	**539,38**	**100,0**

PROCERA P.A. SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER RIO NOVA IGUAÇU

CUSTO DE REFORMA DE 1,0 Km DE CERCA DE ARAME FARPADO (4 fios) :					
INSUMO	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNIT (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**	**(%)**
ARAME FARPADO	ROLO 250 m	16,0	35,00	560,00	20,4
MOURÕES	DÚZIA	28,0	60,00	1.680,00	61,1
GRAMPOS DE CERCA	Kg	20,0	3,00	60,00	2,2
SUB-TOTAL INSUMOS:				**2.300,00**	**83,6**
SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
MÃO - DE - OBRA	d/h	45,0	10,00	450,00	16,4
SUB-TOTAL SERVIÇOS:				**450,00**	**16,4**
TOTAL GERAL :				**2.750,00**	**100,0**

Obs. : Em caso de reforma, não é necessária a aquisição de novos mochos

PROCERA P.A. SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

CUSTO DE REFORMA DE 1,0 Km DE CERCA DE ARAME FARPADO (8 fios) :

INSUMO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
ARAME FARPADO	ROLO 250 m	32,0	35,00	1.120,00	31,8
MOURÕES	DÚZIA	28,0	60,00	1.680,00	47,7
GRAMPOS DE CERCA	Kg	40,0	3,00	120,00	3,4
SUB-TOTAL INSUMOS:				**2.920,00**	**83,0**

SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)	(%)
MÃO - DE - OBRA	d/h	60,0	10,00	600,00	
SUB-TOTAL SERVIÇOS:				**600,00**	**17,0**

TOTAL GERAL :	**3.520,00**	**100,0**

Obs. : Em caso de reforma, não é necessária a aquisição de novos mochos

PROCERA P.A.SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

CUSTO DE ABERTURA DE 1 KM DE DRENO					
SERVIÇO	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNIT (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**	**(%)**
ROÇADA	d/h	3,0	10,00	30,00	**1,1**
MARCAÇÃO DE DRENOS	d/h	2,0	10,00	20,00	**0,7**
ABERTURA DE ~~TANQUE~~ DRENO	H/T	75	35,00	2.625,00	**98,1**
TOTAL				**2.675,00**	**100,0**

Obs: drenos com 1,20 m de alltura e seção de 1,5m², totalizando 1500 m³ de escavação.
Capacidade de escavação (retroescavadeira) : 20 m³ por hora.

PROCERA P.A SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER - RIO
NOVA IGUAÇU

PROCERA
P.A.SÃO BERNARDINO
Dezembro 1999

EMATER-RIO
NOVA IGUAÇU

CUSTO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO
CAPACIDADE PARA 6.000 M²

ITEM	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
MOTOBOMBA	1	580,00	580,00
TUBO AZUL 2"	64	12,00	768,00
SAÍDAS DE ASPERSOR	18	7,50	135,00
ASPERSOR COMPLETO	18	22,00	396,00
CAPS MACHO 2"	6	3,00	18,00
CURVA 90º 2"	2	9,00	18,00
DERIVAÇÃO FÊMEA 2"	1	9,50	9,50
REGISTROS GAVETA 2"	2	25,00	50,00
MANGOTE KP 2" (METRO)	5	13,40	67,00
VÁLVULA DE POÇO 2"	1	18,00	18,00
NIPLES DE FERRO 2"	2	4,00	8,00
BRAÇADEIRAS 2"	2	3,00	6,00
TOTAL			2.073,50

VII – EQUIPE DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER-RIO

NOME	FUNÇÃO
Luiz Carlos Januário da Cruz	Médico Veterinário
Marcio Luiz Clemente	Engenheiro Agrônomo
Maria Conceição Rosa	Engenheiro Agrônomo
Maria da Conceição da Luz Ferreira	Assistente Social / Supervisora Local
Reginaldo Tavares da Silva	Auxiliar Administrativo
Rudá Mendes	Engenheiro Agrônomo

VIII – EQUIPE ELABORADORA DO PROJETO

Elaboração:

- Maria Conceição Rosa – engenheira agrônoma CREA 46 599 D/ RJ

Colaboração:

- Marcio Luiz Clemente – engenheiro agrônomo
- Rudá Mendes – engenheiro agrônomo
- Luiz Carlos Januário da Cruz – médico veterinário

NOVA IGUAÇU, 8 de dezembro de 1999

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Engenheira Agrônoma – CREA 46599 D - RJ
EMATER-RIO Nova Iguaçu

IX - TERMO DE COMPROMISSO:

Como produtores assumimos o compromisso de executar o projeto dentro dos padrões técnicos estabelecidos, bem como, aplicar os recursos financeiros segundo o que está previsto nos orçamentos.

NOME DO PROPONENTE	ASSINATURA
ADENIR DE FREITAS MEDEIROS	
ARCY DE ALMEIDA ABRAHÃO	
EDIVALDO CABRAL DA CUNHA	
IRMUAN CASSIA DE PAIVA	
JORGE GONÇALVES DA SILVA	
JOSÉ ANTONIO DE AMORIM	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO DE PAULA	
JOSÉ JOVENTINO RODRIGUES	
JOSÉ PINHEIRO FILHO	
LUZINETE FRANCELINO MACHADO	
MANOEL DE JESUS SILVA	
MARIA AMÉLIA FERREIRA	
MARIANA DOS SANTOS	
PADRO CARLOS DO NASCIMENTO	
RAFAEL MARQUES PAES LEME	
RITA RAMOS DE SOUZA	
JADYR LOPES DE LIMA	
ROSANGELA FERREIRA R. OLIVEIRA	
SEVERINO BARBOSA DAVID	
SEVERINO VALENTIN DE LIMA	

CEDIM



FOLIA DOS MARAJÁS



REPÓRTER

LEVI

□ A fama dos marajás entrou mesmo na onda do Carnaval. Pelo menos dois clubes da Região dos Lagos estão promovendo seus bailes, satirizando os marajás: o Clube Campestre de Araruama e o São Pedro Esporte Clube. Em Cabo Frio, a Escola de Samba Em Cima da Hora faz referência aos marajás, na segunda-feira, com o enredo "Ulysses no País das Maravilhas". A escola vai mostrar as mazelas da "Nova República".

RÁPIDAS

***** A professora Yone Nogueira, fundadora do Albergue da Juventude Muxarabi e ex-diretora da Ferlagos, voou para a Europa.**

*** A Polícia Federal está no pé dos "pipeiros piratas" de Araruama, aqueles que estavam vendendo água suspeita à população.

***** O Prefeito Alair Corrêa não pretende continuar à frente do Governo**



Líder dos campone é ameaçado de mo

□ O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, está sendo ameaçado de morte pelos grileiros, que vêm aterrorizando os camponeses da Fazenda Campos Novos, zona rural de Cabo Frio. A denúncia é do Movimento dos Sem Terra, segundo o qual cinco trabalhadores já foram assassinados pelos grileiros, e várias famílias têm sido vítimas das violências, comandadas, impunimente, pelos grileiros, que agridem, expulsam pequenos produtores e destroem suas plantações. O clima em Campos Novos — antigo e sangrento foco de luta pela posse da terra — é tenso. Os conflitos na região são cada vez mais violentos.

□ O único argum ros é a bala de revólver insegurança dos traba — responsáveis pelo ab feiras livres do munic agravado na medida e nacional em torno da só tem murchado. As mais graves, feitas pub Movimento dos Sem T de providências urgente des. Enquanto há temp um banho de sangue questão da posse da te Campos Novos já se ar anos e já fez muitas víti um basta.

Invasões em Arraial acionam o

• O Delegado do Serviço do Patrimônio da União (SPU), no Es-

marítima de Arrial.

• Na Câmara, o Vereador Carlos Alberto

• O P ral do Mu Teixeira d

PROCURA-SE

☐ A fotografia do Deputado Federal José Carlos Pires Coutinho, do PL, com razoável reduto eleitoral em Cabo Frio e Arraial do Cabo, aparece num cartaz distribuído pela CUT, PDT, PT e PC do B, sob o título geral **Procura-se** em que estão as fotos dos políticos do **Centrão**, todos tratados de traidores do povo. O Deputado Pires Coutinho — que obteve 3 mil votos na região — é, agora, prefeitável em São Gonçalo.

DOS LAGOS

DE MOURA

eses

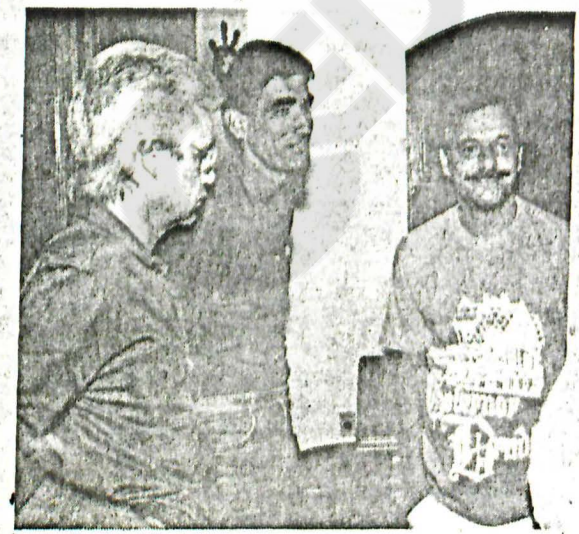
orte

ento dos grilei-
e a situação de
lhadores rurais
stecimento das
pio — tem se
que o debate
eforma agrária
denúncias, das
icamente, pelo
erra, precisam
das autorida-
para se evitar
o campo. A
a na Fazenda
sta há muitos
as. É hora de

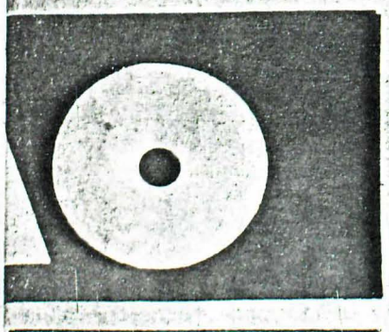
PU

ocurador Ge-
icípio, Edem
Mello, infor-
refeito pode-

ELEIÇÕES-88



• A eleição municipal em São Pedro da Aldeia vai ser durante. O eleitorado está dividido, hoje, entre os candidatos Iédio Rosa (no centro da foto) e o ex-prefeito Arruda Câmara, ambos do PMDB. Embora não confirme, o advogado José Antônio Ferreira da Costa, **Juquinha**, (bi-



E A CABOFRIENSE?

O Time da Cabofriense nas últimas partidas, não conseguiu nem um ponto. O time perdeu para o Fluminense e depois para o Americano, mas os torcedores não desanimam comparecem em massa em todos os jogos, para incentivar o seu time.

ALEXANDRE SANT'ANNA FERREIRA (FALANGE)

ORAÇAO DOS AFLITOS

Aflita se viu a Virgem aos pés de Jesus na Cruz, aflito me vejo eu, valei o sangue de Jesus com todas as minhas forças, por isso peço que ilumine os meus caminhos. Concedendo a graça que tanto desejo (fazer o pedido e mandar publicar no 3º dia e observe o que acontece no 4º dia).

Rita

abo Frio!

sa população e alguns que fazendo "média" com o povo cabista se posicionaram contra Cabo Frio, e outro como ex-prefeito de Cabo Frio que participou ativamente neste evento para conseguir um emprego com Leonel Brizola, ficando do lado da emancipação de Arraial do Cabo. Com isto Cabo Frio foi altamente prejudicado e perdeu 5% de sua arrecadação. Agora, vislumbrava um grande movimento para a emancipação do 3º distrito, que é Búzios, inclusive até temos candidato a prefeito que tem como plataforma de governo de Cabo Frio, a divisão do nosso município, simplesmente para conquistar os votos de Búzios. Mas agora a nova Constituição modifica a legislação que estabelece o direito de Fusão, Separação e Emancipação dos Distritos e Municípios. Antes por ocasião da Emancipação de Arraial do Cabo, somente o povo do local a ser emancipado era ouvido e o restante da população diretamente ligada aquele distrito não teve parte na opinião.

família, indicando o que possa existir ainda de falha na educação da criança, uma vez que nos primeiros anos dão os passos decisivos para o resto da vida, como está nos programas: ninguém melhor do que a mulher será capaz de fazê-lo.

SEM-TERRAS LUTAM PELO ASSENTAMENTO EM CAMPOS NOVOS

Eles são mais de 56 famílias, e fazem parte do Movimento dos Sem Terra, que lutam para conseguir o assentamento nas terras de Campos Novos onde segundo informações conseguida no Incra, a área está desapropriada pelo órgão.

Estas famílias vieram de várias localidades do estado, como Campos, Nova Iguaçu entre outros locais e instalaram-se de maneira provisória e praticamente sem condições, pois no local não há água, luz enfim falta uma estrutura mínima para viverem, mas mesmo com todas estas dificuldades eles dizem que vieram para ficar e não será a chuva, a fome que os tirará de lá, pois é talvez suas únicas chances de terem suas terras para lavrarem e criarem seus filhos.

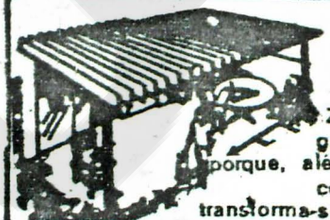
Eles vivem em sistema comunitário, onde nada é de ninguém e todos trabalham em igualdade de condições, as mulheres cuidam das crianças, lavam e cozinham, enquanto os homens plantam, e o que der na terra é consumido por todos.

Segundo sr. Manuel líder do grupo, esta situação precária deverá perdurar até maio, quando o Incra deverá fazer a medição das terras para então cadastrar as famílias que ali estão, além de verificarem se realmente estão plantando. Depois deste cadastramento, o órgão dará aos lavradores cadastrados, cerca de vinte mil cruzados para comprarem apetrechos, para poderem trabalhar na terra, assim que tiverem demarcado a terra e assentado cada família na área que tocar a cada um, será concedido um financiamento para o plantio, isto é, compra de grãos e insumos agrícolas, mas até isto acontecer, eles estão vivendo de maneira precária, pois o plantio que fizeram é apenas para o consumo de cozinha do acampamento, e mesmo assim, ainda está em fase de plantio e não de colheita.

Mas eles estão sendo ajudados por várias pessoas da comunidade de Cabo Frio, que através da radialista e jornalista Simone, tem conseguido donativos para os Sem Terra, ela já entregou a eles muitos alimentos, remédios e roupas, tendo mesmo encaminhado os doentes para o hospital, pois vários chegaram doentes. Mas o maior problema encontrado, foi a desnutrição das crianças, um senhor com problemas cardíacos e uma garota com problema de pele. Além de Simone, Frei Márcio da Igreja católica tem ajudado muito, e alguns militantes do PT.

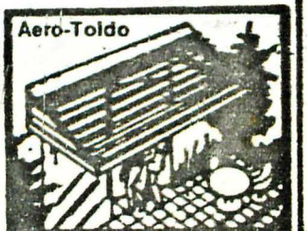
Os integrantes do Movimento dos Sem Terra, que estão lutando pelo assentamento em Campos Novos, apesar das condições adversas de vida, juram não desistir até conseguirem suas terras.

Aero-Teto Zetaflex.
Casa bem com a sua casa.



A Cobertura que abre e fecha. O Aero-Teto Zetaflex é um grande sucesso porque, além de cobrir com perfeição, transforma-se numa linda pergola a um suave toque no comando. Apresentando 19 tonalidades de acabamento, é todo de alumínio, não enferruja nem exige manutenção. Aero-Teto, a opção clara para quem quer a melhor cobertura

Aero-Toldo



Facilidades de pagamento
Orçamentos em sua casa sem compromisso.

ZETAFLEX

Adol Cabo Frio

Av. Santos Dumont, 585 loja 5

Tel.: 43-0146



Líder sindical que sofreu atentado continua em coma

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que sofreu um atentado a tiros em frente à Fazenda Campos Novos, continua internado em coma profunda no CTI do Hospital Santa Isabel, naquele município. A Deputada Jandira Feghali, do PC do B e o Relator da CPI da Terra, Deputado Luiz Paz Selles, também médicos, que visitaram o líder sindical interiorano, saíram dali abatidos com o estado clínico do paciente, que respira artificialmente.

Luiz Selles prometeu preparar um relatório sobre o atentado em Cabo Frio e juntá-lo à documentação da CPI da Terra. Ontem também chegou a Cabo Frio o delegado de Polícia Hélio Luz, enviado pelo Secretário Hélio Saboya para coordenar as investigações em torno do crime a que foi vítima Sebastião Lan, um dos posseiros da Fazenda Campos Novos, onde ocorrem conflitos desde 1968. Temporariamente, ele e 4 policiais do Rio vão ficar baseados na 134ª DP; em Armação de Búzios, em cuja jurisdição ocorreu o atentado.

O delegado apreendeu um revólver calibre 38 e 26 balas na Fazenda Campos Novos, no primeiro dia de investigações, e concluiu que os autores do crime foram dois e não três homens. Tratava-se de um negro de estatura mediana que permaneceu no volante de um Fusca branco e um indivíduo gordo e baixo que usava máscara e foi quem atirou em Sebastião. Segundo os depoimentos tomados ontem, o sindicalista pareceu reconhecer o carro e seus ocupantes logo que os viu, tanto que tentou correr, antes de ser atingido. Ferido nas costas, Sebastião Lan deixou cair a pasta com documentos denunciando grileiros e entrou num matagal, mas foi perseguido e baleado, outras vezes, na cabeça. A pasta foi roubada pelos criminosos.

Os depoimentos de ontem foram do gari Carlos Francisco, 28 anos, e do administrador da Fazenda Campos Novos, Hermes Benites Vicente. Apesar de confessar que há 8 meses tivera atritos com Sebastião, Hermes Benites, um dos muitos grileiros da fazenda, negou estar envolvido no atentado, mas o delegado Hélio Luz soubera antes que no mês passado Sebastião Lan ameaçara o administrador da fazenda com um revólver.

Muitos outros líderes sindicais do interior e camponeses estão em vigília na frente do Hospital Santa Isabel, desde que Sebastião está internado. Ontem, o Ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, telefonou de Brasília para saber do estado de saúde do líder sindical, que defendia a desapropriação de terras ocupadas por posseiros em Cabo Frio e em São Pedro da Aldeia.

Entidades exigem apuração rigorosa

A Comissão Pastoral da Terra e representantes de mais doze entidades vão se reunir hoje, às 17 horas, com o Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, para pedir rigor na apuração do atentado sofrido anteontem pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que recebeu seis tiros e está em estado grave. A comissão divulgou nota ontem protestando contra o atentado. Eis a íntegra da nota:

"Sebastião Lan, 45 anos, pai de seis filhos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Rio de Janeiro, foi vítima, na madrugada de 6/6/88, de um atentado a bala e se encontra em estado grave.

Mais uma vez a brutalidade se abate, fulminante, sobre o trabalhador rural, que luta desarmado para defender o direito à terra para seus companheiros.

Esse crime, planejado contra uma liderança rural, vem somar-se à longa lista de agressões, crimes e violências cometidas contra a classe trabalhadora, que luta por condições dignas de vida: a violência praticada pelos grileiros e latifundiários; a violência oficial dos agentes policiais; a violência silenciosa de um Judiciário que, surdo aos apelos, tem compactuado com a impunidade dos criminosos.

No caso de Sebastião Lan, as responsabilidades das autoridades são imensas: o Governo federal é responsável por ter assistido passivamente aos grileiros invadirem terras desapropriadas para fins de Reforma Agrária, desde 1983, por decreto do Presidente da República; a Justiça federal por não ter executado a liminar, despejando osd grileiros; o Governo estadual por ter se mantido omisso, sobretudo a Secretaria de Polícia Civil, frente às sucessivas denúncias de que a vida de Sebastião Lan corria perigo. Sempre ágeis quando se trata de defender a propriedade dos latifundiários, estas autoridades são responsáveis pela apuração deste crime e punição dos criminosos. Tanto os mandantes quanto as razões do crime são conhecidas.

Exigimos justiça. Manifestamos nossa decisão de acompanhar as providências que serão tomadas pelas autoridades governamentais e judiciárias. Se os que ordenaram e executaram o atentado permanecerem impunes, consideramos o fato como sinal de cumplicidade por parte das autoridades, que devem zelar pela defesa da vida dos cidadãos.

Que o que acaba de ocorrer em Cabo Frio sirva de alerta aos Constituintes que, em Brasília, ainda têm a possibilidade de criar condições favoráveis à realização de uma Reforma Agrária que distribua terras e recursos a milhares de brasileiros e dê uma solução definitiva para a violência no campo."

Assinam o documento a Comissão Pastoral da Terra, Fetag, Fase, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Comissão Nacional de Reforma Agrária, bloco partidário PT/PV, CPI da Terra da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, CUT, Famerj, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Ipase, Cedac, Fase-Nacional e Centro de Documentação da Igreja Metodista.

Presbítero

Reunidos em Duque de Caxias, o Presbítero Católico da Igreja de Duque de Caxias e São João de Meriti e o Colegiado da Igreja Metodista da Região da Baixada Fluminense divulgaram ontem carta aberta à população na qual condenam o atentado sofrido pelo presidente do Sindicato Rural de Cabo Frio, Sebastião Lan. Os religiosos pedem na carta ao Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, "urgente e séria punição dos responsáveis pelo atentado". O Presbítero e o Colegiado pedem ainda que antes do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de Novembro), data da morte de Zumbi dos Palmares, a Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, cujos posseiros são descendentes de escravos, seja definitivamente desapropriada para efeito de reforma agrária.

Foto Paulo Araújo

...me de senhorio

...doméstica Helena Al-
...7 anos, denunciou on-
...José Expedito Ribeiro,
...o autor do homicídio
...travesti conhecido co-
...Morro do Preventório,
...985. Segundo ela, Ne-
...era dono de uma casa
...mbro, no bairro onde
...o travesti, conhecido

...s pessões para que os
...a casa. Como não o
...contratou o X-9 co-
...ge Super-Homem para
..., enquanto Léa fugiu
...ris, sem mais dar notí-

...em abril daquele ano
...Expedito se apropriou
...e a alugou a duas mo-
...Lúcia e Nilda. A casa,
..., foi dividida em duas.
...mesmo ano, José Expe-
...os dois cômodos para
...metendo que assim que

as duas moças se mudassem de lá, alugaria toda a casa para ela. Na semana passada, as duas saíram do imóvel, mas contrário do que prometera, o senhorio não deixou Helena Alves ocupar as demais dependências da casa.

O caso já chegou à 79ª DP (Charitas), mas um inspetor daquela delegacia, que a doméstica disse não lembrar o nome, a aconselhou a deixar seus pertences do lado de fora.

José Expedito é conhecido no morro como um homem violento. Por ser compadre do pistoleiro e alcagüete de polícia **Jorge Super-Homem**, segundo Helena Alves, vários vizinhos dele já foram suas vítimas. Helena contou um caso "que revoltou os moradores".

— **Tróia** começou a invadir e tomar parte do terreno de seu vizinho, no número 13, para construir uma birosca. Luís, o vizinho, foi reclamar com ele e **Tróia** o ameaçou de morte. Como o Luís insistisse na briga, levou várias facadas, não morrendo por milagre.

lembrando que a escola tem o costume de aproveitar as sobras das merendas.

A enfermeira-chefe do Hospital Mu-

diarréia, vôr
nosticamos i
ter origem n

10/6/88

Atentado já tem c

Cabo Frio (Sucursal) — O delegado Hélio Luz levantou ontem um detalhe que pode causar uma reviravolta nas investigações do atentado, ocorrido na segunda-feira, contra o presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan. O líder sindical foi baleado por revólver calibre 38, e não 32, como havia informado anteriormente o diretor técnico do Hosptial Santa Isabel, Marcos Couto.

O delegado colheu, ontem de manhã, um projétil a fim de submetê-lo a exame de balística no Instituto Carlos Éboli, no Rio. Há três dias, o policial apreendeu um revólver também de calibre 38 na casa do administrador da Fazenda Campos Novos, Hermes Benites Vicente, além de 26 cápsulas do mesmo calibre.

Os preparativos para o grande ato público, que será realizado hoje ao meio-dia, na Praça Porto Rocha, no Centro da cidade, foram ultima-

dos ontem
niões de
que organ
Praça Port
seguirão p
carreata,
blico e ser
106. Ali, a
alimentos
lhidos dur
Enqua
Luz admiti
dois pistol
balearam
manhã, o
também é
Hospital e
dade de s
Lan: "Seri
diagnóstic
pode sobr
tempo". N
continuam
Hospital
A com
lhador Ru
nhou ao C

PM continua vigiando a Favela da Rocinha

A caçada aos traficantes líderes da favela da Rocinha continua sem resultados. As policias Civil e Militar, com contingentes reduzidos, continuam fazendo incursões pela favela procura de pistas sobre o paradeiro dos marginais. Por toda a área, em locais estratégicos, há um Patamo pronta para qualquer eventualidade, em comunicação permanente com o Posto Avançado de Operações Especiais da PM, funcionando no antigo Fliperama, QG dos traficantes.

Tanto a Polícia Civil quanto a Militar acredita que **Naldo Cassiano Brasi-**

JUSTIÇA

ADVOGADOS

...Y DIAS RIBEIRO
...inalista
...a em Geral
...al Peixoto, 467 s/1302
... — Ed Forum. Tel:
...nte das 9 às 12h e das

...GER VIDAURRE
...ÇIA CIVEL
...ÇÃO EM BRASÍLIA
... AMARAL PEIXOTO.
...TEL 722-2631

...G. DE ANDRADE
...OARES DE SOUZA
... e Administração de

...101 - sala 812
...Star de 2ª a 6ª feira -
... Tel. 722-6608

RENATO FADEL SANTOS
ADVOCACIA CRIMINAL
Escritório: Rua José Clemente, 94 s/1401
Horário: 9.00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00.
Tels: 717-7766 709-4842

JOÃO PUGLIESE DA SILVEIRA
• Advocacia Criminal
• Civel
• Falências e concordatas
• Legalização de estrangeiros
Av. Amaral Peixoto, 472, Gr. 603/604
Horário: De 12 às 18h.
Tels: 722-7054 — 709-0399

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
Causas Cíveis, Criminais e Cobranças.
Paulo Chaves — OAB-RJ 34.744, César Namen e Raul Cardoso.
Rua da Conceição, nº 137 sala 1.111 — Centro
Nit.-RJ. Tel-717-5209
R. César Lemos, nº 22 sala 206 (Shopping do Jeans). Vilar dos Telles.

nitos e desidratadas. "Diag- ntoxicação exógena que pode a ingestão de qualquer subs-

direção e acho que mereço um pouco de crédito", disse Suely Lopes da Silva.

de Cabo Frio dois suspeitos

à noite, com várias reu- comissões e subcomissões, izam a manifestação. Da o Rocha, os manifestantes ara Campos Novos, numa nde haverá novo ato pú- á fechado o tráfego na RJ s comissões vão distribuir agasalhos que serão reco- ante as manifestações. anto isso, o delegado Hélio a que já tem os nomes dos eiros que na segunda-feira líder sindical. Ontem pela detetive Alex Moreira, que médico, esteve no CTI do saiu admitindo a possibili- obrevivência de Sebastião a precipitado dar qualquer o agora. Ele pode e não eviver. É uma questão de Mas os trabalhadores que de vigília na porta do não têm mais esperanças. issão de Defesa do Traba- ral de Cabo Frio encami- omando da PM e ao dele-

gado de Búzios, Uruguandi Braga, pedindo garantia de vida para sete outros sindicalistas que se dizem ameaçados de morte por grileiros da Fazenda Campos Novos. São eles: Manuel Geraldo, Emanuel Barbosa, do Movimento dos Sem Terra; Ademar de Anderson, Cecílio Pereira, estes diretores do Sindicato; e José de Almeida e José Branco.

Durante o ato público de hoje, os coordenadores vão usar um trecho de uma entrevista concedida por Sebastião Lan à emissora de rádio local em 1985. Nesta gravação, o líder rural fala de um menor que foi seqüestrado na região de Boa Vista — zona Rural de São Pedro da Aldeia — e da ameaça feita por jagunços da Fazenda Campos Novos a vários trabalhadores rurais da região, maior foco de conflito pela posse da terra da Região dos Lagos. Na ocasião, Sebastião Lan era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia.

assaltam agência do Nacional

Quatro homens fortemente armados assaltaram, ontem de manhã, a agência do Banco Nacional, na Avenida Presidente Vargas, 590, no Centro do Rio. Eles fugiram a pé, levando Cz$ 2 milhões, 316 mil 345, 36. Como o alarme só foi acionado após a saída da quadrilha, de nada adiantou o cerco policial.

O segurança do banco, Aldair Barbosa Machado, contou que os homens, depois de subtraírem o seu revólver Taurus, calibre 38, obrigaram-no a levá-los até o gerente. Que estava na tesouraria da agência. No local, sem alternativa, o gerente Joaquim Aires Pinto teve que entregar todo o dinheiro.

Rapaz baleado durante briga de traficantes

A guerra entre traficantes do Morro do Cavalão em Icaraí, para assumir o controle dos pontos de vendas de drogas na área, já deixou uma vítima. Anteontem, Jorge Raimundo Vasconcelos, 19 anos, foi ferido na coxa direita com um tiro, e como conseqüência teve a perna fraturada. O rapaz, que reside no Morro da Vital Brazil, foi baleado quando transportava um botijão de gás para uma moradora conhecida como Dona Milda.

— Cheguei lá havia um tremendo tiroteio. Mas sequer tive tempo de me proteger. Uma das balas atingiu minha perna. Contou o rapaz que desmaiou no local, sendo socorrido por uma moradora.

Hoje de manhã, ele foi levado para o Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), onde após ser medicado, teve a perna engessada. O caso foi registrado na 77ª DP (Santa Rosa).

GUILHERME FELIX

(MISSA DE 1 ANO)

A família, saudosa, convida para Missa de 1 Ano de falecimento, sábado, 9 horas, Igreja São João Batista — Niterói

R

Mário Caldas

(MISSA DE 6 MESES)

Yole Caldas convida para a missa

ODILON DE CARVALHO GUIMARÃES

(MISSA DE 7º DIA)

Esposa, filha, genro e netos agradecem as manifestações de pesar e carinho por ocasião de seu falecimento e convidam para a Missa de

Líder sindical que sofreu atentado continua em coma

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que sofreu um atentado a tiros em frente à Fazenda Campos Novos, continua internado em coma profunda no CTI do Hospital Santa Isabel, naquele município. A Deputada Jandira Feghali, do PC do B e o Relator da CPI da Terra, Deputado Luiz Paz Selles, também médicos, que visitaram o líder sindical interiorano, saíram dali abatidos com o estado clínico do paciente, que respira artificialmente.

Luiz Selles prometeu preparar um relatório sobre o atentado em Cabo Frio e juntá-lo à documentação da CPI da Terra. Ontem também chegou a Cabo Frio o delegado de Polícia Hélio Luz, enviado pelo Secretário Hélio Saboya para coordenar as investigações em torno do crime a que foi vítima Sebastião Lan, um dos posseiros da Fazenda Campos Novos, onde ocorrem conflitos desde 1968. Temporariamente, ele e 4 policiais do Rio vão ficar baseados na 134ª DP; em Armação de Búzios, em cuja jurisdição ocorreu o atentado.

O delegado apreendeu um revólver calibre 38 e 26 balas na Fazenda Campos Novos, no primeiro dia de investigações, e concluiu que os autores do crime foram dois e não três homens. Tratava-se de um negro de estatura mediana que permaneceu no volante de um Fusca branco e um indivíduo gordo e baixo que usava máscara e foi quem atirou em Sebastião. Segundo os depoimentos tomados ontem, o sindicalista pareceu reconhecer o carro e seus ocupantes logo que os viu, tanto que tentou correr, antes de ser atingido. Ferido nas costas, Sebastião Lan deixou cair a pasta com documentos denunciando grileiros e entrou num matagal, mas foi perseguido e baleado, outras vezes, na cabeça. A pasta foi roubada pelos criminosos.

Os depoimentos de ontem foram do gari Carlos Francisco, 28 anos, e do administrador da Fazenda Campos Novos, Hermes Benites Vicente. Apesar de confessar que há 8 meses tivera atritos com Sebastião, Hermes Benites, um dos muitos grileiros da fazenda, negou estar envolvido no atentado, mas o delegado Hélio Luz soubera antes que no mês passado Sebastião Lan ameaçara o administrador da fazenda com um revólver.

Muitos outros líderes sindicais do interior e camponeses estão em vigília na frente do Hospital Santa Isabel, desde que Sebastião está internado. Ontem, o Ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, telefonou de Brasília para saber do estado de saúde do líder sindical, que defendia a desapropriação de terras ocupadas por posseiros em Cabo Frio e em São Pedro da Aldeia.

Entidades exigem apuração rigorosa

A Comissão Pastoral da Terra e representantes de mais doze entidades vão se reunir hoje, às 17 horas, com o Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, para pedir rigor na apuração do atentado sofrido anteontem pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que recebeu seis tiros e está em estado grave. A comissão divulgou nota ontem protestando contra o atentado. Eis a íntegra da nota:

"Sebastião Lan, 45 anos, pai de seis filhos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Rio de Janeiro, foi vítima, na madrugada de 6/6/88, de um atentado a bala e se encontra em estado grave.

Mais uma vez a brutalidade se abate, fulminante, sobre o trabalhador rural, que luta desarmado para defender o direito à terra para seus companheiros.

Esse crime, planejado contra uma liderança rural, vem somar-se à longa lista de agressões, crimes e violências cometidas contra a classe trabalhadora, que luta por condições dignas de vida: a violência praticada pelos grileiros e latifundiários; a violência oficial dos agentes policiais; a violência silenciosa de um Judiciário que, surdo aos apelos, tem compactuado com a impunidade dos criminosos.

No caso de Sebastião Lan, as responsabilidades das autoridades são imensas: o Governo federal é responsável por ter assistido passivamente aos grileiros invadirem terras desapropriadas para fins de Reforma Agrária, desde 1983, por decreto do Presidente da República; a Justiça federal por não ter executado a liminar, despejando osd grileiros; o Governo estadual por ter se mantido omisso, sobretudo a Secretaria de Polícia Civil, frente às sucessivas denúncias de que a vida de Sebastião Lan corria perigo. Sempre ágeis quando se trata de defender a propriedade dos latifundiários, estas autoridades são responsáveis pela apuração deste crime e punição dos criminosos. Tanto os mandantes quanto as razões do crime são conhecidas.

Exigimos justiça. Manifestamos nossa decisão de acompanhar as providências que serão tomadas pelas autoridades governamentais e judiciárias. Se os que ordenaram e executaram o atentado permanecerem impunes, consideramos o fato como sinal de cumplicidade por parte das autoridades, que devem zelar pela defesa da vida dos cidadãos.

Que o que acaba de ocorrer em Cabo Frio sirva de alerta aos Constituintes que, em Brasília, ainda têm a possibilidade de criar condições favoráveis à realização de uma Reforma Agrária que distribua terras e recursos a milhares de brasileiros e dê uma solução definitiva para a violência no campo."

Assinam o documento a Comissão Pastoral da Terra, Fetag, Fase, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Comissão Nacional de Reforma Agrária, bloco partidário PT/PV, CPI da Terra da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, CUT, Famerj, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Ipase, Cedac, Fase-Nacional e Centro de Documentação da Igreja Metodista.

Presbítero

Reunidos em Duque de Caxias, o Presbítero Católico da Igreja de Duque de Caxias e São João de Meriti e o Colegiado da Igreja Metodista da Região da Baixada Fluminense divulgaram ontem carta aberta à população na qual condenam o atentado sofrido pelo presidente do Sindicato Rural de Cabo Frio, Sebastião Lan. Os religiosos pedem na carta ao Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, "urgente e séria punição dos responsáveis pelo atentado". O Presbítero e o Colegiado pedem ainda que antes do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de Novembro), data da morte de Zumbi dos Palmares, a Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, cujos posseiros são descendentes de escravos, seja definitivamente desapropriada para efeito de reforma agrária.

Foto Paulo Araújo

Posseiro fez denúncia contra UDR antes de sofrer atentado

O atentado a bala contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que está à morte no hospital, foi decidida numa reunião da UDR local há pouco mais de um mês. Neste encontro, realizado em Botafogo, um lugarejo do distrito de Búzios, em Cabo Frio, a morte de *Tião*, como é conhecido o líder sindical, foi tramada pelos grileiros conhecidos como *Zé Florzinha*, *Zé Maciel*, e o administrador da Fazenda Campos Novos, Hermes Benite Vicente.

Esta versão, que está sendo investigada pela polícia, foi revelada a familiares e posseiros da região pelo próprio *Tião Lan*, antes de ser gravemente baleado, com tiros, na segunda-feira passada, no quilômetro 123 da Rodovia Amaral Peixoto, próximo à entrada da Fazenda Campos Novos. *Tião* foi pego numa emboscada por defender interesses de posseiros em luta contra grileiros em áreas da fazenda desapropriadas para fins da reforma agrária.

Para investigar o crime foi enviado especialmente a Cabo Frio o delegado Hélio Luz, do gabinete do secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, e uma equipe com três policiais da Coordenadoria de Apoio Operacional. Durante o dia de ontem na 134ª DP, de Búzios, o delegado Hélio Luz ouviu o depoimento de Hermes Vicente, de 58 anos, e do grileiro *Zé Maciel* (na verdade chama-se Evaldo Ferreira de Freitas), que negaram qualquer envolvimento com o crime. O grileiro *Zé Florzinha* desapareceu da região.

O delegado Hélio Luz está convicto que foi 'um crime de mando', e entende que existem 'indícios' contra o administrador Hermes Vicente — que teve o seu revólver 38 e munição apreendidos para perícia — e os outros dois grileiros. Hoje prosseguem as investigações. Hermes Vicente chegou a admitir que tenha encontrado, *Zé Florzinha*, mas apenas para tratar da compra de um pneu. 'Sou novato aqui, só estou na fazenda há 14 meses. Nunca ouvi falar dessa tal de UDR', desconversou.

Crime de mando — Para Hélio Luz, as únicas pessoas que teriam algo a ganhar com a morte de Tião Lan — um posseiro pobre que vivia com a mulher e nove filhos num pedaço da fazenda — são o dono da sede da Campos Novos, Jamil Curi Muzarca (que é tido como amigo do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, e mora no Rio), o seu administrador Hermes Vicente e os demais grileiros. A fazenda, de cerca de 70 alqueires, teve parte de suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária — e desde então vem sendo palco de luta entre posseiros e grileiros.

Segundo os posseiros, outros líderes vêm sendo ameaçados de morte pelos grileiros, entre eles Manoel Geraldo, que fugiu para o Rio. Para exigir a apuração completa do crime, estiveram ontem na 134ª DP líderes do movimento dos sem-terra, o deputado Luiz Paes Selles, do PT, e assessores do deputado (PDT) Aluízo de Oliveira, presidente da CPI da Terra, da Assembléia Legislativa.

Ao ouvir duas testemunhas que estavam na Rodovia Amaral Peixoto, próximas ao local do crime, o delegado Hélio Luz descreveu para o deputado e assessores a mecânica do crime. Um fusca branco, dirigido por um homem negro, parou perto do ponto de ônibus, por volta das 7h de segunda-feira, onde estava *Tião*. Um moreno meio gordo, com uma máscara de meia, desceu e deu-lhe dois tiros. *Tião* atravessou então a pista e, correndo 20 metros, foi atingido por mais três tiros. Ao todo, foram um tiro na mão, um nas costas, um no pescoço e dois na cabeça. *Tião* está no Hospital Santa Isabel, em Cabo Frio, entre a vida e a morte.

Na pobre casinha de barro da família de Sebastião Lan reina um clima de profunda tristeza. Com lágrimas nos olhos, sua mulher, Aquiles Marinho, lembra que as ameaças a *Tião* começaram há nove anos. Mas intensificaram-se mesmo há pouco menos de um ano, quando o marido conseguiu uma grande vitória para os sem terra da região: a entrega pelo Incra de títulos provisórios a 150 famílias de posseiros.

Olavo Rufino



Posseiros garantem que outros têm sido ameaçados

Tinguá, iniciaram a caminhada das ... disse Nei Alberto.

Cabo Frio organiza protesto

GLOBO data 9/6/88

A Comissão de Defesa do Trabalhador Rural de Cabo Frio vai promover amanhã, ao meio-dia, uma manifestação na Praça Porto Rocha, no centro da cidade, para protestar contra o atentado ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, Sebastião Lan, ocorrido na última segunda-feira. O médico Wagner Monteiro, do Hospital Santa Isabel, confirmou à noite que o gravíssimo quadro clínico do sindicalista é irreversível, pois já houve a morte cerebral e o coração funciona artificialmente através de aparelho.

O protesto deverá reunir mais de dez mil pessoas em Cabo Frio. Da Baixada Fluminense, os sindicalistas já confirmaram dez ônibus, além de caravanas de todos os 36 sindicatos rurais do Estado do Rio. Os trabalhos de organização do ato público estão concentrados na Câmara de Vereadores do Município. Após o ato, os manifestantes sairão em carreata até a região da Fazenda Campos Novos, onde se pretende realizar nova manifestação.

Em Campos Novos, na zona rural do município, o Delegado Hélio Luz — designado pelo Secretário de Polícia Civil, Helio Saboya, para apurar o caso — ouviu várias pessoas ontem, entre elas o negociante de gado Devanir Almeida Ribeiro, que negou qualquer participação no atentado. Devanir estava em companhia do administrador da fazenda, Hermes Benites Vicente, no último domingo, quando a vítima desembarcou de um Volks, junto com companheiros da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, de volta de uma reunião sobre campanha salarial da categoria, no Município de Campos. Ao se despedir, Sebastião Lan apontou para os dois homens (Devanir e Hermes), dizendo aos companheiros: "Aqueles lá vivem no meu pé".

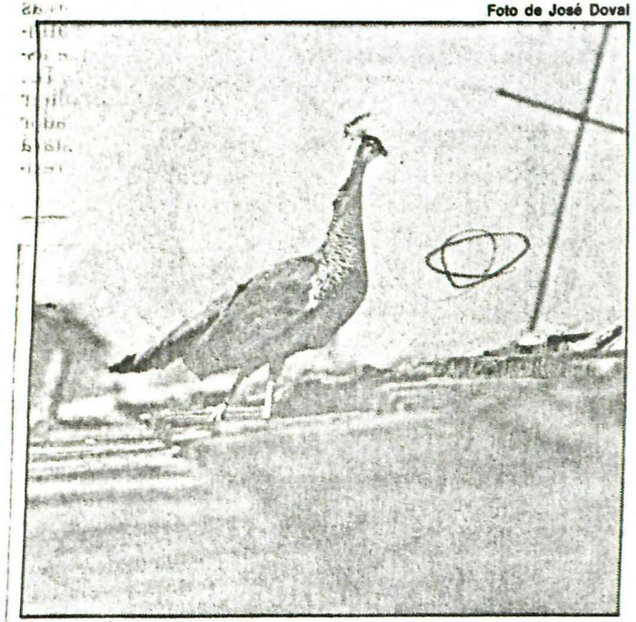
Mais policiais vão apurar atentado

O Secretário de Polícia Civil Hélio Saboya prometeu ontem, numa reunião com deputados estaduais, designar mais policiais para Cabo Frio a fim de ajudar o Delegado Hélio Luz na apuração do atentado contra o líder sindical Sebastião Lan e procurar evitar que sejam concretizadas novas ameaças aos posseiros da Fazenda Campos Novos, segundo denúncias de entidades regionais.

Os Deputados Aloísio de Oliveira, Luiz Paes Selles (PDT), Carlos Minc (PV), Jandira Feghalli (PC do B) e Ivo Saldanha (PFL) e o Vice-Presidente dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Manole de Souza, reclamaram de Saboya por não terem sido tomadas medidas preventivas em janeiro, após a denúncia de tentativa de assassinato a pauladas do irmão de Sebastião, Neto Lan, por jagunços que o confundiram com o presidente do Sindicato.

Segundo eles, a denúncia havia sido feita em janeiro pelo próprio Sebastião ao Secretário, após depor na CPI presidida por Luiz Paes Selles, que apura as causas da migração interna e a diminuição da produção agrícola no Estado. Sebastião, que está em coma no CTI do Hospital Santa Isabel, de Cabo Frio, após o atentado a tiros que sofreu, denunciara Jamil Mizziara, seu irmão França Cesário Kuri, o Tenente Melo e um homem chamado Josemar como mandantes da agressão ao seu irmão. Saboya disse não se lembrar de que estivera com ele nesta época em seu gabinete.

Foto de José Doval



Xuxa já conquistou os moradores do conjunto do IAPI

Pavoa é a mais nova

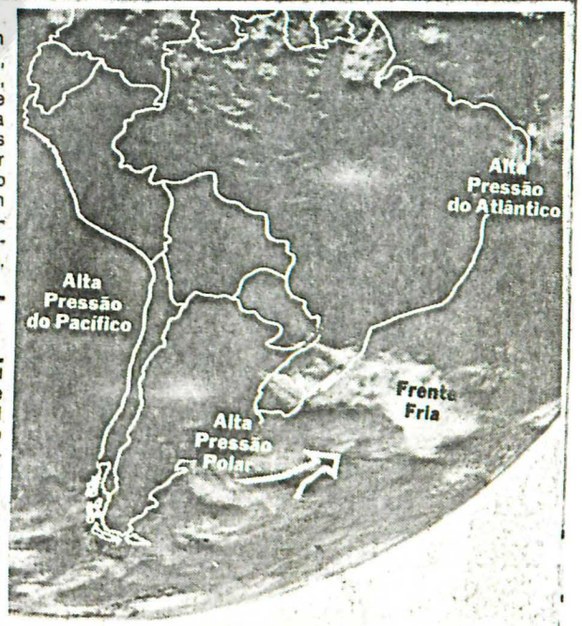
O TEMPO

Outono/Rio

Ontem o tempo foi bom, com céu claro e temperatura elevada, e hoje poderá se repetir o mesmo, se não entrar a frente fria. Ela se encontra no Paraná. A máxima permanecerá entre 30 e 32 graus e a mínima entre 16 e 18, melhor suportada pelo carioca que os 11 graus do início da semana. Os ventos sopram de Norte com possibilidade de passarem a Noroeste com velocidade variável e rajadas. A visibilidade estará moderada mas não há previsão de nevoeiro. O mar está calmo.

Instituto de Pesquisas Espaciais
Cachoeira Paulista
15h (8/6/88)

A imagem do satélite **Goes-7** apresenta o céu claro na América do Sul, graças à presença de massas de ar de altas pressões. A principal delas, para o caso do Brasil, é a tropical do Oceano Atlântico, que estende sua área de domínio desde o Norte do Brasil até o Sudeste, deixando de fora o Sul onde se encontra uma frente fria. Do outro lado do continente se encontra a subtropical do Oceano Pacífico que se encontra com a atlântica pelo interior, deixando o tempo bom e a temperatura elevada na região sul. Uma massa polar foi localizada no litoral da Argentina.



morte de Maria Helena, registrando

TSE decide hoje sobre o plebiscito da Barra

O Tribunal Superior Eleitoral deverá julgar hoje o mérito do mandado de segurança impetrado pela Prefeitura do Rio contra o TRE por dar andamento ao processo para realização do plebiscito da Barra mesmo com a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de suspendê-lo liminarmente por 90 dias.

Se o TSE considerar que o TRE agia corretamente ao preparar o plebiscito para o próximo domingo dia 12, ignorando a decisão do TJ, estará decidindo a favor dos emancipacionistas. Mesmo assim, não será viável a realização do plebiscito neste domingo, apesar de já estar tudo praticamente pronto, como informou ontem o presidente do TRE, desembargador Fonseca Passos.

O mandado de segurança que poderá ser julgado hoje é um dos muitos que correm em várias instâncias sobre o plebiscito da emancipação da Barra. O primeiro foi impetrado no TJ do Estado por Marcelo Alencar, em dezembro do ano passado. O município entrou com outro, fundamentado basicamente nas mesmas questões: ilegalidades no procedimento que resultou na decisão da Assembléia Legislativa (Resolução nº 107/87) de realizar o plebiscito.

O mandado de Alencar foi deferido liminarmente pelo relator, desembargador João Francisco, e seu prazo já expirou. Como trata da mesma questão o mandado da Prefeitura, o mérito dos dois será julgado simultaneamente pelo TJ. A Prefeitura entrou com seu mandado no dia 5 de maio e recebeu liminar favorável (por 90 dias) do mesmo relator.

Apesar dessa liminar, o Tribunal Regional Eleitoral continuou o processo para a realização do plesbiscito, chegando a marcar data, 12 de junho. O passo seguinte da Prefeitura foi entrar com outro mandado desta vez no Tribunal Superior Eleitoral, pedindo que suspendesse os trabalhos do TRE para a realização do plebiscito. No dia seguinte, 25 de maio, o TSE concedeu liminar favorável e o TRE foi obrigado a suspender os preparativos para o plebiscito. É este mandado cujo mérito deve ser julgado hoje.

Caso o parecer seja favorável ao impetrante (a Prefeitura), o TRE não continuará os trabalhos até que seja julgado no TJ do Estado os mandados de Alencar e da Prefeitura contra a decisão da Assembléia Legislativa de realizar o plebiscito. Caso contrário, o TRE poderá dar andamento no processo.

Propaganda não é regulada

Como se não bastasse, dois outros mandados de segurança foram julgados anteontem no TSE: um, da Prefeitura do Rio, outro de Claudio Becker, presidente da AMA Barra. Os dois contra a omissão do TRE de não regular a propaganda — contra e a favor — do plebiscito da Barra. O mandado da Prefeitura foi indeferido e o de Claudio Becker não foi conhecido o que, juridicamente, quer dizer que o impetrante não tinha competência para argüir o TRE.

De acordo com o procurador do Município, Alexandre Nery Brandão (encarregado pelo procurador geral do Município, Roberto Melo Alves, para acompanhar essa questão), não há uma regulamentação específica em relação à questão de propaganda no que se refere à criação de municípios.

Mas a Prefeitura acreditou que o TRE tem competência para decidir a respeito, a exemplo do que já ocorreu em relação aos municípios de Pati do Alferes, Mesquita, Campo Grande e Italva. De acordo com o Procurador Alexandre Nery Brandão, este deve ser um assunto a ser cuidado, pois pode haver abuso do poder econômico.

Cabo Frio vai fazer passeata contra atentado

CABO FRIO — Representantes de sete partidos políticos, cinco sindicatos e outras oito entidades estão mobilizando seus filiados para uma grande manifestação, amanhã, às 12 horas, no centro da cidade, para exigir punição para os autores do atentado contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sebastião Lan. Além do ato público, haverá uma "carreata" até o acampamento de posseiros da Fazenda Campos Novos, onde Tião Lan foi baleado com seis tiros, na última segunda-feira.

O estado do líder rural, que continua internado no CTI do Hospital Santa Isabel, é desesperador. Ontem, o neurocirurgião Wagner Monteiro, que operou Tião, disse que ele, em coma profundo, apenas vegeta, pois as três balas que recebeu na cabeça provocaram morte cerebral. A mulher de Tião, Dona Achiles, passou o dia em frente ao hospital, mas não obteve permissão para ver o marido. À tarde, ela voltou para a roça numa camioneta, com um grupo de moradores de Campos Novos.

A decisão de realizar o ato público foi tomada numa reunião realizada no Colégio Estadual Miguel Couto terça-feira à noite, com a presença dos deputados estaduais Luís Paes Fellis (PT) e Jandira Feghali (PCdoB). Havia um clima de muita tensão, pois alguns dirigentes sindicais temiam ser mortos por grileiros.

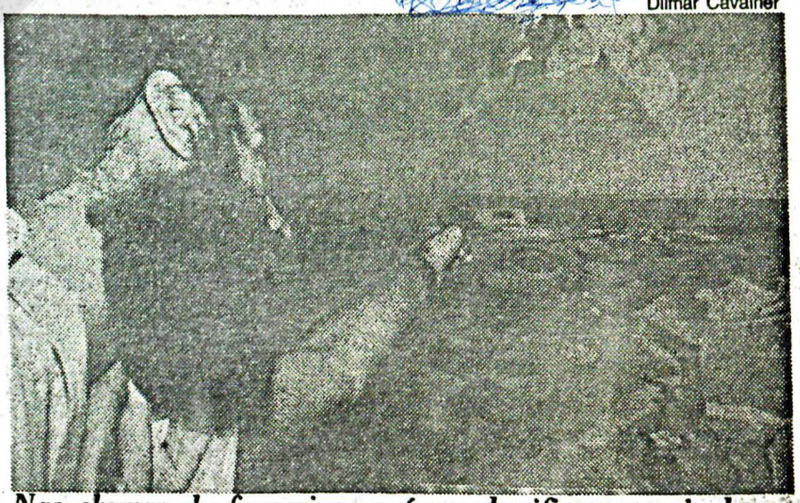
Participaram dela também os vereadores Walter Bessa (PMDB) representando a Câmara dos Vereadores, Dirlei Pereira (PFL) e mais representantes do PDT, PV, PCB, comissão pastoral, OAB, Centro de Professores, sindicato dos metalúrgicos, ferroviários, rodoviários, telefônicos, trabalhadores rurais, associação dos proprietários da Orla 500, movimento negro, associação dos servidores públicos municipais e de quatro colégios locais.

Painel de Di em teatro vai ser restaurado

Um dos painéis de Di Cavalcanti no *foyer* superior do Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, vai ser restaurado. Água de chuva escorreu pela pintura em fevereiro e deixou marcas. O secretário de Cultura do Estado, Rafael de Almeida Magalhães, visitou o teatro na terça-feira e autorizou obras de reforma do telhado e a restauração do painel à esquerda de quem entra.

"Todas as nossas casas de espe-

Dilmar Cavalher



Nas chuvas de fevereiro, a água danificou o painel

gueira e Jacarezinho. Segundo ele, os novos CTIs vão permitir melhoria no atendimento e evitar que muitos pacientes sejam transferidos para o

acima do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Laerte Vaz de Melo, percorreram as instalações do hospital e descerraram fitas inaugurando todas as unidades novas ou reformadas.

Líder sindical sofre atentado a tiros

Três homens tentaram assassinar com seis tiros ontem, às 6h45m, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, de 45 anos, quando ele aguardava um ônibus para se dirigir à sede do Sindicato no Município. Duas balas perfuraram o cérebro de Sebastião e as demais atingiram-no no tórax, pescoço e braços. Ele está internado em estado gravíssimo no Hospital Santa Isabel, em Cabo Frio.

Sebastião teria uma reunião amanhã, em Brasília, com o Ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, a quem denunciaria a ação de grileiros na Fazenda Campos Novos, principal foco de conflitos pela posse da terra na Região dos Lagos.

O atentado ocorreu na Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), Km 123, em Araça, próximo à Fazenda Campos Novos. Sebastião recebeu o primeiro tiro na cabeça e caiu. Depois, os pistoleiros desferiram-lhe mais cinco tiros e carregaram a sua pasta, onde estava o dossiê que seria entregue ao Ministro. Ele foi levado para o hospital por seu genro Emílson Gomes Motta e operado. Ontem à noite, o Diretor do hospital, Marcos Couto, disse que o estado clínico do sindicalista era crítico.

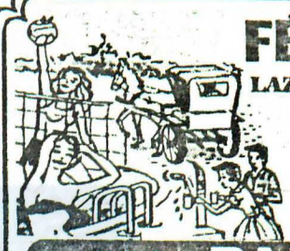
O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio, Eraldo Lírio de Azeredo, chegou à tarde em Cabo Frio e disse ter enviado telegrama ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo a apuração do atentado. O Delegado da 133ª DP (Cabo Frio), Jofre Pereira Guedes, recebeu telefonema do Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, que queria se manter informado sobre o andamento das diligências. Mas o atentado contra Sebastião Lan será apurado pelo Delegado Uruguandi Braga, da 134ª DP (Búzios), que deverá ouvir um gari da Prefeitura de Cabo Frio, conhecido apenas por Carlos, que viu quando os três pistoleiros atiraram em Sebastião e fugiram pela RJ-106.

Há uma semana que um grande trecho da Estrada das Canoas está às escuras. As lâmpadas dos postes foram quebradas a tiros por motoqueiros e motoristas, de madrugada, no fim de semana passado. Moradores da área já solicitaram a presença da Comissão Municipal de Energia, mas não tiveram sucesso.

A Associação de Moradores e Amigos de São Conrado (Amasco) denuncia que, no sábado e domingo da sem passada, os moradores fo acordados por disparos. domingo à noite, eles const ram a falta das lâmpadas das estilhaçadas.

— Ouvimos, na madrug do sábado retrasado, muitc rulho de motocicletas e ca e uma verdadeira algaza Logo em seguida, como r filme de faroeste, foram da vários tiros e ninguém t coragem de chegar à jan No outro dia, pela manhã

SEMINÁRIOS DE TREINAMENTO 232-



FÉRIAS em
LAZER * FINS DE SEMA
Aptos. e suítes atapetados
Tudo bem arejado. Quadr
lões de estar, cinema, bill
baby sitter, playground, g
cional e dietética. DI
★★★ PALACE HO
Reservas em Caxambú Tel.: DDD (035)

VIAJE AO EXTERIOR NO MELHOR

QUATRO BANDEIRAS - 15 dias
Curitiba, Joinville, Blumenau, Balneário de Camboriú, Florianópolis, Laguna, Torres, Porto Alegre, Gramado, Canela, Pelotas, Chuy, Punta Ballena, Punta del Este, Montevidéu, Rio de La Plata, Rosário, Assunção, Balneário de San Bernardino, Lago Ipacaray, Puerto Stroessner, Foz do Iguaçu, Cataratas do Iguaçu etc. Buenos Aires em grande destaque. Não perca o tour do momento!

4 BANDEIRAS E BARILOCHE - 22 dias
Inesquecível viagem rodoviária. O mesmo percurso acima indicado no tour QUATRO BANDEIRAS e mais: Mar del Plata, Bahia Blanca, General Roca, Neuquém, Valle Encantado e Bariloche. Hospedagem em excelentes Hotéis. Possível regresso aéreo desde Bariloche.

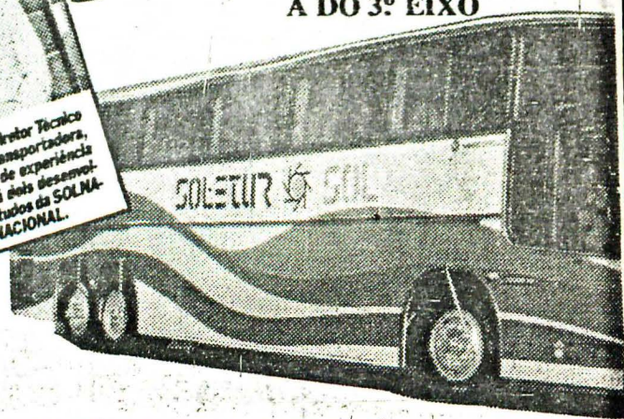
CAMINHO DA ARGENTINA E CHILE - 13 e 19 dias
O belíssimo Chile, com suas montanhas, lagos e a Cordilheira dos Andes. As SOLNAVES levam você do Brasil até Bariloche, por Montevidéu, Punta del Este, Buenos Aires, Mar del Plata, Bahia Blanca, Neuquén etc. Depois, os LAGOS ANDINOS e Puerto Montt, Santiago, Valparaíso e Viña del Mar. Regresso aéreo.

CIRCUITO INTERNACIONAL DAS MISSÕES - 13 dias
As Missões Jesuíticas do Brasil, Paraguai e Argentina. Curitiba, Foz do Iguaçu, Puerto Stroessner, Lago Ipacaray, Assunção, San Ignácio, Encarnación, Trinidad, Posadas, San Ignácio Mini, Ijuí, Santo Angelo, São Miguel, Caxias do Sul, Gramado, Canela, Porto Alegre, Torres, Laguna, Florianópolis, Camboriú, Blumenau etc.


Eng°: Seabra, Diretor Técnico da Soletur Transportadora, com 22 anos de experiência no ramo e há seis desenvolvendo os estudos da SOLNAVE INTERNACIONAL.

SUL DO BRASIL - URUGUAI - ARGENTINA - PARAGUAI
Na SOLNAVE 3 EIXOS, o mais avançado ônibus do mu
sensação é a de estar em um avião. A única
diferença é que você estará pagando menos

SOLNAV
INTERNACIONAL
A DO 3º EIXO



Solicite folheto específico ao seu Agente de Viagens.

viagem pela Europa, patrocinada pelo Comitê Católico contra a Fome e a Favor do Desenvolvimento. Em sua ausência assumiu uma junta provisória, mas ele não acredita que nenhum dos 14 diretores da associação tenha envolvimento no caso. O

volver com o crime e guardar o material na própria entidade. O deputado acha que Israel foi preso também por ser negro e favelado.

Caso Israel seja autuado, poderá pegar de 3 a 15 anos por tráfico de entorpecentes.

Líder sindical leva 6 tiros em atentado

A disputa de terras em Cabo Frio fez mais uma vítima. Permanece em estado gravíssimo no CTI do Hospital Santa Isabel, em Cabo Frio, Sebastião Lan, 45, casado, pai de três filhos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, atingido por seis tiros – dois na cabeça – dispardos por três homens que se encontravam em um Fusca branco, no Km 123 da Rodovia Amaral Peixoto (RJ–106), a 30 km de Cabo Frio.

O atentado foi assistido por um lavrador ainda não identificado. Ele contou que Sebastião costuma passar diariamente pelo local a fim de tomar o ônibus para Cabo Frio, onde fica a sede do Sindicato, que preside há quase 2 anos. Por volta das 6 horas 45m de ontem, Sebastião foi recebido por uma rajada de balas disparada pelos desconhecidos que ocupavam o Fusca estacionado na entrada da Fazenda Junqueira. Os agressores fugiram em seguida na direção de São Pedro D'Aldeia.

Sebastião Lan foi socorrido no Hospital de São Pedro, sendo removido para o Hospital Santa Isabel, onde sofreu várias cirurgias durante aproximadamente 4 horas. Uma das balas perfurou seu crânio e, segundo o laudo médico, são muito pequenas as chances de sobrevivência do líder dos sem-terra.

O detetive de plantão da 133ª DP, onde foi aberto inquérito, disse ter recebido telefonema do próprio Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, exigindo a apuração completa do fato.

Denúncias

A Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro enviou telegrama ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo a participação do Ministério nos trabalhos de apuração do atentado.

De acordo com o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Cecílio Pereira Gonçalves, Sebastião conduzia, na ocasião do crime, uma pasta contendo importantes denúncias contra a ação de grileiros na Fazenda Campos Novos, que seriam entregues pessoalmente ao Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, em audiência que já estava marcada para amanhã, em Brasília.

15 assaltaram a empresa de ônibus em S. Gonçalo

Quize homens armados de revólveres e vestindo roupas de motoristas invadiram, na madrugada passada, a garagem e escritório central da Auto Viação Mauá, no bairro do Beaçu, em São Gonçalo. Durante mais de meia hora roubaram, ameaçando de morte funcionários, todos os coletivos que chegavam, recolhendo a féria de cada um. Também recolheram todo o dinheiro da caixa-forte da empresa.

Para a prática do roubo, que está sendo apurado pela Polícia da 72ª DP – Centro de São Gonçalo – os bandidos utilizaram marretas e **pés-de-cabra**, com os quais arrombaram a parede da caixa-forte, retirando um total de Cz$ 2 milhões e 500 mil

Com a garagem-sede da empresa, na Rua Capitão Acácio, 363, totalmente controlada por eles, os criminosos passaram a aguardar a chegada dos ônibus que recolhiam após o dia de trabalho no domingo. Logo que chegavam, os motoristas e cobradores eram imobilizados e obrigados entregar a féria. Outro grupo, usando marretas, pés-de-cabra e picaretas, passava a derrubar a parede da caixa-forte, roubando Cz$ 2 milhões e 500 mil em dinheiro e Cz$ 1 milhão e 200 mil e vales-transporte, além de cheques que ali se encontravam.

Vales-transporte

Dois dos assaltantes estavam

Quadrilha levava primeiro as chaves depois os carros

Policiais da equipe do delegado Aloísio Russo, titular da DRFA (Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis) desbarataram uma quadrilha responsável pelo lançamento de uma nova modalidade de furtos, na qual as chaves dos veículos são pungueadas (retiradas) dos bolsos ou bolsas dos proprietários em locais de grande concentração de pessoas, como no Maracanã, em supermercados ou **shoppings**. Com isso, os ladrões não precisavam arrombar portas ou fazer ligação direta nos carros visados, levando-os tranqüilamente, em certas ocasiões até mesmo quando havia policiais por perto.

Os presos foram Vinícius Ferreira da Silva, **Mineiro**, de 32 anos; Patrocínio Vieira da Silva, de 24 (que, ao ser preso, usava o nome de Carlos Henrique da Silva Pinheiro); Paulo César Rodrigues Lopes, o **Paulinho**, de 40; Otacílio Alves dos Santos, de 37; Alfredo dos Santos Fernandes, de 32, e Luís Carlos Ferreira Pinto, de 25. Vinícius e Patrocínio são foragidos do presídio de Neves, em Minas Gerais, enquanto **Paulinho** responde a processo por furto de carro em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Com os presos foram apreendidos três carros – o Volks placa XQ 7580 (que pertence a um Gol), furtado no último dia 31 no estacionamento das Casas Sendas de Campo Grande; a Brasília QP 8455 (a placa é **fria**), furtada em Jacarepaguá, e o Volks branco NT 2597, que tinha o chassis remarcado –, além de jogos de placas de São Paulo, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro; DUTs em branco e preenchidos; carteiras de habilitação; carteiras de identidade; talonários de cheques; carimbos, várias peças de reposição; dezenas de ferramentas (inclusive um alicate Pop, que serve para, entre outras coisas, colocar plaquetas de identificação em veículos); documentos de mais de 50 carros; várias carteiras com documentos; recibos de compra e venda de automóveis; agendas com nomes, endereços e telefones de pessoas (inclusive do Uruguai); quatro fitas de **vídeo cassette**; um TV a cores; duas máquinas de escrever (que irão à perícia); um aparelho de **som três em um**; uma balança; um ventilador; dois macacos sanfona; um aro de roda e até dois estetoscópios, provavelmente encontrados em carro furtado de algum médico.

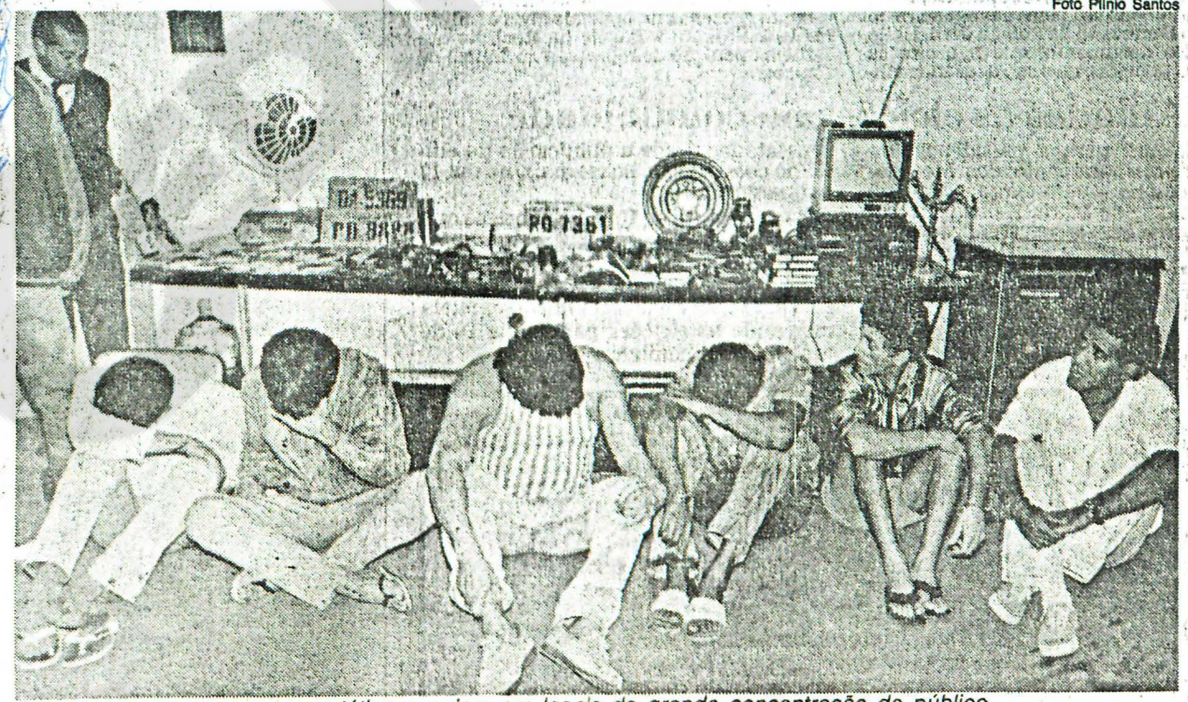
Ex-punguista

Segundo o detetive Cipriano – que efetuou as prisões, juntamente com os também detetives Vagner, Emílio e Sérgio –, o delegado Aloísio Russo designou-os para as investigações após receber diversos telefonemas de pessoas denunciando o mesmo tipo de furto. "Como Vinícius já havia sido preso por nós, em dezembro último (foi libertado, mais tarde, por determinação da Justiça), e confessado furtar carros daquela maneira, resolvemos procurá-lo.

– Acabamos por prendê-lo, na madrugada de sábado, na casa de sua cunhada Egle de Lima, na Avenida dos Democráticos, em Bonsucesso. Ele estava acompanhado de Patrocínio Vieira e, em seguida, chegou ao local Luís Carlos, que também acabou preso.

O delegado Aloísio Russo avalia que a quadrilha devia roubar, em média, 15 carros por semana, sendo levados para Minas Gerais e outros Estados.

Foto Plínio Santos



Os seis inventaram uma nova tática e agiam em locais de grande concentração de público

a recompe da Brink'

O Governo do Estad da Procuradoria Geral d poderá acionar a Brink' mente para que a empres lizada no transporte d cumpra a promessa de re a Polícia Civil pela recup março último, de parte milhões, furtados do Aer ternacional do Rio. O di procedente de Nova Iorq sendo transportado para res:

– Vou cobrar a pro judicialmente se for o ca Brink's não me dê um concreta, encaminharei doria do Estado um exped que ela adote as medida cabíveis, prometeu Sabo

Hélio Saboya, embor besse precisar o valor ex tificação – segundo ele praxe internacional que recompensa em 10% do c cuperado – informou qu repassar a gratificação pa da Academia da Polícia

Dinheiro dos motéi

O Governador More recebeu ontem das mãos tário de Polícia Civil, Hé uma proposta, que visa a um fundo especial de re da Polícia Civil. A idéia, Secretário, "é um asunto portante para a Polícia que os recursos obtidos c mento das taxas de seg jam revertidos para o mento da Polícia Civil:

Os recursos, além do rio, seriam da fiscalização de Fiscalização e Censur sões Públicas – da área d de hotéis e motéis, que n que por lei deveria ser,

Segundo Saboya, a a dessa fiscalização "é mui Ele informou que o Par cia-se deste recurso, criad "A Polícia paranaense graças a esse fundo",

Estatuto

Com relação ao novo policial civil, elaborado taria de Polícia Civil, Hé revelou que o projeto s com o Secretário de Assu ciais, Sérgio Abranches, fazendo a revisão final", enviado posteriormente bléia Legislativa.

07-06-88

Seis tiros interrompem l
de líder rural em Cabo F

TRÊS homens armados de revólveres calibres 32 fuzilaram ontem, às 6h45m, o sidente do Sindicato dos Trabadores Rurais de Cabo Frio, Setião Lan, principal alvo dos grios que participam de conflitos terra na região. O atentado nteceu em Campos Novos, foco disputas rurais no município, le Lan reside. Ele esperava um bus para o Centro de Cabo Frio, ponto do quilômetro 123 ea 106, quando os matadores se oximaram, deram seis tiros e iram num fusca branco em dião à Rio das Ostras.

líder rural foi operado às preno CTI do Hospital Santa Isa, em Cabo Frio, e seu estado é ico. Ele levou seis tiros, sendo dois no cérebro e os outros no coço, braços e tórax. Os médi- Wagner Monteiro e Carlos uardo disseram não ter conseido retirar uma das balas do nio do dirigente.

A única testemunha do crime é gari da Prefeitura de Cabo o, que viu os três homens fuzi- em Sebastião Lan. Ele será inrogado hoje pelo delegado da ª DP (Búzios), Uruguandi Bra-

O delegado-regional do Ministério da Reforma Agrária, Agostinho Guerreiro, e o presidente da Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado, Eraldo Lírio de Azeredo, atribuíram os crimes à participação de Sebastião Lan na luta pela posse de terras na região. Ambos disseram que os principais suspeitos são os grileiros da Fazenda Campos Novos, num distrito de Cabo Frio, que estava em parte desapropriada pelo Mirad.

Sebastião Lan vinha denunciando as invasões de terra e ameaças de morte aos lavradores, e ele próprio já havia sofrido uma tentativa de assassinato e recebia com muita freqüência ameaças de morte. Um dos integrantes do movimento dos sem-terra, Manoel Barbosa, disse que uma pasta com reivindicações dos posseiros e um dossiê sobre os grileiros, que estava com Sebastião Lan, teria desaparecido.

APELO

O delegado do Mirad no Rio, Agostinho Guerreiro, disse à tarde que, em função da tentativa de assassinato, vai apelar mais uma vez à Justiça Federal para apressar a execução da sentença contra os grileiros da Fazenda Campos Novos. Guerreiro explicou que em 85, ao assumir o cargo, começou a realizar um trabalho de seleção dos lavradores que teriam ou não direito de explorar as terras da fazenda. Os grileiros não receberam na época a autorização provisória dada pelo Ministério, que ainda entrou com uma ação judicial para expulsá-los da região. A ação se arrasta até hoje e a sentença contra os grileiros ainda não foi assinada.

Uma grande parte da fazenda, exatamente a que provoca os graves conflitos, havia sido desapropriada para reforma agrária em 82, e desde então abandonada pelo Governo federal, transformando-se numa região sem lei, foco de diversas invasões.

– Compreendo que a Justiça está abarrotada de processos, mas os fatos mostram que a solução para o caso é urgente – disse Guerreiro.

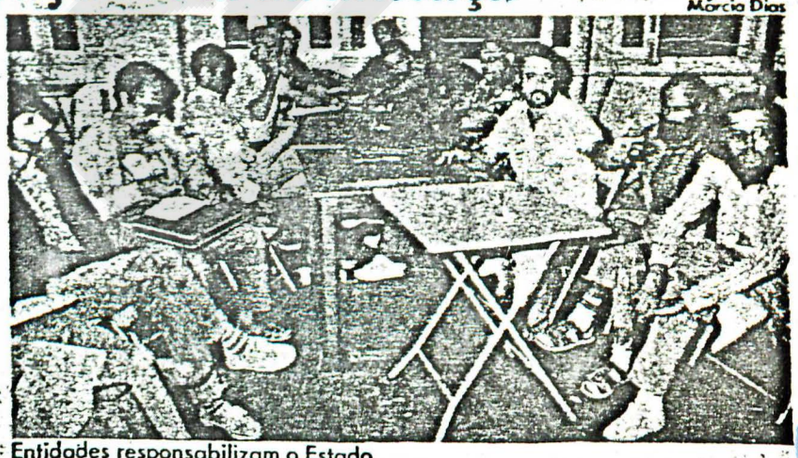
O delegado do Mirad confirmou ter recebido, há um mês, conhecimento das ameaças contra o líder rural quase assassinado ontem. "Recentemente, coisa de cinco ou seis meses, houve uma ocupação e o clima passou a ficar muito mais tenso", lembrou Agostinho Guerreiro.

Saboya já sabia da ameaça

Os conflitos pela posse de terras Rio de Janeiro estão cada dia is acirrados. No interior do Esdo, 2.500 hectares, localizados na zenda Campos Novos, em Cabo o, desapropriados pelo Incra em 82, acabaram gerando o atenta- ao presidente do Sindicato dos abalhadores Rurais de Cabo o, Sebastião Lan, atingido morente por seis tiros, no início da nhã de ontem.

Durante reunião ocorrida onn, representantes da CUT, Pasal da Terra, Movimento dos m-Terra, Comissão Parlamentar Inquérito da Terra, Famerj e trás entidades, apontaram o poder público do Estado, nas figuras governador Moreira Franco e secretário de Polícia civil, Hélio boya, como responsável pelo ntado. Diversos líderes questioram a omissão do secretário Sayá diante do fato, já conhecido ele, quando o advogado Hélio z, no dia 5 de maio, apresentou cumento no qual Sebastião Lan zia-se ameaçado e apontando vanir de Almeida Ribeiro e Vente de tal, administrador da Fada Campos Novos, como proadores e articuladores das eaças." O líder rural já sofrera tros três atentados.

Márcio Dias



Entidades responsabilizam o Estado

O deputado Carlos Minc, do Partido Verde e integrante da CPI da Terra, lembrou que a Fazenda Campos Novos é uma das poucas áreas desapropriadas pelo Incra e criticou a morosidade do Mirad – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – em organizar o assentamento dos lavradores na região. "O problema político central de hoje são as ocupações de terra. Tenho que as autoridades não conseguem ver que o custo político e econômico é muito menor no reassentamento do que na construção de presídios e colocação de arame farpado em volta de condomínios luxuosos? Será que não é mais fácil dar terra para esse pessoal trabalhar? O Governo do Estado mostrou tanta competência para invadir a Rocinha e combater os traficantes, por que não usam essa competência para garantir a vida dos trabalhadores rurais que estão precisando tanto e foram até uma CPI informar tudo que vem ocorrendo? Por que a eficiência só existe para assuntos que dão ibope? – indagou o deputado.

IRB sera com greve

O dia de trabalho dif hoje, no Instituto do (IRB), com a greve dos (empresa prestadora de 400 trabalhadores, todo viços vitais dentro do contraporposta apresen diram cruzar os braços nado, em assembléia rea

O presidente do Sind res em Asseio e Conse trup, disse que a intenç Masel, inicialmente, era sada. "Mas a greve foi apelo da empresa, que apresentar uma contrap o momento", queixou-se

Em carta endereçad seio, a Masel se comp termos do acordo passa sobre o primeiro item mente que diz respeito justifica que o IRB resis nas negociações, na cor tratante dos seus serviç

– Para nós, esta car coisa. Por isso, decidim

Os 400 funcionár trabalham em setores q das instalações às mes 98% de aumento sobre c tíquete-alimentação e de uma pauta de 42 reiv

Repúdio à demissões

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro vai realizar hoje, às 10 horas, em frente à sede do Banerj, no centro do Rio, um ato de protesto contra a possibilidade de demissão, pelo banco, de 1.200 funcionários. A "operação Corpus Christi", como está sendo chamada pela entidade, teria início hoje mesmo, com a dispensa de 100 bancários, segundo informações que o Sindicato garante ter colhido junto à própria gerência de Pessoal do Banerj, no decorrer do dia de hoje.

Dirigentes do Sindicato estiveram, ontem, na Assembléia Legislativa do Estado buscando apoio de parlamentares contra as demissões no Banerj. Ain

09-06-88

Telefoto Agência Estado



te e, entre os encapuçados, o padre

s de banco fogem
io com religiosos

á – Depois de terminou on- ilto a banco, rido no País: cia do Banco do Oeste do em trocar o que manti- o padre Mar- etícia Vieira, is saíram de

os dois assal- 16 horas 15m ixo PT-EJF, issou na Ci- es, no Para- desceram e antes das 19 s voltaram a m dos quais rinei Rodri- os, autor de ando armas milhões. Nas inaram on- salvo-condu- icariam com perseguidos

nomes que cumpriram o Secretário ná, Antônio e com eles iatamente o como reféns. ompromisso cedido pelo icente Oka- uma escope-

am deixado 2,5 milhões má Letícia, as negocia-

diam. No aeroporto, o embarque também foi saudado com aplausos, agradecidos com acenos.

– Foi Deus quem conseguiu este milagre – disse a freira, numa de suas rápidas entrevistas, antes de começar o vôo. Ela tinha sido a principal mediadora nas negociações. Às 9 horas de ontem, recebeu sinal verde do Secretário de Segurança para levar aos assaltantes a resposta positiva à proposta deles de troca do refém. Após conversar 40 minutos com ele, do alto de uma escala junto à janela do banco, ela desceu com uma pistola nas mãos, sobre uma Bíblia, e comunicou ao Secretário que o acordo estava feito.

A Irmã Letícia, que há 4 meses cuida de adolescentes em Goio-Erê, chegou domingo à agência assaltada e deixou uma mensagem sobre as mães para os ladrões. Depois, voltou muitas vezes para continuar com as negociações. Ela não soube informar se os ladrões são católicos:

– Na hora do desespero, todo mundo vira crente.

Na volta a Goio-Erê, o piloto do bimotor informou que os dois assaltantes voaram até Puerto Mendes, no Paraguai, onde desceram num aeroporto clandestino, possivelmente usado por traficantes de tóxicos. O padre Marcelino disse que a viagem foi maravilhosa e que estava preocupado com seus pais, que talvez tivessem visto seu embarque em companhia dos ladrões, pela televisão. O padre e a freira, talvez por ética religiosa, não quiseram informar onde tinham ficado os dois bandidos. O piloto Irineu Demarchi também estava satisfeito: "Foi melhor do que eu imaginava".

Capital do Algodão

A Cidade de Goio-Erê, de 42 mil

C. Frio faz protesto por líder rural

Amanhã, a partir das 12 horas, no centro de Cabo Frio, haverá uma grande manifestação contra a violência no campo, um protesto contra o atentado sofrido no início da semana pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que levou seis tiros nas proximidades da Fazenda Campos Novos, nos arredores de Armação dos Búzios, e que se encontra internado no CTI do Hospital Santa Isabel.

Trinta e seis sindicatos rurais do Estado do Rio já confirmaram presença na manifestação, que contará, ainda, com a participação de representantes da CUT, CGT e outras entidades sindicais, como a dos metalúrgicos, petroleiros e rodoviários. O encontro será na Praça Porto do Rocha, no Centro de Cabo Frio, de onde sairão em carreata para a Fazenda Campos Novos, onde farão um ato público e entregarão alimentos e roupas para a família de Sebastião Lan e para as famílias dos 60 posseiros da região.

Ontem, o delegado Hélio Luz, especialmente designado pelo Secretário Hélio Saboya, para acompanhar o caso, passou o dia todo na área da Fazenda Campos Novos ouvindo várias pessoas.

Sem querer entrar em detalhes sobre o trabalho que está realizando, o delegado deixou transparecer que está perto de levantar as identidades dos autores do atentado contra o líder sindical, achando que não tenham agido por influência da UDR.

Entre as várias pessoas com quem o delegado Hélio Luz conversou, a mais importante é Devanir Almeida Ribeiro, que conversava com o administrador da Fazenda Campos Novos, Vicente Benites, quando viu Sebastião Lan saltar de um carro, vindo de Campos.

Estado desesperador

À tarde, a mulher de Sebastião Lan, Aquiles Marinho Lan, tentou visitá-lo no CTI do Hospital Santa Isabel, mas foi impedida devido a gravidade de seu estado. Segundo os médicos que assistem Sebastião, seu estado é irreversível, com comprometimento de 90% do cérebro.

Por uma questão de garantia a vítima, o Secretário de Polícia determinou que dois soldados permaneçam na porta do CTI e uma RP fique parada na porta do hospital.

mo os estatutários e celetistas tem todo amparo legal) tam- entraram "pela janela". Assim, ato Machado acredita que clas- ar apenas os tabelistas de com- -da- alegria e, no mínimo, "en- trar um Cristo para pagar por os", disse.

As duas propostas apresentadas Constituinte, para esse caso, não adaram a Confederação dos ser- res. Segundo Arnóbio Queiroz,

Miziara acusa cretinos comunistas

– Atribuir o atentado contra Sebastião Lan à UDR é fantasia dos cretinos dos comunitas.

O protesto indignado foi feito, ontem, pelo dono da fazenda Campos Novos (Km123,5 da Rodovia Amaral Peixoto), Jamil Curi Miziara, 75 anos, acusado por posseiros de Cabo Frio como um dos mandantes do atentado sofrido pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, Sebastião Lan, que levou seis tiros na madrugada de terça-feira e está entre a vida e a morte no Hospital Santa Isabel, naquele Município.

Jamil reclamou que está impedido pelos posseiros de ir à fazenda há cerca de 40 dias. Segundo ele, o Incra já tem 3 mil 260 hectares de sua fazenda desapropriados e nunca assentou ninguém. "O que existe é uma indústria da invasão, uma das mais safadas indústrias do Brasil", ataca. Impossibilitado de recorrer àquele órgão, "são meus inimigos", o fazendeiro procurou a ajuda de alguns amigos para evitar as invasões. Ele enviou um telex ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ao Superintendente de Polícia Federal, Romeu Tuma, pedindo providências.

Ele lamenta, no entanto, que não tenha resolvido nada. "Pensei que eram meus amigos, mas se fossem, já teriam mandado ajuda há muito tempo", dise. O fazendeiro, que tem ainda terras em Mato Grosso, segundo ele também desapropriadas, não sabe mais a quem recorrer, "hoje em dia todo mundo é progressista, não sei o que será do Brasil".

UDR

O diretor da União Democrática Ruralista, UDR, da Região dos Lagos, Amaro Viana, disse que a entidade nunca se interessou pelos conflitos de terras da fazenda Campos Novos em Cabo Frio. Segundo ele, o Incra já havia desapropriado aquela área antes mesmo da existência da UDR no Rio.

– Nós apoiamos grandes, pequenos, médios proprietários e até posseiros, desde que ocupem terras improdutivas de forma pacífica", afirmou Viana.

Ministro promete apressar reforma

BRASÍLIA – Oito deputados federais do Rio de Janeiro e 17 dirigentes de trabalhadores rurais foram ao Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, protestar contra a violência no campo, principalmente contra o atentado ao líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan. Lan deveria estar presente no encontro de ontem com o Ministro, mas se encontra em estado grave. E, isso, gerou reações emocionadas de diversas pessoas presentes à reunião.

"A questão de violência resultante de conflitos agrários será enfrentada com a destinação de maiores recursos para as ações de reforma agrária." Essa foi a resposta dada pelo Ministro Jader Barbalho aos dirigentes sindicais e deputados presentes ao encontro. Segundo o Ministro, o Mirad acaba de conseguir ampliar a verba para avançar na reforma agrária deste ano. O orçamento, de apenas 29 bilhões de cruzados, foi elevado para 136 bilhões.

Relatório aponta área de conflito

O Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, deverá receber, provavelmente ainda esta semana, um relatório sobre as áreas de conflito de terras no Estado, as lideranças ameaçadas de morte e os autores das ameaças. O pedido foi feito pelo secretário, ontem, durante reunião que durou cerca de 2 horas com o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura-Fetag, Eraldo Lírio, além de representantes de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, Famerj, CUT, e de partidos políticos.

O GLOBO Sábado, 11 de junho de 1988

Morre o líder rural de Cabo Frio

Após cinco dias no CTI do Hospital Santa Isabel, de Cabo Frio, morreu ontem, às 9h45m, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, Sebastião Lan, de 45 anos. Ele foi baleado na última segunda-feira, no quilometro 123 da RJ-106, perto da Fazenda Campos Novos, por dois pistoleiros que estavam num Fusca branco. A morte do sindicalista ocorreu duas horas antes do início da manifestação, na Praça Porto Rocha, onde cerca de 3 mil pessoas protestaram contra a violência no campo. Uma carreata que seria promovida até a Fazenda Campos Novos, com o fechamento do tráfego na RJ-106, foi cancelada para que a população acompanhasse o enterro do sindicalista no fim da tarde.

A morte de Sebastião Lan — atingindo por tiros de revólver na cabeça, pulmão e pescoço — aumentou o clima de revolta entre os camponeses e dirigentes de 20 entidades civis que organizaram a manifestação. Durante três horas, dezenas de sindicalistas, representantes do Movimento dos Sem Terra, CUT, CGT, OAB, CEP, estudantes, políticos de diversos partidos e

Foto de Paulo Moreira



Lavradores promovem manifestação contra a violência no campo em Cabo Frio

Pastoral Operária e da Terra defenderam a reforma agrária e criticaram duramente a UDR e o Centrão.

O protesto pelo assassinato de Sebastião Lan foi aberto com o líder dos arrumadores de Cabo Frio, Nélson Almeida, cantando o Hino Nacional. Em seguida, o professor Rômulo Miranda, que apresentou o ato, pediu um minuto de silêncio pela morte do sindicalista e foi reproduzida para o público a gravação de entrevista de Sebastião Lan, concedida ao Programa Fórum de Debates, de uma emissora local, em 1985. Nessa fita Lan fala do seqüestro do filho de um lavrador e das perseguições que já ocorriam na região da Fazenda Campos Novos por parte de jagunços e grileiros.

A mulher do líder rural, Aquiles Marinho Lan, chegou ao coreto da praça no momento em que era rodada a gravação com a voz de Sebastião. Lenço na cabeça, camiseta com a inscrição nas costas "Terra não se ganha, se conquista", Aquiles caiu em prantos e, amparada numa cadeira por sua filha mais velha, Regina, de 20 anos, mal pôde pedir justiça para violência contra o marido e, entre soluços, invocar o nome de Deus várias vezes.

Some o suspeito do crime

O Delegado Hélio Luz, designado pelo Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, para apurar o assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, já tem uma pista que poderá levá-lo a esclarecer o crime. Na última terça-feira, 24 horas após o fuzilamento do líder rural, o jagunço José Cordeiro, o **Zé Florzinha**, não foi encontrado na Fazenda Campos Novos. Ontem, durante o enterro, vários trabalhadores rurais garantiam que **Florzinha** é o mais provável mandante.

Florzinha é temido na Fazenda Campos Novos, onde teria verdadeiro arsenal de armas em casa, mas sumiu da região várias vezes a partir de segunda-feira. Ele responde a inquérito por tentativa de homicídio e é acusado de haver assassinado o lavrador Benício Gomes de Oliveira, há dez anos. Depois de chicotear a vítima, ele a teria fuzilado à queima-roupa e destruído com o trator a roça do camponês. O Delegado Hélio Luz investigava também ontem a ligação de um comerciante de Casimiro de Abreu com os grileiros. A Polícia já tem o nome do homem que vendeu ao administrador da fazenda, Hermes Benites Vicente, um revólver 38 que já foi apreendido. Coincidência ou não, o calibre da arma utilizada no crime é de calibre 38.

O legista Antônio Feliciano Neto atestou no laudo de necropsia do líder sindical "traumatismo crânio-encefálico". Ele extraiu dois projéteis do cerebro da vítima, um do pulmão direito e outro do pescoço. O quinto projétil foi extraído há dois dias, quando Sebastião Lan estava em coma profundo no hospital.

O Presidente da CGT no Rio, Rui Calandrine, exigiu que o Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, apresente logo os assassinos. "Não tenho dúvidas — afirmou — que o assassino é da UDR. A camponesa Rosa Geraldo disse que quase não pode estar presente na manifestação porque na porta de sua casa, em Botafogo, zona rural, havia uma Brasília parada, sem placas, com homens estranhos em seu interior.

Morre em Cabo Frio líder sindical baleado há 5 dias

CABO FRIO — O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, morreu às 9h 45m de ontem no UTI do Hospital Santa Isabel, onde estava internado em coma desde que foi vítima de um atentado a bala, há cinco dias. Em clima de revolta, cerca de 3 mil pessoas participaram de uma manifestação de repúdio ao atentado, na praça principal da cidade, antes de seguirem em passeata até o cemitério municipal, onde Tião Lan foi sepultado, à tarde.

A princípio, estava marcada para a manhã de ontem uma carreata até a Fazenda Campos Novos, local do atentado e onde Tião Lan morava, como posseiro. Ele era casado e tinha nove filhos. A notícia de sua morte chegou quando a comissão organizadora da manifestação ainda colocava faixas e cartazes no coreto. A passeata foi cancelada e foi iniciada ali mesmo um ato público de protesto.

Estavam presentes representantes de quase 60 entidades — a maior parte de sindicatos de trabalhadores rurais da Região dos Lagos, Baixada Fluminense e do Sul do estado. Muitos discursaram repudiado o atentado, entre eles seis deputados estaduais do PT, PSB, PDT e PC do B.

O presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, Geraldo Azeredo, voltou a acusar o ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, por não ter concluído o assentamento das 300 famílias de posseiros na zona rural de Cabo Frio.

O atentado ocorreu na manhã de segunda-feira, quando Tião Lan esperava um ônibus junto à Fazenda Campos Novos, no km 123 da Rodovia Amaral Peixoto. Um homem saltou de um Fusca branco e passou a disparar contra ele. Quando estava caído, com cinco tiros na cabeça, pescoço e outras partes do corpo, o assassino fugiu levando uma pasta com documentos sobre posse de terra que Tião Lan havia reunido para apresentar ao ministro, com quem tinha uma reunião marcada em Brasília para esta semana.

Carlos Hungria



A passeata seguiu do Centro de Cabo Frio até o cemitério

A filha mais velha de Tião Lan, Regina Valença Lan, recebeu a notícia da morte do pai com resignação, mas chorou muito no início do ato público, quando se encontrou com a mãe, no coreto. Dona Aquiles chegou ao local justamente no momento em que a voz do marido estava no sistema de som do coreto. Era uma gravação de 85, feita quando Lan denunciava grileiros no programa radiofônico local. Mãe e filha ficaram abraçadas chorando no centro do coreto, por alguns minutos, rodeadas por cinegrafistas e fotógrafos. Apenas os jornalistas podiam subir no coreto além dos membros da comissão organizadora, que vestiam camisas com a inscrição "Tião Lan, justiça já".

A primeira companhia independente da política militar distribuiu soldados em todos os pontos-chave da cidade e reforçou a guarda diante do hospital, mais não teve problemas com manifestantes. O rabecão do PML removeu o corpo do sindicalista pelos fundos.

O exame de necrópsia indicou traumatismo crânio-encefálico, com lesão da massa cerebral. Foram retirados três projéteis do corpo de Tião para serem encaminhados à Secretaria de Polícia Civil, que avocou o inquérito.

A manifestação na praça foi crescendo de intensidade à medida em que se aproximava a hora do sepultamento. A tônica era a punição aos criminosos e a fixação na terra a qualquer preço. "Dia virá que para cada um de nós que eles derrubarem, nós derrubaremos 10 deles", disse o vice-presidente da Famerj, Beto Matos.

Foto Robson de Freitas



Terra, Justiça e Liberdade eram palavras de ordem que ecoaram das ruas ao cemitério de Cabo Frio

Líder dos sem-terra morre e mais de 500 saem às ruas

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, morreu, ontem pela manhã, no Hospital Santa Isabel, onde estava internado no CTI desde segunda-feira passada, quando foi baleado próximo à sua residência na Fazenda Campos Novos. A morte do sindicalista aumentou a revolta e a tensão dos sem-terra, que estavam concentrados na Praça Porto Rocha aguardando o início da manifestação de protesto contra o atentado sofrido por Lan.

Perto de 500 pessoas participaram do protesto, organizado por todos os sindicatos de trabalhadores rurais do Rio, pela CUT, CGT, Comissão Pastoral da Terra e outras 20 entidades e Partidos políticos, que teve início às 12 horas e terminou no Cemitério Santa Isabel, onde o dirigente sindical foi sepultado no final da tarde. Os manifestantes acusaram a UDR (União Democrática Ruralista) pela morte de Lan e responsabilizaram o Ministério da Reforma Agrária e os constituintes do Centrão pelo crescimento da violência no campo.

"Terra, Justiça e Liberdade", "Não à Violência", "UDR Assassina" e "Não queremos apenas sete palmos deste latifúndio" eram frases escritas em alguns dos inúmeros cartazes erguidos pelos manifestantes na Praça Porto Rocha. No pequeno palanque ali armado, o filho mais novo do líder sindical, Wagner, de apenas 6 meses, foi erguido por um grupo de amigos de seu pai. Dona Aquiles Marinho Lan, 40 anos, esposa de Sebastião, muito abatida e amparada por duas filhas, participou da manifestação, permanecendo na praça até a hora do enterro. Os deputados Aloísio de Oliveira (PDT), Luís Paes Selles (PT), Jandira Feghali (PC do B) e Godofredo Pinto (PSB) estiveram presentes.

Jurado de morte

Dona Aquiles Marinho Lan, disse que seu marido, desde o início do ano, comentava que estava jurado de morte e citava como um dos responsáveis pelas ameaças que vinha recebendo o pistoleiro conhecido como Zé Florzinha. Ela quer que os assassinos de seu marido sejam punidos para que não façam o mesmo com outra pessoa. Segundo a viúva, ele era um bom marido e pai exemplar, não tinha inimigos e nem vícios. Sebastião deixou dois filhos.

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Manoel de Souza, acusou a UDR pela morte de seu companheiro. Segundo ele, outros cinco sem-terras já foram assassinados em Cabo Frio este ano. Os corpos de dois deles foram deixados na RJ-140, no dia 8 de abril, e a Polícia até o momento não tem qualquer pista para esclarecer estes crimes.

O secretário da Federação dos Trabalhadores Rurais, Joaquim Maurício Carvalho, lembrou que em janeiro Sebastião e uma comissão de sem-terras de Cabo Frio estiveram com o Secretário de Polícia Civil, Helio Saboya, a quem denunciaram as ameaças de morte que vinham recebendo. Nada foi feito.

Carvalho contou que domingo à noite retornava de Campos, onde participara de uma reunião com sem-terras, junto com Sebastião, em seu carro. Quando chegaram no KM 123, próximo à Fazenda Campos Novos, Sebastião viu dois homens numa Brasília amarela e disse que eram aqueles os responsáveis pelas ameaças que vinha recebendo. Segundo Carvalho, um deles era Miziara Curi, proprietário da fazenda.

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO
ANO LXIII — RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 11 DE JUNHO DE 1988 — Nº 19.925

Foto de Paulo Moreira



avradores fazem homenagem a Sebastião Lan durante a cerimônia de sepultamento

Morre líder sindicalista ferido a tiros em Cabo Frio

Morreu ontem, após cinco dias em coma, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cabo Frio, Sebastião Lan. Ele fora baleado segunda-feira, nas proximidades da Fazenda Campos Novos, no quilômetro 123 da RJ-106, por dois homens que ocupavam um Fusca branco. No sepultamento, lavradores e sindicalistas prestaram homenagem a Lan em manifestação que reuniu cerca de 3 mil pessoas. A Polícia já tem pistas dos suspeitos do crime, um dos quais o jagunço José Cordeiro, o **Zé Florzinha**, que está desaparecido. **Página 18**

Posseiro fez denúncia contra UDR antes de sofrer atentado

JB 8/6/88

O atentado a bala contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que está à morte no hospital, foi decidida numa reunião da UDR local há pouco mais de um mês. Neste encontro, realizado em Botafogo, um lugarejo do distrito de Búzios, em Cabo Frio, a morte de *Tião*, como é conhecido o líder sindical, foi tramada pelos grileiros conhecidos como *Zé Florzinha*, *Zé Maciel*, e o administrador da Fazenda Campos Novos, Hermes Benite Vicente.

Esta versão, que está sendo investigada pela polícia, foi revelada a familiares e posseiros da região pelo próprio *Tião Lan*, antes de ser gravemente baleado, com tiros, na segunda-feira passada, no quilômetro 123 da Rodovia Amaral Peixoto, próximo à entrada da Fazenda Campos Novos. *Tião* foi pego numa emboscada por defender interesses de posseiros em luta contra grileiros em áreas da fazenda desapropriadas para fins da reforma agrária.

Para investigar o crime foi enviado especialmente a Cabo Frio o delegado Hélio Luz, do gabinete do secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, e uma equipe com três policiais da Coordenadoria de Apoio Operacional. Durante o dia de ontem na 134ª DP, de Búzios, o delegado Hélio Luz ouviu o depoimento de Hermes Vicente, de 58 anos, e do grileiro *Zé Maciel* (na verdade chama-se Evaldo Ferreira de Freitas), que negaram qualquer envolvimento com o crime. O grileiro *Zé Florzinha* desapareceu da região.

O delegado Hélio Luz está convicto que foi 'um crime de mando', e entende que existem 'indícios' contra o administrador Hermes Vicente — que teve o seu revólver 38 e munição apreendidos para perícia — e os outros dois grileiros. Hoje prosseguem as investigações. Hermes Vicente chegou a admitir que tenha encontrado, *Zé Florzinha*, mas apenas para tratar da compra de um pneu. 'Sou nova to aqui, só estou na fazenda há 14 meses. Nunca ouvi falar dessa tal de UDR', desconversou.

Crime de mando — Para Hélio Luz, as únicas pessoas que teriam algo a ganhar com a morte de Tião Lan — um posseiro pobre que vivia com a mulher e nove filhos num pedaço da fazenda — são o dono da sede da Campos Novos, Jamil Curi Miziarca (que é tido como amigo do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, e mora no Rio), o seu administrador Hermes Vicente e os demais grileiros. A fazenda, de cerca de 70 alqueires, teve parte de suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária — e desde então vem sendo palco de luta entre posseiros e grileiros.

Segundo os posseiros, outros líderes vêm sendo ameaçados de morte pelos grileiros, entre eles Manoel Geraldo, que fugiu para o Rio. Para exigir a apuração completa do crime, estiveram ontem na 134ª DP líderes do movimento dos sem-terra, o deputado Luiz Paes Selles, do PT, e assessores do deputado (PDT) Aluízo de Oliveira, presidente da CPI da Terra, da Assembléia Legislativa.

Ao ouvir duas testemunhas que estavam na Rodovia Amaral Peixoto, próximas ao local do crime, o delegado Hélio Luz descreveu para o deputado e assessores a mecânica do crime. Um fusca branco, dirigido por um homem negro, parou perto do ponto de ônibus, por volta das 7h de segunda-feira, onde estava *Tião*. Um moreno meio gordo, com uma máscara de meia, desceu e deu-lhe dois tiros. *Tião* atravessou então a pista e, correndo 20 metros, foi atingido por mais três tiros. Ao todo, foram um tiro na mão, um nas costas, um no pescoço e dois na cabeça. *Tião* está no Hospital Santa Isabel, em Cabo Frio, entre a vida e a morte.

Na pobre casinha de barro da família de Sebastião Lan reina um clima de profunda tristeza. Com lágrimas nos olhos, sua mulher, Aquiles Marinho, lembra que as ameaças a *Tião* começaram há nove anos. Mas intensificaram-se mesmo há pouco menos de um ano, quando o marido conseguiu uma grande vitória para os sem terra da região: a entrega pelo Incra de títulos provisórios a 150 famílias de posseiros.

Olavo Rufino



Posseiros garantem que outros têm sido ameaçados

Guerra explode durante ato de campo

JB 7/6/88

Presidente do sindicato rural de Cabo Frio é baleado por defender posseiros de uma fazen

CABO FRIO, RJ — O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Sebastião Lan, baleado na nuca, no pescoço por dois homens quando esperava ônibus no acostamento da rodovia Amaral Peixoto, em frente à entrada da fazenda Campos Novos, foi operado no Hospital Santa Isabel e ficou internado na CTI em estado gravíssimo. Lan também posseiro da fazenda Campos Novos, onde há conflitos de terra desde 1968.



Sebastião Lan

Casado, pai de nove filhos, Sebastião Lan tinha audiência marcada para amanhã, às 10h, com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, em Brasília, informou o coordenador do movimento sem-terra, Manuel Barbosa. "Há três meses ele denunciava que recebia constantes ameaças de morte, por defender a desapropriação de terras ocupadas por posseiros na zona rural de Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia.

À tarde o ministro Barbalho telefonou para o hospital.

O líder — Socorrido por seu genro, Emílson Mota, e levado para o Santa Isabel pelo administrador da fazenda, Junqueira, conhecido como Lira, Sebastião Lan foi atendido na emergência pelo médico Manuel Artur Seve, que constatou perfurações de bala na cabeça (altura das têmporas) e no pescoço. No CTI, foi operado pelos neurocirurgiões Carlos Eduardo e Wagner Monteiro.

Ele chegou ao hospital às 8h20min (o atentado foi às 7h) e logo depois dezenas de lavradores, diretores do sindicato e líderes do PT, PC do B, PV e PFL apareceram no Santa Isabel. O delegado sindical Cecílio Pereira Gonçalves contou que Lan estivera domingo em Campos, onde participou de reunião da federação dos trabalhadores rurais. Ele denunciou na reunião que a Agrisa, destiladora de álcool da localidade de Araçá, descontava as contribuições sindicais de 200 empregados para o sindicato de Campos, em vez de descontá-las para o sindicato de Cabo Frio.

O atentado — Cecílio Pereira Gonçalves contou que os criminosos (eles estavam num *fusca* branco) levaram uma pasta em que Lan guardava documentos sobre violência contra posseiros. Francisco Valença Lan, 14, filho do líder sindical, revelou que o atentado foi visto por Carlos, um empregado da Prefeitura que recolhe lixo na zona rural. Adiantou também que os dois homens simularam um defeito no carro, para se aproximar de Lan.

O secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, telefonou de manhã para o delegado da 133ª DP, Jofre Guedes, e pediu empenho na apuração do caso. Mas o inquérito ficará a cargo da 134ª DP (Búzios), em cuja jurisdição se deu o atentado. Policiais de Cabo Frio estiveram na sede do sindicato e colheram informações sobre Sebastião Lan. A secretária Valdinete Conceição Tavares revelou aos policiais que Sebastião lhe contara, dias antes, que um bugre, com três e às vezes qu homens, rondava sua casa.

A disputa — Os litígios de terra existem na zona r de Cabo Frio há cerca de 15 anos, qu primeira morte, a do lavrador Manuel Mangueira, 1973. Em 1976, o casal Aderci José Viana foi mor tiros, quando resolveu enfrentar s armados destruíram suas plantações com um trator.

Dois anos depois o posseiro Benício Gomes chicoteado pelo jagunço conhecido por José Cordei alvejado à queima-roupa; Benício resistiu às tentativ dos jagunços para afastá-lo da área. Um advogado Cabo Frio, que acompanha os litígios, estimou em número de ações impetradas pela companhia por Campos Novos para expulsá-los. Na área conhecida Fazendinha, os lavradores alegam morar há mais de anos.

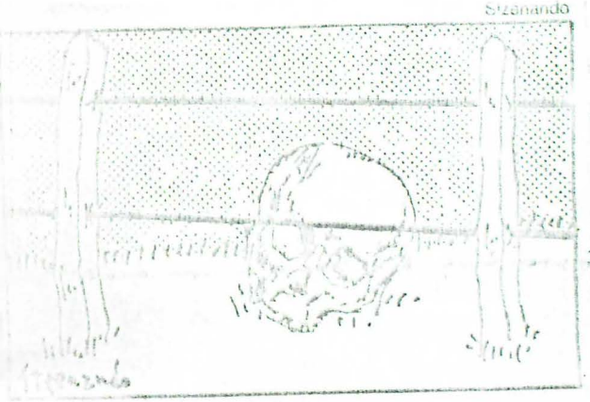
O município de Cabo Frio foi considerado prioritária para efeito da reforma agrária. O decreto originou a desapropriação pelo Incra (27081) é de

Entidades rurais responsabilizaram os governos federal estadual pelo atentado contra o presidente do Sin Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan. Segun Fernando Moura, da Comissão Pastoral da Terra, as violên no campo são denunciadas constantemente através de relató enviados ao Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrá (Mirad) e à Secretaria de Polícia Civil. O deputado Cha Mine, da CPI da Terra, afirmou que há mais de cinco meses governo do Estado estava avisado sobre as ameaças sofria, inclusive com nomes dos mandantes.

No final da tarde, na CUT, representantes de entidad rurais, partidos políticos, Famerj, Movimento dos Se pastoral e CPI estiveram reunidos para denunciar as violênci no campo que, segundo Moura, crescem a cada dia. Amanh trabalhadores rurais estarão reunidos com o ministro da Re ma Agrária, Jader Barbalho, em Brasília, para reivindica aceleramento das desapropriações e recursos de assentamento humano nas terras. Sebastião Lan integra essa comissão. omissão do Mirad sobre essas duas questões provoca conflito gera atentados", disse Moura.

Ele contou que a fazenda Campos Novos tem 4 mil hectares, sendo que 2 mil 500 foram desapropriados em Moura disse que Lan está na luta pela desapropriação há anos e, conforme relatório escrito por ele mesmo e enviado delegado regional do Mirad em Cabo Frio, Agostinho Guerreiro, teria sofrido dois outros atentados em maio. Fernando Moura afirmou que até agora nada foi feito para conter conflitos e as violências. A [illegible] da, a fazenda Campos Novos continua, segundo ele, nas mãos de especuladores, que querem manter a área valorizada.

Sizenando



Causa é a invasão de área de Campos Novos

A ligação entre o atentado sofrido pelo presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, e o conflito de terras na fazenda Campos Novos é reconhecida pelo próprio coordenador do Ministério da Irrigação e Reforma Agrária no Estado, Agostinho Guerreiro. Ele afirmou que Sebastião tinha comunicado ao Mirad e à polícia as ameaças de morte que recebia dos grileiros da fazenda, que impedem o assentamento de cerca de 300 famílias nas terras desapropriadas pelo governo federal.

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Rio, Heraldo Lírio de Azeredo, a responsabilidade pela ocorrência também é do Mirad, que acusa de não ter feito nada para resolver rapidamente a questão das terras na fazenda. O coordenador transfere a responsabilidade para a justiça federal, que, desde o ano passado, deveria ter pedido o auxílio de força policial para um oficial de justiça executar a sentença de despejo dos grileiros, decidida em favor do Mirad e dos posseiros.

A história dos conflitos na fazenda Campos Novos teve início em 1968, quando o movimento sindical tomou a frente da disputa, para assegurar às quase 300 famílias de posseiros a propriedade de parte das terras (ocupadas há 20 anos) para produção de alimentos. Em setembro de 1983, o Incra concedeu a imissão de posse aos trabalhadores rurais de uma área, de três mil hectares, desapropriada. Outra área de 1 mil 800 hectares, teve o decreto de desapropriação assinado pelo presidente da República mas ainda não houve imissão de posse. A área da sede da fazenda não foi desapropriada, por ter prédios tombados pelo Patrimônio Histórico e continua pertencendo a família de Jamil Cury Miziare.

"Essa divisão das terras entre áreas desapropriadas, remanescentes e particulares torna o processo complicado. Primeiro fizemos uma seleção entre todos os ocupantes, para relacionarmos quem realmente tem direito a ficar, e fornecemos a eles um documento de autorização provisória", contou o coordenador do Mirad que, ao assumir o cargo há dois anos e meio, se deparou com o problema: as terras dos posseiros estavam desapropriadas há três anos e nada tinha sido feito para remover os grileiros. A situação se agravou nos últimos cinco meses, com a invasão de mais 50 famílias de produtores rurais a uma área particular da fazenda.

Descrito por Agostinho Guerreiro como "um líder combativo mas sempre aberto ao diálogo", Sebastião Lam recebia ameaças de grupos poderosos que, através da grilagem das terras, criam gado e cavalos de raça em áreas que medem entre 30 e 100 hectares, denuncia o presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado, Heraldo Lírio de Azeredo. Levantamento da Federação revela que a grilagem nas terras totaliza 80 famílias, lideradas por uma comissão formada por pessoas de grande poderio econômico.

"Em 15 de fevereiro de 1985, o diretor regional do Incra, Antônio Américo Ventura, expediu ofício pedindo a retirada dos grileiros que, na época, eram Roseraldo Silva, Alberto Nagi, Salim Nagi Daier, Eduardo Quadro Spínola, Olavo Ramos, Sérgio de Oliveira Pais e José de Deus Ferreira", conta o presidente da federação. Em outubro de 1984, lembra ele, a justiça federal expediu mandado para retirada dos grileiros mas não houve o despejo. Segundo o coordenador do Mirad, a Justiça ainda não solicitou força policial para o oficial de justiça cumprir a sentença. "Depois disso, aumentou o número de grileiros e os antigos ainda expandiram suas áreas", denuncia Heraldo.

09.06-88

Telefoto Agência Estado



te e, entre os encapuçados, o padre

s de banco fogem
ão com religiosos

á – Depois de terminou on- ulto a banco, rido no País: cia do Banco do Oeste do em trocar o que manti- o padre Mar- Letícia Vieira, is saíram de

os dois assal- 16 horas 15m ixo PT-EJF, rissou na Ci- es, no Para- desceram e antes das 19 voltaram a m dos quais rinei Rodri- os, autor de ando armas milhões. Nas inaram on- salvo-condu- icariam com perseguidos

nomes que cumpriram o Secretário ná, Antônio e com eles iatamente o como reféns. ompromisso edido pelo cente Oka- ma escope-

am deixado 2,5 milhões mã Letícia, as negocia-

diam. No aeroporto, o embarque também foi saudado com aplausos, agradecidos com acenos.

– Foi Deus quem conseguiu este milagre – disse a freira, numa de suas rápidas entrevistas, antes de começar o vôo. Ela tinha sido a principal mediadora nas negociações. Às 9 horas de ontem, recebeu sinal verde do Secretário de Segurança para levar aos assaltantes a resposta positiva à proposta deles de troca do refém. Após conversar 40 minutos com ele, do alto de uma escala junto à janela do banco, ela desceu com uma pistola nas mãos, sobre uma Bíblia, e comunicou ao Secretário que o acordo estava feito.

A Irmã Letícia, que há 4 meses cuida de adolescentes em Goio-Erê, chegou domingo à agência assaltada e deixou uma mensagem sobre as mães para os ladrões. Depois, voltou muitas vezes para continuar com as negociações. Ela não soube informar se os ladrões são católicos:

– Na hora do desespero, todo mundo vira crente.

Na volta a Goio-Erê, o piloto do bimotor informou que os dois assaltantes voaram até Puerto Mendes, no Paraguai, onde desceram num aeroporto clandestino, possivelmente usado por traficantes de tóxicos. O padre Marcelino disse que a viagem foi maravilhosa e que estava preocupado com seus pais, que talvez tivessem visto seu embarque em companhia dos ladrões, pela televisão. O padre e a freira, talvez por ética religiosa, não quiseram informar onde tinham ficado os dois bandidos. O piloto Irineu Demarchi também estava satisfeito: "Foi melhor do que eu imaginava".

Capital do Algodão

A Cidade de Goio-Erê, de 42 mil

C. Frio faz protesto por líder rural

Amanhã, a partir das 12 horas, no centro de Cabo Frio, haverá uma grande manifestação contra a violência no campo, um protesto contra o atentado sofrido no início da semana pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que levou seis tiros nas proximidades da Fazenda Campos Novos, nos arredores de Armação dos Búzios, e que se encontra internado no CTI do Hospital Santa Isabel.

Trinta e seis sindicatos rurais do Estado do Rio já confirmaram presença na manifestação, que contará, ainda, com a participação de representantes da CUT, CGT e outras entidades sindicais, como a dos metalúrgicos, petroleiros e rodoviários. O encontro será na Praça Porto do Rocha, no Centro de Cabo Frio, de onde sairão em carreata para a Fazenda Campos Novos, onde farão um ato público e entregarão alimentos e roupas para a família de Sebastião Lan e para as famílias dos 60 posseiros da região.

Ontem, o delegado Hélio Luz, especialmente designado pelo Secretário Hélio Saboya, para acompanhar o caso, passou o dia todo na área da Fazenda Campos Novos ouvindo várias pessoas.

Sem querer entrar em detalhes sobre o trabalho que está realizando, o delegado deixou transparecer que está perto de levantar as identidades dos autores do atentado contra o líder sindical, achando que não tenham agido por influência da UDR.

Entre as várias pessoas com quem o delegado Hélio Luz conversou, a mais importante é Devanir Almeida Ribeiro, que conversava com o administrador da Fazenda Campos Novos, Vicente Benites, quando viu Sebastião Lan saltar de um carro, vindo de Campos.

Estado desesperador

À tarde, a mulher de Sebastião Lan, Aquiles Marinho Lan, tentou visitá-lo no CTI do Hospital Santa Isabel, mas foi impedida devido a gravidade de seu estado. Segundo os médicos que assistem Sebastião, seu estado é irreversível, com comprometimento de 90% do cérebro.

Por uma questão de garantia a vítima, o Secretário de Polícia determinou que dois soldados permaneçam na porta do CTI e uma RP fique parada na porta do hospital.

mo os estatutários e celetistas têm todo amparo legal) tam- entraram "pela janela". Assim, ato Machado acredita que clas- ar apenas os tabelistas de com- -da- alegria é, no mínimo, "en- trar um Cristo para pagar por os", disse.

As duas propostas apresentadas Constituinte, para esse caso, não adaram a Confederação dos ser- res. Segundo Arnóbio Queiroz,

Miziara acusa cretinos comunistas

– Atribuir o atentado contra Sebastião Lan à UDR é fantasia dos cretinos dos comunitas.

O protesto indignado foi feito, ontem, pelo dono da fazenda Campos Novos (Km123,5 da Rodovia Amaral Peixoto), Jamil Curi Miziara, 75 anos, acusado por posseiros de Cabo Frio como um dos mandantes do atentado sofrido pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, Sebastião Lan, que levou seis tiros na madrugada de terça-feira e está entre a vida e a morte no Hospital Santa Isabel, naquele Município.

Jamil reclamou que está impedido pelos posseiros de ir à fazenda há cerca de 40 dias. Segundo ele, o Incra já tem 3 mil 260 hectares de sua fazenda desapropriados e nunca assentou ninguém. "O que existe é uma indústria da invasão, uma das mais safadas indústrias do Brasil", ataca. Impossibilitado de recorrer àquele órgão, "são meus inimigos", o fazendeiro procurou a ajuda de alguns amigos para evitar as invasões. Ele enviou um telex ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ao Superintendente de Polícia Federal, Romeu Tuma, pedindo providências.

Ele lamenta, no entanto, que não tenha resolvido nada. "Pensei que eram meus amigos, mas se fossem, já teriam mandado ajuda há muito tempo", dise. O fazendeiro, que tem ainda terras em Mato Grosso, segundo ele também desapropriadas, não sabe mais a quem recorrer, "hoje em dia todo mundo é progressista, não sei o que será do Brasil".

UDR

O diretor da União Democrática Ruralista, UDR, da Região dos Lagos, Amaro Viana, disse que a entidade nunca se interessou pelos conflitos de terras da fazenda Campos Novos em Cabo Frio. Segundo ele, o Incra já havia desapropriado aquela área antes mesmo da existência da UDR no Rio.

– Nós apoiamos grandes, pequenos, médios proprietários e até posseiros, desde que ocupem terras improdutivas de forma pacífica", afirmou Viana.

Ministro promete apressar reforma

BRASÍLIA – Oito deputados federais do Rio de Janeiro e 17 dirigentes de trabalhadores rurais foram ao Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, protestar contra a violência no campo, principalmente contra o atentado ao líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan. Lan deveria estar presente no encontro de ontem com o Ministro, mas se encontra em estado grave. E, isso, gerou reações emocionadas de diversas pessoas presentes à reunião.

"A questão de violência resultante de conflitos agrários será enfrentada com a destinação de maiores recursos para as ações de reforma agrária." Essa foi a resposta dada pelo Ministro Jader Barbalho aos dirigentes sindicais e deputados presentes ao encontro. Segundo o Ministro, o Mirad acaba de conseguir ampliar a verba para avançar na reforma agrária deste ano. O orçamento, de apenas 29 bilhões de cruzados, foi elevado para 136 bilhões.

Relatório aponta área de conflito

O Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, deverá receber, provavelmente ainda esta semana, um relatório sobre as áreas de conflito de terras no Estado, as lideranças ameaçadas de morte e os autores das ameaças. O pedido foi feito pelo secretário, ontem, durante reunião que durou cerca de 2 horas com o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura-Fetag, Eraldo Lírio, além de representantes de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, Famerj, CUT, e de partidos políticos.

RELATÓRIO TÉCNICO DE APLICAÇÃO DO CONVÊNIO SERSE - 142 / 87

1 - MÉTODO: Excursões (Meta do Convênio)
Reuniões

2 - PERÍODO: 29/08 à 01/09/88

3 - LOCAL 29/08 - Vitória - ES (Centro de aperfeiçoamento de Líder Rural) Calir
30/08 - Assentamento Nova Vitória - Pinheiros - ES
31/08 - Assentamento 11 de Agosto - Pinheiros - ES
- Córrego da Areia - Jaguaré - ES
- Córrego da Onça - São Mateus - ES
01/09 - Assentamento Jucurubá - Viana - ES

- OBJETIVOS:

  - Geral

  Viabilizar os Projetos de Organização Rural, Ação comunitária e Alimentação, previstos no Convênio 142 / SERSE/87.

  - Específicos

  Contribuir com o fortalecimento do processo de Organização Rural, possibilitando a troca de experiências com grupos organizados.

  Contribuir com a organização dos produtores, mulheres e jovens, facilitando a adoção de práticas coletivas de trabalho.

  Contribuir para a implantação de culturas de subsistência, garantindo a alimentação básica da família rural.

CEDIM

V - AVALIAÇÃO

A Excursão realizada com os beneficiários do Projeto Campos Novos aos Assentamentos do Espírito Santo, começou com o entrosamento dos participantes durante a viagem até Vitória no Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural (Calir), onde ficaram hospedados. No decorrer da viagem foram passadas as fitas de vídeo do Programa de Assentamento dos trabalhadores rurais sem terra; mulheres em grupo - Terra Queimada de Sangue, como uma prévia da vivência comunitária e troca de experiências de luta, que aconteceu com a chegada nos Assentamentos; e, para enfocar a luta dos trabalhadores no conjunto da Sociedade, foi passada a fita do filme "Eles não usam Black Tie". Nos momentos antecedentes e subsequentes às projeções, foram feitos comentários alusivos ao processo de Reforma Agrária - A importância da organização comunitária e outros a título de reflexão, apropriando-os à realidade do projeto Campos Novos.

Chegando em Vitória fomos recepcionados pela Técnica do BANDES (Bando de Desenvolvimento do Espírito Santo) e integrante da Comissão Estadual do PROCERA Srª. Eliana Maria de Mesquita Pessotti e pelo chefe do Centro de Aperfeiçoamento da EMATER-ES. Em seguida, foi oferecido um jantar e acomodações para os participantes.

No dia seguinte, após o café da manhã, seguimos em excursão ao assentamento Nova Vitória e 11 de Agosto no município de Pinheiros. O Coordenador Estadual dos Projetos de assentamento da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Espírito Santo Dr. Chateaubriand Lustosa Buteri, engenheiro agrônomo da EMATER-ES, nos acompanhou durante a excursão, fazendo uma exposição da história de luta e conquista da terra pelos trabalhadores, o apoio do Governo do Estado, numa

perspectiva transformadora, sempre reforçando a importância da União e Participação dos assentados e suas relações com as instituições e associações afins; expondo também as dificuldades e soluções encontradas para a administração do PROCERA - destacando o avanço e estágio de organização rural. Ao chegar no Assentamento de Nova Vitória, os participantes foram recebidos pelas 32 famílias do assentamento, que num clima de muita solidariedade os convidaram para se hospedarem em suas casas, conforme entendimento da EMATER-ES / ESLOC de Pinheiros e EMATER-RIO. Daí, iniciou a troca de experiências de vida e luta entre os assentados. Dado o início ao processo de conversação, os excursionistas e técnicos foram convidados para conhecerem as áreas de plantio do assentamento e, em seguida realizou-se uma reunião comunitária. Divididos expontaneamente em subgrupos, visitamos os cultivos de feijão, pimenta do reino, mandioca e viveiro de café, o sistema de mecanização e irrigação implantados e administrados coletivamente pelo grupo de produtores; a barragem para adaptação ao sistema de irrigação, foi fruto do trabalho comunitário das famílias assentadas com o apoio do PROVÁRZEAS - equipe EMATER-ES. Na reunião comunitária com a participação dos assentamentos Nova Vitória, 11 de Agosto e Campos Novos foi distribuidos aos visitantes um dossiê do assentamento elaborado pelo técnico local da EMATER-ES, o abordadas questões relacionadas à organização do movimento dos sem terra e dos agricultores, hoje beneficiados pela política de apoio à Reforma Agrária, como: Dificuldades encontradas em sua trajetória para conquista e posse da terra; conquista de recursos para a manutenção dos assentados na primeira fase do assentamento (verba de alimentação); as discussões e opção pelo trabalho coletivo para garantir a estruturação comunitária, viabilizando a aplicação do PROCERA e consequente emancipação

do projeto, com diversas interrogações dos beneficiários do projeto Campos Novos aos beneficiários do Espírito Santo. Para uma melhor integração dos grupos, os técnicos se retiraram da reunião, propondo aos beneficiários que continuassem trocando suas histórias de vida até que se esgotasse aquele momento;e,após a reunião, divididos em duplas, seguiriam para as residências das famílias do assentamento Nova Vitória, onde passariam a noite.

Na manhã do dia 31/08, foi feita excursão ao assentamento 11 de Agosto, com a coordenação das próprias famílias assentadas. Os excursionistas à todo instante nos faziam exclamações à respeito da organização das mulheres, dos jovens, dos produtores e das famílias,que, através de reuniões discutem seus problemas e programam suas atividades (os trabalhos que realizam coletivamente). Nas suas falações, manifestavam o desejo de permanecerem naquele local, pois nunca tinham visto um pessoal tão agradável , unido, engajado na luta e com vontade de vencer.

No mesmo dia seguimos em excursão para o assentamento Córrego da Areia, município de Jaguaré, localizado a aproximadamente 140 Km. Assim que desembarcamos, fomos recepcionados pelas 31 famílias num galpão comunitário, construido pelos assentados, no qual está instalada a cozinha, o refeitório de improviso, um espaço para a escola e local para as reuniões, havendo também um espaço externo que serve de abrigo para os implementos agrícolas. As mulheres rurais organizadas preparavam um almoço que seria servido a todos os visitantes. O espírito do trabalho comunitário contagiou as mulheres do assentamento Campos Novos que em mutirão colaboraram para a preparação do almoço. Após o almoço, foi realizada uma reunião com duração de uma hora. A reunião foi coordenada por Manoel Martins de Souza, Líder comunitário e membro da comissão Central do Projeto.

Inicialmente, sugeriu que cada um se apresentasse, fazendo em seguida uma retrospectiva da luta e conquista da terra em Corrego da Areia. Reforçando a história da luta pela conquista da terra e do processo de organização dos trabalhadores rurais do Espírito Santo, falou Amaurílio dos Santos monitor e professor do assentamento e membro da comissão Estadual de Educação. Representando o Centro Integrado de Assentados e Pequenos Agricultores (CIDAP), estava o assentado Aguilar ..... Inácio Gaígnér que reiterou a importância da união dos trabalhadores para a organização comunitária, fez uma análise da atual conjuntura da política agrária e agrícola do país, citando exemplos como fontes de esclarecimentos e pontos de reflexão para as famílias visitantes. Por último, Maria de ... Lourdes Alves dos Santos, coordenadora do grupo de mulheres de Córrego da Areia e representante da Comissão Municipal Mulheres de Jaguaré, expôs o trabalho que as mulheres estão desenvolvendo no assentamento e a importância dessa participação na organização dos assentados. Depois dessas exposições, a reunião prosseguiu com discussões em torno dos pontos abordados, finalizando com uma avaliação da excursão em Córrego d' Areia com depoimentos dos excursionistas. Terminada a reunião, fomos visitar as instalações comunitárias (Casa de farinha e o galpão para armazenamento dos produtos agrícolas)e as unidades produtivas acompanhadas coletivamente pelas famílias; cada unidade familiar tem sua responsabilidade com as atividades de plantio à colheita nas áreas coletivas além das atividades em seus próprios lotes (cultura subsistência). As famílias dividem os dias da semana de forma a atender as áreas coletivas e as individuais. Os assentados em excursão tiveram a oportunidade de conhecer o equipamento de irrigação em funcionamento, na área coletiva. As instalações e as áreas de exploração foram implantadas com os recursos do PROCERA.

Os cultivos mais frequentes são de feijão, arroz, milho, mandioca, café e pimenta do reino. Sendo o feijão e o arroz cultura de subsistência, o milho e a mandioca como explorações comerciais, e o café e a pimenta do reino, implantadas para a diversificação de culturas.

O grupo de mulheres de Corrego da Areia mostrou para os visitantes a criação de peixes enquanto que os jovens mostraram a horta que cultivam com o objetivo de atender a merenda escolar. Com o tempo esgotado, os técnicos da EMATER-ES e a coordenação do assentamento Córrego da Areia, encerraram as visitas com breves comentários e as despedidas.

Na viagem de volta à Vitória, os assentados avaliaram o momento, fazendo analogias com suas experiências no assentamento de Campos Novos, dando margem às discussões em sub-grupos, no interior do ônibus. Atendendo ao pedido dos excursionistas, repassamos a fita do vídeo sobre a organização das mulheres em campo e passamos a fita Documentário Charles Chaplim.

No dia 01/09, conforme roteiro, depois da hospedagem no Calir - ES, partimos em excursão ao assentamento Jucuruabá, município de Viana, região centro do Esp. Santo. Ao chegarmos no assentamento, fomos recebidos pelas Lideranças do local. Logo de início foi realizada uma reunião onde o presidente da Associação relatou de forma breve a história do assentamento. Terminada a reunião, fomos convidados para visitarmos as instalações do projeto, as culturas e o sistema de irrigação. Neste assentamento cada família desenvolve suas atividades individualmente, desde o preparo da terra à colheita. Em alguns casos o mutirão é ativado, mediante pagamento daquele que está sendo beneficiado. As famílias que não possuem trator, alugam daquelas que possuem, quando solicitam. O conjunto de irrigação foi comprado coletivamente e está sendo instalado no alto do morro um reservatório central,

que atenderá à todos os lotes. Cada beneficiário pagou uma cota referente ao serviço. O feijão, o milho e a seringueira são as principais explorações comerciais, ficando as olerícolas para comercialização direta ao CEASA, próximo da área. Além destas explorações, cultivam hortas domésticas. Os assentados mantém o experimento de citrus implantado pela EMCAPA antes da desapropriação. Acredita-se que este será o primeiro assentamento do ..... BRASIL a se emancipar. Atribui-se esta possibilidade pelas condições sociais, econômicas e políticas favoráveis ao assentamento. A maioria dos beneficiários são ex-funcionários da Antártica. Destes alguns já possuiam uma condição de vida melhor e para conquistar a área de fazenda pertencente à EMCAPA (Empresa Capixaba de Pesquisa), tiveram o apoio político direto do Governo do Estado e o voto favorável da EMCAPA. Entretanto, este é o único assentamento do ES não reconhecido pelos trabalhadores rurais, por acreditarem na proteção de alguns beneficiários durante o processo de seleção. Ressaltamos tal particularidade dada a importância do movimento dos trabalhadores no processo político de Reforma Agrária do Estado do Espírito Santo.

Os beneficiários de Campos Novos ficaram encantados com as instalações do projeto, suas culturas, o tipo de solo, relevo e com o sistema produtivo adotado. A partir daí, comentavam que este assentamento ofereceu para eles um exemplo de orgnização, talvez pela proximidade das realidades. Atualmente, estando em lotes individuais, sem área coletiva de trabalho e sem apoio do MIRAD-RJ, não acreditam na regularização da área com a retirada dos reprovados.

A excursão à este assentamento, despertou o espírito crítico do grupo, que começaram a dialogar, analisando comparativamente o sistema coletivo de produção dos dois primeiros assentamentos com este último.

De acordo com a programação da excursão, retornamos à Cabo Frio. No momento da despedida, os técnicos Dr. ... Chateaubriand Lustosa Butteri (EMATER-ES) e Srª. Eliana .. Maria de Mesquita Pessotti (BANDES) agradeceram a participação dos beneficiários do projeto Campos Novos e da equipe técnica da EMATER-RIO.

No caminho de volta, oferecemos um almoço para os excursionistas, seguindo em viagem até Campos Novos.

Dos vinte e quatro excursionistas, treze pertencem às glebas A e B (B.Vista e Angelim) e onze às glebas C e D (Botafogo). Avaliamos ter sido o método realizado bastante proveitoso, pois possibilitou aos trabalhadores contato com assentamentos organizados, graças à união e à consciência política dos trabalhadores. Vale relatar que durante a viagem de volta, os participantes discutiam entre si na tentativa de poder encontrar uma forma de trazer o exemplo do Esp. Santo para Campos Novos. Percebemos que os representantes das Associações de Angelim e Botafogo, "camuflados", ou investiam contra as propostas do grupo e colocavam diversas dificuldades para o Projeto C. Novos ou ficavam indiferentes e calados. No entanto, a revelação dos titulados Antonio Ferreira de Jesus (gleba C - Botafogo), Carlos Henrique Venancio Porto (jovem rural - filho do titulado Amandio Venancio Porto - gleba C - Botafogo), Silvio da Silveira (gleba C - Botafogo), Jamil dos Santos Estevão da ... (gleba B - Angelim), Maria Santana (gleba B - Angelim) e Antônio Pompeu Filho (gleba B - Angelim), não permitiram que o pessimismo e voto contra,dos representantes do Sr. Ilson Santos e da D. Maria Quitéria Ribeiro da Costa viessem abalar o espírito crítico dos demais excursionistas. Chegando em Angelim, antes do primeiro participante desembarcar, foi sugerida uma reunião no

RELATÓRIO DE VISITA ÀS FAZENDAS CAMPOS NOVOS, IMBURO E CANTAGALO, NOS MUNICÍPIOS DE CABO FRIO , MACAÉ E CASIMIRO DE ABREU - 14 a 18 de julho de 1987 .

SUMÁRIO:

1 - Objetivo da Viagem
2 - Visita à Fazenda Campos Novos : 2.1 - Histórico
2.2 - Aspectos Físicos
2.3 - Organizações Rurais
2.4 - População
2.5 - Parcelamento da Área
2.6 - Seleção dos Beneficiados e organizações rurais
2.7 - Tamanho dos sítios e Remanejamento da população.
2.8 - Observações Finais
.....2.9 - Conclusões
3 - Visita à Fazenda Imburo.....3.1 - Histórico
3.2 - Aspectos Físicos
3.3 - Exploração Econômica
3.4 - População
3.5 - Formas de organização
3.6 - Situação Atual
3.7 - Conclusões
4 - Visita à Fazenda Cantagalo.....4.1 - Histórico
4.2 - Aspectos físicos
4.3 - Situação atual
4.4 - Conclusões

1 - OBJETIVO DA VIAGEM

Esta viagem teve por objetivo conhecer as área das Fazendas Campos Novos (Cabo Frio) e Imburo (Macaé), desapropriadas pelo INCRA e que serão beneficiadas pelo Plano Operativo de 1987, avaliando as condições que apresentam para receber extensionistas. Durante a viagem foi sentida a necessidade de se visitar a Fazenda Cantagalo, em Rio das Ostras (município de Casimiro de Abreu), também desapropriada pelo INCRA, pelos motivos que serão expostos adiante.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

2 - VISITA À FAZENDA CAMPOS NOVOS

Das 10 áreas que constam do Plano Operativo, a Fazenda Campos Novos foi escolhida para ser a primeira a ser visitada devido às informações que estavam / sendo transmitidas pelo ESLOC-SPA/CF de que havia conflitos e risco de vida na área. A Fazenda, que vinha recebendo serviço de ATER regularmente por dois ERs do ESLOC, teve esta prestação de serviços interrompida em dezembro de 1986 pelo clima de insegurança e de indefinição alegado pelos próprios ERs.

As informações coletadas para este relatório foram obtidas a partir de entrevistas com os ERs do ESLOC-SPA/CF, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, presidentes das duas associações da fazenda (Associação de Moradores de Botafogo e Associação da Comunidade Rural de Tamoios), posseiros/ da Fazenda, visitas in loco e documentos do INCRA arquivados no ESLOC (cópia / do "Relatório Conclusivo do Levantamento das Ocupações Existentes na área do INCRA", de junho de 1984).

2.1 - Aspectos Físicos

A área desapropriada é de 3.203,43 ha, sendo dividida em 4 glebas: gleba A conhecida como Boa Vista, Gleba B conhecida como Angelim, gleba C conhecida como Botafogo e gleba D conhceida como Restinga. Boa Vista e Angelim são as duas maiores glebas (1.023 ha e 1.617 ha respectivamente) e de relevo predominantemente plano. As outras duas são bem menores (Botafogo com 397 ha e Restinga com 165 ha), apresentando relevo mais ondulado. Segundo os técnicos do ESLOC-SPA/CF as melhores terras se encontram na gleba B (Angelim).

Outra característica da área é a grande diversidade de tipos e situações / de solo, fazendo com que a área seja uma verdadeira "colcha de retalhos". Há solos turfosos, com profundidades que variam de 0,2 a 2 m, arenosos, argilosos, com problemas de tiomorfismo, etc.. fazendo com que cada trecho deva ser tratado com especificidade. As mudanças de solo, em muitos casos, chegam a ser bruscas, sem transição.

Além disso , alguns trechos têm peculiaridades no que tange à salinidade / trazida pela subida do nível da água de subsolo, o que não os inutiliza, mas faz com que tenham especificidades na época de plantio e no tipo de cultura a implantar. Os agricultores e os técnicos do ESLOC citam, por exemplo, o caso / da cultura do arroz, que produz muito bem na região, mas que deve ser plantada a partir de janeiro. Em setembro a implantação é impossível devido à salinidade causada pela subida do nível da água de subsolo, mas em janeiro as chuvas já / tiveram tempo de lixiviar os sais, permitindo a implantação da lavoura com sucesso.

A área também apresenta características de ventos fortes nos meses de julho e agosto.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Existem também muitoas área com problemas de drenagem, em especial as gle - bas A e B, e a resolução do problema exige cuidados devido , em alguns pontos, haver junção com salinidade ou tiomorfismo. A maioria destas áreas , atualmen te, vem se prestando a pasto, mas algumas são cultivadas com "lavouras bran - cas"em determinadas épocas do ano, apresentando bons resultados.

Devido a estas peculiaridades, o INCRA encomendou à EMBRAPA um estudo so- bre a fazenda, que deverá ficar pronto até o final de setembro. A partir das/ conclusões do estudo da EMBRAPA, o INCRA então definirá módulos e remanejamen tos necessários, além de estabelecer os tipos de cultura que deverão ser incen tivados.

Afora os estudos da EMBRAPA, a prática dos posseiros vem mostrando sucesso na pecuária, cana-de-açúcar e arroz. Bons resultados vem sendo alcançados tam bém com quiabo, e com citrus e urucum nas partes altas. O próprio "Relatório Conclusivo" do INCRA cita a existência de cerca de 90 mil pés de banana e de 190 mil pés de citrus, além de 7 ha de abóbora (que é plantada em abril), 55 ha de aipim, 30 ha de cana, 10 ha de feijão e 26 ha de milho. Mas - regra de ouro em Campos Novos - todos os posseiros entrevistados demonstraram consciên cia de que nenhuma experiência bem sucedida deve ser generalizada ou precipi- tadamente copiada por outros posseiros. -"Aqui em Campos Novos é tudo diferen te", disse um posseiro. Outro completou : -"Até o trabalhador pegar qual é o macete da terra, apanha muito". Estes depoimentos nos dão a dimensão da impor Tância do trabalho que a EMBRAPA vem realizando.

2.2 - Histórico

Segundo o depoimento de alguns posseiros da área de Botafogo (gleba C) , que nasceram em Campos Novos, a área pertencia, há cerca de 60-70 anos, a um francês chamado Eugênio Arnaud, que a comprou dos jesuítas (ao que parece, a penas Botafogo e Restinga). Antes de Eugênio Arnaud, instalou-se ao que tudo indica nas outras glebas da fazenda, um tal de "Silva",provocador de constan- tes conflitos na tentativa de expulsar os posseiros de lá, que em muitos ca - sos, já na época , possuíam gerações na terra (eram descendentes de escravos). As expulsões e o retorno dos expulsos eram uma rotina sem fim. Com a compra de Botafogo por Eugênio Arnaud, esta gleba se tornou como que um refúgio dos expulsos, visto que ele permitia a permanência de todos na fazenda desde que trabalhassem 4 dias por mês para ele. Este acordo foi aceito, e com isso os / posseiros tiveram o direito de plantar o que quisessem e de morar no local , sem pagar renda alguma. Isto explica a concentração de posseiros antigos nas / glebas C e D, sendo que nas glebas A e B as posses são mais recentes.

Eugênio Arnaud tinha gado, e seus filhos fizeram alguma lavoura.

Com a morte de Eugênio Arnaud, seus herdeiros e o novo administrador qui-

seram exigir renda dos posseiros, o que provocou grande revolta . Os posseiros chegaram a depositar a renda em juízo durante algum tempo, mas depois simplesmente se recusaram a pagá-la. Isto foi no início da década de 50 .

Os filhos de Arnaud tiveram fim: dois deles morreram e um simplesmente desapareceu. Com isto, a área foi comprada por "Jamil" (Companhia Agrícola Campos Novos). A escritura da área, ainda do tempo dos jesuítas, tinha como unidade de medida a "braça" e apontava como confrontantes os pântanos que havia na região. Com o passar dos anos, os pântanos secaram, perdendo-se os rumos / da fazenda; com isso, "Jamil" sentiu-se à vontade para grilar e adquirir outras áreas, aumentando seus domínios até configurar a área constante no decreto de desapropriação. Foi o reinício dos conflitos.

Ao que parece, durante o "domínio" de "Jamil" é que se intensificou a ocupação de Angelim e Boa Vista, cujo processo foi lento, gradual e individualizado, devido à ociosidade que a área apresentava. "Jamil" tentou intimidar os ocupantes através de ameaças e jagunços, mas curiosamente nunca acionou a justiça contra eles.

A área foi desapropriada em 1983, e a imissão de posse deu-se pouco depois.

A entrega de autorizações provisórias de ocupação (APO) deu-se a 17.06.87.

2.3 - Organizações Rurais em Campos Novos

Tomamos conhecimento de três entidades de trabalhadores rurais atuando na área:

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio - originou-se a partir de um Sindicato que era inter-municipal (São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio). A gestão anterior à atual tinha comerciantes por diretores, o que levou a FETAG a intervir no 3º ano de um mandato de 4 anos. A atual direção é composta por/ lavradores que vêm se empenhando no soerguimento do STR.

b) Associação de Moradores de Botafogo - Existe há 5 anos, originando-se de uma antiga Associação de Lavradores, a qual foi berço do Sindicato intermunicipal já referido. Possue sócios tanto do setor rural como do setor urbano. No entender de seu presidente, Ilson dos Santos, não se pode fazer uma / associação de lavradores "porque já existe o sindicato e na comunidade não vivem só lavradores". Abrange também uma parte de Botafogo que, por se encontrar no município de São Pedro d'Aldeia, não foi desapropriada.

c) Associação da Comunidade Rural de Tamoios - abrange as áreas de Angelim e Boa Vista predominantemente, tendo sido fundada a 2 de novembro de 1986.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

2.4 - População

Segundo o "Relatório Conclusivo" do INCRA, os técnicos detectaram 248 ocupações e 262 famílias de posseiros. Um dos motivos que levou a esta diferença de números é o fato de que muitas ocupações apresentaram regime de "sociedade", com mais de um posseiro por ocupação, o que constituía quase sempre / um "artifício, com vistas a não oferecer à ocupação conotações de latifúndio". O mesmo Relatório acusa que 50% da área estavam ocupadas por apenas 12 ocupantes, "com superfícies iguais ou superiores a 50 ha" .

Uma re-tabulação dos dados contidos no quadro "Resumo das Glebas A,B,C e D, configurando a origem dos posseiros" do mesmo Relatório , nos permite montar a tabela 1.

TABELA 1 - Origem dos Posseiros

REGIÃO DE ORIGEM	GLEBA				TOTAL
	A	B	C	D	
Região dos Lagos (Araruama, C.Frio e S.P.Aldeia)	1	19	30	9	59
Baixadas Litorâneas(Conc. Macabu,Casimiro.Abreu)	1	2	2	-	5
Baixada dos Goitacazes (Campos,Macaé,S.J.Barra)	37	29	17	1	84
Norte Fluminense	3	9	6	-	18
Região Metropolitana	2	6	7	1	16
Região Serrana	1	-	1	-	2
SUB - TOTAL (I)- RJ	45	65	63	11	184
Espírito Santo	-	7	10	1	18
Minas Gerais	1	3	1	1	6
Nordeste	2	2	4	-	8
Sul	-	-	2	-	2
SUB - TOTAL (II)	3	12	17	2	34
Outros	1	12	17	-	30
TOTAL	49	89	97	13	248

Um fato que chama a atenção nesta tabela é que, dentre os posseiros fluminenses, 45% são da Baixada dos Goitacazes, e, destes, 78,5% estão nas glebas A e B (boa Vista e Angelim), as mais planas e as que apresentam maior população de bovinos.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Na Gleba A, os posseiros oriundos da Baixada dos Goitacazes constituem / 75% da população, e na gleba B, 32%.

É interessante notar a relação existente entre a origem da população, a área que preferiram ocupar e o tipo de exploração que vêm realizando. Nas / glebas A e B, encontravam-se, segundo o "Relatório Conclusivo", 1.155 das / 1.386 cabeças de gado existentes em toda a fazenda, ou seja 83% do rebanho . Destas 1.155, 385 são de aptidão leiteira, sendo que 337 pertenciam a apenas dois ocupantes, que não residiam na área.

Sobre esta fatia da população, o "Relatório Conclusivo" do INCRA cita que "alimentamos suspeitas com relação aos posseiros oriundos das cidades de Campos, Macaé e São João da Barra de que (...) detenham nos municípios de origem outros imóveis rurais".

Do "Relatório" do INCRA também consta que "somente 44,35% têm moradia efetiva na posse. Os demais residem nas proximidades ou em outros municípios vizinhos, mantendo na ocupação caseiro, empregado, ou simplesmente deixando-a / abandonada". Ele acusa, ainda, que 122 dos 248 entrevistados (49,19%) têm outra fonte de renda fora da agricultura ou apresentam outros fatores que caracterizam impedimento legal para sua regularização. Esta situação está configurada na tabela 2, montada a partir do Quadro III do referido "Relatório" .

TABELA 2 - Atividades dos posseiros irregulares

ATIVIDADE	Nº DE POSSEIROS
Comércio	32
Indústria	5
Fazendeiro	6
Servidor Público	9
Profissional Liberal	3
Motorista	5
Mecânico	2
Tratorista	2
Cortador de Cana	3
Ex-parceleiro do INCRA	6
Aposentado INPS	16
Aposentado FUNRURAL	5
Outros	28
TOTAL	122

2.5 - O Parcelamento da Área

Devido à diversidade da população (agricultores, biscateiros, maiores de 65 anos, empregados urbanos , etc.), o INCRA lançou a proposta de se parcelar a área com 3 tipos de lotes:

a) Lote Urbano: seriam para os posseiros que usam a terra só para moradia e cuja ocupação se encontra na cidade;

b) Lote Para-Rural: trata-se de um lote maior que o urbano, mas que não / permite a sobrevivência a partir unicamente da atividade agrícola. Segundo o presidente do STR, este lote é de 0,5 ha. Serviria para assentar os aposentados, os agricultores idosos já sem saúde para o trabalho, alguns agricultores impedidos de receberem terra pelo Estatuto da Terra (p.ex. pela questão da idade), etc..

c) Lote Rural - é o lote a ser recebido pelos agricultores que não apresentam impedimentos de acordo com o Estatuto da Terra. A definição do tamanho e a demarcação definitiva deste tipo de lote dependem das conclusões que a EMBRAPA apresentar em seu estudo.

Nas Autorizações Provisórias de Ocupação (APO) entregues, já vem definido o tipo de lote que cada parceleiro irá receber, embora tais lotes ainda não / estejam demarcados.

2.6 - A Seleção dos Beneficiados e as Organizações Rurais

Diante deste quadro, é de se imaginar as dificuldades pelas quais passou o INCRA para realizar a seleção de beneficiados, e dentre estes, fazer a classificação de acordo com os 3 tipos de lote a receber.

Foi composta, para esta tarefa, uma comissão mista, com membros do INCRA, dos posseiros e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, surgindo / daí a "lista dos que vão ficar e dos que vão sair ". O presidente do sindicato, Sebastião Lan, lavrador que reside próximo à sede da Fazenda Campos Novos (porém fora da área desapropriada), declarou que, no geral, não há desacordo entre INCRA e STR sobre o resultado final dos trabalhos desta comissão, queixando-se apenas deuns 4 casos que, a seu ver, deveriam sair da área, mas receberam APO.

Por parte das duas associações, no entanto, o descontentamento é grande . Ambas pretendiam que o INCRA regularizasse tudo conforme está, sem sanar as / distorções que são evidentes . Note-se que os comentários são de que , de 84 (quando foi feito o Relatório Conclusivo) para cá , tais distorções aumentaram. Estas associações estão tentando rediscutir a listagem dos beneficiados, e o presidente do STR diz tratar-se de manobra para ganhar tempo.

As acusações aí se sucedem: o sr. Ilson dos Santos, presidente da Associação de Moradores de Botafogo, cuja posição foi contrária a se fazer a seleção ("Eu queria um plano rápido, regularizar a todos do jeito que está"), chega

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

a dizer que o INCRA se recusa a fornecer informações e que não consegue marcar uma audiência com o diretor regional, que também se recusa a recebê-los. Acusa o STR de compactuar com isto, e de colaborar para que o povo fique desinformado. Tanto ele como dona Quitéria, presidenta da Associação da Comunidade Rural de Tamoios (em Angelim), declaram estar preocupadíssimos com as / cláusulas 3 e 4 constantes da APO, que dizem que o beneficiado se compromete a aceitar as condições propostas pelo Projeto e que deve acatar as determinações do INCRA relativas à programação agrícola da área. O sr. Ilson, parecendo desconhecer os passos que devem ser legalmente seguidos num processo como o que está havendo em Campos Novos, insinua haver má fé na distribuição de autorizações provisórias: "Quem tem 80 anos na terra precisa receber autorização para ficar nela, e ainda por cima provisória?" , Dona Quitéria toma claramente o partido dos "que vão sair": queixa-se de que o INCRA comprometeu-se a notificar os "cortados" e a explicar a estes quais os direitos que teriam (indenizações de benfeitorias, etc.) e que não o fez.

Por outro lado,o sr. Sebastião Lan, presidente do STR, cuja atuação entendi como marcante na seleção, acusa a Associação de Tamoios (fundada em 2 de novembro de 1986) de ter sido fundada para defender o interesse dos "grileiros", chegando mesmo a dizer que se trata de uma"delegacia da UDR", e que o sr. Ilson, de Botafogo, além de estar sendo influenciado pelos "grileiros", vem confundindo a cabeça dos posseiros espalhando boatos ou deturpando alguns fatos, dizendo por exemplo que o STR estava "cortando os velhos", além de estar promovendo um boicote geral ao pagamento da mensalidade do STR.

De tudo isto está restando uma grande confusão entre os posseiros, tenham eles recebido ou não APO. O fato de as APOs dos "que vão ficar" já terem sido entregues e "os que vão sair" estarem ainda na área vem sendo fonte de conflitos. Segundo Sebastião Lan, os grileiros não acreditam na promessa do INCRA de retirá-los, e a morosidade em iniciar esta tarefa vem reforçando esta crença, além de gerar um visível desgaste do Sindicato perante o povo, desgaste este perceptível em diversas das entrevistas realizadas.

Afora isto, o próprio Sebastião Lan vem sofrendo constantes ameaças de morte (são acusados alguns ocupantes da Boa Vista, entre os quais Zé Maciel e Zé "Florzinha"), tendo sido seu irmão surrado, por engano e em seu lugar, alguns dias antes da nossa visita, devido à sua colaboração com o INCRA e pela firme posição de não aceitar a permanência dos que não precisam da terra para viver.

Por ocasião de nossa visita, sentia-se também grande espectativa pois o INCRA, na pessoa de seu Procurador Geral, havia prometido iniciar o processo de retirada de grileiros até meados de julho. Ainda segundo Sebastião Lan , a retirada dos cortados é fundamental em pelo menos duas glebas: A e B. Ele

declara que na gleba A (Boa Vista) "vão ficar só uma meia dúzia" e que na gleba B (Angelim) terão que sair cerca de metade dos atuais ocupantes. Disse também / que o Sindicato já possui um cadastro pronto para substituir os cortados, não ha vendo perigo da área ficar desocupada e sofrer novas "grilagens" .

Nas outras duas glebas (C e D) o problema do corte é pequeno, devendo sair / "3 ou 4 pessoas". Trata-se de um público mais definido.

2.7 - Tamanho dos Sítios e Remanejamento da População

A diferença de origens, poder aquisitivo, exploração agrícola, tempo de ocupação e atividade econômica gerou grande diversidade de tamanhos de sítios entre os posseiros. De fato visitamos sítios cujas superfícies variavam de 4 a 20 ha , tendo sido declarado várias vezes que os chamados grileiros possuem áreas maiores, de cerca de 50 até 150 ha.

Esta variação obriga o INCRA a realizar uma redivisão da área e, consequentemente, um remanejamento de pessoal. Os estudos que a EMBRAPA vem realizando concluirão pelo tamanho definitivo dos sítios, respeitando todas as peculiaridades descritas anteriormente.

Isto vem gerando muito desestímulo: os posseiros, que desde a desapropriação em 1983, vêm recebendo recomendações do INCRA de não plantar culturas permanentes ou fazer benfeitorias (o que acarretou desaceleramento de algumas atividades agrícolas), continuam na "espera" e não mostram vontade de "plantar pra valer" / enquanto não se definir como será o parcelamento da área. "Este ano não vou estercar minha terra, pois não sei se vou ficar neste pedaço ou em outro" - esta / frase, de um posseiro do Angelim, que por sinal participou da comissão que selecionou os beneficiados, traduz bem o estado de desânimo e ao mesmo tempo de espectativa pelo qual os posseiros estão passando.

Os fato de algumas APOs distribuídas citarem confrontantes e outras não (simplesmente citam que o portador tem direito a um lote rural, para-rural ou urbano) ajuda a aumentar o clima de incerteza e espectativa.

2.8 - Observações Finais

a) Devido a todas as peculiaridades que a área apresenta em seu aspecto físico, conforme já citado, o serviço de assistência técnica faz-se de suma importância para o bom desenvolvimento da atividade agrícola, fazendo-se necessário a presença de pelo menos um profissional de nível superior da área agronômica.
b) O serviço de extensão rural poderá ser fator de auxílio na resolução dos problemas de organização rural (atritos entre as entidades) que foram detectados.
c) A definição do público, ou seja, a efetiva saída dos cortados (ou "grileiros") é essencial para o bom andamento do serviço da EMATER, pelo menos nas glebas A e B, nas quais no mínimo metade dos ocupantes não terão direito a terra. Ficará difícil a situação do extensionista que tiver que trabalhar numa área em

que deverá se recusar a atender a maior parte de sua população. Ficará igualmente difícil para a comunidade e para o INCRA ter um extensionista que não / recuse a atender ninguém e, com seu trabalho, ajude a consolidar ocupantes / que não terão direito a se beneficiar da terra.

Outrossim, a questão da retirada dos grileiros torna-se quase que uma obrigação moral do INCRA. Como já foi explicado, a seleção dos beneficiados / envolveu as lideranças mais combativas da fazenda e o Sindicato de Trabalhadores rurais , que participaram deste trabalho na certeza de que o INCRA realmente retiraria os grileiros. A demora desta retirada é geradora de um desgaste insuportável para estas lideranças, e a não concretização dela será a sua completa desmoralização. Isto sem falar nas ameaças de morte, avisos maliciosos, carros rondando os barracos à noite e agressões físicas que elas vem sofrendo.

Note-se que estas lideranças serão fundamentais no processo de organização da produção e extensão rural, e precisam (não só por isso) ser preservadas.

d) O desestímulo detectado nos camponeses devido à espectativa de redivisão da área e remanejamento, constitui problema sério para o trabalho de assistência técnica. Será difícil para o técnico trabalhar com um público que, no momento, se limita a plantar apenas o suficiente para sobreviver podendo plantar mais, aguardando que lhe seja apontado o local definitivo em que poderá plantar - como dizem - "para valer".

e) A ameaça à integridade física do extensionista parece, no momento, ter sido bastante abrandada, não constituindo empecilho ao trabalho por si só.

2.9 - Conclusões

a) Devido às particularidades de solo, clima e água, e visto estarem previstos para Campos Novos apenas dois extensionistas (rurais) de nível médio, faz-se necessário pedir suplementação de verba à EMBRATER para que pelo / menos um desses profissionais seja de nível superior.

b) É prudente, para que não haja desgastes desnecessários para os novos extensionistas que atuarão na área, que se envide esforços na retirada dos "grileiros". A ida do extensionista para a área em questão deverá ser / precedida de diversos entendimentos entre o INCRA e a EMATER, nos quais/ deverão ser estabelecidas funções e limitações na ação extensionista devido à situação encontrada. O INCRA deverá procurar, também, definir, enquanto coordenador do projeto, o papel da EMATER-RIO, perante o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, a Associação de Moradores de Botafogo, a Associação da Comunidade Rural de Tamóios e a população assentada em geral, além dos próprios "grileiros", enquanto não se retirar estes últimos, e não se definir o parcelamento da área.

c) Os extensionistas escolhidos para trabalhar na Fazenda Campos Novos deverão ter muita experiência no trabalho com comunidades. Caso contrário, será extremamente difícil mantê-los em serviço na área nas condições que ela apresenta.

CEDIM

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

3 - VISITA Á FAZENDA IMBURO

A visita foi feita em companhia do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macaé e do ER II Adilson do ESLOC-MC .

3.1 - Histórico

A Fazenda Imburo possue 1.206 ha e já era propriedade do INCRA. Seu decreto de desapropriação é muito antigo e englobava, além destes 1.206 ha , outros 2.000 ha, que já foram colonizados e inclusive emancipados. O INCRA cedeu a área de Imburo ao Exército, que o usava para manobras apenas duas vezes por ano, ficando ociosa durante todo o resto do tempo. Segundo o presidente do STR de Macaé, sr. Valdeci, e posseiros entrevistados, um cabo do exército de nome Agildo Nunes, aproveitou-se da ociosidade da área e começou a criar gado de leite, construindo benfeitorias e chegando a formar pasto.

Neste ínterim, houve duas tentativas de ocupação organizada, ambas frustradas pela repressão imediata do Exército.

No entanto, como o cabo Agildo e sua criação de gado estava se tornando inconveniente ao exército, a terceira tentativa de ocupação foi "tolerada" por ele , pois foi vista como forma de se livrar do cabo Agildo. Esta ocupação foi bem sucedida, dando-se a 26 de março de 1985 e contando com 260 famílias. Sem a repressão do exército, valeu a supremacia das 260 famílias sobre o cabo.

No entanto, ao se ver definitivamente livre de Agildo Nunes, o exército reiniciou o processo de expulsão dos ocupantes. A violenta repressão foi um dos fatores que colaborou para que, das 260 famílias que ocuparam a fazenda, restassem hoje cerca de 30.

A área hoje não está mais sendo usada pelo exército. Porém sofreu processo de ocupação gradual por parte de pecuaristas (que são em geral, empresários ou comerciantes), que são cerca de 60 a 70 (segundo o STR de Macaé) .

3.2 - Características Físicas

As seguintes considerações foram tecidas a partir de depoimentos colhidos in loco e avaliações visuais.

Os 1.206 ha da Fazenda Imburo constituem uma enorme várzea. Apresenta problemas de drenagem na época chuvosa, exceto em cerca de 10% da área que se localizam nos fundos da fazenda.

O solo varia entre arenoso e turfoso.

Predomina capim angola em toda a várzea. Segundo a experiência dos ocupantes e a memória de lavradores nascidos nas imediações, a área se presta, com excelentes resultados, ao plantio de arroz, havendo sucesso também com milho, feijão e abóbora.

Água é obtida facilmente através de poços rasos, devendo ser particularmente filtrada para consumo humano devido ao seu aspecto ferruginoso.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

3.3 - Exploração Econômica

Além das culturas de subsistência das 30 famílias remanescentes da ocupação de 1985, a pecuária é praticada pelos ditos "grileiros". Segundo depoimentos colhidos, a produção de leite, por pecuarista, varia de 120 a 350 litros por dia .

3.4 - População

As 30 famílias remanescentes da ocupação são oriundas de Macaé ou arredores , e são ex-assalariados rurais.

Há cerca de 60 a 70 ocupações de pecuaristas, que, em geral, são comerciantes e/ou empresários da Região dos Lagos ou das Baixadas Litorâneas. Há também muitos empregados dos pecuaristas.

3.5 - Formas de organização

Não foi detectada nenhuma associação. A única entidade de trabalhadores que mostrou atuação na área foi o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macaé.

3.6 - Situação Atual

Segundo depoimentos de posseiros e do presidente do STR, e pelo que pôde ser visto, a área foi tomada pelos pecuaristas, que entraram pressionando os pequenos posseiros, ameaçando queimar barracos e soltando gado sobre as lavouras. Com isto os pequenos ficaram espremidos numa faixa de terra ao longo do rio Macaé, com sítios cujos tamanhos variam de 2 a 4 ha. Os pecuaristas ficaram com praticamente 90 % da área.

Os pecuaristas, por apresentarem atividades econômicas extra-agricultura, certamente não se enquadrarão no perfil dos beneficiários das ações do INCRA. Dez deles, inclusive, estão sendo processados pelo cabo Agildo Nunes pelo uso, sem a devida indenização, de benfeitorias e pasto feitos por êle.

À época de nossa visita, os trabalhos de levantamento do INCRA tinham sido recém-terminados, inclusive o cadastro dos ocupantes. Isto significa que ainda está por ser iniciada a etapa de seleção, que promete não ser um processo tranquilo . O presidente do STR, sr. Valdeci, diz já ter organizado listagem dos "grileiros" que deverão,ser tirados da área, na qual constam as atividades extra-agricultura e o levantamento de outras propriedades rurais de cada um, e promete não poupar / esforços junto ao INCRA para que esta listagem seja acatada. O STR propõe ainda / redivisão da área, e a substituição imediata dos grileiros por trabalhadores rurais sem terra cujo cadastro o sindicato já possue.

Do outro lado, correm rumores de que os pecuaristas, sentindo-se ameaçados / com o início do processo de seleção, já estejam formando um "lobby" com políticos para se segurarem na área. Além disso, está sendo usado o velho artifício de cadastrar os empregados para posteriormente usufruir dos benefícios do parcelamento da área.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

3.7 - Conclusões:

As conclusões tecidas nos ítens 2.9 b e 2.9 c , do Relatório de Visita à Fazenda Campos Novos, são válidas também para a Fazenda Imburo. Há semelhanças com Campos Novos em alguns problemas encontrados em Imburo, tais/ como a necessidade de retirada de grileiros e de redivisão de área.

Faz-se necessário, entretanto, que, para início de trabalhos, o INCRA pelo menos chegue ao resultado da seleção de beneficiados.

CEDIM

4 - VISITA A FAZENDA CANTAGALO

Considerando as dificuldades a enfrentar que poderão gerar eventuais ./. desistências nas duas fazendas anteriormente visitadas (Campos Novos e Imburo), visitei a Fazenda Cantagalo, em Rio das Ostras (município de Casimiro de Abreu), recentemente desapropriada pelo INCRA porém ainda sem imissão de posse, pensando em encontrar uma opção de lotação de alguns extensionistas do Programa de Apoio à Reforma Agrária, embora esta fazenda não esteja incluída no Plano Operativo de 1987.

4.1 - Histórico

A Fazenda Cantagalo é de propriedade do INCRA, desapropriada de José Rolas. Segundo o presidente do STR de Casimiro de Abreu e vereador Gélson, e o depoimento de ocupantes da fazenda, os posseiros, que são cerca de 50 famílias, estão na área num período que varia de 10 a 60 anos. As ocupações foram individualizadas e ocorreram ao longo dos anos, Neste processo, as posses tinham um tamanho médio de 5 alqueires.

Há cerca de dez anos começaram a entrar "grileiros" na área, sem que possuísem documento algum, dedicando-se à pecuária (de leite e de corte). O presidente do STR declara serem 12 os pecuaristas, sendo empresários, e estando entre eles os dono da Rápido Macaense, o dono da rede se supermercados Costa Mil, o dono da fábrica de gelo de Macaé, além de diversos profissionais liberais. Estes pecuaristas, através de ameaças, compra de benfeitorias e de direitos de posse, destruição de lavouras de posseiros pelo gado e presença de jagunços, foram tomando conta da área, ocupando praticamente todas as várzeas e as melhores terras, e espremendo os posseiros nas abas de morro ou empurrando- os para lotes urbanos em arraiais próximos (exemplo: Bairro Califórnia), fato este que obrigou alguns a se tornarem assalariados. Os que ainda ficaram na terra, possuem hoje extensões que variam de 1 a 15ha.

4.2 - Aspectos físicos

A fazenda tem 1.749 ha, com boas várzeas intercaladas com áreas acidentadas. Algumas várzeas apresentam problema de drenagem na época chuvosa, prestando-se muito bem à cultura do arroz.

4.3 - Situação Atual

O que se pôde notar, nesta visita, é que os pecuaristas, apesar da desapropriação, não cessaram de reformar cercas, construir novas e boas benfeitorias ou bater pasto. Segundo o presidente do sindicato, ao contrário, estas atividades foram intensificadas com a desapropriação.

Segundo o ER I Oduvaldo, do ESLOC-CA, foi feito um cadastro de ocupantes em 1985, que no entanto já deve estar desatualizado, pois a área já sofreu muitas modificações.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

A frase "o povo tem medo" foi ouvida diversas vezes e em diversas bocas / para justificar o silêncio dos posseiros ou até mesmo a inexistência de uma / associação. Também aqui a proposta do STR é de retirar os pecuaristas e redividir a área, ocupando eventuais sobras com outros trabalhadores rurais sem-terra.

4.4 - Conclusões

A Fazenda Cantagalo apresenta problemas similares de indefinição de público e de área aos de Campos Novos e Imburo, não se prestando, portanto, a ser opção de lotação para extensionistas eventualmente desistentes de trabalhar nestas duas fazendas.

Niterói, 4 de agosto de 1987.

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Responsável pelo Programa de
Apoio à Reforma Agrária da /
EMATER-RIO

CEDIM

- RELATÓRIO DE ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA - INCRA
- FAZENDA: CAMPOS NOVOS
- MUNICÍPIO: CABO FRIO

HISTÓRICO

A Fazenda Campos Novos, situada no 2º distrito do município de Cabo Frio, teve desapropriada em 09 de março de 1983, área de terra com 3.203,43 ha, desapropriação, que se deveu à tensão social existente na área a longos anos.

A ocupação destas áreas pelos posseiros podem ser divididas em 3 (três) períodos e grupos; 1º até 1963, 2º de 1963 à 1970 e 3º de 1970 em diante.

O primeiro período compreende em sua maioria os antigos empregados da Fazenda Campos Novos e seus respectivos filhos, que trabalhavam na Fazenda como meieiros e parceiros do então dono, sendo que estes em sua maioria concentram-se nas glebas C e D (Botafogo) e datam de mais de 40 anos de ocupação.

O segundo período que antecede e se segue a 1964, compreende um grupo de ocupante, vindos de outros municípios a procura de se estabelecerem como agricultores na região, ainda este grupo se encontram na maioria também na gleba C e D.

Estes dois grupos com o crescimento das famílias, enfrentaram problemas para viverem da agricultura tendo sido feitas após 1970 venda de algumas áreas parcial ou total, e suas respectivas famílias buscando alternativas de trabalho fora da agricultura.

O terceiro período compreende os ocupantes, das áreas da gleba A,B e adjacências, ou seja, Angelim, Boa Vista e Gargoá. Este grupo são em sua maioria pessoas de outros municípios, que se sentiram estimulados pela facilidade de ocupação das áreas, com a passividade e as vezes apoiadas administradores da Fazenda. Assim se estabeleceram em pequenos, médias a grandes, se dedicando os pequenos à agricultura e os médios e grandes em sua maioria a pecuária e a lavoura da cana de açúcar.

Nesse último período foi registrada grande movimento de vendas de áreas de posse, desbravadas e semidesbravadas. Quando também se registrou a ocupação das áreas de baixadas, após as obras de saneamento realizadas pelo DNOS.

Os conflitos existiam praticamente em todos os períodos, com maior

e menor intensidade aciclicamente. Tendo sido estabelecidas diversas formas de grupos, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associações independentes, sempre lutando em defesa do seu estabelecimento na terra.

- DESCRIÇÃO DAS COMUNIDADES E GLEBAS

Gleba - A - Boa Vista com 1.023,54 ha.
Gleba - B - Angelim com 1.617,00 ha.
Gleba - C - Botafogo com 397,82 ha.
Gleba - D - Botafogo com 165,07 ha.

Gleba - A - Boa Vista inscrito no INCRA 46 ptodutores.

É ocupada em sua maioria por grandes produtores c/ áreas superiores a 50, 0 ha, tendo como principais atividades na área, a pecuária de corte e leite, as lavouras de cana de açúcar, mandioca, milho e feijão, constitui em sua maioria de áreas baixas, planas, com sérios problemas de drenagem.

Gleba - B - Angelim inscrito no INCRA 89 produtores.

A maioria dos ocupantes são pequenos e médios produtores que se dedicam as lavouras de milho, mandioca, feijão e citrus, e alguns se dedicam à pecuária de leite e corte. A maioria das terras são altas, porém possui área significativa de baixada.

Glebas-C e D - Botafogo inscrito no INCRA - C = 99 produtores e D = 14 produtores.

Esta área é constituída quase que totalmente por pequenos e minis produtores, que se dedicam principalmente à lavoura de mandioca, com alguns se dedicando a olericultura e culturas de feijão e milho. Existe alguns pecuaristas de leite e corte em pequena escala.

Estas áreas foram subdivididas em demasia existindo glebas de até 1 ha, devendo ser estabelecido nesta área algumas glebas para rural e para urbano. É formada de partes altas boas e baixadas c/ problemas de drenagem.

- CULTURAS E TECNOLOGIA

Atualmente as culturas mais exploradas, são mandioca, milho, feijão citrus e algumas olerícolas, porém a tecnologia adotada, é bem tradicional, sendo praticamente inexistente o uso de insumos nas lavouras.

Porém as áreas tem aptidão para diversas culturas, mais lucrativas e outras de melhor alternativa para as áreas de baixada que corresponde mais de 50% da área total desapropriada, no caso da rizicultura. As outras culturas seriam alternativas para as áreas altas, abacaxi, maracujá, coco etc, e também para áreas altas e baixas caso de algumas olerícolas, quia -

bo, pimentão, tomate, giló, abóbora maxixe e outros.

As áreas altas precisam ser trabalhadas intensamente no sentido de se conservar o solo com plantio em nível. E as áreas baixas apresentam sérios problemas de drenagem, necessitando de limpeza dos canais existentes, de construção de novos canais de drenagem e estruturação de áreas e produtores para se fazer a irrigação. Porém a drenagem e irrigação destas áreas baixas devem ser bem estudadas, levando-se em conta o estudo de solos e água realizado pela EMBRAPA, uma vêz que ambos apresentam problemas quanto a sua composição química.

- MERCADO

Muito embora esta área esteja dentro de municipios carente de produção agrícola e proximo ao Rio de Janeiro; os produtores locais enfrentam problemas quanto ao escoamento de seus produtos, pois os mesmo tem como alternativa as feiras livres de S.Pedro d' Aldeia, C. Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, onde a competição com intermediários é grande, sendo normal principalmente no caso de olerícolas haver perda de produtos; por baixo preço ou mesmo falta de consumo. Outro problema que dificulta o escoamento da produção local, é a falta de uma extrutura de transporte associativa que atenda a todos os produtores, pois os que não tem condução própria, só recebem apoio de Cabo Frio para as suas feiras, C. Frio e São Cristóvão, sendo que para as outras feiras o transporte feito alugando-se a particular ou através de ônibus.

O excedente da produção tem até o momento como única alternativa o CEASA de Macaé, portanto um mercado de produtor para onde se pudesse convergir a produção e ali se realizar as vendas, serviria de estimulo ao aumento de produção, e vinda de outros compradores com a competição de preço em aberto.

-ASSOCIATIVISMO

Diversas formas de grupos já se estabeleceram, e tentaram se estabelecer nas comunidades, desde os primeiros períodos de ocupação. Ao longo destes anos diversos líderes rurais, se promoveram na área, o que tem provocado uma forte divisão nas comunidades.

Hoje três correntes, ou seja, entidades tem representatividade na área: 1º o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, que tem sua diretoria formada na maioria por agricultores destas, tendo sido eles os responsáveis pela ativação do mesmo; tem participado ativamente das ações de planejamento junto c/ INCRA e sendo a entidade de maior expressão na comissão de planejamento e na área.

2º Associação dos Moradores de Botafogo, foi criada para exercer' uma ação geral, no campo social e na luta de direitos de todos os moradores da área de Botafogo e Caveira, indistintamente. Tem participado das ' ações de planejamento c/ o INCRA, porém de maneira mais discreta, e tem ' por vezes tomado medidas contrárias as ações do INCRA na comunidade.

3º Associação dos Moradores de Tamoios, foi criada após a desapropriação, formada pela maioria dos grandes e médios produtores das áreas ' do Angelim, Boa Vista e Gargoá; tem desenvolvido ações no campo social, e' se manifestado pela luta de direitos; participa da comissão junto com os' demais grupos e INCRA, e tem tomado por vezes medidas contrárias ao INCRA e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio.

A convergência das ações destes grupos tem sido tentada, porém há' uma forte resistência por parte de suas lideranças, uma vêz que interesses de um determinado grupo tem sido contra o interesse do outro, principalmente no tocante a distribuição das glebas aos ocupantes.

A coesão dos grupos, só deverá se processar após o total estabelecimento do INCRA na área, com a distribuição das partes, com a retirada ' dos que não tem direito, ficando como única alternativa a convergência final em torno de uma liderança e assim se estabelecerem os planos de trabalho.

- TENSÃO SOCIAL

Com a desapropriação destas áreas em 1983, houve uma forte expectativa por parte de todos os agricultores.

Com o estabelecimento imediato do escritório do INCRA no municipio de Cabo Frio, deu-se inicio aos levantamentos e planejamentos, foi quando' surgiu então os primeiros esclarecimentos sobre quem ficaria ou não com a' posse da terra.

Foi então proibida as vendas e construções fixas, normas que não ' foram respeitadas; tendo havido então uma onda de descrédito contra o INCRA; assim os grandes proprietários continuaram estabelecidos nas terras' pouco apreensivos quanto ao futuro. Com a ação do INCRA formada a comissão dos líderes da região, decidindo sobre a divisão das glebas, ficou notória então a possibilidade de um número considerável de produtores não terem direito à posse das terras; sendo que as normas não permitiam. Tal ' fato gerou grande insatisfação, principalmente entre os grandes produtores, e se seguiu ações suspeitas contra membros da comissão e do INCRA; ' desde a perseguição por indivíduos desconhecidos até ameaças feitas através de outras pessoas. Com a distribuição dos Títulos de Autorização Pro-

visória de Ocupação esta tensão tende a aumentar, tendo sido mais frequentes, ações diretas contra os membros representativos da Comissão que se colocaram favoráveis as normas do INCRA. Tal quadro de instabilidade perdura' tendo alguns elementos da Comissão, demonstrado receio contra uma ação futura mais direta. Diante deste quadro os técnicos locais não poderão direcionar suas ações excessivamente aos portadores de A.P.D, pois assim estariam se colocando, contra os não portadores de título, se tornando na visão dos mesmos, inimigos imparciais.

- AÇÃO DE EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A ação da EMATER-RIO na área é registrada desde o primeiro técnico lotado no município, o técnico agrícola João Gilberto Pires, sendo que' até hoje todos da EMATER-RIO local, desenvolver ações e atividades em todas as áreas desapropriadas.

A adoção de tecnologia por parte dos produtores, é dificultada por' diversos fatores. Sendo os principais a insegurança quanto ao seu estabelecimento, definição das Glebas; baixo poder aquisitivo e receio ao crédito ' bancário, juros altos; dificuldade para aluguel e compra de máquinas e implementos agrícolas; disponibilidade de insumos no mercado com preços mais' compatíveis aos produtores; problemas no escoamento da produção(mercado).

Estas dificuldades foram detectadas após longo anos de trabalhos ' realizados pelos técnicos locais na área, através de cursos; reuniões,palestras, U.Ds, U.Os, e demais métodos extensionistas. Tendo sido feitas ações' diretas à área, até mesmo tendo sido conseguido que alguns destes produtores tivessem acesso ao crédito rural no BANERJ e no Banco do Brasil, porem' problemas quanto a aluguel de máquinas, condução das lavouras e problemas ' em algumas áreas de baixadas frustraram estas iniciativas, ficando restrita a um pequeno número de produtores o uso do crédito rural.

No momento vem sendo feitos trabalhos de incentivo a novas culturas, tendo como frente Maracujá e Abacaxi.

O trabalho dos técnicos locais, tem sido indistinto, a qualquer ' produtor da área, muito embora as ações mais ativas, tem sido feitas junto' com INCRA e líderes da Comissão, tendo sido feitos planos para instalações' de lavouras demonstrativa c/ verba do INCRA e outros.

Para a ação mais direta aos produtores titulares, exclusividade, ' acreditamos só ser possível após a ação definitiva do INCRA; com a retirada dos não posseiros de direito, e a queda da tensão existente no momento.

São Pedro d' Aldeia, 28 de agosto de 1987.

Dimas Tadeu de Oliveira Dias
Técnico Agrícola
EMATER-RIO-SP/CF

cmr

RELATÓRIO: REUNIÃO SOBRE PROJETO
CAMPOS NOVOS - 25/08/87

LOCAL: INCRA-RJ.

PARTICIPANTES: EMATER-RIO(NATEC/REFORMA AGRÁRIA E ESLOC-SP/CF), EMBRAPA, INCRA.

1- OBJETIVO DA REUNIÃO:

A Reunião teve por objetivo a apresentação dos resultados preliminares de levantamento de solos de Campos Novos, por parte da equipe da EMBRAPA, que vem estudando a área há alguns meses. Estes resultados serão a base para uma proposta inicial de parcelamento da área, indicando também culturas mais apropriadas às condições edafo-climáticas da fazenda.

2- OS RESULTADOS PRELIMINARES:

A apresentação foi feita pelo Engenheiro Agrônomo Klaus Peter Witterm, da EMBRAPA. Ele explicou que há, no momento, mais resultados das glebas A e B (Boa Vista e Angelim), do que no C e D (Restinga e Botafogo). Recordando: a gleba A (Boa Vista) possue 1023 ha. e tem os maiores sítios da fazenda, cujos tamanhos variam de 20 a 100 ha; a gleba B (Angelim) possue 1.617 ha. com sítios variando de 15 a 30 ha., alguns mais, outros menos; os glebas C e D (Restinga e Botafogo) possuem sítios muito pequenos, alguns com menos de 1 ha.

O pequeno tamanho dos sítios das glebas C e D geram certa dificuldade para estabelecer uma nova proposta de parcelamento, razão pela qual ainda se empregará mais tempo de estudo para estas duas glebas.

Foi colocado pelo Dr. Klaus que há algumas limitações nos resultados apresentados: por exemplo, não houve um período seco típico durante este ano, o que prejudica a observação de salinidade; e sabe-se, através dos depoimentos dos ocupantes, que, em períodos secos, em veranicos, a ascensão de sais é, em alguns pontos, muito forte, provocando "queima de folhas e formação de uma crosta branca na terra". Outro fator é que, devido à limitação de recursos e infra-estrutura, as amostras de solo foram colhidas durante um único mês. Portanto o Dr. Klaus frisa que o acompanhamento deve continuar, lote a lote, durante ainda algum tempo , até que se possa registrar todas as oscilações. Ele disse também que, com estes dados, é arriscado fixar as culturas adequadas, preferindo-se indicar um leque de possibilidades de exploração agrícola. Outra questão é a de que os resultados de análise de água, que virão de São Paulo, ainda não chegaram.

2.1 - GLEBA A (Boa Vista).

Munido de mapa de classificação de solo da gleba A, o Dr. Klaus iniciou a exposição específica sobre esta gleba. A gleba é de relevo plano, e 90% de sua área é constantemente encharcada. Os restantes 10%, beneficiados por um desnível de apenas 1,5m. em relação aos restantes 90%, permanecem secos durante todo o ano(são as chamadas"ilhas"). A gleba é cortada por dois canais.

Os solos da gleba A são endosalinos e endossódicos. A salinidade foi encontrada a uma profundidade de 80 cm. A maior parte dos solos são do grupo podzólico. A argila é de alta atividade (2:1), e a fertilidade do horizonte B textural (a "tabatinga") é ainda mais acentuada pelo acúmulo de conchas que aí são encontradas.

O tiomorfismo é potencial. Foi encontrado enxofre em todas as amostras de solo, mas que não caracteriza o tiomorfismo devido às condições anaeróbicas(encharcamento) que são constantes. Uma drenagem drástica, profunda, tornará o solo da gleba A inaproveitável. Os canais que cortam as glebas apresentam peixes, e numa drenagem drástica o tiomorfismo acidificaria a água a ponto de eliminá-los. A questão é complicada, pois a área necessita de drenagem. Porém o Dr. Klaus tira toda a esperança de uma drenagem completa. A área sempre deverá ser conservada úmida, o que exigirá sistema de comportas.

Tal sistema, segundo ele, é caro, e será difícil fazer com que o DNOS arque com esta despesa. Na sua opinião, dever-se-á aprender a conviver com as condições que a gleba A apresenta. E acrescenta que, em caso de se provocar alguma alteração, "O grande segredo será o manejo da água".

A questão da salinidade prejudica a exploração agrícola apenas nos períodos secos, visto ser profunda. No entanto, será extremamente problemática no que tange ao abastecimento de água. Os atuais ocupantes(quase todos pecuaristas), trazem água de fora, pois poços cavados apresentaram água salobra. Foi perguntado ao Dr. Klaus se não haveria possibilidade de se perfurar poços artesianos, e ele respondeu que não se pode garantir a qualidade da água nem neste caso.

A área Remanescente de Campos Novos(conhecida como "Gargoá") apresenta problema de salinidade mais acentuado, devido à maior proximidade do mar.

A proposta de parcelamento da gleba A dá um tamanho médio de sítio entre 20 a 30 ha., tomando-se cuidado para que cada lote tenha acesso aos canais e seja contemplado com um pedaço de "ilha", que servirá como refúgio na ocorrência de situações drásticas (seco/salinidade e encharcamento). Os lotes poderão ser quadrangulares. Serão os maiores lotes de toda Campos Novos devido à maior possibilidade de se encontrar pontos de salinidade, não se podendo arriscar a demarcação de sítios pequenos que, dependendo do ponto, inviabilizará o assentado.

O Dr. Klaus acrescenta que, apesar de já se poder estabelecer uma proposta de parcelamento, não se pode fixar as culturas. No entanto, cita a rizicultura como uma provável boa possibilidade, e não aceita a pecuária como exploração exclusiva-como está sendo feito agora-mas apenas como exploração complementar.

2.2 - GLEBA B (ANGELIM).

A gleba B tem uma parte de baixadas, outra de meia encosta e os fundos com terras bastante declivosas.

Uma pequena parte da baixada apresenta condições iguais às da gleba A, mas a maior parte dela não apresenta problemas de salinidade, tiomorfismo ou sodicidade. No entanto, a argila é de baixa atividade e a área apresenta encharcamento muito mais acentuado que a gleba A, que inviabiliza a drenagem completa pelo volume de água. Esta baixada é cortada por um canal, que no entanto nada representa em termos de drenagem pelo estado de assoreamento em que se encontra, assoreamento este provocado pela erosão que ocorre nas áreas altas do fundo da gleba.

Os fundos de Angelim são constituídos por podzólicos comuns, pouco férteis e bastante erodidos. Quanto à fertilidade, são solos que responderão facilmente à adubação e calagem. Em relação à erosão, os trabalhos de conservação deverão ser intensos, pois há áreas apresentando grande desgaste e, extremamente grave, há o assoreamento do canal.

A proposta de parcelamento para Angelim dá sítios com tamanho médio de 12 a 15 ha. O formato dos sítios será quadrangular na baixada, mas na parte alta a proposta de Dr. Klaus é de se ter sítios cujo formato seja arredondado, acompanhando o declive, o que induziria o assentado a práticas que auxiliariam na conservação (por exemplo: preparo do solo e plantio em nível). No entanto este parcelamento deverá levar em conta a população assentada, que em grande parte foi aprovada pelo INCRA, a fim de evitar ao máximo o remanejamentodos posseiros e a perda de suas benfeitorias, respeitando, na medida do possível, a estrutura encontrada.

Em geral, nehum posseiro da gleba B perderá área, podendo ter até mesmo acréscimo.

2.3 - GLEBA C e D(RESTINGA E BOTAFOGO).

As áreas destas duas glebas ainda serão objeto de discussão em reuniões posteriores.

3- OBSERVAÇÕES FINAIS.

3.1 - Há a grande necessidade de se expor os resultados preliminares e de discutir as propostas de parcelamento com a comunidade. Realizar-se-ão reuniões em Campos Novos nos dias 8 e 9 de setembro para tal fim, com a presença do INCRA, EMBRAPA e EMATER(ESLOC-SP/CF).

3.2 - A conclusão tirada do que captei na minha visita a Campos Novos (15 e 17/07/87) de que há necessidade de pelo menos um extensionista rural de nível superior trabalhando na área, se ratifica com a exposição da equipe da EMBRAPA.

Niterói, 28 de agosto de 1987

Maria Conceição Po
Engenheira Agrônoma CREA 46.599-D
Responsável pelo Programa

DIRIGENTES SINDICAIS RURAIS DE CABO FRIO
SÃO PERSEGUIDOS E AMEAÇADOS DE MORTE

Preocupados com a grave situação de perseguição que os sindicalistas rurais Manoel Barbosa e Chico Lan (filho de Sebastião Lan dirigente sindical assassinado pelo latifundio em 06 de junho de 1988) vem sofrendo por grileiros da Fazenda Campos Novos, Município de Cabo Frio-RJ, convidamos para uma reunião no dia 17 de julho, onde estiveram presentes 12 entidades. Após os testemunhos dos companheiros ameaçados e entidades que atuam na região, ficou constatado a extrema gravidade de perseguição aos sindicalistas. Nesta reunião decidiu-se que só com o total engajamento do Movimento Popular, Sindical, Partidos e Entidades Democráticas é que iremos encontrar soluções definitivas para o conflito da Fazenda Campos Novos o que significa a retirada imediata de todos os grileiros da área, assentamento das familias dos trabalhadores rurais sem terra e pela garantia de vida dos nossos companheiros.

Várias propostas foram apresentadas pelas entidades presentes:

- Denunciàs do conflito de Campos Novos e ameaças aos sindicalistas que atinja repercussão Nacional e Internacional.
- Articulação Política - para que o quadro de violência no campo do Rio de Janeiro não caia no isolamento.
- Pressão aos órgãos governamentais envolvidos no descaso e omissão do conflito da Fazenda Campos Novos - Justiça
  - INCRA
  - Governo Estadual
- Articular a proteção aos sindicalistas perseguidos.
- Buscar solidariedade, apoio a luta e a organização do movimento sindical dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio.

Para que essas idéias sejam concretizadas é necessário que mais entidades e companheiros se somem nesse mutirão de solidariedade à luta dos companheiros Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, que através de seu exemplo de resistência simbolizam a luta de todos nós.

Neste sentido estamos convidando esta entidade para a próxima reunião no dia 23/07 às 18:00 horas na sede da CUT - Av. Presidente Vargas, 502 - 18º andar.

Vamos garantir a vida dos companheiros Manoel Barbosa e Chico Lan e a vitória dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Campos Novos.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT/RJ

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA - IBASE

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT/RJ

COMISSÃO ESTADUAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - CEAR/RJ

SINDICATO DOS ADVOGADOS -RJ

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CABO FRIO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DUQUE DE CAXIAS

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PIRAÍ

SECRETARIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA - DNTR/CUT

SECRETARIA SINDICAL DO PT-REGIONAL

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS -. RJ

SINDICATO DOS METALÚRGICOS - RJ

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1991

DIRIGENTES SINDICAIS RURAIS DE CABO FRIO

SÃO PERSEGUIDOS E AMEAÇADOS DE MORTE

A luta de resistência pela posse da terra na Fazenda Campos Novos já dura mais de 40 anos, onde os trabalhadores rurais vem sofrendo todo tipo de perseguição e violência, o que torna essa Fazenda como o mais antigo conflito agrário do Rio de Janeiro.

A resistência e persistência dos posseiros e o movimento sindical rural consegue que parte da Fazenda (3.203 ha) seja desapropriada em 1983, mas os trabalhadores nem tiveram que comemorar a conquista porque a área destinada para Reforma Agrária é tomada por grileiros frente à passividade e conivência do INCRA e a omissão da justiça.

Com 60% da área em mãos dos grileiros e o restante em posse dos trabalhadores rurais a fazenda vira um barril de pólvora. Com o recrudescimento da violência sobre os trabalhadores, cinco assassinatos são cometidos aos posseiros do qual se inclui Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, morto pelos grileiros em 1988, no momento em que iria se encontrar com o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário para denunciar a presença e perseguições dos grileiros na fazenda.

Com a continuidade da luta do sindicato para a retirada dos grileiros já previamente indentificados pelo INCRA, os despejos começam a acontecer em março de 1990, porém misteriosamente este processo é interrompido e os grileiros retomam a área e, ao mesmo tempo o INCRA vem distribuindo títulos de autorização de ocupação a outros grileiros legitimando a sua presença na Fazenda.

Por conta dessa luta, hoje os sindicalistas rurais Chico Lan (filho de Sebastião Lan) e Manoel Barbosa encontram-se seriamente ameaçados de morte.

Diante dessa quadro de grande tensão social e omissão do poder público pedimos as entidades e organizações da sociedade que enviem telegramas para:

- Presidente da Republica
- Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Agrário
- Ministro da Justiça
- Presidente do INCRA-Nacional

Modelo de telegrama: "Exigimos o assentamento dos Trabalhadores Rurais na Fazenda Campos Novos Cabo Frio-RJ, a retirada dos grileiros e garantias de vida as lideranças ameaçadas."

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1991

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12 / 3451 / 87

Data 10 / 04 / 87 fls. 15

Rubrica

Trata o presente processo de solicitação de providências, pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Conceição de Macabu, em expediente datado de 08/04/87, em relação ao aproveitamento da Fazenda São Domingos, de propriedade do Estado. Além de um "Projeto de Aproveitamento da Fazenda", há, nele, um histórico, que envolve o Educandário Rego Barros, o Colégio Agrícola Rego Barros e a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos, em Conceição de Macabu.

Essas entidades reivindicam parcelas de terras, dos 1.219,68 hectares para seus propósitos, a saber:

a) EDUCANDÁRIO REGO BARROS - 290,4 hectares para atender lavouras diversas, reserva florestal e pastoreio de 50 cabeças bovinas;

b) COLÉGIO ESTADUAL AGRÍCOLA REGO BARROS - 193,6 hectares para atender reserva florestal, pastagens, bananicultura, lavoura canavieira, pomar, horticultura, cafeicultura, silvicultura, além de área construída;

c) ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RUPAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, EM CONCEIÇÃO DE MACABU - 435,6 ha para assentamento de 60 famílias de agricultores "sem terra";

d) PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU - 9,68 hectares para atender 250 famílias não vocacionadas ao trabalho agrícola, com a construção de 250 casas;

e) FAMÍLIAS QUE JÁ MORAVAM NA FAZENDA - 290,4 hectares para assentamento de 40 famílias de agricultores que lá viviam, à época da última ocupação da Fazenda.

Após parecer favorável do Sr. Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica, desta Secretaria e o parecer do Sr. Diretor-Geral do Departamento Geral de Eco

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12 / 345 / 87

Data 10 / 04 / 87 fls. 16

Rubrica

nomia Rural, o processo foi encaminhado para esta Comissão, constituída pelos Engenheiros-Agrônomos representantes do Departamento Geral de Economia Rural, EMATER-RIO, PESAGRO-RIO e SIAGRO-RIO, para que ela procedesse à visita e observação "in loco" da área, inclusive entrevistando as entidades envolvidas e emitisse parecer técnico a respeito. Nas visitas, a Comissão achou,por bem, fazer-se acompanhar de técnico do Escritório Local da EMATER-RIO.

IMPRESSÕES GERAIS DA FAZENDA - A Fazenda fica a 6 km do centro de Conceição de Macabu. O acesso se dá por estrada de terra de bom-estado de conservação. Constitui uma faixa comprida de terra, com várzeas e morros intercalados e cercada de montanhas não muito altas, com matas e afloramentos rochosos. Nestas partes altas há um grande número de nascentes, algumas das quais alimentam um dos reservatórios que abastece a cidade. Algumas partes destas matas estão naturalmente protegidas pela acentuada declividade e pelas rochas.

Os solos da região são predominantemente do grupo dos latossolos e apresentam, em alguns pontos, plantas indicadoras de acidez(samambaias e sapês).

a princípio, a área parece se prestar bem às culturas de banana, arroz, feijão, milho, mandioca e citrus, além de olerícolas, dependendo da facilidade de mercado que seus produtos encontrarem.

O clima local é quente e úmido, com verões chuvosos e invernos, com secas pouco pronunciadas.

A altitude da sede do Município é de 30 metros.

A Fazenda São Domingos, até 1945, pertencia à família do atual Diretor do EDUCANDÁRIO REGO BARROS, dr. PAULO R. S. B. MOREIRA, quando foi desapropriada, segundo suas declarações.

A Fazenda ficou sob a responsabilidade des-

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo N.º 12 / 3451 /87
Data 10 / 04 / 87 fls. 17
Rubrica

ta Secretaria, até 1968/69, e daí por diante a Fundação Estadual de Educação do Menor passou a administrá-la. O Diretor do Educandário declarou que, desde ... 1945, nunca foi feito nenhum esforço para que a Fazenda se tornasse realmente produtiva.

SITUAÇÃO DO EDUCANDÁRIO REGO BARROS - Durante a entrevista entre a Comissão e o corpo de funcionários do Educandário, foram solicitadas as seguintes informações:

1) Área cultivada - Foi perguntado quanto havia de área cultivada, no momento, pelo Educandário. As declarações foram as seguintes, fornecidas pelo Engenheiro-Agrônomo PAULO R. M. da ROCHA: 2 hectares de horta; 5 hectares de quiabo, pimentão e jiló e área ocupada com pasto formado, cujo montante não souberam responder. O Diretor, posteriormente, colocou que a área de quiabo, pimentão e jiló está em estado de abandono. Foi perguntado se havia anotações sobre a produção destas áreas. A resposta foi que não havia nada anotado.

2) Rebanho - Declararam haver 210 cabeças bovinas, entre gado de corte e de leite. Não souberam dar maiores detalhes sobre o número de cabeças para cada aptidão, ou o número de cabeças por estágio de idade. Informaram que desejam diminuir o rebanho para 50 cabeças.

3) Alunos do Educandário - O Educandário tem capacidade para 330 crianças, porém, no momento, havia apenas 271, das quais 30 excepcionais. Segundo o Diretor, isto se devia a haver alunos em trânsito, nas casas de suas famílias, retornando de férias etc. Os alunos, todos do sexo masculino, estão na faixa etária de 12 a 18 anos. São quase todos(98%) oriundos do Grande Rio, de modo especial da Baixada Fluminense. O Engenheiro-Agrônomo PAULO disse que

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo N.º 12 / 3451 / 87
Data 10 / 04 / 87 fls. 18
Rubrica

60% dos internos trabalham nas atividades agropecuárias. Os alunos do Grande Rio(quase a totalidade da clientela) não trabalham na agricultura de bom grado. Preferem trabalhar na marcenaria e serralheria. Os alunos recebem um "estímulo" de Cz$0,80/hora, por tarefa pesada(produtiva) e Cz$0,40/hora,por tarefa leve(não produtiva). Após os 18 anos, quando os alunos deixam de ser atendidos pela FEEM, ou voltam para as famílias e suas regiões de origem(Grande Rio), ou são encaminhados para as Forças Armadas. Para ocupar as horas ociosas dos alunos, estão se iniciando, além dos cursos de marcenaria e serralheria já oferecidos, cursos de padeiro e sapateiro.

4) Máquinas disponíveis - O Educandário possui, segundo declarações do Engenheiro-Agrônomo Paulo: um trator 50 x MF, de 1961, fora de funcionamento; um microtrator AGRALE 4100, de 16 HP; implementos para trator MF(arado de disco, grade, cultivador de 7 linhas, plantadeira-adubadeira de 4 linhas); implementos para microtrator AGRALE(arado de disco, grade, roçadeira, plantadeira-adubadeira de 2 linhas); uma casa de farinha. Quando precisam de trator, pedem o do Colégio Estadual emprestado.

5) Funcionários - Há, no momento, 151 funcionários, sendo 18 requisitados da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento e 1 da Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu. Destes 32 trabalham nas atividades agropecuárias do Educandário. Dos 60 funcionários residentes, há uma parcela de funcionários inativos.

6) Sobre o Projeto apresentado pela Prefeitura Municipal - Foi perguntado qual o critério que a Direção do Educandário utilizou para o cálculo, por atividade, das áreas requisitadas pelo "Projeto" e qual o critério utilizado para escolha das atividades. A resposta foi: que levaram em conta a parte física já instalada; a necessidade de preservação dos mananci-

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo N.º 12/ 3451 /87
Data 10/ 04/ 87 fls. 19
Rubrica

is e a necessidade de ocupação das horas ociosas dos alunos. Há que se considerar que estas foram as alternativas dadas junto com a pergunta. Caso sejam demarcados os 290,4 hectares reivindicados, haverá necessidade de remanejar algumas famílias de assentados.

7) Comentários sobre a situação do Educandário e suas pretensões de terra - Logo no primeiro parágrafo do "Projeto Técnico" que reivindica terras para o EDUCANDÁRIO REGO BARROS, consta que o objetivo dessa reivindicação é a "formação de Mão-de-Obra primária no setor"(agropecuário). No entanto, a realidade encontrada é de internos de origem urbana, que trabalham nas atividades agropecuárias,por pura obrigação, e que ao se emanciparem, voltam aos centros urbanos e, portanto, trabalharão em atividades nada rurais. Isto foi levantado durante a entrevista, e o Diretor do estabeleçimento declarou que é desejo da Direção mudar a clientela do Educandário, internando apenas garotos de origem rural. Enquanto esta mudança não ocorrer, ao ver desta Comissão, o "Projeto Técnico", como foi apresentado, está fadado ao fracasso e foge completamente de seus objetivos. Aliás, esta mudança não será muito fácil, pois o menor carente e abandonado, público alvo da FEEM, é um fenômeno tipicamente urbano, que não se repete do mesmo modo, nas zonas rurais do Estado - estas apresentam, no máximo, menores pobres que vivem com familiares. Outro fator que chama a atenção, é a imprecisão no fornecimento de informações sobre a área cultivada. Uma avaliação visual feita por esta Comissão, coloca como área cultivada: duas hortas e área de quiabo, somando juntas, no máximo, 1 hectare; mandioca de 3 a 4 hectares; pastagens formadas, de 7 a 8 hectares de Brachiaria(em área plana de sedimentação, adequada a lavouras anuais); pequeno viveiro de mudas de árvores; ou seja, a área cultivada pelo Educandário não ultrapassa 13 hectares. Revendo-se a história do Educandário, sabe-se que mu

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo N.º 12/ 3451 /87
Data 10 /04/87 fls. 20
Rubrica

ca cultivou mais do que isso. Chamamos a atenção, também, para o despreparo em termos de máquinas para o projeto pretendido e o fato de isto não ter sido citado no mesmo projeto. A omissão e a confusão em torno de tais dados, as justificativas evasivas nas respostas às perguntas sobre critérios adotados para áreas e escolha de atividades, mostram, no mínimo, um certo desconhecimento da realidade, na elaboração do projeto em tela, que, por sinal, não leva a assinatura de nenhum responsável técnico.

SITUAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL AGRÍCOLA REGO BARROS - O COLÉGIO ESTADUAL AGRÍCOLA REGO BARROS apresenta 1º e 2º graus. O 1º grau apresenta 350 alunos, sendo que 245 são internos da FEEM(70%), 45 são filhos de assentados e os restantes 60 são, em geral, filhos de funcionários da FEEM. Portanto, o público do 1º grau é, basicamente, o mesmo do Educandário. O 2º grau apresenta 80 alunos, no momento em 3 turmas. Isto significa que as duas entidades educativas da Fazenda São Domingos contam, atualmente, com 430 alunos. Daí, deduz-se que o "Projeto Técnico", que reivindica terras para o Colégio Agrícola deverá ser implementado pelos 80 alunos do 2º grau. O "Projeto" reivindica 60 hectares para formar pastagens, no entanto, não encontramos gado de propriedade do Colégio Estadual. Há sim, nos fundos do Colégio, alguns canteiros demonstrativos, além de uma área de cana e de banana, ambas somando cerca de 8 hectares, em estado de abandono. A ausência da Diretora e o fato de os alunos terem sido dispensados às 12 horas(a visita foi feita por volta das 14 horas de uma sexta-feira) impossibilitou o melhor conhecimento da área. No entanto, sabe-se que desde sua fundação, em 1982, o 2º grau do Colégio nunca conseguiu ocupar as terras a contento. Novamente, estranha-se que um "projeto técnico" de uma escola que forma técnicos de 2º grau, não apresente nenhum

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo N.º 12 / 3451 / 87
Data 10 / 04 / 87 fls. 21
Rubrica

responsável técnico e não forneça detalhes necessários a sua apreciação e aprovação.

SITUAÇÃO DOS ASSENTADOS - Os assentados oriundos de Itaguaí chegaram no início de janeiro último, ficando acampados em um único ponto da Fazenda, em barracas da Defesa Civil. Durante dois meses, o Engenheiro-Agrônomo da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, CLÁUDIO, e os assentados mediram a área e a dividiram em sítios que, visualmente, parecem ter em média, de 7 a 10 hectares. Portanto, a ocupação da área não foi desordenada como coloca a proposta da Prefeitura de Conceição de Macabu. Em vez disso, seguiu etapas bem definidas: acampamento, medição, divisão, sorteio, distribuição e ocupação dos sítios. Os sítios foram ocupados a partir de março. Os assentados já mostram serviço, dentro das condições de precariedade em que se encontram (áreas roçadas, culturas de subsistência que já podem ser vistas na maioria dos sítios). Estão trabalhando apenas com as próprias ferramentas, com sementes doadas e algum calcário cedido pela SIAGRO-RIO. Mostraram grande preocupação na preservação das matas, desfazendo a imagem de ameaça iminente sobre os mananciais que o "Projeto" sugere. Frequentemente, falavam que tinham ordem para não entrar na mata, a fim de proteger as nascentes. A necessidade mais premente que estão sentindo é a de alimentos para se manterem até a primeira colheita e começam a se preocupar com a chegada do frio e a falta de agasalhos e cobertores. Ainda moram em barracas da Defesa Civil, mas já começam a aparecer casebres de estuque, cobertos de palha. A alimentação que consomem no momento é doada pela Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu. Hoje, encontram-se na área, 37 famílias oriundas de Itaguaí e 25 macabuenses. As de Itaguaí formaram uma associação, que, de início, não contou com o apoio dos macabuenses. Mas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12/ 3451 /87

Data 10 /04 /87 fls. 22

Rubrica

aos poucos, esta resistência vai-se esvaindo. No entanto, há queixas por parte da Diretoria da Associação de que alguns macabuenses ali assentados, não têm necessidade de terras, possuindo condições financeiras razoáveis. O fato de haver 45 alunos, filhos de assentados, matriculados no 1º grau do Colégio Estadual, das famílias de Itaguaí, mostra que estas famílias vieram com o firme propósito de ficar. Observe-se que isto não é muito comum: quase sempre, em outras áreas aconteceu que os Chefes de família passaram períodos de 6 meses a um ano, no assentamento, longe das famílias, só as levando para morar com eles, quando a situação se mostrou menos dura. É difícil avaliar visualmente, a área total demarcada pelos assentados e pelo Engenheiro-Agrônomo CLÁUDIO, visto o relevo da área ser irregular e não termos tido tempo de subir a um ponto elevado da Fazenda, para melhor apreciação. Além disso, não tínhamos em mãos um mapa da Fazenda, coisa que ninguém possui em Conceição de Macabu. Um ponto de litígio é a várzea onde se encontra o pasto formado pelo Educandário. Os assentados a reivindicam, por se tratar de área excelente para a olericultura. Os últimos acordos entre assentados e Educandário indicaram que este pasto será dividido ao meio para que se satisfaçam ambas as partes.

SOBRE O PROJETO DE LOTES URBANOS - Segundo informações dos assentados e do extensionista do escritório local da EMATER-RIO, a área pretendida para este fim se encontra logo no início da Fazenda, próximo ao bairro conhecido por Vila São José. Esta localização parece não oferecer maiores problemas para o assentamento rural, ou para as unidades educacionais da Fazenda. Esta área, no entanto, parece, visualmente, ser bem menor que os 9,68 hectares pretendidos. Em frente a esta área, há uma outra, utilizada pela Prefeitura e não mencionada no "Projeto Técnico", que serve como horto, de

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12 / 3451 / 87

Data 10 / 04 / 87 fls. 23

Rubrica

vendo ter, pelo menos, 10 hectares.

CONCLUSÕES

Do exposto, a Comissão houve por bem, adotar recomendações de providências de caráter imediato e providências posteriores, a saber:

a) PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS - 1) Elaboração ou obtenção de um mapa plano-altimétrico da área, contendo a área demarcada pela ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, EM CONCEIÇÃO DE MACABU e Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, contendo também os pontos de destaque da área (estradas, construções etc.)

2) Elaboração de mapas de capacidade de uso dos solos, hídricos e de fontes e vazões, de classe de solos e de ocupação atual;

3) Levantamentos de fertilidade dos solos, fitossanitários e de potencial hidríco;

4) Destinação da várzea de pasto formado, em litígio, à exploração olerícola dos assentados e que a SEAA, junto com a SEAF, estude uma forma de custear a formação de área equivalente em pasto, sobre os morros que há na Fazenda;

5) É importante, que, desde o início do projeto, a ser feito, a Extensão Rural se faça presente, para que, junto com a comunidade, possa organizar sua produção de forma racional. Sugerimos que seja destacado um dos extensionista do Escritório Local da EMATER-RIO, em Conceição de Macabu, para atuação exclusiva na área;

6) Demarcação da área de pasto pretendida pelo Educandário (80 hectares, em princípio), a partir das sobras de terras, que virão a surgir após o levantamento da área demarcada pelos assentados, e nas áreas de topografia mais acidentada, deixando as planas e de declividade suave para as lavouras;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12 / 3451 / 87

Data 10 / 04 / 87 fls. 24

Rubrica

7) Formar um Grupo de Trabalho Inter-Secretarial(SEAA,SEAF), para elaborar projetos emergencial(para os assentados) e global(para Fazenda como um todo);

8) Respeitar as áreas demarcadas pelos assentados, pois eles dentro das dificuldades, estão demonstrandó capacidade e disposição de trabalho.

b) PROVIDÊNCIAS POSTERIORES - 1) Estabelecer as linhas básicas para o planejamento global da Fazenda, através roteiro idêntico ou similar ao seguinte: Objetivos gerais e específicos, necessidades básicas da comunidade rural(antecedentes, localização, área, população, rede viária interna e de escoamento, marcos legais, políticos, sociais, econômicos e técnicos do assentamento, situação administrativa - integração Estado/Associação de Camponeses - configuração geográfica, tipos de solos, outros recursos naturais, critérios para a constituição das glebas, recursos humanos, institucionais e tecnológicos, definição de explorações agrícolas, pecuárias e florestais, recursos econômicos - crédito e formas de adiantamento de recursos - mercados alvos - recursos e perspectivas) e deverá ser precedido dos levantamentos citados como primeira e segunda providências imediatas;

2) A coordenação do projeto de assentamento deverá ficar por conta da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da de Assuntos Fundiários, em co-gestão com a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, EM CONCEIÇÃO DE MACABU;

3) As área reivindicadas para preservação de mananciais deverão ser mantidas e fiscalizadas pelos beneficiários do Planejamento Global, não podendo ser individualizadas. A equipe elaboradora do Planejamento Global deverá determinar a exata localização, cota destas áreas, bem como outros elementos necessários a sua identificação e localização. Estes elementos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12 / 3451 / 87

Data 10 / 04 / 87 fls. 25

Rubrica

deverão ser definidos em função da Legislação Federal vigente, e, no que couber, os intervenientes do Projeto, a ser elaborado, poderão estabelecer outros parâmetros de preservação local;

4) Do exposto, conclui a Comissão da necessidade de redimensionamento das áreas pretendidas pelas entidades envolvidas. Existe superdimensionamento de áreas reivindicadas pelas entidades educativas.

FINALMENTE, CONCLUI A COMISSÃO QUE, DENTRO DESTE OU DE SIMILAR ENFOQUE, É ALTAMENTE VIÁVEL UM PROJETO DE APROVEITAMENTO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, FEITO DENTRO DAS RECOMENDAÇÕES AQUI EXPOSTAS, COM AMPLOS BENEFÍCIOS À SOCIEDADE FLUMINENSE, AOS MUNÍCIPES DE CONCEIÇÃO DE MACABU, AOS CAMPONESES ASSENTADOS E FAMÍLIAS CARENTES ATENDIDAS PELO PROJETO HABITACIONAL E AOS PROFESSORES E ESTUDANTES DAS UNIDADES EDUCATIVAS ENVOLVIDAS.

Em 02 de junho de 1987

Antonio Edno Amorim Magalhães
Engenheiro-Agrônomo CREA12282-D
RJ, pelo Dep. Ger. Economia Rural

MARIA DA CONCEIÇÃO ROSA
Engenheiro-Agrônomo Crea/RJ46599-D
pela EMATER-RIO

AMÉRICO GROSZMANN
Engenheiro-Agrônomo CREA-MG1.095
pela PESAGRO-RIO

WANDERLEY SANTOS PORTILHO DIAS
Engenheiro-Agrônomo CREA/RJ37384-D
pela SIAGRO-RIO

RELATÓRIO DE VISITA À FAZENDA SÃO DOMINGOS - CONCEIÇÃO DE MACABU - 22/05/87

I - PARTICIPANTES

. Maria Conceição Rosa (EMATER-RIO)
. Américo Groszmann (PESAGRO-RIO)
. Antônio Edno Magalhães (Deptº de Economia Rural/SEAA)
. Wanderley Portilho Dias (SIAGRO-RIO)

II - VISITAS EFETUADAS DURANTE O DIA

Saída - 07h30m (Horto de Niterói)
Chegada a Conceição de Macabu - 10h45m

01) Visita ao escritório local da EMATER-RIO.
Solicitação do acompanhamento do extensionista Gilberto Machado do Carmo à fazenda.

02) Visita à Prefeitura.
Não se encontrando o prefeito no local, deixamos aviso que voltaríamos às 16:00 h.

03) Visita ao Educandário Rego Barros, da FEEM.
Foi realizada entrevista com o diretor do Educandário, Sr. Paulo Roberto de Sales Borges Moreira, o funcionário José Augusto e o agrônomo Paulo.

04) Visita ao Colégio Agrícola Estadual Rego Barros - prédio do 2º grau. A diretora não se encontrava no local. Entrevista' com funcionário.

05) Visita ao Colégio Agrícola Estadual Rego Barros - prédio do 1º grau. Entrevista com a funcionária Rosilene.

06) Visita às barracas de camponeses assentados: srs. Leirino ' José da Cunha e José Bittencourt.
Entrevista com o presidente da Associação dos Camponeses da Fazenda São Domingos, sr. Isaias de Souza Ramos.

07) Visita geral à Fazenda São Domingos.

08) Retorno à prefeitura municipal. Encontramos o Prefeito em

reunião com uma comitiva da LBA do Rio de Janeiro. Não sendo possível conversas com ele, deixamos Conceição de Macabu às 17h45m.

III - IMPRESSÕES GERAIS DA FAZENDA

A fazenda fica 6 km do centro de Conceição de Macabu.O acesso se dá por estrada de terra em bom estado de conservação. A fazenda é uma faixa comprida de terra com várzeas e morros intercalados, e cercada por montanhas não muito altas com matas e afloramentos rochosos. Nestas partes altas, há um grande número de nascentes, inclusive lá se encontra um dos reservatórios' que abastece o município. Algumas partes destas matas estão naturalmente protegidas pela acentuada declividade e pelas rochas.

Os solos da região são predominantemente do grupo dos latossolos, e apresentam, em alguns pontos, plantas indicadoras de acidez (samambaias e sapê).

A princípio a área parece se prestar bem às culturas de banana, arroz, feijão, milho, mandioca e citrus, além de olericultura dependendo da facilidade de mercado que se encontrar.

O clima local é quente e úmido, com verões chuvosos e invernos com secas pouco pronunciadas.

A altitude local é de 30 m.

A fazenda São Domingos, até 1945, pertencia à família do atual diretor do Educandário Rego Barros, quando foi desapropriada.

O Educandário ficou sob responsabilidade da SEAA até 1968/69, e daí por diante a FEEM entra em cena. O diretor do Educandário declarou que, desde 1945. nunca foi feito nenhum esforço para que a fazenda se tornasse realmente produtiva.

IV - SITUAÇÃO ENCONTRADA NO EDUCANDÁRIO REGO BARROS

Durante a entrevista, foram solicitadas as seguintes ' informações:

1) Área cultivada: foi perguntado quanto havia de área cultivada, no momento, pelo Educandário. As declarações foram as seguintes (fornecidas pelo agrônomo Paulo):

hortas - 2 ha
quiabo, pimentão e jiló - 5 ha
pasto formado - não souberam responder.

O diretor, Dr. Paulo Moreira, posteriormente colocou que a área de quiabo, pimentão e jiló está em estado de abandono. Foi perguntado se havia anotações sobre a produção destas áreas. A resposta é que não há nada anotado.

2) Rebanho: declaram haver 210 cabeças bovinas, entre gado de corte e de leite. Não souberam dar maiores detalhes sobre o número de cabeças para cada aptidão, ou número de cabeças por estágio de idade.
Informaram que desejam diminuir o rebanho para 50 cabeças.

3) Sobre os alunos do Educandário: o Educandário tem capacidade para 330 crianças, porém, no momento havia apenas 271. Segundo o diretor, isto se deve porque havia alunos em trânsito nas casas das famílias, retornando de férias etc.
Os alunos, todos do sexo masculino, estão na faixa etária de 12 a 18 anos. São quase todos (o sr. José Augusto diz 98%) oriundos do Grande Rio, de modo especial a Baixada Fluminense.
O agrônomo Paulo disse que 60% dos internos trabalham nas atividades agropecuárias.
Os alunos oriundos do Grande Rio (esmagadora maioria) não trabalham na agricultura de bom grado. Preferem trabalhar na marcenaria e serralheria. Os alunos recebem um "estímulo": Cz$.. 0,80 por tarefa "pesada" (produtiva).
Após os 18 anos, quando os alunos deixam de ser atendidos pela FEEM, ou voltam para as famílias e suas regiões de origem(Grande Rio) ou são encaminhados para as Forças Armadas.
Para ocupar as horas ociosas dos alunos, estão se iniciando,além dos cursos de marcenaria e serralheria já oferecidos, cursos de padeiro e sapateiro.

4) Máquinas disponíveis

O Educandário possui, segundo declaração do agrônomo Paulo:

- um trator 50 x MF, de 1961 - não funciona.
- um microtrator AGRALE 4100, de 16 HP.
- implementos para trator MF: arado de disco, grade, cultivador 7 linhas, plantadeira-adubadeira 4 linhas.
- implemento para microtrator AGRALE: arado de disco, grade , roçadeira, plantadeira-adubadeira de 2 linhas.

- uma casa de farinha

Quando precisam de trator, pedem o do Colégio Estadual emprestado, que nem sempre está disponível.

5) Funcionários

Há no momento 151 funcionários, sendo 18 requisitados da Secretaria de Estado de Agricultura. Destes, 32 trabalham nas atividades agropecuárias da fazenda.

6) Sobre o projeto apresentado pela Prefeitura

Foi perguntado em que se basearam para calcular, por cultura, as áreas requisitadas pelo projeto. A resposta foi:
- levando-se em conta a parte física já instalada;
- pela necessidade de preservação de mananciais;
- pela necessidade de ocupação de horas ociosas dos alunos.

Caso sejam demarcados os 60 alqueires geométricos que o Educandário pretende, haverá necessidade de remanejar algumas famílias de assentados.

7) Comentários sobre a situação encontrada do Educandário e suas pretensões de terra

Logo no primeiro parágrafo do "Projeto Técnico" que reivindica terras para o Educandário Rego Barros, consta que o objetivo desta reivindicação é a "formação de mão-de-obra primária no Setor" (agropecuário). No entanto, a realidade encontrada é de internos de origem urbana, que trabalham nas atividades agropecuárias por pura obrigação, e que ao se emanciparem voltam aos centros urbanos e portanto trabalharão em atividades nada rurais. Isto foi levantado durante a entrevista, e o diretor declarou que é desejo da direção mudar a clientela do Educandário, não levando mais para lá meninos da Baixada Fluminense, mas internando garotos de origem rural. Enquanto esta mudança não ocorrer, a meu ver, o "Projeto Técnico" está fadado ao fracasso e foge completamente aos objetivos. Aliás, esta mudança não será muito fácil, pois o menor carente e abandonado, público alvo da FEEM é um fenômeno tipicamente urbano, que não se repete do mesmo modo nas zonas rurais do Estado - estas apresentam, no máximo, menores pobres que vivem com familiares.

Outro fator que chama a atenção é a imprecisão no fornecimento de informações sobre a área cultivada. Uma avaliação vi

sual feita pela equipe da SEAA coloca como área cultivada:

- duas hortas e área de quiabo: juntas somam no máximo 1 ha
- mandioca: de 3 a 4 ha
- pastagens formadas: de 7 a 8 ha de brachiaria (em área plana, adequada a lavouras anuais)
- pequeno viveiro de mudas de árvores

Ou seja: a área cultivada pelo Educandário não passa de 13 ha.

Revendo a história do Educandário, sabe-se que nunca cultivou muito mais do que isso.

Chama atenção também o despreparo em termos de máquinas para o projeto pretendido e o fato de isto não ter sido citado na mesmo projeto.

A omissão e a confusão em torno de tais dados, as justificativas evasivas citadas no ítem III.6, mostram no mínimo um total descuido na elaboração do dito projeto, que por sinal, não leva a assinatura de nenhum responsável técnico.

V - SITUAÇÃO ENCONTRADA NO COLÉGIO ESTADUAL AGRÍCOLA REGO BARROS

O Colégio Estadual Agrícola Rego Barros apresenta 1º e 2º graus. O 1º grau apresenta 350 alunos, sendo que 245 são internos da FEEM (70%), 45 são filhos de assentados e os restantes 60 são em geral filhos de funcionários da FEEM. Portanto o público do 1º grau é basicamente o mesmo do Educandário. O 2º grau apresenta 80 alunos no momento, em 3 turmas.

Daí, deduz-se que o "Projeto Técnico" que reivindica terras para o Colégio Agrícola deverá ser tocado pelos 80 alunos do 2º grau.

O projeto reivindica 60 ha para formar pastagens, no entanto não encontramos gado de propriedade do Colégio Estadual. Há sim, nos fundos do Colégio alguns canteiros demonstrativos, além de uma área de cana e de banana mais adiante, ambas somando cerca de 8 ha, em estado de abandono.

A ausência da diretora e o fato de os alunos terem sido dispensados às 12:00 h (a visita foi feita por volta das 14:00h) impossibilitou o melhor conhecimento da área. No entanto sabe-se que desde a sua fundação, em 1982, o 2º grau do Colégio nunca conseguiu ocupar as terras a contento.

Novamente estranha-se que um projeto técnico de uma esco-

la que forma técnicos de 2º grau não apresente responsável técnico e não forneça detalhamentos necessários à sua apreciação e aprovação.

VI - SITUAÇÃO DOS ASSENTADOS

Os assentados oriundos de Itaguaí chegaram no início de janeiro, ficando acampados num único ponto da fazenda em barracas da defesa civil. Durante 2meses, o agrônomo da Secretaria ' de Assuntos Fundiários, Cláudio, e os assentados mediram a área e a dividiram em sítios que visualmente parecem ter em média 7 a 10 ha. Portanto, a ocupação da área não foi desordenada como coloca a proposta da Prefeitura de Conceição de Macabu. Em vez disso, seguiu etapas bem definidas: acampamento, medição, divisão, sorteio, distribuição e ocupação dos sítios.

Os sítios foram ocupados a partir de março. Os assentados já mostram serviço, dentro das condições de precariedade em que se encontram: áreas roçadas e culturas de subsistência já podem ser vistas na maioria dos sítios. Estão trabalhando apenas com as próprias ferramentas com sementes doadas e algum calcário cedido pela SIAGRO-RIO.

Mostraram grande preocupação na preservação das matas , desfazendo a imagem de ameaça iminente sobre os mananciais que o "projeto" passa.

Frequentemente falavam que tinham ordem para não entrar na mata, a fim de proteger as nascentes.

A necessidade mais premente que estão sentindo é a falta de alimentos para se manterem até a primeira colheita começam a se preocupar com a chegada do frio e a falta de agasalhos e cobertores.

Ainda moram em barracos da defesa civil, mas já começam' a aparecer barracas de estuque, cobertos de palha.

Hoje se encontram na área 37 famílias oriundas de Itaguaí e 25 macabuenses. As de Itaguaí formaram uma associação, ' que de início não contou com o apoio dos macabuenses. Mas aos poucos esta resistência está se esvaindo.

No entanto há queixas por parte da diretoria da associação de que alguns macabuenses ali assentados não têm necessi-

dade de terras, possuindo condições financeiras razoáveis.

O fato de haver 45 alunos filhos de assentados matriculados no 1º grau do Colégio Estadual, das famílias de Itaguaí , mostra que estas famílias vieram com firme propósito de ficar. Observe-se que isto não é muito comum: quase sempre, em outras áreas aconteceu que os "chefes " de família passaram períodos de 6 meses a um ano no assentamento longe das famílias, só as levando para morar com eles quando a situação se mostrou menos dura.

É difícil avaliar visualmente a área total demarcada ' pelos assentados e pelo agrônomo Cláudio, visto o relevo da área ser irregular e não termos tido tempo de subir a um ponto elevado da fazenda para melhor apreciação. Além disso, não tínhamos em mãos um mapa da fazenda, coisa que ninguém possui em Conceição de Macabu.

Um ponto de litígio é a várzea onde se encontra o pasto formado do Educandário. Os assentados a reivindicam, por se tratar de área excelente para a olericultura. Os últimos acordos entre assentados e Educandário indicou que este pasto será dividido ao meio para que se satisfaçam ambas as partes.

VII - SOBRE O PROJETO DE LOTES URBANOS

Segundo informações dos assentados e do extensionista ' do escritório local, a área pretendida para este fim se encontra logo no início da fazenda, próximo ao bairro chamado Vila São José. Esta localização parece não oferecer maiores problemas para o assentamento rural. No entanto, esta área parece,visualmente, ser bem menor que os 2 alqueires geométricos pretendidos.

Em frente a esta área, há uma outra, cedida à Prefeitura, que serve como horto, devendo ter pelo menos 10 ha.

VIII - CONCLUSÕES

1. A área demarcada pelos assentados deve ser respeitada, pois' os assentados estão demonstrando, dentro de suas dificuldades, capacidade e disposição de trabalho.
2. Tanto o Colégio Agrícola como o Educandário não demonstram

a curto e a médio prazo, capacidade e condições de cumprirem os projetos da Prefeitura de Conceição de Macabu.

3. Quanto à área de várzea em pasto que se encontra em litígio, sugiro que seja destinada à olericultura e que o SEAA estude uma forma de custear a formação de área equivalente em pasto sobre os morros.que há na fazenda.

4. É importante que desde o início do processo a extensão rural se faça presente para que, junto com a comunidade, possa organizar sua produção de forma racional. Sugiro que se destaque o extensionista Gilberto Machado do Carmo, do escritório local de Conceição de Macabu, para atuação exclusiva na área, exclusividade essa recomendada pela EMBRATER.

5. A coordenação do projeto de assentamento deverá ficar por conta da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Assuntos Fundiários, em co-gestão com a Associação dos Camponeses da Fazenda São Domingos.

6. Poderá ser estudada uma forma de custeio para manutenção das áreas atualmente cultivadas pelo Educandário e pelo Colégio Agrícola.

7. Com relação à área de pasto pretendida pelo Educandário (80 ha) é necessário estudar a possibilidade de sua demarcação por causa da existência do gado, que vem atrapalhando a lavoura dos assentados. No entanto, esta demarcação deverá ser feita nas sobras de terra que virão a surgir após o levantamento da área demarcada pelos assentados, e nas áreas de topografia mais acidentada, deixando as planas e de declividade suave para as lavouras.

OBS.: a equipe da SEAA que visitou a Fazenda São Domingos reunir-se-á no dia 28.05.87 para elaborar um parecer conjunto a ser enviado ao Secretário de Agricultura.

Niterói, 26 de maio de 1987

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
ENG. AGRONOMA
CREA - 46593 - D

/est.

PARECER SOBRE PROJETO DE APROVEI TAMENTO DA " FAZENDA SÃO DOMIN - GOS" - FEEM -RJ DA PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DE MACABU

HISTÓRICO

No segundo semestre de 1986, cerca de 140 famílias de trabalhadores sem-terra ocuparam áreas ociosas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Itaguaí. Tendo sido despejadas com força policial, tiveram pertences e barracos destruídos. A Secretaria de Assuntos Fundiários e a Defesa Civil, então levaram as famílias para ficarem acampadas no bairro de Chaperó, em Itaguaí, junto a um conjunto habitacional, enquanto não se definia um local para que fossem assentadas. A Defesa Civil forneceu barracas e a Secretaria de Assuntos Fundiários, algum alimento.

Após 2-3 meses, cerca de 60 famílias remanescentes (as outras desistiram por causa da dureza da situação de acampados) foram levados para Conceição de Macabu e assentados na Fazenda São Domingos.

Nesta Fazenda funcionam o Educandário Rego Barros, da FEEM , e o Colégio Estadual Agrícola Rego Barros, este fundado em 1982, que forma técnicos de 2º grau. Ambas as instituições sempre sub-aproveitaram a área da Fazenda, o que fez com que ao longo dos anos se instalassem algumas famílias de posseiros.

A chegada das famílias de Itaguaí a Conceição de Macabu foi acmpanhada de boatos fomentados por grupos temerosos de perder suas terras: espalhou-se que o governador Leonel Brizola estava trazendo marginais do Rio de Janeiro, e que era um absurdo trazer pessoas de fora quando havia beneficiários em potencial no próprio município.

Esta situação levou a Secretaria de Assuntos Fundiários a assentar na fazenda cerca de 20 trabalhadores do próprio município. Hoje, a fazenda abriga 60 famílias de assentados, sendo 40 originários do conflito na Universidade Rural e 20 Macabuenses.

Havia, até 15.03.87, um engenheiro agrônomo da Secretaria de Assuntos Fundiários em tempo integral no assentamento, além de uma c -

quipe média que visitava o local algumas vezes por mês.

Sobre o Projeto Técnico da Prefeitura
Municipal de Conceição de Macabu

- o projeto não leva em conta o fato de as famílias assentadas já terem dividido as terras entre elas, com auxílio do agrônomo da SEAF. Portanto a fase de levantamento e estudos preliminares já está superada, devendo-se partir para ações de apoio. A "liberação de áreas disponíveis", na verdade, deve ser entendida como um levantamento da área que foi demarcada pelos assentados e pelo técnico.
- A demarcação das áreas destinadas aos projetos do Educandário e do Colégio Agrícola estão deverá ser feita após o levantamento citado no ítem anterior.
- Para evitar a "exploração imobiliária" citada no projeto, deverá ser consultada a Secretaria de Assuntos Fundiários sobre a documentação a ser cedida aos assentados e à sua Associação, que deve estar sendo por ela preparada.
- A coordenação do projeto deverá ficar a cargo das Secretarias de Assuntos Fundiários e Agricultura, conjuntamente, visto terem recursos, experiência específica e potencial de articulação inter-institucional.maiores que o da Prefeitura Municipal, que, no entanto, deverá fazer parte de um Conselho Inter-institucional de Apoio ao Projeto de Assentamento.
- Visto os assentados possuirem Associação própria, é conveniente e produtivo administrar o projeto em co-gestão com esta associação.
- Convém discutir a questão com a Secretaria de Assuntos Fundiários, que tem atuação na área, e portanto, possui bastante dados sobre a área.
- A EMATER-RIO poderá de imediato alocar um extensionista agrícola do escritório local de Conceição de Macabu no assentamento. Além disto, será necessária a contratação de uma extensionista social.
- Com relação à instalação de lotes urbanos, dentro da mesma fazenda, as experiências de proximidades de áreas urbanas e rurais têm sido muito negativas. Seria interessante pedir à Prefeitura que estudasse sua instalação em outra área do município.

Sobre o parecer do Assessor Jurídico

- O parecer é coerente. Apenas duas observações a fazer:

1) Já existe uma associação dos Assentados da localidade que pode ser a beneficiária da assistência estatal, sendo uma estrutura menos burocrática que a cooperativa e mais fácil de ser administrada pelos camponeses.

2) A concessão real de uso poderá ser dada a cada colono ou à própria associação, dependendo dos entendimentos a serem travados com os assentados.

Concluindo

Levando-se em conta o exposto, é conveniente formar-se um grupo de trabalho composto por representantes das empresas vinculadas à Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Assuntos Fundiários para estudar e encaminhar as ações de apoio à produção, assessoria administrativa, bem-estar social (SAA) e regularização fundiária (SEAF).

/est.

1. IDENTIFICAÇÃO

FEEM/RJ

- Projeto - Ampliação do programa agrícola do Educandário "Rego Barros" - Conceição de Macabu-RJ.

- Assistência técnica - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro-EMATER-RJ.

- Cooperação Financeira - Secretaria de Estado de Educação e Cultura SEEC.

- Órgão executor - Fundação Estadual de Educação do Menor - FEEM.

- Valor do Projeto - CR$

- Início do projeto - 1980

2. JUSTIFICATIVA

O Educandário "Rego Barros" foi fundado em 1923, com a denominação de Escola Agrícola "Presidente Pedreira" situada na Fazenda São Domingos (5º Distrito do Município de Macaé), distante 5 km do povoado de Conceição de Macabu, funcionando em regime escolar agrícola.

A partir de então, a Unidade teve as seguintes denominações:

1) Fazenda Modelo /Venceslau Bello" - 1929;

2) Colônia Agrícola e Educacional de Macaé - 1935;

3) Aprendizado Agrícola de Macabu - 1941;

4) Escola Agrícola "Rego Barros" - 1941;

5) Educandário "Rego Barros" - 1968

Localiza-se no Município de Conceição de Macabu - RJ, em Fazenda de 264 alqueires.

Recebe menores do sexo masculino, em idade de 6 a 12 anos, através de programa de Casas-Lares, e de 12 a 18 anos incompletos, através de programa de internato tradicional.

Tem capacidade instalada para atender a 250 menores.

Presta assistência nas áreas de Serviço Social, Saúde - esta através de assistência médica, odontológica, nutricional e enfermagem - e na de educação, incluindo ensino de 1º grau, iniciação profissional, recreação e jogos desportivos, além de atividades complementares.

O ensino de 1º grau, de 1a. a 8a. série, é ministrado pela Escola Estadual "Rego Barros", instalada na Unidade e frequentada também pelos alunos da comunidade, de ambos os sexos.

Desenvolve atividades referentes à lavoura, pecuária, reflorestamento, fruticultura e horticultura, contando com a participação dos menores para algumas delas.

Conta com instalação físicas constituídas de:

a) 24 prédios, destinados ao alojamento e atividades dos menores, Serviços técnicos e administrativos, e serviços gerais;

b) 69 casas, destinadas à residência de funcionários;

c) 3 galpões, destinados à criação;

d) 2 pavilhões, para alojamento dos menores, atualmente desocupados em virtude das péssimas condições de suas instalações, que parecem não mais comportar reparos.

A localização da Unidade em região predominantemente agrícola, sugere a implantação de programa específico, sob a orientação técnica de pessoal habilitado.

Acresce que a vida comunitária gira em torno da Unidade, que representa significativa fonte de empregos.

Finalmente, a convicção de que o conhecimento de técnicas agrícolas e pecuárias por parte dos servidores, seus filhos e outros menores da comunidade local poderá contribuir para a elevação de seu próprio padrão de vida, além de reforçar os conhecimentos que serão ministrados aos menores da Unidade, levou à busca de orientação específica.

Nesse sentido foram mantidos entendimentos com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Estado do Rio de Janeiro - EMATER - -RJ, que elaborou estudo para o aproveitamento racional das terras onde está localizada a Unidade.

O estudo em tela revelou a seguinte situação:

- Matas naturais	170,0 ha
- Matas artificiais	55,0 ha
- Culturas	30,0 ha
- Pastagens naturais (macegas)	350,0 ha
- Pastagens artificiais (macegas)	40,0 ha
- Macegas	550,0 ha
- Inaproveitáveis	10,7 ha
- Outros usos	50,0 ha
TOTAL	1.255,7 ha

A partir desse estudo a EMATER - RJ efetuou um plano, cujos projetos se caracterizam pelas seguintes atividades:

- Pecuária leiteira
- Pecuária de corte
- Suinocultura
- Banana
- Cana de açucar
- Milho e Feijão
- Mandioca
- Lavoura

A apresentação desses projetos é objeto do presente plano.

3. OBJETIVOS

3.1. - Geral

Proporcionar a menores carentes, do sexo masculino, em idade de 12 a 18 anos incompletos, condições que possibilitem seu pleno desenvolvimento físico, mental e emocional.

3.2 - Específicos

a) dar aos menores oportunidade de adquirirem conhecimentos teorico-práticos de agricultura.

b) desenvolver programa agrícola com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

CEDIM

4. METAS

Nº DE ORDEM	METAS	ESPECIFICAÇÕES	INDICADORES	RECURSOS FINANCEIROS Cr$1,00
.1	Desenvolver atividades referentes à pecuária leiteira	Operações: 1- construção de estábulo	-01 unidade - capacidade - 50 matrizes - cochos para volumosos - 50 mts - 01 sala para ordenha - bezerreiros - 01 Sala de máquina para ração - baia para touros	
		2- construção de curral	-01 unidade - área - 300m^2 - 02 divisões - 01 tronco - piso calcetado - 04 réguas	42.200

CEDIM

.1		3 - formação de capineira	Área de 10 ha.	72.300
		3.1 aração		
		3.2 gradeação		
		3.3 plantio em sulco		
		3.4 tratos culturais		
		3.5 aquisição e transporte de mudas		
		4 - formação de pasto	Área de 30 ha	216.000
		4.1 aração		
		4.2 gradagem		
		4.3 plantio		
		4.4 tratos culturais		
		4.5 transporte de mudas		
		5 - limpeza de pasto	Área de 250 ha.	200.000
		6 - construção de cercas	- extensão de 10 kms	468.340
			- 03 fios de arame	
			- achas de madeira de lei	

		14 - aquisição de novilhas	- 30 cabeças - 5/8 de raça Holandesa - 2 a 3 anos	450.000
		15 - aquisição de animais de serviço	- 02 cabeças	24.000
.2	Desenvolver atividades referentes à pecuária de corte	Operação: - aquisição de garrotes	- 250 cabeças - 1 a 2 anos - peso de 4 a 6 arrobos, em média - aproveitamento de curral existente na Unidade	2.250.000
.3	Desenvolver atividades referente à suinocultura	Operações: 1 - construção de pocilga	- operação 1: - 01 unidade - capacidade para 20 matrizes	

	7 - construção de cochos para minerais	- 20 unidades	70.000
	8 - aquisição de herbicida	- 20 tambores - marca TORDON	54.000
	9 - aquisição de pulverizadores	- 08 unidades - marca COSTAL	5.600
	10 - aquisição de trator	- 01 unidade - marca MASSEY FERGUSON-MF-265 - com implementos	
	11 - construção de silos	- 02 unidades - capacidade para 30 toneladas cada	140.000
	12 - aquisição de reprodutores	- 02 cabeças - raças HOLANDEZA E ZEBUINA, respectivamente	120.000
	13 - aquisição de matrizes leiteiras	- 70 unidades - 7/8 de sangue Holandes	1.750.000

		14 - aquisição de novilhas	- 30 cabeças - 5/8 de raça Holandesa - 2 a 3 anos	450.000
		15 - aquisição de animais de serviço	- 02 cabeças	24.000
.2	Desenvolver atividades referentes à pecuária de corte	Operação: - aquisição de garrotes	- 250 cabeças - 1 a 2 anos - peso de 4 a 6 arrobos, em média - aproveitamento de curral existente na Unidade	2.250.000
.3	Desenvolver atividades referente à suinocultura	Operações: 1 - construção de pocilga	- operação 1: - 01 unidade - capacidade para 20 matrizes	

		2 - aquisição de matrizes 3 - aquisição de reprodutor	- operação 2: 20 cabeças (4 a 8 meses) - operação 3: 01 cabeça (8 meses) raça cruzada para comércio: LARGE WHITE, LANDRACE, ou TRICROSS	180.000
4.4	Desenvolver atividades referentes à cultura da banana	Operações: 1 - limpeza do terreno 2 - marcação das covas 3 - coveamento 4 - preparo e transporte das mudas 5 - plantio 6 - distribuição de calcáreo 7 - adubação 8 - capinas	- rendimento previsto 13 t/ha/ano - serão ocupadas 113 horas/homem - operação 5: 1.200 mudas retiradas do bananal existente na Unidade - operação 7: - será realizada 3 vezes - operação 8: - será realizada 4 vezes	8.150

		9 - replantio 10 - desbaste e limpeza 11 - colheita	- operação 10: será realizada 3 vezes	
..5	Desenvolver atividades .. referentes à cultura da cana de açucar	Operações: 1 - aplicação de corretivos, fertilizantes e defensivos 2 - instalação de toletes 3 - preparação do Solo: 3.1 - limpeza do terreno 3.2 - aração (la e 2a) 3.3 [illegible]ção de calcáreo 3.4 g[illegible]agem (la e 2a)	- previsão de 1 ha. de cana/planta - operação 2: retirados do canavial já formado na Unidade (m-147-44 e CB-61-13) - operação 3.1, 3.3 e 37: com recursos humanos da Associação dos alunos - operações 3.2 e 3.4: com trator e tratorista da Unidade	13.500

	3.5 corte, seleção e tratamento dos toletes 3.6 plantio 3.7 replantio 4 - tratos culturais 4.1 aplicação de herbicida 4.2 cultivo mecânico 4.3 repasse à enxada 4.4 - aduba[illegible] de cobertura 5 - colheita e transporte 5.1 corte manual 5.2 embarque mecânico 5.3 transporte interno	- operação 4.1: - com pulverizador acoplado ao micro-trator - operação 4.2: - através micro--trator, pelo operador da Unidade - operações 4.3 e 4.4: com mão de obra da Associação dos Alunos - operações 5.1 e 5.2: - com recursos humanos da Associação dos Alunos - operação 5.3: - com trator e tratorista da Unidade	

.6	Realizar atividades referentes à cultura de milho e feijão	Operações: 1 - limpeza do terreno 2 - aração 3 - gradagem 4 - coveamento e plantio do milho 5 - coveamento do feijão "das á - guas" 6 - coveamento e plantio do feijão "da seca" 7 - adubação de plantio 8 - combate à saúva 9 - cultivo manual do milho e feijão "das águas" 10 - cultivo manual do feijão "da seca" 11 - colheita manual do milho 12 - arranqueio do feijão "das á- guas" 13 - arranqueio do feijão "da seca" 14 - bateção e limpeza do feijão "das águas"	- 1 ha. de milho e de feijão "das águas" intercalados - operações referentes à mão-de-o-ba à conta da Associação dos Alunos - operações 2 e 3: - com trator e tratorista da Unidade	4.195

		15 - bateção e limpeza do feijão "da seca" 16 - transporte interno		
3.7	Desenvolver atividades referentes à cultura da mandioca	Operações: 1 - limpeza do terreno 2 - preparo e [illegible]e das mudas estacas 3 - plantio 4 - coveamento 5 - distribuição de calcáreo 6 - capi[illegible] 7 - repl[illegible] 8 - colheita	- 1 ha. de mandioca - estacas (mudas) para plantio de 1 ha, aproximadamente 10.000 , com dimensões de 15 a 20 cms, retiradas da cultura existente na Unidade - operações referentes à mão de obra, à conta da Associação dos Alunos - operação 6: - será realizada 3 vezes - rendimento previsto em solos férteis - 40 a 50t/ha	

Obr. falta acrescentar - Atividades referentes a borracha

5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O presente plano será desenvolvido no Educandário " Rego Barros", localizado no Município de Conceição de Macabu-RJ.

Localizado na Região-Programa das Baixadas Litorâneas, o Município em tela é distrito - sede e conta, ainda, com o distrito de Macabuzinho.

Ocupando uma área de 313 km^2, a população do Município, em 1975, segundo estimativa da Fundação IBGE, era constituída de 12.226 pessoas, apresentando densidade de 39,1 habitantes/km^2. O aumento populacional verificado no Município, na última década, decorre, principalmente, do crescimento vegetativo da população e, em menor escala, da chegada de emigrantes. A participação demográfica do Município no total da Região-Programa, desde 1960, apresenta tendência de declínio / lento. Em relação ao Estado, essa participação tem se mantido semelhante.

A população municipal caracteriza-se por ser predominante/jovem: 30,9% tinha menos de 10 anos e 26,6% encontrava-se na faixa etária de 10 a 19 anos, em 1970, fator que pode ser atribuído aos níveis elevados de fecundidade, redução da taxa de mortalidade infantil e ao fenômeno migratório.

A população em idade produtiva (15 a 19 anos) pode ser um indicador da oferta potencial de força de trabalho, havendo no Município 4.170 pessoas nessa faixa (36,1% da população em 1970). A essa oferta, porém, nem sempre corresponde uma demanda efetiva, pois entram em jogo outros fatores de ordem econômica, institucional, educacional e cultural.

A população economicamente ativa, formada por 36.269 pessoas, correspondia a 28,3% da população atual em 1970, índice semelhante ao da Região-Programa (28,6%) e inferior ao do Estado (32,4%).

A distribuição setorial do contigente economicamente ativo demonstra a predominância do setor primário na estrutura econômica municipal (45,7%), índice superior ao da Região-Programa (41,5%), e muito elevado em relação ao estadual (8,8%). Seguem-lhe o setor terciário (35,8%), e o Setor Secundário (18,5%).

O município dispõe de unidades que oferecem atendimento ao pré-escolar, bem como unidades escolares de ensino de 1º e 2º graus e supletivo, cujo equipamento atende às necessidades da população que vem apresentando moderado crescimento.

Em 1970, o Município apresentava nível de alfabetização considerado insatisfatório, pois seus valores (60,3% da população de 10

anos e mais), além de inferiores aos da Região-Programa (62,75%), estavam aquém da média estadual (82,76%).

Em 1974, a mortalidade no Município ainda era relativamente elevada (7,6 óbitos por 1.000 hab.), assim como a taxa de registro de nascidos vivos (38,33 nascidos vivos por 1.000 hab.), o que implica na necessidade crescente de recursos físicos e humanos, por parte da Saúde Pública, para atendimento da higiene infantil.

Quanto à assistência médico-hospitalar a situação era desfavorável, porquanto a relação leitos hospitalares/habitantes (2,2 leitos por 1.000 hab.) e médico/habitante (1,0 médico por 1.000 hab.) estava abaixo dos padrões mínimos recomendados pela Organização Mundial da Saúde-OMS-, para países em desenvolvimento (5 leitos hospitalares e 1 médico para cada 1.000 hab.).

Havia um hospital particular, em 1974. Quanto à medicina preventiva, os serviços oficiais eram prestados por um posto de saúde mantido pelo Departamento Médico-Sanitário da Secretaria de Saúde do Estado.

A assistência para-hospitalar conta com 2 estabelecimentos. Um realiza atendimento ambulatorial (oficial), o outro se constitui em asilo e abrigo (particular).

(*) FIDERJ - Estudos para o planejamento municipal: Conceição de Macabu. Rio de Janeiro, 1978.

IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA-FAZENDA NO EDUCANDÁRIO REGO BARROS, DA FEEM/RJ, EM CONCEIÇÃO DE MACABU, RIO DE JANEIRO

Ante-projeto

SEEC/FEEM
1980

1. IDENTIFICAÇÃO

Implantação de Escola-Fazenda no Educandário Rego Barros, em Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro.

Assistência Técnica: Secretaria de Estado de Educação e Cultura
Fundação Estadual de Educação do Menor
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
Universidade Federal Fluminense
Colégios Agrícolas (COAGRI) MEC

Cooperação Financeira: Secretaria de Estado de Educação e Cultura
Colégios Agrícolas (COAGRI) MEC
Salário Educação FNDE MEC

Órgãos Executores: Secretaria de Estado de Educação e Cultura
Fundação Estadual de Educação do Menor
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Início do Projeto: 1980

Valor do Projeto: Cr$

2. JUSTIFICATIVA

O Educandário Rego Barros foi fundado em 1923, com a denominação de Escola Agrícola Presidente Pedreira, situada na Fazenda São Domingos (5º Distrito do Município de Maçaé), distante 5 km do povoado de Conceição de Macabu, funcionando em regime escolar agrícola.

Localiza-se no Município de Conceição de Macabu, RJ, em Fazenda de 264 alqueires.

Tem capacidade para atender a 250 menores.

Presta assistência nas áreas de Serviço Social, Saúde — esta, através de assistência médica, odontológica, nutricional e enfermagem — e na de Educação, incluindo ensino de 1º grau, iniciação profissional, recreação e jogos desportivos, além de atividades complementares.

O ensino de 1º grau, de 1ª a 8ª série, é ministrado pela Escola Estadual Rego Barros, instalada na Unidade, e frequentada também pelos alunos da comunidade, de ambos os sexos.

Desenvolve atividades referentes a lavoura, pecuária, reflorestamento, fruticultura e horticultura, contando com a participação dos menores para algumas delas.

Conta com instalações físicas constituídas de:

a) 24 prédios, destinados ao alojamento e atividades dos menores, serviços técnicos e administrativos, e serviços gerais;

b) 69 casas, destinadas à residência de funcionários;

c) 3 galpões, destinados à criação;

d) 2 pavilhões, para alojamento dos menores, atualmente desocupados em virtude das péssimas condições de suas instalações, que parecem não mais compensar recuperação, dado o seu alto custo.

A localização da Unidade em região predominantemente agrícola, sugere a implantação de programa específico, sob a orientação técnica de pessoal habilitado.

Neste sentido foi programada a implantação de uma Escola-Fazenda integrando esforços da SEEC, FEEM e outros órgãos, direta ou indiretamente interessados no projeto.

A formação de técnicos agrícolas a nível de 2º grau virá atender a uma necessidade não só da região como de todo o Estado do Rio de Janeiro, carente de recursos humanos especializados na área agropecuária.

A par disso o projeto prevê o aumento da capacidade de atendimento e a melhoria da qualidade dos programas desenvolvidos pela FEEM no Educandário, proporcionando aos alunos qualificação profissional a nível de 1º grau.

Finalmente, o projeto virá beneficiar a comunidade local que usufruirá da programação , contribuindo assim para elevar o seu padrão de vida.

CEDIM

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Implantação em 1980, de uma Escola-Fazenda, no Educandário Rego Barros, no Município de Conceição de Macabu, RJ.

3.2 Específicos

a) quanto à clientela de 1º grau

- ampliar a capacidade e elevar o padrão de atendimento do Educandário;
- realizar programas de atividades que contribuam para o desenvolvimento pleno dos alunos;
- dar aos alunos do Educandário oportunidade de adquirirem conhecimentos teórico-práticos de agricultura e pecuária;
- dar aos alunos do Educandário oportunidade de adquirirem conhecimentos teórico-práticos nas áreas de comércio e indústria.

b) quanto à clientela de 2º grau

- realizar programas de atividades que contribuam para o desenvolvimento pleno dos alunos;
- formar técnicos agrícolas através de programa específico;
- absorver na Escola-Fazenda o alunado da Escola Agropecuária existente no Município de Conceição de Macabu;
- testar novas metodologias de ensino rural;
- realizar projetos de pesquisa de educação rural.

4. METAS

a) atualizar e dinamizar a programação da Escola Estadual Rego Barros, adaptando-a às características do alunado;
b) ampliar e diversificar as atividades complementares, oferecendo maior número de opções para o preenchimento das horas extra-escolares;
c) realizar cursos de técnicas agrícolas e pecuárias, proporcionando aos alunos terminalidade a nível de 1º grau;
d) realizar cursos de educação para o lar, artes industriais e técnicas comerciais com terminalidade a nível de 1º grau;
e) construir, ampliar e/ou reformar as instalações destinadas aos alojamentos, salas de aula, laboratórios e oficinas;
f) melhorar as condições de infra-estrutura do Educandário através da reforma da rede de abastecimento de água, instalações elétricas e rede sanitária;
g) adquirir, substituir e/ou complementar equipamentos destinados aos alojamentos, salas de aula, oficinas e lavanderia;
h) aplicar e avaliar metodologias de ensino agrícola e pecuário;
i) organizar uma cooperativa agrícola;
j) treinar recursos humanos a serem envolvidos na programação;
l) implementar sistema de supervisão aos programas;
m) envolver a comunidade local na programação a ser desenvolvida pelo projeto, através da participação nos cursos, na cooperativa e em outras atividades complementares;
n) buscar, na medida do possível, a participação da comunidade no sentido de obter recursos para a execução de obras, aquisição de equipamentos e manutenção das atividades.

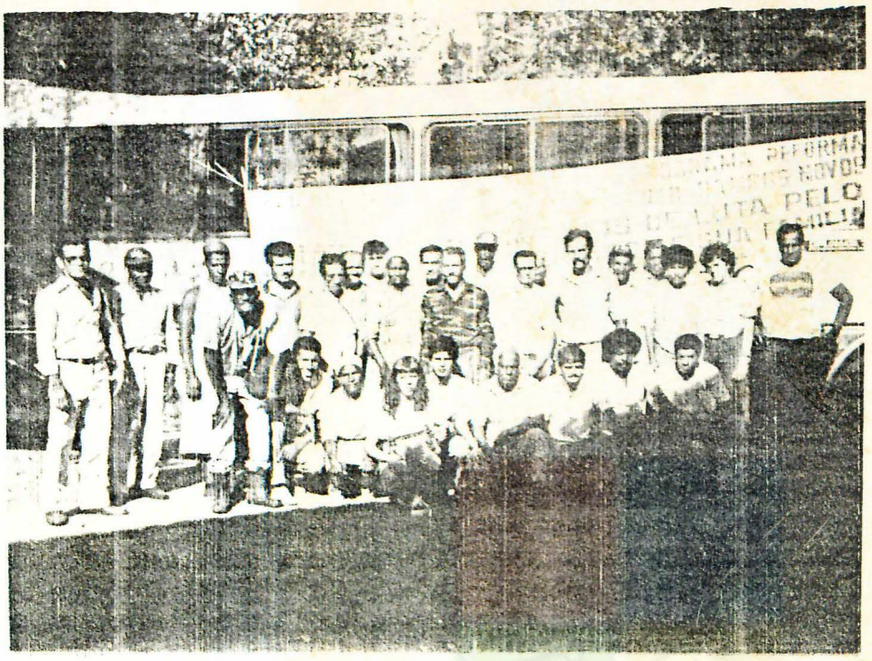
5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O presente projeto será desenvolvido no Educandário Rego Barros, localizado no Município de Conceição de Macabu e atenderá a todo o Estado do Rio de Janeiro.

CEDIM

não está terminado.

EXCURSÃO AO ESPÍRITO SANTO



TRABALHADORES RURAIS EM EXCURSÃO
CALIR - VITÓRIA - ES

29/08 - Vitória-ES (Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural) CALIR

30/08 - Assentamento Nova Vitória - Pinheiros - ES

31/08 - Assentamento 11 de Agosto - Pinheiros - ES

- Córrego da Areia - Jaguaré - ES

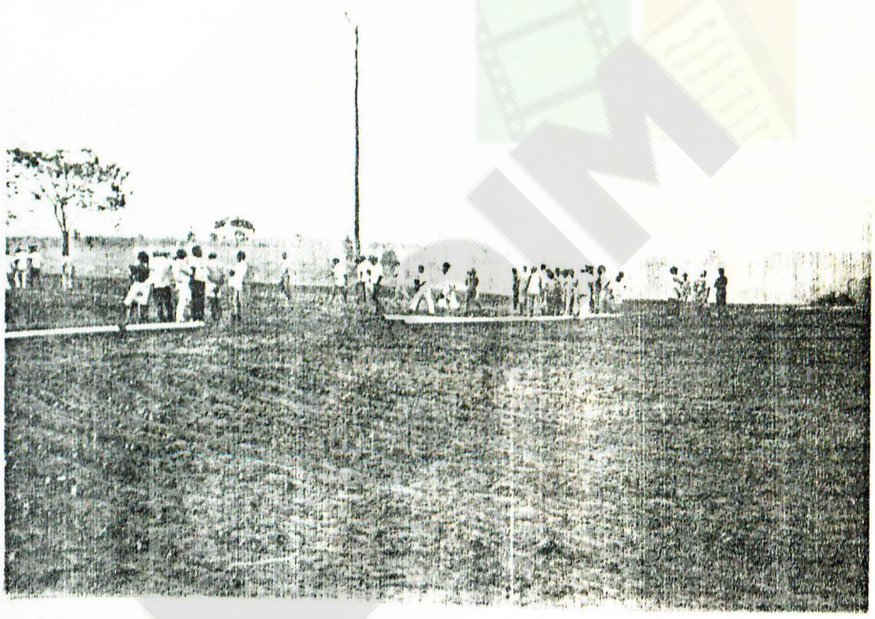
- Córrego da Onça - São Mathous - ES

01/09 - Assentamento Jucuruaba - Vinna - ES



EXCURSÃO AO ASSENTAMENTO NOVA VITORIA

PINHEIROS - ES



CULTURA IRRIGADA DE FEIJÃO



EXCURSÃO AO ASSENTAMENTO NOVA VITORIA

PINHEIROS - ES

INTERCÂMBIO ENTRE TRABALHADORES E TÉCNICOS DA

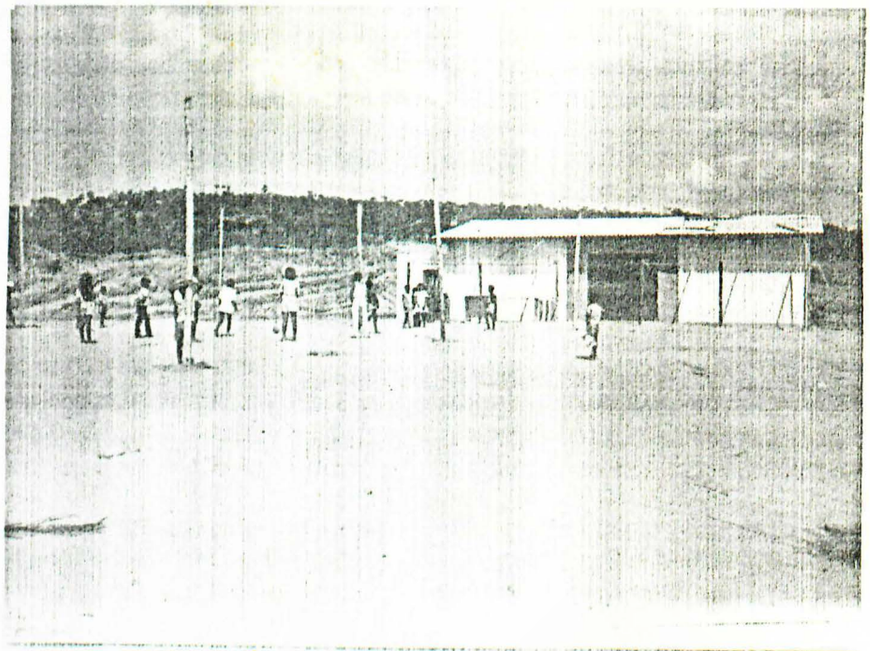
EMATER-RIO E EMATER-ES.



EXCURSÃO AO ASSENTAMENTO 11 DE AGOSTO

PINHEIROS - ES

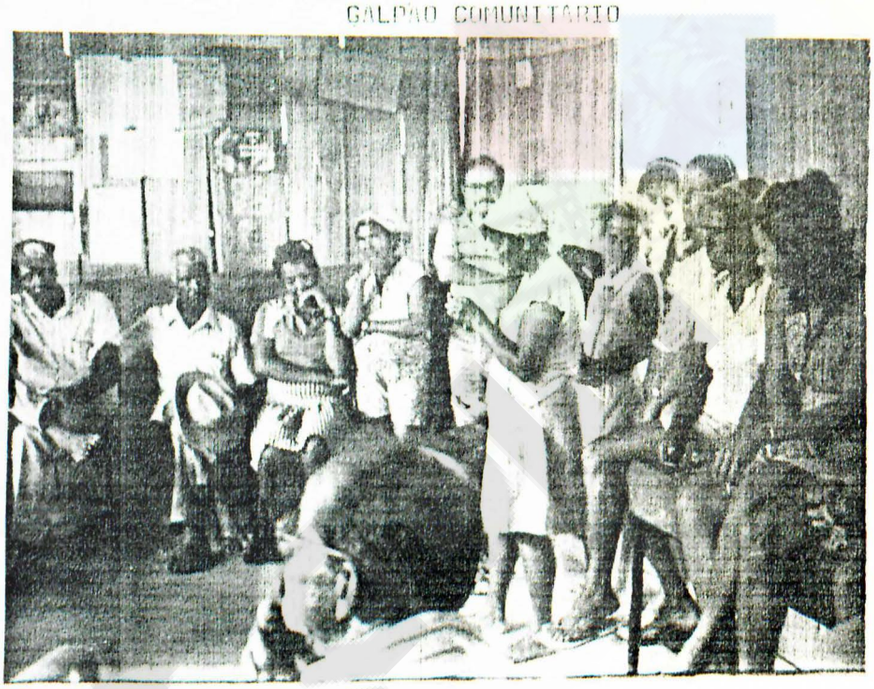
REUNIÃO COMUNITÁRIA



EXCURSÃO AO ASSENTAMENTO CORREGO DA AREIA

JAGUARE - ES

GALPAO COMUNITARIO



- CÓRREGO DA AREIA - JAGUARE - ES

REUNIÃO COMUNITARIA



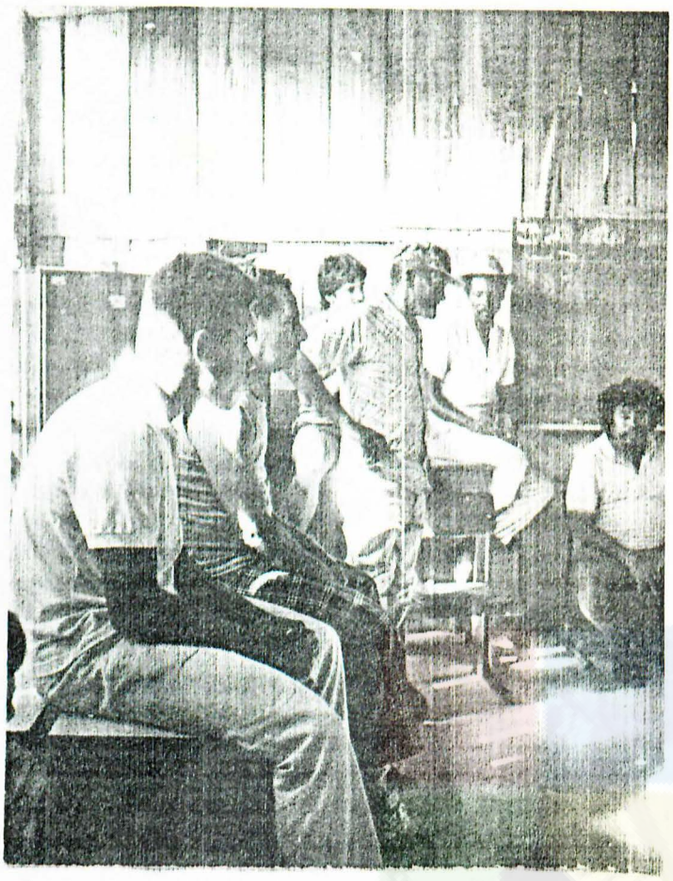
CÓRREGO DA AREIA - JAGUARE - ES

TRABALHADORES RURAIS NA HORA DO ALMOÇO



INTERCÂMBIO ENTRE MULHERES RURAIS

NO PREPARO DE ALIMENTOS.



JAGUARE - CORREGO DA AREIA - ES

DEPOIMENTO TRABALHADOR RURAL DE CAMPOS NOVOS

NA REUNIAO COMUNITARIA.

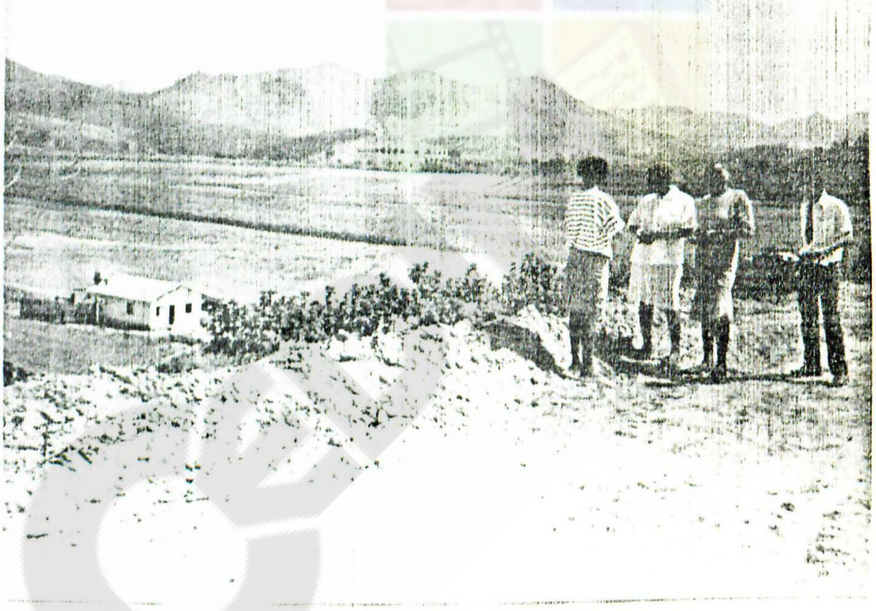


DEPOIMENTO DE METODOS EM MECANIZACAO



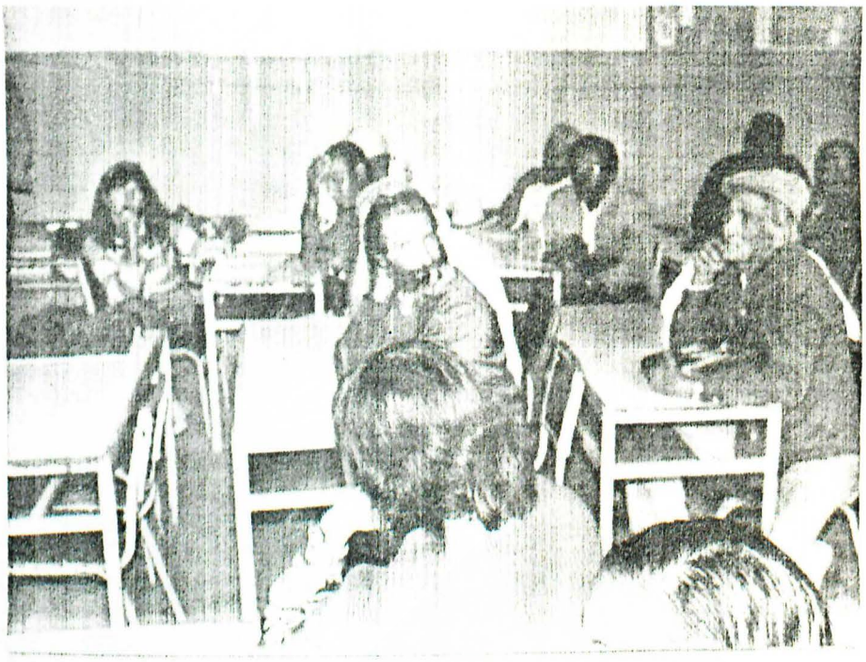
JUCURUABA = VIANA - ES

REUNIAO COMUNITARIA



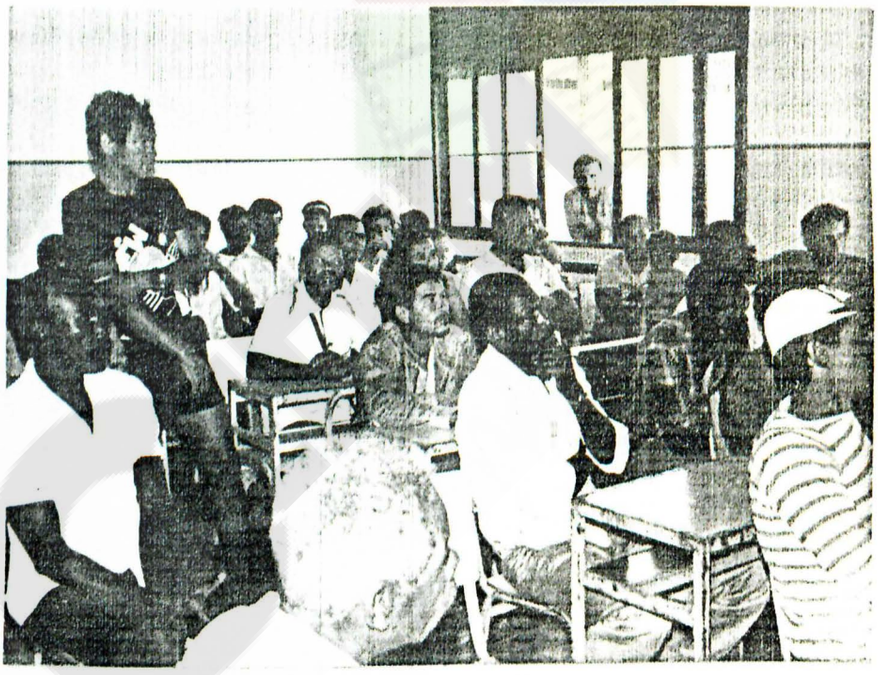
VISTA PARCIAL DO ASSENTAMENTO DE

JUCURUABA



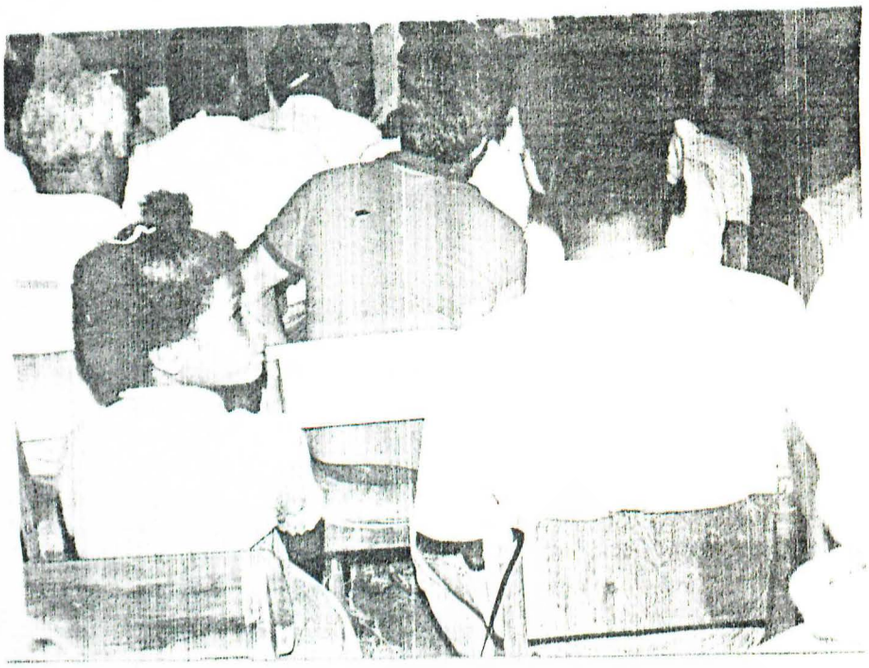
REUNIAO COMUNITARIA

PROJETO ORGANIZAÇAO RURAL



REUNIAO COMUNITARIA

PROJETO ORGANIZAÇAO RURAL



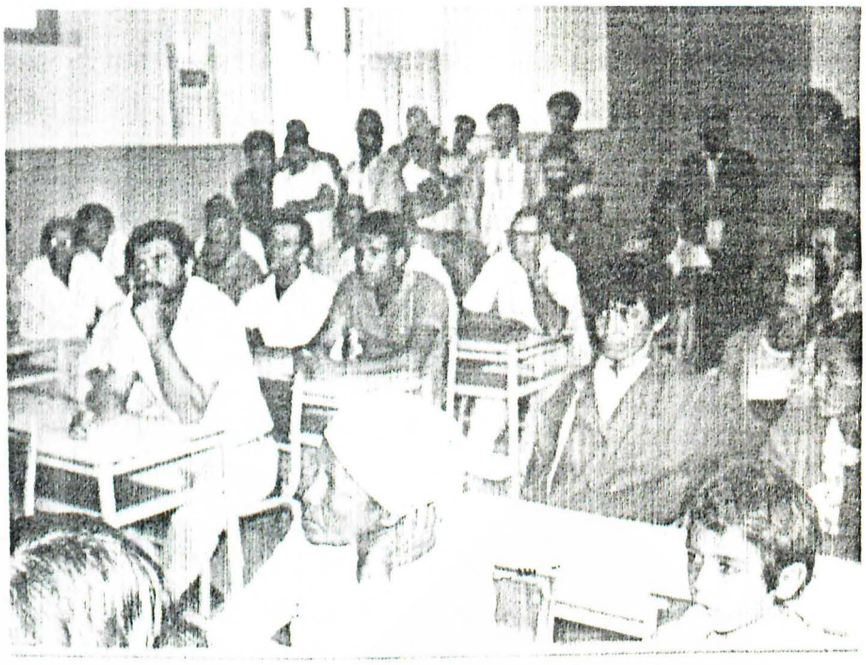
REUNIAO COMUNITARIA

PROJETO ORGANIZAÇAO RURAL



REUNIAO COMUNITARIA

PROJETO ORGANIZAÇAO RURAL



REUNIAO COMUNITARIA

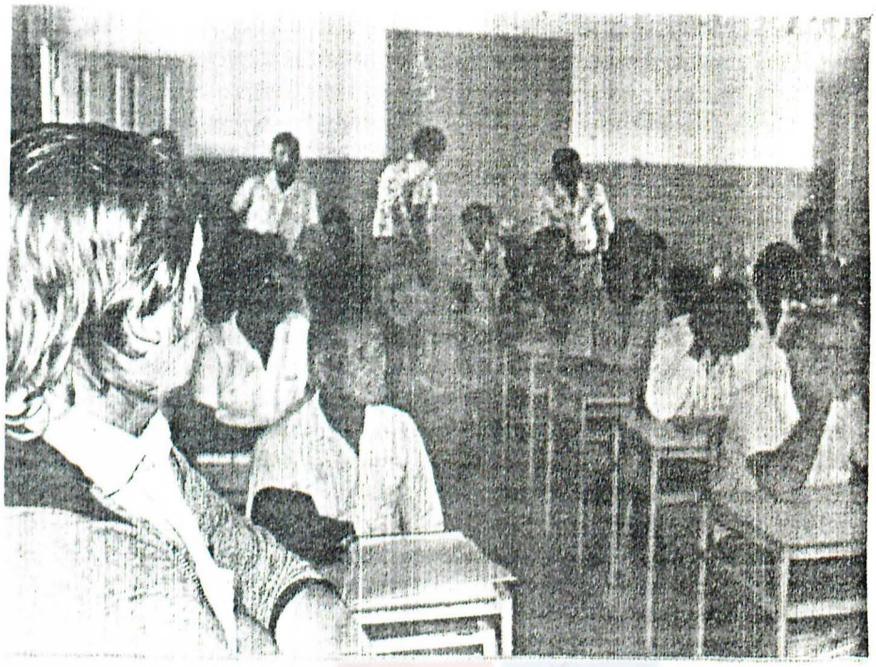
PROJETO SAUDE E HIGIENE



REUNIAO COMUNITARIA

PROJETO ORGANIZACAO RURAL

E DISCUSSAO PROCES



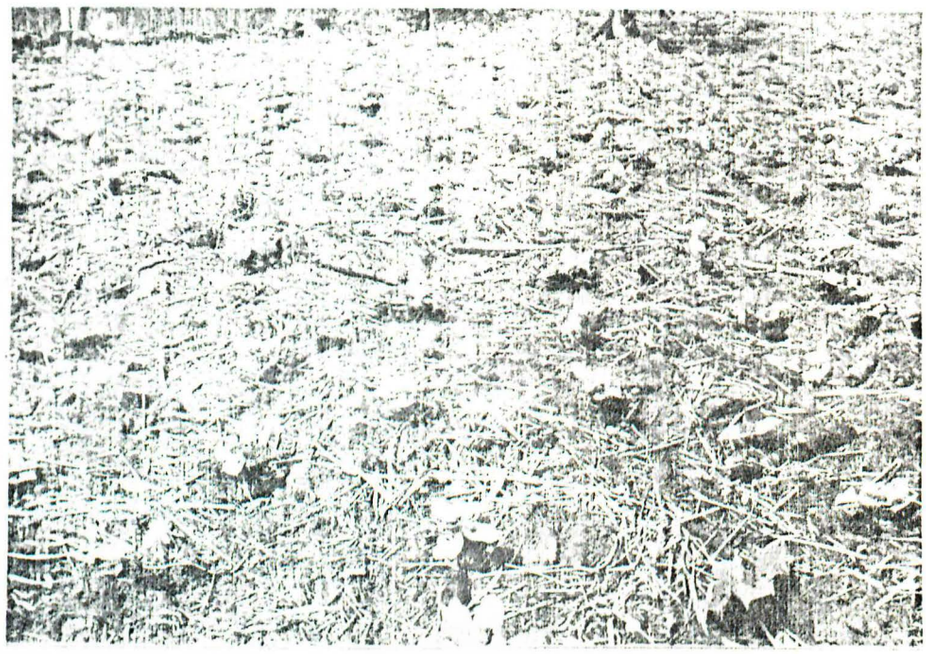
REUNIAO ORGANIZAÇAO RURAL

DISCUSSAO REGULARIZAÇAO FUNDIARIA



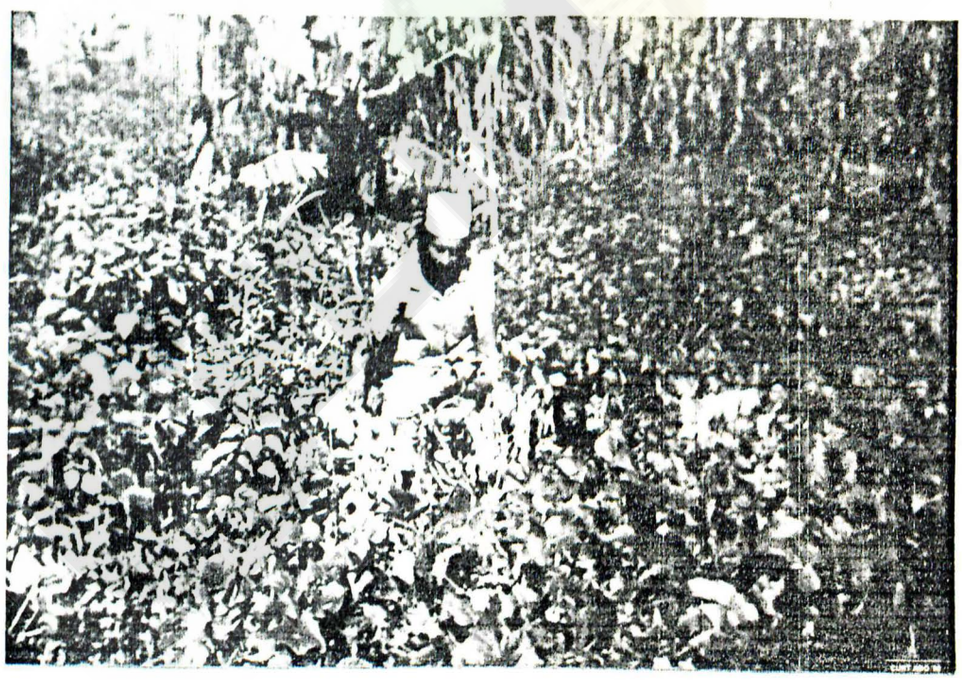
REUNIAO ORGANIZAÇAO RURAL

DISCUSSAO REGULARIZAÇAO FUNDIARIA



CAMPANHA DE SEMENTES CERTIFICADAS DE

FEIJAO (15 dias)



CAMPANHA DE DISTRIBUIÇAO DE FEIJAO

EM FASE DE COLHEITA.



DEMONSTRAÇÃO DE MARACUJÁ - GLEBA B (ANGELIM)

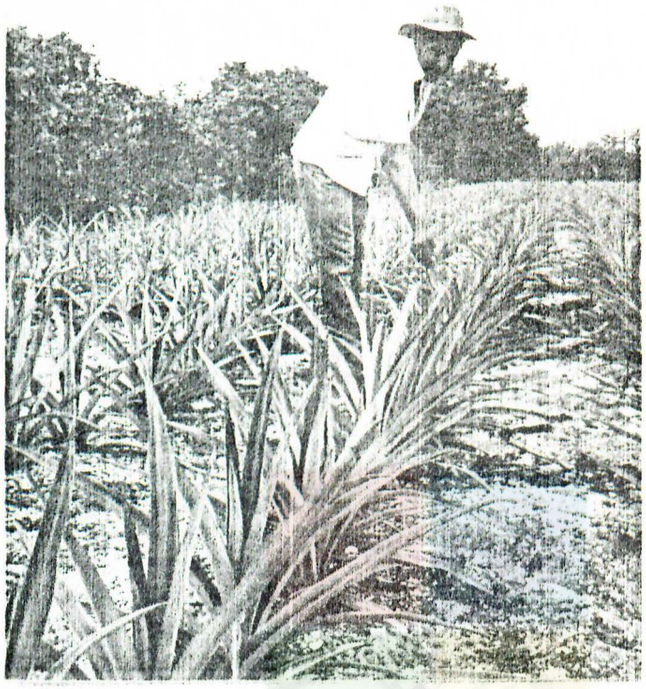
CAMPOS NOVOS

PRODUTOR RURAL - PEDRO LEAL



CULTURA ABACAXI = GLEBA C (BOTAFOGO)

PRODUTOR RURAL - PEDRO C. PEREIRA



CULTURA ABACAXI - GLEBA A (B.VISTA)

PRODUTOR RURAL - MANOEL SOUZA

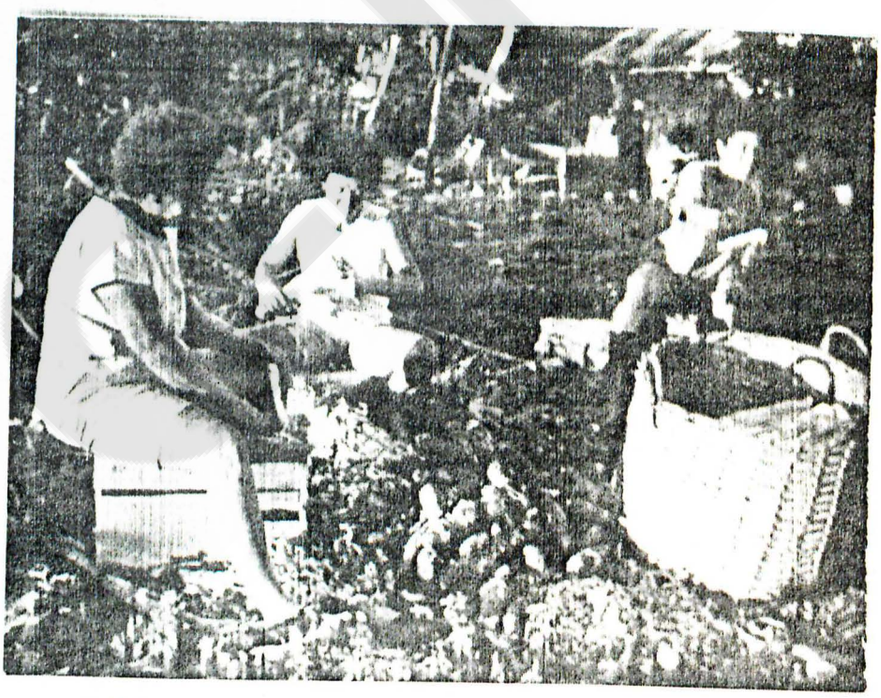


HORTA COMUNITARIA - GLEBA A (BOA VISTA)



JOVENS ÚRSIS NO TRABALHO DE RASPAGEM

DE MANDIOCA - GLEBA C (BOTAFOGO)



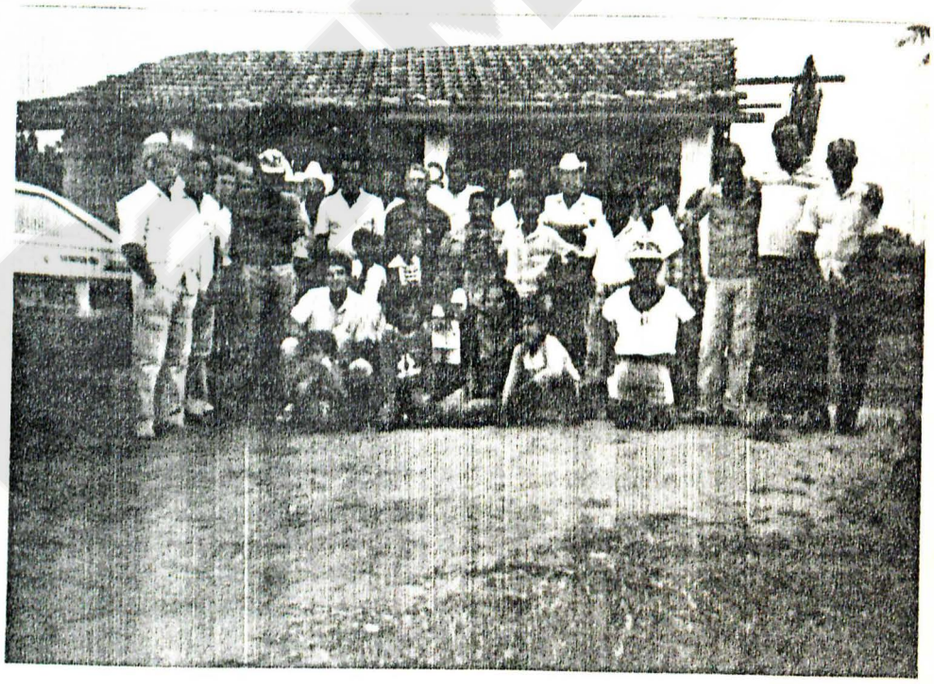
FAMÍLIA URSI NO TRABALHO DE RASPAGEM

DE MANDIOCA - GLEBA C (BOTAFOGO)



FAMÍLIA RURAL NO TRABALHO DE

BATELÃO DO FEIJÃO - GLEBA A (BOA VISTA)



EXCURSÕES DAS FAMÍLIAS RURAIS NO PROJETO

CAMPOS NOVOS - NA GLEBA D (RE [illegible])

CABO FRIO



Da esquerda para a direita, Vladimir Penteado (falando), Maria da Conceição. Monica Maria Gomes Sobeira, Adriano Martins Lopes, Carlos Alberto e Vera Regina

Técnicos da Emater—Rio falam dos projetos de assentamentos

A sucursal do Jornal "O Fluminense", em Cabo Frio, recebeu a visita de vários técnicos da Emater-Rio que trabalham nos projetos de assentamento (fazendas desapropriadas onde irá se promover a fixação dos produtores rurais sem terra) neste município e nos municípios de Macaé e Casimiro de Abreu. Eles vieram falar de seus trabalhos e da importância da Reforma Agrária para a região.

Os técnicos da Emater que visitaram a sucursal, são: Wladimir Penteado e Maria da Conceição Luz Ferreira, do Projeto Cantagalo, em Casimiro de Abreu; Carlos Alberto Bernardo de Araújo, do Projeto Imburo, em Macáe; Adriano Martins Carneiro Lopes, Mônica Maria Gomes Sobreira, Vera Regina Câmara e Derly José Henrique da Silva, do Projeto da Fazenda da Campos Novos.

De acordo com a informação dos técnicos, a Emater tem um convênio com a Embrater e Mirad. Desse convênio resultou a criação de apoio à Reforma Agrária. No Estado do Rio existem 10 assentamentos, com 23 técnicos que estão dando assistência técnica agrícola, econômica e social aos lavradores rurais, além de orientação nos programas de alimentação, educação, organização rural e preservação dos recursos sociais.

Em Cabo Frio, segundo os técnicos, existe o Projeto de Assentamento na Fazenda Campos Novos, com capacidade de fixar 250 famílias, numa área de 3.203 hectares, onde se encontram assentadas somente 152 famílias, que foram selecionadas pelo Mirad, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Comissão de Produtores, ocupando apenas 30% dessa área. O restante é ocupado por pessoas que foram reprovadas no processo de seleção, por não se enquadrarem no Estatuto da Terra, que diz que para fazer parte do projeto de assentamento, o lavrador não pode possuir outras terras e nem outras fontes de renda.

Os técnicos infomaram que, os lavradores assentados da Fazenda Campos Novos, têm como exploração agrícola a nível comercial, cerca de 44 mil caixas de frutas e uma produção de 780 toneladas por ano de feijão, abóbora, olerícolas em geral e mandioca. Estes produtos são vendidos nas feiras de São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Búzios e Cabo Frio. Parte desse produto, afirmaram os técnicos, são comercializados no mercado atacadista da Ceasa. O Projeto de assentamento da Fazenda Campos Novos é do Mirad, mas os quatro técnicos que dão assistência aos lavradores, são da Emater—Rio, lotados no escritório do Município de São Pedro da Aldeia.

O Projeto de Assentamento de Cantagalo, está localizado no 3° Distrito de Casemiro de Abreu, em Rio das Ostras, com uma área de 1.749 hectares, com capacidade para fixar 120 famílias, mas tem somente 73. Estas famílias foram aprovadas no processo de seleção realizada pelo Mirad e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casemiro de Abreu. Elas ocupam apenas 0,2% da área. O restante da área, também está nas mãos de pessoas que foram reprovadas pelo processo de seleção.

A área cultivada pelos lavradores assentados está em torno de 29 hectares, onde se produz banana, milho, feijão, arroz, mandioca e mamão, sendo a produção anual desta área em torno de 230 toneladas por ano.

Em Macaé, o Projeto de Reforma Agrária de Imburo possui uma área de 1.206 hectares, com capacidade de assentar 167 famílias. Atualmene, tem apenas 97 famílias assentadas, ocupando 50% da área. Estas famílias também foram selecionadas pelo Mirad. Neste local a produção mais significativa é banana, com 1.500 hectares, além de milho, feijão, mandioca e olerícolas em geral com aproximadamente 500 toneladas por ano.

Os técnicos afirmaram que, em todos os assentamentos em que existem famílias fixas selecionadas, existe ainda as que foram selecionadas e aguardam a retirada dos ocupantes reprovados, para que possam ocupar a terra. Eles disseram ainda que, existem dados que comprovam que, se toda a área dos assentamentos fossem ocupadas por lavradores selecioanados, a produção agrícola seria maior a nível de abastecer os municípios, além de contribuir no abastecimento do Grande Rio.

Mas para isso, salientaram, é necessário garantir as linhas de créditos especiais existentes para esse público, além dos convênios necessários para promover o desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas. A importânca da Reforma Agrária para o País e especificamente para esta região, é dar condições de engajamento aos trabalhadores rurais sem terra, no processo produtivo, contribuindo para a sua ascensão social e econômica.

CABO FRIO



De Cabo Frio até este ponto, a estrada não é pavimentada

Começa a obra de pavimentaçã da velha estrada Cabo Frio—Búzio

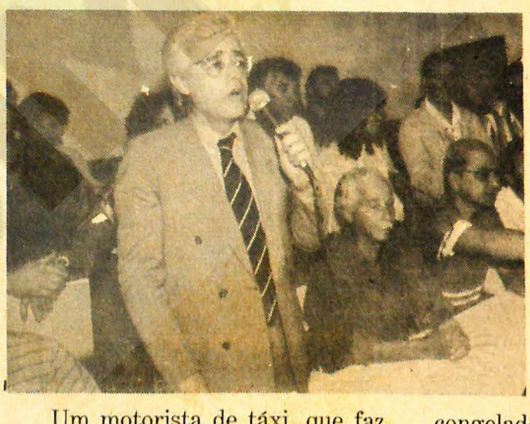
Finalmente o velho sonho dos moradores do Distrito de Armação dos Búzios vai se concretizar: teve início a pavimentação dos 26 km da Estrada de Cabo Frio — Búzios, de acordo com promessa do Governador Moreira Franco ao ex-Deputado Otime dos Santos, candidato à sucessão municipal.

No momento, só há um acesso asfaltado para quem viaja para Búzios saindo de Niterói ou Rio: é a RJ-106, seguindo até Unamar. Naquele local, à direita, a Estrada Bento Ribeiro Dantas é asfaltada até a Rua das Pedras, no Centro de Búzios. A situação da Estrada de Búzios é precária, muitos buracos, poeira e lama, dependendo do tempo. Dificilmente, alguém chega em Búzios sem ter estourado um pneu, quebrado barra de direção ou danificado os amortecedores.

O Prefeito Alair Corrêa esclareceu, que por muito tempo, um grupo forte de Búzios, vinha pressionando o Governo do Estado para não pavimentar a velha estrada. Mas além de ter recebido a promessa de Moreira Franco de que a obra seria executada — o que está acontecendo —, o Prefeito colheu ainda, milhares de assinaturas de moradores do balneário, para reforçar a luta de muitos anos da população local.

Antes do início da pavimentação, o Prefeito mandou preparar o piso para o recapeamento asfáltico da velha Estrada de Búzios, na RJ-102, em que foram gastos Cz$ 40 milhões. 16km da estrada já foram terraplenados. Em alguns trechos, a Prefeitura aterrou mais de um metro. O trecho municipal da Estrada dos Passageiros — que faz ligação com a velha rodovia (RJ — 102) já foi restaurada pela Prefeitura, com recolocação e nivelamento de paralelos até à altura de Boca do Mato, onde começará o asfalto da Estrada de Búzios.

De acordo com o empresário Francisco Gavinho, um dos proprietários da Auto Viação Salineira, responsável pelo transporte de massa entre Cabo Frio e Búzios, a empresa contabiliza enormes prejuízos com o estado precário da estrada. Ele garante que um ônibus passa a valer a metade do preço após rodar durante um ano na estrada de Búzios. Ele disse que por causa da precariedade da estrada, ônibus atrasam, quebram fechos-de-molas, saia e apresentam um desgaste de pneus muito grande. O empresário acredita que, com a pavimentação, o prejuízo vai diminuir.



O Governador Moreira Franco prometeu a Oti Santos a pavimentação d estrada Cabo Frio—Búzios, d um encontro po em Cabo Frio

Um motorista de táxi, que faz ponto na Praça Porto Rocha, Centro de Cabo Frio, disse que uma corrida até Búzios está custando atualmente Cz$ 4 mil, não somente devido ao preço alto da gasolina, mas devido à quantidade de buracos e pedras na velha estrada. "O prejuízo que o motorista tem com uma corrida até Búzios, não compensa o preço que cobra, principalmente se a viagem for feita à noite. Se alguém cai num daqueles buracos é difícil encontrar. Eu prefiro nem ir", desabafou o motorista. Ele acredita, no entanto, que com a pavimentação da velha estrada, o preço da corrida até Búzios irá ficar congelado por muito tempo que a desculpa de precarie estrada não vai colar".

O Presidente da Associa Hotéis de Búzios, Humberto no que já aplicou mais de milhões na área do turismo trito de Búzios — onde co até um aeroporto — defende diata pavimentação da estra diano garante que, a Estrada zios estando asfaltada, va mais progresso ao balneári advertiu que a Prefeitura p Búzios para receber mais tu porque, se não houver melh infra-estrutura vai ser um total.

DE ARARUAMA

TORNEIO DE PRATA

A Divisão de Turismo e Esportes do IDA, dirigida pelo desportista Daniel Firmo de Lima, promoverá aos domingos, na praia principal, defronte à praça Antônio Maria Raposo, a partir das 9 horas, do próximo dia 9, domingo, o I Torneio de Voleibol Masculino



ARA



Jorge Antonio faz a entrega do diploma ao Professor Luiz de Carvalho Araújo, um dos homenageados.

Em 13 de junho,
a AEARJ promoveu,
no Clube de Engenharia,
almoço de confraternização.

As fotos falam por si.

Foi um momento
de descontração,
de trocá de idéias e
de reencontro.

Dentre os presentes,
destacamos:
Aluísio Fantini
Presidente da EMATER-Rio,



Gabriel de Araújo entrega
o diploma a Agostinho Guerreiro



João Ricardo Serran,
Subsecretário
de Meio Ambiente;
Wilton Ribeiro,
Chefe da SEAPRO;
Matheus Schnaider,
Pres. do Clube de Engenharia;
Vitória Braile,
Pres. do Inst. Est. Florestas;
Ricardo da Silva Pereira,
Pres. da APEFERJ;



Mânlio Silvestre,
candidato a Reitor da UFRRJ,
foi um dos oradores.





Aluísio Fantini, presidente da EMATER, representando o Secretário de Agricultura, faz uso da palavra. Na mesa, Luis Sebastião representante da MÚTUA, Arciley Pinheiro, ex-presidente do CREA-RJ e Ricardo Pereira, presidente da APEFERJ.



Flagrante da descontração do almoço

Ademar Ferreira da Veiga,
Pres. da APHERJ;
Luís Sebastião,
repres. da MÚTUA-RJ;
Alberto Leandro,
Diretor do IA-UFRRJ;
Mânlio Fernandes,
Candidato a Reitor da UFRRJ;
Altir Corrêa,
repres. da CONFEA;



Flagrante da descontração do almoço





Alda Oliveira, Mário Couto, Antonio Siecola, Ricardo Pereira, Gero Band, Celma Cruz e Celso Merola. Ao fundo, o colega Ruy Barbosa.

Mário Lúcio,
Diretor Técnico
da EMATER-Rio;

Agostinho Guerreiro,
Delegado Regional do MIRAD

Impossibilitados de
comparecer,
mandaram telegramas
os seguintes convidados:
Gerson Ortiz Sampaio,

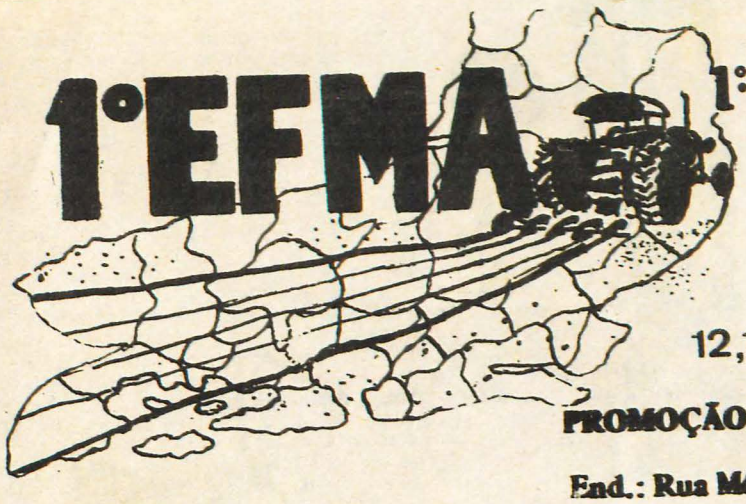
Arolde de Oliveira,
Horta Barbosa,
Artur Lopes da Costa,
Túlio Simões,
Rivadávia Maya,

Wellington Moreira Franco,

José Nicolau e Íris Resende



José Adolpho, Rubens Marsillac, João Serran, Jorge Antônio, Agostinho Guerreiro, Matheus Schnaider, Odette Liberal e Mozart Liberal.



1º ENCONTRO FLUMINENSE SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

12,13 E 14 DE SETEMBRO DE 1988 – RIO DE JANEIRO - RJ

PROMOÇÃO: AEARJ – Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro

End.: Rua México 31 – 1403 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20031 – Fone: 240-2726

O I Encontro Fluminense sobre Municipalização da Agricultura, a se realizar de 12 a 14 de setembro, no Rio, tem como patrocinadores AEARJ, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, BANERJ, SERSE/MINTER, IEF, CEPA-RJ, DFA/RJ, SEAA, UFF, UFRRJ, IBAM e prefeituras municipais. Seu objetivo é discutir os problemas inerentes ao desenvolvimento agrícola e rural dos municípios, para propor estratégias que viabilizem a melhoria do desempenho das atividades ligadas ao setor agrícola a nível municipal e, conseqüentemente, a reorganização do mesmo a nível estadual. As entidades patrocinadoras justificam o encontro devido aos seguintes tópicos:

– *Indefinição de competência: a ausência de definição de competências das esferas governamentais vem gerando, na prática, a duplicação de esforços em determinadas áreas (superposição de atuações) e a omissão em outras.* A maioria destas competências já possuem definições em leis, no entanto, a falta de seu conhecimento ou de sua instrumentalização vem propiciando uma atuação desarticulada e inadequada, até mesmo onde já é clara esta definição.

– Concentração de Recursos: apesar de apontar-se a Reforma Tributária como solução para os graves *problemas enfrentados pelos estados e municípios, é preciso que seja considerado que não será apenas a* maior participação dos mesmos na divisão dos recursos financeiros, hoje concentrados nas mãos da união, que lhes dará, de fato, a autonomia necessária ao desenvolvimento da área rural.

– Necessidade de Definição de Diretrizes: torna-se imprescindível a existência de uma política que tenha como ponto de partida uma visão geral do município, de sua interligação com os municípios vizinhos e o conjunto destes inseridos no estado. *Com a ausência de diretrizes que norteiem as ações busquem a otimi*zação da aplicação dos recursos, os municípios continuarão enfrentando problemas ligados ao abastecimento, à falta de gêneros de primeira necessidade, ao escoamento da produção, entre outros. – A Priorização do Urbano em Detrimento do Rural: a falta de uma visão global do desenvolvimento do município, demonstra através de enfoques parciais que não abordam o urbano e o rural como elementos interdependentes, intrinsecamente correlacionados, tem gerado conseqüências danosas, exemplo disso é o que se constata em uma *série de municípios em que a área* rural está voltada, exclusivamente, para a monocultura dirigida a mercados de outras regiões, enquanto que a sua sede municipal se vê obrigada a importar produtos agrícolas de primeira necessidade, que poderiam ser produzidos em sua própria região. Outro aspecto deste enfoque parcial está relacionado com a holítica de investimentos do município: privilegia-se a área urbana, que passa a ser grande beneficiária dos serviços, o que serve de estímulo ao êxodo rural.

Visando a preparar a categoria agronômica para o I Encontro Fluminense sobre a Municipalização da Agricultura (ver acima), a se realizar de 12 a 14 de setembro, no Rio de Janeiro, transcrevemos abaixo a matéria de Jamil Reston, Superintendente Adjunto do IBAM, publicada em revista daquele Instituto, em 1986:

O município como Promotor do Desenvolvimento Rural

Cidades Congestionadas

As cidades brasileiras estão repletas de gente vivendo em precárias condições. O visual do nosso cotidiano é produto, em grande parte, de um fenômeno que recrudesceu nas *três últimas décadas, quando os centros urbanos passaram a constituir atração incontrolável. Ao ver frustrarem-se em seu meio as aspirações fundamentais de trabalho, saúde e* produção, o habitante rural procurou nas cidades melhores condições de vida, gerando um êxodo com pesados custos sociais. Conforme estudos realizados pelo IBAM, entre 1970 e 1980 nada menos que 1.293 municípios perderam população.(1)

Constata-se que as nove concentrões metropolitanas retêm 30% da população nacional, com altíssima densidade demográfica: 1.583 pessoas por km² na Cidade de São Paulo; 1.305 na do Rio de Janeiro; 1.066 no Recife, e assim por diante. Nove grandes cidades brasileiras abrigam tanta gente quanto o fazem as vastíssimas regiões do Brasil. O Rio de Janeiro cresce em 150 mil pessoas e São Paulo, a uma média de 250 mil habitantes por ano.

Nas nove metrópoles do país vivem 22,8 milhões de habitantes. A população urbana, concentrada nas regiões metropolitanas, representa 41,0% da população urbana brasileira.

Por outro lado, a modernização da agricultura, representada sobretudo pelo aumento da mecanização agrícola, reduziu o número dos estabelecimentos rurais, e elevou o índice de desemprego e subemprego. O resultado foi uma migração forçada em lugar da migração natural ou voluntária para as cidades.

Segundo estudo preparado pela Fundação de Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo sobre o perfil do trabalhador rural, inúmeros bóias-frias encontrados no interior paulista são ex-pequenos proprietários rurais que possuíam de um a dois alqueires de terra, absorvidos por grandes fazendas de cana-de-açúcar, cujo número aumentou significativamente com o PROÁLCOOL.

É bastante visível a crescente tensão no meio rural nos últimos anos, sobretudo em virtude da péssima situação dos trabalhadores, forçados a aceitar condições em que predomina a exploração, recebendo freqüentemente salários inferiores ao mínimo. Vale a pena mencionar a constante aplicação de multas pelo Ministério do Trabalho a estabelecimentos rurais que insistentemente têm obrigado os trabalhadores a assinarem recibos em branco; depois, esses recibos são preenchidos com os valores mínimos exigidos pela lei.

Não é propósito deste artigo examinar o fenômeno da urbanização brasileira, que merece uma análise à parte. Entretanto, devemos afirmar que o desenvolvimento do país não deve continuar a ser visto pelos centros de decisão apenas como um processo urbano. É necessário considerar a importância das atividades rurais e seu aproveitamento econômico racional num processo geral equilibrado de desenvolvimento, direcionado para eliminar as tensões sociais que repercutem, cada vez mais, no quadro de nossas crises.

Como as cidades não têm condições de oferecer, isoladamente, soluções adequadas para os problemas da sociedade brasileira, é necessário agora, mais do que nunca, um esforço concentrado do governo na zona rural.

As cidades brasileiras não mais suportam continuar recebendo, de forma brusca, contingentes populacionais que ingressem na economia urbana, excedendo de longe a capacidade governamental de proporcionar-lhes serviços adequados.

Embora os governos tenham realizado investimentos substanciais nas principais cidades do país, isso não surtiu o efeito desejado. Há um flagrante descompasso. Enquanto a população urbana cresce em proporções geométricas, os investimentos apenas aumentam em proporções aritméticas frente às necessidades populacionais. Portanto, salta à vista que o aspecto mais desarmônico da vida brasileira está nesse descompasso entre os centros metropolitanos e a zona rural, agravado pela concentração de investimentos nos centros urbanos, que se orienta por critérios bastante discutíveis.

O que fazer?

Em 1976, a SID – Sociedade Internacional para o Desenvolvimento, com sede em Roma, Itália, divulgou documento técnico atualíssimo, onde analisa a crise global que vem atingindo os aglomerados humanos, atribuindo-lhe sintoma de um mal planetário. Afirma a SID:

"Reconhece-se hoje, cada vez mais, que a eliminação da pobreza das massas e a criação de uma estrutura mais justa de distribuição de renda dependem de modo crítico do que ocorra no setor rural dos países em desenvolvimento. Particularmente, os países estão começando a dar-se conta, cada vez mais, da importância fundamental do setor produtivo rural no planejamento de estratégias de desenvolvimento orientadas para um maior nível de emprego. Isto porque as regiões rurais continuarão sendo, por muito tempo ainda, o principal campo onde os países em desenvolvimento terão de criar oportunidades de trabalho."(2)

Como ponto de partida para a reformulação do quadro atual, é chegado o momento de se implantar, de imediato, políticas nacionais de desenvolvimento rural que tornem o campo um atrativo. A ausência de implantação dessas políticas tem sido o principal fator de agravamento da situação campo-cidade, levando os três níveis de governo a produzir ações solitárias e sem efeitos duradouros.

O que existe e se pratica, em realidade, são políticas nacionais orientadas para a organização e o funcionamento de atividades agrícolas (produção, produtividade, comercialização etc.) que aumentem as exportações. Faltam porém, propostas claras, a serem convertidas em ações, no sentido de colocar ao alcance do habitante rural a infra-estrutura que torne viável sua existência no ambiente em que vive. Estamos nos referindo às políticas voltadas para a melhoria habitacional, da educação, da saúde, do abastecimento alimentar e da implantação de outras melhorias capazes de atingir tal objetivo.

Assim dar-se-á um passo decisivo na reorganização da vida no campo, capaz de evitar desperdícios de esforços e resultados nulos.

Segundo o Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, as políticas nacionais de desenvolvimento rural têm sua sustentação na reforma agrária e no conjunto de medidas que objetivam apoiar a propriedade rural, a posse legítima e o uso adequado da terra, com o propósito de garantir-lhes o melhor emprego e harmonizar-lhes com os processos de industrialização do país.

Essas políticas de desenvolvimento rural podem ser sintetizadas nas seguintes medidas:

1) assistência sócio-econômica às populações rurais, visando tornar razoável o nível de vida do campo e evitar o êxodo rural, assegurada atraves de: * apoio a programas de construção de habitações rurais, destinados a dar segurança ao trabalhador rural e à sua família e permitir-lhe o acesso ao trabalho nas regiões onde habite; * intensificação do ensino rural, voltado particularmente para a profissionalização e a capacitação do homem do campo nas atividades agrárias, respeitando, preservando e estimulando a cultura local; * incremento da assistência à saúde, da previdência social, e, especialmente, da assistência ao menor; * melhoria das condições de vida e do bem-estar das populações rurais,

propiciando-lhes o acesso aos meios de comunicação em geral (transportes, correios e telégrafos, telefone, rádio e televisão), ao comércio, ao lazer etc;

2) os contratos agrários (arrendamento e parceria, formas de uso e posse temporária de terras privadas que a lei reconhece) terão ampliada a fiscalização do seu cumprimento, objetivando a obediência à legislação agrária aplicável, a realização da justiça social e o aumento da produtividade;

3) a abertura e a conservação das estradas necessárias ao pronto escoamento da produção para os armazéns e centros consumidores, evitando-se o perecimento de bens produzidos, particularmente em projetos de colonização;

4) a compatibilização das políticas agrícola, florestal, do meio ambiente, fundiária, indigenista e minerária, de modo que se ajustem perfeitamente e possam coexistir em harmonia com os interesses maiores do país.

A fiscalização da implantação de tais políticas deverá ser de responsabilidade do Congresso Nacional, apoiada em avaliações de setores e organismos governamentais responsáveis pela sua execução, atualização e revisão. Tudo indica que as medidas decorrentes dessas políticas só terão efetiva aplicação a partir de um sólido envolvimento das bases. E só assim será possível adotar um esquema flexível, principalmente em função das realidades regionais, tão diferentes no meio rural brasileiro.

O Programa de Municipalização da Agricultura-PROMAGRI, lançado em 1983 pelo governo federal, e que infelizmente não foi implantado, oferecia subsídios valiosos para a aplicação dessas políticas, uma vez que estava orientado para a melhoria de vida no campo, mediante a ação integrada dos organismos governamentais e empresariais, adequada à realidade ambiental, econômica, social e cultural da comunidade.

O próprio PROMAGRI contemplava uma mudança do comportamento governamental quando propunha atuação distinta da que vinha predominando até então, em que a ação dos organismos federais vinculados ao Ministério da Agricultura nos estados é principalmente nos municípios não produzia o impacto desejado, talvez porque as proposições fossem inadequadas e não estivessem em sintonia com as necessidades reais dos municípios.

As políticas nacionais no campo do desenvolvimento rural deverão proporcionar aos governos, nos distintos níveis, elementos fundamentais para orientar investimentos públicos em atividades econômicas e sociais, buscando, principalmente, o incremento da capacidade geradora de empregos e a melhoria das condições de vida na zona rural. E hão de estar apoiadas, essencialmente, no aproveitamento dos recursos já existentes no país em nível governamental, evitando os malefícios da duplicidade de esforços.

E já demos provas suficientes do muito que poderá ser feito. A título de exemplo, o Governo do Estado de Goiás lançou o Programa Comodato, que consiste no empréstimo por parte dos proprietários rurais de uma porção de terra a lavradores que estejam desempregados e vivam na periferia das cidades, para que eles possam plantar culturas de ciclo curto. O Programa prevê a assinatura de um contrato entre o proprietário da terra e o lavrador, onde este se compromete a trabalhar a terra sem depredá-la. Pela cessão do uso da terra não se cobra nada e, ao final da safra, o contrato fica automaticamente concluído, mas não pode ser renovado. O Governo do Estado concede empréstimos a juros baixos do mercado financeiro para que os lavradores possam custear o plantio.

É notável que esse Programa, além de agregar novas áreas para a produção agrícola, gere mais empregos e minimize os problemas sociais, contribuindo para manter o homem na zona rural dentro de razoáveis condições de vida.

Outros exemplos poderiam ser mencionados, mas tornariam demasiadamente longo este documento. Entretanto, vale a pena destacar que, no Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Educação vem orientando a implantação de uma metodologia para o ensino nas escolas rurais, em que o conteúdo dos currículos é estabelecido mediante uma ação conjunta dos professores, alunos e comunidade, de modo a daptá-lo à realidade rural do aluno, procurando a valorização do meio ambiental e cultural em que vive. Segundo a Secretaria Estadual de Educação, "esta metodologia integrada vem sendo desenvolvida também através das atividades de hortas e cantinas escolares, nas quais os professores, explorando os recursos didáticos nas áreas de comunicação e expressão, matemática, estudos sociais e ciências, ensinam aos alunos como plantar os alimentos e seu valor nutritivo, a medição dos canteiros e a preparação dos alimentos de forma a transmitir-lhes conhecimentos práticos em todas as quatro disciplinas".

No trabalho da horta, além de os alunos serem os responsáveis pelo plantio, recebendo assistência técnica de funcionários da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, aprendem lições práticas das disciplinas: contar o número de sementes, prepará-las e adubá-las. Depois fazem uma redação a respeito. Sempre com ótimos resultado par a o aprendizado.

Por outro lado, para se obter o conhecimento direto e objetivo dos problemas da zona rural causados pela ausência de serviços imprescindíveis ao seu desenvolvimento, tornam-se necessários estudos sobre o verdadeiro papel que cada esfera de governo desempenhará, efetivamente, em benefício das áreas rurais. A conseqüência imediata dessa medida será a projeção de recursos financeiros, técnicos, humanos e materiais, e a conjugação de programas de trabalho como forma de dinamizar e racionalizar esforços.

O Município Parceiro

A responsabilidade dotar a zona rural de serviços públicos básicos não deve ser atribuída a uma única entidade de governo. Será pouco realista acreditar que apenas uma esfera governamental estaria em condições de agir isoladamente para poder realizar todas as funções na zona rural.

Certamente terão alto grau de coerência as orientações conduzidas para a ação conjunta e coordenada da União, estados e municípios, a partir da definição específica do campo de competência de cada esfera na prestação de serviços à zona rural.

*Se considerarmos, como ocorre em realidade, o alto custo de implantação e manutenção desses serviços e o elevado grau de complexi*dade técnica, o município, entidade mais próxima da população rural, não está preparado, isoladmente, para oferecê-los. Isto reforça a necessidade da repartição do trabalho governamental, fixando-se o divisor entre os serviços que devem ser executados pelos governos locais, os que devem ser deixados à ação dos outros níveis de governo e aqueles a serem prestados mediante um esforço conjunto.

É de suma importância conjugar esforços com a participação do município, o que evitará a criação de novas estruturas nas esferas superiores para levar serviços à zona rural ou promover atividades de fomento à produção.

Como veremos mais adiante, ao lado de serviços que poderão ser atribuídos diretamente às municipalidades, existe um elenco de outros em que a ação dos governos municipais é complementar às iniciativas das demais esferas de governo, mais bem aparelhadas do ponto de vista financeiro, técnico e organizacional. No Espírito Santo, um esforço conjunto estado-municípios foi responsável pela eletrificação rural de mais 550 quilômetros de rede, beneficiando 25% das propriedades rurais.

Assim sendo, os municípios poderão atuar de forma suplementar nas ações do governo federal e dos estados que forem dirigidas para a criação de empregos na zona rural, através da implantação de agroindústrias, de atividades artesanais, das chamadas indústrias caseiras; na implantação de serviços de infra-estrutura, tais como eletrificação rural, telecomunicações, construção de silos e armazéns; incentivo ao cultivo racional; distribuição de mudas e sementes; execução de programas de extensão rural e outros.

O município, por exemplo, poderia atuar conjuntamente com o governo federal e o estado na fiscalização do uso dos defensivos agrícolas (os chamados agrotóxicos) cuja aplicação inadequada tem provocado conseqüências maléficas para a população. A fiscalização do uso e dos abusos de substâncias químicas na agricultura tem-se mostrado ineficiente sob todos os aspectos, provocando invalidez em número significativo de trabalhos rurais, com casos de semiparalisia e deficiências fisiológicas irreversíveis como artrose, impotência sexual, frigidez, nanismo, intoxicações, queimaduras e, o que é o pior, inúmeras mortes.

A mesma ação conjunta dos três níveis de governo poderia ser pensada para a defesa do nosso patrimônio florestal, o que evitaria o prosseguimento de sua destruição criminosa.

A promoção de serviços de saúde e de apoio à produção há que merecer atenção especial nesse elenco de atividades conjuntas dos distintos níveis governamentais.

O apoio à produção deverá preocupar-se com o pequeno e o médio agricultor sob a forma de financiamento e assistência técnica, ficando o município, no primeiro caso, com a responsabilidade de divulgar os programs de financiamento junto aos produtores agrícolas, assim como de orientá-los quanto à sua melhor utilização e assessorá-los, também, na criação de cooperativas e associações rurais legalmente constituídas que lhes garantam os benefícios dos programs de crédito.

No campo de assistência técnica aos pequenos e médios produtores, poderá o município oferecer facilidades aos programas de extensão rural a cargo do governo federal e dos estados que objetivem aprimorar a produção, a produtividade, a comercialização e o abastecimento, proporcionando, por outro lado, subsídios para melhorar o desempenho econômico das diversas atividades agrícolas, a partir do conhecimento da sua própria realidade. Na região do Ijuí, Rio Grande do Sul, a Universidade local, FIDENE – Fundação Universitária de Ijuí, que funciona com apoio da Prefeitura, circula um boletim com informações práticas para o setor agropecuário. As formas de organização cooperativa têm surgido da orientação e dos cursos ministrados pela FIDENE, que forma profissionais par a atuar junto ao seu meio e dar respostas adequadas aos desafios regionais.

No setor de saúde é de todo recomendável uma atuação corajosa do município, em coordenação com as outras esferas, estebelecendo unidades de atenção à saúde a serem operadas por pessoal paramédico treinado adequadamente. Os serviços de natureza hospitalar ficariam a cargo de um estabelecimento especializado, estrategicamente localizado em área de fácil acesso às localidades rurais; as necessidades primárias de saúde seriam atendidas pelas unidades servidas pelo pessoal paramédico naquelas localidades.

Através da atenção primária da saúde, seriam intensificados os cuidados sanitários as populações rurais que deixariam morrer, como ainda ocorre em nossos dias, porque não lhes foi aplicada, a título de exemplo, soros antiofídicos, antitetânicos ou outro tipo de medicamento que deveria ser de fácil acesso a qualquer ser humano. Diminuiria, também, o índice de doenças infecto-contagiosas como a lepra, a tuberculose e a malária em certas regiões do país.

Nessa linha de pensamento os municípios podem ter função importante no controle sanitário contra a difteria, participando de campanhas de vacinação maciça da população a partir dos três meses de vida, assim como marcando sua presença em campanhas de vacinação como a tríplice.

No campo da educação sanitária poderá o município realizar um trabalho notável, orientando a população no que respeita à adoção de medidas higiênica simples, mas que a protegerão das enfermidades infecciosas ou parasitárias, e o produto final será a redução da mortalidade, sobretudo de crianças no meio rural.

Ainda no setor saúde, os municípios teriam a tarefa de formar parteiras, através de cursos rápidos, para atuar na zona rural.

Merece destaque, pelo seu carater modelar, a experiência que vem sendo realizada no Estado de São Paulo, de levar médicos para o interior. Através de convênio firmado entre o estado e o município, o governo estadual é responsável pela remuneração de parte do salário do médico e pelas instalações de equipamentos e postos de atendimento ficando a cargo do município a complementação do salário, ajuda de custo para a moradia e transporte do profissional, além do controle do atendimento dos serviços básicos de saúde. Os médicos são contratados pelas prefeituras sob o regime da CLT, recebendo salários fixados pelos municípios. Já foram assinados mais de 250 convênios entre o Governo do Estado e os municípios paulistas.

É de se ressaltar, ainda, que os municípios poderão desempenhar papel importante na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, agindo de forma integrada e complementar à atuação do governo federal, como, por exemplo: identificação de áreas a serem desapropriadas, seleção de pessoas que receberão terras para cultivá-las – tarefas que o município realizaria através de comissões com envolvimento da comunidade. Por outro lado, nos projetos específicos de assentamentos, o município, em articulação com o estado e o governo federal, poderá dotar essas áreas de serviços de infra-estrutura, atuando nos sistemas de produção e comercialização, de escoamento da produção, na construção de escolas, postos de saúde etc.

Por último, é importante destacar que os órgãos estaduais que prestam assessoramento aos municípios "precisam ser conscientizados no sentido de se prepararem para apoiar os governos municipais no campo do desenvolvimento rural em especial no que se refere às atividades diretamente produtivas. Ênfase especial deve ser colocada na área de microempresas ou empresas do tipo comunitário, por se tratar de um setor ainda carente de apoio institucional". Esta é uma das conclusões do Seminário Internacional sobre O Papel do Município do Desenvolvimento Rural, realizado pelo Ministério da Agricultura e o IBAM, no Rio de Janeiro, em novembro de 1983.

Atuação Direta do Município

Por ser a unidade de governo mais próxima da zona rural, a execução de tarefas atribuídas ao município tem sido considerada como vital pelas comunidades do campo. Entretanto, nem sempre essas tarefas são realizadas com eficiência. A circunstância de que funções são realizadas com eficiência. A circunstância de que funções tão amplas atribuídas às municipalidades não puderam ser bem executadas enfatiza o argumento da necessidade de se proceder a uma adaptação funcional, com o objetivo de identificar um papel realista para o município na zona rural, ou seja, que ações é capaz de executar para promover o desenvolvimento das comunidades do campo em harmonia com o desenvolvimento nacional.

Embora as atribuições específicas das municipalidades possam ter dimensões distintas nas diversas regiões do país, mecnionaremos algumas encontradas em alguns municípios, a fim de destacar o papel significativo do governo municipal na zona rural.

Assim, as municipalidades podem realizar na zona rural serviços e atividades de formento à produção, tais como: incentivo à organização de atividades cooperativas; prestação de serviços de saneamento básico e habitação; construção e manutenção de estradas vicinais; administração de mercados, feiras e matadouros; prestação de serviços educacionais, culturais e de recreação pública; manutenção de equipamentos mecânicos de agricultura, bem como máquinas rodoviárias par a prestação de serviços aos produtores; prestação de serviços de transportes coletivos; preservação dos recursos naturais; viabilização do transporte da produção agrícola para centros vizinhos e outros. Poderão, inclusive, preparar pequenos centros urbanos para atuarem como pontos de apoio às atividades rurais.

A zona rural brasileira apresenta uma elevada população de crianças em idade escolar, carentees de elementos fundamentais que lhes possibilitem usufruir do direito à educação. E aqui o município passa a ter papel fundamental na promoção dos serviços educacionais, *dividindo suas responsabilidades com o estado de tal forma que possa concentrar esforços* na criação de uma infra-estrutura escolar adequada às condições rurais, bem como na alfabetização de adultos, preparando-os para atividades produtivas.

No campo educacional merece destaque o fato de que o município tem competência para fixar um calendário escolar diferente para a zona rural, de modo que as crianças possam participar, ao lado de seus familiares, das atividades de colheita em períodos de safra.

Sendo o programa de alimentação escolar de responsabilidade dos municípios, como é propósito do governo federal, as compras de alimentos serão realizadas nas proximidades das escolas, o que permitirá maior participação do produtor rural como fornecedor, além de possibilitar o surgimento de novas oportunidades de emprego.

No setor habitacional os municípios têm excelentes possibilidades de administrar programas de construção de habitações rurais. A utilização de recursos governamentais permitiria ao habitante do campo construir sua casa própria a baixo custo, dotada de serviços de infra-estrutura de tecnologia barata, tais como fossas pré-moldadas. Assim, os municípios estariam satisfazendo parcialmente as necessidades sociais do setor considerável da população brasileira, e realizando, ao mesmo tempo, uma de suas mais legítimas aspirações.

É por todos sabido que o escoamento da producção tem se tornado difícil, por falta de estradas vicinais ou pelo péssimo estado de conservação das existentes, limitando ou impedindo o encaminhamento de produtos aos centros consumidores e até mesmo o intercâmbio comercial entre municípios vizinhos.

Os governos municipais têm um papel fundamental na melhoria da infra-estrutura rodoviária, promovendo a ampliação de estradas rurais, assim como sua manutenção e melhoramento, em coordenação com os departamentos estaduais de estradas de rodagem. *Estes deveriam proporcionar assistência técnica* aos municípios no campo da engenharia rodoviária, assim como ceder, sob forma de comodato, o uso de suas máquinas e equipamentos para amenizar as dificuldades orçamentárias dos municípios.

No planejamento dos serviços a serem prestados à zona rural, há de se levar em conta a possibilidade de unir as regiões, com o objetivo de provê-las de equipamentos e serviços que isoladamente não poderiam ser proporcionados à populações dispersas.

Além dessas tarefas, o município servirá de catalisador da ação da comunidade rural e de ligação entre a liderança rural e os organismos públicos. O prefeito e os vereadores, por sentirem de perto as aspirações da gente do campo, serão capazes, no exercício do seu papel de agentes políticos, de conduzir esforços e reivindicações, através de contatos com órgãos ou autoridades federais e estaduais.

O prefeito ou o vereador representa a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis governamentais. Estes dispõem de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido através do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

Outro aspecto a ser considerado é a dificuldade de comunicação que geralmente se apresenta entre os produtores rurais e técnicos agrícolas, portadores de uma linguagem de difícil entendimento. E aí os prefeitos e vereadores poderão servir de mediadores e levá-los a um adequado diálogo, como já se tem notícia.

É certo que não esgotamos o assunto, já que as indicações são exemplificativas. O importante, no entanto, é deixar patente que

as populações das áreas rurais poderão receber uma atenção adequada do município. A melhoria das condições de vida no campo evitará a migração de famílias que abandonam a zona rural para se tornarem "invasores" dos subúrbios e zonas periféricas das grandes cidades em busca de meios de subsistência. E acabam sobrevivendo e não vivendo, como seria de desejar.

Cabe, ainda, mencionar o importante papel reservado às cidades do interior como pólos de integração rural-urbana, devendo ser preparadas para agir como centros de apoio ao desenvolvimento das atividades agrícolas que se realizem na periferia rural.

É oportuna a lição de Athena P. Kottis que ao estudar profundamente o desenvolvimento rural-urbano integrado propôs um elenco de funções a serem desempenhadas pelas cidades do interior, de suma importância para o desenvolvimento rural, tais como: proporcionar mercados para os excedentes agrícolas das áreas rurais; fornecer insumos e bens de consumo para as populações rurais; oferecer serviços à periferia rural; porporcionar locais para indústrias rurais, pequenas usinas, oficinas e outras; transmitir progresso tecnológico e novas idéias à periferia rural. O estudo é rico de idéias par a se implementar programas de desenvolvimento rural-urbano integrado.(3)

Mecanismos Organizacionais

Os governos municipais evidentemente devem utilizar algum tipo de mecanismo organizacional *para levar serviços públicos à zona rural. No caso brasileiro esta tarefa poderá ser muito facilitada, se o governo fizer uso eficaz dos órgãos previstos na organização municipal do país: as subprefeituras ou administrações distritais.*

Embora escape ao objetivo deste trabalho propor diretrizes de organização interna das administrações distritais, podemos indicar pelo menos uma orientação básica para sua estruturação administrativa: evitar a adoção de esquemas organizacionais complexos que possam gerar a multiplicação de subunidades, o que levaria fatalmente a tornar improdutivas as administrações distritais.

A principal função das administrações distritais seria coordenar ou executar atividades e serviços nas zonas rurais, sob a orientação técnica dos órgãos centralizados da administração municipal.Além disso, teria competência para repsentar a administração municipal no âmbito dos distritos, executando e aplicando as leis e regulamentos.

Objetivando o fortalecimento das administrações distritais, a ação dos órgãos centralizados seria desenvolvida em regime de colaboração.

Um meio de se conseguir a participação da população rural nos programas de desenvolvimento do campo poderia ser a criação de conselhos distritais eleitos pela comunidade local juntamente com o administrador distrital. Através desse processo seria possível destacar a liderança rural, possibilitando às pessoas da localidade gerir seus próprios interesses, bem-como estabelecer ligações com as entidades governamentais, com o propósito de obter novos serviços.

Esse modelo provavelmente daria aos distritos rurais alguma importância no quadro das instituições públicas, com amplas possibilidades de conquistar atribuições suficientes para converter-se em participantes efetivos do processo administrativo local.

A título de exemplo de possíveis atribuições bastante importantes dos conselhos distritais, vale a pena destacar: propor os projetos e as dotações do orzamento anual da municipalidade na parte referente ao distrito; acompanhar a execução de obras e serviços nos respectivos distritos; e receber e encaminhar reclamações e recursos dos habitantes do distrito.

Os conselhos distritais podem ser utilizados de forma proveitosa como instrumentos capazes de impulsionar o desenvolvimento das comunidades rurais; ou para promover os novos programas de desenvolvimento rural; e ainda, fomentar a cooperação entre vizinhos, como ajuda no atendimento de suas necessidades básicas. Poderiam, inclusive, auxiliar os outros níveis de governo, atuando decididamente na eliminação de conflitos no campo, sobretudo aqueles originados em questões trabalhistas, previdenciárias ou agrárias e reduzindo, assim, a violência nas áreas rurais – a chamada guerra civil do campo, que tem ocupado com muita freqüência o noticiário jornalístico.

Através dessa ação integrada o panorama fundiário poderá ser alterado no que respeita ao problema do conflito social.

Os conselhos distritais poderiam até mesmo atuar como organismos de assessoramento às varas da Justiça Federal especializadas em assuntos agrários, que se pretendem criar com o propósito de tornar mais rápidas as desapropriações para a reforma agrária.

Além disso, os conselhos distritais seriam o local adequado para a preparação de futuras lideranças políticas municipais, representadas pelos prefeitos e vereadores, o que poderia fortalecer a zona rural brasileira, ampliando até mesmo sua participação nos partidos políticos.

Segundo o Jornal do Brasil de 10.04.78, dos 700 delegados da antiga ARENA que aprovaram o nome do general João Figueiredo à sucessão do general Ernesto Geisel, na Presidência da República, 92,5% foram recrutados no meio urbano. O que atesta a frágil presença do campo junto ao poder político. É provável que esse panorama tenha mudado muito pouco nos anos 80.

Quanto ao administrador distrital, teria competência para executar as leis e regulamentos municipais aplicáveis no distrito; coordenar e fiscalizar a realização de obras e serviços públicos na localidade sob sua jurisdição; colaborar com o conselho distrital na formulação de projetos e de propostas orçamentárias de interesse do distrito; e indicar à administração do município as providências necessárias a serem implementadas no território do distrito.

Para o Professor Lino Ferreira Netto, o importante é que "se mantenham nos distritos equipes mínimas, equipamentos e outros recursos materiais para atendimento às necessidades mais imediatas da área. Como suporte ao funcionamento dessa estrutura, é necessário que ao administrador distrital se confira certo poder decisório".(4)

Segundo outra lição do Professor Lino Ferreira Netto, "para merecerem as atenções da população é necessário que as unidades desconcentradas se mostrem operantes. Debilidades, por falta de recursos, de funções e competência para decidir, leva-as, por certo, ao descrédito".(5)

Agir para não Retroagir

Segundo estudiosos do assunto, o aspecto mais desarmônico da vida brasileira está no atual descompasso entre os centros urbanos, sobretudo as regiões metropolitanas, e as extensas áreas do país.

A intensa concentração de investimentos e ações nos grandes aglomerados urbanos tem sido o responsável principal ao estímulo à migração para as cidades, e ao declínio da atividade rural, que assume situações drásticas em algumas regiões do país.

É fundamental dar-se um salto qualitativo através de intenso trabalho governamental a ser mobilizado com o propósito de reverter essa situação promovendo iniciativas destinadas a dinamizar as atividades rurais. Esse esforço terá o município como peça fundamental na execução de programas voltados para a transformação do campo, seja isoladamente ou ao lado das outras esferas de governo no apoio a setores que poderão ser produtivos, gerando empregos e melhorando o perfil de renda de segmentos mais pobres da sociedade brasileira.

Não se está propondo o impossível e tudo dependerá da vontade política em dar novos rumos ao tratamento econômico-social da zona rural brasileira.

Exemplos de iniciativas exitosas o país já dispõe como a experiência realizada em municípios mineiros, onde através da sistematização de culturas em minivárzeas e da criação de condomínios de beneficiamento da produção, a EMATER/MG e a Ruralminas, com o apoio das prefeituras, se está conseguindo reverter a corrente migratória de pequenos produtores agrícolas, que recebem sementes, assistência técnica e auxílio de máquinas e equipamentos das municipalidades, *pagando as sementes em dobro após a safra e* dando parte da produção para compra de máquinas de beneficiamento a serem utilizadas em condomínios.

Iniciativas como essa poderão reduzir o abismo existente entre as áreas urbanas e as regiões rurais, assim como reverter o quadro de desigualdades.

(1) BREMAEKER, François E. J. de. O município e as migrações. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, 28 (159): 6-17, abr/jun.

(2) La crisis global en assentamientos humanos: un sintoma de malestar planetario. Comentários sobre el Desarrollo Internacional, bwashington, 13(2): 5 mar/abr 1976.

(3) KOTTIS, Athena P. Integrated rural-urban development: constraints and possibilities for the development of the rural areas in Latin America. Washington, DC, Organization of American States. Rural and Urban Development Program, 1977. 100 f. xerox.

(4) FERREIRA NETTO, Lino. Descentralização de serviços em áreas urbanas e rurais. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, Rio de Janeiro. Relatório de Atividades – 1981. Rio de Janeiro, 1982. p. 28.

(5) Ibid. p. 31.

PREPARE-SE E PARTICIPE DO I ENCONTRO FLUMINENSE DE MUNIZIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A escassez de tempo e o elevado número de perguntas dirigidas aos participantes da Mesa-Redonda Sobre Agricultura Fluminense, realizada a 30 de março, no Clube de Engenharia, levaram a AEARJ a repatrocinar evento semelhante, desta vez individualizando os oradores. Infelizmente, muitos dos interessados, devido ao horário, não puderam comparecer. Nas matérias a seguir, apresentamos uma síntese dos debates e das exposições dos presidentes da EMATER, PESAGRO e SIAGRO-Rio. Textos de Amauri Pinheiro.

EMATER-RJ EXTENSÃO RURAL EM DEBATE

Observar a eficácia e as debilidades da EMATER-Rio, sob o ponto de vista da relatividade homem no campo/produtividade, foi uma das principais preocupações do presidente da Empresa, Engº Agrº Aluísio Fantini, que, sob esse prisma, qualifica a agricultura do Rio entre as cinco primeiras em produtividade, embora a EMATER-Rio não esteja, ainda, entre as cinco primeiras em padrão institucional.



PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

O Rio é o terceiro Estado em produção agrícola relativa, tendo-se por base sua área. Entretanto, por termos a maior densidade demográfica do país e concentrada em área urbana, somos grande importador de alimentos. Neste quadro, a inserção da EMATER é boa, mas o estado tem de produzir muito mais. Este é o desafio: temos de agilizar o processo produtivo, priorizando as atividades de maior peso econômico relativo.

"A produtividade do Rio coloca-se entre as primeiras do país, embora a EMATER não esteja entre as primeiras em termos de padrão institucional. Havíamos perdido, nos últimos 5 anos, mais de 50 técnicos. Hoje, estamos contratando 123 profissionai aprovados em concurso e já visualizamos a ocupação de mais 10 vagas. Priorizamos, nesta busca, o profissional eclético, capaz de dar respostas aos mais diversos problemas. Buscamos também modernizar a Empresa, através da dinamização da capacidade de armazenamento, da recuperação de veículos (74) ou compra (95), da intensificação dos programas de treinamento e da regularização de subescritórios."

OBJETIVOS

O presidente da EMATER vê como principais objetivos da Empresa a elevação do padrão social dos produtores e das comunidades rurais; a distribuição de renda; elevação de estatus; geração de empregos, através do estímulo às empresas. Esta meta, acrescenta, é seguida através da prestação de assistência técnica e do desenvolvimento tecnológico.

O extensionista, declara Fantini, "não é só um tecnólogo, ele é um animador, um comunicador, em busca da transformação cultural do produtor adaptando-o a novas técnicas. O Rio tem hoje mais de 70 mil produtores ativos, a Empresa tem de multiplicar seu esforço no aprimoramento quantitativo e qualitativo de seu pessoal a fim de poder atendê-los"

PROGRAMAS E METAS

Dentre os programas enumerados, destacamos: o de Microbacias Hidrográficas, que visa conciliar a atividade de produção com a preservação do meio ambiente, conservando o solo e a água; o de Sistemas Energéticos, que visa estimular o produtor rural na busca de outras fontes de energia, como carneiro hidráulico; a Reforma Agrária, onde a Empresa busca dar ao produtor, nas áreas de assentamento, a assistência técnica necessária; o da Produção de Hortifrutigranjeiros (EMATER/CEASA); da Organização Rural; do Crédito; da Irrigação e Drenagem; e da Comercialização e Abastecimento.

Para 88, é meta da Empresa atingir 41 mil produtores, ou seja, cerca de 60% do total. Serão: 10.600 produtores de arroz, feijão e milho; 4.800, de olericultura; 2.890, de fruticultura, priorizando mamão, maracujá, abacaxi e banana; e 9.400, de pecuária de leite; entre outros.

ESTRUTURA OPERACIONAL

Para cumprir estas metas, a EMATER conta com um escritório central, cinco regionais, 67 escritórios locs e seis subescritórios, abrangendo, praticamente, todo o Estado. Atinge 66 municípios e 400 comunidades e distritos. Além disto, tem um Centro de Treinamento.

A equipe é composta por 129 engenheiros agrônomos, 87 médicos veterinários, quatro engenheiros florestais, além de 193 elementos de apoio.

Seu presidente destaca que cerca de 70% da força de trabalho da Empresa é qualificada, havendo ainda, entre os que trabalham no apoio, alguns que – quer por já terem formação universitária, embora desempenhem o cargo de escriturário (alguns aprovados no último concurso público, mas ainda não qualificados como técnicos), quer pela prática e envolvimento com projetos – acabam por desempenhar funções de extensionistas. Menos de 25% do pessoal e tão no escritório central, de forma que a grande maioria está no interior, inteiramente comprometida com a atividade extensionista.

CONSTITUIÇÃO
Terá Seminário no Rio

De 7 a 10 julho, o conhecido teatrão da UERJ será palco do Seminário Carioca sobre Constituinte. Nele, deputados, senadores e professores explicarão o atual texto da Constituição e as medidas necessárias para que os interesses populares sejam preservados. O Seminário é de iniciativa do Comitê Pré-Participação Popular na Constituinte, que estará, até 5/7, recebendo inscrições, à taxa de Cz$ 300,00, em sua secretaria nacional, à Rua Visconde do Rio Branco, 54, CEP 20.060, tel.: 222-9832. Os interessados devem procurar a AEARJ para serem indicados como representantes. Abaixo, os temas, datas, horários e expositores do Seminário.

Dia 7/7, às 18h, abertura, com o professor da PUC e procurador do município de São Paulo, José Eduardo Cardoso, falando sobre a Constituição Estadual e a Participação Popular; o Caráter Constituinte das Próximas Eleições para as Câmaras de Vereadores; e as Leis Orgânicas Municipais.

Dia 8/7, às 9 horas, o professor do CAC-UnB, João Gilberto Lucas Coelho, falará sobre Princípios Fundamentais e Direitos e Garantias Individuais; **às 9:40,** o Deputado Lisâneas Maciel (PDT) com o tema Direitos Políticos Coletivos; **às 11,** os deputados Edmilson Valentim (PC do B) e Benedita da Silva (PT), discutirão Direitos Sociais das Mulheres e Minorias; *das 12 às 14:30 haverá intervalo* para almoço; **às 14:30,** o Deputado Cesar Maia (PDT) tratará da Tributação e do Orçamento; **às 16,** o senador José Fogaça (PMDB) e o deputado Vivaldo Barbosa (PDT) exporão as questões relativas a Organização do Estado e dos Poderes e sobre o Sistema de Governo; **das 18 às 19:30,** intervalo para lanche e Ato Ecumênico, no teatro da UERJ, com denúncias sobre as violências no campo; **às 19:30,** o deputado sem partido Paulo Ramos com o tema Sistema de Defesa e Garantias Institucionais.

Dia 9/7, às 9 horas, serão debatidos os temas: Ordem Econômica e Financeira e Princípios Gerais da Economia, com o deputado Luís Alfredo Salomão (PDT); Reforma Agrária, com o deputado Vicente Bogo (PMDB) e Reforma Urbana, com o deputado Roberto Freire (PCB); **das 12:30 às 14,** almoço; **às 14,** será a vez da Ordem Social, com o senador Almir Gabriel (PMDB) falando sobre Securidade, Previdência, Assistência Social e Saúde e o deputado Octávio Elisio (sem partido) falando sobre Educação, Ciência e Tecnologia; **das 16:30 às 17:30,** lanche; **às 17:30,** Família, Criança, Adolescente e Idoso, com o deputado Nelson Aguiar (PDT), Comunicações e Telecomunicações, com o deputado Carlos Alberto Caó (PDT), Indio e Meio Ambiente, com o deputado José Carlos Sabóia (PSB); **às 20:30.** Disposições Gerais e Transitórias, com o senador Jamil Hadad (PSB) e o deputado Vladimir Palmeira (PT).

Dia 10/7, Estratégias para o 2º turno: Continuidade da luta a médio e a longo prazos, com discussões em grupo e em plenária; às **17 horas,** encerramento.

Avaliação do que foi aprovado no 1º turno

Realizado em Brasília, de 9 a 12 de junho, o Seminário Nacional sobre a Constituinte, Avaliação e Perspectivas, teve como uma das principais deliberações a realização de Seminários por Estado (matéria acima). Abaixo, o texto aprovado no auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, pelos participantes do evento.

A avaliação transcorreu tendo por base alguns parâmetros:

a) o projeto constitucional face à Constituição vigente e às demandas populares formalmente expressas;

b) não foi a Constituinte que queríamos. Nem de longe será a Constituição de nossos sonhos. É uma Constituição escrita no bojo de e para um sistema capitalista, por um Congresso Constituinte de perfil majoritariamente conservador, em que a articulação competente de setores progressistas, aliada à pressão popular organizada intentou, vitoriosamente, em alguns casos, consagrar avanços e diminuir os efeitos negativos em algumas derrotas;

c) a consciência de que estamos em um processo rumo às metas que desejamos de uma democracia plena e do socialismo, ainda a serem conquistados. Nele, o atual processo Constituinte, nos seus vários desdobramentos, se apresenta como um momento e um *instrumento a serem aproveitado , e, é sob este ângulo, de "Trânsito para", que o julgamento se exerce.*

Da discussão realizada pelos 10 grupos de trabalho, formados no Seminário, pôde-se, em síntese, destacar as seguintes conclusões:

Há avanços no texto constitucional até agora aprovado, maiores em alguns temas, menores em outros, ainda que derrotas em reivindicações fundamentais, devendo-se as conquistas à participação popular no processo e ao trabalho inteligente de articulação dos constituintes progressistas. Os avanços tornam-se mais significativos quando se considera a composição conservadora do Congresso e as pressões exercidas pelo Executivo, pelo poder militar e pelas elites dominantes.

– A maioria da população e dos trabalhadores está desinformada quanto ao texto constitucional na sua globalidade e, por isto, desconhece as conquistas, até o momento obtidas, não as divulga e não se mobiliza para defendê-las. A ignorância desses aspectos abre flancos perigosos para a manipulação da direita, ao possibilitar a homogeneização de setores opostos, através de um mesmo discurso: "A Constituição é atrasada, a Constituição não presta."

– O conhecimento deve anteceder ao julgamento. E o relativo ao Projeto de Constituição está absolutamente falho. Daí a importância prioritária do momento: multiplicar as informações e as discussões nos Estados, atraindo para seminários de avaliação todos os setores, sobretudo aqueles mais profundamente atingidos pelas derrotas trágicas das questões que os motivam mais diretamente.

– A compreensão de que não se pode confundir a Constituinte, no seu conjunto com o Governo Sarney que, desde o início, procurou cercear-lhe a soberania e autonomia.

FORAM SALIENTADOS OS SEGUINTES AVANÇOS

– Direitos fundamentais, individuais e coletivos, instrumentos jurídicos de sua garantia, igualdade homem-mulher e mecanismos que impeçam discriminações e racismos;

– Princípios de soberania popular, democracia participativa e institutos de participação direta dos cidadãos ou de entidades da sociedade civil na formação do poder estatal;

– Direitos sociais, sejam os de relação de trabalho, sejam os constantes da Ordem Social *(seguridade, previdência e assistência social; saúde, educação; família, criança, adolescente, idoso, índios).*

– *Conquistas em favor da descentralização e da moralização dos serviços públicos e na ordem tributária;*

– Pontos de soberania nacional na Ordem Econômica (nos Princípios Gerais) e de reforma, como na questão urbana;

– Proteção ao meio ambiente, ao subsolo, a ciência e tecnologias nacionais;

– Garantia daqui a cinco anos (em 1993) de realização de plebiscito nacional referente a forma e sistema de Governo; e de revisão do texto constitucional aprovado, possibilitando: 1) manutenção da mobilização em torno da questão constitucional com perspectiva até lá, de melhor organização da população; 2) melhorias na composição do Congresso, através de participação nas eleições de 1990, com o objetivo de conquistar novos e maiores avanços.

DERROTAS E ATRASOS PRINCIPAIS

– a proibição de desapropriação da propriedade rural produtiva, mesmo quando não cumpre sua função social, para fins de Reforma Agrária;

– O não reconhecimento da estabilidade no emprego aos trabalhadores;

– A manutenção da tutela militar sobre as instituições, confirmada mais uma vez, após o término deste Seminário, na negação à anistia aos cabos e marinheiros, nas votações das Disposições Transitórias;

– O ensino religioso nos estabelecimentos da rede oficial de ensino e o pagamento dos docentes dessa matéria, através do erário público (conclusão polêmica, em um grupo).

Avaliação da Participação Popular no Processo Constituinte

Foram considerados avanços:

– O estreitamento das relações entre movimento social e legislativo e, em particular, o aprendizado da negociação;

– Percepção dos vínculos das lutas e reivindicações cotidianas com a matéria legislativa;

– A oportunidade e estímulo à produção de propostas de modo mais sistemático que resultaram num patrimônio e ao mesmo tempo num ideário do pensamento popular.



Estratégias de Lutas a Curto Prazo
Visando o 2º Turno

– É precária a divulgação e reflexão sobre os resultados da Constituinte, entre o movimento popular;

– A inoportunidade, neste momento, de movimentos de rua ou campanhas com simples palavras de ordem que prescindam de um prévio conhecimento claro e crítico da questão;

– A necessidade de realização de seminários semelhantes a nível estadual, antes mesmo do início das votações em 2º turno;

– A necessidade de combater o corporativismo e de discutir a melhor articulação dos grupos de pressão do movimento popular;

– A organização de coletivos populares para articulação e definição de linhas de atuação;

– Conscientizar as Associações de Empregados e Sindicatos da necessidade de priorizar em suas atividades um real engajamento aos fóruns supra partidários, tipo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte;

– Sensibilização através de categorias e foros já mobilizados para outras questões, como por exemplo, o Foro da Estatais;

– Articular o setor urbano à mobilização do Movimento Rural, inclusive aproveitando-se o Dia Nacional do Trabalhador Rural, em julho, já que foi o mais atingido pelas derrotas. A Reforma Agrária não pode ser carregada por um setor específico. Trata-se de uma necessidade nacional a ser assumida por todos;

– Exercer pressão sobre os constituintes em suas bases eleitorais e denunciar aqueles que votaram contra os interesses populares com cartazes "De Olho Neles", "Esta é a sua última chance".

– Realizar reuniões públicas nos redutos eleitorais dos constituintes;

– Publicar também os nomes dos que votaram a favor dos interesses populares;

– Elaboração de uma pauta das conquistas que são irrenunciáveis, e de abaixo-assinados que as contenham, a serem imediatamente passados por entre a população. Este instrumento apresenta a vantagem de informar e difundir por entre o povo as conquistas por ele desconhecidas. A preocupação com o caráter não diretivo dessas informações, mas deflagrador de discussões, foi bastante enfatizado;

– Há necessidade de estudo das regras de votação do segundo turno;

– Entre os dois pontos **a serem suprimidos** no 2º turno sobre os quais mais se deve centrar fogo foram unanimente levantados **"A restrição de desapropriação conferida à propriedade produtiva para fins de Reforma Agrária"** e a expressão "sucessivamente" do parágrafo 4º do artigo 214 relativo ao capítulo de Reforma Urbana;

– Como talvez seja bastante difícil derrubar, através de emenda supressiva "a restrição de desapropriação... Reforma Agrária" já apontar, nas estratégias imediatas de luta, caso sejamos derrotados, para a porta que se abre mais à frente, quando da regulamentação das Leis complementares;

– Trabalhar para isso, estreitamente articulado com a Campanha Nacional de Reforma Agrária, que deve se comprometer a comunicar para além dos setores específicos – CPT, SEM TERRA, CONTAG – as estratégias a serem adotadas para que possamos engrossar as forças de pressão;

– Realizar um evento marcante na abertura do 2º turno, com a presença massiva de pessoas para manifestar nossa posição irrenunciável quanto às conquistas obtidas; se não for possível realizar nesta ocasião, concentrar-se no momento das votações da Reforma Agrária;

– Divulgar, como denúncia, a falta de interesse e a atividade agressiva que o Governo Sarney tem na promulgação da Constituição, em face das dificuldades que a nova Carta criaria na condução da atual política governamental;

– Estimular e exigir dos constituintes até agora comprometidos com os setores progressistas que não abandonem a Constituinte no 2º turno, em virtude de suas eventuais candidaturas a prefeito.



Predominou o Entusiasmo na Fundação do Núcleo da Região Serrana



A Fundação do Núcleo da AEARJ da Região Serrana realizada no último dia 04 de junho contou com a participação de cerca de 40 pessoas, dentre as quais 28 como sócios fundadores do Núcleo.

Foi eleita uma Diretoria Provisória, presidida pelo colega Maurício Sanches Silva, cuja diretoria é composta pelos colegas: José Américo Ribeiro Canellas, Carlos Eduardo Veiga de Oliveira, Alda Maria de Oliveira, Alexandre Massena Gracioli, Evaldo Rui de Souza Lima, Gero Band e João Joaquim Ávila Oliveira.

Sob o tema "Alternativas de Agricultura para a Região Serrana" proferiram palestra os Engs. Agrs. Raul Lucena e Roberto Selig, ambos membros da ABIO – Associação de Produtores Biológicos.

De uma maneira geral os 2 palestrantes alertaram para a necessidade de repensar a agricultura praticada na região.

A queda na produtividade de diversas culturas é um fato marcante na olericultura da região, sendo o tomate citado como exemplo com queda de 200 cx/1000 pés para as 60 cx/1000 pés atual.

O uso intensivo de insumos, incentivado inclusive por normas do crédito rural, faz com que os técnicos sejam impulsionados a atuar neste sistema de produção, desrespeitando os parâmetros técnicos e o bom senso.

Os produtores agrícolas e o meio ambiente estão contaminados, e isto mostra a necessidade de repensar o modelo, e os sistemas de produção propostos.

O Núcleo da AEARJ da região serrana deve e pode cumprir um importante papel no questionamento da extensão, da pesquisa, da assistência técnica, enfim da agricultura, influindo nas políticas agrícolas e agrárias para a região.

O Núcleo foi fundado, iniciando com um grande e importante debate motivando os presentes.

Suas reuniões foram marcadas, e se realizarão nas primeiras quintas-feiras de cada mês, às 18 horas na sede da Inspetoria do CREA-RJ em Nova Friburgo.

A Diretoria provisória eleita terá a função de promover os debates pertinentes à agronomia e à agricultura, coordenando o processo que culminará na eleição da diretoria definitiva, em data a ser marcada oportunamente.

Após a solenidade de fundação todos os presentes participaram do Almoço de confraternização em Nova Friburgo.

Apicultura e Riqueza

Engº. Agrº. Alcebíades Dias Flor

A apicultura é uma atividade, que no Estado do Rio de Janeiro não vem tendo a atenção devida por parte dos homens responsáveis pela Agricultura: por quê?

Será que estes homens desconhecem o valor nutritivo e curativo dos produtos apícolas, como o mel, o pólen, a geléia real, a própolis, a cera e a apitoxina!

Será que desconhecem a atividade polinizadora realizada pelas abelhas, que aumentam a produção e melhoram a qualidade das sementes e frutos, numa percentagem que varia de 30 a mais de 100%?

E, nós cremos que desconhecem ou fingem não conhecer, pois, passados vários governos, ainda nenhum deles atentou às necessidades para se desenvolver, no Estado, uma política de desenvolvimento da apicultura, como fonte de renda extra para os agricultores e para o Estado.

Para o rápido desenvolvimento da apicultura em nosso Estado, o governo deveria empreender as seguintes ações imediatas:

– Estimular a formação de apicultores através de cursos teórico-práticos, em todos os Municípios fluminenses;

– Apoiar os apicultores, dando crédito diferenciado para a aquisição de insumos e para os investimentos necessários;

– Estabelecer normas estaduais para a implantação de novos apiários;

– Fazer o zoneamento da flora apícola no Estado, estabelecendo um calendário de floração por município, com mapas da distribuição destas;

– Criar um Centro Tecnológico visando, principalmente, à criação, ao melhoramento, à distribuição de rainhas, a pesquisar novas técnicas de manejo produtivo, e a montar uma estação de beneficiamento e controle de qualidade;

– Treinar técnicos para a prestação de assistência técnica apícola.

Ao utilizarmos as abelhas como agentes polinizadores nas culturas entomófilas, podem-se obter colheitas suplementares, que nos E.U.A. atingem o valor aproximado de US$ 1.000.000.000,00 e, na U.R.S.S., uma importância superior a US$ 2.000.000.000,00 rublos por ano.

Com o incremento da apicultura em nosso Estado, este economizaria milhões de cruzados, que são gastos na importação de produtos apícolas, passando rapidamente a exportador de produtos e tecnologias.

1ª Confraternização Agronômica na Rural

No último dia 20/12/87, realizou-se nas varandas do Instituto de Agronomia da Rural, um churrasco de confraternização agronômica, que teve por objetivo reunir os companheiros de forma ampla e diversificada, sem restringir pelo aspecto de turmas.

Compareceram sessenta colegas e mais os seus familiares, tendo vindo agrônomos do interior e da capital. A maioria dos setores de atuação profissional do Estado do Rio de Janeiro (EMATER, BANERJ, DGPJ, UFR/RJ, SUDEPE, DFA-RJ, SERSE, FEEMA, PESAGRO, etc.) estiveram representados. O serviço contratado foi muito elogiado pelos colegas e a criançada se divertiu tomando banho no laguinho do jardim interno do I.A.

A Comissão Organizadora se sente muito satisfeita pelo sucesso do evento promovido. Agracedemos a presença dos que compareceram e transmitimos aos ausentes a expectativa por um reencontro em breve.

Gostaríamos de receber a sua sugestão sobre a melhor data para a promoção da 2ª Confraternização Agronômica, a se realizar na 2ª quinzena de dezembro próximo, no endereço abaixo.

Um abraço.

Engª Agrª Lisia Vanacôr Barroso; Rua Sorocaba, 277/804 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – 22.271

AEARJ REFORMULA ESTATUTOS

A Comissão de Reformulação e Atualização dos Estatutos da AEARJ já concluiu sua proposta de Estatuto, a ser analisada na reunião do Conselho Diretor dia 12/07 e à apreciação da Assembléia Geral da AEARJ, a ser marcada.

Abaixo, as principais modificações propostas. Maiores detalhes com o Diretor de Defesa Profissional, Durval Marcos Guimarães Moraes, coordenador da Comissão, ou com os colegas Eduardo Hugo Frota e Carlos Alberto R. H. Rodrigues, integrantes da mesma.

1 – Eleição apenas do Presidente e do Vice, ao invés da chapa completa da Diretoria Executiva;

2 – Eleição do Conselho Diretor realizada nominalmente, ou seja, individual, ao invés da chapa completa;

3 – A Diretoria Executiva será escolhida pelo Presidente, entre os sócios efetivos e em pleno gozo de seus direitos;

4 – A composição do Conselho Diretor será de 12 membros eleitos (mandato de dois anos) e dos membros natos: presidente, vice, representantes dos Núcleos Regionais e no CREA-RJ;

5 – A anuidade será fixada pelo Conselho Diretor;

6 – Será desligado o sócio que não pagar a anuidade por 3 anos. Este sócio só será novamente aceito se pagar as anuidades atrasadas e corrigidas;

7 – O sócio para solicitar seu desligamento deverá estar quites com a entidade.

PESQUISA AGROPECUÁRIA NO RIO DE JANEIRO

A reduzida quantidade de pesquisadores e a existência de tecnologias que não chegam ao produtor foram duas das principais constatações do debate do presidente da PESAGRO, Engº. Agrº. Geraldo Dusi, realizado a 10/06, na AEARJ: Dusi frisou que "é fundamental a interiorização da PESAGRO e que incentivará os pesquisadores a interligarem seus projetos a órgãos de financiamento, tipo FINAME, não permitindo a existência de pesquisas que não terminem".



FALTAM PESQUISADORES

A PESAGRO está tentando contratar 15 pesquisadores com mestrado ou doutorado, para suplementar seu quadro. Hoje, a relação entre pesquisador/apoio-administração está de 1 para 17, existindo, dentre os 82 pesquisadores da Empresa, apenas 27 à frente de projetos de pesquisa. Para tentar contrabalançar esta deficiência, procura-se também firmar convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa, a fim de levar, através de bolsas de estudo, o graduando e o recém formado para a PESAGRO.

Esta debilidade acarreta problemas para a agricultura no Estado. Na irrigação, apenas um pesquisador está habilitado. Isto em um Estado que se propõe a ter 200 mil ha de áreas drenadas e irrigadas neste quadriênio de governo. O cultivo de maracujá está se desenvolvendo muito no Norte/Nordeste, acoplado a culturas como laranja, abacaxi e coco. A PESAGRO só agora montou um programa para pesquisar os problemas e doenças do maracujá. O Estado tem forte demanda para a goiaba e para a borracha, mas a PESAGRO não dispõe de pessoal para pesquisar estas culturas. Não tem um pesquisador em fertilidade dosolo.

TECNOLOGIAS NÃO CHEGAM AO PRODUTOR

No exterior, o Brasil é considerado como um dos países que possui a melhor tecnologia para a agricultura tropical, entretanto, apesar das estantes estarem cheias, o produtor não tem conhecimento dessas técnicas, *por falta de integração pesquisa/extensão. Precisa-se multiplicar a difusão do conhecimento tecno*lógico.

Para tentar equacionar este problema, a PESAGRO buscará maior integração com a EMATER, inicialmente, visando a preparar cursos de reciclagem para os extensionistas.

O presidente da PESAGRO cita como exemplo da dificuldade de poucos pesquisadores levarem o conhecimento técnico ao produtor, o caso do abacaxi. "A procura tornou-se tal que, em curto espaço de tempo, a Empresa teve de dar um curso a 23 extensionistas. Mas as técnicas que viabilizam a produção e incrementam a produtividade devem ir ao produtor, e não ficar arquivadas esperando pela procura".

TECNOLOGIAS PESQUISADAS

À frente da PESAGRO, o Engº. Agrº. Geraldo Dusi buscou interiorizar a pesquisa e fortalecer as estações experimentais. Nelas a Empresa prioriza as pesquisas de arroz, milho, feijão, mandioca e cana (Campos); irrigação e sementes básicas (Itaocara); hortaliças de clima temperado (Friburgo); abacaxi, laranja e banana (Macaé); citricultura (Silva Jardim); olericultura de clima quente, quiabo, pimentão e gado de leite (Itaguaí); hortaliças, avicultura e gado de leite (Volta Redonda – a ser criada).

A Empresa conta, ainda, com um Laboratório de Biologia Animal, em Niterói, considerado o de melhor estrutura física da América Latina, com 28 pesquisadores, entre veterinários, bioquímicos, farmacêuticos, biólogos... O presidente da PESAGRO pensa em acoplá-lo ao Departamento Geral Agropecuário, que tem a Divisão de Defesa de Saúde Animal, com onze escritórios regionais, a fim de que os pesquisadores do laboratório possam, de fato, integrarem-se ao processo produtivo.

TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS

A PESAGRO já desenvolveu algumas novas cultivares destacando-se: feijão, quiabo, milho, arroz e banana.

O feijão BR1-xodó é indicado para ser consorciado à cana. Vinte por cento do canavial deve ser renovado a cada ano. No sistema irrigado, plantam-se duas linhas de feijão na entrelinha da cana, obtendo-se cerca de 1,5 a 2 mil kg por ha, em áreas onde nunca se plantou feijão.

Outra tecnologia disponível é a soca de arroz. Era pouco usada, pois não *havia uma pesquisa* orientando as variedades mais adaptáveis ao sistema de solo. Hoje, tem-se obtido um rendimento espetacular. Nas cultivares PESAGRO 899 e IR 841, obteve-se uma produtividade de 5 a 7 toneladas de grão por ha no primeiro cultivo, e de 2 a 4 t na colheita. Na Fazenda Saudade, do grupo Monteiro Aranha, colheu-se cerca de 40% de saca de arroz, o que praticamente paga todo o custeio da produção de arroz da fazenda.

GADO E LEITE

O Estado importa 1,5 milhão de litros de leite/dia. A capacidade instalada é suficiente para produzir 3 milhões de litros/dia, mas as cooperativas trabalham a 30 ou 40% de sua capacidade.

A PESAGRO dispõe de tecnologia disponível para animais de 10 kg leite/dia, mas não possui nada para os de 15 ou 20 kg/dia. Esses animais, declara o pres. da PESAGRO, "têm problemas fisiológicos e metabólicos completamente diferentes. É necessário que a empresa possua condições de pesquisar para prever e incrementar a produção futura. O desafio hoje é saber o tipo de tecnologia a se apresentar para o fazendeiro que queira produzir 6.000 kg de leite vaca/ano".

O que se faz hoje para o incremento da produção leiteira, esclarece o Engº. Agrº. Geraldo Dusi, "é implementar um programa chamado Leite-Rio, no qual doaremos, ao produtor de até 100 kg de leite/dia, 1 kg de ração para cada 3 kg leite produzido. Em contrapartida, este produtor terá de plantar, em sua propriedade, um canavial que corresponda a mil m² por matriz leiteira, a fim de que, na seca do próximo ano, a alimentação energética do animal esteja programada. Com isto, espera-se aumentar a produtividade em cerca de 30%."

Na produção de bezerros, continua, "temos tecnologia disponível que diminui o tempo de gestação. A média brasileira é de 18 meses por bezerro. Sabemos que, quando se aplica dois quilos de milho desintegrado e dois de NDTS, melhora-se o índice de reprodução, que passa a ser de um bezerro a cada três meses e meio."

SIAGRO PROGRAMAS E PROJETOS

Os agrônomos e proprietários rurais, que participaram do debate com o presidente da SIAGRO, Engº Agrº Alberto Figueiredo, não só aprenderam, como apresentaram sugestões; a exemplo, o uso da apicultura como forma de fomento da produtividade agrícola. Na oportunidade, foram abertos contatos que viabilizam o aprofundamento das sugestões. Abaixo, uma síntese dos programas e projetos da SIAGRO, apresentados, aos presentes.



REDUÇÃO DE INSUMOS

A Secretaria de Agricultura está priorizando a correção de solos e, para tal, o calcário é fundamental. A SIAGRO possui, em Italva, uma jazida e uma usina de beneficiamento, capaz de transformar a pedra calcário em pó, embalá-lo e comercializá-lo.

Figueiredo esclareceu o critério de comercialização: "a ação do governo deve ser a de complementar a iniciativa privada. Interligaremos nosso trabalho, realizando, juntos, uma política estadual para o calcário agrícola. Como empresa pública, atuaremos no controle de qualidade do calcário, mais no sentido de orientar a melhora da qualidade, do que no de afugentar a iniciativa privada do mercado".

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

A SIAGRO é uma empresa prestadora de serviços e executará os projetos elaborados pelos técnicos da EMATER. Nesta execução, agirá aliada à iniciativa privada. *Para viabilizar seu trabalho* a empresa definiu como prioridade a instalação de um escritório na região noroeste do Estado, onde existem 55 mil ha de várzeas irrigáveis (Pádua, Miracema e Natividade), hoje subaproveitadas. Serão abertos também escritórios em Barra do Piraí e Itaboraí.

O presidente da SIAGRO esclareceu que "no passado a política da empresa era clientelista, não levando em conta a necessidade da reposição das peças ou máquinas danificadas. Isto mudará: Em 87, a empresa obteve Cz$ 38 milhões do Provárzea, empregados na compra de máquinas, como a DINOVAL, valetadeira rotativa, capaz de fazer 300 m3 de vala (com 1,5 m de boca por 40 m de largura inferior e 1,2 m de profundidade) por hora, a um custo comparativo de um sexto do obtido por uma escavadeira hidráulica. Seus serviços – para não inviabilizar as empresas privadas, para permitir a reposição de peças e compra de novas máquinas – será cobrado ao preço médio do mercado, e não por hora. Quando for necessário, a SIAGRO obterá financiamentos e subsídios para o produtor em outras fontes, não reduzindo o preço cobrado."

GADO E LEITE

A SIAGRO comercializará matrizes da raça guzerá. Esse rebanho é proveniente do gado de Italva, que perdera seu potencial genético após cruzamentos sucessivos com o mesmo tipo sangüíneo. Foi feita uma seleção e os 35 escolhidos foram destinados à Fazenda Experimental de Itaocara da PESAGRO (os demais leiloados). Dos machos produzidos, 90% serão da SIAGRO, para comercialização, e 10% ficará no rebanho para reprodução.

Quanto ao gado Jersey, a SIAGRO importou 36 reprodutores, que foram transferidos para cooperativas de Miracema, Rio Bonito, Resende, São Fidélis, Carmo, Valença e Itaperuna, para serem recriados e procriarem, alternativamente, entre os cooperados. Calcula-se que, em um ano, obtenha-se cerca de 18 mil fêmeas melhoradas no rebanho de gado leiteiro.

PROGRAMA DE SEMENTES

Fora as sementes de hortigranjeiros, produzidas por empresas especializadas, tradicionalmente, o Estado desconhece o que seja semente melhorada. No arroz e no feijão, a exemplo, o plantio é feito a partir de restos de culturas anteriores.

A SIAGRO e a PESAGRO vão investir nesta área. Inicialmente, a semente de milho será beneficiada na estação de Itaocara, da PESAGRO; a de feijão, em Campos; e a de arroz, na fazenda experimental da SIAGRO, em Italva.

FERTILIZANTES QUÍMICOS

A inexistência de um misturador no Estado tem prejudicado o produtor. Os fertilizantes só chegam ao Rio após atenderem à demanda dos estados onde os misturadores estão localizados.

A SIAGRO, em convênio com a PETROFÉRTIL, irá instalar um misturador para 50 mil toneladas de fertilizantes, provavelmente na região norte fluminense ou noroeste.

COMERCIALIZAÇÃO DE INSUMOS

Não há capital de giro. Não se tem como concorrer com outros projetos (Metrô etc). A empresa está amarrada à burocracia. Pretende-se mudar seus estatutos e ampliar seus postos de venda.

Através de solicitação dos produtores, com a ajuda de prefeituras locais, a SIAGRO está operando o posto de comercialização de Resende e pretende abrir postos em Cachoeira do Macacu, Campos, Angra dos Reis, Cantagalo, Campo Grande, Itaocara, Teresópolis e São Pedro d'Aldeia.

A empresa possui também um posto volante e, segundo o seu presidente, "a política de comercialização não é a de concorrer com a iniciativa privada, mas sempre que esta formar um cartel, comparecemos, permanente ou temporariamente, a fim de levar os preços aos patamares de mercado, acessíveis aos produtores".

PROGRAMAS DE FOMENTO

Bolsa de Arrendamento: objetiva unir produtores que tenham trabalho e capital a produtores que tenham terra.

Leite-Rio: além de campanha publicitária, incentivando o consumo do leite produzido no Estado, o programa consiste da transferência do ICM pago pelo grande produtor para o pequeno, com o que pretende-se ampliar a produção em 30%. O Estado produz um milhão de litros de leite por dia, gerando uma receita de ICM em torno de 170 milhões de cruzados. O que se pretende, com este dinheiro, é incentivar os produtores de até 200 litros, que representam 92% do total e produzem apenas 50% do leite do Estado.

Incentivos Fiscais: pretende-se que todo mundo que paga ICM invista na agricultura, quer em projetos próprios, quer no de terceiros, através da dilatação do prazo de pagamento do ICM por seis meses,sem juros e correção.

ICM do arroz: em síntese, é a isenção do pagamento de ICM.

O BRASIL GANHA NO CAMPO.

Há uma maneira segura de se ganhar no campo. Aumentar a produtividade, para que a terra produza safras abundantes, é uma das mais importantes vitórias que se pode conseguir. Os engenheiros agrônomos que, dia 1 receberão o DESTAQUE AGRONÔMICO ADUBOS TREVO, troféu instituído por ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA, em colaboração com as Associações Estaduais de Agronomia e FAEAB - Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, vão ganhar seu prêmio por sua contribuição efetiva nas áreas de cultivo, pesquisa, tecnologia, extensão e ensino, visando ao crescimento da produtividade dos nossos campos. O Brasil está ganhando com eles.
E você também.



Reunião da Ceasa com os produtores de hortifrutigranjeiros



Produtores de Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Sumidouro, Rio, Itaguaí, Magé, Itaboraí, Conceição de Macabu, Petrópolis e Nova Friburgo, lotaram o auditório da CEASA, dia 19/05, para discutir os problemas de comercialização de produção da CEASA-RJ.

O debate foi marcado pela Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio, durante o Encontro de Olericultura Fluminense, em Paty do Alferes.

O presidente da CEASA-RJ, João Victor dos Santos, falou sobre os projetos a serem implantados em várias regiões do estado, enfatizando a construção de um novo Pavilhão do Produtor na CEASA-Grande Rio, com cerca de 12.000 m² de área. Espaço considerado insuficiente pelo Diretor de Apoio à Produça5o da APHERJ, Manoel Ignácio, que esclareceu já existirem 2.030 produtores inscritos no atual Pavilhão e que a Associação já tem um projeto para um Pavilhão de 25.000 m².

LANÇADO O 1º Nº DA REVISTA DA FAEAB



CONCURSOS

INCRA/MIRAD

No último número do JOEA referimo-nos ao fato de até aquela data o INCRA-MIRAD não haver divulgado o resultado do concurso realizado em outubro/87.

Achamos que esta situação não deve perdurar e pretendemos reunir os inscritos no concurso para, juntos, discutirmos as possibilidades, inclusive de utilização de mandado de segurança, ou outros meios que obriguem o MIRAD a prestar uma satisfação aos milhares de concursados enganados pelo órgão. Devemos também contactar as outras categorias profissionais, também envolvidas, para unificarmos nossa ação.

Pedimos aos colegas interessados que procurem a AEARJ, deixando seu nome e telefone para marcarmos *uma reunião ampla com os concursados.*

SILVICULTURA

A AEARJ enviou carta ao Secretário Municipal de Administração do Rio, José Frejat, por ter divulgado edital convocando concurso no ramo de silvicultura e recursos naturais renováveis, exclusivamente para engenheiros florestais. O direito de os Engenheiros Agrônomos participarem deste concurso não pode ser desrespeitado, para o que enviamos ao Secretário cópias da Resolução 218/73 e da Decisão Normativa nº 002/81 do COMFEA.

PÚBLICOS

Estão previstos para este ano a realização de alguns concursos no Estado para Engenheiros Agrônomos, temos informações seguras de pelo menos um, o da EMATER-Rio, com 8 a 10 vagas.

Pretendemos realizar cursos, visando a preparação dos colegas com vistas a esses concursos e não queremos ser pegos desprevenidos, como em vezes anteriores, quando, ou não conseguimos, ou fizemos cursos em cima da hora, sem um planejamento maior.

Gostaríamos que os interessados nesses cursos preparatórios comuniquem-se com a AEARJ para que tenhamos uma listagem dos interessados com a antecedência necessária.

INDICAÇÕES PARA DESTAQUE AGRONÔMICO ESTÃO CHEGANDO

A AEARJ reitera aos Engenheiros Agrônomos a informação acerca das inscrições para o prêmio "Destaque Agronômico Adubos Trevo 1990".

As inscrições devem obedecer o regulamento publicado no JOEA Nº 18 – Março/88, e devem ser feitas até a data de 30 de setembro de 1988.

Nossa intenção é anunciar o nome do Destaque Agronômico de nosso estado no dia 12 de outubro dia do Engenheiro Agrônomo.

COOPENAGRO
Cooperativa Mista dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro Ltda.
Sede: Rua México, 31 - Grupo 1403 - 20031 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 240-2726 - C.P. 15159 - CEP. 20155
AGRICULTURA FLUMINENSE
★ PLANEJAMENTO E CONSULTORIA ★ PROJETOS AGROPECUÁRIOS ★
★ ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADES ★ LAUDOS E PERÍCIAS ★
★ ASSISTÊNCIA TÉCNICA ★ MEDIÇÃO DE TERRAS ★

BUREAU DE INFORMÁTICA
TREINAMENTO
CONSULTORIA E ASSESSORIA
Cursos práticos de DBASEIII ★ LOTUS 123 ★ WSTAR e MS/DOS para universitários e profissionais liberais. Linguagem C, PASCAL, CAD./CAM para Analistas e Programadores. BASIC para estudantes de 1º e 2º graus. Apenas 2 alunos por micro (PC). Turmas também aos sábados.
Rua 13 de Maio, 13/1417 Centro-Rio 262-4753

SANGUE NA TERRA

Teoria, teoria;

Exigimos a prática.
Em área desapropriada,
Pistoleiros agem à solta:

Matam líder sindical e
Ameaçam agrônomos.
Justiça, onde estás?

O assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, torna público um problema que vem preocupando muito os posseiros da Fazenda Campos Novos, em particular, e os demais posseiros no país, no geral: a incompetência do MIRAD em realizar a Reforma Agrária.

A área da Fazenda Campos Novos foi desapropriada em 1982. Na época o MIRAD (antigo INCRA) tinha um prazo de dois anos para regularizar a situação dos posseiros. Seis anos já se passaram e até agora poucas medidas concretas foram tomadas. É comum os representantes do MIRAD fazerem reuniões com os posseiros, estimulando-os e dizendo que em meses seus problemas estarão resolvidos. Mas, como até agora nada aconteceu, os posseiros já não acreditam.

O MIRAD promete e não cumpre, mas a associação de grileiros, existente na área, cumpre. Esta associação é contra o MIRAD, contra a retirada dos grileiros e de pessoas que não se enquadram no Estatuto da Terra, isto é, ela é contra a Reforma Agrária.

Os problemas dos posseiros, ao invés de estarem sendo resolvidos após a desapropriação, estão ficando cada vez piores. A ação dos pistoleiros é aberta e clara. Os posseiros que querem a Reforma Agrária e que lutam por ela recebem constantes ameaças e só não abandonaram a área porque daquela terra é que *retiram os alimentos para sua sobrevivência. Por incrível que pareça, existem até pistoleiros que receberam autorização provisória de ocupação do MIRAD.*

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais vinha sendo ameaçado de morte há alguns anos. Estas ameaças eram tão claras, que certa vez um pistoleiro fez sinal para que o carro do MIRAD parasse. Nele viajavam o presidente do sindicato e o representante do MIRAD. Chamou o presidente do sindicato em um canto e avisou que, se ele não se afastasse do MIRAD e das questões do assentamento em Campos Novos, ele seria assassinado.

Sebastião Lan chegou ao ponto de pedir ao MIRAD que arranjasse um local mais seguro para morar enquanto a situação não fosse resolvida, mas nenhuma medida foi tomada.

O clima na região da Fazenda Campos Novos é de grande tensão. Todas as pessoas envolvidas no processo de assentamento estão sujeitas a ser os próximos alvos. Dentre elas, os representantes do MIRAD e a equipe da EMATER-Rio. *Esta equipe, para realizar seu trabalho, precisa lidar com os posseiros* que receberam autorização provisória de ocupação e não podem apoiar os grileiros, mas, se tomarem posições contrárias a eles, estão sujeitos a morrer.

Que forças misteriosas são essas, que não permitem a execução da Reforma Agrária em Campos Novos?

A AEARJ exige apuração rigorosa e imediata, e punição para os criminosos e *mandantes deste crime covarde.*
Todo apoio à Reforma Agrária.

Engenharia Agronômica, Profissão em Extinção?

Engº Agrº Luiz de Carvalho Dias

"Especialista é aquele que cada vez sabe mais sobre menos. Fica sabendo tanto sobre tão pouco, que acaba sabendo demasiado sobre quase nada. No fim, sabe tudo sobre nada".

Autor desconhecido

A título de esclarecimento e visando a provocar o debate da questão no seio da categoria agronômica, coloco, como subsídio ao estudo, algumas considerações sobre o Ensino e a Profissão Agronômica.

Vêm estes experimentando um encurtamento crescente do seu clássico campo de atuação, chegando hoje quase que praticamente a restringir-se ao campo da fitotecnia, onde, ainda assim, sofrem a concorrência, entre outros, dos biólogos e dos engenheiros de irrigação.

A pulverização do clássico Curso de Agronomia em tantos outros paralelos como Zootecnia, Engenharias: Agrícola, de Alimentos, de Pesca e Florestal..., (contra o que já temos uma história de lutas comandadas pela FAEAB) vem causando danos profundos à agricultura nacional e à sociedade brasileira, pelo privilegiamento de uma visão compartimentada da agricultura, em detrimento de uma visão de conjunto, tão necessária ao equacionamento e solução dos problemas agrários do país, cuja complexidade não se limita ao somatório dos seus subcampos, nos quais militam os especialistas.

O pressuposto de que a especialização torna a ação mais eficiente esbarra nos limites a uma maior eficácia, dependente não só de uma visão histórica do desenvolvimento da agricultura brasileira, como da integração dos seus vários campos de conhecimento. Tem o Egº. Agrº., por sua formação eclética, possibilidade de aglutinar esse conhecimento desenvolvido por outros campos específicos. *Por isso mesmo, lutamos pela não fragmentação do nosso curriculum básico.* Essa luta se expressou na proposta de Currilo Mínimo apresentada pela FAEAB e aprovada pelo MEC, à cuja implantação põem-se barreiras a nível das universidades.

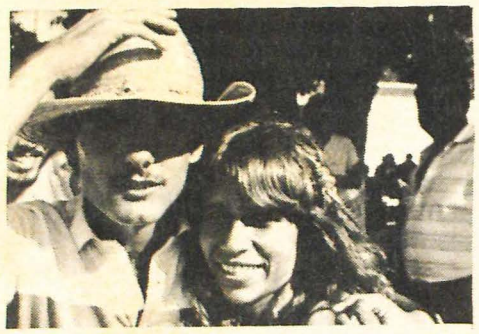
Não podemos prescindir da especialização, mas estas deveriam ocorrer, sobretudo, como terminação dos Cursos de Agronomia. E, mais ainda, é preciso que se busque no ensino e na pesquisa o equilíbrio necessário entre o aprofundamentação do nosso curriculo básico. fora". Que a base curricular mínima seja o elo que una as diversas especializações em Ciências Agrárias, conferindo uma visão de conjunto e uma capacidade crítica ao profissional. Que além disso, possa ser preservado um espaço para a interdisciplinariedade, permitindo (principalmente aos órgãos públicos encarregados de definirem políticas de produção e de proteção ambiental) uma maior eficiência na execução e eficácia no atingimento dos objetivos.

Preocupa-nos hoje, sobretudo, o risco de extinção gradativa que pesa sobre a profissão de Engº. Agrº., tão necessária ao desenvolvimento nacional, pela evasão de vocações tangidas para outros campos, diante da perda de interesse provocada pela supervalorização dos currículos especializados. Por outro lado, a luta corporativa que se estabelece a partir daí só servirá aos interesses particulares e à desvalorização do profissional.

Tudo isto, muito mais que uma desvantagem para os diversos profissionais das Ciências Agrárias, significará uma perda irreparável para a sociedade em geral e para a agricultura nacional, em particular, composta em sua maioria por pequenas e médias propriedades policultoras, que exigem a assistência de profissionais ecléticos, detentores de uma visão de conjunto de exploração agrícola, capazes de contemplar a complexidade da produção rural a nível de unidade produtora e a nível de região.

Em conseqüência, lutamos pelo não esfacelamento da visão agronômica. *Lutamos pela integração interdisciplinar. Lutamos pela formação de equipes multi*disciplinares nos órgãos de governo e na empresa privada. Lutamos por uma visão abrangente do problema agrário. Lutamos contra a visão estreita do corporativismo profissional. Lutamos pela autonomia científica e empresarial nacionais. Lutamos pela produção independente da agricultura brasileira.

Homenagem Póstuma à colega e amiga Mônica



É com imenso pesar e grande saudade, que comunicamos aos nossos colegas o falecimento da Engª Agrª Mônica Regina Gomes Monteiro, no dia 8 de junho, cujo sepultamento foi realizado no cemitério S. João Batista, no dia 9 de junho e a missa de 7º dia na Igreja Imaculada Conceição, dia 15. Em todas estas homenagens póstumas, a presença de vários colegas e amigos. Na foto, a colega Mônica, como sempre será lembrada.

Carta aos Constituintes

Queremos o Meio Ambiente Inteiro

A Constituição é definitiva por muitos anos; para o meio ambiente, é definitiva também. Muitos avanços conquistados pela sociedade e pelos ecologistas nos últimos anos encontram-se agora ameaçados pelo texto que o Centrão propõe para o capítulo "Do Meio Ambiente" na Constituinte.

Não podemos aceitar que pontos fundamentais sejam excluídos ou desvirtuados do texto proposto pela Comissão de Sistematização, apoiados pelos ecologistas brasileiros.

No texto do Centrão a coletividade fica impedida de acionar a justiça, deixando então de utilizar os instrumentos constitucionais para defender o meio ambiente.

É inaceitável que o poder público seja tolhido da sua responsabilidade de controlar a utilização de recursos naturais renováveis (animais e plantas). Como será possível ao poder público preservar sem controlar?

Em um retrocesso inacreditável, o Centrão chega ao cúmulo de negar o direito da sociedade de ser informada dos estudos de impacto ambiental, através da divulgação pública.

Ou seja, segundo a proposta do Centrão, cabe à sociedade apenas o direito de assistir imponente à destruição do meio-ambiente. Por isso, apoiamos o texto da Comissão de Sistematização, resultado de amplos debates nas fases preliminares da Constituinte, e que nos abre canais de controle e participação efetivos na defesa do meio e na melhoria da qualidade de vida.

Senhores Constituintes, reflitam na sua responsabilidade e votem pela aprovação do texto da Sistematização, assegurando de forma definitiva o direito a um meio-ambiente sadio para nós e para as gerações futuras.

Convocamos toda a população a se manifestar contra a proposta do Centrão, enviando Telex para os Constituintes na Assembléia Nacional Constituinte, nos seguintes números: 61-1164/61-1657/61-1773/ 61-1385/ 61-2082, ou envie telegrama de apoio ao texto da Sistematização para: Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte; Câmara dos Deputados; Gabinete 377; Assembléia Nacional Constituinte – Brasília – DF

Entidades que subescrevem o manifesto:

More – Movimento de Resistência Ecológica; FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza; CPDN – Campanha Popular em Defesa da Natureza; Fama – Federação das Associações Fluminense de Defesa do Meio-Ambiente; APPANDE – Associação dos Amigos de Petrópolis, Patrimônio, Proteção aos Animais e Defesa da Ecologia; APROBO – Associação de Proteção da Natureza do Vale do Bocaina; Assembléia Permanente do Meio-Ambiente; APFFER – Associação de Proteção da Fauna e Flora e Extensionismo Rural; COONATURA – Cooperativa Natural; CNDDA – Conselho Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cachoeiras de Macacu; Movimento Ecológico Cachoeirense; APROPANI – Associação Pró-Parque Nacional de Itatiaia; Projeto de Ecodesenvolvimento do Maciço de Itatiaia; Centro Norte-Fluminense para a Conservação da Natureza e Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio.

REFORMA AGRÁRIA NO RIO



A permanência e o agravamento das distorções da estrutura fundiária é um dos fatos responsáveis pela deterioração das condições de vida no campo bem como pela pauperização e marginalização crescentes dos contingentes de trabalhadores sem terra que vêm se somar à massa de desempregados e subempregados nos centros urbanos, reafirmando a urgência da intensificação do processo de implantação da Reforma Agrária no País.

O alcance efetivo desse objetivo vem exigindo, cada vez mais, a articulação de vários órgãos e setores de governo a fim de que, juntamente com as organizações da sociedade civil, se possa somar esforços para a superação dos obstáculos políticos, financeiros e institucionais que se interpõem à realização das metas propostas.

A consciência dessas necessidades levou à definição da política de coparticipação da Reforma Agrária, através da qual o Governo Federal e os Estados redistribuem responsabilidades e atribuições antes centralizadas em um único Órgão e assumem conjuntamente as tarefas específicas da execução dos Projetos de Assentamento Rural.

Essas diretrizes, operacionalizadas no nível federal pela criação, em outubro de 1986, da Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural – CIDR, vêm sendo implantadas, no Rio de Janeiro, pela criação da Comissão Estadual de Apoio à Reforma Agrária – CEARA. Da CEARA participam 11 Secretarias e Órgãos da Administração Estadual bem como oito representações de Ministérios.

A descentralização da execução da Reforma agrária implicou, por outro lado, em uma restrição das atribuições e competências específicas do MIRAD que, desde a aprovação do Plano Nacional da Reforma Agrária – 1985/89, concentram-se nas funções pertinentes ao Planejamento Estratégico da Reforma – definição de políticas, diretrizes e normas –, e nas ações relativas à obtenção de recursos fundiários – processos de desapropriação, pagamento de indenizações – bem como de criação, acompanhamento, avaliação e emancipação dos Projetos de Assentamento. O MIRAD é ainda responsável, em conjunto com os órgãos de representação dos trabalhadores rurais, pela seleção dos beneficiários dos Projetos de Assentamento, bem como pela coordenação das ações atribuídas a outros Ministérios e órgãos das Administrações Estaduais e Municipais.

Entre essas últimas, destacam-se: * Assistência Técnica e Extensão Rural; * Crédito Rural; * Infra-estrutura viária; * Comunicação e telefonia; * Eletrificação rural; *Drenagem e Irrigação; * Armazenamento e Obras de Uso Comunitário; * Comercialização; * Saúde e Saneamento; * Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário; * Previdência Social; * Educação formal e informal; * Pesquisa e esperimentação.

Torna-se evidente que o sucesso dessa política dependerá essencialmente do efetivo engajamento e participação dos órgãos envolvidos pois bem sabemos que pouco ou nada adiantará a desapropriação de terras e sua distribuição aos trabalhadores rurais se não lhes forem fornecidos os meios necessários para permanecer na terra e fazê-la produzir.

OBTENÇÃO DE TERRAS

Previamente ao início da implantação dos projetos de Reforma Agrária, que se dá a partir da entrada efetiva do MIRAD no imóvel desapropriado, através da imissão na sua posse, há todo um conjunto de atividades indispensáveis à mobilização legal das terras destinadas aos assentamentos.

Dentro da linha geral de agilização dos meios de execução da Reforma Agrária no Estado, adotada pelo MIRAD/RJ, os métodos de identificação e seleção de imóveis para desapropriação, que compõem as principais atividades de obtenção de terras, foram aprimorados no sentido de melhor utilizar as estatísticas cadastrais e informações sobre estrutura agrária estadual, suas áreas de tensão e conflito, buscando conferir prioridade aos critérios de zoneamento regional e à aplicação dos procedimentos de campo denominados da varredura. Nesta fase dos trabalhos em campo, distinguem-se várias operações, compreendendo, principalmente, as vistorias Prévias e as Vistorias Definitivas. Analisados os aspectos jurídicos, são preparados os processos de desapropriação, cujo efeito prático se efetiva com a missão na posse do imóvel. Em 1988 já foram realizadas vistorias prévias de cerca de 130 imóveis, cobrindo uma superfície de 119.408 ha.

No momento, a Delegacia Regional do MIRAD/RJ encontra-se aguardando a definição de processos de desapropriação em tramitação no Órgão Central em Brasília, relativos a 7 áreas, perfazendo mais de 5.000 ha, com capacidade para beneficiar cerca de 650 famílias.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Atualmente, estão em fase de implantação no Estado do Rio de Janeiro 14 projetos de assentamento, abrangendo a área dos imóveis correspondentes a um total de 20.952,56 ha, para beneficiamento de cerca de 1.833 famílias, correspondendo a uma média de 11,43 ha por família.

Referidos imóveis variam de dimensão, entre 278,84 a 4.335,10 ha, predominando os situados na faixa de 750 a 1.500 ha, registrando-se 3 áreas com superfície acima de 3.000 ha. A atuação do MIRAD nessas propriedades inicia-se com a publicação do decreto de desapropriação da área, mediante auxílio-alimentação às famílias dos ocupantes do imóveis e apoio aos cultivos de pequenas lavouras na subsistência, exploradas sob a forma associativa, até que o MIRAD se imita na posse do imóvel.

A partir dessa posse, a atuação desenvolve-se no local, diretamente, com a participação de outras instituições, como a EMATER e a própria representação dos trabalhadores rurais, de forma a promover as atividades do assentamento em suas diferentes fases, principalmente as denominadas de Plano Preliminar, (CPP), Plano de Ação Imediata (PAI) e de Projeto Técncio Definitivo (PTD). Em linhas gerais essa seqüência não é rígida, superpondo-se ao longo do tempo para cumprir um conjunto de operações. Entre elas sobressaem o cadastramento de ocupantes, a seleção dos beneficiários, a elaboração do Plano Preliminar (PP) e a consignação de recursos financeiros para dar desenvolvimento dos demais estágios, que permitem a demarcação dos perímetros, o assentamento provisório dos ocupantes, a promoção do crédito, da assistência técnica e de outras medidas de fomento à produção, assim como ao desenvolvimento social, à recuperação e à construção de infra-estrutura física elementar, utilizando-se da celebração de Convênios com outras entidades para dar maior alcance às Ações Integradas.

Na fase do Plano de Ação Imediata (PAI) são realizados investimentos de apoio à produção, inclusive para a construção da infra-estrutura necessária. Na fase do Projeto Definitivo promove-se a estruturação complementar e final do assentamento de forma orientada para sua emancipação.

Além do Projeto de Assentamento (P.A.) de São José da Boa Morte, originariamente um projeto de colonização, dois projetos encontram-se na fase PAI entre eles o P.A. Boa Esperança e Campos Novos.

Os demais encontram-se ainda na fase PP, prevendo-se para breve a passagem de cinco projetos para a fase PAI. O P.A. Boa Esperança, localizado no Município de Nova Iguaçu e criado em outubro de 1986, embora um dos menores, tanto em área (278,8 ha) como em número de famílias (49), cabe destacar, é um projeto que apresenta um bom nível de organização social e as culturas desenvolvidas já atingem razoável expressão econômica, seja para o autoconsumo ou para vendas. A produção, comercializada de 86/87 incluiu 1.650 caixas de 18kg de quiabo, 405.000 espigas de milho, 4.100 caixas de aipim, além de feijão, arroz, jiló, maxixe, batata doce e hortaliças. Em menor escala são desenvolvidas outras atividades como a criação de animais de médio e pequeno porte como suínos e aves, contanto a maioria das famílias com 2 reprodutores e 12 leitões de 1 a 2 meses e 50 cabeças de aves.

O tipo de exploração é individual, em lotes com tamanho médio da ordem de 5,57 ha, e a produção de sementes e mudas é realizada em lote comunitário, utilizado como campo experimental.

Outro projeto de destaque é o P.A. Novo Horizonte, localizado no Município de Campos, abrangendo uma área de 4.335 ha, destinado a assentar de 300 a 400 famílias. Criado há praticamente 6 meses – dezembro de 1987 –, esse projeto, com origem na desapropriação de uma área relativamente complexa, anteriormente composta de fazendas da falida Usina Novo Horizonte, reúne como beneficiários famílias de agricultores de antigos ocupantes da área, cuja tradição se limitava, no passado, ao trabalho assalariado dependente da atividade canavieira de referida Usina, dentro das condições típicas que predominam na microrregião açucareira do Município de Campos.

Iniciados os trabalhos de identificação e seleção dos beneficários, ao mesmo tempo em que se dava partida à realização de levantamentos básicos – obtenção de aerofotogrametria, levantamentos topográficos junto à FUNDENOR, mapeamento de solos e e da caracterização de sua capacidade de uso, com um concurso da partipação da EMBRAPA, bem como de implantação de campos de experimentação e de demonstração, como parte de programa de introdução de novas culturas, a cargo da PESAGRO – Empresa de Pesquisas Agropecuárias –, os trabalhadores rurais cadastrados pelo MIRAD/RJ, foram mobilizados rapidamente na prática da produção diversificada, nos próprios locais de suas ocupações provisórias, logrando-se alcançar, em um período relativamente curto, resultados bastante satisfatórios: só no cultivo de feijão a colheita obtida alcançou uma produção de cerca de 130t. Para o desenvolvimento dessas atividades, além – da participação ativa da própria organização dos trabalhadores e de suas representações sindicais, várias instituições vêm atuando junto com o MIRAD/RJ, no sentido de assegurar ao lavrador as condições desejadas de produção e obtenção de renda, bem como para ingressarem em práticas adequadas de exploração agrícola, que proporcionam níveis de produtividade satisfatórias.

Para esse fim tem sido importante a colaboração da EMATER que mantém na área extensionistas que se dedicam com exclusividade à assistência técnica aos agricultores do projeto.

A atuação das entidades citadas faz parte dos seus envolvimentos por co-participação no quadro de ações complementares de implantação dos assentamentos que abrange todo o conjunto dos projetos. Nesse sentido, com apoio da CEARA e Acordo amplo firmado entre o MIRAD e o Governo Estadual, a Delegacia do MIRAD no Rio de Janeiro mantém convênios de colaboração técnica e financeira com várias instituições estaduais, agindo em estreita integração com a SEAF, Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários. Notadamente no que se relaciona com a área de jurisdição do PRODENOR, Programa de Desenvolvimento da Região Norte Fluminense, os projetos de assentamento vêm contando com expressiva participação da Secretaria Especial da Região Norte – SERSE, vinculada ao Ministério do Interior – MINTER, que tem destinado, mediante convênios com o MIRAD/RJ e várias entidades estaduais (PESAGRO, EMATER, DNOS, SERLA e outros) considerável volume de recursos para aplicação nos projetos, especialmente para a construção de infra-estrutura básica como drenagem, dragagem etc. inclusive para o projeto Novo Horizonte, citado.

RELAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Município	Projeto	Dec.Desapropriatório	Imissão posse	Portaria de criação	Area total	(6)
Cabo Frio	Campos Novos	88156/86 de 09.03.83	04.09.83	759 de 14.10.86	3.203	327
Nova Iguaçu	Boa Esper:nça	94449/86 de 07.03.86	29.07.86	782 de 17.10.86	278,84	49
Paracambi	Sabugo	91843/85	07.11.86	759/87 de 12.86	1.386,3623	116
Magé	Santa Rosa	9337/86	11.12.86	254/87 18.03.87	370	40
Silva Jardim	Aldeia Velha	73792/74 e 76583/75	24.09.86	118/87 08.06.81 (4)	362,6044	40
Macaé	Imburo 23152/47 de 02.06.47 (1)	23.06.86 (2)		09/78 (4)	1.206,38	160
Teresópolis	Alpina	94072/87 de 06.03.87	24.07.87	632/87 94.08.87	1.103,20	82
Casimiro de Abreu	Cantagalo	94294/87 de 30.04.87	11.08.87	809 de 17.09.87	1.749,36	
Paraty	São Roque	93914/87 de 13.01.87	17.06.87	586 de 17.07.87	750	30
Trajano de Moraes	Sto. Inácio	93936/87 de 15.01.87	11.06.87 (3)	575/87 13.07.87	750	51
Campos	Novo Horizonte	94128/87 de 23.03.87	04.08.87	306 de 03.12.87	4.335,10	400
Paraty	Barra Grande	88791/87 de 94.10.83	19.04.85	(5)	595,3655	50
Paraty	Taquari	88789/83 de 04.10.83	15.03.85	(5)	958,7462	60
Cachoeiras de Macacu	S.J. Boa Morte	85661/87 de 22.01.81		17 de 26.01.72 (4)	3.903,61	410

(1) Transcrição em 1969 (2) Termo de Distrato (3) Provisória (4) Resolução do INCPA (5) em litígio judicial (6) Capacidade total



Novo Horizonte – Campos (Plantio de Feijão)

84603 APG 87
MARIA CONCEICAO ROSA
R SILVA JARDIM, LT/5 QD/74
PC DA BANDEIRA - S. JOAO DE MERITI
C E P 25570 . RJ

JOEA

Jornal Opinião do Engenheiro Agrônomo
Orgão Oficial da Associação dos Engenheiros Agrônomos RJ Filiada à FAEAB
Junho/88 – nº 20

IMPRESSO

Remetente: Associação dos Engenheiros Agrônomos RJ
Rua do México, 31 – 14º andar – Centro, Rio.



Em 13 de junho, os Engºs Agrºs confraternizaram, no Clube de Engenharia, comemorando a fundação da Associação de Engºs Agrºs/RJ. São oito anos de lutas e vitórias.

A AEARJ resultou da fusão com a SBA a 12 de junho de 1980. A união de esforços fortaleceu a defesa da categoria e da agricultura do Rio São oito anos de lutas relambrados com alegria. Pág. 5.



1º EFMA

1º ENCONTRO FLUMINENSE SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

12,13 E 14 DE SETEMBRO DE 1988 – RIO DE JANEIRO-RJ

PROMOÇÃO: AEARJ – Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro

LEIA
ÀS PAGs.: 6, 7 e 8

REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO Pag. 12





SANGUE NA TERRA

Assassinato em Campos Novos
Agrônomos da EMATER ameaçados
Pag. 11

EDITORIAL

Organização: Única saída

O congelamento da URP para os servidores públicos federais e das estatais, durante os meses de abril e maio de 1988, é medida, no mínimo, injusta. Mais uma vez foram penalizados os funcionários da União, pelos erros administrativos e os desmandos políticos dos governos autoritários, que se instalaram no Brasil nas últimas décadas.

Considera o Sr. Maílson da Nóbrega que poderá economizar, com a medida, 0,3% do PIB. Ele aponta, este ano, para um déficit de 4% do PIB; isso, caso o Sr. Ministro da Fazenda consiga frear as anistias das dívidas oriundas da época do Plano Cruzado, os gastos excessivos do Governo, as mordomias, os subsídios, a corrupção, etc.

Como exemplo, podemos citar o caso dos subsídios. Por que o Governo não os corta? Eles correspondem a 9% do PIB, ou seja, Cz$ 6.3 trilhões, o suficiente para cobrir o déficit, sem tocar nos salários dos servidores.

Demagogicamente, o Governo tenta culpar seus funcionários pelo rombo dos cofres públicos e pelo déficit das contas governamentais.

O que se gasta com o funcionalismo público não ultrapassa os 25% (dados do Dieese) da arrecadação de tributos federais, e não os 90%, como quer fazer crer o Sr. Maílson da Nóbrega, que ameaça com demissões, caso a justiça continue a julgar ilegal o decreto governamental.

Continua o Sr. Ministro a "insistir nessa mentira, até que ela se torne verdade". Ato bem característico dos hábitos do governo da "Nova República". Apesar dos trens da alegria, do inchaço dos órgãos públicos por apadrinhamentos, comum nesta mesma administração, a maior parte dos salários situa-se entre um e quatro salários mínimos, sendo que as perdas acumuladas nos últimos três meses chegam a 4%, principalmente para aqueles de nível elementar e médio.

O que, na prática, pretendem os gerentes desta "Nova" República é encobrir a verdade dos fatos. O déficit público é fruto do perdão de dívidas não pagas por grandes empresários, da concessão de empréstimos favorecidos (SHARP, TRANSBRASIL, etc.) de subsídios de subsídios concedidos aos grandes grupos da iniciativa privada nacional, além das vultosas somas de dinheiro público aplicados, tanto para cobrir rombos no mercado financeiro (Delfim, Auxiliar, Coroa-Brastel, COMIND, Brasilinvest, Sul Brasileiro, BEC, BANERJ, etc), como para corrigir desvios resultantes dos desmandos administrativos, decorrentes da corrupção e da politicagem que impera no Brasil (vide ferrovia Norte-Sul). Aos poucos, o Sr. José Sarney pretende preparar a opinião pública para aceitar pacificamente a entrega dessas empresas ao capital privado, como foi realizado recentemente com 18 empresas do sistema Telebrás e Radiobrás. Vale salientar que este processo de privatização das estatais é também imposição do FMI e atende aos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que determinam os rumos da política econômica em curso.

A Reforma Administrativa não saiu do papel, não existe um plano de cargos e salários, cada profissão tem um salário diferenciado, fruto da capacidade de mobilização de cada categoria isoladamente. Muitos funcionários foram contratados sem concurso público, e os baixos salários, além de desmotivarem, afastam da administração pública os mais competentes.

Como se não bastasse, o Governo ainda manipula na Assembléia Nacional Constituinte, buscando garantir privilégios dos grandes grupos econômicos, frear as conquistas dos trabalhadores. A "transição democrática" que se daria pela promulgação da nova Constituição, passa a ser motivo para garantir mais tempo de poder ao Sr. Sarney, que acionou os ministros militares e civis, os primeiros ameaçando a sociedade, os demais oferecendo benesses aos cincoanistas. Toda a cúpula da máquina administrativa é colocada contra os interesses do povo, contra a palavra mágica que levou ao início da "transição democrática": eleições diretas para presidente.

Cabe ao povo, na luta contra a espoliação das riquezas e do suor do trabalhador, organizar-se. As forças reacionárias e entreguistas do país estão deixando claro que não abandonarão seus postos de capatazes, tão fácil como se poderia imaginar.

Encontro Estadual de Cereais

O Núcleo Norte Fluminense da AEARJ,
Promove,
dias 27 e 28 de julho/88, um *Encontro Estadual de Cereais, no Palácio da Cultura*, à Rua Barão de Miracema, Centro, Campos.
Aspectos Agronômicos e Perspectivas das culturas de Arroz, Feijão, Soja, Milho, Amendoim; além da Irrigação, são alguns dos temas.
A iniciativa prova o sucesso da interiorização da AEARJ e contribui na discussão da Municipalização da Agricultura no Rio.
Ao lado,
a programação do Encontro.

Inscrições: Cz$ 1.000,00

Dia 27/7 (quarta-feira), **das 8 às 9 h,** inscrições: **das 9 às 10 h;** solenidade de abertura: **das 10 às 12h, Palestra: Situação da Produção de Grãos no Estado do Rio de Janeiro, pelo Dr. Élcio Costa Couto, Secretário Estadual de Agricultura; das 12 às 14h,** intervalo para almoço; **das 14 às 16h,** Palestra: Arroz, Aspectos Agronômicos e Perspectivas, pelo Engº Agrº Silvino Amorin Neto, da PESAGRO-Rio; **das 16 às 18h,** Palestra: Feijão, Aspectos Agronômicos e Perspectivas, pelos Engºs Agrºs Benedito Fernandes, da PESAGRO-Rio, e Gilberto Gastim Pessanha, da UFRRJ.

Dia 28/07 (quinta-feira), **das 8 às 10h,** Palestra. Soja, Aspectos Agronômicos e Perspectivas; pelos Engºs Agrºs Carlos Sediyama, da UFV-Viçosa, e Arivaldo Viana, da PESAGRO-Rio; **das 10 às 12h,** Palestra: Milho, Aspectos Agronômicos e Perspectivas, pelo Engº Agrº Luis Antonio de Oliveira, da PESAGRO-Rio; **das 12 às 14 h,** intervalo para almoço; **das 14 às 16 h,** Palestra: Amendoim, Aspectos Agronômicos e Perspectivas, pelo Engº Agrº Manuel Carlos Hortolan, da COPERCANA-SP; **das 16 às 18h,** Palestra: Irrigação de Grãos, pelo Engº Agrº Salasier Bernardo, da UFV-Viçosa: **das 18 às 19h,** encerramento: **a partir das 19 h,** Churrasco de Confraternização.

EVENTOS

FRUTIFEIRA
1ª Feira Nacional de Frutas, Derivados e Afins São Paulo – Pavilhão da Bienal – Ibirapuera – 11 a 17 de julho/88
7º ENCONTRO DE ENGº AGRº DO MS
De 26 a 29 de julho, na UFMS – Campo Grande
"Agricultura e Agronomia/Alternativas e Soluções
CONGRESSO DE ENGºs AGRºs DO RIO GRANDE DO SUL
De 10 a 15 de Agosto de 1988 – Rio Grande do Sul
IV ENCONTRO BRASILEIRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA
Abril 1989 – Porto Alegre

JOEA

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente - Jorge Antonio da Silva
Vice-Presidente - Celso Merola Junger
Secretária Geral - Cleude Pereira da Silva (Interina)
1º Secretário - Celma de Azevedo da Cruz
2º Secretário - José Eduardo C. Valle
1º Tesoureiro - José Luiz Viana Carvalho
Diretor Técnico Científico - Gabriel de Araujo Santos
Diretor Sócio Cultural - Sônia Maia de Aragão
Diretor de Comunicação - João Guerra D. Kobler Corrêa
Diretor de Defesa Profissional - Durval Marcos Guimarães Moraes

CONSELHO DIRETOR
Mário Lucio Machado Melo Junior
Carlito Pinto da Silva
Ricardo Mota Miranda
José Américo Ribeiro Canellas
Jair Felipe Garcia Ramalho
Ronaldo Bahiense Miranda
Evaldo Rui de Souza Lima
Carlos Alberto Mendonça
Mauro Domingues Alencar
Joel FerreiraBatista
Aurino Florencio de Lima
Manoel Antonio Roris Rodrigues
Agostinho Guerreiro
Rogério Marcos Cassel
Aldo Bezerra de Oliveira

CONSELHO FISCAL
– Titulares –
Ruy Barbosa Luz
Arciley Alves Pinheiro
Jorge Olmos Iturri Larach
– Suplentes –
Delton Braga
Milton José Pena
Wanderley de Oliveira e Silva

REREPRESENTANTE NA CECAB
Titular
Celso Merola Junger
Suplente
Jorge Antonio da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Jorge Antonio da Silva
Gabriel de Araujo Santos
José Luiz Viana de Carvalho
Maria Amélia Ramalho Ortigão
Luiz de Carvalho Dias
Celso Merola Junger
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amauri Pinheiro – Reg. Prof. 13.221
DIAGRAMAÇÃO
Amauri Pinheiro
COMPOSIÇÃO
Monitor Mercantil
IMPRESSÃO
Tribuna da Imprensa
TIRAGEM
5.000

Os artigos assinados são responsabilidades de seus autores. Os não assinados são de responsabilidade do Conselho Editorial.

AEARJ - Rua México, 31/1403 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20031 - Tel.: (021) 240-2726

CONFIRA O SEU DÉBITO COM A AEARJ

Prezado Associado

Na etiqueta de endereço está a informação de sua situação perante a entidade. A sigla APG quer dizer: última anuidade paga. Se sua APG for 84, seu débito é de:
Cz$ 2.020,00; Se sua APG for 85 será de:
Cz$ 1.950,00; Se sua APG for 86 será de:
Cz$ 1.780,00; Se sua APG for 87 será de:
Cz$ 1.240,00; Se sua APG for 88 você está em dia com sua anuidade.
OBS.: Os valores acima vencem em 30/05/88

RELATÓRIO DE VISITA ÀS FAZENDAS CAMPOS NOVOS, IMBURO E CANTAGALO, NOS MUNICÍPIOS DE CABO FRIO , MACAÉ E CASIMIRO DE ABREU - 14 a 18 de julho de 1987 .

SUMÁRIO:

1 - Objetivo da Viagem
2 - Visita à Fazenda Campos Novos : 2.1 - Histórico
2.2 - Aspectos Físicos
2.3 - Organizações Rurais
2.4 - População
2.5 - Parcelamento da Área
2.6 - Seleção dos Beneficiados e organizações rurais
2.7 - Tamanho dos sítios e Remanejamento da população.
2.8 - Observações Finais
2.9 - Conclusões
3 - Visita à Fazenda Imburo.....3.1 - Histórico
3.2 - Aspectos Físicos
3.3 - Exploração Econômica
3.4 - População
3.5 - Formas de organização
3.6 - Situação Atual
3.7 - Conclusões
4 - Visita à Fazenda Cantagalo.....4.1 - Histórico
4.2 - Aspectos físicos
4.3 - Situação atual
4.4 - Conclusões

1 - OBJETIVO DA VIAGEM

Esta viagem teve por objetivo conhecer as área das Fazendas Campos Novos (Cabo Frio) e Imburo (Macaé), desapropriadas pelo INCRA e que serão beneficiadas pelo Plano Operativo de 1987, avaliando as condições que apresentam para receber extensionistas. Durante a viagem foi sentida a necessidade de se visitar a Fazenda Cantagalo, em Rio das Ostras (município de Casimiro de Abreu), também desapropriada pelo INCRA, pelos motivos que serão expostos adiante.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

2 - VISITA À FAZENDA CAMPOS NOVOS

Das 10 áreas que constam do Plano Operativo, a Fazenda Campos Novos foi escolhida para ser a primeira a ser visitada devido às informações que estavam / sendo transmitidas pelo ESLOC-SPA/CF de que havia conflitos e risco de vida na área. A Fazenda, que vinha recebendo serviço de ATER regularmente por dois ERs do ESLOC, teve esta prestação de serviços interrompida em dezembro de 1986 pelo clima de insegurança e de indefinição alegado pelos próprios ERs.

As informações coletadas para este relatório foram obtidas a partir de entrevistas com os ERs do ESLOC-SPA/CF, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, presidentes das duas associações da fazenda (Associação de Moradores de Botafogo e Associação da Comunidade Rural de Tamoios), posseiros/ da Fazenda, visitas in loco e documentos do INCRA arquivados no ESLOC (cópia / do "Relatório Conclusivo do Levantamento das Ocupações Existentes na área do INCRA", de junho de 1984).

2.1 - Aspectos Físicos

A área desapropriada é de 3.203,43 ha, sendo dividida em 4 glebas: gleba A conhecida como Boa Vista, Gleba B conhecida como Angelim, gleba C conhecida como Botafogo e gleba D conhceida como Restinga. Boa Vista e Angelim são as duas maiores glebas (1.023 ha e 1.617 ha respectivamente) e de relevo predominantemente plano. As outras duas são bem menores (Botafogo com 397 ha e Restinga com 165 ha), apresentando relevo mais ondulado. Segundo os técnicos do ESLOC-SPA/CF as melhores terras se encontram na gleba B (Angelim).

Outra característica da área é a grande diversidade de tipos e situações / de solo, fazendo com que a área seja uma verdadeira "colcha de retalhos". Há solos turfosos, com profundidades que variam de 0,2 a 2 m, arenosos, argilosos, com problemas de tiomorfismo, etc.. fazendo com que cada trecho deva ser tratado com especificidade. As mudanças de solo, em muitos casos, chegam a ser bruscas, sem transição.

Além disso , alguns trechos têm peculiaridades no que tange à salinidade / trazida pela subida do nível da água de subsolo, o que não os inutiliza, mas faz com que tenham especificidades na época de plantio e no tipo de cultura a implantar. Os agricultores e os técnicos do ESLOC citam, por exemplo, o caso / da cultura do arroz, que produz muito bem na região, mas que deve ser plantada a partir de janeiro. Em setembro a implantação é impossível devido à salinidade causada pela subida do nível da água de subsolo, mas em janeiro as chuvas já / tiveram tempo de lixiviar os sais, permitindo a implantação da lavoura com sucesso.

A área também apresenta características de ventos fortes nos meses de julho e agosto.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Existem também muitoas área com problemas de drenagem, em especial as glebas A e B, e a resolução do problema exige cuidados devido , em alguns pontos, haver junção com salinidade ou tiomorfismo. A maioria destas áreas , atualmente, vem se prestando a pasto, mas algumas são cultivadas com "lavouras brancas"em determinadas épocas do ano, apresentando bons resultados.

Devido a estas peculiaridades, o INCRA encomendou à EMBRAPA um estudo sobre a fazenda, que deverá ficar pronto até o final de setembro. A partir das/ conclusões do estudo da EMBRAPA, o INCRA então definirá módulos e remanejamentos necessários, além de estabelecer os tipos de cultura que deverão ser incentivados.

Afora os estudos da EMBRAPA, a prática dos posseiros vem mostrando sucesso na pecuária, cana-de-açúcar e arroz. Bons resultados vem sendo alcançados também com quiabo, e com citrus e urucum nas partes altas. O próprio "Relatório Conclusivo" do INCRA cita a existência de cerca de 90 mil pés de banana e de 190 mil pés de citrus, além de 7 ha de abóbora (que é plantada em abril), 55 ha de aipim, 30 ha de cana, 10 ha de feijão e 26 ha de milho. Mas - regra de ouro em Campos Novos - todos os posseiros entrevistados demonstraram consciência de que nenhuma experiência bem sucedida deve ser generalizada ou precipitadamente copiada por outros posseiros. -"Aqui em Campos Novos é tudo diferente", disse um posseiro. Outro completou : -"Até o trabalhador pegar qual é o macete da terra, apanha muito". Estes depoimentos nos dão a dimensão da importância do trabalho que a EMBRAPA vem realizando.

2.2 - Histórico

Segundo o depoimento de alguns posseiros da área de Botafogo (gleba C) , que nasceram em Campos Novos, a área pertencia, há cerca de 60-70 anos, a um francês chamado Eugênio Arnaud, que a comprou dos jesuítas (ao que parece, apenas Botafogo e Restinga). Antes de Eugênio Arnaud, instalou-se ao que tudo indica nas outras glebas da fazenda, um tal de "Silva",provocador de constantes conflitos na tentativa de expulsar os posseiros de lá, que em muitos casos, já na época , possuíam gerações na terra (eram descendentes de escravos). As expulsões e o retorno dos expulsos eram uma rotina sem fim. Com a compra de Botafogo por Eugênio Arnaud, esta gleba se tornou como que um refúgio dos expulsos, visto que ele permitia a permanência de todos na fazenda desde que trabalhassem 4 dias por mês para ele. Este acordo foi aceito, e com isso os / posseiros tiveram o direito de plantar o que quisessem e de morar no local , sem pagar renda alguma. Isto explica a concentração de posseiros antigos nas / glebas C e D, sendo que nas glebas A e B os posses são mais recentes.

Eugênio Arnaud tinha gado, e seus filhos fizeram alguma lavoura.

Com a morte de Eugênio Arnaud, seus herdeiros e o novo administrador qui-

seram exigir renda dos posseiros, o que provocou grande revolta . Os posseiros chegaram a depositar a renda em juízo durante algum tempo, mas depois simplesmente se recusaram a pagá-la. Isto foi no início da década de 50 .

Os filhos de Arnaud tiveram fim: dois deles morreram e um simplesmente desapareceu. Com isto, a área foi comprada por "Jamil" (Companhia Agrícola Campos Novos). A escritura da área, ainda do tempo dos jesuítas, tinha como unidade de medida a "braça" e apontava como confrontantes os pântanos que havia na região. Com o passar dos anos, os pântanos secaram, perdendo-se os rumos / da fazenda; com isso, "Jamil" sentiu-se à vontade para grilar e adquirir outras áreas, aumentando seus domínios até configurar a área constante no decreto de desapropriação. Foi o reinício dos conflitos.

Ao que parece, durante o "domínio" de "Jamil" é que se intensificou a ocupação de Angelim e Boa Vista, cujo processo foi lento, gradual e individualizado, devido à ociosidade que a área apresentava. "Jamil" tentou intimidar os ocupantes através de ameaças e jagunços, mas curiosamente nunca acionou a justiça contra eles.

A área foi desapropriada em 1983, e a imissão de posse deu-se pouco depois.

A entrega de autorizações provisórias de ocupação (APO) deu-se a 17.06.87.

2.3 - Organizações Rurais em Campos Novos

Tomamos conhecimento de três entidades de trabalhadores rurais atuando na área:

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio - originou-se a partir de um Sindicato que era inter-municipal (São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio). A gestão anterior à atual tinha comerciantes por diretores, o que levou a FETAG a intervir no 3º ano de um mandato de 4 anos. A atual direção é composta por / lavradores que vêm se empenhando no soerguimento do STR.

b) Associação de Moradores de Botafogo - Existe há 5 anos, originando-se de uma antiga Associação de Lavradores, o qual foi berço do Sindicato intermunicipal já referido. Possue sócios tanto do setor rural como do setor urbano. No entender de seu presidente, Ilson dos Santos, não se pode fazer uma / associação de lavradores "porque já existe o sindicato e na comunidade não vivem só lavradores". Abrange também uma parte de Botafogo que, por se encontrar no município de São Pedro d'Aldeia, não foi desapropriada.

c) Associação da Comunidade Rural de Tamoios - abrange as áreas de Angelim e Boa Vista predominantemente, tendo sido fundada a 2 de novembro de 1986.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

2.4 - População

Segundo o "Relatório Conclusivo" do INCRA, os técnicos detectaram 248 ocupações e 262 famílias de posseiros. Um dos motivos que levou a esta diferença de números é o fato de que muitas ocupações apresentaram regime de "sociedade", com mais de um posseiro por ocupação, o que constituía quase sempre / um "artifício, com vistas a não oferecer à ocupação conotações de latifúndio". O mesmo Relatório acusa que 50% da área estavam ocupados por apenas 12 ocupantes, "com superfícies iguais ou superiores a 50 ha" .

Uma re-tabulação dos dados contidos no quadro "Resumo das Glebas A,B,C e D, configurando a origem dos posseiros" do mesmo Relatório , nos permite montar a tabela 1.

TABELA 1 - Origem dos Posseiros

REGIÃO DE ORIGEM	GLEBA				TOTAL
	A	B	C	D	
Região dos Lagos (Araruama, C.Frio e S.P.Aldeia)	1	19	30	9	59
Baixadas Litorâneas(Conc. Macabu,Casimiro Abreu)	1	2	2	-	5
Baixada dos Goitacazes (Campos,Macaé,S.J.Barra)	37	29	17	1	84
Norte Fluminense	3	9	6	-	18
Região Metropolitana	2	6	7	1	16
Região Serrana	1	-	1	-	2
SUB - TOTAL (I)- RJ	45	65	63	11	184
Espírito Santo	-	7	10	1	18
Minas Gerais	1	3	1	1	6
Nordeste	2	2	4	-	8
Sul	-	-	2	-	2
SUB - TOTAL (II)	3	12	17	2	34
Outros	1	12	17	-	30
TOTAL	49	89	97	13	248

Um fato que chama a atenção nesta tabela é que, dentre os posseiros fluminenses, 45% são da Baixada dos Goitacazes, e, destes, 78,5% estão nas glebas A e B (boa Vista e Angelim), as mais planas e as que apresentam maior população de bovinos.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Na Gleba A, os posseiros oriundos da Baixada dos Goitacazes constituem / 75% da população, e na gleba B, 32%.

É interessante notar a relação existente entre a origem da população, a área que preferiram ocupar e o tipo de exploração que vêm realizando. Nas / glebas A e B, encontravam-se, segundo o "Relatório Conclusivo", 1.155 das / 1.386 cabeças de gado existentes em toda a fazenda, ou seja 83% do rebanho . Destas 1.155, 385 são de aptidão leiteira, sendo que 337 pertenciam a apenas dois ocupantes, que não residiam na área.

Sobre esta fatia da população, o "Relatório Conclusivo" do INCRA cita que "alimentamos suspeitas com relação aos posseiros oriundos das cidades de Campos, Macaé e São João da Barra de que (...) detenham nos municípios de origem outros imóveis rurais".

Do "Relatório" do INCRA também consta que "somente 44,35% têm moradia efetiva na posse. Os demais residem nas proximidades ou em outros municípios vizinhos, mantendo na ocupação caseiro, empregado, ou simplesmente deixando-a / abandonada". Ele acusa, ainda, que 122 dos 248 entrevistados (49,19%) têm outra fonte de renda fora da agricultura ou apresentam outros fatores que caracterizam impedimento legal para sua regularização. Esta situação está configurada na tabela 2, montada a partir do Quadro III do referido "Relatório" .

TABELA 2 - Atividades dos posseiros irregulares

ATIVIDADE	Nº DE POSSEIROS
Comércio	32
Indústria	5
Fazendeiro	6
Servidor Público	9
Profissional Liberal	3
Motorista	5
Mecânico	2
Tratorista	2
Cortador de Cana	3
Ex-parceleiro do INCRA	6
Aposentado INPS	16
Aposentado FUNRURAL	5
Outros	28
TOTAL	122

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

2.5 - O Parcelamento da Área

Devido à diversidade da população (agricultores, biscateiros, maiores de 65 anos, empregados urbanos , etc.), o INCRA lançou a proposta de se parcelar a área com 3 tipos de lotes:

a) Lote Urbano: seriam para os posseiros que usam a terra só para moradia e cuja ocupação se encontra na cidade;

b) Lote Para-Rural: trata-se de um lote maior que o urbano, mas que não / permite a sobrevivência a partir unicamente da atividade agrícola. Segundo o presidente do STR, este lote é de 0,5 ha. Serviria para assentar os aposentados, os agricultores idosos já sem saúde para o trabalho, alguns agricultores impedidos de receberem terra pelo Estatuto da Terra (p.ex. pela questão da idade), etc..

c) Lote Rural - é o lote a ser recebido pelos agricultores que não apresentam impedimentos de acordo com o Estatuto da Terra. A definição do tamanho e a demarcação definitiva deste tipo de lote dependem das conclusões que a EMBRAPA apresentar em seu estudo.

Nas Autorizações Provisórias de Ocupação (APO) entregues, já vem definido o tipo de lote que cada parceleiro irá receber, embora tais lotes ainda não / estejam demarcados.

2.6 - A Seleção dos Beneficiados e as Organizações Rurais

Diante deste quadro, é de se imaginar as dificuldades pelas quais passou o INCRA para realizar a seleção de beneficiados, e dentre estes, fazer a classificação de acordo com os 3 tipos de lote a receber.

Foi composta, para esta tarefa, uma comissão mista, com membros do INCRA, dos posseiros e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, surgindo / daí a "lista dos que vão ficar e dos que vão sair ". O presidente do sindicato, Sebastião Lan, lavrador que reside próximo à sede da Fazenda Campos Novos (porém fora da área desapropriada), declarou que, no geral, não há desacordo entre INCRA e STR sobre o resultado final dos trabalhos desta comissão, queixando-se apenas deuns 4 casos que, a seu ver, deveriam sair da área, mas receberam APO.

Por parte das duas associações, no entanto, o descontentamento é grande . Ambas pretendiam que o INCRA regularizasse tudo conforme está, sem sanar as / distorções que são evidentes . Note-se que os comentários são de que , de 84 (quando foi feito o Relatório Conclusivo) para cá , tais distorções aumentaram. Estas associações estão tentando rediscutir a listagem dos beneficiados, e o presidente do STR diz tratar-se de manobra para ganhar tempo.

As acusações aí se sucedem: o sr. Ilson dos Santos, presidente da Associação de Moradores de Botafogo, cuja posição foi contrária a se fazer a seleção ("Eu queria um plano rápido, regularizar a todos do jeito que está"), chega

a dizer que o INCRA se recusa a fornecer informações e que não consegue marcar uma audiência com o diretor regional, que também se recusa a recebê-los. Acusa o STR de compactuar com isto, e de colaborar para que o povo fique desinformado. Tanto ele como dona Quitéria, presidenta da Associação da Comunidade Rural de Tamoios (em Angelim), declaram estar preocupadíssimos com as / cláusulas 3 e 4 constantes da APO, que dizem que o beneficiado se compromete a aceitar as condições propostas pelo Projeto e que deve acatar as determinações do INCRA relativas à programação agrícola da área. O sr. Ilsom, parecendo desconhecer os passos que devem ser legalmente seguidos num processo como o que está havendo em Campos Novos, insinua haver má fé na distribuição de autorizações provisórias: "Quem tem 80 anos na terra precisa receber autorização para ficar nela, e ainda por cima provisória?" , Dona Quitéria toma claramente o partido dos "que vão sair": queixa-se de que o INCRA comprometeu-se a notificar os "cortados" e a explicar a estes quais os direitos que teriam (indenizações de benfeitorias, etc.) e que não o foz.

Por outro lado,o sr. Sebastião Lan, presidente do STR, cuja atuação entendi como marcante na seleção, acusa a Associação de Tamoios (fundada em 2 de novembro de 1986) de ter sido fundada para defender o interesse dos "grileiros", chegando mesmo a dizer que se trata de uma"delegacia da UDR", e que o sr. Ilson, de Botafogo, além de estar sendo influenciado pelos "grileiros", vem confundindo a cabeça dos posseiros espalhando boatos ou deturpando alguns fatos, dizendo por exemplo que o STR estava "cortando os velhos", além de estar promovendo um boicote geral ao pagamento da mensalidade do STR.

De tudo isto está restando uma grande confusão entre os posseiros, tenham eles recebido ou não APO. O fato de as APOs dos "que vão ficar" já terem sido entregues e "os que vão sair" estarem ainda na área vem sendo fonte de conflitos. Segundo Sebastião Lan, os grileiros não acreditam na promessa do INCRA de retirá-los, e a morosidade em iniciar esta tarefa vem reforçando esta crença, além de gerar um visível desgaste do Sindicato perante o povo, desgaste este perceptível em diversas das entrevistas realizadas.

Afora isto, o próprio Sebastião Lan vem sofrendo constantes ameaças de morte (são acusados alguns ocupantes da Boa Vista, entre os quais Zé Maciel e Zé "[illegible]zinha"), tendo sido seu irmão surrado, por engano e em seu lugar, alguns dias antes da nossa visita, devido à sua colaboração com o INCRA e pela firme posição de não aceitar a permanência dos que não precisam da terra para viver.

Por ocasião de nossa visita, sentia-se também grande espectativa pois o INCRA, na pessoa de seu Procurador Geral, havia prometido iniciar o processo de retirada de grileiros até meados de julho. Ainda segundo Sebastião Lan , a retirada dos cortados é fundamental em pelo menos duas glebas: A e B. Ele

declara que na gleba A (Boa Vista) "vão ficar só uma meia dúzia" e que na gleba B (Angelim) terão que sair cerca de metade dos atuais ocupantes. Disse também / que o Sindicato já possui um cadastro pronto para substituir os cortados, não ha vendo perigo da área ficar desocupada e sofrer novas "grilagens" .

Nas outras duas glebas (C e D) o problema do corte é pequeno, devendo sair / "3 ou 4 pessoas". Trata-se de um público mais definido.

2.7 - Tamanho dos Sítios e Remanejamento da População

A diferença de origens, poder aquisitivo, exploração agrícola, tempo de ocupação e atividade econômica gerou grande diversidade de tamanhos de sítios entre os posseiros. De fato visitamos sítios cujas superfícies variavam de 4 a 20 ha , tendo sido declarado várias vezes que os chamados grileiros possuem áreas maiores, de cerca de 50 até 150 ha.

Esta variação obriga o INCRA a realizar uma redivisão da área e, consequentemente, um remanejamento de pessoal. Os estudos que a EMBRAPA vem realizando concluirão pelo tamanho definitivo dos sítios, respeitando todas as peculiaridades descritas anteriormente.

Isto vem gerando muito desestímulo: os posseiros, que desde a desapropriação em 1983, vêm recebendo recomendações do INCRA de não plantar culturas permanentes ou fazer benfeitorias (o que acarretou desaceleramento de algumas atividades agrícolas), continuam na "espera" e não mostram vontade de "plantar pra valer" / enquanto não se definir como será o parcelamento da área. "Este ano não vou estercar minha terra, pois não sei se vou ficar neste pedaço ou em outro" - esta / frase, de um posseiro do Angelim, que por sinal participou da comissão que selecionou os beneficiados, traduz bem o estado de desânimo e ao mesmo tempo de espectativa pelo qual os posseiros estão passando.

Os fato de algumas APOs distribuídas citarem confrontantes e outras não (simplesmente citam que o portador tem direito a um lote rural, para-rural ou urbano) ajuda a aumentar o clima de incerteza e espectativa.

2.8 - Observações Finais

a) Devido a todas as peculiaridades que a área apresenta em seu aspecto físico, conforme já citado, o serviço de assistência técnica faz-se de suma importância para o bom desenvolvimento da atividade agrícola, fazendo-se necessário a presença de pelo menos um profissional de nível superior da área agronômica.

b) O serviço de extensão rural poderá ser fator de auxílio na resolução dos problemas de organização rural (atritos entre as entidades) que foram detectados.

c) A definição do público, ou seja, a efetiva saída dos cortados (ou "grileiros") é essencial para o bom andamento do serviço da EMATER, pelo menos nas glebas A e B, nas quais no mínimo metade dos ocupantes não terão direito a terra. Ficará difícil a situação do extensionista que tiver que trabalhar numa área em

que deverá se recusar a atender a maior parte de sua população. Ficará igualmente difícil para a comunidade e para o INCRA ter um extensionista que não / recuse a atender ninguém e, com seu trabalho, ajude a consolidar ocupantes / que não terão direito a se beneficiar da terra.

Outrossim, a questão da retirada dos grileiros torna-se quase que uma obrigação moral do INCRA. Como já foi explicado, a seleção dos beneficiados / envolveu as lideranças mais combativas da fazenda e o Sindicato de Trabalhadores rurais , que participaram deste trabalho na certeza de que o INCRA realmente retiraria os grileiros. A demora desta retirada é geradora de um desgaste insuportável para estas lideranças, e a não concretização dela será a sua completa desmoralização. Isto sem falar nas ameaças de morte, avisos maliciosos, carros rondando os barracos à noite e agressões físicas que elas vem sofrendo.

Note-se que estas lideranças serão fundamentais no processo de organização da produção e extensão rural, e precisam (não só por isso) ser preservadas.

d) O desestímulo detectado nos camponeses devido à espectativa de redivisão da área e remanejamento, constitui problema sério para o trabalho de assistência técnica. Será difícil para o técnico trabalhar com um público que, no momento, se limita a plantar apenas o suficiente para sobreviver podendo plantar mais, aguardando que lhe seja apontado o local definitivo em que poderá plantar - como dizem - "para valer".

e) A ameaça à integridade física do extensionista parece, no momento, ter sido bastante abrandada, não constituindo empecilho ao trabalho por si só.

2.9 - Conclusões

a) Devido às particularidades de solo, clima e água, e visto estarem previstos para Campos Novos apenas dois extensionistas (rurais) de nível médio, faz-se necessário pedir suplementação de verba à EMBRATER para que pelo / menos um desses profissionais seja de nível superior.

b) É prudente, para que não haja desgastes desnecessários para os novos extensionistas que atuarão na área, que se envide esforços na retirada dos "grileiros". A ida do extensionista para a área em questão deverá ser / precedida de diversos entendimentos entre o INCRA e a EMATER, nos quais/ deverão ser estabelecidas funções e limitações na ação extensionista devido à situação encontrada. O INCRA deverá procurar, também, definir, enquanto coordenador do projeto, o papel da EMATER-RIO, perante o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, a Associação de Moradores de Botafogo, a Associação da Comunidade Rural de Tamóios e a população assentada em geral, além dos próprios "grileiros", enquanto não se retirar estes últimos, e não se definir o parcelamento da área.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

c) Os extensionistas escolhidos para trabalhar na Fazenda Campos Novos deverão ter muita experiência no trabalho com comunidades. Caso contrário, será extremamente difícil mantê-los em serviço na área nas condições que ela apresenta.

CEDIM

VISITA FEITA A 17/07/87

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

3 - VISITA Á FAZENDA IMBURO

A visita foi feita em companhia do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macaé e do ER II Adilson do ESLOC-MC .

3.1 - Histórico

A Fazenda Imburo possue 1.206 ha e já era propriedade do INCRA. Seu decreto de desapropriação é muito antigo e englobava, além destes 1.206 ha , outros 2.000 ha, que já foram colonizados e inclusive emancipados. O INCRA cedeu a área de Imburo ao Exército, que o usava para manobras apenas duas vezes por ano, ficando ociosa durante todo o resto do tempo. Segundo o presidente do STR de Macaé, sr. Valdeci, e posseiros entrevistados, um cabo do exército de nome Agildo Nunes, aproveitou-se da ociosidade da área e começou a criar gado de leite, construindo benfeitorias e chegando a formar pasto.

Neste ínterim, houve duas tentativas de ocupação organizada, ambas frustradas pela repressão imediata do Exército.

No entanto, como o cabo Agildo e sua criação de gado estava se tornando inconveniente ao exército, a terceira tentativa de ocupação foi "tolerada" por ele , pois foi vista como forma de se livrar do cabo Agildo. Esta ocupação foi bem sucedida, dando-se a 26 de março de 1985 e contando com 260 famílias. Sem a repressão do exército, valeu a supremacia das 260 famílias sobre o cabo.

No entanto, ao se ver definitivamente livre de Agildo Nunes, o exército reiniciou o processo de expulsão dos ocupantes. A violenta repressão foi um dos fatores que colaborou para que, das 260 famílias que ocuparam a fazenda, restassem hoje cerca de 30.

A área hoje não está mais sendo usada pelo exército. Porém sofreu processo de ocupação gradual por parte de pecuaristas (que são em geral, empresários ou comerciantes), que são cerca de 60 a 70 (segundo o STR de Macaé) .

3.2 - Características Físicas

As seguintes considerações foram tecidas a partir de depoimentos colhidos in loco e avaliações visuais.

Os 1.206 ha da Fazenda Imburo constituem uma enorme várzea. Apresenta problemas de drenagem na época chuvosa, exceto em cerca de 10% da área que se localizam nos fundos da fazenda.

O solo varia entre arenoso e turfoso.

Predomina capim angola em toda a várzea. Segundo a experiência dos ocupantes e a memória de lavradores nascidos nas imediações, a área se presta, com excelentes resultados, ao plantió de arroz, havendo sucesso também com milho, feijão e abóbora.

Água é obtida facilmente através de poços rasos, devendo ser particularmente filtrada para consumo humano devido ao seu aspecto ferruginoso.

3.3 - Exploração Econômica

Além das culturas de subsistência das 30 famílias remanescentes da ocupação de 1985, a pecuária é praticada pelos ditos "grileiros". Segundo depoimentos colhidos, a produção de leite, por pecuarista, varia de 120 a 350 litros por dia.

3.4 - População

As 30 famílias remanescentes da ocupação são oriundas de Macaé ou arredores, e são ex-assalariados rurais.

Há cerca de 60 a 70 ocupações de pecuaristas, que, em geral, são comerciantes e/ou empresários da Região dos Lagos ou das Baixadas Litorâneas. Há também muitos empregados dos pecuaristas.

3.5 - Formas de organização

Não foi detectada nenhuma associação. A única entidade de trabalhadores que mostrou atuação na área foi o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macaé.

3.6 - Situação Atual

Segundo depoimentos de posseiros e do presidente do STR, e pelo que pôde ser visto, a área foi tomada pelos pecuaristas, que entraram pressionando os pequenos posseiros, ameaçando queimar barracos e soltando gado sobre as lavouras. Com isto os pequenos ficaram espremidos numa faixa de terra ao longo do rio Macaé, com sítios cujos tamanhos variam de 2 a 4 ha. Os pecuaristas ficaram com praticamente 90 % da área.

Os pecuaristas, por apresentarem atividades econômicas extra-agricultura, certamente não se enquadrarão no perfil dos beneficiários das ações do INCRA. Dez deles, inclusive, estão sendo processados pelo cabo Agildo Nunes pelo uso, sem a devida indenização, de benfeitorias e pasto feitos por êle.

À época de nossa visita, os trabalhos de levantamento do INCRA tinham sido recém-terminados, inclusive o cadastro dos ocupantes. Isto significa que ainda está por ser iniciada a etapa de seleção, que promete não ser um processo tranquilo. O presidente do STR, sr. Valdeci, diz já ter organizado listagem dos "grileiros" que deverão,ser tirados da área, na qual constam as atividades extra-agricultura e o levantamento de outras propriedades rurais de cada um, e promete não poupar / esforços junto ao INCRA para que esta listagem seja acatada. O STR propõe ainda / redivisão da área, e a substituição imediata dos grileiros por trabalhadores rurais sem terra cujo cadastro o sindicato já possue.

Do outro lado, correm rumores de que os pecuaristas, sentindo-se ameaçados / com o início do processo de seleção, já estejam formando um "lobby" com políticos para se segurarem na área. Além disso, está sendo usado o velho artifício de cadastrar os empregados para posteriormente usufruir dos benefícios do parcelamento da área.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

3.7 - Conclusões:

As conclusões tecidas nos ítens 2.8 b e 2.9 c , do Relatório de Visita à Fazenda Campos Novos, são válidas também para a Fazenda Imburo. Há semelhanças com Campos Novos em alguns problemas encontrados em Imburo, tais/ como a necessidade de retirada de grileiros e de redivisão de área.

Faz-se necessário, entretanto, que, para início de trabalhos, o INCRA pelo menos chegue ao resultado da seleção de beneficiados.

CEDIM

VISITA FEITA A 18/07/87

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

4 - VISITA A FAZENDA CANTAGALO

Considerando as dificuldades a enfrentar que poderão gerar eventuais /. desistências nas duas fazendas anteriormente visitadas (Campos Novos e Imburo), visitei a Fazenda Cantagalo, em Rio das Ostras (município de Casimiro de Abreu), recentemente desapropriada pelo INCRA porém ainda sem imissão de posse, pensando em encontrar uma opção de lotação de alguns extensionistas do Programa de Apoio à Reforma Agrária, embora esta fazenda não esteja incluída no Plano Operativo de 1987.

4.1 - Histórico

A Fazenda Cantagalo é de propriedade do INCRA, desapropriada de José Rolas. Segundo o presidente do STR de Casimiro de Abreu e vereador Gélson, e o depoimento de ocupantes da fazenda, os posseiros, que são cerca de 50 famílias, estão na área num período que varia de 10 a 60 anos. As ocupações foram individualizadas e ocorreram ao longo dos anos, Neste processo, as posses tinham um tamanho médio de 5 alqueires.

Há cerca de dez anos comçearam a entrar "grileiros" na área, sem que possuísem documento algum, dedicando-se à pecuária (de leite e de corte). O presidente do STR declara serem 12 os pecuaristas, sendo empresários, e estando entre eles os dono da Rápido Macaense, o dono da rede se supermercados Costa Mil, o dono da fábrica de gelo de Macaé, além de diversos profissionais liberais. Estes pecuaristas, através de ameaças, compra de benfeitorias e de direitos de posse, destruição de lavouras de posseiros pelo gado e presença de jagunços, foram tomando conta da área, ocupando praticamente todas as várzeas e as melhores terras, e espremendo os posseiros nas abas de morro ou empurrando- os para lotes urbanos em arraiais próximos (exemplo: Bairro Califórnia), fato este que obrigou alguns a se tornarem assalariados. Os que ainda ficaram na terra, possuem hoje extensões que variam de 1 a 15ha.

4.2 - Aspectos físicos

A fazenda tem 1.749 ha, com boas várzeas intercaladas com áreas acidentadas. Algumas várzeas apresentam problema de drenagem na época chuvosa, prestando-se muito bem à cultura do arroz.

4.3 - Situação Atual

O que se pôde notar, nesta visita, é que os pecuaristas, apesar da desapropriação, não cessaram de reformar cercas, construir novas e boas benfeitorias ou bater pasto. Segundo o presidente do sindicato, ao contrário, estas atividades foram intensificadas com a desapropriação.

Segundo o ER I Oduvaldo, do ESLOC-CA, foi feito um cadastro de ocupantes em 1985, que no entanto já deve estar desatualizado, pois a área já sofreu muitas modificações.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

A frase "o povo tem medo" foi ouvida diversas vezes e em diversas bocas / para justificar o silêncio dos posseiros ou até mesmo a inexistência de uma / associação. Também aqui a proposta do STR é de retirar os pecuaristas e redividir a área, ocupando eventuais sobras com outros trabalhadores rurais sem-terra.

4.4 - Conclusões

A Fazenda Cantagalo apresenta problemas similares de indefinição de público e de área aos de Campos Novos e Imburo, não se prestando, portanto, a ser opção de lotação para extensionistas eventualmente desistentes de trabalhar nestas duas fazendas.

Niterói, 4 de agosto de 1987.

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Responsável pelo Programa de
Apoio à Reforma Agrária da /
EMATER-RIO

CEDIM

EMATER-RIO

RELATORIO TECNICO DE APLICAÇÃO DO CONVÊNIO SERSE - 142 / 87

1 - METODO: Excursoes (Meta do Convênio)

Reunioes

2 - PERIODO: 29/08 à 01/09/88

3 - LOCAL 29/08 - Vitoria - ES (Centro de aperfeiçoamento de Lider Rural) CALIR

30/08 - Assentamento Nova Vitória - Pinheiros - ES

31/08 - Assentamento 11 de Agosto - Pinheiros - ES

- Córrego da Areia - Jaguaré - ES

- Córrego da Onça - Sao Matheus - ES

01/09 - Assentamento Jucuruaba - Viana - ES

CEDIM

- OBJETIVOS:

  - Geral

    Viabilizar os Projetos de Organização Rural, Ação comunitária e Alimentação, previstos no Convênio 142 / SERSE/87.

  - Específicos

    Contribuir com o fortalecimento do processo de Organização Rural, possibilitando a troca de experiências com grupos organizados.

    Contribuir com a organização dos produtores, mulheres e jovens, facilitando a adoção de práticas coletivas de trabalho.

    Contribuir para a implantação de culturas de subsistência, garantindo a alimentação básica da família rural.

CEDIM

V - AVALIAÇÃO

A Excursão realizada com os beneficiários do Projeto Campos Novos aos Assentamentos do Espírito Santo, começou com o entrosamento dos participantes durante a viagem até Vitória no Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural (Calir), onde ficaram hospedados. No decorrer da viagem foram passadas as fitas de vídeo do Programa de Assentamento dos trabalhadores rurais sem terra; mulheres em grupo - Terra Queimada de Sangue, como uma prévia da vivência comunitária e troca de experiências de luta, que aconteceu com a chegada nos Assentamentos; e, para enfocar a luta dos trabalhadores no conjunto da Sociedade, foi passada a fita do filme "Eles não usam Black Tie". Nos momentos antecedentes e subsequentes às projeções, foram feitos comentários alusivos ao processo de Reforma Agrária - A importância da organização comunitária e outros a título de reflexão, apropriando-os à realidade do projeto Campos Novos.

Chegando em Vitória fomos recepcionados pela Técnica do BANDES (Bando de Desenvolvimento do Espírito Santo) e integrante da Comissão Estadual do PROCERA Srª. Eliana Maria de Mesquita Pessotti e pelo chefe do Centro de Aperfeiçoamento da EMATER-ES. Em seguida, foi oferecido um jantar e acomodações para os participantes.

No dia seguinte, após o café da manhã, seguimos em excursão ao assentamento Nova Vitória e 11 de Agosto no município de Pinheiros. O Coordenador Estadual dos Projetos de assentamento da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Espírito Santo Dr. Chateaubriand Lustosa Buteri, engenheiro agrônomo da EMATER-ES, nos acompanhou durante a excursão, fazendo uma exposição da história de luta e conquista da terra pelos trabalhadores, o apoio do Governo do Estado, numa

perspectiva transformadora, sempre reforçando a importância da União e participação dos assentados e suas relações com as instituições e associações afins; expondo também as dificuldades e soluções encontradas para a administração do PROCERA - destacando o avanço e estágio de organização rural. Ao chegar no Assentamento de Nova Vitória, os participantes foram recebidos pelas 32 famílias do assentamento, que num clima de muita solidariedade os convidaram para se hospedarem em suas casas, conforme entendimento da EMATER-ES / ESLOC de Pinheiros e EMATER-RIO. Daí, iniciou a troca de experiências de vida e luta entre os assentados. Dado o início ao processo de conversação, os excursionistas e técnicos foram convidados para conhecerem as áreas de plantio do assentamento e, em seguida realizou-se uma reunião comunitária. Divididos expontaneamente em subgrupos, visitamos os cultivos de feijão, pimenta do reino, mandioca e viveiro de café, o sistema de mecanização e irrigação implantados e administrados coletivamente pelo grupo de produtores; a barragem para adaptação ao sistema de irrigação, foi fruto do trabalho comunitário das famílias assentadas com o apoio do PROVÁRZEAS - equipe EMATER-ES. Na reunião comunitária com a participação dos assentamentos Nova Vitória, 11 de Agosto e Campos Novos foi distribuidos aos visitantes um dossiê do assentamento elaborado pelo técnico local da EMATER-ES, e abordadas questões relacionadas à organização do movimento dos sem terra e dos agricultores, hoje beneficiados pela política de apoio à Reforma Agrária, como: Dificuldades encontradas em sua trajetória para conquista e posse da terra; conquista de recursos para a manutenção dos assentados na primeira fase do assentamento (verba de alimentação); as discussões e opção pelo trabalho coletivo para garantir a estruturação comunitária, viabilizando a aplicação do PROCERA e consequente emancipação

do projeto, com diversas interrogações dos beneficiários do projeto Campos Novos aos beneficiários do Espírito Santo. Para uma melhor integração dos grupos, os técnicos se retiraram da reunião, propondo aos beneficiários que continuassem trocando suas histórias de vida até que se esgotasse aquele momento;e,após a reunião, divididos em duplas, seguiriam para as residências das famílias do assentamento Nova Vitória, onde passariam a noite.

Na manhã do dia 31/08, foi feita excursão ao assentamento 11 de Agosto, com a coordenação das próprias famílias assentadas. Os excursionistas à todo instante nos faziam exclamações à respeito da organização das mulheres, dos jovens, dos produtores e das famílias,que, através de reuniões discutem seus problemas e programam suas atividades (os trabalhos que realizam coletivamente). Nas suas falações, manifestavam o desejo de permanecerem naquele local, pois nunca tinham visto um pessoal tão agradável , unido, engajado na luta e com vontade de vencer.

No mesmo dia seguimos em excursão para o assentamento Córrego da Areia, município de Jaguaré, localizado a aproximadamente 140 Km. Assim que desenbarcamos, fomos recepcionados pelas 31 famílias num galpão comunitário, construido pelos assentados, no qual está instalada a cozinha, o refeitório de improviso, um espaço para a escola e local para as reuniões, havendo também um espaço externo que serve de abrigo para os implementos agrícolas. As mulheres rurais organizadas preparavam um almoço que seria servido a todos os visitantes. O espírito do trabalho comunitário contagiou as mulheres do assentamento Campos Novos que em mutirão colaboraram para a preparação do almoço. Após o almoço, foi realizada uma reunião com duração de uma hora. A reunião foi coordenada por Manoel Martins de Souza, Líder comunitário e membro da comissão Central do Projeto.

Inicialmente, sugeriu que cada um se apresentasse, fazendo em seguida uma retrospectiva da luta e conquista da terra em Corrego da Areia. Reforçando a história da luta pela conquista da terra e do processo de organização dos trabalhadores rurais do Espírito Santo, falou Amaurílio dos Santos monitor e professor do assentamento e membro da comissão Estadual de Educação. Representando o Centro Integrado de Assentados e Pequenos Agricultores (CIDAP), estava o assentado Aguilar ..... Inácio Gaígnér que reiterou a importância da união dos trabalhadores para a organização comunitária, fez uma análise da atual conjuntura da política agrária e agrícola do país, citando exemplos como fontes de esclarecimentos e pontos de reflexão para as famílias visitantes. Por último, Maria de ... Lourdes Alves dos Santos, coordenadora do grupo de mulheres de Córrego da Areia e representante da Comissão Municipal Mulheres de Jaguaré, expôs o trabalho que as mulheres estão desenvolvendo no assentamento e a importância dessa participação na organização dos assentados. Depois dessas exposições, a reunião prosseguiu com discussões em torno dos pontos abordados, finalizando com uma avaliação da excursão em Córrego d' Areia com depoimentos dos excursionistas. Terminada a reunião, fomos visitar as instalações comunitárias (Casa de farinha e o galpão para armazenamento dos produtos agrícolas)e as unidades produtivas acompanhadas coletivamente pelas famílias: cada unidade familiar tem sua responsabilidade com as atividades de plantio à colheita nas áreas coletivas além das atividades em seus próprios lotes (cultura subsistência). As famílias dividem os dias da semana de forma a atender as áreas coletivas e as individuais. Os assentados em excursão tiveram a oportunidade de conhecer o equipamento de irrigação em funcionamento, na área coletiva. As instalações e as áreas de exploração foram implantadas com os recursos do PROCERA.

Os cultivos mais frequentes são de feijão, arroz, milho, mandioca, café e pimenta do reino. Sendo o feijão e o arroz cultura de subsistência, o milho e a mandioca como explorações comerciais, e o café e a pimenta do reino, implantadas para a diversificação de culturas.

O grupo de mulheres de Corrego da Areia mostrou para os visitantes a criação de peixes enquanto que os jovens mostraram a horta que cultivam com o objetivo de atender a merenda escolar. Com o tempo esgotado, os técnicos da EMATER-ES e a coordenação do assentamento Córrego da Areia, encerraram as visitas com breves comentários e as despedidas.

Na viagem de volta à Vitória, os assentados avaliaram o momento, fazendo analogias com suas experiências no assentamento de Campos Novos, dando margem às discussões em sub-grupos, no interior do ônibus. Atendendo ao pedido dos excursionistas, repassamos a fita do vídeo sobre a organização das mulheres em campo e passamos a fita Documentário Charles Chaplim.

No dia 01/09, conforme roteiro, depois da hospedagem no Calir - ES, partimos em excursão ao assentamento Jucuruabá, município de Viana, região centro do Esp. Santo. Ao chegarmos no assentamento, fomos recebidos pelas Lideranças do local. Logo de início foi realizada uma reunião onde o presidente da Associação relatou de forma breve a história do assentamento. Terminada a reunião, fomos convidados para visitarmos as instalações do projeto, as culturas e o sistema de irrigação. Neste assentamento cada família desenvolve suas atividades individualmente, desde o preparo da terra à colheita. Em alguns casos o mutirão é ativado, mediante pagamento daquele que está sendo beneficiado. As famílias que não possuem trator, alugam daquelas que possuem, quando solicitam. O conjunto de irrigação foi comprado coletivamente e está sendo instalado no alto do morro um reservatório central,

que atenderá à todos os lotes. Cada beneficiário pagou uma cota referente ao serviço. O feijão, o milho e a seringueira são as principais explorações comerciais, ficando as olerícolas para comercialização direta ao CEASA, próximo da área. Além destas explorações, cultivam hortas domésticas. Os assentados mantém o experimento de citrus implantado pela EMCAPA antes da desapropriação. Acredita-se que este será o primeiro assentamento do ..... BRASIL a se emancipar. Atribui-se esta possibilidade pelas condições sociais, econômicas e políticas favoráveis ao assentamento. A maioria dos beneficiários são ex-funcionários da Antártica. Destes alguns já possuiam uma condição de vida melhor e para conquistar a área da fazenda pertencente à EMCAPA (Empresa Capixaba de Pesquisa), tiveram o apoio político direto do Governo do Estado e o voto favorável da EMCAPA. Entretanto, este é o único assentamento do ES não reconhecido pelos trabalhadores rurais, por acreditarem na proteção de alguns beneficiários durante o processo de seleção. Ressaltamos tal particularidade dada a importância do movimento dos trabalhadores no processo político de Reforma Agrária do Estado do Espírito Santo.

Os beneficiários de Campos Novos ficaram encantados com as instalações do projeto, suas culturas, o tipo de solo, relevo e com o sistema produtivo adotado. A partir daí, comentavam que este assentamento ofereceu para eles um exemplo de organização, talvez pela proximidade das realidades. Atualmente, estando em lotes individuais, sem área coletiva de trabalho e sem apoio do INCRA-RJ, não acreditam na regularização da área com a retirada dos reprovados.

A excursão à este assentamento, despertou o espírito crítico do grupo, que começaram a dialogar, analisando comparativamente o sistema coletivo de produção dos dois primeiros assentamentos com este último.

De acordo com a programação da excursão, retornamos à Cabo Frio. No momento da despedida, os técnicos Dr. ... Chateaubriand Lustosa Butteri (EMATER-ES) e Srª. Eliana .. Maria de Mesquita Pessotti (BANDES) agradeceram a participação dos beneficiários do projeto Campos Novos e da equipe técnica da EMATER-RIO.

No caminho de volta, oferecemos um almoço para os excursionistas, seguindo em viagem até Campos Novos.

Dos vinte e quatro excursionistas, treze pertencem às glebas A e B (B.Vista e Angelim) e onze às glebas C e D (Botafogo). Avaliamos ter sido o método realizado bastante proveitoso, pois possibilitou aos trabalhadores contato com assentamentos organizados, graças à união e à consciência política dos trabalhadores. Vale relatar que durante a viagem de volta, os participantes discutiam entre si na tentativa de poder encontrar uma forma de trazer o exemplo do Esp. Santo para Campos Novos. Percebemos que os representantes das Associações de Angelim e Botafogo, "camuflados", ou investiam contra as propostas do grupo e colocavam diversas dificuldades para o Projeto C. Novos ou ficavam indiferentes e calados. No entanto, a revelação dos titulados Antonio Ferreira de Jesus (gleba C - Botafogo), Carlos Henrique Venancio Porto (jovem rural - filho do titulado Amandio Venancio Porto - gleba C - Botafogo), Silvio da Silveira (gleba C - Botafogo), Jamil dos Santos Estevão da (gleba B - Angelim), Maria Santana (gleba B - Angelim) e Antônio Pompeu Filho (gleba B - Angelim), não permitiram que o pessimismo e voto contra, dos representantes do Sr. Ilson Santos e da D. Maria Quitéria Ribeiro da Costa viessem abalar o espírito crítico dos demais excursionistas. Chegando em Angelim, antes do primeiro participante desembarcar, foi sugerida uma reunião no

dia 06/09 para avaliar a excursão à fim de não contrariar os interesses das Associações, foi sugerido que a reunião de avaliação do evento fosse aberta para toda a comunidade. A proposta foi aprovada com a defesa da importância da divulgação da organização e exemplo da união dos trabalhadores do Espírito Santo. Desta forma, a excursão foi encerrada com uma reunião promovida pelos próprios excursionistas.

Obs:

Destacamos a importância da integração entre a .... EMATER-RIO e a EMATER-ES, pois proporcionou aos técnicos momentos para avaliação das ações extensionistas que estão sendo desenvolvidas nos referidos Estados, bem como a extensão rural no Brasil.

Sugerimos às demais equipes locais que promovam excursões em Organização Rural no Norte do Espírito Santo, dado o nível de organização comunitária.

Recursos utilizados:

: 05 Fitas de vídeo cassete
: 24 Apostilas
: 01 Faixa
: 03 Filmes fotográficos

Lho.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA EXCURSÃO

1 - Maria da Conceição Vicente Moreira
2 - José Pires Moreira
3 - Antônio Ferreira de Jesus
4 - Carlos Henrique Venancio Porto
5 - Silvio da Silveira
6 - Ciléa Conceição Silveira Souza
7 - Sonia Maria Pereira Silva
8 - Paulo Inácio de Souza
9 - José Luiz Nunes Gabri
10 - Celes Marins
11 - Cleber Marins
12 - Jamil Santos Estevão
13 - Antonio Candido Pompeu Filho
14 - Maria Santana dos Santos
15 - João Aires Caetano de Miranda
16 - Valdir Henriques Gonçalves
17 - José Faustino
18 - Ricardo Gomes da Silva
19 - Carlos Alberto Mendes
20 - Juvenal Rodrigues
21 - Jandes Antunes de Oliveira
22 - Pedro Antonio Leal
23 - Nilza de Souza
24 -Custódio Herculano de Souza

CEDIM

EQUIPE EMATER-RIO

DERLY JOSÉ HENRIQUES DA SILVA
VERA REGINA TAVARES CAMARA
ADRIANO MARTINS CARNEIRO LOPES
MÔNICA MARIA GOMES SOBREIRA

- EQUIPE EMATER - ES

CHATEAUBRIAN LUSTOSA BUTERI
ELIANA MARIA DE MESQUITA PESSOTTI

Lho.

ASSENTAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

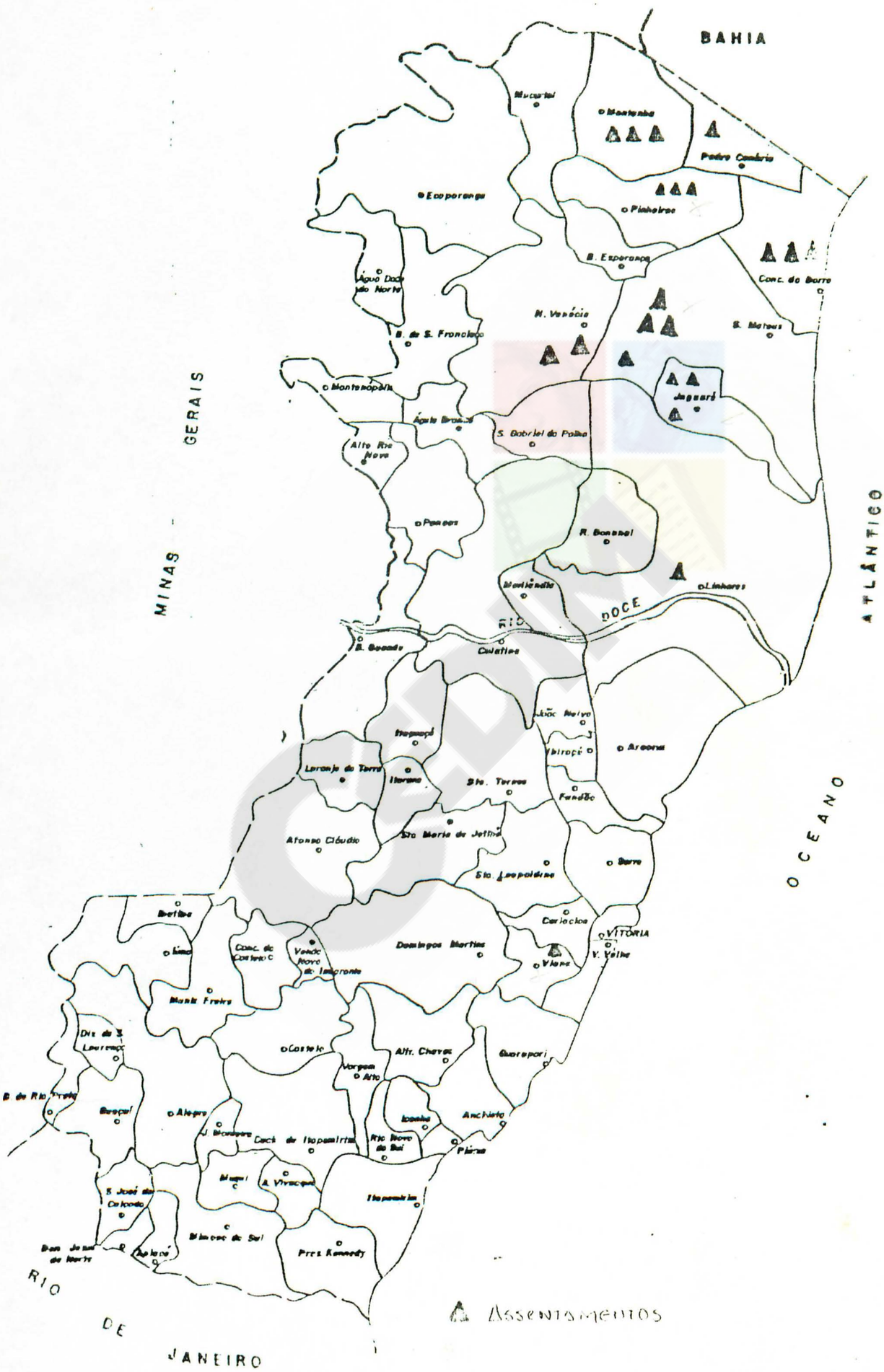
Nº Ordem	Nome do Assentamento	Município	Nº Famílias	Total área	Início do assentamento	Situação do imóvel
01	Córrego da Areia I e II	Jaguaré	31	310,00ha	09/84	Patrimonial
02	Córrego da Onça	Jaguaré	08	90,00ha	03/85	"
03	São Roque	Jaguaré	10	90,00ha	12/84	"
04	Córrego Grande	São Mateus	27	261,00ha	02/85	"
05	Rio Itaúnas/Rio Preto	Conc. da Barra	30	460,00ha	06/85	"
06	Bela Vista	Montanha	34	210,00ha	07/85	"
07	Córrego da Prata	Montanha	07	40,00ha	07/85	"
08	Nova Vitória	Pinheiros	32	525,00ha	02/86	"
09	Onze de agosto	Pinheiros	11		02/86	"
10	Vale da Vitória	São Mateus	39	474,00ha	05/86	"
11	Jucuruaba	Viana	19	160,00ha	09/86	"
12	Nova Conquista (Cgº D'ouro)	Pinheiros	19	155,00ha	02/88	"
13	Francisco Domingos Ramos	Montanha	25	193,00ha	05/88	"
14	[redacted] TRÊS PONTÕES	Nova Venécia	20	207,00ha	07/88	"
15	Jundiá C	Conc. da Barra	09	103,00ha	03/88	Área devoluta
ub.Total 15	-	-	321	3.278,00ha	-	-
16	Jundiá A e B	Conc. da Barra	46	778,20ha	02/86	Desapropriação/INCRA
17	Fazenda Georgina	São Mateus	80	1.052,80ha	05/86	Desapropriação/INCRA
18	Pip-nuck	Nova Venécia	50	775,00ha	07/87	Desapropriação/INCRA
19	Juerama	São Mateus	18	279,00ha	12/86	Desapropriação/INCRA
20	Rio Quartel *	Linhares	50	178,00ha	08/87	Desapropriação/INCRA
21	Fazenda Castro Alves **	Pedro Canário	147	1.898,00ha	05/88	Desapropriação/MIRAD
ub.Total 6	-	-	391	4.961,00ha	-	-
otal Geral 21	-	-	712	8.239,00ha	-	-

* 35 Famílias pré assentadas, aguardando imissão de posse

** 26 Famílias pré assentadas.

observação: Número de 1 a 14, áreas adquiridas pelo Estado.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Executado pelo
INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS

A.T.S. - TERRA - Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Pinheiros-ES - Fundada em 17/08/1985, uma Sociedade sem fins lurrativos, com a finalidade de reinvidicar em juizo ou fora dele, o direito ao acesso a terra, sementes agrícolas, máquinas e ferragentas Assistência Técnica e outros direitos básicos necessários ao cultivo da terra, para os trabalhadores sem terra do Município de Pinheiros-ES, com sede e foro Na Cidade de Pinheiros-ES. Com duração por tempo indeterminado.

- São sócios da Associação dos Trabalhadores Sem Terra todos os Trabalhadores sem terra com mais de 16 anos no Município de Pinheiros-ES.

Através desta Associação os Trabalhadores Sem Terra de Pinheiro-ES. Conseguiram junto ao Governo do Estado uma área de 525 ha para o Assentamento neste Município.

Em fevereiro de 1986 o Governo do Estado através da SEAG efetuou junto com a Associação dos Trabalhadores sem Terra a ocupação desta área com 43 famílias. Das 43 famílias, 32 foram selecionadas entre os integrantes da Associação dos Trabalhadores sem Terra de Pinheiros-ES, e 11 famílias vieram de Montanha, onde se encontravam ~~ocupados~~ ACAMPADOS por um período de aproximadamente 05 meses.

A maioria das famílias eram trabalhadores assalariados temporários, em atividades agrícolas, onde ocasionalmente arrendaram pequenas áreas para o plantio de mandioca.

A partir desta data a EMATER-ES vem prestando assistência técnica em todos os níveis às famílias assentadas, através do Escritório Local de Pinheiros-ES. Nos primeiros 06 meses estas famílias receberam gratuitamente da SEAG; alimentação, ferramentas, sementes, material para construção das casas, serviços de máquinas para construção de barragens, destoca de terra para cultivo e posteriormente preparo destas áreas com tratores agrícolas.

Por motivo de frustração de safra estes benefícios foram extendidos por aproximadamente mais 06 meses, sendo que estes últimos 06 meses foram em forma de financiamento.

No final de 1986 este Assentamento subdividiu em 02 grups. As 32 famílias que eram de Pinheiros formaram o Assentamento Nova Vitória e as 11 famílias que vieram de Montanha formaram o Assentamento Onze de Agosto. A divisão da área foi dividida proporcional ao nº de família: ficando assim: 105 ha para reserva florestal - 107,5 Ha para o Assentamento Onze de Agosto e 312,5 ha pata o Assentamento Nova Vitória. Na expectativa de participarem efetivamente no processo produtivo fpi elaborado um projeto pela EMATER-ES.

Com recursos do FINSOCIAL - através do BNDES para financiamento dos ítens abaixo relacionados:

ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA

01- Aquisição de 02 conjuntos de irrigação para área total de 38 ha.

02- Aquisição de um trator agrícola com (arado, grade, plantadeira adubadeira, carrta e batedeira de cereais).

03- Aquisição de bovinos (32 femeas e 1 macho).

04- Aquisição de suinos (32 femeas e 2 machos).

05- Construção para pequenos animais nos lotes de subsistência.

06- Plantio de 38 ha de feijão irrigado.

07- Plantio de 20 ha de mandioca.

08- Formação de 65.000 mudas de café canilon.

09- Construção de uma pequena farinheira.

10- Aquisição de uma máquina de ração c/motor.

11- Plantio de 04 ha de pimenta-do-reino.

12- Plantio de 68 ha de café.

13- Construção de um terreiro.

14- Construção de armazém.

ASSENTAMENTO ONZE DE AGOSTO:

01- Aquisição de 01 conjunto de irrigação para área de 15 ha.

02- Plantio de 15 ha de feijão.

03- Plantio de 15 ha de mandioca.

04- Construção para pequenos animais nas áreas de subsistência.

05- Aquisição de bovinos (11 femeas e 1 macho).

06- Aquisição de suinos (11 femeas e 01 macho).

07- Formação de 20.000 mudas de café.

08- Plantio de 11 ha de café.

Quanto ao processo organizacional - este é desenvolvido da seguinte maneira:

Foi eleita uma comissão que coordena a organização interna e representa os assentados perante às entidades de classe, sendo que todos as decisões são tomadas em assembléia, assembléia estas que são realizadas predominantemente todo final de mês. Com o objetivo da avaliação dos trabalhos executados e programação para as próximas atividades.

De acordo com a necessidade do grupo esta comissão se reune extraordinariamente conforme o grau do assunto.

Existe um conselho fiscal para o setor de Educação, uma comissão das mulheres (Donas de Casa) e um grupo de jovens.

A maioria das famílias são de religião católica e se reunem 02 vezes por semana através do Grupo de Reflexões e Culto Dominical na Igreja da comunidade.

CEDIM

PROGRAMA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

A) BENEFICIÁRIOS - PRODUTORES TITULADOS PELO MIRAD PARA O PROJETO DE ASSENTAMENTO CAMPOS NOVOS

B) GLEBAS ATINGIDAS - A e B (ANGELIM? BOA VISTA)

C) RECURSOS - VERBA DE FOMENTO EMBRATER

D) Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS - 150

E) VALOR TOTAL - CZ$ 225.000,00

F) MUNICÍPIO - CABO FRIO

G) EXECUTOR - EMATER-RIO - ESLOC - SAO PEDRO DA ALDEIA/CABO FRIO

H) DATA - 05/08/88

- INTRODUÇÃO

A aplicação dos recursos provenientes da Verba fomento EMBRATER no valor de Cz$ 1.500,00 família de beneficiário teve a sua apresentação à comunidade, bem como o início do processo de dis cussão de sua viabilidade e utilização efetuados pela técnica Iara M. de Freitas, sendo que logo após a equipe de apoio à Reforma Agrária da EMATER-RIO assumiu suas funções de extensão e assessoramento junto às comunidades de Angelim e Boa Bista a condução do processo de aplicação e o dimensionamento da quantidade de insumos por família ficou ao encargo do extensionista Derly J. Henriques da Silva e Vera Regina T. Camara, que junto de uma comissão de titulados formada por:

Ademar Moreira da Silva - Prod. Titulado
Pedro Antonio Leal - Prod. Titulado
Jamil dos Santos Estevão- Prod. Titulado
Heraldo Ribeiro da Costa - Prod. Titulado
Quitéria da Costa Ribeiro - Pres. da Assoc. dos Moradores de Tamoios
Walmor Santana.

Desenvolveram as ações pertinentes a utilização dos recursos da Verba em questão.

- RESULTADO

Como resultado das diversas reuniões efetuadas entre os técnicos e a comissão de protores chegamos numa primeira instância às seguintes providências: Seria passado para cada assentado um comunicado e em anexo uma escolha individual de Insumos (anexo),onde cada parceleiros teria as opções de ferramentas ou sementes, sendo que o item ferramentas, era composto de enxadas, enxadões, foices, facão, limas e no ítem semente o produtor poderia optar por milho, feijão,amendoim, ou combinação destas sementes como desejasse.

Derly José Henrique da Silva
Eng. Agrônomo CREA - 39283/D
Extensionista Rural I - EMATER-RIO

Sendo que nos dois casos, tanto semente como ferramenta seria posteriormente estudado as quantidades e qlelidades de cada ensumo de modo que a escolha individual não exedesse a cota de 1.500 por família.

Como resultado do processo de computação das escolhas individuais obtivemos; 24 produtores que optarm por sementes em suas 3 opções. 50 produtores optaram por ferramentas. Sendo que 76 beneficiários ainda não foram titulados com base neste resultado a comissão e os técnicos da EMATER-RIO se lançaram no sentido de comprar estes insumos ficando estabelecido que se compram 126 de cada ferramenta procurando sempre o menor preço e a qualidade mas, uma vez que muitos ainda terão asseço as ferramentas a serem compradas. Com base nestes parâmetros o técnico Derly junto dos produtores: Heraldo Ribeiro da Costa e Ademar Moreira e Pedro Antonio Leal, foram em Macaé e compraram 126 enxadas jacaré, 126 enxadões jacaré, 126 facões colins, 126 limas Kf e 126 foices tramontina.

Para os 24 titulados que escolheram as sementes, como na época não se conseguiu amendoim, a escolha ficou restrita a milho e feijão. A comissão e os técnicos concruiram também com base nos preços destas sementes que a quantidade base que cada produtor receberia seria de 20 Kg de sementes. Neste sentido foram comprados 310 Kg de feijão preto para plantio ainda em Abril e 30 Kg para plantio em junho, no caso do milho, compramos 80 Kg do milho sintético da PESAGRO que deverá ser plantado em setembro.

Com relação as ferramentas, como toda a compra foi efetuada numa só firma,conseguimos um abatimento que em comum acordo com a comissão foram compradas pastilhas de Gastoxin e uma lona especial para expurgo.

No ato do recebimento das ferramentas e sementes, os produtores assinaram uma declaração (Modelo em anexo).como ainda não foram assentados todos os titulados os quites de ferramentas restantes estão no escritório da EMATER-RIO ESLOC SP/CF., para serem entregues aos futuros titulados da gleba em questão.

Obs: Todas as declarações assinadas, bom como as escolhas individuais se encontram em nossos arquivos.

- <u>CONCLUSÃO</u>

As ferramentas estão sendo utilizadas cotidianamente pelos assentados e quanto as sementes o feijão que já foi distribuido foi todo plantado, sendo a condução e a colheita por mim acompanhado com base nos resultados obtivemos uma produtividade média de 1575 Kg / ha devido a variação de produção de 1 380 Kg /ha até 1800 Kg /ha.

Derly José H. Silva.

Derly José Henrique da Silva
Eng. Agrônomo CREA - 38283/D
Extensionista Rural I - EMATER-RIO

RELATÓRIO TÉCNICO DE APLICAÇÃO DO CONVÊNIO SERSE - 142 / 87

1 - MÉTODO: Excursões (Meta do Convênio)
Reuniões

2 - PERÍODO: 29/08 à 01/09/88

3 - LOCAL 29/08 - Vitória - ES (Centro de aperfeiçoamento de Líder Rural) Calir
30/08 - Assentamento Nova Vitória - Pinheiros - ES
31/08 - Assentamento 11 de Agosto - Pinheiros - ES
- Córrego da Areia - Jaguaré - ES
- Córrego da Onça - São Matheus- ES
01/09 - Assentamento Jucuruabá - Viana - ES

CEDIM

- OBJETIVOS:

  - Geral

    Viabilizar os Projetos de Organização Rural, Ação comunitária e Alimentação, previstos no Convênio 142 / SERSE/87.

  - Específicos

    Contribuir com o fortalecimento do processo de Organização Rural, possibilitando a troca de experiências com grupos organizados.

    Contribuir com a organização dos produtores, mulheres e jovens, facilitando a adoção de práticas coletivas de trabalho.

    Contribuir para a implantação de culturas de subsistência, garantindo a alimentação básica da família rural.

CEDIM

V - AVALIAÇÃO

A Excursão realizada com os beneficiários do Projeto Campos Novos aos Assentamentos do Espírito Santo, começou com o entrosamento dos participantes durante a viagem até Vitória no Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural (Calir), onde ficaram hospedados. No decorrer da viagem foram passadas as fitas de vídeo do Programa de Assentamento dos trabalhadores rurais sem terra; mulheres em grupo - Terra Queimada de Sangue, como uma prévia da vivência comunitária e troca de experiências de luta, que aconteceu com a chegada nos Assentamentos; e, para enfocar a luta dos trabalhadores no conjunto da Sociedade, foi passada a fita do filme "Eles não usam Black Tie". Nos momentos antecedentes e subsequentes às projeções, foram feitos comentários alusivos ao processo de Reforma Agrária - A importância da organização comunitária e outros a título de reflexão, apropriando-os à realidade do projeto Campos Novos.

Chegando em Vitória fomos recepcionados pela Técnica do BANDES (Bando de Desenvolvimento do Espírito Santo) e integrante da Comissão Estadual do PROCERA Srª. Eliana Maria de Mesquita Pessotti e pelo chefe do Centro de Aperfeiçoamento da EMATER-ES. Em seguida, foi oferecido um jantar e acomodações para os participantes.

No dia seguinte, após o café da manhã, seguimos em excursão ao assentamento Nova Vitória e 11 de Agosto no município de Pinheiros. O Coordenador Estadual dos Projetos de assentamento da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Espírito Santo Dr. Chateaubriand Lustosa Buteri, engenheiro agrônomo da EMATER-ES, nos acompanhou durante a excursão, fazendo uma exposição da história de luta e conquista da terra pelos trabalhadores, o apoio do Governo do Estado, numa

perspectiva transformadora, sempre reforçando a importância da União e participação dos assentados e suas relações com as instituições e associações afins; expondo também as dificuldades e soluções encontradas para a administração do PROCERA - destacando o avanço e estágio de organização rural. Ao chegar no Assentamento de Nova Vitória, os participantes foram recebidos pelas 32 famílias do assentamento, que num clima de muita solidariedade os convidaram para se hospedarem em suas casas, conforme entendimento da EMATER-ES / ECLOC de Pinheiros e EMATER-RIO. Daí, iniciou a troca de experiências de vida e luta entre os assentados. Dado o início ao processo de conversação, os excursionistas e técnicos foram convidados para conhecerem as áreas de plantio do assentamento e, em seguida realizou-se uma reunião comunitária. Divididos expontaneamente em subgrupos, visitamos os cultivos de feijão, pimenta do reino, mandioca e viveiro de café, o sistema de mecanização e irrigação implantados e administrados coletivamente pelo grupo de produtores; a barragem para adaptação ao sistema de irrigação, foi fruto do trabalho comunitário das famílias assentadas com o apoio do PROVÁRZEAS - equipe EMATER-ES. Na reunião comunitária com a participação dos assentamentos Nova Vitória, 11 de Agosto e Campos Novos foi distribuidos aos visitantes um dossiê do assentamento elaborado pelo técnico local da EMATER-ES, e abordadas questões relacionadas à organização do movimento dos sem terra e dos agricultores, hoje beneficiados pela política de apoio à Reforma Agrária, como: Dificuldades encontradas em sua trajetória para conquista e posse da terra; conquista de recursos para a manutenção dos assentados na primeira fase do assentamento (verba de alimentação); as discussões e opção pelo trabalho coletivo para garantir a estruturação comunitário, viabilizando a aplicação do PROCERA e consequente emancipação

do projeto, com diversas interrogações dos beneficiários do projeto Campos Novos aos beneficiários do Espírito Santo. Para uma melhor integração dos grupos, os técnicos se retiraram da reunião, propondo aos beneficiários que continuassem trocando suas histórias de vida até que se esgotasse aquele momento;e,após a reunião, divididos em duplas, seguiriam para as residências das famílias do assentamento Nova Vitória, onde passariam a noite.

Na manhã do dia 31/08, foi feita excursão ao assentamento 11 de Agosto, com a coordenação das próprias famílias assentadas. Os excursionistas à todo instante nos faziam exclamações à respeito da organização das mulheres, dos jovens, dos produtores e das famílias,que, através de reuniões discutem seus problemas e programam suas atividades (os trabalhos que realizam coletivamente). Nas suas falações, manifestavam o desejo de permanecerem naquele local, pois nunca tinham visto um pessoal tão agradável, unido, engajado na luta e com vontade de vencer.

No mesmo dia seguimos em excursão para o assentamento Córrego da Areia, município de Jaguaré, localizado a aproximadamente 140 Km. Assim que desembarcamos, fomos recepcionados pelas 31 famílias num galpão comunitário, construido pelos assentados, no qual está instalada a cozinha, o refeitório de improviso, um espaço para a escola e local para as reuniões, havendo também um espaço externo que serve de abrigo para os implementos agrícolas. As mulheres rurais organizadas preparavam um almoço que seria servido a todos os visitantes. O espírito do trabalho comunitário contagiou as mulheres do assentamento Campos Novos que em mutirão colaboraram para a preparação do almoço. Após o almoço, foi realizada uma reunião com duração de uma hora. A reunião foi coordenada por Manoel Martins de Souza, Líder comunitário e membro da comissão Central do Projeto.

Inicialmente, sugeriu que cada um se apresentasse, fazendo em seguida uma retrospectiva da luta e conquista da terra em Corrego da Areia. Reforçando a história da luta pela conquista da terra e do processo de organização dos trabalhadores rurais do Esnírito Santo, falou Amaurílio dos Santos monitor e professor do assentamento e membro da comissão Estadual de Educação. Representando o Centro Integrado do Assentados e Pequenos Agricultores (CIDAP), estava o assentado Aguilar ..... Inácio Gaígnér que reiterou a importância da união dos trabalhadores para a organização comunitária, fez uma análise da atual conjuntura da política agrária e agrícola do país, citando exemplos como fontes de esclarecimentos e pontos de reflexão para as famílias visitantes. Por último, Maria de ... Lourdes Alves dos Santos, coordenadora do grupo de mulheres de Córrego da Areia e representante da Comissão Municipal Mulheres de Jaguaré, expôs o trabalho que as mulheres estão desenvolvendo no assentamento e a importância dessa participação na organização dos assentados. Depois dessas exposições, a reunião prosseguiu com discussões em torno dos pontos abordados, finalizando com uma avaliação da excursão em Córrego d' Areia com depoimentos dos excursionistas. Terminada a reunião, fomos visitar as instalações comunitárias (Casa de farinha e o galpão para armazenamento dos produtos agrícolas)e as unidades produtivas acompanhadas coletivamente pelas famílias; cada unidade familiar tem sua responsabilidade com as atividades de plantio à colheita nas áreas coletivas além das atividades em seus próprios lotes (cultura subsistência). As famílias dividem os dias da semana de forma a atender as áreas coletivas e as individuais. Os assentados em excursão tiveram a oportunidade de conhecer o equipamento de irrigação em funcionamento, na área coletiva. As instalações e as áreas de exploração foram implantadas com os recursos do PROCERA.

Os cultivos mais frequentes são de feijão, arroz, milho, mandioca, café e pimenta do reino. Sendo o feijão e o arroz cultura de subsistência, o milho e a mandioca como explorações comerciais, e o café e a pimenta do reino, implantadas para a diversificação de culturas.

O grupo de mulheres de Corrego da Areia mostrou para os visitantes a criação de peixes enquanto que os jovens mostraram a horta que cultivam com o objetivo de atender a merenda escolar. Com o tempo esgotado, os técnicos da EMATER-ES e a coordenação do assentamento Córrego da Areia, encerraram as visitas com breves comentários e as despedidas.

Na viagem de volta à Vitória, os assentados avaliaram o momento, fazendo analogias com suas experiências no assentamento de Campos Novos, dando margem às discussões em sub-grupos, no interior do ônibus. Atendendo ao pedido dos excursionistas, remassamos a fita do vídeo sobre a organização das mulheres em campo e passamos a fita Documentário Charles Chaplim.

No dia 01/09, conforme roteiro, depois da hospedagem no Calir - ES, partimos em excursão ao assentamento Jucuruabá, município de Viana, região centro do Esp. Santo. Ao chegarmos no assentamento, fomos recebidos pelas Lideranças do local. Logo de início foi realizada uma reunião onde o presidente da Associação relatou de forma breve a história do assentamento. Terminada a reunião, fomos convidados para visitarmos as instalações do projeto, as culturas e o sistema de irrigação. Neste assentamento cada família desenvolve suas atividades individualmente, desde o preparo da terra à colheita. Em alguns casos o mutirão é ativado, mediante pagamento daquele que está sendo beneficiado. As famílias que não possuem trator, alugam daquelas que possuem, quando solicitam. O conjunto de irrigação foi comprado coletivamente e está sendo instalado no alto do morro um reservatório central,

que atenderá à todos os lotes. Cada beneficiário pagou uma cota referente ao serviço. O feijão, o milho e a seringueira são as principais explorações comerciais, ficando as olerícolas para comercialização direta ao CEASA, próximo da área. Além destas explorações, cultivam hortas domésticas. Os assentados mantém o experimento de citrus implantado pela EMCAPA antes da desapropriação. Acredita-se que este será o primeiro assentamento do ..... BRASIL a se emancipar. Atribui-se esta possibilidade pelas condições sociais, econômicas e políticas favoráveis ao assentamento. A maioria dos beneficiários são ex-funcionários da Antártica. Destes alguns já possuiam uma condição de vida melhor e para conquistar a área de fazenda pertencente à EMCAPA (Empresa Capixaba de Pesquisa), tiveram o apoio político direto do Governo do Estado e o voto favorável da EMCAPA. Entretanto, este é o único assentamento do ES não reconhecido pelos trabalhadores rurais, por acreditarem na proteção de alguns beneficiários durante o processo de seleção. Ressaltamos tal particularidade dada a importância do movimento dos trabalhadores no processo político de Reforma Agrária do Estado do Espírito Santo.

Os beneficiários de Campos Novos ficaram encantados com as instalações do projeto, suas culturas, o tipo de solo, relevo e com o sistema produtivo adotado. A partir daí, comentavam que este assentamento ofereceu para eles um exemplo de orgnização, talvez pela proximidade das realidades. Atualmente, estando em lotes individuais, sem área coletiva de trabalho e sem apoio do MIRAD-RJ, não acreditam na regularização da área com a retirada dos reprovados.

A excursão à este assentamento, despertou o espírito crítico do grupo, que começaram a dialogar, analisando comparativamente o sistema coletivo de produção dos dois primeiros assentamentos com este último.

De acordo com a programação da excursão, retornamos à Cabo Frio. No momento da despedida, os técnicos Dr. ... Chateaubriand Lustosa Butteri (EMATER-ES) e Srª. Eliane .. Maria de Mesquita Pessotti (BANDES) agradeceram a participação dos beneficiários do projeto Campos Novos e da equipe técnica da EMATER-RIO.

No caminho de volta, oferecemos um almoço para os excursionistas, seguindo em viagem até Campos Novos.

Dos vinte e quatro excursionistas, treze pertencem às glebas A e B (B.Vista e Angelim) e onze às glebas C e D (Botafogo). Avaliamos ter sido o método realizado bastante proveitoso, pois possibilitou aos trabalhadores contato com assentamentos organizados, graças à união e à consciência política dos trabalhadores. Vale relatar que durante a viagem de volta, os participantes discutiam entre si na tentativa de poder encontrar uma forma de trazer o exemplo do Esp. Santo para Campos Novos. Percebemos que os representantes das Associações de Angelim e Botafogo, "camuflados", ou investiam contra as propostas do grupo e colocavam diversas dificuldades para o Projeto C. Novos ou ficavam indiferentes e calados. No entanto, a revelação dos titulados Antonio Ferreira de Jesus (gleba C - Botafogo), Carlos Henrique Venancio Porto (jovem rural - filho do titulado Amandio Venancio Porto - gleba C - Botafogo), Silvio da Silveira (gleba C - Botafogo), Jamil dos Santos Estevão da (gleba B - Angelim), Maria Santana (gleba B - Angelim) e Antônio Pompeu Filho (gleba B - Angelim), não permitiram que o pessimismo e voto contra,dos representantes do Sr. Ilson Santos e da D. Maria Quitéria Ribeiro da Costa viessem abalar o espírito crítico dos demais excursionistas. Chegando em Angelim, antes do primeiro participante desembarcar, foi sugerida uma reunião no

dia 06/09 para avaliar a excursão à fim de não contrariar os interesses das Associações, foi sugerido que a reunião de avaliação do evento fosse aberta para toda a comunidade. A proposta foi aprovada com a defesa da importância da divulgação da organização e exemplo da união dos trabalhadores do Espírito Santo. Desta forma, a excursão foi encerrada com uma reunião promovida pelos próprios excursionistas.

Obs:

Destacamos a importância da integração entre a .... EMATER-RIO e a EMATER-ES, pois proporcionou aos técnicos momentos para avaliação das ações extensionistas que estão sendo desenvolvidas nos referidos Estados, bem como a extensão rural no Brasil.

Sugerimos às demais equipes locais que promovam excursões em Organização Rural no Norte do Espírito Santo, dado o nível de organização comunitária.

Recursos utilizados:

: 05 Fitas de vídeo cassete
: 24 Apostilas
: 01 Faixa
: 03 Filmes fotográficos

ldo.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA EXCURSÃO

1 - Maria da Conceição Vicente Moreira
2 - José Pires Moreira
3 - Antônio Ferreira de Jesus
4 - Carlos Henrique Venancio Porto
5 - Silvio da Silveira
6 - Ciléa Conceição Silveira Souza
7 - Sonia Maria Pereira Silva
8 - Paulo Inácio de Souza
9 - José Luiz Nunes Gabri
10 - Celes Marins
11 - Cleber Marins
12 - Jamil Santos Estevão
13 - Antonio Candido Pompeu Filho
14 - Maria Santana dos Santos
15 - João Aires Caetano de Miranda
16 - Valdir Henriques Gonçalves
17 - José Faustino
18 - Ricardo Gomes da Silva
19 - Carlos Alberto Mendes
20 - Juvenal Rodrigues
21 - Jandes Antunes de Oliveira
22 - Pedro Antonio Leal
23 - Nilza de Souza
24 -Custódio Herculano de Souza

EQUIPE EMATER-RIO

DERLY JOSÉ HENRIQUES DA SILVA
VERA REGINA TAVARES CAMARA
ADRIANO MARTINS CARNEIRO LOPES
MÔNICA MARIA GOMES SOBREIRA

EQUIPE EMATER - ES

CHATEAUBRIAN LUSTOSA BUTERI
ELIANA MARIA DE NESQUITTA PESSOTTI

Vera Regina T. Camara
Prof. Pedagógica Reg. 38747
Extensionista Social - EMATER-RIO

Mônica Maria Gomes Sobreira
Assistente Social CRAS 7441/7.ª R
Extensionista Social I - EMATER-RIO

Adriano Martins Carneiro Lopes
Tóc. Agrícola CREA - 88101654-4
Extensionista Rural II - EMATER-RIO

Derly José Henrique da Silva
Eng. Agrônomo CREA - 38203/D
Extensionista Rural I - EMATER-RIO

Ilmo.

LEVANTAMENTO TÉCNICO DO REBANHO BOVINO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AO MENOR - FEEM - FAZENDA SÃO DOMINGOS - CONC;MACABU.

Fazendo vistoria do rebanho bovino atual, constituído de 215 cabeças, verificamos que as pastagens nas condições atuais, não suportam este número de bovinos, pois encontram-se em precárias condições de manejo além de grande parte ser ocupada / por posseiros, o que diminuiu ainda mais a capacidade de suporte.

Com relação ao rebanho, grande parte deve ser descartado imediatamente, já que muitas fêmeas são velhas ou fracas para a produção de leite, 31 machos encontram-se na faixa de 5 a 7 anos, o que não é recomendável, pois estes animais já ultrapassaram a faixa de abate. Outros animais machos e fêmeas que serão mencionados abaixo também devem sair, ficando apenas as vacas com maior valor zootécnico, assim como um touro, algumas bezerras ou novilhas e oito bois carreiros.

- Animais de maior valor zootécnico que deverão ficar na propriedade:

Vacas no leite: 10 cabeças.

1. Cadência
2. Margarida
3. Faísca
4. Estrela
5. Rendeira
6. Argentina
7. Lagoa
8. Brasileira
9. Minerva
10. Demorada

Vacas falhadas ou fora do leite: 07 cabeças

1. Fartura
2. Marquesinha
3. Esperança
4. Fazenda
5. Baia
6. Prendada
7. Rainha

Cont

Cont.

- Bezerros no leite ou mamando até 01 ano: 07 cabeças
  07 fêmeas - 2,5 arrobas em média.

- Bezerros desmamados de 1 a 2 anos: 03 cabeças
  03 fêmeas - 4 arrobas em média.

- Reprodutor em utilização: 01 cabeça
  1. André - mestiço pxb - 4 anos - 20 arrobas aproximadamente.

- Novilhas mestiças de 2 a 4 anos: 16 cabeças
  16 fêmeas - 8,5 arrobas em média.

- Bois de carro ou animais de tração: 08 bois com média de 15 arrobas.
  1. Flamengo
  2. Japones
  3. Soberano
  4. Dengoso
  5. Rendado
  6. Boneco
  7. Holandes
  8. Castelo

Animais de menor valor zootécnico de acordo com a aptidão ou animais descartáveis:

- Vacas no leite ou em lactação: 15 vacas com média de 9 arrobas.
  1. Cuíca
  2. Medalha
  3. Andaluza
  4. Sete Copa
  5. Azeitona
  6. Marmelada
  7. Dengosa
  8. Aliada
  9. Galinhola
  10. Prenda
  11. Copeira
  12. Mansinha
  13. Baixota
  14. Queimada
  15. Platina

Cont.

Cont.

- Vacas falhadas ou fora da lactação: 12 vacas com média de 9 arrobas
  1. Holandinha
  2. Fumaça
  3. Macumba
  4. Irapoca
  5. Redonda
  6. Escritura
  7. Mineira
  8. Viuvinha
  9. Bicuda
  10. Jardineira
  11. Prateada
  12. Namorada

- Bezerros mamando até 1 ano: 17 cabeças
  14 machos - 2,5 arrobas em média
  03 fêmeas - 2,5 arrobas em média
  OBS: Alguns bezerros deverão ficar com as vacas em lactação de maior valor zootécnico até o desmame.

- Bezerros desmamados de 1 a 2 anos: 03 cabeças
  03 machos - 3,0 arrobas em média

- Garrotes de 1 a 4 anos: 56 cabeças
  56 machos - 8 arrobas em média

- Novilhas de 1 a 3 anos: 22 cabeças
  22 fêmeas - 7,5 arrobas em média

- Garrotes erados - 5 a 7 anos: 31 cabeças
  31 machos - 14 arrobas em média

- Reprodutor 4 anos: 01 cabeça
  1. Moura da Cachoeira - Nelore cinza - 15 arrobas

Cont.

Cont.

- Bois carreiros ou de tração: 06 animais com 14 arrobas em média
  1. Sereno
  2. Retrato
  3. General
  4. Retinto
  5. Tamarindo
  6. Paraiba

Conceição de Macabu, 10 de junho de 1987.

Dr. Fernando José da Silva
Médico Veterinário
Supervisor Local EMATER-RIO

Dr. Sebastião Geraldo Leite Lima - Med.Veterinário
Extens.Rural - EMATER-RIO

CEDIM

TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENCARGOS DE IMÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO ESTADUAL, SITUADO EM CONCEIÇÃO DE MACABU, MUNICÍPIO DO MESMO NOME, FIRMADO ENTRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A SOCIEDADE CIVIL "ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS."

Aos doze dias do mês de março de 1987 no Departamento do Patrimônio Imobiliário da Secretaria de Estado do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, presentes: 1) como cedente o Estado do Rio de Janeiro, doravante designado Estado, representado neste ato pelo Diretor Geral do Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, e neste termo representado pelo Dr. Luiz Fernando Carvalho de Azevedo, e) como cessionária a "Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos", com sede na "Fazenda São Domingos", Município Conceição de Macabu, neste Estado, representada por seu Presidente, Jorgito Roncalli de Oliveira. daqui por diante designada CESSIONÁRIA, tendo em vista o decidido no processo nº E-06/14013/84, é assinado o presente termo de cessão de uso com encargos, que se regerá incondicionalmente e incontestavelmente pela legislação específica estadual, que se considera parte integrante deste instrumento, com as seguintes Cláusulas e condições: Primeira: - (objeto do termo) - Constitui objeto da presente cessão o uso dito cessão de o uso com-

vel integrante do patrimônio do Estado situado no MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO de MACABU, denominado "FAZENDA SÃO DOMINGOS" que assim se descreve e caracteriza. O ponto 1, situa-se na estrada de S. Domingos a aproximadamente 2200 m da estação de Conceição de Macabu no local em que eu fui se inicia o horto ; dai, infectindo para a esquerda, rumo leste. Cruzando um Riacho ai existente sobe-se, Rumo SE, pela encosta digo encosta de uma elevação no ponto 3 ; dai, descendo pelo rumo SW a uma distância aproximadamente digo aproximada de 400 m até o sopé da elevação encontrando-se o ponto 2 ; dai, seguindo Rumo SE com uma distancia de 600 aproximadamente chega-se a parte de outra elevação no ponto 3 ; dai, descendo com o rumo aproximado SW e com uma distância aproximada de 700 m chega-se a margem de um Riacho, no ponto 4 ; dai seguindo pelo riacho rumo S aproximado a uma distância aproximada de 300 m atravessa-se uma estrada vicinal, sobe-se pela encosta de uma elevação até o seu ponto mais alto, descendo rumo aproximado SE, subindo-se novamente pela encosta da Serra Mundo Novo até o seu ponto culminante no ponto 5 ; dai, seguindo o rumo aproximado SW, pela linha de Crista da Serra Mundo Novo com uma distancia aproximada de 1100 m alcança-se o topo da parte mais baixa da Serra do Mundo Novo, descendo rumo aproximado NW e subindo novamente, chega-se ao topo de outra elevação parte menor e a NE da SERRA DA SOBRA DE TERRA, no ponto 6, dai seguindo-se digo subindo pelo divisor, Rumo

aproximado SW com uma distância aproximada de 2800, após cruzar um pico proeminente e descê-lo, chega-se ao ponto 7 na imediação de uma represa ali existente; desse ponto, infletindo para a direita aproximadamente de 1000 m chega-se ao ponto 8 daí, infletindo 90° para esquerda, com a distância aproximada de 1000 m descendo a encosta, atravessando o vertedouro da represa e subindo até um divisor de águas chega-se ao ponto 9; desse ponto descendo pelo divisor de águas citado, até os termos da Fazenda do Paulo, chega-se ao ponto 10, a 150 m aproximadamente a quem da estrada de São Domingos; daí, seguindo uma linha seca, rumo aproximado E com uma distância aproximada de 3100 m mais ou menos paralela a estrada, chega-se ao ponto 11; desse ponto, seguindo rumo N com uma distância aproximada de 1000 m, alcança-se o ponto 12, no limite da Escola Agrícola Rego Barros com área particular ali existente; daí, infletindo para a esquerda, seguindo pelo vale com uma distância de 900 m, chega-se ao ponto 13; daí, subindo rumo SE com uma distância de 450 m aproximadamente até o ponto mais alto de uma elevação existente na área particular no ponto 14; daí, descendo pela encosta, rumo NE, atravessa-se um riacho na Fazenda Procura e subindo uma pequena elevação, já na imediação do Horto, e descendo em direção a Estrada S. Domingos, chega-se novamente ao ponto 1, início da presente descrição, [illegible] o perímetro, totalizando uma área

de 9 às 13 hs. Segunda: - Destinação do bem móvel - O bem móvel cujo uso é ora cedido destinar-se-á a ser empregado pela CESSIONÁRIA na implantação do projeto experimental, no qual o Estado, através da CESSIONÁRIA, visa um projeto agrícola com objetivo de criar um pólo gerador de tecnologia, recuperação da tradição de plantio de subsistência, olericultura, fruticultura, pequenas criações, além de possibilitar a implantação de culturas em áreas de exploração cooperadas com uso de técnicas agrícolas que contribuam com a recuperação e conservação dos recursos naturais e para aumento de alimentos produzidos no ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fica esclarecido que a CESSIONÁRIA, que já detinha a posse do bem móvel objeto desde, é oficialmente investida neste ato na posse do mesmo exercício e caracterizado na cláusula primeira, sob as condições e encargos previstos neste instrumento. Terceira (Encargos) - Como contraprestação pela cessão do bem móvel descrito na cláusula primeira, a CESSIONÁRIA se obriga a instalar e manter no local a) 60 (sessenta) unidades unifamiliares de produção que ocuparão igual número de áreas com área de 1,5 adquirir cada uma e que se destinarão à produção de alimentos dos componentes das respectivas unidades unifamiliares, destinando-se a produção desta área ao patrimônio da CESSIONÁRIA; c) Os trabalhos a serem realizados na área indicada na letra "a"

legislação e pena, assinar contrato de direito real de uso, nos termos previstos nos artigos 44/49 da Lei complementar nº 8 de 25 de Outubro de 1987 digo 1977. Setima :- (Encargos gerais) - A CESSIONÁRIA poderá construir ou modificar benfeitorias sempre que tais fatos digo fatos sejam necessários ou desejáveis em face das peculiaridades desta cessão, devendo em qualquer caso, comunicar o ocorrido ao Departamento do Patrimônio do Estado, ficando claro que está excluída desta obrigação de comunicação a utilização da terra para plantação ou lavoura. Oitava :- O ESTADO não responderá por quaisquer digo quaisquer encargos previdenciários ou trabalhistas decorrentes do uso que a CESSIONÁRIA der a terra. Nona (Obrigações com terceiros) - O ESTADO não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CESSIONÁRIA para com terceiros ainda que vinculados ou decorrentes do uso da área da presente cessão de uso, assim como por qualquer indenização por ato da CESSIONÁRIA, Seus sucessores, prepostos ou empregados. Décima :- (Fiscalização) - A CESSIONÁRIA se obriga a permitir o acesso dos servidores do ESTADO ao imóvel, desde que sejam componentes para as tarefas de fiscalização geral ou desde que designados especialmente para a verificação do cumprimento das disposições do presente Termo. Décima Primeira :- (Outras restrições) - a CESSIONÁRIA se obriga por

cede, transferir, arrendar ou emprestar, a terceiros, no todo ou em parte, o imóvel que constitui objeto da presente cessão de uso e os direitos e obrigações dele decorrentes; b) a não usar o imóvel senão com a finalidade prevista na cláusula segunda deste termo; c) a não praticar nem permitir que se pratique atos predatórios contra a ecologia da área, notadamente sua fauna, florestas, nascentes, pedreiros, areias, etc...; d) a não fazer, nem permitir que se faça sob qualquer modalidade, a comercialização dos bens naturais, enumeradas na letra C acima, ou quaisquer outros nela eventualmente omitidos mas certamente incluídos pela generalização; e) a obedecer as normas prescritas pelos códigos de águas, florestal e de mineração; f) a desocupar o imóvel e a restituição digo restituído vazio ao ESTADO nos casos de vetinação de pleno direito da presente, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa. Décima segunda:- (Cessão de pleno direito)- a presente cessão estará rescindida de pleno direito, independentemente de ato especial se, em qualquer época, foi dada ao imóvel destinação diversa da prevista na cláusula segunda, ou for descumprida qualquer das obrigações previstas nestes termos, revertendo o uso do imóvel, com as benfeitorias úteis e necessárias. Décima terceira:- (Casos Omissos)- Os casos omissos e quais

quer ajustes que se façam necessários em
decorrência do presente termo serão discu-
tidos e resolvidos de comum acordo en-
tre as partes, lavrando-se termo aditi-
vo. Décima Quarta: - (Fiscalização Orçamen-
tária) - O ESTADO providenciará até o quinto
dia útil seguinte ao de sua assinatura, o
encaminhamento de cópia autenticada do
presente instrumento ao seu tribunal de
Contas e as Inspetorias Setoriais de Finan-
ças das Secretarias de Estado de Justiça e
do Interior e Fazenda. Décima Quarta: -
(Faro) - Fica eleito o Foro da Comarca do
Rio de Janeiro com expressa renúncia de
qualquer outro, por mais especial que seja
para dirimir qualquer questão oriunda do
presente termo ou de sua execução em
face dele. Décima Sexta: - (Publicação) -
Incumbirá digo Incumbirá ao ESTADO providen-
ciar a sua Publicação em Extrato, no Diá-
rio Oficial do Estado, dentro de 20 (vinte) dias
contados de sua assinatura. E, eu Bilia
Araújo Neves de Abreu Santos, mat. nº
0.176-057-8, chefe do serviço de permissão
e uso (DU-2), lavrei o presente termo às
fls.: 10, 10 vº, 11, 11 vº, 12, 12 vº, 13, 13 vº do livro
nº B/13 JPI o qual é assinado pelas partes
e testemunhas. Rio de Janeiro, 13 de março
de 1987.

Angelo Ramos de Oliveira.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

MPAS - FUNABEM
37500 005388 /87
20 AGO 1987
SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES

OF.S/Nº

Senhora Presidente,

Propiciar a jovens que vivem no meio rural e respectivas famílias oportunidade de autopromoção social, no sentido da superação das condições de pobreza e exploração a que vêm sendo submetidos tem sido diretriz assumida pelo Governo Federal, quando voltou suas vistas para o ensino técnico e, especificamente para as comunidades agrícolas.

Assim, inserindo-nos nessa vontade política, vemos a importância e oportunidade de apresentarmos projeto a ser implantado em Conceição de Macabu, na várzea situada entre os limites das fazendas São Domingos e São Geraldo. Esse projeto, além de sua abrangência sócio-educativa, objetiva dar a jovens e famílias condições de desenvolverem ações que lhes forneçam recursos financeiros indispensáveis à sua fixação na localidade em que vivem, ponto fundamental para a implantação do Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural de Conceição de Macabu.

É, pois, a partir dessas considerações e confiantes na sensibilidade de V.Sa. ante ações que promoverá a comunidade, que apresentamos o presente projeto à apreciação, solicitando, para o mesmo, sua aprovação.

Atenciosamente,

Izaias de Souza Ramos

Izaias de Souza Ramos

Ilma. Sra.
Marina Bandeira
MD. Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM
RIO DE JANEIRO / RJ

FUNABEM - SEPLE
PROTOCOLO | RECEBIDO
20/8/87

FUNABEM - GAB/PRE
PROTOCOLO 09545 | RECEBIDO 20/08/87

JUSTIFICATIVA

Proc. 5388
Fls. 03
Rub.

É preocupação marcante, num projeto ligado à área rural, propiciar a jovens, em situação de risco, oportunidades de autopromoção, numa busca efetiva e plena do desenvolvimento social, para superar as condições de pobreza e exploração a que se encontram submetidos.

Jamais se poderá, contudo, pensar em qualquer ação que envolva jovens, sem ter em mente que esses jovens pertencem a uma família, que por sua vez, integra uma comunidade. Logo o fortalecimento dos vínculos comunitários, o reforço à identidade cultural, o incentivo à participação apontarão os caminhos para que, promovendo-se o indivíduo promova-se a um só tempo família e comunidade.

Nessa perspectiva e considerando-se que a inserção no mundo do trabalho é uma das formas de superar o pauperismo, jutifica-se este projeto que abrangerá, ao mesmo tempo, uma ação educativa envolvendo jovens e respectivas famílias e ações que propiciem recursos financeiros que possam facilitar a permanência do campo.

Outro fator que reforça a importância deste projeto, além da ação educativa e econômica já explicitados, é a possibilidade de desenvolver culturas agrícolas indispensáveis por ocasião da implantação do centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural.

O projeto será implantado na várzea situada no limite das fazendas São Domingos e São Geraldo, compreendendo uma área de 10 hectares. Atenderá a 50 jovens e a 60 famílias em regime especial de trabalho durante 8 horas diárias, ocasião que será ministrado o curso sobre condução de culturas agrícolas, dinamizando aulas teóricas e atividades práticas de produção.

Este curso será da responsabilidade da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e da Secretaria de Agricultura/EMATER que cederão 2 engenheiros agrônomos a quem caberá a dinamização do curso a execução e o acompanhamento do projeto em tela.

Baseando-se nessas considerações e na necessidade de obtenção de recursos financeiros foi elaborado este projeto.

Isaias de Souza Ramos.

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM
CONVÊNIO FUNABEM /
PROJ. ESPECÍFICO N.º PROC. N.º

Proc. 5.298
Fls. 04
Rub.

PROJETO ESPECÍFICO

PREENCHIDO PELO ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO

1 - ÓRGÃO E SIGLA
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA S. DOMINGOS

2 - U.F.
RJ

3 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO
IMPLANTAÇÃO E CONDUÇÃO DE CULTURAS

4 - MUNICÍPIOS ATINGIDOS
N.º 1

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO
INÍCIO 15 / 08 / 87
TÉRMINO 15 / 08 / 88

6 - META
MENORES 74
FAMÍLIAS 44

7 - UNIDADES BENEFICIADAS

REDE OFICIAL
ENT.ES SOCIAIS PARTICULARES
PREFEITURAS
OUTRAS 1
TOTAL 1

8 - ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL

N.º TOTAL DE VAGAS DO PROJETO ESPECÍFICO
N.º DE VAGAS / MÊS À DISPOSIÇÃO DO SINPAS
PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRAPARTIDA (N.º DE MESES)

9 - OBJETIVO/REGIME DE ATENDIMENTO/SÍNTESE DAS ATIVIDADES

OBJETIVO: Desenvolver uma ação educativa junto a menores e repectivas famílias no sentido de desenvolver um projeto, de geração de renda que propicie, não só conhecimentos básicos na área agrícola; mas também recursos financeiros que facilitem sua permanência no campo.

REGIME DE ATENDIMENTO: Especial

SÍNTESE DAS ATIVIDADES: Preparo do solo com aração, gradagem e calação; formação de sementeiras, repicagem, adubação e plantio, tratos culturais.

RECURSOS PROPOSTOS

10 - ESPECIFICAÇÕES	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA (Cr$ 1,00) FUNABEM	ÓRGÃO	OUTROS
1 - DESPESAS CORRENTES			
– PESSOAL	–	–	150.000,00
– OUTRAS DESPESAS CORRENTES	224.234,00	–	–
2 - DESPESAS DE CAPITAL			
– OBRAS E INSTALAÇÕES	–	–	–
– EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	–	–	–
11 - TOTAL ⇨	224.234,00		150.000,00

12 - TOTAL GERAL ⇨

13 - QUADROS PREENCHIDOS

1.	2.	3.	4.	4.A	5.	6.	OUT.

14 - DECLARAÇÃO
As alterações, porventura efetuadas nesta proposta, após negociação entre as partes, serão consideradas na execução do Projeto Específico.

_____, ___ / ___ / ___

ASSINATURA DO TITULAR

COD | F.0 | A.3 | A.4 | 1.1 | 109 |

CPMOD

A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM

RECURSOS APROVADOS

ESPECIFICAÇÕES	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA (Cr$ 1,00)			
	FUNABEM	ÓRGÃO	OUTROS	TOTAL
1 - DESPESAS CORRENTES				
– PESSOAL				
– OUTRAS DESPESAS CORRENTES	224.234,00		150.000,00	374.234,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL				
– OBRAS E INSTALAÇÕES				
– EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
TOTAL ⇨	224.234,00		150.000,00	374.234,00

ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL

N.° TOTAL DE VAGAS DO PROJETO ESPECÍFICO [ ] N.° DE VAGAS / MÊS À DISPOSIÇÃO DO SINPAS [ ] PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRAPARTIDA (N.° DE MESES) [ ]

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

P. Rural - RJ, 10 / 8 / 87 — LOCAL, DATA

Thuezinho Maily Engelbrecht — ASSINATURA

N.° DA CONTA	BANCO	AGÊNCIA

RATIFICAÇÃO PELO ÓRGÃO	EMPENHOS
DOCUMENTO N.° _____	NOTA DE EMPENHO N.° _____ VALOR _____ DATA ___/___/___
DATA ___/___/___	NOTA DE EMPENHO N.° _____ VALOR _____ DATA ___/___/___
	NOTA DE EMPENHO N.° _____ VALOR _____ DATA ___/___/___

NÚMERO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNABEM [ ][ ][ ]

APROVAÇÃO

Este Projeto Específico homologado passa a integrar, para todos os efeitos legais, o termo de Convênio firmado em __/__/__ entre a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM e _____ – _____, tendo a composição financeira acima discriminada.

Os recursos de responsabilidade da FUNABEM integram orçamento próprio e estão alocados na atividade 15814832.011 – Assistência Técnica e Cooperação Financeira.

RESPONSÁVEL LEGAL PELA CONVENENTE	RESPONSÁVEL LEGAL PELA FUNABEM
Isaias de Souza Ramos. — ASSINATURA	_____ — ASSINATURA

CPMOD.83

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

PRO[illegible]O ESPECÍFICO

UNIDADES BENEFICIADAS

QUADRO 1

1 - A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM
CONVÊNIO FUNABEM /_____
PROJ. ESPECÍFICO N.º _____ PROC. N.º _____

2 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO
IMPLANTAÇÃO E CONDUÇÃO DE CULTURAS

3 - ÓRGÃO
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA S.DOMINGOS

4 - U.F.
RJ

5 - N.º DE ORDEM	6 - UNIDADES BENEFICIADAS/MUNICÍPIOS	7 - TIPO	8 - MOTIVO DA SOLICITAÇÃO	9 - META PREVISTA				10 - RECURSOS PREVISTOS (Cr$ 1,00)			
				MENORES			FAMÍLIAS	PESSOAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
				0 — 6	7 — 14	15 E MAIS					
1	Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos	OUT	IMP.	-	48	26	44	-	224.234,00	-	224.234,00
11 - TOTAIS				-	48	26	44	-	224.234,00	-	224.234,00

RUBRICA
Isaias de Souza Rocha

FOLHA 1 1 1

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

PROJETO ESPECÍFICO
MATERIAL DE CONSUMO

Proc. 23 ... Fls. 06 ... QUADRO 3

1 - A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM	2 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO	3 - ÓRGÃO	4 - U.F.
CONVÊNIO FUNABEM / ____ PROJ. ESPECÍFICO N.º ____ PROC. N.º ____	Implantaçao e condução de culturas	ATRSFD.	

GRUPO	5 - N.º DE MENORES	6 - VALOR MENSAL	7 - N.º DE MESES	8 - VALOR TOTAL
ALIMENTAÇÃO		Cr$		Cr$
VESTUÁRIO HIGIENE UTENSÍLIOS		Cr$		Cr$
MATERIAL DIDÁTICO		Cr$		Cr$
MATERIAL DE CONSUMO ~~PARA OFICINAS~~	74	Cr$ -	-	Cr$ 224.234,00
RUBRICA Isaias de Souza Barros	TOTAL MENSAL ⇨	9 - Cr$	TOTAL GERAL ⇨	10 - Cr$ 224.234,00

COD F 0 A 3 A 4 1 1 104

CPMOD/83

CEDIM

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

PROJETO ESPECÍFICO
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

Proc. 5310 FLS. 07 Rub. [illegible]

QUADRO 4

1 - A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM	2 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO	3 - ÓRGÃO	4 - U.F.
CONVÊNIO FUNABEM / ____ PROJ. ESPECÍFICO N.º ____ PROC. N.º ____	Implantação e condução de culturas	ATRFSD	RJ

REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS

5 - N.º DE ORDEM	6 - ESPECIFICAÇÃO	7 - N.º	8 - VALOR UNITÁRIO	9 - TOTAIS
10 -	TOTAL			

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS

11 - N.º DE ORDEM	12 - ESPECIFICAÇÃO	13 - N.º	14 - VALOR UNITÁRIO	15 - TOTAIS
1	Aração e gradagem - incluindo mão-de-obra - aluguel do arado - combustível	100h	Cz$500,00/h	Cz$50.000,00
16 -	TOTAL	100h		50.000,00

RUBRICA: Isaias de Souza Paes

17 - TOTAL GERAL ⇨ 50.000,00

COD | F 0 | A 3 | A 1 | 1.1 | 105 |

CEDIM

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

PROJETO ESPECÍFICO
RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Proc. 5288
Fls. 8

QUADRO

1 - A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM
CONVÊNIO FUNABEM/
PROJ. ESPECÍFICO N.º PROC. N.º

2 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO: Implantaçao e condução de culturas

3 - ÓRGÃO: ATRFSD

4 - U.F.: RJ

5 - N.º DE ORDEM	6 - ESPECIFICAÇÃO	7 - QUANTIDADE	8 - VALOR UNITÁRIO	9 - TOTAL
	RELAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO			
1	SEMENTES	Kg		
	CULTURAS			
	. Quiabo	21,0	–	4.074,00
	. Jiló	0,2	–	154,00
	. Berinjela	0,2	–	300,00
	. Pimentão	0,2	–	1.214,00
	. Milho	40,0	–	1.080,00
	. Feijão	100,0	–	2.500,00
	. Maxixe (consorciado)	0,3	–	270,00
	SUBTOTAL			5.364,00
2	ADUBO DE COVA (04:14:08)	6.650	–	55.860,00
3	ADUBO DE COBERTURA (12:06.12)	2.500	–	19.800,00
4	DEFENSIVO AGRÍCOLA	251L	–	60.000,00
5	PULVERIZADOR COSTAL	3 UNID.	–	5.340,00
6	IRRIGADOR MANUAL	3 UNID.	–	1.008,00
7	ENXADA 3'	6 UNID.	–	1.380,00
8	ENXADÃO MÉDIO	6 UNID.	–	1.080,00
9	CARRINHO DE MÃO (Roda pneu)	2 UNID.	–	2.700,00
10	MATRACA	3 UNID.	–	702,00
11	ROLO DE ARAME	35 UNID.	–	21.000,00

RUBRICA – Graças de Souza Ramos

10 - TOTAL GERAL ⇨ 174.234,00

COD | F.0 | A.3 | A.4 | 1.1 | 107

CPMOD/83

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS

FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

PROJETO ESPECÍFICO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS FINANCEIROS

QUADRO 6

1 - A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM

CONVÊNIO FUNABEM/ _____

PROJ. ESPECÍFICO N.º _____ PROC. N.º _____

2 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO

IMPLANTAÇÃO E CONDUÇÃO DE CULTURAS

3 - ÓRGÃO

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

4 - U.F.

PARCELA/MÊS-ANO / ELEMENTO DE DESPESA		5 · AGOSTO				
DESPS. CORRENTES	PESSOAL	6 ·				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	224.234,00 √				
DESPS. DE CAPITAL	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	EQUIPS. E MAT. PERMANENTE					
TOTAL ⇨		7 · 224.234,00 √				

PARCELA/MÊS-ANO / ELEMENTO DE DESPESA		5 ·				
DESPS. CORRENTES	PESSOAL	6 ·				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DESPS. DE CAPITAL	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	EQUIPS. E MAT. PERMANENTE					
TOTAL ⇨		7 ·				

PARCELA/MÊS-ANO / ELEMENTO DE DESPESA		5 ·				8 · TOTAL GERAL
DESPS. CORRENTES	PESSOAL	6 ·				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					224.234,00
DESPS. DE CAPITAL	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	EQUIPS. E MAT. PERMANENTE					
TOTAL ⇨		7 ·				224.234,00 √

FLS. 09

CEDIM

NISTÉRIO DA FAZENDA
ETARIA DA RECEITA FEDERAL
RDENAÇÃO DO SISTEMA DE
RMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
30416036/0001-11

VÁLIDO ATÉ
31/12/91

ATIVIDADE PRINCIPAL
EC.29

CPF DO RESPONSÁVEL
67326757-15

CCIACAO

MACAE

AL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL
AO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZ SAO DOMINGOS

DOMINGOS

NÚMERO

COMPLEMENTO

RRO/DISTRITO
PRIMEIRO

MUNICÍPIO
CONCEICAO DE MACABU

UF
RJ

PESSOA JURÍDICA [X]
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS [ ]
IMPORTAÇÃO [ ]
LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS [ ]

ORIAS [ ]
BENS
TENÇÃO NA FONTE [ ]
MINERAIS NO PAÍS [ ]
ENERGIA ELÉTRICA [ ]
SOBRE SERVIÇOS [ ]

M8703

01
0
1
9
1
3

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
30416036/0001-11

VÁLIDO ATÉ
31/12/91

ATIVIDADE PRINCIPAL
EC.29

CPF DO RESPONSÁVEL
67326757-15

NATUREZA JURÍDICA
ASSOCIACAO

DRF/SRF
73330 - MACAE

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZ SAO DOMINGOS

NOME DE FANTASIA

LOGRADOURO
FAZ SAO DOMINGOS

NÚMERO

COMPLEMENTO

CEP
28740

BAIRRO/DISTRITO
PRIMEIRO

MUNICÍPIO
CONCEICAO DE MACABU

UF
RJ

RENDA-PESSOA JURÍDICA [X]
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS [ ]
IMPORTAÇÃO [ ]
LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS [ ]

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS [ ]
RENDA-RETENÇÃO NA FONTE [ ]
MINERAIS NO PAÍS [ ]
ENERGIA ELÉTRICA [ ]
SOBRE SERVIÇOS [ ]

M8703

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO
NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO,
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMEN
NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMA
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

aprovado tambem por unanimidade, para segun
a Secretaria a companheira Lenira Moreira Lopes
para tezoureiro foi endicado (par) o companheiro
Jose Sebastião Brum, e segundo tezoureiro Angel
Concalle de Oliveira, foi eleito tambem um concel
fiscal composto dos seguintes companheiros
Jose Chaves, Manoel Estacio Filho, (Jose) Joel
Brum, Ezequiel Belo sobrinho, Jece França foi
eleito tambem dois diretores, diretor de transporte
Adilson Azevedo, diretor de patrimonio Remy
Brum. Não avendo mais nada a tratar foi enc
rada a Assembleia, eu Lenira Moreira Lopes
como secretaria adoque prezenciei e escrevi a
prezente ata que vai assinada por mim, e logo
pois sua aprovação será assinada pelo prezidente
Lenira Moreira Lopes Isaias de Souza Ramos.

Assembleia da asociação dos trabalhadores Rur
a Fazenda São Domingos Conceição de Macabu
6 de junho de 1987, tendo sido convocada para as 14
oras, mais não obtendo [illegible] coro foi feito uma
gunda convocação as 14 e 30 horas, com 32 asociados
rezentes o prezidente [illegible] em Assembleia. E
sou a dar algumas informações [illegible] a secretaria
traordinaria de assuntos fundiarios não liberou
verba para construção da [illegible], informou tam
em sobre um convite da central unica dos traba
adores para participarmos do congresso estadual
ue será realizado na (31) MERJ nos dias 28-29
30 de Agosto. Logo depois passou a ler a ordem
dia primeiro ponto, discutir a minuta do
mpromisso com a SEAF. Segundo ponto congr
o estadual da CUT. terceiro ponto, contrução
um galpão no terreno da sede da asociação.
ue foi aprovada a ordem do dia como lida. No

APRESENTAÇÃO
Pág. 34 Apresentação em Conceição de Macabu
Oficial
TRANSCRIÇÃO
Registrado no livro n.º 65 em 01 de 1987
Oficial
Pág. 172 de 1987

Proc. 5388
FLS. 11 9
Rub.

de Menezes 57, Valdomira Rocha Machado 28, Luiz José Roberto 45, João Francisco dos Anjos 49, Pedro José de Souza 27, João Lunes dos Reis 33, Manoel Barreto 31, Lemira Moreira 39, Remy Brum 37, Laura Gomes Silva 38, Celço Pereira 36, Maizes Gama 9, Artei Machado dos Santos 50, Nicodemos Feliciano Grijó 18, (Leirido) Leirindo José da Cunha 41, Manoel Estacio Filho 6, Adelson Estanhe 24, Mailson Lopes dos Santos 4, Antonio Lopes da Costa 29, Ezequiel Belo Sobrinho 14, Elena Gomes 3, Bras Ferreira da Silva 45, Gece França 52, Braulino Candido da Silva 19, José Chaves Nunes 34, Moacir Estanhe 15, Nirton Bento Lanchim 40, Joel Brum 55, depois de ter cido sorteado todos os 60 (cecenta lotes) o prezidente lembrou um dos item do nosso estatuto que dis tomar posse do lote no prazo minimo de 8 dias, não tendo mais nada a tratar foi encerrada a Assembleia eu segunda secretaria prezenciei e lavrei esta ata que vai assinada por mim e depois de aprovada pelo o prezidente,

Izaias de Souza Ramos.

Assembleia extraordinaria convocada em segunda convocação para o dia 9 de maio de 1987 a 14 horas da tarde para eleger a nova diretoria com a prezença de 33 sócios foi proposto e apoiado que se elegece a diretoria por endicações de nomes e posto em votação aberta. Para prezidente foi endicado o nome do companheiro Izaias de Souza Ramos como candidato unico e aprovado por unanimidade, para vice prezidente foi endicado o companheiro João Batista de Souza tambem como candidato unico aprovado por unanimidade. Foi endicado para primeiro secretário o companheiro Miguel de Lim

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTIDADE SOCIAL PARTICULAR

A SER PREENCHIDO PELA ENTIDADE

IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITANTE

1 - ENTIDADE E SIGLA
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

2 - CGC/MF	3 - CADASTRO NO ÓRGÃO EXECUTOR DA PNBEM NA U.F.	4 - REGISTRO NO C.N.S.S.
30416036/0001-11		

5 - ENDEREÇO	6 - BAIRRO
FAZENDA SÃO DOMINGOS	D.1º

7 - CEP	8 - MUNICÍPIO	9 - U.F.	10 - TELEFONE
	CONCEIÇÃO DE MACABU	RJ	

11 - TITULAR

- NOME: ISAIAS DE SOUZA RAMOS
- CARGO: PRESIDENTE
- NACIONALIDADE: BRASILEIRA
- CPF/MF: 672267657-15

12 - FINALIDADE DA ENTIDADE

PROPORCIONAR APOIO E ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, PROPICIANDO-LHES CONDIÇÕES DE AUTOPROMOÇÃO SOCIAL E SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA

13 - META PREVISTA

REGIME \ FAIXA ETÁRIA	0 - 6	7 - 14	15 - 18	TOTAL
INTERNATO				
SEMI-INTERNATO				
EXTERNATO				
ESPECIAL		48	26	74
TOTAL		48	26	74

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

FAMÍLIAS A SEREM ATENDIDAS

44

14 - RECURSOS PROPOSTOS

ELEMENTOS	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA (Cr$ 1,00)			
	FUNABEM	ENTIDADE	OUTROS	TOTAL
- SUBVENÇÕES SOCIAIS	224.234,00	-	150.000,00	374.234,00
- AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS				
TOTAL	224.234,00	-	150.000,00	374.234,00

15 - ATENDIMENTO A EXCEPCIONAIS

NÚMERO TOTAL DE VAGAS DA ENTIDADE

NÚMERO DE VAGAS / MÊS À DISPOSIÇÃO DO SINPAS

PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRAPARTIDA (N.º DE MESES)

16 - QUADROS PREENCHIDOS

1.	2.	3.	4.	5.	6.	OUTROS

COD [F 0] [A 3] [A 4] [1 1] [110]

CPMOD/83

17 - SÍNTESE DAS ATIVIDADES OBJETO DA PROPOSTA

OBJETIVO: Desenvolver uma ação educativa junto a menores e respectivas famílias no sentido de desenvolver um projeto de geração de renda, que propicie não só conhecimentos básicos na área agrícola, mas também recursos financeiros que facilitam sua permanência no campo.

REGIME DE ATENDIMENTO: Especial

SÍNTESE DAS ATIVIDADES: Preparo do solo com aração, gradagem e calação; formação de sementeiras, repicagem, adubação e plantio; tratos culturais.

18 - DECLARAÇÃO

AS ALTERAÇÕES PORVENTURA EFETUADAS NESTA SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO, APÓS NEGOCIAÇÃO ENTRE AS PARTES, SERÃO CONSIDERADAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

_____, ___/___/___

Graça de Souza Ramos
ASSINATURA DO TITULAR

A SER PREENCHIDO PELA FUNABEM

RECURSOS APROVADOS

ELEMENTOS	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA (Cr$ 1,00)			
	FUNABEM	ENTIDADE	OUTROS	TOTAL
1. SUBVENÇÕES SOCIAIS				
2. AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS				
- OBRAS E INSTALAÇÕES				
- EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	224.234,00		150.000,00	374.234,00
TOTAL	224.234,00		150.000,00	374.234,00
TOTAL GERAL	224.234,00		150.000,00	374.234,00

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

17/08/87
DATA

Shirazuki Kenji Eyerdorff
ASSINATURA

RATIFICAÇÃO PELA ENTIDADE

DOCUMENTO N.º _____

DATA ___/___/___

EMPENHOS

NOTA DE EMPENHO N.º _____ VALOR _____ DATA ___/___/___

NOTA DE EMPENHO N.º _____ VALOR _____ DATA ___/___/___

CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA

NÚMERO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNABEM

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO
MATERIAL DE CONSUMO

QUADRO 2 24

1 - ENTIDADE

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

GRUPO	2 - VALOR MENSAL	3 - N.º DE MESES	4 - VALOR TOTAL
ALIMENTAÇÃO	Cr$		Cr$
VESTUÁRIO HIGIENE UTENSÍLIOS	Cr$		Cr$
MATERIAL DIDÁTICO	Cr$		Cr$
MATERIAL DE CONSUMO PARA OFICINAS	Cr$		Cr$ 224.234,00
5 - TOTAL GERAL			224.234,00

RUBRICA Isaías de Souza Ramos

COD F 0 A.3 A.4 1.1 112

CPMOD/8

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

QUADRO 3

1 - ENTIDADE

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS

2 - N.º DE ORDEM	3 - ESPECIFICAÇÃO	4 - N.º	5 - VALOR UNITÁRIO	6 - TOTAIS
7 -	TOTAL			

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS

8 - N.º DE ORDEM	9 - ESPECIFICAÇÃO	10 - N.º	11 - VALOR UNITÁRIO	12 - TOTAIS
1	ARAÇÃO E GRADAGEM - incluindo mão-de-obra - aluguel do arado - combustível	100h	Cz$500,00/h	Cz$50.000,00
13 -	TOTAL	100h		50.000,00

RUBRICA

14 - TOTAL GERAL ⇨ 50.000,00

COD [F.0] [A.3] [A 4] [1.1] [113]

CPMOD 83

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS
FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO

OUTRAS INFORMAÇÕES

QUADRO 5.26

1 - ENTIDADE

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

Nº DE ORDEM	RELAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SEMENTES	KG		
	CULTURAS			
	. Quiabo	21,0	-	4.074,00
	. Jiló	0,2	-	154,00
	. Beringela	0,2	-	300,00
	. Pimentão	0,2	-	1.214,00
	. Milho	40,0	-	1.080,00
	. Feijão	100,0	-	2.500,00
	. Maxixe (consorciado).	0,3	-	270,00
	SUBTOTAL			5.364,00
2	ADUBO DE COVA (04:14:08)	6.650	-	55.860,00
3	ADUBO DE COBERTURA (12:06:12)	2.500	-	19.800,00
4	DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	251 L	-	60.000,00
5	PULVERIZADOR COSTAL	3 UNID.	1.780,00	5.340,00
6	IRRIGADOR MANUAL	3 UNID.	336,00	1.008,00
7	ENXADA 3'	6 UNID.	230,00	1.380,00
8	ENXADÃO MÉDIO	6 UNID.	180,00	1.080,00
9	CARRINHO DE MÃO (Roda pneu)	2 UNID.	1.350,00	2.700,00
10	MATRACA	3 UNID.	234,00	702,00
11	ROLO DE ARAME	35 UNID.	-	21.000,00
	T O T A L G E R A L			174.234,00

RUBRICA

Isaias de Souza Ramos

COD [F 0] [A 3] [A 4] [1.1] [115]

CEDIM

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS

FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS FINANCEIROS

QUAD. 6

1 - ENTIDADE

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FAZENDA SÃO DOMINGOS - RJ PROC. 5388/84 C; CUSTO 6815

ELEMENTOS \ PARCELA/MÊS-ANO		2 - Parcela Única				
I – SUBVENÇÕES SOCIAIS		3 - 224.234,00				
II - AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	EQUIPS. E MAT. PERMANENTE					
	TOTAL					
TOTAIS GERAIS		4 - 224.234,00				

ELEMENTOS \ PARCELA/MÊS-ANO		2 -				
I – SUBVENÇÕES SOCIAIS		3 -				
II - AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	EQUIPS. E MAT. PERMANENTE					
	TOTAL					
TOTAIS GERAIS		4 -				

ELEMENTOS \ PARCELA/MÊS-ANO		2 -				5 - TOTAL GERAL
I – SUBVENÇÕES SOCIAIS		3 -				224.234,00
II - AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	EQUIPS. E MAT. PERMANENTE					
	TOTAL					
TOTAIS GERAIS		4 -				224.234,00

COD | F.0 | A.3 | A.4 | 1.1 | 116 |

CPMOD/83

Jb.

SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO – ESP
QUADRO 6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS FINANCEIROS
Instruções de Preenchimento

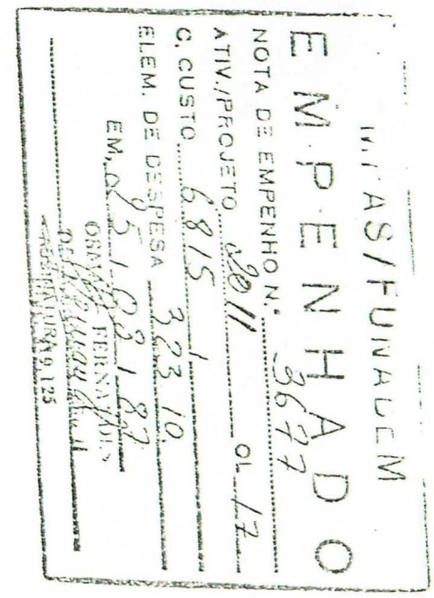
1. ENTIDADE:
Registrar o nome da Entidade que apresenta a Solicitação.

2. PARCELA/MÊS/ANO:
Nos espaços relativos a este campo, registrar na 1.ª linha, o número da parcela e na 2.ª linha, o mês e ano em que deverá ser efetivado o desembolso.

3. ELEMENTOS:
Nos espaços correspondentes a este campo, relativo aos Elementos de Despesa, registrar os valores respectivos referentes a cada parcela;
- há 15 colunas que poderão ser preenchidas com valores;
- no caso dos desembolsos compreenderem 02 exercícios financeiros, na coluna seguinte à última parcela do 1.º exercício, registrar o somatório dos valores das parcelas do mesmo, preenchendo a 1.ª linha do campo 2 com a palavra "TOTAL"; e a 2.ª linha do mesmo campo, com o ano do exercício financeiro. O mesmo deverá ser feito na coluna seguinte à última parcela do 2.º exercício.

4. TOTAIS GERAIS:
Registrar os valores totais das parcelas nos espaços correspondentes.

5 TOTAL GERAL:
Na última coluna deverá ser lançado o somatório dos desembolsos propostos.



Ministério da Previdência e Assistência Social / MPAS

FUNABEM / Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

R. Visconde de Inhaúma, 39 - C. Postal 3871 - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20091

TERMO DE CONTRATO Nº 200/17/87

Contrato celebrado entre a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM e a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos - RJ

Aos 25 dias do mês de Agosto de 1987, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor/FUNABEM, com sede à Rua Visconde de Inhaúma nº 39 - Rio de Janeiro, C.G.C. nº 33.502.329/0001-00, representada por sua Presidente, MARINA BANDEIRA DE CARVALHO, e a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos, com sede em Fazenda São Domingos - CONCEIÇÃO DE MACABU - RJ (endereço-cidade-U.F.), C.G.C. 30.416.036/0001-11, representado(a) por seu Responsável Isaías de Souza Ramos (nome) (cargo), brasileira (nacionalidade), 673.267.657-15 (CIC), doravante denominados FUNABEM e CONTRATADA, ajustam celebrar o presente CONTRATO de cooperação técnica e financeira nos termos das Cláusulas seguintes e em conformidade com o disposto no Artigo 10, ítem VI, do Decreto nº 83.149/79.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Este contrato, que visa a atender o menor em situação irregular, nos termos do art. 2º da Lei 6.697/79 e em conformidade com o que preceitua a Lei nº 4.513/64 e normas que regem a matéria, tem por objeto:

Propiciar o desenvolvimento de proposta de trabalho sócio educativa, dentro da linha do aprender-fazendo.

4

./.

39
md

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos a serem repassados pela FUNABEM, integram orçamento próprio, alocados na atividade 15814832.011 - Assistência Técnica e Cooperação Financeira, e serão depositados em conta específica alusiva ao Contrato, em conformidade com os valores e números de parcelas estabelecidos no cronograma de desembolso, parte integrante deste instrumento.

§ 1º - O valor global do presente contrato é de Cz$ 374.234,00 (trezentos e setenta e quatro mil duzentos e trinta e quatro cruzados), sendo que a FUNABEM cooperará com importância de Cz$ 224.234,00 duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e quatro cruzados), conforme nota de empenho nº 3677/87 de 25.08.87.
c. custo 6815

§ 2º - Em contrapartida a CONTRATADA cooperará com a importância de Cz$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzados)).

CLÁUSULA TERCEIRA
DO MOVIMENTO FINANCEIRO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O movimento financeiro e a prestação de contas dos recursos repassados pela FUNABEM serão efetuados pela CONTRATADA, em conformidade com o que determinam a legislação em vigor e a Instrução Normativa de Procedimentos para Prestação de Assistência e Cooperação Financeira da FUNABEM, do conhecimento da CONTRATADA, e parte integrante deste Contrato.

§ 1º - O depósito da importância a que se refere a Cláusula segunda, será efetuado no Banco do Brasil S/A, Agência _____, à conta do Contrato FUNABEM/_____, e na falta deste por ordem de prioridade, na Agência da Caixa Econômica Federal, no Banco Oficial da Unidade Federada ou rede bancária particular.

§ 2º - O movimento financeiro de importância a que se refere a Cláusula segunda, será efetuado mediante cheques nominais, emitidos pelo titular da Contratada, ou por quem ele especialmente designar.

CÓD. F0A1A4110816

CLÁUSULA QUARTA
DA COMPETÊNCIA DA FUNABEM

Compete à FUNABEM:

a) acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução deste Contrato, conforme mencionado na Cláusula Primeira, zelando pelo cumprimento das diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor;

b) prestar assistência técnica à CONTRATADA para plena consecução dos objetivos propostos, zelando pelo cumprimento da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

CLÁUSULA QUINTA
DA COMPETÊNCIA DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

a) Observar e fazer cumprir as diretrizes, normas e critérios fixados pela FUNABEM, no desenvolvimento dos Programas de atendimento ao menor, decorrentes deste Contrato;

b) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser desviados para quaisquer outros fins, ainda que na mesma instituição contratada, sob pena de responsabilidade de seus dirigentes, prepostos e sucessores, salvo prévia anuência do FUNABEM;

c) ressarcir à FUNABEM, quando se comprovar a inadequada aplicação dos recursos recebidos através deste Contrato;

d) Responsabilizar-se pelos reajustes que possam decorrer da execução deste Contrato, bem como pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, e ainda, pelos danos causados a terceiros e pelo pagamento de seguros em geral, eximindo a FUNABEM de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

e) prestar informações à FUNABEM sobre a execução físico-financeira das atividades previstas neste instrumento, conforme Normas e Procedimentos vigentes da FUNABEM;

f) Reponsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para a utilização das verbas.

CLÁUSULA SEXTA
DA COMPETÊNCIA MÚTUA

Compete à FUNABEM e à CONTRATADA:

a) manter intercâmbio e informações referentes às ações de atendimento ao menor e, especialmente, às atividades propostas neste Contrato;

b) divulgar as atividades desenvolvidas e seus resultados, enfatizando a participação conjunta e, expressamente, o nome da FUNABEM.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará até 31.12.87, a partir de sua assinatura podendo ser renovado por consenso expresso das partes.

§ 1º - Operar-se-á a rescisão do presente instrumento, a qualquer tempo, por denúncia das partes ou por inadimplemento de qualquer de suas Cláusulas e Condições, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 2º - No caso de rescisão por inadimplemento, serão tomadas as contas, feitos os acertos finais, apuradas as responsabilidades, se houver, a parte inadimplente indenizará à FUNABEM a importância que decorrer da má aplicação ou alcance, ainda que por seus prepostos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA
DOS DEMAIS COMPROMISSOS

I - Os equipamentos adquiridos com recursos decorrentes deste Contrato não poderão ter finalidade outra, além daquela determinada no Projeto constante do Processo nº 005388/87

II - Ocorrendo extinção ou mudança de objetivos da Entidade beneficiada com recursos decorrentes da celebração deste Contrato, caberá à FUNABEM manter contatos formais com o Órgão Público executor da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com o objetivo de cooperação, para a retirada dso equipamentos e indicação da Entidade a ser beneficiada.

III - O descumprimento do contrato desqualificará a CONTRATADA para novos auxílios, a critério da FUNABEM.

Estando de pleno acordo nestas condições contratuais, elegem o Foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, que assinam em 04 (quatro) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

CONTRATADA

FUNABEM

TESTEMUNHAS:

1ª)

2ª)

/jr.

CÓD. F10 A11 A14 111 0186

ORIENTAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Pasta para guardar os documentos comprobatórios.
- Conta própria para o contrato que deverá ser movimentada pelo responsável.
- Todos os pagamentos em cheque nominal.
- Guardar: - 1ª via das Notas Fiscais.
  - no recibo - o nome de quem recebeu e e o CIC
  - extratos da conta bancária
- Ficha Razão

RELATÓRIO SUCINTO, ONDE DEVERÁ CONSTAR:

a) Informações sobre aplicação dos recursos de acordo com os objetivos propostos.

b) Alcance dos objetivos.

c) Dificuldades na execução do projeto ou contrato (caso tenha ocorrido).

d) Alterações ocorridas no projeto ou contrato (suplementação, redução, transferências) devidamente aprovado pela FUNABEM.

e) outras informações julgadas necessárias.

CEDIM

FICHA DE RAZÃO

ELEMENTO DE DESPESA

FL. Nº

CONTRATO FUNABEM /

PROCESSO Nº

PRAZO DE VIGÊNCIA / / à / /

DATA	DOCUMENTO BANCÁRIO Nº	HISTÓRICO			DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
		DOCUMENTO		DISCRIMINAÇÃO			
		ESPÉCIE	Nº				

624

100

200

300

ESC 2º GRAU

FEEM

ACAMPAMENTO

BARREIRO

N

O

L

S

SEAF - SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

CERCA À SER CONSTRUÍDA

LIMITE DA ÁREA DA FEEM - PROJETO FUNABEM

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

RETARIA EXTRAORDINARIA DE ASSUNTOS FUNDIARIOS, ASSENTAMENTOS HUMANOS

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DAS PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DA FUNABEM (FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR), O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS; DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DA FEEM (FUNDAÇÃO ESDUAL DE EDUCAÇÃO DO MENOR); O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL; E FINALMENTE POSSUIDORES DAS FAZENDAS SÃO DOMINGOS, SÃO PEDRO E SÃO GERALDO, ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS.

Aos dias do mês de de 1987, o Ministério da Previdência e Assistência Social , através de sua Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor, doravante denominada FUNABEM, neste ato representada por sua Presidente DRA.MAVIRA BANDEIRA; O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, doravante denominada SEAF, neste ato representada por seu titular DR. FRANCISCO DE ASSIS MARTINS AMARAL, de sua Secretaria de Educação, doravante denominada SEC, e neste ato representada por seu titular DR. CARLOS ALBERTO DIREITO, e de sua Fundação Estadual de Educação do Menor, doravante denominada FEEM, e neste ato representada por seu Presidente DR. PAULO HENRIQUE ; o Município de Conceição de Macabu, através de sua Prefeitura Municipal, doravante denominada PREFEITURA, e neste ato representada pelo EXMO. SR. PREFEITO DR. JOSÉ SEBASTIÃO CASTRO e os Possuidores das fazendas São Domingos, São Pedro e São Geraldo, através de sua Associação de Trabalhadores Rurais, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, neste ato representada por seu Presidente SR. IZAIAS DE MOURA RAMOS; resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO, de acordo com as Cláusulas e con-

dições seguintes:

CLÁUSULA 1a. - DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO objetiva deterninar as formas de participação dos diversos órgãos e entidades envolvidas no sentido de consolidar o assentamento de famílias de trabalhadores rurais nas terras improdutivas das Fazendas São Domingos, São Geraldo e São Pedro, localizadas no Município de Conceição de Macabu, recuperar as instalações do Educandário Rego Barros e da Escola Agrícola Estadual Rego Barros, ampliando com isso sua capacidade de atendimento e resgatando seus objetivos iniciaism proporcionar condições para que a Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu implante em uma pequena parte da área um conjunto habitacional para famílias de baixa renda, e garantir aos assentados e a FEEM, proprietária do Educandário Rego Barros, condições de convivência pacífica e socialmente integrada.

CLÁUSULA 2a. - DAS OBRIGAÇÕES

Obrigam-se as partes signatárias deste Termo de Compromisso, a cumprir as seguintes obrigações, sem as quais os objetivos do presente não se confirmarão.

1º/DA FUNABEM

Implantar nas terras doravante destinadas a FEEM, onde também se localiza a Escola Agrícola Estadual Rego Barros, o seu Projeto Rural, que consiste na recuperação e ampliação das instalações educacionais e de serviços de apoio hoje existentes, bem como a alocação de recursos para aquisição de material permanente e de consumo para que o projeto se viabilize na prática, e possa de fato atender seus objetivos conforme detalha o Ofício da FUNABEM Nº 374/87, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Francisco Amaral, Sec. Extraordinário de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, em 25 de Maio de 1987.

2º/ DO ESTADO:

O Estado através da SEAF, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e FEEM se obriga a cumprir as seguintes obrigações:

2º1/DA SEAF

A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, se obriga em 1º lugar a assumir o papel de coordenação

dos trabalhos advindos deste Termo de Compromisso, em segundo lugar de preparar junto com os técnicos da FUNABEM, e dando ciência À FEEM e a Associação de Trabalhadores Rurais da Fazenda Sao Domingos, um plano de uso e ocupação do solo para as terras das três fazendas, definindo inclusive os limites do futuro complexo educacional agrícola Rego Barros, e consequentemente da Fazenda Modelo para assentamento das famílias de trabalhadores rurais já precáriamente assentados, e do núcleo de habitações urbanas para população de baixa renda. Além disso a SEAF se obriga a prestar toda a assistência técnica e financeira necessária à consolidação do assentamento nas terras remancescentes di complexo educacional Rego Barros, bem como tomar as providências jurídico-administrativas para a regularização fundiária de todo o imóvel, inclusive de parte ocupada por antigos posseiros.

2º2/ - DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Fornecer conforme prévias exigências do Projeto da FUNABEM, os recursos humanos necessários à correta implantação das fases e etapas do referido projeto. Providenciando para isso e se necessário, a contratação de novos professores e funcionários adminstrativos.

2º3/DA FEEM

Fornecer conforme prévias exigências do Projeto da FUNABEM, os recursos humanos necessários à correta implantação das fases e etapas do referido projeto. Além disso fornecer à FUNABEM todas as informações necessárias para o correto dimensionamento dos custos do projeto. Tomar as providências jurídicas e administrativas no sentido de se livar de parte significativa do gado de sua propriedade, que impede não só a implantação do novo complexo educacional agrícola Rego Barros, mas sobretudo põe em risco todo o projeto de assentamento das famílias que se pretende realizar ao redor de suas terras. E finalmente, fornecer a SEAF toda a documentação de posse e domínio de suas terras para que ela possa acelerar o processo de regularização fundiária e todo o imóvel.

2º4/DA PREFEITURA

Envidar esforços no sentido de manter toda a comunidade de Conceição de Macabu informada no Projeto, bem como assistir dentro de suas atribuições institucionais as famílias dos trabalhadores rurais da área. E por último se respronsabilizar pelas gestões políticas e administrativas necessárias à implantação do núcleo de habitações urbanas na parte da área que lhe couber.

2º5/DA ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS

Participar da elaboração do Projeto de Assentamento e acatar as determinações do presente Termo, envidando esforços para que a convivência entre as partes se faça dentro da maior harmonia e integração possíveis. Discriminar durante a elaboração das fases do Projeto de Assentamento, suas principais necessidades e seus inadiáveis objetivos. Acatar as decisões técnico-jurídicos da SEAF no que diz respeito ao número de famílias a ser definitivamente assentadas e ao modelo de regularização fundiária do assentamento possível de ser encaminhado.

CLÁUSULA 3a./DOS PRAZOS ...

Assim, estando todas as partes cientes do conteúdo do presente Termo de Compromisso, considerando-se justos e acordados, firmam o presente em seis (6) vias de igual teor, para que possa surtir os seus legais efeitos.

Rio de Janeiro, de Julho de 1987.-

CONCEIÇÃO DE MACABU

1) - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA:

- Localização : No município de Conceição de Macabu a aproximadamente 8 Km da sede Municipal.
- Acesso : BR-101 e RJ-182
- Área : 1.287 ha.

- QUESTÃO FUNDIÁRIA:

- A área é propria do Estado, estando cedida em cessão de uso a FEEM, e aos recém-assentados.
- Estão sendo executados estudos detalhados buscando compatibilizaras diversas destinações dadas à fazenda.
- A fazenda é servida de eletrificação e estradas vicinais.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS:

- A fazenda constitui em sua maior parte em um vale de encostas' íngremes, e pequenas áreas planas em seu fundo.
- A vegetação é bem diversificada, existindo hoje desde lavouras a matas remanescentes.
- O levantamento com detalhamento suficientes dos recursos naturais, disponíveis (em vias de execução) deverá embasar a elaboração de uma 1a. aproximação do uso potencial dos solos da Fazenda.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA:

- Está em vias de assentamento (acampamento provisório), 61 famílias de lavradores, de duas proveniências distintas: 29 do próprio município e 32 oriundas de Itaguaí.
- O assentamento se encontra em estágio preliminar, não existindo ainda nas habitações nem plantios relevantes.
- Já existe um parcelamento, que no entanto deverá ser revisto por força das circunstâncias. Os lavradores estão vivendo em condições sub-humanas, em barracas cedidas pela Defesa Civil.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

N.º DO PROCESSO

E-12/ 3 4 5 1

DATA DO INÍCIO

13.04.87

NOME

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

ASSUNTO

Projeto de aproveitamento da Fazenda São Domingos 'FSDM'

ANEXOS

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

GABINETE DO GOVERNADOR
10/08/1310 = 03451
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO

PROJETO DE APROVEITAMENTO DA "FAZENDA SÃO DOMINGOS" FEEM-RJ.

EXECUÇÃO: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU-Rj.

APOIO : EDUCANDÁRIO REGO BARROS
COLÉGIO ESTADUAL AGRÍCOLA REGO BARROS
LIONS CLUB
LOJA MAÇÔNICA
SINDICATO RURAL
ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS
ROTARY CLUB

HISTÓRICO:

- A " Fazenda São Domingos", de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, sita no município de Conceição de Macabu, com uma área de aproximadamente 252 alqueires, na qual esta / localizado o Educandário Rego Barros, órgão subordinado a FEEM e o Colégio Estadual Agrícola Rego Barros, órgão subordinado a Secretaria de Educação.
- O Educandário Rego Barros(FEEM) assiste a infância desamparada dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e, atualmente vem atendendo aproximadamente 350 menores em regime/ de internato, onde os mesmos recebem orientação educacional e profissional nas seguintes áreas: horticultura, suinocultura, marcenaria, carpintaria, serralheria, artesanato, / avicultura, cunicultura, pecuária, etc.
- O Colégio Estadual Agrícola Rego Barros, atende o 1º e 2º grau, com um total de aproximadamente 500 alunos em regime de internato, semi-internato e externato, onde os mesmos / recebem o ensino fundamental e profissional na área de // Técnicos em Agropecuária.
- A referida propriedade em sua extensão apresenta grande / área ociosa, o que permitiu a ocupação desordenada por parte dos lavradores sem-terra, causando com isto, transtorno a estrutura existente na fazenda, inviabilizando de uma certa forma, o aproveitamento correto das áreas ociosas.

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

Em função do apresentado, a Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu na pessoa do Dr. José de Castro - Prefeito Municipal, e por orientação verbal do Governador do Estado do Rio de Janeiro , criou uma Comissão composta por elementos ligados ao Educandário // Rego Barros(FEEM), Colégio Estadual Agrícola Rego Barros, Representantes da Comunidade e Lavradores Sem-terra(PROJETO ASSENTAMENTO) , para juntos apresentar o Projeto de Aproveitamento da "Fazenda São Domingos".

O Projeto visa propiciar o assentamento das famílias "Sem Terra" nas áreas ociosas da Fazenda São Domingos, sem prejudicar o desenvolvimento do Educandário Rego Barros(FEEM) e do Colégio Estadual Agrícola Rego Barros, duas entidades tradicionais e de grande valor para o nosso município, uma vez que presta atendimento a criança carente de nosso estado e principalmente da nossa comunidade.

CEDIM

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

P R O J E T O T É C N I C O

Reivindicação de Terras para o Educandário"Rego Barros"

No tocante ao Educandário "Rego Barros" propõe-se a implantação e desenvolvimento de Mini-Projetos Agropecuários, visando a formação de mão de obra primária no Setor, haja visto que no Educandário há cerca de 350(trezentos e cinquenta) menores carentes / internados.

Para a implantação destes Mini-Projetos, serão necessários aproximadamente 60(Sessenta) alqueires geométricos, que além / de áreas destinadas ao plantio de lavoura de milho (5 ha), feijão / (5 ha), mandioca (13 ha), Banana (12 ha), lavoura cítrica (3 ha), olerícolas(1 ha) e pastagens(80 ha), constantes dos Projetos, irão preservar mananciais d'água que abastecem o Educandário, que encontram-se localizados em matas periféricas da área pleiteada. Nesta / área citada, encontram-se além de matas, afloramentos rochosos, num total de aproximadamente 35 alqueires geométricos.

Para a devida implantação, realização e conclusão destes Mini-Projetos serão necessários a alocação de recursos para insumos e alguns investimentos, que deverão proporcionar o sucesso adequado.

Os insumos são da ordem de sementes, adubos, corretivos, defensivos, óleos lubrificantes e combustíveis. E enxada, enxadões , ancinhos, pás, etc.

Quanto a implantação do Mini-Projeto referente a pecuária, deve ocorrer o remanejamento do rebanho atual(cerca de 209 cabeças) com substituição, para aproximadamente 50(cinquenta) cabeças , entre matrizes leiteiras e solteiras, de melhor raça e produção em relação as atuais, Bezerros(as) e bois carreiros(8 cabeças), bem // como deverão ser renovadas as pastagens, com utilização de capins de variedades como Brachiárias decumbens, Humindicula e Brizanta, e Napier, para capineira, que servirão para o apascentamento deste rebanho proposto sendo necessários, aproximadamente 80 ha em pastagens incluídas capineiras.

Conceição de Macabu, 08 de abril de 1987.

José Sebastião Castro
- Prefeito -

P R O J E T O T É C N I C O

Reivindicação de terras para o Colégio Estadual Agrícola "Rego Barros"

OBJETIVO GERAL: O objetivo geral da idéia é despertar o interesse, // mais ainda dos alunos daquele Educandário, através de aulas práticas com a instalação de pomares, olerículas, milho, feijão, arroz, cana-de-açucar, pastagens e reflo restamento, tais como, instalações para pequenos animais.

Pesquisar a fenologia das culturas a serem instaladas , permitindo aos alunos desenvolver estudos de correlação com aspectos de climatologia, fitossanidade e fitotécnia.

USO PROGRAMADO DAS TERRAS:

1 . Área total - 193,60 ha sendo:

1.1. Área de Reserva Legal - 96.80 ha, área que está / ocupada com matas nativas e capoeiras, onde abriga a fauna e flora da região, servindo também como principal protetora dos mananciais de água(nascente), a qual por lei não pode ser tocada, e nem explorada economicamente pela Agropecuária, porque é uma área com declividade acentuada e com / afloramento de rochas.

1.2. Área de Pastagens - 60.00 ha , de pasto natural / com capim gordura, jaraguá e guiné. Área esta que aos poucos vamos fazer em pastagens artificiais / com capim brachiaria, decumbeis e humidículas, / que será explorado com a pecuária de leite e corte.

1.3. Área do Bananal - 5.00 ha para formação de banana dágua, prata e da terra que será formado dentro das técnicas recomendadas, para a cultura que servirá como campo de demonstração de aulas práticas dos alunos.

1.4, Área de Cana-de- açucar - 5.00 ha

Idem ítem 1.3

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

1.5. Área de Pomar - 5.00 ha , área esta que será formada com as principais fruteiras da região, servindo também como campo de aula prática.

1.6. Área de Horticultura - 7.00 ha , que será formada com as principais olerículas no sistema de rotação de cultura principalmente com arroz, feijão e milho.

1.7. Área do Cafesal - 5.00 ha
Ídem item 1.4

1.8. Área de Eucalípto - 5.00 ha que servirá com aula prática de silvicultura, e, sendo renovada de 10 em 10 anos com o aproveitamento da madeira pelo próprio colégio.

1.9. Área de construção civil - 4.80 ha , ocupada com a sede do colégio, estrada, aviário, pocilga e com futuro viveiro para produção de mudas cítricas, café, eucalipto e florestas nativas.

CONCLUSÃO :

Esta área e sua exploração dará futuramente melhor infra-estrutura para o colégio, no que se diz respeito a didática / das aulas práticas e tornará o colégio auto suficiente dos produtos expostos neste.

Para execução deste há necessidade do apoio do Governo Estadual, como também do Governo Municipal, na definição desta área e no tocante a material e mão de obras.

Conceição de Macabu, 08 de abril de 1987.

José Sebastião Castro
- Prefeito -

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

PROJETO DE ASSENTAMENTO NAS ÁREAS OCIOSAS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

Teve início em 1986 o assentamento das terras ociosas da Fazenda São Domingos com o aproveitamento de famílias de Sem-terras provenientes de Itaguai e Conceição de Macabu, num / total de 60(Sessenta) famílias.

O referido projeto tem por objetivo atender as necessidades de lavradores sem-terra, propiciando-lhes condições de trabalhar a terra para a sobrevivência da família.

Existem na Fazenda aproximadamente 90(noventa) alqueires de terra ociosa, cabendo para cada família uma área de // 1,5 alqueires para o cultivo de culturas diversas conforme as condições do terreno.

CONDIÇÕES PARA VIABILIDADE DO PROJETO

1 - CABERÁ AO GOVERNO ESTADUAL

1.1 - Liberação das áreas disponíveis, cabendo para cada família 1,5 alqueire;

1.2 - Sustentação alimentar para as famílias do projeto no período de aproximadamente 6(seis) meses;

1.3 - Fornecimento de insumos para o cultivo da terra;

1.4 - Fornecimento de implementos agrícolas para o cultivo;

1.5 - Fornecimento de mão-de-obra especializada- Pessoal Técnico;

1.6 - Financiamento para construção das casas dos lavradores.

2 - CABERÁ AO GOVERNO MUNICIPAL

2.1 - Coordenação do Projeto

2.2 - Assistência Médica/Social

2.3 - Assistência Educacional

O Projeto deve obedecer rigorosamente o Estatuto da terra, evitando que ocorra a exploração imobiliária, tais como, / venda, troca, arrendamento, etc, exigindo que cada família assentada cultive a terra produzindo para o sustento da família e propocione um crescimento econômico no setor agrícola do Município.

Existe na fazenda 40(Quarenta) familias que exploram a terra a vários anos, divididas em pequenos Sítios, totalizando / aproximadamente 60(Sessenta)alqueires os quais, sugerimos que sejam enquadrados dentro do Projeto de Assentamento.

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

PROJETO DE ASSENTAMENTO EM LOTES URBANOS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU-RJ.

A população de Conceição de Macabu, carente em suas bases, desprovida de recursos ou meios que a possibilite a aquisição de um teto para seus familiares, necessita urgentemente de um plano habitacional que os abrigue.

Em função do exposto, e sendo viável através de áreas existentes na Fazenda São Domingos, no perímetro urbano desta cidade, é que sugerimos como solução ao problema habitacional, o referido projeto, que irá resolver a situação de uma parcela substancial daqueles que vivem uma vida difícil, quase em total estado de miserabilidade.

Para tanto, necessita-se de aproximadamente 2(Dois) // alqueiros geométricos(96.800 m^2) para atender cerca de 250 famílias / carentes.

CONDIÇÕES PARA VIABILIDADE DO PROJETO

. CABERÁ AO GOVERNO DO ESTADO
  - Liberação dos lotes para 250 famílias
  - Financiamento de material de construção

. CABERÁ AO GOVERNO MUNICIPAL
  - Preparação do loteamento
  - Infra estrutura urbana
  - Participação na mão de obra

. CABERÁ A COMUNIDADE
  - Participação no mutirão da mão de obra

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

RESUMO DAS ÁREAS APROVEITADAS CONFORME PROJETOS APRESENTADOS

- 60 Alqueires - Educandário Rego Barros(FEEM)
- 40 Alqueires - Colégio Estadual Agrícola Rego Barros
- 90 Alqueires - 60 famílias sem terra oriunda de Itaguai e Conceição de Macabu
- 60 Alqueires - 40 famílias já existentes dentro da fazenda
- 02 Alqueires - loteamento urbano para 250 famílias

CEDIM

Prefeitura Munic. de Conceição Macabu

Administração: José Sebastião Castro

C O M I S S Ã O

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFE DE GABINETE

SEC. EXPANSÃO ECONÔMICA

SEC. DE EDUCAÇÃO

REP. LOJA MAÇÔNICA(VENERÁVEL)

REP. LIONS CLUB (PRESIDENTE)

REP. ROTARY CLUB (PRESIDENTE)

REP. EDUCANDÁRIO REGO BARROS

" " " "

" " " "

REP. COLÉGIO AGRÍCOLA R. BARROS

" " " " "

" " " " "

REP. SINDICATO RURAL

PROJETO ASSENTAMENTO

" "

" "

" "

" "

" "

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12/3451/87

Data / / fls. 11

Rubrica ecs.-

Senhor Secretário,

O processado contém matéria de relevante interesse social, envolvendo questões que podem, na sua solução, equacionar, também, graves problemas da Agricultura fluminense.

Pretende-se dar destino adequado a uma Fazenda de propriedade do Estado, ocupada que está por um Educandário particular, um Colégio Estadual Agrícola e por colonos sem terra, visando-se, ainda, local para residência de 250 famílias carentes do Município de Conceição de Macabú.

Antes de examinarmos especificamente o problema contido no processo, permitiremo-nos algumas considerações de ordem Jurídica e de ordem filosóficas sobre a questão do aproveitamento das terras públicas, especialmente na agricultura.

Não resta a menor dúvida de que o Estado do Rio de Janeiro, pelas notórias dificuldades econômicas e financeiras, não pode promover, pelo menos no momento, um programa de assentamentos humanos que envolva grandes dispêndios financeiros, principalmente com desapropriações de terras particulares.

Entretanto, o binômio agricultura/assentamento não pode ficar sem o devido respaldo e sem a necessária atenção das autoridades estaduais.

Parece-nos, assim, que, de maneira urgente e imediata, devem o Estado e suas entidades subordinadas levantar todas as suas terras, inclusive aquelas que foram desapropriadas, a fim de que se iniciem programas organizados de assentamentos humanos, conjugados com projetos agrícolas totalmente estudados, analizados e viáveis.

A forma jurídica para os assentamentos, não há dúvida , será o da concessão real de uso, prevista no artigo 44 da Lei Complementar nº 8 de ..... 25.10.77, com a redação da Lei Complementar nº 26 de 06.12.81, regulamentada pelos Decretos 9516 de 29.10.86 e 9618 de 03.02.87,que dão ao concessionário todas as garantias de um direito real, que só é resolúvel se o destino do imóvel não for aquele para o qual foi concedido.

Todavia, como dito linhas atrás, não pode o Estado, pena de estar partindo para um projeto condenado ao fracasso, se limitar a dar a terra a quem dela necessita.

É absolutamente necessário que seja dado ao assentado todo um suporte técnico-financeiro, para que possa ele produzir com tranqüilidade e certeza,

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 12/3451/87

Data / / fls. 12

Rubrica ecs.=

inclusive com garantia de que sua produção será adquirida a preço justo que lhe dê remuneração adequada, para que possa, no futuro, ter capital suficiente para plantar ou criar independentemente de suportes financeiros de terceiros, inclusive do Estado.

Parece-nos correto, assim, que não se inicie qualquer programa sob o estígma do exclusivo paternalismo estatal, pois o ente público deve dar as condições jurídicas e técnicas para o colono produzir, mas jamais induzí-lo a ser um eterno dependente do Estado.

Dentro desta filosofia, consideramos que a cada projeto, a cada local, a cada assentamento, deve corresponder um estudo detalhado e completo a ser coroado com a criação de uma associação das que vão ali explorar a terra, sendo natural que tal associação tome a forma de Cooperativa.

A ela - Cooperativa - então, o Estado destinaria toda a assistência técnico-financeira e jurídica, diretamente por seus órgãos da administração direta ou indireta, ou por convênios com entidades particulares que tenham comprovada experiência no ramo.

Em quaisquer dos casos, repita-se, a área de cada colono seria dele, pela forma da concessão real de uso, que seria obtida sem ônus para o agricultor; receberia ele toda a assistência através sua Cooperativa, que seria atendida pelo Estado diretamente ou por convênio, pagando o colono à sua cooperativa com parte de sua produção e esta remuneraria, na forma que for avençada, a quem lhe estiver dando suporte, garantindo-se ao produtor, sempre, segurança de preços suficientes para desenvolver-se.

Estas considerações que nos permitimos fazer.

Quanto ao caso concreto, sugiro que tudo se faça como acima posto, precedida qualquer decisão final de completo e detalhado estudo da viabilidade do proposto.

É o que me parece.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de abril de 1987

NELSON RIBEIRO ALVES FILHO
Assessor Chefe - Assessoria Jurídica
M. 110098-5

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º E-12 / 3451 / 87

Data 10 / 04 / 87 fls. 13

Rubrica

Ao Departamento Geral de Economia Rural.

Para, em articulação com a EMATER, PESAGRO e SIAGRO, examinar o mérito da proposição da Prefeitura de Conceição de Macabu.

Considerar, na análise (que deve ser conclusiva), as formas aventadas pela Assessoria Jurídica.

Em 27 de abril de 1987

ELCIO COSTA COUTO
Secretário de Estado

ECC/ha.

Exmo. Senhor Secretário

Esta Direção-Geral analisando o processo nº E-12/3451/87, versando sobre o aproveitamento da Fazenda São Domingos, de propriedade do Estado do Rio de Janeiro e atualmente administrada pelas Secretarias de Promoção Social e de Educação, tem o seguinte ponto de vista em relação aos projetos elaborados pela Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu:

1. A execução dos projetos nos parece exequível e a proposta da Prefeitura de Conceição de Macabu é elogiável e vem de encontro ao Programa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que reserva, numa de suas partes, ações de políticas de apoio à execução da Reforma Agrária no Estado;

2. Todavia, as informações disponíveis neste processo são

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º E-12/ 345.1 / 87

Data 10 / 04 / 87 Fls. 14

Rubrica

incompletas e não permitem que se faça uma análise aprofundada para que se possa emitir um parecer técnico sobre a viabilidade agro-econômica e social do empreendimento;

3. Assim, seria de bom alvitre e acreditamos que é da obrigação do poder público evitar que ações dessa natureza tendam para o fracasso por falta de estudos minuciosos e criteriosos a respeito. A proposta é válida e merece ser atentamente analisada para que não sejam repetidos erros como as recentes experiências de Campo Alegre e outros, quando foram assentadas numerosas famílias em regiões desprovidas das mínimas condições de infra-estrutura, solos degradados, com indisponibilidade de água e ao mesmo tempo alagados - dependendo da época, inviabilizando ou dificultando as práticas agrícolas.

4. Para que haja, portanto, um parecer respaldado em critérios técnicos a respeito da proposta de intensão da Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu, esta Direção propõe que seja realizada uma visita técnica a Fazenda São Domingos, com representantes do DGER, EMATER, PESAGRO e SIAGRO, que nos permita, a luz do observado e analisado, instruir o presente processo para indicar as ações a serem tomadas.

5. Inicialmente, como sugestão, solicitamos que o assunto seja tema para discussão na próxima REUNIÃO DE AVALIAÇÃO entre os Departamentos e Empresas a ser coordenada por V. Excia e que, só após, definidos os pontos de vista a respeito, seja então empreendida a visita àquele Município.

Em 04 de maior de 1987

HUGO CARNEIRO DA CUNHA
Diretor-Geral do DGER

LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1981
DORJ/08/12/81

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 8, de 25/10/77.

LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1981

ALTERA dispositivos da Lei Complementar nº 8, de 25/10/77.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Parágrafo único do art. 5º, o § 2º do art. 9º, os arts. 13, 26, 35, 36, inciso I, 37, 40, 41, inciso I, e 44 da Lei Complementar nº 8, de 25/10/77, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - .....

Parágrafo único - A alienação e a aquisição de imóveis, bem como sua utilização por repartições estaduais ou por terceiros, dependerão de autorização do Governador.

.....

Art. 9º - .....

§ 2º - O processo discriminatório das terras devolutas será regulado e lei.

.....

Art. 13 - A venda de imóveis do Estado somente poderá ser efetuada mediante concorrência pública, salvo se o adquirente for pessoa jurídica de direit público interno, entidade componente de sua respectiva administração indireta e fundação instituída pelo Poder Público.

Parágrafo único - A doação de imóveis do Estado será admitida, mediante autorização do Governador, se o beneficiário for uma das pessoas referidas n presente artigo.

.....

Art. 26 - Os imóveis do patrimônio do Estado poderão também ser alienado mediante:

I - remissão de foro, na forma da legislação em vigor;

II - incorporação ao capital de empresa pública ou de sociedade d economia mista criadas pelo Estado, como forma de integralização do valor da ações que lhe caibam, quer na constituição de capital, quer nos seus eventuai aumentos;

III - dotação para integrar patrimônio de fundação criada ou mantid pelo Estado, sempre sob a condição de inalienabilidade e de sua reversão ao patrimônio Estadual, se a fundação se extinguir;

IV - transferência para a formação do patrimônio de autarquia ou d empresa pública;

V - pagamento de seu valor, total ou parcialmente, por pessoas jurídicas de direito público interno, entidade de sua respectiva administração indireta e fundação instituída pelo Poder Público.

.....

Art. 35 - A permissão de uso, sempre mediante remuneração ou imposição d encargos, terá caráter eminentemente precário, não induzindo posse, e poder ser revogada a qualquer tempo, por decisão do Governador, que será comunicada ao permissionário, para que desocupe o imóvel no prazo assinado, mínimo de 3 (trinta) dias. A permissão de uso poderá ser gratuita, a critério do Governador, se o permissionário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade componente de sua respectiva administração indireta ou fundação instituída pelo Poder Público.

.....

Art. 36 - .....

I - o encargo ou a remuneração, fixada esta em UFERJ ou vinculada receita decorrente da permissão, ressalvada a hipótese prevista na segunda parte do "caput" do art. 35.

.....

Art. 37 - Qualquer construção ou benfeitoria realizada em imóveis do Estado, utilizados por permissionários, tornar-se-á, à medida que for realizada, d propriedade pública, independentemente de qualquer indenização por parte do Estado.

.....

Art. 40 - O Poder Executivo poderá ceder, mediante remuneração ou encargo, o uso de imóveis do Estado, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica de direito privado de relevante valor social. Se o cessionário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade componente de sua respectiva administração indireta ou fundação instituída pelo Poder Público, a cessão de uso, a critério do Governador, poderá ser a título gratuito e sem limitação de prazo.

Art. 41 - .....

I - o encargo ou a remuneração, fixada esta em UFERJ ou vinculada receita decorrente da cessão, ressalvada a hipótese prevista na segunda parte do art. 40.

.....

Art. 44 - Os terrenos de propriedade do Estado poderão ser objeto de cessão de uso, mediante remuneração ou imposição de encargos, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, ou outra utilização de interesse social. Se o concessionário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade componente de sua respectiva administração indireta ou fundação instituída pelo Poder Público, a concessão de uso, a critério do Governador, poderá ser a título gratuito."

Art. 2º - A Seção I do Capítulo III da Lei Complementar nº 8, de 25/10/77, passa a denominar-se "Da Venda e da Doação".

Art. 3º - Ao art. 25 da Lei Complementar nº 8, de 25/10/77, fica acrescentado o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único - Nas doações anteriores à Constituição do Estado, de 23/7/75, feitas às entidades de relevante valor social mencionadas no art. 40 desta lei, será permitida, a fim de assegurar os objetivos da doação, a critério do Governador, a sub-rogação dos ônus ou cláusulas de qualquer natureza que incidam sobre os bens doados, em bens de valor igual ou superior, ou, ainda, em bens de valor inferior, desde que indenizado o Estado pela diferença apurada".

Art. 4º - O art. 28 da Lei Complementar nº 8, de 25/10/77, passa a vigorar acrescido do seguinte:

"Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer à Diretora de cada estabelecimento de ensino um adiantamento, por semestre, até 10 (dez) VR (Valores de Referência), para atender a despesas de caráter urgente, sendo a forma de concessão e de prestação de contas, simplificada, regulamentada em decreto".

Art. 5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1981.

A. DE P. CHAGAS FREITAS
MARCIAL DIAS PEQUENO
WALDIR MOREIRA GARCIA
FRANCISCO MAURO DIAS
EDMUNDO CAMPEILO COSTA
ARNALDO NISKIER
HEITOR BRANDON SCHILLER
VICENTE DE FARIA COELHO
EMILIO IBRAHIM DA SILVA
SILVIO RUBENS BAREOZA DA CRUZ
WALDYR ALVES COSTA MUNIZ
ADHYR VELLOSO DE ALBUQUERQUE

CEDIM

ETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Governo do Estado

GOVERNADOR
Leonel de Moura Brizola

VICE-GOVERNADOR
Darcy Ribeiro

SECRETÁRIOS DE ESTADO

GOVERNO
Edson de Almeida Brasil (Interino)
JUSTIÇA E DO INTERIOR
Idunroo Seabra Fagundes
PLANEJAMENTO E CONTROLE
Teodoro Juarque de Hollanda
ADMINISTRAÇÃO
Luis Fernando Ribeiro Matos (Interino)
FAZENDA
[illegible] a Oliveira Pinto
CIÊNCIA E CULTURA
Edmundo Ferrão Moniz de Aragão
EDUCAÇÃO
Maria Yedda Leite Linhares
SAÚDE E HIGIENE
Miguel Angelo Roberto D'Elia
PROMOÇÃO SOCIAL
Milton Leite da Silva (Interino)
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TECNOLOGIA
Geraldo Di Biase
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Jorge Gama de Souza (Interino)
PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
Carlos Alberto Selano Barcellar
TURISMO
João José Ribeiro Galindo

TRANSPORTES
Carlos Menezes de Melo (Interino)
VIAÇÃO
Ubirajara Muniz (Interino)
OBRAS E MEIO AMBIENTE
Jorge Foulié Bandeira de Mello (Interino)
MINAS E ENERGIA
Edir Inácio da Silva (Interino)
POLÍCIA CIVIL
Nilo Batista
POLÍCIA MILITAR
Cel. PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira
DEFESA CIVIL
Cel. BM José Halfeld Filho
TRABALHO E HABITAÇÃO
Ivan da Silva Pereira (Interino)
ESPORTE E LAZER
João Alberto Barreto (Interino)
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, ASSENTAMENTOS HUMANOS E PROJETOS ESPECIAIS
Paulo Alberto Schmidt
GABINETE MILITAR
Cel. PM Rubem de Almeida Cosme
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Letácio de Medeiros Jansen Ferreira Júnior
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Luiz Roldão de Freitas Gomes

Sumário

Atos do Poder Legislativo	—
Atos do Poder Executivo	5
Atos do Governador	10
Despachos do Governador	10
Gabinete do Vice Governador	—
Gabinete Militar	—
Secretaria de Estado de Governo	10
Secretaria de Estado de Justiça e do Interior	11
Secretaria de Estado de Planejamento e Controle	—
Secretaria de Estado de Administração	13
Secretaria de Estado de Fazenda	17
Secretaria de Estado de Ciência e Cultura	—
Secretaria de Estado de Educação	18
Secretaria de Estado de Saúde e Higiene	—
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Tecnologia	—
Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento	20
Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Região Metropolitana	—
Secretaria de Estado de Turismo	—
Secretaria de Estado de Transportes	—
Secretaria de Estado de Viação	—
Secretaria de Estado de Obras e Meio Ambiente	20
Secretaria de Estado de Minas e Energia	—
Secretaria de Estado da Polícia Civil	20
Secretaria de Estado da Polícia Militar	—
Secretaria de Estado da Defesa Civil	—
Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação	—
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	20
Secretaria de Estado de Promoção Social	20
Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais	—
Procuradoria Geral do Estado	21
Procuradoria Geral da Justiça	—
Tribunal de Contas	—
Ministério Público Especial	—
Avisos, Editais e Termos de Contrato	21
Repartições Federais	23

tos do Poder Executivo

Decreto 9.516 de 29 DE OUTUBRO de 1986

Regulamenta o processo discriminatório de terras devolutas do Estado, de acordo com a Lei nº 508 de 03/12/81 com as alterações constantes da Lei nº 545 de 25/05/82.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-28/16/86,

D E C R E T A:

Art. 1º - O processo discriminatório de terras devolutas do Estado atenderá ao disposto no presente Decreto, obedecidas as normas da Lei Federal nº 6.383, de 07/12/76, e a Lei Estadual nº 508, de 03/12/81.

DAS TERRAS DEVOLUTAS:

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, são terras devolutas aquelas que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo.

Art. 3º - Incluem-se entre os bens do Estado aquelas terras devolutas localizadas dentro do seu território e que por Lei não tenham outra destinação.

Art. 4º - As terras discriminadas serão obrigatoriamente destinadas à regularização de assentamentos de comunidades de baixa renda.

Art. 5º - A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, na qualidade de órgão estadual específico, caberá a iniciativa do processo discriminatório e de assentamento, ouvido primeiramente o Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado

Art. 6º - A determinação das áreas a serem discriminadas, levará em conta, preponderantemente, existência de tensões sociais, e outros critérios tais como:

a) áreas de maior concentração de famílias;
b) áreas de maior produção rural, efetiva ou potencial;
c) áreas de maior concentração fundiária.

Art. 7º - Os processos discriminatórios administrativos serão instruídos por Comissões Especiais constituídas de 3 (três) membros, a saber: 1 (um) Procurador da Procuradoria Geral do Estado, que a presidirá; 1 (um) engenheiro agrônomo da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais; e 1 (um) representante do Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, que exercerá as funções de secretário.

Parágrafo único - Quando o processo discriminatório tiver por objeto áreas situadas, ainda que parcialmente em zonas urbanas, as Comissões Especiais serão também integradas por 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Controle da Governadoria do Estado.

Art. 8º - As Comissões Especiais serão criadas por Ato conjunto do Secretário de Estado de Justiça e do Secretário Extraordinário de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, e do Procurador Geral do Estado, e terão composição e sede estabelecidas nos respectivos atos de criação, ficando os seus Presidentes investidos de poderes de representação do Estado, para todos os atos do processo discriminatório administrativo.

Parágrafo Único - Concomitantemente à criação das Comissões Especiais serão estabelecidos os procedimentos relativos ao apoio técnico e administrativo da Comissão.

Art. 9º - A Comissão Especial instruirá inicialmente o processo com memorial descritivo da área, do qual constará:

I - O perímetro com suas características e confrontância certa ou aproximada, aproveitando, em princípio, os acidentes naturais;

II - a indicação de registro da transição das propriedades;

III - o rol das ocupações conhecidas;

IV - o esboço circunstanciado da gleba a ser discriminada ou seu levantamento aerofotogramétrico;

V - outras informações de interesse.

§ 1º - A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, ouvido o Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, procederá à elaboração do memorial descritivo, realizando, para tal fim, as diligências necessárias à identificação dos imóveis localizados na área.

§ 2º - Colaborarão com a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais na elaboração do memorial, todos os órgãos do Estado que possam prestar informações necessárias a esse fim.

§ 3º - Uma vez constituída a Comissão Especial a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais remeter-lhe-á o memorial e demais elementos que julgar necessários à instauração do processo discriminatório.

Art. 10 - As Comissões Especiais funcionarão sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, ficando garantida a participação das organizações dos trabalhadores rurais da região, através da indicação de representante, com direito a voz e voto em todos os momentos, inclusive na seleção e execução.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 11 - O Presidente da Comissão Especial convocará os interessados para apresentarem, no prazo de 60 (sessenta) dias e em local a ser fixado no edital da convocação, seus títulos, documentos, informações de interesse e, se for o caso, testemunhas.

§ 1º - Considera-se de interesse as informações relativas à origem, à sequência de título, localização, valor estimado e área certa ou aproximada das terras de quem se julgue legítimo proprietário ou ocupante; suas confrontações e nomes dos confrontantes, natureza, qualidade e valor das benfeitorias, culturas e criações nelas existentes, financiamento e ônus incidentes e comprovantes de impostos pagos, se houver.

§ 2º - O edital de convocação conterá a delimitação perimétrica da área a ser discriminada, com suas características e será dirigido, nominalmente, a todos os interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como os demais interessados incertos ou desconhecidos.

§ 3º - O edital deverá ter a maior divulgação possível, observado o seguinte procedimento:

a) a afixação em lugar público na sede dos municípios e distritos onde se situar a área mais indicada;

b) publicação simultânea, por duas vezes no órgão oficial do Estado e na imprensa local onde houver, com intervalo mínimo de 8 (oito) e máximo de 15 (quinze) dias entre a primeira e a segunda.

§ 4º - O prazo de apresentação dos interessados será contado a partir da segunda publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 12 - A Comissão Especial autuará e processará a documentação recebida de cada interessado, em separado, de modo a ficar bem caracterizado o domínio ou a ocupação e suas respectivas confrontações.

§ 1º - Quando se apresentarem dois ou mais interessados no mesmo imóvel ou parte dele, a Comissão Especial procederá a apensação dos processos.

§ 2º - Serão tomadas a termo as declarações dos interessados e, se for o caso, os depoimentos das testemunhas previamente arroladas.

Art. 13 - Constituído o processo, será realizada, desde logo, a vistoria para a identificação dos imóveis e, se forem necessárias, serão realizadas outras diligências.

Art. 14 - Encerrado o prazo estabelecido no edital de convocação, o Presidente da Comissão Especial, dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis, deverá pronunciar-se sobre as alegações, títulos de domínio, documentos dos interessados e boa fé das ocupações, mandando lavrar os respectivos termos.

Art. 15 - Se ocorrer dúvida sobre a legitimidade do título, o Presidente da Comissão Especial reduzirá a termo as irregularidades encontradas, encaminhando o respectivo processo à Procuradoria Geral do Estado, para a propositura da ação competente.

Art. 16 - Em todas as ocupações, serão lavrados os respectivos termos de identificação.

Art. 17 - A Comissão notificará por ofício aos interessados para no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da juntada ao processo do recibo de notificação, colaborarem com o Estado as terras cabíveis.

Art. 18 - Celebrado, em cada caso, o termo que couber, o Presidente da Comissão Especial designará agrimensor para, em dia e hora aventados com os interessados, iniciar o levantamento geodésico e topográfico das terras objeto da discriminação, ao fim do qual determinará a demarcação das terras devolutas, bem como, se for o caso, das retificações ajustadas.

§ 1º - Aos interessados será permitido indicar um assistente técnico para colaborar com o agrimensor designado.

§ 2º - A designação do assistente técnico a que se refere o parágrafo anterior deverá ser feito até a véspera do dia fixado para início dos levantamentos geodésico e topográfico.

Art. 19 - Concluídos os trabalhos demarcatórios, o Presidente da Comissão Especial mandará lavrar o termo de encerramento da discriminação administrativa, do qual constarão obrigatoriamente:

I - o mapa detalhado da área discriminada;

II - o rol de terras devolutas apuradas com as respectivas confrontações;

III - a descrição dos acordos realizados;

IV - a relação das áreas com titulações transcritas no Registro de Imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam o edital de convocação ou notificação (Art. 17 deste Decreto);

V - o rol das ocupações legitimáveis;

VI - o rol das propriedades reconhecidas;

VII - a relação dos imóveis cujos títulos suscitaram dúvidas.

VIII - as legitimações provisórias de posse eventualmente promovidas (Art. 27, § 4º).

Art. 20 - Encerrado o processo discriminatório, o respectivo resultado será encaminhado à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais e ao Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, cabendo a este providenciar quanto às terras devolutas discriminadas, a arrecadação, o registro imobiliário em nome do Estado, e o cadastramento como bens integrantes do Patrimônio Estadual.

Parágrafo único - Caberá ao Oficial do Registro de Imóveis proceder à matrícula e ao registro da área devoluta discriminada em nome do Estado.

Art. 21 - O Presidente da Comissão Especial comunicará a instauração do processo discriminatório administrativo a todos os ofícios de Registro de Imóveis da Jurisdição.

Art. 22 - Uma vez instaurado o processo discriminatório administrativo, o Oficial do Registro de Imóveis não efetuará matrícula, registro, inscrição ou averbação estranhas à discriminação relativamente aos imóveis situados, total ou parcialmente, dentro das áreas discriminadas, sem que desses atos tome prévio conhecimento o Presidente da Comissão Especial.

Parágrafo único - Contra os atos praticados com infração do disposto no presente artigo, o Presidente da Comissão Especial solicitará que a Procuradoria Geral do Estado utilize as medidas legais e judiciais cabíveis.

Art. 23 - Os interessados estão isentos do pagamento de emolumentos no processo administrativo, salvo para os serviços de demarcação, e diligências de sua exclusiva conveniência.

Parágrafo único - Os ocupantes de terras públicas de 1 módulo rural ficam dispensados das despesas de demarcação e titulação.

Art. 24 - Cabe à Procuradoria Geral do Estado promover a discriminação judicial das terras devolutas.

III - o rol das ocupações conhecidas;

IV - o esboço circunstanciado da gleba a ser discriminada ou seu levantamento aerofotogramétrico;

V - outras informações de interesse.

§ 1º - A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, ouvido o Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, procederá a elaboração do memorial descritivo, realizando, para tal fim, as diligências necessárias à identificação dos imóveis localizados na área.

§ 2º - Colaborarão com a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais na elaboração do memorial, todos os órgãos do Estado que possam prestar informações necessárias a esse fim.

§ 3º - Uma vez constituída a Comissão Especial a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais remeter-lhe-á o memorial e demais elementos que julgar necessários à instauração do processo discriminatório.

Art. 10 - As Comissões Especiais funcionarão sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, ficando garantida a participação das organizações dos trabalhadores rurais da região, através da indicação de representante, com direito a voz e voto em todos os trâmites, inclusive na seleção e execução.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 11 - O Presidente da Comissão Especial convocará os interessados para apresentarem, no prazo de 60 (sessenta) dias e em local a ser fixado no edital de convocação, seus títulos, documentos, informações de interesse e, se for o caso, testemunhas.

§ 1º - Considerar-se-ão de interesse as informações relativas a origem, a sequência de título, localização, valor estimado e área certa ou aproximada das terras de que se julgue legítimo proprietário ou ocupante; suas confrontações e nomes dos confrontantes, natureza, qualidade e valor das benfeitorias, culturas e criações nelas existentes, financiamento e ônus incidentes e comprovantes de impostos pagos, se houver.

§ 2º - O edital de convocação conterá a delimitação perimétrica da área a ser discriminada, com suas características e será dirigido, nominalmente, a todos os interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como os demais interessados incertos ou desconhecidos.

§ 3º - O edital deverá ter a maior divulgação possível, observado o seguinte procedimento:

a) a afixação em lugar público na sede dos municípios e distritos onde se situar a área mais indicada;

b) publicação simultânea, por duas vezes no órgão oficial do Estado e na imprensa local onde houver, com intervalo mínimo de 8 (oito) e máximo de 15 (quinze) dias entre a primeira e a segunda.

§ 4º - O prazo de apresentação dos interessados será contado a partir da segunda publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 12 - A Comissão Especial autuará e processará a documentação recebida de cada interessado, em separado, de modo a ficar bem caracterizado o domínio ou a ocupação e suas respectivas confrontações.

§ 1º - Quando se apresentarem dois ou mais interessados no mesmo imóvel ou parte dele, a Comissão Especial procederá a apensação dos processos.

§ 2º - Serão tomadas a termo as declarações dos interessados e, se for o caso, os depoimentos das testemunhas previamente arroladas.

Art. 13 - Constituído o processo, será realizada, desde logo, a vistoria para a identificação dos imóveis e, se forem necessárias, serão realizadas outras diligências.

Art. 14 - Encerrado o prazo estabelecido no edital de convocação, o Presidente da Comissão Especial, dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis, deverá pronunciar-se sobre as alegações, títulos de domínio, documentos dos interessados e boa fé das ocupações, mandando lavrar os respectivos termos.

Art. 15 - Se ocorrer dúvida sobre a legitimidade do título, o Presidente da Comissão Especial reduzirá a termo as irregularidades encontradas, encaminhando o respectivo processo à Procuradoria Geral do Estado, para a propositura da ação competente.

Art. 16 - Em relação às ocupações, serão lavrados os respectivos termos de identificação.

Art. 17 - A Comissão notificará por ofício aos interessados para no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da juntada ao processo do recibo de notificação, celebrarem com o Estado os termos cabíveis.

Art. 18 - Celebrado, em cada caso, o termo que couber, o Presidente da Comissão Especial designará agrimensor para, em dia e hora avençados com os interessados, iniciar o levantamento geodésico e topográfico das terras objeto de discriminação, ao fim do qual determinará a demarcação das terras devolutas, bem como, se for o caso, das retificações apuradas.

§ 1º - Aos interessados será permitido indicar um assistente técnico para colaborar com o agrimensor designado.

§ 2º - A designação do assistente técnico a que se refere o parágrafo anterior deverá ser feito até a véspera do dia fixado para início dos levantamentos geodésico e topográfico.

Art. 19 - Concluídos os trabalhos demarcatórios, o Presidente da Comissão Especial mandará lavrar o termo de encerramento da discriminação administrativa, do qual constarão obrigatoriamente:

I - o mapa detalhado da área discriminada;

II - o rol de terras devolutas apuradas com as respectivas confrontações;

III - a descrição dos acordos realizados;

IV - a relação das áreas com titulações transcritas no Registro de Imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam o edital de convocação ou notificação (Art. 17 deste Decreto);

V - o rol das ocupações legitimáveis;

VI - o rol das propriedades reconhecidas;

VII - a relação dos imóveis cujos títulos suscitaram dúvidas.

VIII - as legitimações provisórias de posse eventualmente promovidas (Art. 27, § 4º).

Art. 20 - Encerrado o processo discriminatório, o respectivo resultado será encaminhado à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais e ao Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, cabendo a este providenciar quanto às terras devolutas discriminadas, a arrecadação, o registro imobiliário em nome do Estado, e o cadastramento como bens integrantes do Patrimônio Estadual.

Parágrafo único - Caberá ao Oficial do Registro de Imóveis proceder à matrícula e ao registro da área devoluta discriminada em nome do Estado.

Art. 21 - O Presidente da Comissão Especial comunicará a instauração do processo discriminatório administrativo a todos os ofícios de Registro de Imóveis da Jurisdição.

Art. 22 - Uma vez instaurado o processo discriminatório administrativo, o Oficial do Registro de Imóveis não efetuará matrícula, registro, inscrição ou averbação estranhas à discriminação relativamente aos imóveis situados, total ou parcialmente, dentro das áreas discriminadas, sem que desses atos tome prévio conhecimento o Presidente da Comissão Especial.

Parágrafo único - Contra os atos praticados com infração do disposto no presente artigo, o Presidente da Comissão Especial solicitará que a Procuradoria Geral do Estado utilize as medidas legais e judiciais cabíveis.

Art. 23 - Os interessados estão isentos do pagamento de emolumentos no processo administrativo, salvo para os serviços de demarcação, e diligências de sua exclusiva conveniência.

Parágrafo único - Os ocupantes de terras públicas de 1 módulo rural ficam dispensados das despesas de demarcação e titulação.

Art. 24 - Cabe à Procuradoria Geral do Estado promover a discriminação judicial das terras devolutas.

Art. 25 - O processo discriminatório judicial terá prosseguido:

I - quando o processo administrativo for dispensado;

II - contra aqueles que não atenderam ao edital de convocação ou à notificação (Arts. 11 e 17 deste Decreto).

§ 1º - Os presumíveis proprietários e ocupantes nas condições do presente artigo, inciso II, não terão acesso a crédito oficial ou aos benefícios de incentivos fiscais, bem como terão cancelados os respectivos cadastros rurais junto ao órgão competente, na forma do art. 14, parágrafo único, da Lei Federal no. 6383, de 07/12/76.

§ 2º - O presidente da Comissão Especial tomará as providências necessárias à efetivação das medidas previstas no parágrafo anterior.

Art. 26 - O processo discriminatório obedecerá o disposto nos artigos 20 a 23 da Lei Federal no 6383, de 07/12/76.

DA LEGITIMAÇÃO DE POSSE

Art. 27 - O ocupante de terras do Estado que as tenha tornado produtivas com seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação de posse da área contínua de 1 módulo rural, desde que preencha as seguintes exigências.

I - não ser proprietário de imóvel rural;

II - residir com sua família no imóvel, salvo casos excepcionais constatados pela Comissão Especial;

III - explorar efetivamente o imóvel, com força no trabalho exclusivamente familiar, pelo prazo mínimo de um ano;

IV - conservar 20% (vinte por cento) da área do imóvel em mata ou promover, no prazo de dois anos a reposição da proporção existente antes do desmatamento, se houver sido devastada;

V - comprometer-se formalmente a continuar residindo no imóvel e explorar a terra em regime de economia familiar, pelo prazo estabelecido na titulação.

§ 1º - A legitimação da posse, quando não se caracterizar a aquisição por usucapião especial consistirá no fornecimento de um título de Concessão Real de Uso, por prazo indeterminado, não podendo ser cancelado, desde que satisfeitas as exigências do presente artigo.

§ 2º - A Concessão Real de Uso é intransferível intervivos e inegociável, não podendo ser objeto de penhora ou seqüestros, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 29, in fine, da Lei Federal nº 6383 de 07/12/86, e será transferível administrativamente ao sucessor que preencha iguais condições do titular.

§ 3º - Ficam assegurados à mulher com filhos, ou dependentes, casada ou não, todos os direitos de que trata este artigo.

§ 4º - Não obsta a legitimação da posse o fato de estar ainda em curso o processo discriminatório, caso em que terá ela caráter provisório, tornando-se definitiva quando encerrado o processo.

Art. 28 - Para os fins do artigo anterior a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais providenciará a identificação dos ocupantes de terras devolutas, verificando se os mesmos preenchem os requisitos necessários à obtenção da Concessão Real de Uso, ouvindo-se entidades das organizações de trabalhadores rurais da região.

Art. 29 - A Concessão Real de Uso dará acesso aos financiamentos concedidos por instituições financeiras do Estado.

Parágrafo único - Ocorrendo inadimplência do favorecido, a instituição financeira que concedeu o financiamento providenciará, junto à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, o cancelamento da Concessão Real de Uso e providenciará a alienação do imóvel, na forma da lei a fim de ser ressarcida do que houver assegurado.

Art. 30 - Compete à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais mediante prévia autorização do Governador e ouvindo para anotações o Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, expedir e cancelar a Concessão Real de Uso.

Art. 31 - O cancelamento da Concessão Real de Uso ocorrerá:

I - em caso de descumprimento, por parte do Concessionário, das exigências enunciadas no Art. 27;

II - em caso de inadimplência do ocupante que tiver obtido financiamento na forma do art. 29 deste Decreto;

III - por necessidade ou utilidade pública, em cujo caso, o Estado poderá cancelar a Concessão Real de Uso e imitir-se na posse do mesmo, promovendo sumariamente a sua desocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - As benfeitorias existentes serão indenizadas pela importância fixada na avaliação procedida pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Procuradoria Geral do Estado e caso o interessado se recuse a receber o valor estipulado, o mesmo será depositado em juízo.

§ 2º - Antes do cancelamento da Concessão Real de Uso, em qualquer dos casos acima, será ouvida a Comunidade interessada.

Art. 32 - O portador do título de Concessão Real de Uso, na hipótese prevista no item III fará jus, se o desejar, à instalação em outra gleba do Estado, assegurada justa indenização.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 33 - Iniciado o processo discriminatório não poderão ser alteradas quaisquer situações de posse ou dívida nas áreas discriminadas, sendo defesa a derrubada de cobertura vegetal, a construção de cercas e transferências de benfeitorias a qualquer título, sem consentimento da Comissão Especial.

Parágrafo único - Distribuída na Comarca ação possessória ou reivindicatória relativa a terras situadas na área discriminada, o Juiz oficiará ao Presidente da Comissão Especial, através da Procuradoria Geral do Estado, para que dele tenha ciência.

Art. 34 - No caso de infração ao disposto no artigo anterior, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais incumbir-se-á da apuração dos fatos, por solicitação do órgão encarregado do processo discriminatório.

Parágrafo Único - Comprovada a infração no curso do processo administrativo. O Presidente da Comissão Especial comunicará o ocorrido à Procuradoria Geral do Estado, para as providências judiciais cabíveis (art. 25 da Lei Federal nº 6.383, de 07/12/76).

Art. 35 - O Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado indicará à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais as áreas já adquiridas pelo Estado para fins de assentamento, cabendo àquela Secretaria de Estado a identificação dos respectivos ocupantes, de forma a possibilitar-lhes a imediata legitimação na posse, contanto que preenchidas as exigências do art. 27, bem como a adoção de medidas judiciais cabíveis contra aqueles que não atendam a tais exigências.

Art. 36 - Para os fins previstos da Lei nº 508, de 03/12/81 e no presente Decreto, poderá a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais celebrar convênios com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Art. 37 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 5.580, de 14/05/82 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1986
LEONEL BRIZOLA
TEODORO BUARQUE DE HOLLANDA
SHIRLEY DE OLIVEIRA PINTO
EDUARDO SEABRA FAGUNDES
PAULO ALBERTO SCHMIDT

DECRETO Nº 9317 DE 29 DE OUTUBRO DE 1986

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que menciona, situada na Praia Vermelha, Mambucaba, 4º Distrito de Angra dos Reis, RJ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nº art.5º, alínea "E" e "I", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta no processo nº E-06/14.217/86,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma situação de terras locali-

zada no lugar denominado " Praia Vermelha " - 4º Distrito do Município e Comarca de Angra dos Reis , Estado do Rio de Janeiro , dividindo com terras de herdeiros de Maria Angélica Pires , terras da fazenda de São Vitorino e São José e mais com quem de direito.

Art. 2º - A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários , Assentamentos Humanos e Projetos Especiais promoverá o levantamento cadastral das famílias residentes na área , no prazo de sessenta dias , visando a sua regularização fundiária .

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1986
LEONEL BRIZOLA
EDUARDO SEABRA FAGUNDES
TEODORO BUARQUE DE HOLLANDA
ÁUREO GAMA DE SOUZA
CARLOS ALBERTO SELANO BACELLAR
IVAN DA SILVA PEREIRA
PAULO ALBERTO SCHMIDT
LETÁCIO JANSEN

DECRETO Nº 9318 DE 29 DE OUTUBRO DE 1986

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, uma faixa de terra, situada na Estrada Engenho, Município de Itaguaí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 5º, alínea "i", art. 6º e art. 15º, ambos do Decreto -Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e o que consta do processo nº E-06/14.172/85.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública,para fins de desapropriação, uma faixa de terra de 5.700 m2,situada na Estrada do Engenho, Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, destinada a abertura de via para acesso à Praia do Engenho, com as seguintes características e rumos: partindo-se a direita do maior galpão da Fábrica Ingá com uma perpendicular de 53,00m até a Avenida Ingá, caminhando pelo lado esquerdo da Avenida Ingá até encontrar o lado esquerdo da Estrada do Engenho com 82,00m e uma testada de 12,00m que se mantêm até a Praia do Engenho, com os seguintes segmentos de reta sendo V1V2 igual a 25,00m mais V2V3 igual a 95,00 metros mais V3V4 igual a 36,00m, V4V5 igual a 74,00m mais V5V6 igual a 15,00m mais V6V7 igual a 73,00m mais V7V8 igual a 16,00m mais V8V9 igual a 52,00m mais V9V10 igual a 3,00m mais V10V11 igual a 14,00m mais V11V12 igual a 22,00m mais V12V13 igual a 53,00m e azimutes 19900'SE mais 56950'SE mais 30944'SE mais 25942'SE mais 36956'SE mais 20930'SE mais 29913'SE mais 69935'SE mais 80913'SE mais 60920'SE e 7709'SE, respectivamente.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1986
LEONEL BRIZOLA
EDUARDO SEABRA FAGUNDES
TEODORO BUARQUE DE HOLLANDA
ÁUREO GAMA DE SOUZA
CARLOS ALBERTO SELANO BACELLAR
IVAN DA SILVA PEREIRA
PAULO ALBERTO SCHMIDT
LETÁCIO JANSEN

DECRETO Nº 9319 DE 29 DE OUTUBRO DE 1986

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 22.800,00 à Procuradoria Geral do Estado, altera Quadros de Detalhamento da Despesa e o Orçamento Plurianual de Investimentos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 7º da Lei nº 932, de 04 de dezembro de 1985, e tendo em vista o que consta do processo nº E-06/14172/85,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor de Cz$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos cruzados) à Procuradoria Geral do Estado, Programa de Trabalho 0901.02040147.010 - Defesa Judicial do Estado, Código de Despesa 4210, Fonte 00.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do § 2º, item 3. do art. 12º, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, com anulação de igual valor no Programa de Trabalho 3403.03091831.025 - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES — Recursos Destinados a Programas e Projetos Prioritários, Código de Despesa 4313, Fonte 00.

Art. 3º - Em decorrência dos artigos 1º e 2º deste decreto, ficam alterados os Quadros de Detalhamento da Despesa da Procuradoria Geral do Estado e de Encargos Gerais do Estado - Recursos sob a Supervisão da SEPLAN, aprovados pelo Decreto nº 8.791, de 27 de dezembro de 1985, com as alterações determinadas pelo Decreto nº 8.901, de 02 de abril de 1986, e o Orçamento Plurianual de Investimentos aprovado pela Lei nº 933, de 04 de dezembro de 1985.

Art. 4º - Fica a dotação referente a Despesas de Capital, constante deste decreto, liberada das restrições de que trata o artigo 4º do Decreto nº 8.790, de 27 de dezembro de 1985.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1986
LEONEL BRIZOLA
TEODORO BUARQUE DE HOLLANDA
SHIRLEY DE OLIVEIRA PINTO
LETÁCIO JANSEN

DECRETO Nº 9.320 DE 29 DE OUTUBRO DE 1986

Declara de utilidade pública o imóvel que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 5º, alíneas "L" e "M" e art. 6º, ambos de Decreto-Lei Federal nº 3365, de 21 de junho de 1941 e o que consta do processo nº E-18/F-PEE-1-GC-793.743/86,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para construção de escola uma área de 14.999 m², situado no Bairro Boassu, em zona urbana do 1º Distrito de São Gonçalo, com as características constantes da matrícula 6530 do Registro de Imóveis da 3a. Circunscrição, cartório do 4º Ofício de São Gonçalo.

Artº 2º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1986
LEONEL BRIZOLA
TEODORO BUARQUE DE HOLLANDA
MARIA YEDDA LEITE LINHARES
SHIRLEY DE OLIVEIRA PINTO
EDMUNDO FERRÃO MONIZ DE ARAGÃO

DECRETO Nº 9.321 DE 29 DE OUTUBRO DE 1986

Declara de utilidade pública o imóvel que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 5º, alínea "M" e art. 6º, ambos do Decreto-Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941 e o que consta do processo nº E-18/F-PEE-1-GC-790.848/86

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública para construção de escola os lotes 08 até 15, inclusive, da quadra III e 01, 02, 21 e 22 da quadra IV, situado na rua Melvin Jones, bairro Meudon, em Teresópolis.

Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 4.288, de 14 de julho de 1981.

DECRETO Nº 9.618 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1987

Altera a redação do art. 3º do Decreto 4.288, de 14 de julho de 1981.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 3º do Decreto 4.288, de 14 de julho de 1981 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Os bens imóveis das Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundações instituídas pelo Poder Público do Estado do Rio de Janeiro, quando não forem necessários aos seus serviços, poderão ser, total ou parcialmente, utilizados por terceiros, sob a forma de locação e sob as formas de cessão de uso ou de concessão de uso, gratuita ou com encargos a pessoas jurídicas de direito público interno, desde que para fins de relevante interesse público, mediante autorização do Governador."

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1987
LEONEL BRIZOLA
TEODORO BUARQUE DE HOLLANDA

HISTÓRICO DO CONFLITO FUNDIÁRIO - FAZENDA CAMPOS NOVOS

Cabo Frio/RJ

A Fazenda Campos Novos por volta de 1880 pertencia aos Jesuítas, já nessa ocasião havia ocupação por filhos dos escravos e trabalhadores de outras localidades. Tal fazenda foi vendida por várias vezes, passando por diversos proprietários, mas as ocupações continuavam sucessivamente, sendo adquirida mais tarde por um Marquês, a partir daí iniciou-se umprocesso de perseguição, destruindo casa, plantações e assassinando os Trabalhadores Rurais.

Diante tal opressão os trabalhadores iniciaram uma organização fundando a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALAHDORES RURAIS da Região.

Em 1961 a fazenda foi vendida para os libanêses JAMIL CURY MIZZIARA e CESÁRIO CURY MIZIARA, os quais intensificaram a repressão e perseguição às 150 famílias de trabalhadores que ocupavam parte da fazenda. Mesmo assim os trabalahdores discutiam formas de resistência e de ocupação total da área.

Por volta de 1969, chega na região , vindo do Estado do Espírito Santo, o companheiro SEBASTIÃO LAN, o qual foi empregado dos fazendeiros, fazendo serviços de lenhador e mediante a necessidade de possuir um pedaço de terra para morar e trabalhar juntou-se aos outros posseiros fortalecendo ainda mais a luta. Nesse mesmo período desapareceu a família de Manoel Mangueira (posseiro da fazenda), motivo que acirrou a luta pela ocupação total da área e melhor organização do movimento, levando também os grileiros da região a intensificar cada vez mais o ataque às famílias dos posseiros.

Em 1972 foi fundado o STR de São Pedro da Aldeia, município vizinho à Cabo Frio, no qual SEBASTIÃO LAN foi diretor e nos anos de 1975 à 1981 foi o Presidente. SEBASTIÃO LAN iniciou também a discussão sobre a fundação do STR de Cabo Frio, a qual se deu em 1978. SEBASTIÃO LAN assumiu a presidência do STR de Cabo Frio em 1985, época em que a Fazenda Campos Novos já havia sido desapropriada pelo INCRA (1983), mas o Governo Federal não concluiu o projeto de assentamento no qual viriam mais ou menos 250 famílias. Essa conquista custou muito sangue sendo assassinado mais de 10 posseiros em razão da disputa da terra.

SEBASTIÃO LAN fortaleceu a organização sindical exigindo o assentamento dos trabalhadores na Fazenda Campos Novos, que levou fazendeiros e grileiros articulados pela UDR, a assassinarem o Presidente do STR de Cabo Frio, SEBASTIÃO LAN e mais 5 trabalhadores rurais.

A partir do assassinato do líder sindical o trabalho de base já desarticulado enfraqueceu a organização, sendo que tal fato influi até hoje na organização sindical, pois os trabalhadores temem as represálias dos grileiros e assim não participam de nenhuma das atividades do movimento sindical.

Hoje os diretores do STR de Cabo Frio que se propõem a levar o trabalho de organização e enfrentamento iniciado por SEBASTIÃO LAN, estão ameaçados de morte pelos mesmos grileiros mandantes dos assassinatos do líder sindical, os quais tem recorrido às autoridades competentes e não têm encontrado nenhuma solução para as suas reivindicações.

MANOEL BARBOSA
Cons. Fiscal -STR Cabo frio

FRANCISCO LAN
Tesoureiro - STR Cabo Frio

BOLETIM INFORMATIVO

CPT - NOVA IGUACU / PARACAMBI

TIÃO LAN

Nº 10 - DEZEMBRO 1989

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A estrela brilhou...

E vai brilhar muito mais...

Finalmente, depois de 29 anos, o povo brasileiro foi as urnas votar para presidente.

A espera foi longa, mas o povo mostrou que sabe votar, e agora vamos lutar para que no segundo turno das eleições vença o candidato que está ao lado do povo.

A eleição está sendo realizada em dois turnos porque o candidato mais votado não conseguiu mais de 50% dos votos, ou seja, mais da metade.

Os candidatos mais votados foram um de extrema direita - FERNANDO COLLOR DE MELO, o Caçador de Marajás - que tem compromissos com a classe patronal e que nunca esteve ao lado



do povo, que se eleito fará um governo igual ou pior que o de José Sarney, pois como ele, tem compromisso com o capital estrangeiro e com os grandes empresários brasileiros que massacram o povo. O outro candidato mais votado foi um da esquerda - LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, que desde que se projetou no quadro sindical e político brasileiro, vem lutando ao lado do povo contra a exploração e o massacre que o capitalismo nos impõe.

Este momento é de grande importância para o Brasil, pois, pela primeira vez em sua história, um operário é candidato à presidência da República, e tem chances reais de vencer.

No dia 17 de dezembro, nós, o povo brasileiro, vamos fazer do nosso voto uma arma, e vamos votar contra a fome, contra a miséria, contra a exploração que a classe dominante vem exercendo sobre nós desde o início de nossa história, nós vamos votar conscientes de que queremos mudança.

Com nosso voto no LULA, nós vamos dizer NÃO à José Sarney, à Roberto Marinho e à dívida externa, nós vamos dize não à mentira, à injustiça e a corrupção, nós vamos dizer não à prepotência dos militares, cujo representante é o sr. Collor de Melo.

Desta vez, a esquerda vai se unir para derro-

tar o candidato do Sarney.

Contamos com o apoio de: Leonel Brizola, Mario Covas, Roberto Freire, e os progressistas do PMDB e outros partidos.

Está na hora do povo brasileiro mostrar seu valor. Vamos votar no candidato que vai governar o Brasil junto com a gente: LULA PRESIDENTE.

* Ao votar, faça apenas um X ao lado do nome e número de seu candidato. Não escreva nada na cédula, pois isso anula seu voto automaticamente.

VEM AUMENTAR O BRILHO DE NOSSA ESTRELA.

Pelo BRASIL que a gente quer, vote

LULA PRESIDENTE!

Até a vitória!

Lula Baixada

PARTIDO DOS TRABALHADORES
POPULAR

ATENÇÃO, MULHERES:

Gostaríamos de lembrar-lhes do nosso encontro no dia 10 de dezembro.

Houve uma mudança no local. Não será mais a Igreja de Queimados o local do nosso encontro.

O local será confirmado pela agente pastoral que acompanha o seu assentamento.

O dia está confirmado: 10 de dezembro. Não esqueça. Participe.



SEBASTIÃO LAN

JULGAMENTO DOS ASSASSINOS E MANDANTES

23 DE NOVEMBRO

CONCENTRAÇÃO, ÀS 11 HORAS NO FÓRUM DE CABO FRIO



JUSTIÇA JÁ

CUT - FETAG - FAMERJ - STR DE CABO FRIO - CPT - GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - SERPARJ - CONDEPAZ - CNDDA - MOV. NAC. DIREITOS HUMANOS R.LESTE 1 - ANSUR.

APOIO: SINDICATO DOS URBANITÁRIOS - RJ

VAMOS INVADIR CABO FRIO
JULGAMENTO DOS CRIMINOSOS DE SEBASTIÃO LAN
DIA 23 DE NOVEMBRO

As circunstâncias que envolveram o cancelamento do julgamento dos criminosos de Sebastião Lan no dia 11 de outubro, nos revela uma ampla teia de cumplicidade.

José Florzinha _ Um dos mandantes do crime não foi apresentado ao Tribunal do Juri, porque a DESIPE alegou não ter viaturas para conduzir o preso.

Alfredo Nobre _ Advogado defesa do Zé Florzinha também não apareceu, por estar preso, devido ao envolvimento com os seqüestradores presos no Paraguai.

_ Denúncias que Zé Florzinha, apesar de sua reclusão, foi visto antes do dia 11 de outubro em Cabo Frio, por moradores da Região.

Hermes Vicente _ Outro indiciado no processo como mandante e vai ser julgado à revelia por se encontrar foragido, também foi visto recentemente nas imediações da Fazenda Campos Novos.

Este relato mostra neste momento a gravidade da situação da Fazenda, aumento das ameaças e pressão aos posseiros e perseguição a Chico Lan, tesoureiro do sindicato e continuador da luta de Sebastião.

É justamente neste contexto que se realizará o julgamento, no dia 23 de novembro. Neste sentido, estamos convocando todas as entidades, categorias e ativistas para se fazer presentes em Cabo Frio, para uma grande mobilização durante o julgamento, para garantir que se faça justiça.

ÔNIBUS GRÁTIS PARA O JULGAMENTO
SAÍDA: 08:00 HORAS DA SEDE DA CUT
RESERVAS E INFORMAÇÕES COM CRISTINA
DEPARTAMENTO RURAL CUT/RJ --TEL. 233-8836

DENÚNCIAS DE ASSASSINATOS

Líder rural é assassinado no Rio

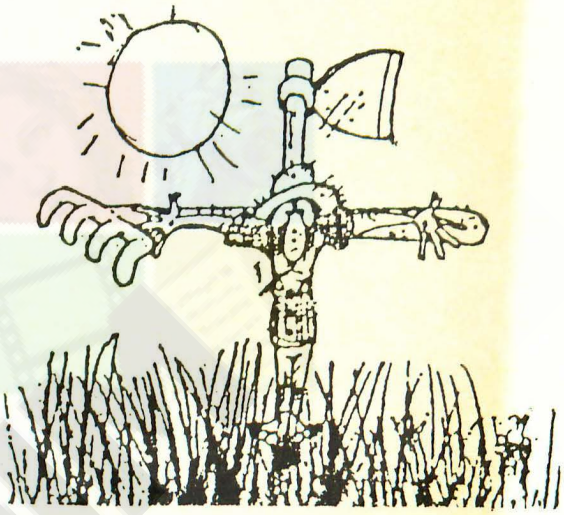
Os fazendeiros e grileiros continuam impunemente sua escalada de violência no campo. Desta vez a vítima foi o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, 45 anos, assassinado com cinco tiros na manhã de 6 de junho. Pai de nove filhos, ele era posseiro na fazenda Campos Novos, desapropriada há cinco anos.

O crime foi encomendado pelo ex-proprietário da fazenda, Jamil Cesário Curi Mizziara, que pagou CZ$ 200 mil ao soldado PM Di Stefano Ananias de Jesus para executar Lan. O dinheiro foi arrecadado entre fazendeiros e grileiros da região de Cabo Frio, liderados pelo gerente da fazenda Campos Novos, Hermes Vicente, José Cordeiro, conhecido como Zé Florzinha, e Evaldo Ferreira de Freitas. O autor dos disparos foi Hélio Barros Filho, contratado pelo policial.

Sebastião Lan foi assassinado por sua atuação à frente do sindicato, em defesa dos posseiros da região. Há anos ele vinha denunciando que grileiros invadiam as terras desapropriadas de Campos Novos e nenhuma providência foi tomada pelo governo nem pela Justiça. No dia em que foi baleado, Lan estava com uma pasta contendo provas dos conflitos de terra em Cabo Frio, que seriam entregues no dia seguinte ao Ministério da Reforma Agrária, em Brasília. Esta pasta foi roubada pelos assassinos depois do crime.

Por pressão de 36 sindicatos de trabalhadores rurais do Rio e entidades integrantes da CNRA no estado, as autoridades policiais designaram especialmente um delegado para investigar o crime. Foram presos José Cordeiro (Zé Florzinha), Hélio Barros Filho e Di Stefano Ananias de Jesus. O mandante, Jaime Mizziara, continua em liberdade, embora tenha sido indiciado. É importante assinalar que pela primeira vez um fazendeiro é indiciado por conflito de terra no Rio.

Isso, porém, não basta. Os trabalhadores exigem a punição de todos os culpados. Na fazenda Campos Novos permanece o clima de tensão entre as 180 famílias de posseiros que vivem na área. Ameaçado, o vice-presidente do sindicato, Manoel Bernardo de Souza, fugiu de Cabo Frio.



João Manoel da Silva foi encontrado degolado no dia 1 de março, no engenho Pitinga II, em Igarassu, Pernambuco. Os suspeitos são Sebastião Jerônimo da Silva, Nelson José de Oliveira e Ismael Pessoa da Silva.

Amauri Lourenço e **Wilmar José da Silva** foram assassinados na madrugada de 7 de maio pelos policiais Odilon de Souza e Joaquim Roberto da Silva, com a ajuda do mecânico Edimir Moreira Cardoso.

Ivair Higino de Almeida, 26 anos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre, e candidato a vereador pelo PT do município, assassinado no dia 18 de junho com oito tiros, numa emboscada armada por latifundiários da região, segundo denúncia do sindicato local. Juntamente com o presidente do Sindicato, Chico Mendes, Ivair vinha sendo ameaçado de morte.

Lavrador não identificado, assassinado a tiros na fazenda Terra Bela, do Grupo União, no município de Buriticupu, Maranhão.

DESAPROPRIAÇÕES, ASSENTAMENTOS E OCUPAÇÕES

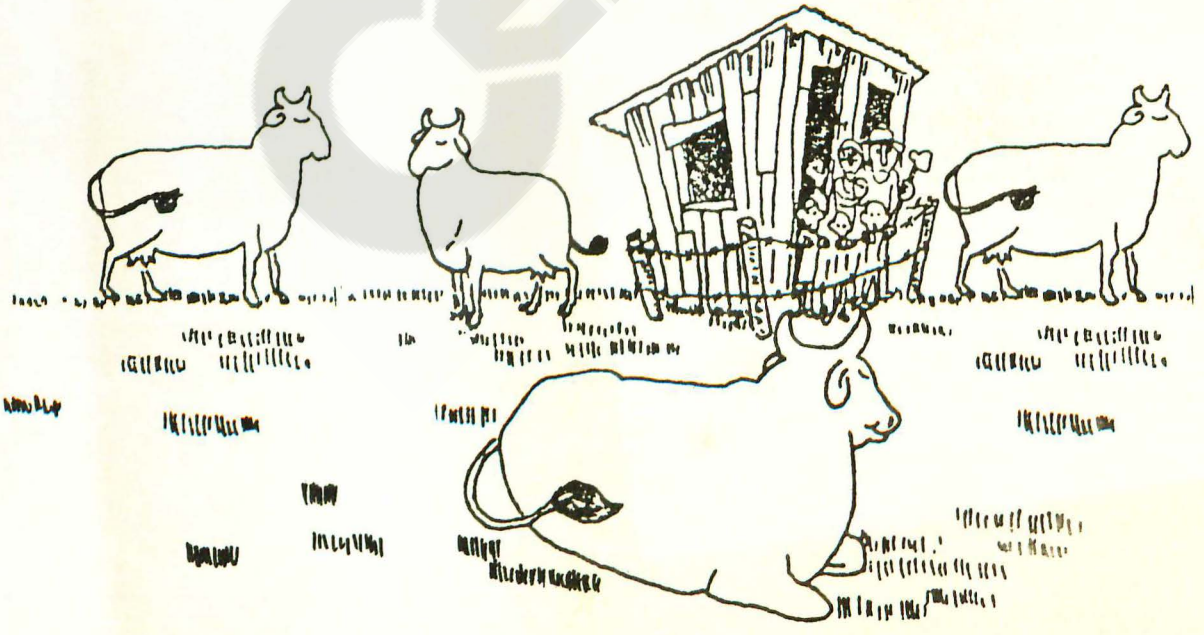
A proposta do ex-ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro era desapropriar 40 milhões de hectares até 1989, para assentar 1,4 milhão de famílias. Ele foi exonerado e as metas reduzidas. A realidade, hoje, é bem diferente. Só foram assentadas até agora 56,2 mil famílias (5% da meta de 1 milhão) em 2,6 milhões de hectares, menos de 10% dos 30 milhões de hectares previstos para desapropriação até 1991. Ainda assim, esses dados são contestados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que afirma que o número de famílias à espera de assentamento oscila entre 7 e 11 milhões. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), existem 12 milhões de famílias nesta situação.

BAHIA

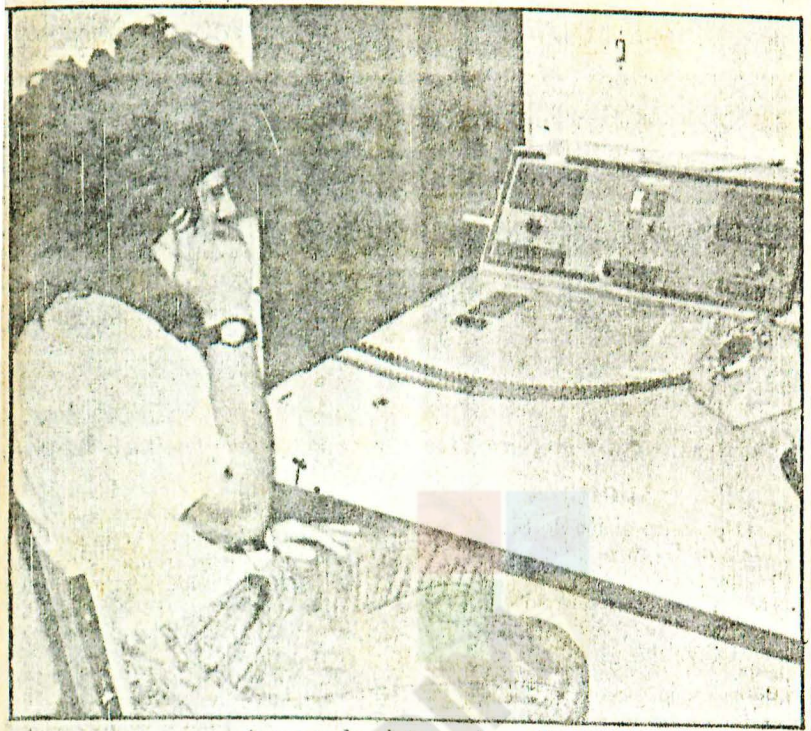
Mais de 250 famílias de trabalhadores rurais que em março ocuparam a fazenda Bela Vista, no município de Itamaraju, e logo depois foram despejadas por ordem judicial, ocuparam três outras propriedades nos municípios de Porto Seguro e Prado. Lideranças dos posseiros já reivindicaram a desapropriação da área ao Secretário de Reforma Agrária da Bahia.

PARAÍBA

Enfrentando pistoleiros, 26 famílias de posseiros conseguiram a desapropriação de 160 hectares do sítio Jaracatiar, na cidade de Jacaraú. A vitória foi muito importante porque o fazendeiro já havia plantado 110 hectares de cana e banana para tentar forjar produtividade e, desta forma, impedir a desapropriação. (**Boletim da CPT**, no. 76)



Produtores Rurais têm nova diretoria



A mesa do sistema de radiotelefonia funciona no escritório da Emater

O FLUMINENSE 01/12/88

Foi eleita, recentemente, em assembléia geral a nova Diretoria da Associação dos Produtores Rurais de São Pedro da Aldeia, para a gestão de 1988 a 1990. Esta Associação é a mesma que, há alguns meses, inaugurou no Rancho de Três Barras, na localidade de São Mateus, à margem da RJ - 106, o Sistema de Raidotelefonia, que atende 86 pequenas, médias e grandes propriedades rurais — agrícolas e pecuárias — espalhadas por toda a Baixada Litorânea.

Segundo o presidente da Associação, Luiz Victor Pereira Arentz, o Sistema de Radiotelefonia já funcionava com bons resultados desde 1986 com a central instalada no prédio do escritório da Emater—Rio, em São Pedro da Aldeia, e a antena repetidora no ponto mais alto do município — Serra de Sapiatiba, a 316 metros de altitude.

Pioneiro no Estado do Rio, o Sistema de Radiotelefonia da Associação dos Produtores Rurais de São Pedro da Aldeia, cujo presidente é responsável pela implantação, atende 10 municípios num raio de 80 quilômetros. Duas grandes salinas de Cabo Frio aderiram ao Sistema. São elas: a Spring e Pereira Bastos, além da Agroindústria São João S.A. (Agrisa), uma indústria de álcool carburante situada no vale do Rio São João.

A nova Diretoria da Associação dos Produtores Rurais de São Pedro da Aldeia é composta de: Presidente — Luiz Victor Arentz; Vice-Presidente — Jacyr Mattos da Silva; 1º Secretário — Marlúcia Alves Palmeira; 2º Secretário — Gilson Pontes Roseira; 1º Tesoureiro — Geraldo Menezes Perelva; 2º Tesoureiro — Rosa Tavares Monteiro, 1º Procurador — Michel Chaquib Assef; 2º Procurador — Elza Soares Ribeiro.

RELATÓRIO DE VISITA ÀS FAZENDAS CAMPOS NOVOS, IMBURO E CANTAGALO, NOS MUNICÍPIOS DE CABO FRIO, MACAÉ E CASIMIRO DE ABREU - 14 a 18 de julho de 1987.

SUMÁRIO:

1 - Objetivo da Viagem
2 - Visita à Fazenda Campos Novos : 2.1 - Histórico
2.2 - Aspectos Físicos
2.3 - Organizações Rurais
2.4 - População
2.5 - Parcelamento da Área
2.6 - Seleção dos Beneficiados e organizações rurais
2.7 - Tamanho dos sítios e Remanejamento da população.
2.8 - Observações Finais
2.9 - Conclusões
3 - Visita à Fazenda Imburo.....3.1 - Histórico
3.2 - Aspectos Físicos
3.3 - Exploração Semávica
3.4 - População
3.5 - Formas de organização
3.6 - Situação Atual
3.7 - Conclusões
4 - Visita à Fazenda Cantagalo.....4.1 - Histórico
4.2 - Aspectos Físicos
4.3 - Situação atual
4.4 - Conclusões

1 - OBJETIVO DA VIAGEM

Esta viagem teve por objetivo conhecer as área das Fazendas Campos Novos (Cabo Frio) e Imburo (Macaé), desapropriadas pelo INCRA e que serão beneficiadas pelo Plano Operativo de 1987, avaliando as condições que apresentam para receber extensionistas. Durante a viagem foi sentida a necessidade de se visitar a Fazenda Cantagalo, em Rio das Ostras (município de Casimiro de Abreu), também desapropriada pelo INCRA, pelos motivos que serão expostos adiante.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e Associada à Embrater

2 - VISITA À FAZENDA CAMPOS NOVOS

Das 10 áreas que constam do Plano Operativo, a Fazenda Campos Novos foi escolhida para ser a primeira a ser visitada devido às informações que estavam / sendo transmitidas pelo ESLOC-SPA/CF de que havia conflitos e risco de vida na área. A Fazenda, que vinha recebendo serviço de ATER regularmente por dois ERs do ESLOC, teve esta prestação de serviços interrompida em dezembro de 1986 em lo clima de insegurança e de indefinição alegado pelos próprios ERs.

As informações coletadas para este relatório foram obtidas a partir de entrevistas com os ERs do ESLOC-SPA/CF, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, presidentes das duas associações da fazenda (Associação de Moradores de Botafogo e Associação da Comunidade Rural de Tamaios), posseiros/ da Fazenda, visitas in loco e documentos do INCRA arquivados no ESLOC (cópia / do "Relatório Conclusivo do Levantamento das Ocupações Existentes na área do INCRA", de junho de 1984).

2.1 - Aspectos Físicos

A área desapropriada é de 3.203,43 ha, sendo dividida em 4 glebas: gleba A conhecida como Boa Vista, Gleba B conhecida como Angelim, gleba C conhecida como Botafogo e gleba D conhceida como Restinga. Boa Vista e Angelim são as duas maiores glebas (1.023 ha e 1.617 ha respectivamente) e de relevo predominantemente plano. As outras duas são bem menores (Botafogo com 397 ha e Restinga com 165 ha), apresentando relevo mais ondulado. Segundo os técnicos do ESLOC-SPA/CF as melhores terras se encontram na gleba B (Angelim).

Outra característica da área é a grande diversidade de tipos e situações / de solo, fazendo com que a área seja uma verdadeira "colcha de retalhos". Há solos turfosos, com profundidades que variam de 0,2 a 2 m, arenosos, argilosos, com problemas de tiomorfismo, etc.. fazendo com que cada trecho deva ser tratado com especificidade. As mudanças de solo, em muitos casos, chegam a ser bruscas, sem transição.

Além disso , alguns trechos têm peculiaridades no que tange à salinidade / trazida pela subida do nível da água de subsolo, o que não os inutiliza, mas faz com que tenham especificidades na época de plantio e no tipo de cultura a implantar. Os agricultores e os técnicos do ESLOC citam, por exemplo, o caso / da cultura do arroz, que produz muito bem na região, mas que deve ser plantada a partir de janeiro. Em setembro a implantação é impossível devido à salinidade causada pela subida do nível da água de subsolo, mas em janeiro as chuvas já / tiveram tempo de lixiviar os sais, permitindo a implantação da lavoura com sucesso.

A área também apresenta características de ventos fortes nos meses de julho e agosto.

CEDIM

EMATERRIO

Existem também muitas área com problemas de drenagem, em especial as gleba A e B, e a resolução do problema exige cuidados devido , em alguns pontos, haver junção com salinidade ou tiomorfismo. A maioria destas áreas , atualmente, vem se prestando a pasto, mas algumas são cultivadas com "lavouras branca s"em determinadas épocas do ano, apresentando bons resultados.

Devido a estas peculiaridades, o INCRA encomendou à EMBRAPA um estudo sobre a fazenda, que deverá ficar pronto até o final de setembro. A partir das conclusões do estudo da EMBRAPA, o INCRA então definirá módulos e parcelamentos necessários, além de estabelecer os tipos de cultura que deverão ser incentivados.

Afora os estudos da EMBRAPA, a prática dos posseiros vem mostrando sucesso na pecuária, cana-de-açúcar e arroz. Bons resultados vem sendo alcançados também com quiabo, e com citrus e urucum nas partes altas. O próprio "Relatório Conclusivo" do INCRA cita a existência de cerca de 90 mil pés de banana e de 190 mil pés de citrus, além de 7 ha de abóbora (que é plantada em abril), 55 ha de capim, 30 ha de cana, 10 ha de feijão e 26 ha de milho. Nos - cerca de cinco em Campos Novos - todos os posseiros entrevistados demonstraram consciência de que nenhuma experiência bem sucedida deve ser generalizada ou prescritiadamente copiada por outros posseiros. -"Aqui em Campos Novos é tudo diferente", disse um posseiro. Outro completou : -"Até o trabalhador pegar qual é o macete da terra, apanha muito". Estes depoimentos nos dão a dimensão da importância do trabalho que a EMBRAPA vem realizando.

2.2 - Histórico

Segundo o depoimento de alguns posseiros da área de Botafogo (gleba C) , que nasceram em Campos Novos, a área pertencia, há cerca de 60-70 anos, a um francês chamado Eugênio Arnaud, que a comprou dos jesuítas (ao que parece, a penas Botafogo e Restinga). Antes de Eugênio Arnaud, instalou-se o que tudo indica nas outras glebas da fazenda, um tal de "Silva",provocador de constantes conflitos na tentativa de expulsar os posseiros de lá, que em muitos casos, já na época , possuíam gerações na terra (eram descendentes de escravos). As expulsões e o retorno dos expulsos eram uma rotina sem fim. Com a compra de Botafogo por Eugênio Arnaud, esta gleba se tornou como que um refúgio dos expulsos, visto que ele permitia a permanência de todos na fazenda desde que trabalhassem 4 dias por mês para ele. Este acordo foi aceito, e com isso os / posseiros tiveram o direito de plantar o que quisessem e de morar no local , sem pagar renda alguma. Isto explica a concentração de posseiros nestas / glebas C e D, sendo que nas glebas A e B as posses não mais resistem.

Eugênio Arnaud tinha gado, e seus filhos fizeram alguma lavoura.

Com a morte de Eugênio Arnaud, seus herdeiros e o novo administrador qui-

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

seram exigir renda dos posseiros, o que provocou grande revolta . Os posseiros chegaram a depositar a renda em juízo durante algum tempo, mas depois simplesmente se recusaram a pagá-la. Isto foi no início da década de 50 .

Os filhos de Arnaud tiveram fim: dois deles morreram e um simplesmente desapareceu. Com isto, a área foi comprada por "Jamil" (Companhia Agrícola Campos Novos). A escritura da área, ainda do tempo dos jesuítas, tinha como unidade de medida a "braça" e apontava como confrontantes os pântanos que havia na região. Com o passar dos anos, os pântanos secaram, perdendo-se os rumos / da fazenda; com isso, "Jamil" sentiu-se à vontade para grilar e adquirir outras áreas, aumentando seus domínios até configurar a área constante no decreto de desapropriação. Foi o reinício dos conflitos.

Ao que parece, durante o "domínio" de "Jamil" é que se intensificou a ocupação de Angelim e Boa Vista, cujo processo foi lento, gradual e individualizado, devido à ociosidade que a área apresentava. "Jamil" tentou intimidar os ocupantes através de ameaças e jagunços, mas curiosamente nunca acionou a justiça contra eles.

A área foi desapropriada em 1983, e a imissão de posse deu-se pouco depois.

A entrega de autorizações provisórias de ocupação (AFO) deu-se a 17.06.87.

2.3 - Organizações Rurais em Campos Novos

Tomamos conhecimento de três entidades de trabalhadores rurais atuando na área:

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio - originou-se a partir de um Sindicato que era inter-municipal (São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio). A gestão anterior à atual tinha comerciantes por diretores, o que levou a FETAG a intervir no 3º ano de um mandato de 4 anos. A atual direção é composta por/ lavradores que vêm se empenhando no soerguimento do STR.

b) Associação de Moradores de Botafogo - Existe há 5 anos, originando-se de uma antiga Associação de Lavradores, a qual foi berço do Sindicato inter-municipal já referido. Possue sócios tanto do setor rural como do setor urbano. No entender de seu presidente, Ilson dos Santos, não se pode fazer uma / associação de lavradores "porque já existe o sindicato e na comunidade não vivem só lavradores". Abrange também uma parte de Botafogo que, por se encontrar no município de São Pedro d'Aldeia, não foi desapropriada.

c) Associação da Comunidade Rural de Tamoios - abrange as áreas de Angelim e Boa Vista predominantemente, tendo sido fundada a 2 de novembro de 1986.

2.4 - População

Segundo o "Relatório Conclusivo" do INCRA, os técnicos detectaram 248 ocupações e 262 famílias de posseiros. Um dos motivos que levou a esta diferença de números é o fato de que muitas ocupações apresentaram regime de "sociedade", com mais de um posseiro por ocupação, o que constituía quase sempre / um "artifício, com vistas a não oferecer à ocupação constações do latifúndio". O mesmo Relatório acusa que 50% da área estavam ocupadas por apenas 12 ocupantes, "com superfícies iguais ou superiores a 50 ha" .

Uma re-tabulação dos dados contidos no quadro "Resumo das Glebas A,B,C e D, configurando a origem dos posseiros" do mesmo Relatório , nos permite montar a tabela 1.

TABELA 1 - Origem dos Posseiros

REGIÃO DE ORIGEM	GLEBA				TOTAL
	A	B	C	D	
Região dos Lagos (Araruama, C.Frio e S.P.Aldeia)	1	19	30	9	59
Baixadas Litorâneas(Conc. Macabu,Casimiro Abreu)	1	2	2	-	5
Baixada dos Goitacazes (Campos,Macaé,S.J.Barra)	37	29	17	1	84
Norte Fluminense	3	9	6	-	18
Região Metropolitana	2	6	7	1	16
Região Serrana	1	-	1	-	2
SUB - TOTAL (I)- RJ	45	65	63	11	184
Espírito Santo	-	7	10	1	18
Minas Gerais	1	3	1	1	6
Nordeste	2	2	4	-	8
Sul	-	-	2	-	2
SUB - TOTAL (II)	3	12	17	2	34
Outros	1	12	17	-	30
TOTAL	49	89	97	13	248

Um fato que chama a atenção nesta tabela é que, dentre os posseiros fluminenses, 45% são da Baixada dos Goitacazes, e, destes, 78,5% estão nas glebas A e B (boa Vista e Angelim), as mais planas e as que apresentam maior população de bovinos.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Na Gleba A, os posseiros oriundos da Baixada dos Goitacazes constituem / 75% da população, e na gleba B, 32%.

É interessante notar a relação existente entre a origem da população, a área que preferiram ocupar e o tipo de exploração que vêm realizando. Nas / glebas A e B, encontravam-se, segundo o "Relatório Conclusivo", 1.155 dos / 1.386 cabeças de gado existentes em toda a fazenda, ou seja 83% do rebanho. Destas 1.155, 385 são de aptidão leiteira, sendo que 337 pertenciam a apenas dois ocupantes, que não residiam na área.

Sobre esta fatia da população, o "Relatório Conclusivo" do INCRA cita que "alimentamos suspeitas com relação aos posseiros oriundos das cidades de Campos, Macaé e São João da Barra de que (...) detenham nos municípios de origem outros imóveis rurais".

Do "Relatório" do INCRA também consta que "somente 44,35% têm moradia efetiva na posse. Os demais residem nas proximidades ou em outros municípios vizinhos, mantendo na ocupação caseiro, empregado, ou simplesmente deixando-a / abandonada". Ele acusa, ainda, que 122 dos 248 entrevistados (49,19%) têm outra fonte de renda fora da agricultura ou apresentam outros fatores que caracterizam impedimento legal para sua regularização. Esta situação está configurada na tabela 2, montada a partir do Quadro III do referido "Relatório".

TABELA 2 - Atividades dos posseiros irregulares

ATIVIDADE	Nº DE POSSEIROS
Comércio	32
Indústria	5
Fazendeiro	6
Servidor Público	9
Profissional Liberal	3
Motorista	5
Mecânico	2
Tratorista	2
Cortador de Cana	3
Ex-parceleiro do INCRA	6
Aposentado INPS	16
Aposentado FUNRURAL	5
Outros	28
TOTAL	122

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento e Associada à Embrapa

2.5 - O Parcelamento da Área

Devido à diversidade da população (agricultores, bicosteiros, maiores de 65 anos, empregados urbanos , etc.), o INCRA lançou a proposta de se parcelar a área com 3 tipos de lotes:

a) Lote Urbano: seriam para os posseiros que usam a terra só para moradia e cuja ocupação se encontra na cidade;

b) Lote Para-Rural: trata-se de um lote maior que o urbano, mas que não / permite a sobrevivência a partir unicamente da atividade agrícola. Segundo o presidente do STR, este lote é de 0,5 ha. Serviria para assentar os aposentados, os agricultores idosos já sem saúde para o trabalho, alguns agricultores impedidos de receberem terra pelo Estatuto da Terra (p.ex. pela questão da idade), etc..

c) Lote Rural - é o lote a ser recebido pelos agricultores que não apresentam impedimentos de acordo com o Estatuto da Terra. A definição do tamanho e a demarcação definitiva deste tipo de lote dependem das conclusões que a EMBRAPA apresentar em seu estudo.

Nas Autorizações Provisórias de Ocupação (APO) entregues, já vem definido o tipo de lote que cada parceleiro irá receber, embora tais lotes ainda não / estejam demarcados.

2.6 - A Seleção dos Beneficiados e as Organizações Rurais

Diante deste quadro, é de se imaginar as dificuldades pelas quais passou o INCRA para realizar a seleção de beneficiados, e dentre estes, fazer a classificação de acordo com os 3 tipos de lote a receber.

Foi composta, para esta tarefa, uma comissão mista, com membros do INCRA, dos posseiros e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, surgindo / daí a "lista dos que vão ficar e dos que vão sair ". O presidente do sindicato, Sebastião Lan, lavrador que reside próximo à sede da Fazenda Campos Novos (porém fora da área desapropriada), declarou que, no geral, não há desacordo entre INCRA e STR sobre o resultado final dos trabalhos desta comissão, queixando-se apenas deuns 4 casos que, a seu ver, deveriam sair da área, mas receberam APO.

Por parte das duas associações, no entanto, o descontentamento é grande . Ambas pretendiam que o INCRA regularizasse tudo conforme está, sem sanar as / distorções que são evidentes . Note-se que os comentários são de que , de 81 (quando foi feito o Relatório Conclusivo) para cá , tais distorções aumentaram. Estas associações estão tentando rediscutir a listagem dos beneficiados, e o presidente do STR diz tratar-se de manobra para ganhar tempo.

As acusações aí se sucedem: o sr. Ilson dos Santos, presidente da Associação de Moradores de Botafogo, cuja posição foi contrária a se fazer a seleção ("Eu queria um plano rápido, regularizar a todos do jeito que está"), chega

a dizer que o INCRA se recusa a fornecer informações e que não consegue marcar uma audiência com o diretor regional, que também se recusa a recebê-las. Acusa o STR de compactuar com isto, e de colaborar para que o povo fique desinformado. Tanto ele como dona Quitéria, presidenta da Associação da Comunidade Rural de Tamoios (em Angelim), declarem estar preocupadíssimos com as cláusulas 3 e 4 constantes da APO, que dizem que o beneficiado se compromete a aceitar as condições propostas pelo Projeto e que deve acatar as determinações do INCRA relativas à programação agrícola da área. O sr. Ilson, parecendo desconhecer os passos que devem ser legalmente seguidos num processo como o que está havendo em Campos Novos, insinua haver má fé na distribuição de autorizações provisórias: "Quem tem 80 anos na terra precisa receber autorização para ficar nela, e ainda por cima provisória?" , Dona Quitéria toma claramente o partido dos "que vão sair": queixa-se de que o INCRA comprometeu-se a notificar os "cortados" e a explicar a estes quais os direitos que teriam (indenizações de benfeitorias, etc.) e que não o fez.

Por outro lado, o sr. Sebastião Lan, presidente do STR, cuja atuação entendi como marcante na seleção, acusa a Associação de Tamoios (fundada em 2 de novembro de 1986) de ter sido fundada para defender o interesse dos "grileiros", chegando mesmo a dizer que se trata de uma "delegacia da UDR", e que o sr. Ilson, de Botafogo, além de estar sendo influenciado pelos "grileiros", vem confundindo a cabeça dos posseiros espalhando boatos ou deturpando alguns fatos, dizendo por exemplo que o STR estava "cortando os velhos", além de estar promovendo um boicote geral ao pagamento da mensalidade do STR.

De tudo isto está restando uma grande confusão entre os posseiros, tenham eles recebido ou não APO. O fato de as APOs dos "que vão ficar" já terem sido entregues e "os que vão sair" estarem ainda na área vem sendo fonte de conflitos. Segundo Sebastião Lan, os grileiros não acreditam na promessa do INCRA de retirá-los, e a morosidade em iniciar esta tarefa vem reforçando esta crença, além de gerar um visível desgaste do Sindicato perante o povo, desgaste este perceptível em diversas das entrevistas realizadas.

Afora isto, o próprio Sebastião Lan vem sofrendo constantes ameaças de morte (são acusados alguns ocupantes da Boa Vista, entre os quais Zé Maciel e Zé "Florzinha"), tendo sido seu irmão surrado, por engano e em seu lugar, alguns dias antes da nossa visita, devido à sua colaboração com o INCRA e pela firme posição de não aceitar a permanência dos que não precisam da terra para viver.

Por ocasião de nossa visita, sentia-se também grande espectativa pois o INCRA, na pessoa de seu Procurador Geral, havia prometido iniciar o processo de retirada de grileiros até meados de julho. Ainda segundo Sebastião Lan , a retirada dos cortados é fundamental em pelo menos duas glebas: A e B. Ele

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrapa

declara que na gleba A (Boa Vista) "vão ficar só uma meia dúzia" e que na gleba B (Angelim) terão que sair cerca de metade dos atuais ocupantes. Disse também / que o Sindicato já possui um cadastro pronto para substituir os cortados, não havendo perigo da área ficar desocupada e sofrer novas "grilagens" .

Nas outras duas glebas (C e D) o problema do corte é pequeno, devendo sair / "3 ou 4 pessoas". Trata-se de um público mais definido.

2.7 - Tamanho dos Sítios e Remanejamento da População

A diferença de origens, poder aquisitivo, exploração agrícola, tempo de ocupação e atividade econômica gerou grande diversidade de tamanhos de sítios entre os posseiros. De fato visitamos sítios cujas superfícies variavam de 4 a 20 ha , tendo sido declarado várias vezes que os chamados grileiros possuem áreas maiores, de cerca de 50 até 150 ha.

Esta variação obriga o INCRA a realizar uma redivisão da área e, consequentemente, um remanejamento de pessoal. Os estudos que a EMBRAPA vem realizando concluirão pelo tamanho definitivo dos sítios, respeitando todas as peculiaridades descritas anteriormente.

Isto vem gerando muito desestímulo: os posseiros, que desde a desapropriação em 1983, vêm recebendo recomendações do INCRA de não plantar culturas permanentes ou fazer benfeitorias (o que acarretou desaceleramento de algumas atividades agrícolas), continuam na "espera" e não mostram vontade de "plantar pra valer" / enquanto não se definir como será o parcelamento da área. "Este ano não vou estercar minha terra, pois não sei se vou ficar neste pedaço ou em outro" - esta / frase, de um posseiro do Angelim, que por sinal participou da comissão que selecionou os beneficiados, traduz bem o estado de desânimo e ao mesmo tempo de espectativa pelo qual os posseiros estão passando.

Os fato de algumas APOs distribuídas citarem confrontantes e outras não (simplesmente citam que o portador tem direito a um lote rural, para-rural ou urbano) ajuda a aumentar o clima de incerteza e espectativa.

2.8 - Observações Finais

a) Devido a todas as peculiaridades que a área apresenta em seu aspecto físico, conforme já citado, o serviço de assistência técnica faz-se de suma importância para o bom desenvolvimento da atividade agrícola, fazendo-se necessário a presença de pelo menos um profissional de nível superior da área agronômica.

b) O serviço de extensão rural poderá ser fator de auxílio na resolução dos problemas de organização rural (atritos entre as entidades) que foram detectados.

c) A definição do público, ou seja, a efetiva saída dos cortados (ou "gri leiros") é essencial para o bom andamento do serviço da EMATER, pelo menos nas glebas A e B, nas quais no mínimo metade dos ocupantes não terão direito a terra. Ficará difícil a situação do extensionista que tiver que trabalhar numa área em

que deverá se recusar a atender a maior parte de sua população. Ficará igualmente difícil para a comunidade e para o INCRA ter um extensionista que não / recuse a atender ninguém e, com seu trabalho, ajude a conscientizar aqueles / que não terão direito a se beneficiar da terra.

Outrossim, a questão da retirada dos grileiros torna-se quase que uma obrigação moral do INCRA. Como já foi explicado, a seleção dos beneficiados / envolveu as lideranças mais combativas da fazenda e o Sindicato de Trabalhadores rurais , que participaram deste trabalho na certeza de que o INCRA realmente retiraria os grileiros. A demora desta retirada é geradora de um desgaste insuportável para estas lideranças, e a não concretização dela será a sua completa desmoralização. Isto sem falar nas ameaças de morte, avisos maliciosos, carros rondando os barracos à noite e agressões físicas que elas vem sofrendo.

Note-se que estas lideranças serão fundamentais no processo de organização da produção e extensão rural, e precisam (não só por isso) ser preservadas.

d) O desestímulo detectado nos camponeses devido à expectativa de redivisão da área e remanejamento, constitui problema sério para o trabalho de assistência técnica. Será difícil para o técnico trabalhar com um público que, no momento, se limita a plantar apenas o suficiente para sobreviver podendo plantar mais, aguardando que lhe seja apontado o local definitivo em que poderá plantar - como dizem - "para valer".

e) A ameaça à integridade física do extensionista parece, no momento, ter sido bastante abrandada, não constituindo empecilho ao trabalho por aí só.

2.9 - Conclusões

a) Devido às particularidades de solo, clima e água, e visto estarem previstos para Campos Novos apenas dois extensionistas (rurais) de nível médio, faz-se necessário pedir suplementação de verba à EMATER-RIO para que pelo / menos um destes profissionais seja de nível superior.

b) É prudente, para que não haja desgastes desnecessários para os novos extensionistas que atuarão na área, que se envide esforços na retirada dos "grileiros". A ida do extensionista para a área em questão deverá ser / precedida de diversos entendimentos entre o INCRA e a EMATER, nos quais/ deverão ser estabelecidas funções e limitações na ação extensionista decorrente à situação encontrada. O INCRA deverá procurar, também, definir, enquanto coordenador do projeto, o papel da EMATER-RIO, perante o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, a Associação de Moradores de Botafogo, a Associação da Comunidade Rural de Taudios e a população assentada em geral, além dos próprios "grileiros", enquanto não se retirar estes últimos, e não se definir o parcelamento da área.

EMATER-RIO EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrapa

c) Os extensionistas escolhidos para trabalhar na Fazenda Campos Novos deverão ter muita experiência no trabalho com comunidades. Caso contrário, será extremamente difícil mantê-los em serviço na área nas condições que ela apresenta.

CEDIM

Alameda São Boaventura, 998 - Niterói - RJ Telefones 719 6226 - 719 6034 - 719 6084 Telex 21 [illegible]

LBA legaliza associações comunitárias

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), através do projeto "Gente legal", está dando, desde o fim do ano passado, orientação jurídica e ajuda financeira a associações comunitárias que queiram se legalizar. A Secretária de Apoio Institucional e Comunitário da LBA Tereza Duere, coordenadora do projeto, diz que o "Gente legal" — lançado oficialmente em 1º de março último pelo Presidente José Sarney — deverá beneficiar cerca de cem mil associações em todo o País.

Tereza Duere explica que as superintendências estaduais da LBA têm advogados que podem ajudar os líderes comunitários a regularizar atas de reunião e a elaborar o estatuto de suas associações. Além disso, a entidade governamental paga todas as despesas com o registro em cartório e a publicação de regulamento interno no Diário Oficial.

A Secretária de Apoio Institucional e Comunitário ressalta que apenas associações legalizadas podem firmar convênio com a LBA, para a implantação de creches, cursos profissionalizantes e microempresas sociais, entre outros benefícios:

— O projeto permite que muitas associações passem a se relacionar diretamente com o Governo, dispensando a ação de intermediários, como a Igreja e instituições filantrópicas. Estas entidades têm boas intenções e desempenham um papel importante. Mas o caminho para a obtenção de recursos oficiais nem sempre passa por elas.

A LBA, segundo Tereza Duere, vem tendo a preocupação de checar se as associações que têm pedido o registro legal são de fato representativas de suas comunidades. Por isso, as superintendências enviam assistentes sociais para acompanhar as reuniões de cada associação e discutir com seus líderes a viabilidade de uma organização comunitária. Até agora, apenas três comunidades foram beneficiadas no Estado: a favela de Vila Indiana, no Rio, e as colônias de pescadores de Arraial do Cabo e São Fidélis.

Presidente da Famerj faz críticas ao projeto

O Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), Almir Paulo de Lima, critica o projeto "Gente legal", pois acha que a orientação jurídica às pequenas organizações comunitárias não deve vir do Governo e sim das federações estaduais:

— Nós da Famerj, por exemplo, temos dez advogados para tirar as dúvidas de gente que deseja legalizar sua associação. Já elaboramos até um estatuto modelo, bastante democrático e flexível, que pode ser adaptado aos problemas de cada comunidade.

Almir defende que as associações de moradores devem tentar não depender do dinheiro do Governo, para que não percam sua autonomia e possam fazer exigências sempre que preciso. Para ele, é preferível que os líderes comunitários arrecadem fundos através de rifas, bingos e festas, ao invés de usarem o dinheiro oficial. Mesmo assim, afirma que o poder público tem obrigação de financiar programas de assistência às comunidades carentes.

— O problema é que não há informações concretas sobre o total de recursos movimentado pela LBA.

O Presidente da Famerj diz que não foi consultado sobre o "Gente legal" e só tomou conhecimento do projeto através de anúncios na televisão. De qualquer forma, Almir acredita que a iniciativa terá pequena repercussão no Estado, onde, segundo ele, a maioria das associações já está legalizada.

Fazenda sugere o pagamento de ICM com terra

O secretário estadual da Fazenda, Jorge Hilário Gouveia Vieira sugeriu aos usineiros do norte fluminense, em débito com o ICM, o pagamento destes impostos atrasados com terras para que o governo inicie por Campos a reforma agrária no Estado. A sugestão foi feita durante a visita de Jorge Hilário a Campos onde apenas três usinas — Cambahyba, São João e Outeiro — acumulam uma dívida com a receita estadual superior a CZ$ 1 bilhão. Destas três usinas duas são ligadas à Cooperativa dos Produtores de Açúcar do Norte Fluminense — Cooperflu.

A proposta dificilmente será aceita na região, apesar de ser voz corrente em Campos que aquelas três usinas e mais a Santa Maria, em Bom Jesus de Itabapoana, vivem uma situação financeira bastante difícil por conta de seus débitos, principalmente com o governo. Uma quinta usina, a Paraíso, já está em concordata. Ao todo as usinas ligadas à Cooperflu estariam com um débito na praça de, no mínimo, US$ 300 milhões de dólares.

Entre as chamadas usinas saudáveis — no norte-fluminense existem 16 usinas — a proposta do secretário da Fazenda é vista com simpatia. Afinal, os usineiros consideram uma concorrência desleal o fato de algumas usinas não pagarem impostos contumazmente, enquanto os demais cumprem todas as suas obrigações.

JORNAL DO BRASIL - 09/04/88

• A deputada Jandira Feghali (PC do BRJ) está elaborando uma moção de protesto contra a censura da minissérie O pagador de promessas e a favor da liberdade de expressão para apresentar terça-feira na Câmara. A mesma moção, acrescida de assinaturas de entidades culturais, seguirá para a direção da TV Globo.

JORNAL DO BRASIL 09/04/88

NOVO NOME

• Depois da compactação, reduzindo-se de 12 para oito os seus capítulos, a minissérie lançada pela TV Globo na terça-feira passada ganhou um novo nome.
• O Apagador de Promessas.

JORNAL DO BRASIL 10/04/88

JORNAL DO BRASIL 10-04-88

• A Campanha Nacional pela Reforma Agrária envia amanhã, em protesto à censura da minissérie O pagador de promessas, carta de apoio à diretora Tizuka Yamazaki e aos atores, na qual dizem que "nunca a realidade do campo foi tão bem retratada".

Conflito agrário terá Corte própria

JORNAL DO BRASIL 07/04/88

BRASÍLIA — Os conflitos fundiários serão julgados por um juiz especial, com competência exclusiva para questões agrárias, de acordo com decisão tomada ontem pela Constituinte. Ganhou com isto a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, que sempre defendeu um juizado especial para a questão fundiária.

"Trata-se de uma conquista importante para a luta do camponês, do posseiro e do trabalhador rural", diz o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que acredita especialmente na agilização que uma justiça especializada dará ao julgamento de conflitos agrários. Na Constituinte, a idéia surgiu a partir de uma emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE).

"O mais importante", destacou Roberto Freire, "é que não estamos criando nenhuma estrutura nova ou novos empregos. Há apenas a figura de um juiz com grande flexibilidade, de forma que não precisa ser um juiz de fórum. Pode ser um juiz intinerante. Esta era, aliás, a idéia defendida pelo deputado Gérson Peres (PDS-PA), tendo em vista a realidade de seu estado onde são freqüentes os problemas fundiários". A tese de Peres era de que se estabelecessem varas agrárias a partir dos tribunais federais em cada estado. O texto constitucional prevê o deslocamento do juiz até o local do conflito sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional. Na opinião de Peres, a vantagem das varas agrárias intinerantes é que, resolvido o conflito, elas poderiam se transferir para outro município em que fossem necessárias, evitando assim estruturas permanentes para problemas conjunturais.

Quando o ex-ministro Dante de Oliveira se empenhou pela criação da justiça agrária e entusiasmou os Tribunais de Recursos, a quem as varas especializadas estariam vinculadas, imaginou uma justiça federal. O projeto acabou engavetado, primeiro pelo recesso de meio de ano e em seguida pelo recesso branco causado pela campanha eleitoral de 86. Mas a questão do vínculo ainda era objeto de discussão momentos antes da votação.

O deputado Arruda Sampaio (PT-SP) defendia a idéia do juiz federal especial, argumentando temer o aspecto oligárquico das justiças estaduais. Roberto Freire, ao contrário, defendia a tese do juiz estadual e justificava: "A justiça é mais democrática quando mais próxima da coletividade, porque mais sujeita às pressões populares e pode ser criada imediatamente. Até hoje, a justiça do trabalho, que é federal e tem 40 anos, enfrenta dificuldades de implantação em alguns municípios".

O CABOFRIENSE Nº 43

SEM-TERRAS LUTAM PELO ASSENTAMENTO EM CAMPOS NOVOS

Eles são mais de 56 famílias, e fazem parte do Movimento dos Sem Terra, que lutam para conseguir o assentamento nas terras de Campos Novos onde segundo informações conseguida no Incra, a área está desapropriada pelo órgão.

Estas famílias vieram de várias localidades do estado, como Campos, Nova Iguaçu entre outros locais e instalaram-se de maneira provisória e praticamente sem condições, pois no local não há água, luz enfim falta uma estrutura mínima para viverem, mas mesmo com todas estas dificuldades eles dizem que vieram para ficar e não será a chuva, a fome que os tirará de lá, pois é talvez suas únicas chances de terem suas terras para lavrarem e criarem seus filhos.

Eles vivem em sistema comunitário, onde nada é de ninguém e todos trabalham em igualdade de condições, as mulheres cuidam das crianças, lavam e cozinham, enquanto os homens plantam, e o que der na terra é consumido por todos.

Segundo sr. Manuel líder do grupo, esta situação precária deverá perdurar até maio, quando o Incra deverá fazer a medição das terras para então cadastrar as famílias que ali estão, além de verificarem se realmente estão plantando. Depois deste cadastramento, o órgão dará aos lavradores cadastrados, cerca de vinte mil cruzados para comprarem apetrechos, para poderem trabalhar na terra, assim que tiverem demarcado a terra e assentado cada família na área que tocar a cada um, será concedido um financiamento para o plantio, isto é, compra de grãos e insumos agrícolas, mas até isto acontecer, eles estão vivendo de maneira precária, pois o plantio que fizeram é apenas para o consumo de cozinha do acampamento, e mesmo assim, ainda está em fase de plantio e não de colheita.

Mas eles estão sendo ajudados por várias pessoas da comunidade de Cabo Frio, que através da radialista e jornalista Simone, tem conseguido donativos para os Sem Terra, ela já entregou a eles muitos alimentos, remédios e roupas, tendo mesmo encaminhado os doentes para o hospital, pois vários chegaram doentes. Mas o maior problema encontrado, foi a desnutrição das crianças, um senhor com problemas cardíacos e uma garota com problema de pele. Além de Simone, Frei Márcio da Igreja católica tem ajudado muito, e alguns militantes do PT.

Os integrantes do Movimento dos Sem Terra, que estão lutando pelo assentamento em Campos Novos, apesar das condições adversas de vida, juram não desistir até conseguirem suas terras.

Reforma espreita Jari

O GLOBO - 08/04/88

O empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes (grupo Caemi) poderá se ver às voltas, brevemente, com a reforma agrária. É que o Prefeito José Hage, de Almeri, município do Pará onde a São Raimundo Agroindústria — empresa ligada ao projeto Jari — cultiva arroz em uma propriedade de 4 mil hectares, esteve com o Ministro Jader Barbalho pedindo para que o Governo Federal faça no local o assentamento de 400 famílias de agricultores.

Segundo o Prefeito, a São Raimundo lhe comunicou que, logo após colher os últimos mil hectares, desativará a produção, porque o projeto foi concebido para usar muita energia elétrica, hoje não disponível na região a um custo baixo. A Prefeitura sugeriu então ao Mirad que a infra-estrutura já montada seja aproveitada por colonos, substituindo as máquinas pela mão-de-obra familiar (o arroz é lá semeado até de avião, tão grandeé a propriedade).

O Prefeito teme que, com uma eventual paralisação da São Raimundo, o município de Almerim desapareça do mapa. O Ministro Jader Barbalho, que já foi Governador do Pará, ficou preocupado, pois Almerim produz 20% do arroz consumido no Estado, e mandou os técnicos do Mirad estudarem uma solução.

Ao assumir o Projeto Jari, o grupo Azevedo Antunes tentou vender a São Raimundo para o Pão de Açúcar (supermercados), mas o negócio não chegou a ir adiante.

JORNAL DO BRASIL
17/08/89

Reforma agrária à brasileira

Incra ia despejar mas só notifica em área desapropriada

Ralph Bravo

CABO FRIO, RJ — A reforma agrária no estado à começou ontem, na fazenda Campos Novos, bem a moda brasileira. Em vez de despejar seis grileiros que tinham prazo até a última segunda-feira para desocupar parte das terras da União, representantes do Incra preferiram notificar mais dois ocupantes ilegais — o ex-prefeito Alair Correa e o empresário Virgílio Faria — e encerraram o expediente às 14h para almoçar em São Pedro D'Aldeia, município vizinho.

O ex-prefeito tem cinco dias para deixar o Sítio Boa Ventura, com o sócio Leicimo Rodrigues de Oliveira, 81 porcos adultos e 34 bacorinhos que estão sendo engordados na propriedade da União. Resta ainda notificar 78 ocupantes da fazenda de 1.800 hectares desapropriada por interesse social em 1983. O Incra pretende assentar 250 lavradores nessas terras à medida que as áreas forem sendo desocupadas.

Caravana — O grupo que visitou as terras desapropriadas era constituído pelo superitendente regional do Incra, Nelson Nonato, a procuradora Theomar de Lucca, três funcionários do instituto, dois escrivães da 12 Vara Federal e quatro agentes da Polícia Federal, que vieram de Macaé. Há uma semana, cumprindo decisão do juiz federal Roy Fried, o Incra deu prazo de cinco dias a seis ocupantes de terras da fazenda — Roberto Nagem Daier, Salim Nagem, Eduardo Quadros Spindola, Sérgio de Oliveira Paes, Olavo Ramos e José de Deus Ferreira — para que saíssem do local. O despejo seria ontem.

Incra, oficiais de Justiça e agentes federais se encontraram no posto de gasolina do trevo de acesso a Búzios e ali escolheram para visitar os sítios mais próximos do asfalto. Em três veículos, o grupo retornou cerca de três quilômetros em direção a São Pedro D'Aldeia e entrou no sítio do ex-prefeito de Cabo Frio, Alair Correa. Lá encontraram Leicimo Rodrigues de Oliveira e três pedreiros que ampliavam a área da ceva em alvenaria, cheia de porcos rosados. O ex-prefeito não estava. Irritado com a presença de fotógrafos, Leicimo custou a ser convencido a assinar a notificação para deixar a terra em cinco dias.

Se Leicimo não concordasse em assinar o documento, a casa seria lacrada e o ocupante retirado à força pela polícia, advertiram os representantes do Incra. Ele assinou. Na casa havia uma mesa de sinuca, um cortador de grama, duas selas e duas poltronas velhas, uma ocupada por cascos vazios de refrigerante e cerveja. Antes de deixar o sítio os escrivães relacionaram todos os bens que encontraram, incluindo cinco cavalos. O documento foi batido à máquina na cozinha da casa.

Espingarda — Na localidade de Restinga, ainda à margem da Rodovia Amaral Peixoto, a caravana entrou no sítio de Virgílio Faria, dono da Transporte e Comércio de Pescado Virgílio. O sítio, com jardins bem cuidados, tem uma casa com cinco cômodos e outra menor, do caseiro Adão Rocha Ribeiro, que parecia irredutível diante dos argumentos dos oficiais de Justiça, pacientes nas explicações. Mas ele também acabou cedendo e, a contragosto, abriu a casinha, de telhado de amianto, onde todos entraram para preparar a notificação na máquina de escrever portátil.

A demora em convencer o caseiro pareceu ter deixado nervosa a procuradora Theomar de Lucca. Ao deparar-se com uma espingarda de dois canos, dentro da casa, ela tratou de bater em retirada, embora a arma estivesse no chão, encostada à parede. A arma e 13 cartuchos foram apreendidos.

O sítio do transportador de pescado, construído em terras da União, corresponde à gleba C da Rua Amaral Peixoto, 14, conforme a notificação. Foram relacionadas 45 reses entre os bens encontrados. Adão ficou como fiel depositário da terra nos próximos quatro dias, prazo após o qual terá que deixá-la com seu patrão, segundo explicaram os representantes do Incra.

Títulos — O instituto já selecionou 180 lavradores para assentamento na Fazenda Campos Novos. Eles receberão autorização provisória de ocupação e mais tarde um título também provisório de propriedade. O título definitivo só será concendido após 20 anos, prazo para que os lavradores paguem o valor dos lotes.

O superintendente Nelson Nonato disse que o preço é simbólico, acrescido de 6% ao ano, e que corresponde ao valor total da indenização paga em 1983 — acrescida de juros — e dividida pelos 250 parceleiros previstos pelo projeto. Essas são as primeiras decisões judiciais envolvendo questões de reforma agrária no Estado do Rio segundo o Incra.

Às 13h, o superintendente retornou ao Rio, alegando compromissos, e antes das 14h a caravana deixou as terras da fazenda, rumando para São Pedro D'Aldeia. Os sítios dos seis grileiros, cuja localização apenas os funcionários do Incra conhecem, não foram inspecionados. É bastante provável que os ocupantes permaneçam nas terras porque não há previsão de retorno de funcionários do Incra à fazenda. Para hoje essa hipótese está afastada, uma vez que os agentes federais de Macaé vão estar ocupados com a visita do presidente José Sarney às plataformas marítimas da Petrobrás.

Empregados do posto de gasolina perto do trevo de Búzios garantem que um ônibus cheio de gente desembarcou os passageiros num sítio perto da Fazenda Campos Novos. Se forem colonos para o assentamento, ainda vão esperar algum tempo para se instalar. Afinal, a reforma é à brasileira.

RELATÓRIO FAZENDA CAMPOS NOVOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CABO FRIO
EMATER-RIO

- Problemas

- Drenagem:

- ANGELIM

- Áreas baixas inundam quando chovem, demorando para escoar.

- Obras: Construção de uma vala principal até o Rio Una, beirando a cana da AGRISA; construção de uma rede de canais secundários mais ou menos 6 valas; fazer um plano de drenagem.

- BOTAFOGO

- Obras: Limpeza do Canal Ramalho, por inteiro; construção / de um canal de drenagem, partindo das proximidades da Igreja da Assembléia de Deus, cortando a lagoa e o campo de futebol, saindo no sítio do Sr. Virgílio, passando pelo sítio do Sr. Francisco Carreteiro, até o canal Ramalho; drenar as baixadas do meio da comunidade.

Construir canais secundários até o Ramalho, nos sítios de José Fires Moreira, Jonail Bento Pereira e outros.

Limpeza do Canal Una em todo o seu percurso.

Construção de um canal para drenagem do brejo, que vai do Sr. Alcenides Marins até a estrada que liga Botafogo à Caveira, Brejo do Trimumum (Projeto elaborado pela EMATER-RIO)

- GARGOÁ

- Áreas permanecem inundadas por longo tempo.

- Obras: Construção do Canal Gargoá (leito do Rio Gargoá) ; construção do Canal Marimbondo; construção de valas secundárias no / sentido do Canal Pedras, Canal Una, Canal Marimbondo e Canal Gargoá.

- Estradas Vicinais

- BOTAFOGO E GARGOÁ

- Alargamento das estradas; construção de bueiros; melhoria do sistema de conservação das mesmas.

- ANGELIM

- Melhoria na conservação da estrada principal e construção de bueiros; construção e alargamento das estradas secundárias e realização da conservação das mesmas.

- Educação

- Evasão dos jovens após os 12 anos de idade, para estudarem nas sedes dos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia

- Obras: Construção de uma escola da 1ª a 8ª série em local que beneficie as três comunidades, ou seja, Botafogo, Gargoá e Angelim.

- Saúde

Postos de Saúde

- ANGELIM E GARGOÁ

- Construção de um Posto de saúde para cada localidade, com toda a infra estrutura necessária, para atendimento médico e odontológico, com uma ambulância lotada em um dos Postos,

- BOTAFOGO

- Melhoria do Posto de Saúde existente, com sua ampliação e reforma geral e lotação de uma ambulância.

- Associativismo

- BOTAFOGO, GARGOÁ E ANGELIM

- Formação de grupo de produtores para compra de equipamentos, insumos e outros, com auxílio de prazos, preços e juros mais baixos.

- Coesão de todos os grupos em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio.

- Formação ou manutenção de uma patrulha mecanizada, para atendimento de todas as comunidades.

- Mercado

-Problemas: Reestímulo de alguns produtores em aumentar e diversificar sua produção, devido a dificuldade na comercialização ; produtos que se perdem por falta de mercado.

-Medidas Necessárias: Construção de galpão, para servir de Mercado Central dos Produtores das três localidades, sendo colocado em ponto estratégico; construção de um Mercado Municipal do Produtor, na sede do município, para venda direta ao consumidor; aquisição de veículo, ou criar mecanismos para transporte dos produtos até os mercados.

- Problemas das principais culturas e criações

- BOTAFOGO, GARGOÁ E ANGELIM

- Mandioca: baixo preço, falta de máquina para preparo do solo, dificuldades para escoas a produção.

META: instalação de uma fábrica de farinha comunitária com estrutura de comercialização (embalada).

- Citrus: falta de máquinas para preparo do solo, difícil aquisição de mudas boas e insumos.

META: instalação de um posto da SIAGRO-RIO, ou similar, para venda de insumos direto ao produtor.

pode atender insumos adubos, diseticidas, Sementes da PESAGRO-R Mudas " EEC "EEM, EEI

- Milho e Feijão: Idem Citrus

- Cana-de-Açúcar: Idem Citrus, problemas na colheita e transporte, dependente da AGRISA

- Olericultura: Idem Citrus, necessidade de crédito com juros mais baixos para aquisição de insumos e equipamentos de irrigação

-

- Determinação das principais culturas pretendidas e seus possíveis problemas

- Arroz: para plantio nas áreas baixas.

PROBLEMAS: Necessidade de estrutura de irrigação e drenagem, necessidade de crédito para aquisição de insumos e equipamentos com juros mais baixos.

- Maracujá:

PROBLEMAS: Para aquisição de insumos, alto custo nas implantações das lavouras.

- Abacaxi:

EEM

PROBLEMAS: Custo da implantação da lavoura, e mudas de boa qualidade.

- Mamão:

PROBLEMAS: Ocorrência da doença virótica, causada pelo virus / mosaico; com tecnologia para controle difícil de ser adotado pelos / produtores da região.

- Coco:

PROBLEMAS: Aquisição de mudas, alto custo e difícil aquisição, alto custo de implantação da lavoura.

- Olericultura:

Sementes EEI

Principais Olerícolas: Pimentão, quiabo, jiló, batata-doce abóbora, tomate e maxixe.

PROBLEMAS: Necessidade de irrigação, crédito para aquisição de insumos a juros mais baixos, local para aquisição dos insumos com preços mais baixos.

São Pedro da Aldeia, 20 de agosto de 1987.

Sebastião Lou

Dimas Lobo de Oliveira Braz

Conflito agrário terá Corte própria

JORNAL DO BRASIL 07/04/88

BRASÍLIA — Os conflitos fundiários serão julgados por um juiz especial, com competência exclusiva para questões agrárias, de acordo com decisão tomada ontem pela Constituinte. Ganhou com isto a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, que sempre defendeu um juizado especial para a questão fundiária.

"Trata-se de uma conquista importante para a luta do camponês, do posseiro e do trabalhador rural", diz o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que acredita especialmente na agilização que uma justiça especializada dará ao julgamento de conflitos agrários. Na Constituinte, a idéia surgiu a partir de uma emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE).

"O mais importante", destacou Roberto Freire, "é que não estamos criando nenhuma estrutura nova ou novos empregos. Há apenas a figura de um juiz com grande flexibilidade, de forma que não precisa ser um juiz de fórum. Pode ser um juiz intinerante. Esta era, aliás, a idéia defendida pelo deputado Gérson Peres (PDS-PA), tendo em vista a realidade de seu estado onde são freqüentes os problemas fundiários". A tese de Peres era de que se estabelecessem varas agrárias a partir dos tribunais federais em cada estado. O texto constitucional prevê o deslocamento do juiz até o local do conflito sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional. Na opinião de Peres, a vantagem das varas agrárias intinerantes é que, resolvido o conflito, elas poderiam se transferir para outro município em que fossem necessárias, evitando assim estruturas permanentes para problemas conjunturais.

Quando o ex-ministro Dante de Oliveira se empenhou pela criação da justiça agrária e entusiasmou os Tribunais de Recursos, a quem as varas especializadas estariam vinculadas, imaginou uma justiça federal. O projeto acabou engavetado, primeiro pelo recesso de meio de ano e em seguida pelo recesso branco causado pela campanha eleitoral de 86. Mas a questão do vínculo ainda era objeto de discussão momentos antes da votação.

O deputado Arruda Sampaio (PT-SP) defendia a idéia do juiz federal especial, argumentando temer o aspecto oligárquico das justiças estaduais. Roberto Freire, ao contrário, defendia a tese do juiz estadual e justificava: "A justiça é mais democrática quando mais próxima da coletividade, porque mais sujeita às pressões populares e pode ser criada imediatamente. Até hoje, a justiça do trabalho, que é federal e tem 40 anos, enfrenta dificuldades de implantação em alguns municípios".

O CABOFRIENSE Nº 43

SEM-TERRAS LUTAM PELO ASSENTAMENTO EM CAMPOS NOVOS

Eles são mais de 56 famílias, e fazem parte do Movimento dos Sem Terra, que lutam para conseguir o assentamento nas terras de Campos Novos onde segundo informações conseguida no Incra, a área está desapropriada pelo órgão.

Estas famílias vieram de várias localidades do estado, como Campos, Nova Iguaçu entre outros locais e instalaram-se de maneira provisória e praticamente sem condições, pois no local não há água, luz enfim falta uma estrutura mínima para viverem, mas mesmo com todas estas dificuldades eles dizem que vieram para ficar e não será a chuva, a fome que os tirará de lá, pois é talvez suas únicas chances de terem suas terras para lavrarem e criarem seus filhos.

Eles vivem em sistema comunitário, onde nada é de ninguém e todos trabalham em igualdade de condições, as mulheres cuidam das crianças, lavam e cozinham, enquanto os homens plantam, e o que der na terra é consumido por todos.

Segundo sr. Manuel líder do grupo, esta situação precária deverá perdurar até maio, quando o Incra deverá fazer a medição das terras para então cadastrar as famílias que ali estão, além de verificarem se realmente estão plantando. Depois deste cadastramento, o órgão dará aos lavradores cadastrados, cerca de vinte mil cruzados para comprarem apetrechos, para poderem trabalhar na terra, assim que tiverem demarcado a terra e assentado cada família na área que tocar a cada um, será concedido um financiamento para o plantio, isto é, compra de grãos e insumos agrícolas, mas até isto acontecer, eles estão vivendo de maneira precária, pois o plantio que fizeram é apenas para o consumo de cozinha do acampamento, e mesmo assim, ainda está em fase de plantio e não de colheita.

Mas eles estão sendo ajudados por várias pessoas da comunidade de Cabo Frio, que através da radialista e jornalista Simone, tem conseguido donativos para os Sem Terra, ela já entregou a eles muitos alimentos, remédios e roupas, tendo mesmo encaminhado os doentes para o hospital, pois vários chegaram doentes. Mas o maior problema encontrado, foi a desnutrição das crianças, um senhor com problemas cardíacos e uma garota com problema de pele. Além de Simone, Frei Márcio da Igreja católica tem ajudado muito, e alguns militantes do PT.

Os integrantes do Movimento dos Sem Terra, que estão lutando pelo assentamento em Campos Novos, apesar das condições adversas de vida, juram não desistir até conseguirem suas terras.

Reforma espreita Jari

O GLOBO - 08/04/88

O empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes (grupo Caemi) poderá se ver às voltas, brevemente, com a reforma agrária. É que o Prefeito José Hage, de Almeri, município do Pará onde a São Raimundo Agroindústria — empresa ligada ao projeto Jari — cultiva arroz em uma propriedade de 4 mil hectares, esteve com o Ministro Jader Barbalho pedindo para que o Governo Federal faça no local o assentamento de 400 famílias de agricultores.

Segundo o Prefeito, a São Raimundo lhe comunicou que, logo após colher os últimos mil hectares, desativará a produção, porque o projeto foi concebido para usar muita energia elétrica, hoje não disponível na região a um custo baixo. A Prefeitura sugeriu então ao Mirad que a infra-estrutura já montada seja aproveitada por colonos, substituindo as máquinas pela mão-de-obra familiar (o arroz é lá semeado até de avião, tão grandeé a propriedade).

O Prefeito teme que, com uma eventual paralisação da São Raimundo, o município de Almerim desapareça do mapa. O Ministro Jader Barbalho, que já foi Governador do Pará, ficou preocupado, pois Almerim produz 20% do arroz consumido no Estado, e mandou os técnicos do Mirad estudarem uma solução.

Ao assumir o Projeto Jari, o grupo Azevedo Antunes tentou vender a São Raimundo para o Pão de Açúcar (supermercados), mas o negócio não chegou a ir adiante.

JORNAL DO BRASIL
17/03/89

Reforma agrária à brasileira

Incra ia despejar mas só notifica em área desapropriada

Ralph Bravo

CABO FRIO, RJ — A reforma agrária no estado à começou ontem, na fazenda Campos Novos, bem a moda brasileira. Em vez de despejar seis grileiros que tinham prazo até a última segunda-feira para desocupar parte das terras da União, representantes do Incra preferiram notificar mais dois ocupantes ilegais — o ex-prefeito Alair Correa e o empresário Virgílio Faria — e encerraram o expediente às 14h para almoçar em São Pedro D'Aldeia, município vizinho.

O ex-prefeito tem cinco dias para deixar o Sítio Boa Ventura, com o sócio Leicimo Rodrigues de Oliveira, 81 porcos adultos e 34 bacorinhos que estão sendo engordados na propriedade da União. Resta ainda notificar 78 ocupantes da fazenda de 1.800 hectares desapropriada por interesse social em 1983. O Incra pretende assentar 250 lavradores nessas terras à medida que as áreas forem sendo desocupadas.

Caravana — O grupo que visitou as terras desapropriadas era constituído pelo superitendente regional do Incra, Nelson Nonato, a procuradora Theomar de Lucca, três funcionários do instituto, dois escrivães da 12 Vara Federal e quatro agentes da Polícia Federal, que vieram de Macaé. Há uma semana, cumprindo decisão do juiz federal Roy Fried, o Incra deu prazo de cinco dias a seis ocupantes de terras da fazenda — Roberto Nagem Daier, Salim Nagem, Eduardo Quadros Spindola, Sérgio de Oliveira Paes, Olavo Ramos e José de Deus Ferreira — para que saíssem do local. O despejo seria ontem.

Incra, oficiais de Justiça e agentes federais se encontraram no posto de gasolina do trevo de acesso a Búzios e ali escolheram para visitar os sítios mais próximos do asfalto. Em três veículos, o grupo retornou cerca de três quilômetros em direção a São Pedro D'Aldeia e entrou no sítio do ex-prefeito de Cabo Frio, Alair Correa. Lá encontraram Leicimo Rodrigues de Oliveira e três pedreiros que ampliavam a área da ceva em alvenaria, cheia de porcos rosados. O ex-prefeito não estava. Irritado com a presença de fotógrafos, Leicimo custou a ser convencido a assinar a notificação para deixar a terra em cinco dias.

Se Leicimo não concordasse em assinar o documento, a casa seria lacrada e o ocupante retirado à força pela polícia, advertiram os representantes do Incra. Ele assinou. Na casa havia uma mesa de sinuca, um cortador de grama, duas selas e duas poltronas velhas, uma ocupada por cascos vazios de refrigerante e cerveja. Antes de deixar o sítio os escrivães relacionaram todos os bens que encontraram, incluindo cinco cavalos. O documento foi batido à máquina na cozinha da casa.

Espingarda — Na localidade de Restinga, ainda à margem da Rodovia Amaral Peixoto, a caravana entrou no sítio de Virgílio Faria, dono da Transporte e Comércio de Pescado Virgílio. O sítio, com jardins bem cuidados, tem uma casa com cinco cômodos e outra menor, do caseiro Adão Rocha Ribeiro, que parecia irredutível diante dos argumentos dos oficiais de Justiça, pacientes nas explicações. Mas ele também acabou cedendo e, a contragosto, abriu a casinha, de telhado de amianto, onde todos entraram para preparar a notificação na máquina de escrever portátil.

A demora em convencer o caseiro pareceu ter deixado nervosa a procuradora Theomar de Lucca. Ao deparar-se com uma espingarda de dois canos, dentro da casa, ela tratou de bater em retirada, embora a arma estivesse no chão, encostada à parede. A arma e 13 cartuchos foram apreendidos.

O sítio do transportador de pescado, construído em terras da União, corresponde à gleba C da Rua Amaral Peixoto, 14, conforme a notificação. Foram relacionadas 45 reses entre os bens encontrados. Adão ficou como fiel depositário da terra nos próximos quatro dias, prazo após o qual terá que deixá-la com seu patrão, segundo explicaram os representantes do Incra.

Títulos — O instituto já selecionou 180 lavradores para assentamento na Fazenda Campos Novos. Eles receberão autorização provisória de ocupação e mais tarde um título também provisório de propriedade. O título definitivo só será concendido após 20 anos, prazo para que os lavradores paguem o valor dos lotes.

O superintendente Nelson Nonato disse que o preço é simbólico, acrescido de 6% ao ano, e que corresponde ao valor total da indenização paga em 1983 — acrescida de juros — e dividida pelos 250 parceleiros previstos pelo projeto. Essas são as primeiras decisões judiciais envolvendo questões de reforma agrária no Estado do Rio segundo o Incra.

Às 13h, o superintendente retornou ao Rio, alegando compromissos, e antes das 14h a caravana deixou as terras da fazenda, rumando para São Pedro D'Aldeia. Os sítios dos seis grileiros, cuja localização apenas os funcionários do Incra conhecem, não foram inspecionados. É bastante provável que os ocupantes permaneçam nas terras porque não há previsão de retorno de funcionários do Incra à fazenda. Para hoje essa hipótese está afastada, uma vez que os agentes federais de Macaé vão estar ocupados com a visita do presidente José Sarney às plataformas marítimas da Petrobrás.

Empregados do posto de gasolina perto do trevo de Búzios garantem que um ônibus cheio de gente desembarcou os passageiros num sítio perto da Fazenda Campos Novos. Se forem colonos para o assentamento, ainda vão esperar algum tempo para se instalar. Afinal, a reforma é à brasileira.

Faz dois anos que assassinaram o companheiro Sebastião Lan, presidente do STR de Cabo Frio.

Ele foi morto a mando de grileiros que queriam impedir a realização da Reforma Agrária e o assentamento dos trabalhadores rurais na fazenda Campos Novos. Esta área foi desapropriada em 1983 e até hoje permanece ocupada por grileiros. Responsabilizamos a burocracia, a morosidade da Justiça e a falta de interesse do Governo Federal para resolver este e tantos outros conflitos existentes na área rural do E. do Rio. A não solução do conflito na fazenda Campos Novos mantém uma situação de violência e de perseguição com 4 lavradores ameaçados de morte.

No mês de maio, o Tribunal de Justiça do Rio decidiu inocentar o latifundiário Jamil Mizziara acusado de ter sido o mandante dos assassinos de Sebastião Lan. O julgamento dos demais culpados até hoje não foi marcado.

Incentivados pela certeza de impunidade somente este ano já foram assassinados 3 trabalhadores rurais no E. do Rio: Gesivaldo Gomes Alves 27 anos diretor do STR de Nova Iguaçu, assassinado no dia 14/01; Francisco Inácio Silva, 57 anos, submetido a torturas e assassinado no dia 18/03 em Teresópolis; estes dois ainda permanecem em fase de inquérito; Adevanir Pinto Soares, assassinado em Magé, no dia 05/02, por Belarmindo P. da Silva, grileiro conhecido na região e que apesar de ter tido a prisão preventiva decretada em 13/03, até hoje não foi capturado. O que é mais grave, este grileiro permanece na região enquanto a família da vítima por falta de segurança se vê obrigada a mudar de Estado.

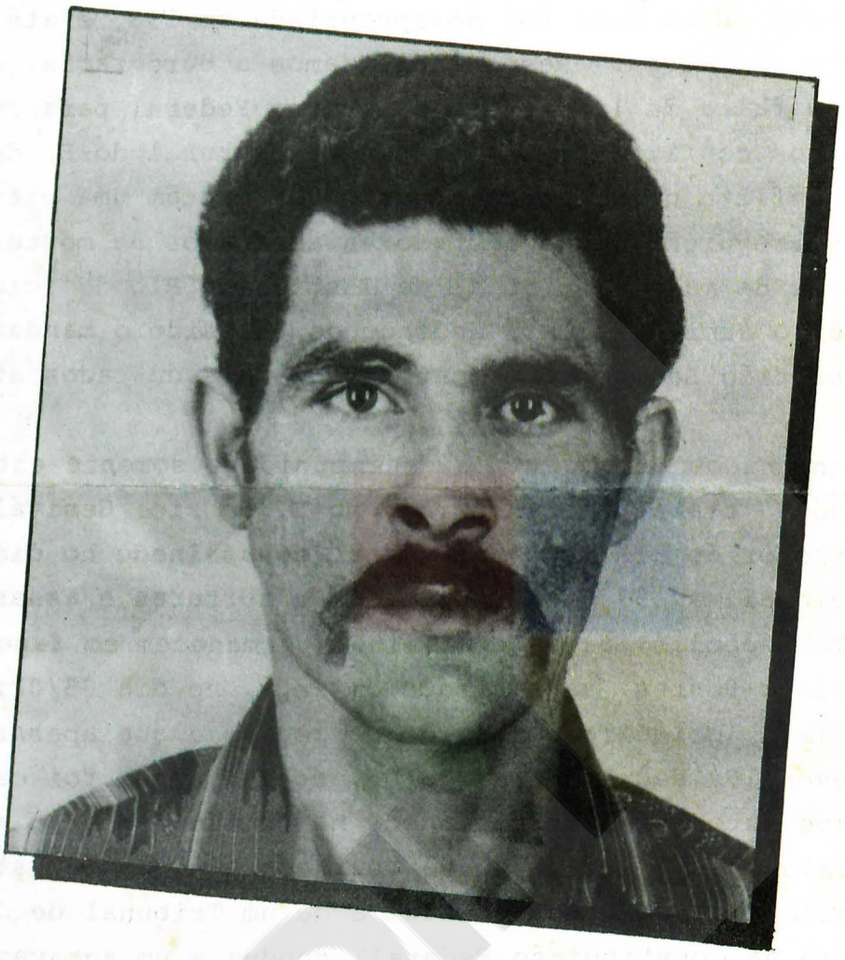
A falta de ação governamental e de um Tribunal de Justiça Agrária (já previsto na Constituição Federal) conduz a um agravamento dos conflitos fundiários e da situação de violência. Permanecem até hoje aproximadamente 137 conflitos fundiários envolvendo mais de 43 mil pessoas na área rural do E. do Rio.

Prevemos um agravamento desta situação com a política agrária e agrícola defendida pelo Governo Collor, que entende que a solução desses conflitos não passa pela realização da Reforma Agrária (desapropriação por interesse social) mas pela justiça comum, cuja morosidade é conhecida de todos.

ABRA-RJ
CONDEPAZ
CNDDA
FAMERJ
FETAG
CUT-Rural
Gab. Dep. C. Munic
CNRA
CDDH Petropólis
ISER
M. remim An. Libs Democs
Tortura Nunca Mais Grupo
CPT-RJ
CEDI
IBASE
AMES
CEDAC
CDDH (João Cândido)
D. Caxias e S. J. de Meriti
FASE-NACIONAL
ASS. Engs. Agrônomos
SERPAJ
Forum Permanente Contra a Violência
Movimento Nacional dos Direitos Humanos Reg. Leste 1
Comissão Estadual dos Assentados Rurais
Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu

JUSTIÇA PARA O CAMPO

LAN



ATO - Em homenagem a Sebastião Lan
- Denúncia da violência no Campo
- Reinvidiçação de implantação do Tribunal de Justiça Agrária

PROGRAMAÇÃO - Vídeo "Lan"
- Exposição de fotos (Ripper e C. Carvalho)
- Coletiva com a imprensa
- Ato

DIA 6 de junho às 14:30 no auditório da OAB/RJ no Forum 3º andar corredor D pça XV

Adriana Caldas



lares apreendidos em favela

dono da empresa de ônibus 1001, Carlos Otávio.

Campello explicou que os dois seqüestros não foram informados oficialmente à polícia. Por isso, Luís Antônio, preso por agentes da Divisão de Roubos e Furtos de Automóveis, foi liberado. "Ele foi solto por total inexistência de procedimento legal que amparasse o pedido de prisão temporária", disse o delegado. O cativeiro do dono da Rivel, segundo Campello, era uma casa do tenente, na Rua Heitor dos Prazeres, no Mutondo, São Gonçalo.

Na sexta-feira passada, na favela de Parada de Lucas, foi preso Marco Antônio da Silva, o *Marquinho*, identificado inicialmente como seu irmão, Roberto da Silva, o *Robertinho*. *Marquinho* apontou diversos seqüestradores. Participaram do seqüestro de Corine Coffin: Ricardo, o *Pará*; Luís, o *Bolinha*; Carlos Alberto Fidélis, o *Caluca*; Darlan, também conhecido *Jiraia*; e Edmilson de Oliveira Tavares, o *Gordinho*. A munição reendida pela polícia foi, segundo o tor do DGIC, levada para a favela x-cabo do Exército Ronaldo dos Nascimento.

Polícia diz que Cabo Frio está em calma

CABO FRIO, RJ — Designado pelo secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, para cadastrar e dar segurança a moradores da Fazenda Campos Novos, no distrito cabofriense de Armação dos Búzios, o delegado da Divisão de Recursos Especiais, Nelci Freitas, entrega hoje relatório final em que informa ter encontrado um lugar calmo onde quase todos os entrevistados disseram nunca ter recebido qualquer tipo de ameaça. O delegado desmobilizou sua equipe na segunda-feira após ter submetido a 200 famílias um questionário sobre as condições locais de segurança.

Nas duas semanas que passou no distrito, utilizando como base operacional a 134ª DP, o delegado não encontrou os moradores Francisco Lan — filho do líder rural Sebastião Lan, assassinado em julho de 1988 — e um amigo dele, conhecido como Barbosa. Os dois haviam registrado queixa de ameaças de morte. Segundo Nelci Freitas, que esteve sempre acompanhado por seis a oito homens, houve dificuldades para fazer o levantamento devido às grandes distâncias entre as residências rurais, o que torna os vizinhos pouco familiarizados com os hábitos uns dos outros. "Quase ninguém está ameaçado lá", afirmou o delegado, que não encontrou armas entre os moradores da fazenda.

Ele informou que 12 famílias de lavradores que haviam sido assentadas ali pelo Incra abandonaram a fazenda devido a dificuldades de cultivo da terra. Quanto às ameaças de morte que a família de Francisco Lan estaria sofrendo por permanecer no local, o policial disse que o inquérito aberto pelo titular da 134ª DP, delegado Marins de Oliveira, está muito bem instruído e, apesar de recente, tem muitos depoimentos. Nelci Freitas esteve na casa do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, e entrevistou a mulher e os filhos dele, colhendo dados para o cadastro.



Péricles G
ex-dep

Deleg

Policiais horário i na Corre

Trinta delega categoria q há muito tempo em torno de Cr$ ponto uma vez p gados a trabalha Justiça, a partir horário integral ontem o secret Nilo Batista. Ele Executivo de A Inquéritos Poli Polícia, que terá colocar em dia tos sem andame cias.

Os delegad ao corregedor ga de Lima Co a receber pedid dos lotados po funções para nas marcando regedor repeti secretário, de na segunda-fe meçar a trab ameaçam entr submeterem balho. Um d na relação, p queixando-se não poder tra blemas de co foi surpreen

'tato

em o hábito de che- causa dos estudos

'Doleiro' morto

O comerciante de dólares Ricardo Rodrigues Alves, de 23 anos, foi assassi- tiros, depois de estacio-

de manhã, a ônibus da emp FM 6358 na Avenida Brig

ATENTADO AO PRESIDENTE DO STR DE CABO FRIO - SEBASTIÃO LAN

SEBASTIÃO LAN, 45 anos, pai de 6 filhos, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio - RJ, na madrugada de 06.06.88 foi vítima de um atentado à bala, seis tiros e se encontra em estado grave.

Mais uma vez a brutalidade se abate fulminante sóbre um trabalhador rural que luta desarmado para defender o direito à terra, para os seus companheiros. Este crime planejado contra uma liderança rural vem somar-se à longa lista de agressões, crimes e violências cometidas contra a classe trabalhadora, que luta por condições dignas de vida: a violência privada dos grileiros e latifundiários, a violência oficial dos agentes policiais, a violência silenciosa de um judiciário que, surdo a seus apelos, tem compactuado com a impunidade dos criminosos.

No caso de Sebastião Lan, as responsabilidades das autoridades são imensas: O Governo Federal é responsável por ter assistido passivamente aos grileiros invadirem terras desapropriadas para fins de Reforma Agrária desde 1983, por decreto do Presidente da República; a Justiça Federal por não ter executado a liminar, despejando os grileiros; o Governo Estadual é responsável por ter-se mantido omisso, sobretudo a Secretaria de Polícia Civil frente às sucessivas denúncias de que a vida de Sebastião Lan corria perigo. Sempre ágeis quando se trata de defender a propriedade dos latifundiários, estas autoridades são responsáveis pela apuração deste crime e punição severa dos criminosos. Tanto os mandantes como as razões do crime são conhecidos.

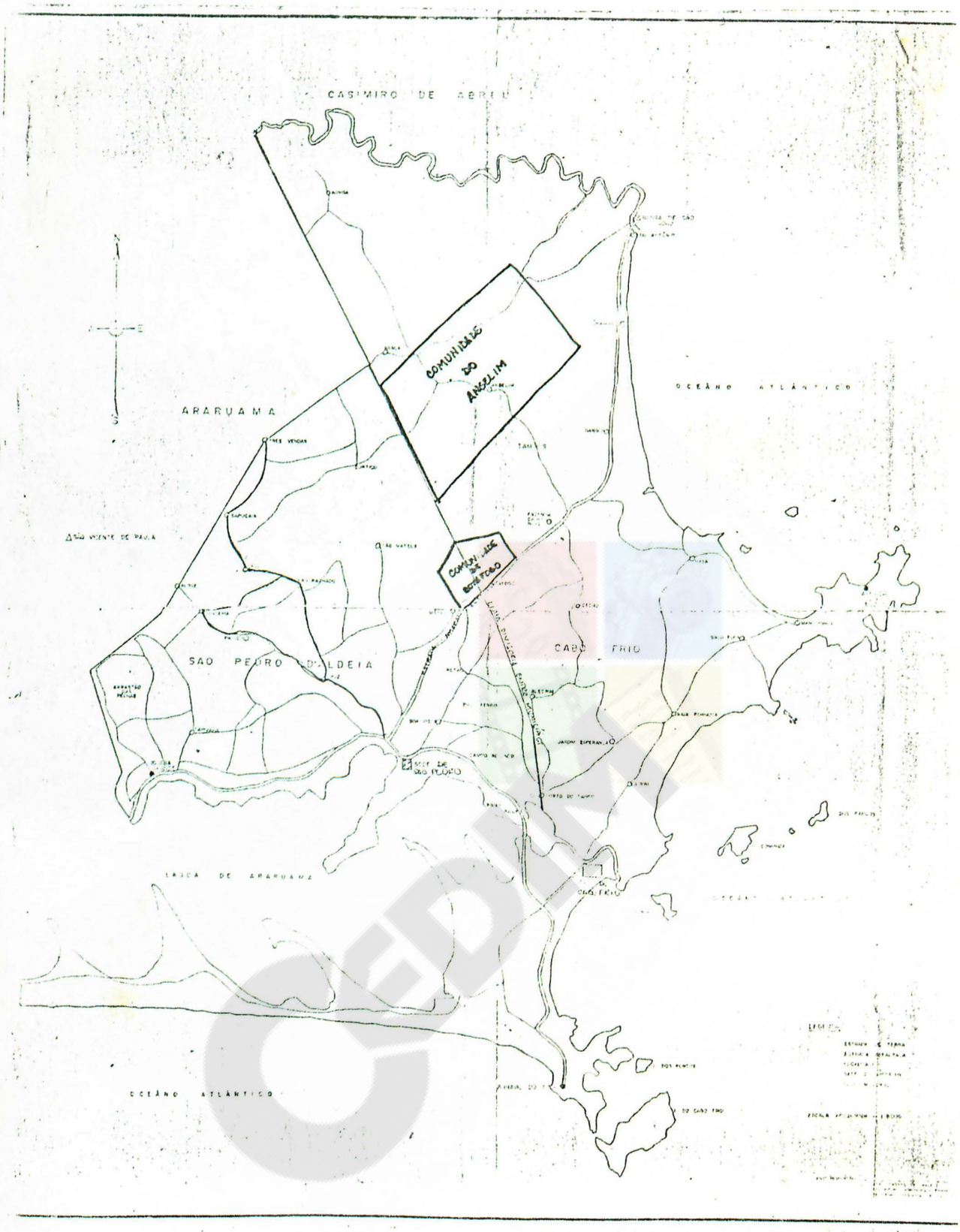
Por tudo isto exigimos justiça. E manifestamos nossa decisão de acompanhar as providências que serão tomadas pelas autoridades governamentais e judiciárias. Se os que ordenaram e executaram o atentado contra Sebastião Lan permanecerem impunes, consideraremos o fato como sinal de cumplicidade da parte das autoridades, as que devem zelar pela defesa da vida dos cidadãos.

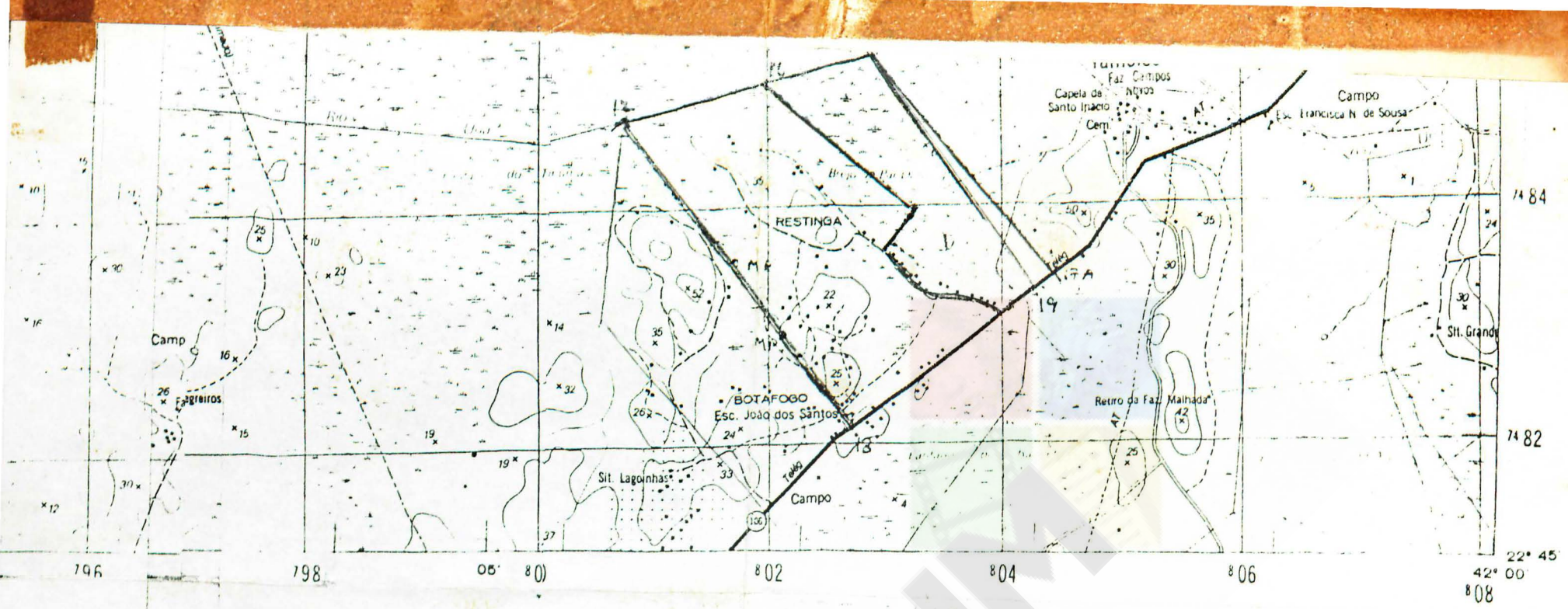
O que acaba de ocorrer em Cabo Frio sirva de um último alerta aos Constituintes que, em Brasília ainda têm a possibilidade de criar condições favoráveis à realização de uma Reforma Agrária que distribua a terra e recursos para milhões de brasileiros e que dê uma solução definitiva para a violência no campo.

Assinam: CPT/RJ - FETAG/RJ - MST - ABRA/RJ - IBASE - CEDAC - CNRA
CPT-SC-Diocese de Chapecó - Bloco Parlamentar PT - PV
CPI da Terra - CEDI - FAMERJ - SERPAJ/RJ - CDDH/RJ - FASE
Nacional - CUT/RJ

Rio, 07 de junho de 1988.

CEDIM
Endereço Provisório: Rua Visconde Souza, 54 - [illegible]
CEP 22.251 Tel. 266-2003


CASIMIRO DE ABREU
ARARUAMA
COMUNIDADE DO ANGELIM
COMUNIDADE DA BOA FOGO
OCEÂNO ATLÂNTICO
SÃO VICENTE DE PAULA
SAO PEDRO DA ALDEIA
CABO FRIO
LAGOA DE ARARUAMA
OCEÂNO ATLÂNTICO



SVERSA DE MERCATOR

50 000

3 000 m

de nível 20 metros

or e Meridiano 45° W Gr.
e 500 km, respectivamente

fo Imbituba, SC
ego Alegre, MG

trico topográfico regular
plementar e reambulação
ntendência de Geodésia;
reparo para impressão
ncia de Cartografia

E CARTOGRAFIA

O — 1978

O RESERVADOS

s Gráficos da IB

AFIA agradece a [illegible] da
verificadas [illegible]

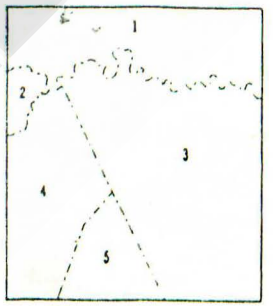
HIDROGRAFIA

Mangue. Salina
Curso-d'água intermitente
Lago ou lagoa intermitente
Terreno sujeito a inundação
Brejo ou pântano
Poço (água). Nascente
Salto, cascata ou catarata
Cachoeira
Corredeira, rápido, travessão
Barragens: terra, alvenaria
Fundeadouro
Areia
Campo de emergência. Farol
Igreja. Escola. Mina

VEGETAÇÃO

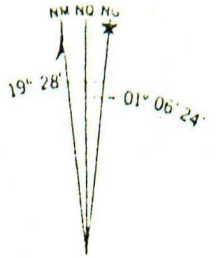
Mata, floresta. Cerrado, macega, caatinga
Culturas: permanente, temporária

DIVISÃO ADMINISTRATIVA



1 – CASIMIRO DE ABREU
2 – SILVA JARDIM
3 – CABO FRIO
4 – ARARUAMA
5 – SÃO PEDRO DA ALDEIA

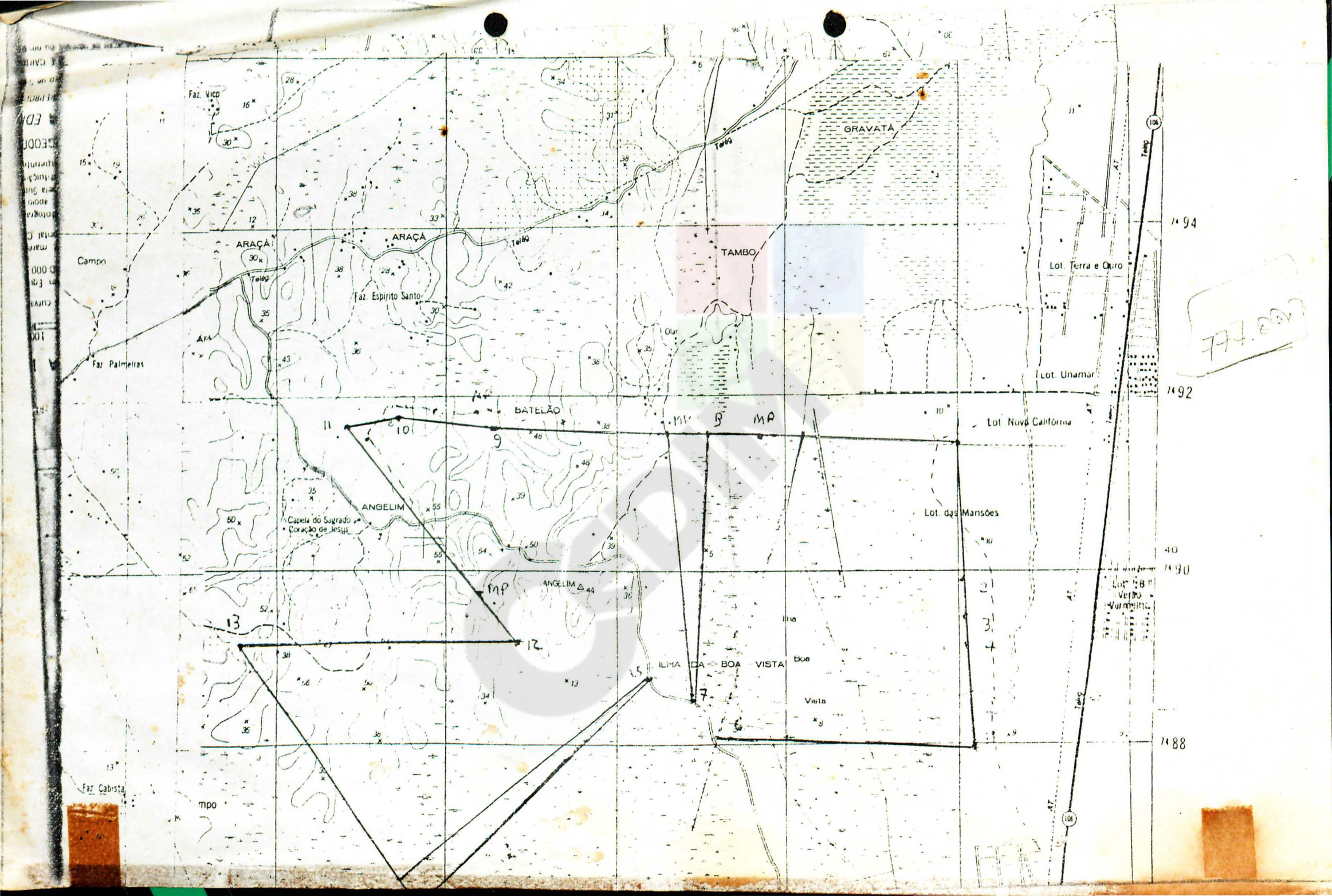
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA 1978
E CONVERGÊNCIA MERIDIANA
DO CENTRO DA FOLHA



A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA
CRESCE 8' ANUALMENTE

Usar exclusivamente os dados numéricos

MORRO DE SÃO JOÃO (RJ)



Faz. Vico
GRAVATÁ
ARAÇÁ
ARAÇÁ
Campo
Faz. Espírito Santo
TAMBO
Lot. Terra e Ouro
Faz. Palmeiras
Lot. Unamar
BATELÃO
Lot. Nova Califórnia
ANGELIM
Capela do Sagrado Coração de Jesus
Lot. das Mansões
ANGELIM
Ilha
ILHA DA BOA VISTA
Boa
Vista
Faz. Cabista
mpo
Teleg

1549

De: ESLOC - SP/CF
Para: SUPERVISOR REGIONAL (ERCEN) Em: 18/07/88

Assunto:: PROCERA Ref: 160/88

Em detrimento à postura dos técnicos que atuam na área da Reforma Agrária, frente ao programa PROCERA, tenho a informá-lo.

O Sr. Ivan, Coordenador do Projeto Campos Novos esteve neste ESLOC, com a finalidade de discutir a viabilidade ou não na aplicação de verbas do PROCERA.

Ao iniciar a explanação, o Sr. Ivan pediu a permissão para colocar o seu modo de ver, na aplicação desta verba e frizou por várias vezes que sua postura é exclusiva ao projeto Campos Novos.

O Sr. Ivan, colocou que de forma que o PROCERA vem sendo aplicado, assim como é previsto, não seria de boa norma, introduzi-lo no projeto C. Novos, uma vez que esta verba é para investimento e os assentados ainda não se encontram em suas áreas e até mesmo alguns não dispõe de área . Foi ventilado também outro motivo, seria a não retirada dos grileiros; causaria um clima não desejado, pois não teriam acesso a este projeto.

Após vários debates entre o Coordenador e os técnicos (Mônica, Vera e Adriano), não chegaram a nenhuma conclusão, uma vêz que são categoricamente favoráveis à implantação do projeto.

Sugerí,que os técnicos reunissem com os ERs experientes na área (Iara e Dimas) no qual também me incluo,mas como já havia expressado a minha opinião que é a mesma do Coordenador do Projeto Campos Novos, fiz questão de não participar. Após os técnicos se reunirem em uma manhã e uma tarde, solicitaram a ida para Cabo Frio, para a residência da Vera onde elaboraram o documento em anexo.

Lho

Gostaria de deixar explícito, que como Supervisor Local, não aboma a postura dos técnicos e verifico a inoportunidade da aplicação da verba pelos seguintes motivos.

1) Os assentados não ocupam suas áreas, isto é, não foi realizado o assentamento propriamente dito.

2) O número de famílias que não receberam o A.P.O são maiores (em ocupação de áreas) do que os que receberam.

3) Em face da expectativa de retirada dos grileiros pelo MIRAD e no decorrer gerará grande insatisfação,não podendo-se prever os acontecimentos futuros.

4) Os técnicos não teveram até então participação efetiva na área, pois as verbas aplicadas, tais como verba EMBRATER e para instalação de Unidade Demonstrativa de abacaxi e maracujá, foram efetivamente realizados pelos técnicos que já trabalharam na área.

5) A verba da EMBRATER, para a área de Botafogo até então não foi aplicada, pois ficou a cargo dos novos técnicos.

6) A elaboração de projetos enviados ao MIRAD citados no relatório, não são frutos de trabalho da equipe do ESLOC, somente iniciativa dos novos técnicos.

7) As experiências dos técnicos atuando na área , não englobam os conhecimentos necessários para opinarem em tão importante assunto.

Eu, como Supervisor Local e responsável pelo projeto de Campos Novos, gostaria de ter participado desta tão importante decisão, hoje dia 18, junto do MIRAD no encontro técnico. Como não recebi a autorização solicitada, não compareci.

Sem mais,

Atenciosamente.

Dr. Luiz Victor Pereira Arenta
Med. Veterinário - CRMV / 5.1281
- Supervisor Local -
EMATER-RIO São Pedro d' Aldeia / Cabo Frio

REFORMA AGRÁRIA

RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO (APLICAÇÃO PROCERA)
PROJETO CAMPOS NOVOS

Por ocasião da nossa chegada no Assentamento, demos início ao processo de discussão da viabilidade dos recursos previstos para o projeto através das Lideranças Rurais e do Sindicato dos trabalhadores Rurais, Agentes comprometidos com a organização comunitária, realizamos contatos, visitas e reuniões, nas quais verificamos que as necessidades básicas dos beneficiários e suas famílias só seriam amenizadas mediante a aplicação dos recursos e atendidas com a execução das ações inerentes ao projeto assumidos pelo MIRAD para a regularização fundiária como a radicação dos beneficiários em suas parcelas definitivas, assentando os selecionados aprovados sem A P O, considerando que o projeto tem potencial para o assentamento de 270 famílias.

A partir dai, o processo de discusão foi intensificado, garantindo a busca de alternativas para o fortalecimento da organização rural, a fim de assegurar o o recebimento do PROCERA e a melhor forma do seu aproveitamento, assim como os demais recursos e ações posteriores, que viessem fomentar a produção e contribuir para o desenvolvimento da comunidade. O processo de discussão desencadeou o aumento da participação e reorganização dos beneficiários das diversas glebas, avançando na tomada de iniciativas para o encaminhamento de propostas que seriam adequadas às especificidades do projeto. Como exemplo de iniciativas dos beneficiários envolvidos no trabalho de base criou-se um calendário de atividades que fomentaria o trabalho participativo, na preocupação da discussão para o fortalecimento do grupo e sua legalização com a fundação da Associação dos Pequenos produtores Rurais do projeto Campos Novos, apontada por eles como Instrumento Fundamental para a captação e aplicação de recursos, em especial o PROCERA. Pelo andamento dos trabalhos os assentados previram para a 2ª quinzena de julho a criação dessa associação, que viesse legitimar e defender os interesses dos beneficiários. Essa é uma preocupação, haja visto a presença de associação(s) que atuam na área em defesa dos reprovados.

REFORMA AGRÁRIA

Com o assassinato do Líder Sindical, Sebastião Ian, a discussão para a criação da assossiação sofreu uma interrupção, assim como a discussão para a aplicação do PROCERA; a tensão social aumentou e, no momento, as pessoas estão apreensivas na expectativa da apuração e punição dos mandantes e executores do crime. Pelos depoimentos das lideranças e de alguns assentados, percebemos que, apesar do clima de angústia e descrédito para com o MIRAD, estes ainda contam com a consolidação de suas promessas e medidas paraa agilização da regularização da área.

O PROCERA representa um direito para os beneficiários e vem atender a uma de suas necessidades sempre reivindidada no decorrer do processo de discussão, uma vez que a estruturação econômica e social das famílias em suas unidades produtivas vem sendo dificultada pela falta de recursos financeiros para apoiar a implementação da produção e o desenvolvimento rural.

Levando em consideração a instabilidade gerada na área no decorrer de todo o processo de luta pela desapropriação da fazenda Campos Novos para a conquesta e posse da terra, atualmente julgamos ser a aplicação do PROCERA à nível individual a forma mais indicada, pois acreditamos que de imediato contribuirá para o estímulo à organização comunitária e a médio prazo proporcionará o aumento do volume da produção com a estruturação da unidade produtiva dos assentados e, consequentemente a elevação da renda familiar.

Aliado ao PROCERA existem convênios prevendo a liberação de recursos para atender aos seguintes projetos.

- Convênio DFA - MIRAD/EMATER-RIO/SERSE

(À implantar - Cz$ 900.000,00) Projeto para implantação de lavouras demonstrativas de URUCU, ABACAXI e OLERÍCOLAS.

- Convênio 142 - SERSE/MIRAD/EMATER-RIO

(À implantar - Cz$ 2.500.000,00(Projeto construção Base Física, organização rural, implantação de Unidades Demonstrativas de adubação orgânica e calagem.

- Convênio Plano Operativo 1988 - MIRAD/DNOS/SIAGRO/EMATER-RIO

(À implantar - Cz$ 13.500.000,00) Projeto Drenagem do canal Ramalho; Compra de caminhão comunitário; Montagem de Unidade Operacional agrícola.

REFORMA AGRÁRIA

Além destes à serem implantados, já estão em execução o Convênio 459 SERSE/SIAGRO/MIRAD - implantado em outubro de 1987 - Projeto para desenvolvimento de lavoura demonstrativa de maracujá e abacaxi, e o convênio 461 - SERSE/PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO/MIRAD - (Implantado em dezembro de 86 Cz$ 1.820.000,00) Projeto construção de dois postos de saúde, reforma e ampliação de prédio escolar.

Tendo em vista o conjunto dessas iniciativas, esperamos estabelecer meios de garantir a retomada do processo de discussão para a formação da associação dos beneficiários, mencionadaa anteriormente.

A venda de posses é um ponto crítico do projeto que devemos ressaltar. Os titulados estão desmotivados e se sentem sozinhos na luta pela posse definitiva de suas parcelas. Em discussão com os posseiros e lideranças, compreendemos que o motivo principal e causador da venda de posses está relacionado à questão da sobrevivência, somado ao clima de insegurança pela inoperância das autoridades na execusão das etapas do projeto.

Com a aplicação do PROCERA, solicitamos a priorização para a realização de novos levantamentos, incluindo uma reavaliação do processo seletivo, no sentido de discutirmos a não aplicação de recursos com posseiros beneficiários redicados em terras "griladas", que, caso venha aplicar o recurso corre o risco de perdê-lo para o "grileiro".

Destacamos a necessidade emergencial da presença de um técnico do MIRAD no acompanhamento desses trabalhos a serem realizados, bem como a agilização do plano operativo para 1988. Gostaríamos de enfatizar que esta é uma reivindicação dos beneficiários e da equipe.

São Pedro da Aldeia, 15 de julho de 1988

Mônica Maria Gomes Sobreira
Assistente Social CRAS 7441/7.ª R
Extensionista Social I - EMATER-RIO

Vera Regina T. Camara
Prof. Pedagógica Reg. 36747
Extensionista Social II - EMATER-RIO

Adriano Martins Carneiro opas
Téc. Agrícola CREA - 88101654-4
Extensionista Rural II - EMATER-RIO

Lho

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
36 STR FILIADO FETAG-RJ (CONTAG.)
Rua Visconde de Itaboraí, 70 — Tel. 717-6066- — Niterói - RJ.

Ilmo.Sr.
Dr. Aluizio Fantini Valério
M.D.Presidente da Emater - RIO.

PREZADO SENHOR:

Venho através desta congratular-me com V.Sª. pelo esforço e capacidade de trabalho que ' vem demonstrando os tecnicos da EMATER-RIO que atuam, no Projeto Campos Novos, município de Cabo Frio.

Estes tecnicos tem procurado atender aos interesses dos Trabalhadores Rurais, buscando frequentemente a integração com o Sindicato de trabalhadores Rurais de Cabo Frio e estimulando a participação dos assentados.

Sabemos que o Projeto Campos Novos passa por um momento difícil, mas sabemos também que, a superação deste momento difícil depende dos esforços e do trabalho das diversas instituições que atuam na área.

Neste sentido, queremos dizer da ' importância do trabalho da EMATER-RIO nesta fase, continuando a excelente atuação que vem apresentando até o momento, no sentido de orientar, informar e assessorar a orientação e organização dos Trabalhadores rurais e, estimulando a produção, enfim ajudando a fixação do Homem á Terra.

Estendemos nossos cumprimentos a todos os tecnicos atuando em Projetos de Reforma Agrária e à toda a Diretoria da Emater-RIO, pelo empenho' demonstrado em atender o Pequeno Produtor.

ATENCIOSAMENTE,

JOSE CARLOS DE SOUZA REITAS
TESOUREIRO-FETAG/RJ

ERALDO LIRIO DE AZEREDO
PRESIDENTE-FETAG/RJ

CABO FRIO — 27 DE MAIO DE 1988.

MARICA

VIMOS PELA PRESENTE MANIFESTAR NOSSA PREOCUPAÇÃO COM O PROJETO DE TRABALHO QUE ASSUMIMOS AS DIFICULDADES QUE NOS TEM OCORRIDO NO DIA A DIA COM O SUPERVISOR LOCAL. DESDE QUE CHEGAMOS NO ESTOC, TEMOS BUSCANDO UM BOM RELACIONAMENTO COM OS DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE LOCAL, CONSIDERANDO SUAS EXPERIÊNCIAS E PARECERES REFERENTES À AREA DE ASSENTAMENTO, BEM COMO UMA CONVIVÊNCIA PESSOAL AMIGÁVEL.

NO ÚLTIMO DIA 26 DE CORRENTE, SUGERIMOS AO SUPERVISOR LOCAL UMA REUNIÃO PARA EXPORMOS OS CONVÊNIOS E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS COM OS DIVERSOS ÓRGÃOS QUE ATUAM NA FAZENDA CAMPOS NOVOS E SOLUCIONAR PROBLEMAS INTERNOS, TAIS COMO: FALTA DE COMBUSTÍVEL, MAL USO DOS RECURSOS DESTINADOS AO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA, FLUXO DE CORRESPONDÊNCIAS, CONTATOS INTERNOS E EXTERNOS DA EQUIPE DE REFORMA AGRÁRIA, E O RELACIONAMENTO DA EQUIPE COM O SUPERVISOR LOCAL.

A REUNIÃO OCORREU A NÍVEL INFORMAL E NO DECORRER DA MESMA, HOUVE POSICIONAMENTOS DO SUPERVISOR LOCAL PREOCUPANTES, QUE, TOMAMOS A LIBERDADE DE TRANSCREVER ALGUNS COMO:

- "EU NÃO GOSTO DA REFORMA AGRÁRIA".
- "VOCÊS ESTÃO FAZENDO MUITOS CONTATOS (REUNIÕES NIRAD, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PREFEITURA, SINDICATO, ASSOCIAÇÕES, ETC.) E ESTÃO SE ESQUECENDO DE FAZER VISITAS. QUANTOS PRODUTORES VOCÊS JÁ ATENDERAM? TERIAM QUE TER VISITADO A TODOS."
- "VOCÊS ESTÃO NUM RITMO DE TRABALHO QUE EU NÃO CONSEGUI ACOMPANHAR E NEM O PESSOAL DO CENTRAL".
- "VOCÊS ESTÃO ESQUENTANDO E O PESSOAL LÁ DO CENTRAL NÃO ESTÁ NEM AÍ".
- "A MARICA ESTÁ PASSANDO POR CIMA DE MIM. VO-

CÊS NÃO TÊM CONDIÇÕES DE ELABORAR PROJETOS, MUITO MENOS PLANEJAMENTO. ENQUANTO VOCÊS ESTÃO SENDO SOLICITADOS PARA FAZER DIVERSOS TRABALHOS, A MARIELA ESTÁ DE FÉRIAS".

— "VOCÊS TEM O PRIVILÉGIO DE TER PESSOAS NO ESLOC E NÃO ESTÃO SAINDO COM ELES".

— "VOCÊS ESTÃO ME COMPANDO POR NÃO TEREM PARTICIPADO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO".

— "EU NÃO QUERO SABER DE BELMONTE, ELA PRA MIM NÃO MANDA NADA"...

— "O COMPORTAMENTO DO PESSOAL DO PROVÁRZEAS É DIFERENTE DO DE VOCÊS. ELES CHEGARAM E AOS POUCOS ESTÃO SE ACOMODANDO. VOCÊS VIERAM COM UMA COBERTURA HIPOTÉTICA DA MARIELA, CHEGARAM E COMEÇARAM A TRABALHAR..."

— "EU NÃO ME RESPONSABILIZO PELOS MEMORANDOS QUE VÊM PRA VOCÊS, POIS OS MESMOS SÃO ENVIADOS À EQUIPE E NÃO AO SUPERVISOR LOCAL".

— "A ÚNICA FORMA DE EU ASSUMIR A EQUIPE DE REFORMA AGRÁRIA E DIRIGIR O PROJETO, SERIA QUEBRAR O VÍNCULO DA MARIELA DENTRO DO ESLOC, NÃO QUERO SABER O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO ASSENTAMENTO, NÃO VOU AVALIAR VOCÊS EM NADA. APENAS PODEREI DIZER O HORÁRIO DE VOCÊS NO ESLOC".

— "NÃO ESTOU MAIS ASSINANDO AS CORRESPONDÊNCIAS QUE VEM PARA A REFORMA AGRÁRIA, POIS NÃO CONCORDO COM A FORMA QUE ELAS ESTÃO VINDO".

— "A VERA SÓ TEM UM PROBLEMA: VEIO DE UM ESLOC PROBLEMA. ERA UMA ESCRITURÁRIA QUE NO DIA SEGUINTE BOMBARAM-NA COMO EXTENSIONISTA SOCIAL SEM TER FORMAÇÃO".

— "A MÔNICA TAMBÉM VEIO DE ESLOC PROBLEMA, MAIS PELO MENOS VOCÊ TEM UM PAPEL QUE DIZ QUE VOCÊ SABE".

— "O DERLY CONTINUA TRABALHANDO COMO SE ESTIVESSE TRABALHANDO NUMA EMPRESA PRIVADA. VOCÊ TEM QUE TRABALHAR COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO".

— "O MÁRIO LÚCIO E A MARIELA ESTÃO ASSUMINDO CARGOS SEM ESTAREM CAPACITADOS".

— "EU NÃO CONCORDO COM A REFORMA AGRÁRIA QUE A EMPRESA QUER FAZER".

— "HOJE, A EMPRESA TIRA UM CARA DE CAMPOS QUE VEM ME MANDAR".

— "NÃO ACEITO SER AVALIADO PELO EDUARDO".

— "... DIZEM QUE SOU DA UDR, NÃO SOU FILIADO MAIS PARTICIPO DE TODAS AS REUNIÕES, PORQUE GOSTO".

— "ASSIM QUE MUDAR O GOVERNO ELES VÃO CAIR (MARIELA, MÁRIO, FANTINI, ETC) E TODA A CURRIOLA QUE ESTÁ AÍ MANDANDO".

— ENFIM É TUDO...

MARIELA, OS CARROS DA REFORMA AGRÁRIA ESTÃO SEM COMBUSTÍVEL HÁ DUAS SEMANAS, ENQUANTO UM DOS CARROS DO ESLOG, VEM SENDO ABASTECIDO. OS RECURSOS DA REFORMA AGRÁRIA ESTÃO CUSTEANDO OUTRAS ATIVIDADES, QUE NÃO AS INERENTES AO PROJETO (VERIFICAR PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MÊS DE MAIO).

HOJE 27 DE MAIO, ESTAMOS REUNIDOS PARA AVALIAÇÃO DOS POSICIONAMENTOS ABSURDOS DO SUPERVISOR LOCAL, QUE VEM COLOCANDO EM RISCO O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO TRABALHO. PRATICAMENTE ELE NOS IMPÔS A DECISÃO DE ESCOLHERMOS ENTRE VOCÊ OU ELE. O NOSSO RELACIONAMENTO SÓ VAI MELHORAR SE ELE VIER DIRIGIR O PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA.

ESTAMOS SEM HORIZONTES E CANSADOS.

SOLICITAMOS UMA INTERPRETAÇÃO E AGUARDAMOS UMA ORIENTAÇÃO PESSOAL.

NOSSAS DESCULPAS.

ABRAÇOS.

Adriano Martins Carneiro Lopes.
Derly José Jb da Silva.
Sônia [illegible] Sobrinho
[illegible]

(0247) - 643929 - Lourdelina
(Conceição)

REM: MÔNICA, ADRIANO, VERA E DERLY

END: RUA DA LUZ, 72 BL 02, APT: 203
BRAGA - CABO FRIO - RJ.
CEP: 23900

PARA:

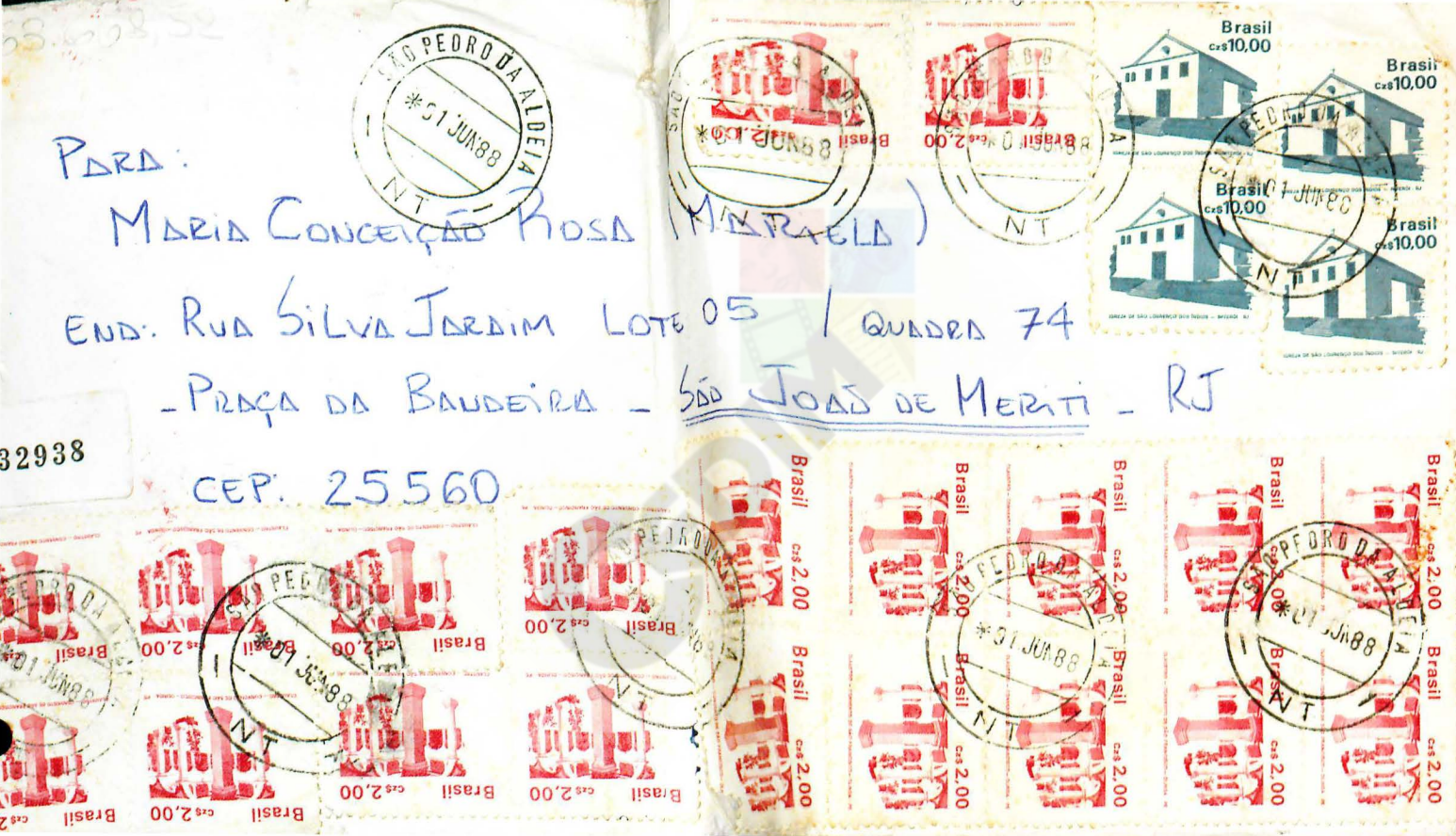
MARIA CONCEIÇÃO ROSA (MIRAELA)

END: RUA SILVA JARDIM LOTE 05 / QUADRA 74

- PRAÇA DA BANDEIRA - SÃO JOÃO DE MERITI - RJ

32938

CEP: 25560



RELATÓRIO CONCLUSIVO DO LEVANTAMENTO DAS OCUPAÇÕES EXISTENTES NA ÁREA DO INCRA

EXPROPRIADA A FAZENDA "CAMPOS NOVOS" NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO.

I - Considerações Iniciais:

Em 09.02.84, mediante o CI/CR(07)TP/nº 14/86, tivemos a oportunidade de submeter à consideração superior, relatório preliminar sobre as ocupações existentes na área expropriada pela Autarquia, à "Fazenda Campos Novos", em Cabo Frio.

Com o presente trabalho esperamos esgotar toda a matéria, objeto de nosso levantamento, de modo a oferecer elementos indicadores da conduta a ser seguida pelo INCRA na área em apreço.

Os dados contidos em nosso trabalho, foram obtidos mediante a tabulação das informações constantes dos formulários de identificação e classificação de parceleiros e laudos de vistoria, aplicados nos ocupantes da área expropriada, documentos estes que se encontram arquivados na CR(07)TP.

O trabalho, acidentalmente se desenvolveu em duas fases envolvendo épocas diferentes, fato que nos possibilitou vistoriar a área sob o impacto de chuvas contínuas e até certo modo desproporcionais (novembro e dezembro de 1983) e mais tarde, já sob os efeitos de uma estiagem prolongada de aproximadamente 90 dias(março e abril de 1984) o que nos permite emitir algumas conclusões no transcurso do trabalho.

Adotaremos neste trabalho uma sistemática de apresentação, semelhante a prevista na metodologia de Programações Operacionais com o objetivo de tornar mais dinâmica a leitura do trabalho.

II - Equipe Técnica.

1 - Therezinha Machado Gomes
Técnica de Administração — 1a. fase

2 - Ivan de Almeida Pinto
Médico Veterinário — 1a. e 2a. fase

3 - Paulo Paiva
Agente Administrativo — 1a. fase

4 - Jorge Cortines Laxe
Técnico de Colonização — 1a. e 2a. fase

5 - Eduardo Gomes Vieira
Agente de Atividades Agro-Pecuária — 1a. e 2a. fase

6 - Severino Henrique da Silva
Técnico de Colonização — 2a. fase

Contamos ainda com a colaboração do Agente de Atividades AgropPecuária Dragutin Petkov, responsável pelo Escritório de Apoio local, do INCRA, instalado no Município de São Pedro D'Aldeia, em ambas as fases, bem como com a colaboração da Agente Administrativa Anita Bernadete Carvalho Peres, lotada na CR(07)TP, responsável pela mecanografia.

III - Organização Fundiária

A - Localização:

A área expropriada pelo Decreto 88.156, de 09 de março de 1983, com aproximadamente 3.203,43 ha está situada no segundo distrito do município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

É constituída de quatro Glebas, unidas duas a duas, formando dois conjuntos distintos e separados por terras remanescentes à Fazenda Campos Novos e Agrisa.

As Glebas A e B se localizam mais no interior e o acesso às mesmas, é feito pela estrada municipal, não pavimentada, do Araçá (Araçá é sede do 2º Distrito de Cabo Frio a entrada fica na altura do Km 123, da Rodovia Amaral Peixoto) e estradas particulares pertencentes aos loteamentos "Orla 500" e "Jardim Santa Margarida". As Glebas C e D se limitam naturalmente com a Rodovia Amaral Peixoto, na altura dos quilômetros 119 e 122.

A área expropriada dista 20 km do Município de São Pedro D'Aldeia e 35 km da sede municipal de Cabo Frio. Do Rio de Janeiro até a área expropriada são 155 km de estradas asfaltadas de boa qualidade. Esta distância se reduz a 140 km, caso se tenha como ponto de referência a cidade de Niterói.

A área encontra-se, devidamente, matriculada em nome do INCRA, no Cartório de Registro de Imóveis de Cabo Frio, 1º Ofício, desde 23 de novembro de 1983 sob os nºs: Gleba A - nº 8910 (~~ANGELIM~~) BOA VISTA
Gleba B - nº 8911 (~~BOA VISTA~~) ANGELIM
Gleba C - nº 8912 (BOTAFOGO)
Gleba D - 89 8913 (RESTINGA)

Vale Ressaltar que os referidos registros, conforme se fassnecessário, já foram remetidos ao DF/DFD, por determinação daquele Departamento.

B - Organização Territorial

O assunto será objeto de relatórios específicos por parte da CR(07)TF, razão por que, nos limitaremos a alguns comentários que servirão pa

ra esclarecer situações mais adiante.

A superfície total da área expropriada pelo INCRA segundo o Decreto, é de 3.203,4300 ha, assim dividida: Gleba A=1.023.5400 ha, Gleba B=1.617,0000 ha, Gleba C=397,0000 ha e Gleba D=165,0700 ha.

O levantamento há pouco terminado, deu conta da existência de 248 ocupações, distribuidas conforme se segue: Gleba A=46, Gleba B=89, Gleba C=99 e Gleba D=14.

Aproximadamente 50% daquela área estão ocupadas por cerca de (12) doze grandes propriedades, com superfícies iguais ou superiores a 50,00 ha.

Há ocupações que estão situadas nos limites físicos de duas glebas, tendo portanto parte das terras numa gleba e parte em outra. Para efeito de cálculo de ocupação, apenas consideramos uma.

Da mesma forma, somente consideramos uma ocupação, aquela que tem mais de um posseiro como ocupante. Nesses casos, via de regra, a sociedade é um mero artificio, com vistas a não oferecer a ocupação, conotações de latifundio.

Com relação a documentação, devemos esclarecer que um ocupante nos apresentou escritura de usucapião (laudo 58 gleba B - Dr. Eduardo Spínola). Existem em tramitação, na Justiça do Município de Cabo Frio, processos de usucapião em favor dos ocupantes Agostinho Moreira de Souza Leite laudo 59-B e Avelino Cardoso dos Reis laudo 65 Gleba B.

Os demais ocupantes apresentaram, quando muito, escrituras de Cartório de Títulos e Documentos ou Cartórios de Notas ou ainda, nada tinham a mostrar como prova da aquisição de posse.

A exemplo de outras regiões, as ocupações da área expropriada, vêm sofrendo com a ação especulativa. Durante as duas fases do Trabalho de campo, houve várias vendas e outras foram frustadas pela presença do INCRA na área.

IV - Organização Agrária

A - Organização Social

Foram preenchidos 248 laudos de vistoria, o que não implica dizer existirem igual número de posseiros, que segundo nosso levantamento, é igual a 262, incluindo-se os "sócios", cujos nomes, filiação e documento de identidade, serão a seguir relacionados:

Gleba - A

Gleba - B

Gleba - C

Gleba - D

Laudo 2

a) Alcino Melo

b) João Zeferino

c) Nelson Nélio de Azevedo Gomes

10 - Está computado na listagem referente a Gleba C

11 - Não tem empregado

12 - " " "

13 - " " "

14 - Estão computados na listagem referente a Gleba C

15 - Adilço de Pinho Pereira

Filiação: Maria de Pinho Pereira

Cert. de Cas. nº 3050 Livro 11-A Fls. 285 S.P. D'Aldeia

Obs.:

16 - Valdemir Manoel da Silva

Filiação: Manoel Chagas da Silva e Carmelita Fidelis da Silva

Cart. Prof. nº 62 039 s/508 - Em 23.06.76

Obs.:

17 - Carlito Corrêa Gomes

Filiação: Antonio Correa Gomes e Maria da Conceição Corrêa

Cart. Ident. nº 5 134 424 Exp. pelo I.F.P. em 12.10.76

Obs.:

3 empregados

Entre agregados, empregados, parceiros e outros constatamos a existência de 109 famílias assim distribuidas: Gleba A=10; Gleba B=46, Gleba C=50 e Gleba D=3

Essas famílias residem na ocupação ou próximo a elas, em áreas ou loteamentos circunvizinhos ao imóvel expropriado. Desse modo participam mais diretamente da economia local que os próprios posseiros e, de certa forma são pressionados pela economia da região (Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia, Casimiro de Abreu etc). Assim, tivemos o cuidado de considerá-los em nosso trabalho, muito embora estejam em separado, como dependentes.

Dos 248 posseiros relacionados, 188 são do Estado do Rio de Janeiro, correspondendo a 75,89% do total. Desse universo apenas 40 nasceram em Cabo Frio, orla objeto de intervenção do INCRA, isto significa dizer que apenas 15,81% do total de posseiros é área.

Com relação ao atendimento a posseiros do Estado do Rio de Janeiro, esclarecemos que o maior contingente vem de Campos (53) seguindo-se São João da Barra (16) e Macaé(15), significando isto, que 44,68% do contingente oriundo do Estado do Rio de Janeiro é originário da Baixada dos Goitacazes.

Os demais provêm de outros Estados, principalmente do Espírito Santo, que concorre com o total de 18 famílias e até do exterior (Portugal) com 3 posseiros.

As glebas que sofrem maior influência de posseiros da Baixada dos Goitacazes são as A e B, talvez pela forte de sua vocação natural para a exploração animal. Dos 53 campistas encontrados, 29 estão na A e 17 na B; Com relação aos oriundos de São João da Barra, podemos fazer idênticas observações isto é, dos 16 entrevistados, 06 estão na A e 5 na B(Ver Quadro Resumo nº).

Ocorre no entanto, que os posseiros, apesar da infra-estrutura social existente na região, não residem na ocupação. Dos 248 entrevistados, 110 residem na posse 17 em Cabo Frio e 10 no loteamento Orla 500, limitrofe com a área expropriada e ainda mais,1 na sedA Administrativa da Agrisa. Isto significa que sºmente 44,35% têm morada efetiva na posse. Os demais residem nas proximidades ou em outros Municípios vizinhos, mantendo na ocupação caseiro, empregado ou simplesmente deixando-a abandonada.

Tomando-se por base a legislação pertinente à concessão de terras a agricultores, observa-se que dos 248 entrevistados, 122 ou seja 49,19% têm outra fonte de renda que não a agricultura (ver quadro nº I) dos quais 23 são aposentados, 7 são servidores públicos, 32 são comerciantes, 5 são industriais, 6 já se beneficiaram com terras do INCRA etc... Todas estas pessoas estarão impedidas de serem regularizadas ou carecem de um estudo jurídico mais cuidadoso.

Alimentamos suspeitas com relação aos posseiros oriundos da cidade de Campos, Macaé e São João da Barra de que sejam proprietários, simplesmente, detenham nos Municípios de origem outros imóveis rurais. Seria o caso de uma pesquisa mais aprofundada envolvendo a CR(07) e os Cartórios, mas ao mesmo tempo, nos perguntamos se toda esta despesa teria sentido. Talvez seja mais fácil e menos oneroso para o INCRA, transfe[illegible] a estes posseiros a tarefa de provar que não são proprietários de outros imóveis ou, em caso afirmativo, que estas fazendas estejam todas racionalmente exploradas, habilitando-o a uma nova oportunidade.

Com relação a ex-parceleiros do INCRA, observamos serem os mesmos velhos conhecidos desta Regional. O Sr. Levi Aprisio Botelho, por exemplo, segundo consta de processos em tramitação na CR(07), é possuidor de várias parcelas no ex-PIC de Macaé. Fomos, no entanto, encontrá-lo com três posses (lotes 12, 18A e 18B) na Gleba B. Outro exemplo é o do posseiro José Cordeiro, mais conhecido como "Zé-Florzinha", detentor de uma ocupação na Gleba A (lote 24) José Cordeiro foi, também, capataz da Fazenda Campos Novos e na documentação (Ficha de Cadastro) aplicada aos posseiros, aparece várias vezes como intermediário ou mesmo como vendedor da ocupação. Também consta que o Sr. José Cordeiro é, juntamente com Deo França ex-servidor do INCRA, responsável pela expulsão de várias famílias da área expropriada cujas terras, em seguida, transacionavam com outras pessoas. É evidente que não temos provas do assunto que aqui relatamos, todavia cansamos de escutar dos posseiros entrevistados estas e outras queixas. Os fatos aqui narrados são do conhecimento público.

Constatamos que 38 posseiros, atingiram idade igual ou superior a 60 anos, que seria um fator impeditivo, caso houvesse necessidade de se proceder a uma seleção. Do mesmo modo, registramos como pessoa jurídica 6 ocupações, das quais,uma pertence ao Estado (Escola) três à Municipalidade de Cabo Frio (duas escolas e um posto de saúde) e duas são Igrejas da Assembléia de Deus.

Ainda com relação aos posseiros, não nos foi possível manter contato com os responsáveis por [illegible] ocupações, visto estarem residindo em lugar incerto e ignorado.

RESUMO DAS GLEBAS A, B, C e D, CONFIGURANDO
A ORIGEM DOS POSSEIROS

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIOS DE ORIGEM	SIGLA ESTADO	GLEBAS				TOTAL
			A	B	C	D	
01	Araruama	RJ	-	05	04	-	09
02	Cabo Frio	RJ	01	10	20	09	40
03	Campos	RJ	29	17	06	01	53
04	Cambuci	RJ	-	03	-	-	03
05	Cons. da Macabu	RJ	-	01	-	-	01
06	Casimiro Abreu	RJ	01	01	02	-	04
07	Carlos Chagas	RJ	-	-	01	-	01
08	Caxias	RJ	-	01	01	-	02
09	Cordeiro	RJ	-	-	01	-	01
10	B.J.Itabapoana	RJ	01	-	-	-	01
11	Barra S.João	RJ	-	-	01	-	01
12	Itaverá	RJ	-	-	01	-	01
13	Itaperuna	RJ	-	01	02	-	03
14	Macaé	RJ	02	07	06	-	15
15	Natividade	RJ	-	-	01	-	01
16	Niteroi	RJ	-	01	-	01	02
17	Nova Iguaçu	RJ	-	-	01	-	01
18	Rio Bonito	RJ	-	01	-	-	01
19	Rio de Janeiro	RJ	01	02	05	-	08
20	São Fidelis	RJ	02	04	02	-	08
21	S.J.da Barra	RJ	06	05	05	-	16
22	S.J. de Meriti	RJ	01	-	-	-	01
23	Sto. Antonio de Pádua	RJ	-	-	01	-	01
24	S.Fco. de Paula	RJ	-	-	01	-	01
25	Sta. Maria Madalena	RJ	01	-	-	-	01
26	Alegre	ES	-	01	02	-	03
27	Apiacá	ES	-	-	01	-	01
28	C.Itapemirim	ES	-	01	01	-	02
29	Mimoso do Sul	ES	-	01	02	-	03
30	Presidente Kenedy	ES	-	02	-	-	02
31	Muniz Freire	ES	-	02	-	-	02
32	São José das Torres	ES	-	-	01	-	01
33	São Pedro do Itabapoana	ES	-	-	03	-	03
34	Mutum	MG	01	-	-	-	01
35	Japaratuba	SE	01	-	-	-	01
36	Iguatu	Ce	01	-	-	-	01
37	Lugar Incerto	-	-	01	03	08	12
38	Itaocara	RJ	-	01	-	-	01
39	S.Pedro D'Aldeia	RJ	-	04	05	-	09

QUADRO

RESUMO DAS GLEBAS A, B, C e D, CONFIGURANDO
A ORIGEM DOS POSSEIROS

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIOS DE ORIGEM	SIGLA ESTADO	GLEBAS				TOTAL
			A	B	C	D	
40	Maricá	RJ	-	01	-	-	01
41	São Gonçalo	RJ	-	01	-	-	01
42	Arapongas	MG	-	01	-	-	01
43	Belo Horizonte	MG	-	01	-	-	01
44	Leopoldina	MG	-	01	-	-	01
45	Natal	RN	-	01	-	-	01
+46	Portugal		-	03	-	-	03
47	Paraiba		-	01	-	-	01
+48	Pessoas Jurídicas		-	02	04	-	06
+49	Não Definido		-	01	02	-	03
+50	Fora da Área		-	03	-	-	03
51	Ourinhos	SP	-	-	01	-	01
52	Laranjal	MG	-	-	01	-	01
53	Vacaria	RS	-	-	01	-	01
54	Umbuzeiro	PB	-	-	01	-	01
55	Caiçara	PB	-	-	01	-	01
56	Cerro Pará	RN	-	-	01	-	01
57	Cabaceira	PB	-	-	01	-	01
58	Guqui	ES	-	-	-	01	

QUADRO II

RESUMO CONFIGURANDO O LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS POSSEIROS DAS GLEBAS A,B,C e D

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Na Posse	RJ	110
02	Cabo Frio	RJ	017
03	Orla 500	RJ	010
04	Rio de Janeiro	RJ	007
05	Campos	RJ	030
06	S.J.Meriti	RJ	001
07	Local Incerto	-	011
08	Agrisa	RJ	001
09	Araruama	RJ	002
10	Rio Bonito	RJ	001
11	Macaé	RJ	004
12	S.Pedro D'Aldeia	RJ	007
13	Rio das Ostras	RJ	002
14	Arraial do Cabo	RJ	001
15	Buzios	RJ	001
16	Pessoa Jurídica	-	006
17	Caxias	RJ	001
18	Niteroi	RJ	001
19	Guaçui	ES	001
	TOTAL		214

48,38% residem na posse reinediações

51,62% residem em outros locais

QUADRO III RESUMO CONFUGURANDO A ATIVIDADE PRINCIPAL DOS POSSEIROS DAS GLEBAS A,B,C e D

Nº	ATIVIDADES	QUANT. DE POSSEIROS P/GLEBA				TOTAIS
		A	B	C	D	
01	Comércio	03	13	13	03	32
02	Industria	01	-	04	-	05
03	Fazendeiro	05	-	01	-	06
04	Serv. Público	-	02	05	-	07
05	Advogado	01	-	-	-	01
06	Médico	-	01	01	-	02
07	Motorista	05	-	-	-	05
08	Mecânico	02	-	-	-	02
09	Tratorista	02	-	-	-	02
10	Cortador Cana	03	-	-	-	03
11	Ex. Parc. do INCRA	02	04	-	-	06
12	Aposentados INPS	01	06	06	03	16
13	Funrural	-	01	03	01	05
	Serv. Público	-	01	01	-	02
13	Parad. Incerto	-	-	07	-	07
14	Outras	-	09	12	-	21
	TOTAL	25	37	53	7	122

TOTAL 122

B - Educação

Nos pareceu estar a área de Campos Novos, convenientemente assistida no setor educacional se alguma coisa resta a ser feita parece-nos muito pouco.

Nome da Escola	Órgão Mantenedor	Nº de Salas	Nº de Turnos	Nº Alunos Matr.	Nº Alunos Vagas	Funcionários Prof.	Funcionários Adm.
Iça Nazareth de Souza	Estado	2	3	180	140	4	2
Amélia Ferreira	PM/C.Frio	2	3	140	100	6	1
*Araçá	Estado	-	-	-	-	-	2
Venda do Mato	PM/C.Frio	1	2	100	80	2	1
João Evang.dos Santos	PM/C.Frio	3	2	180	-	6	3

* Escola não está funcionando, falta de professoras

Os prédios escolares, com a excessão da escola "Venda do Mato, obedecem a uma padronização. São construídas em alvenaria, comrrevestimento interno e externo são dotados de sanitários, dispensas para guarda de merenda, cozinha dotadas de fogão a gás de butijão, e local coberto para refeitório ou outras atividades recreativas. São cobertas em duas águas ~~em~~ telhas francesas e têm o piso de cimento aspero.

No caso da escola de "Venda do Mato" a diferença reside no fato de não ter sido o prédio construído com aquela finalidade. Trata-se de uma doação feita pelo Sr. Manoel Ribeiro, próspero citricultor vizinho da área expropriada pelo INCRA (Gleba B).

Todas as escolas funcionam com o primeiro grau incompleto isto é, somente ensinam até a quarta série, após o que torna-se necessário a utilização de escolas situadas no Município de São Pedro D'Aldeia ou no Distrito de Barra de São João ou ainda na sede Municipal de Cabo Frio.

As escolas Francisca Nazareth de Souza e Amélia Ferreira estão situadas fora do perímetro expropriado ao longo da rodovia estadual RJ-106 Amaral Peixoto. Quanto as demais - Gleba B - Araçá e Venda do Mato, sendo que a primeira pode servir simultâneamente as Glebas A e B; Gleba C - João Evangelista de Souza tambem servindo a Gleba D.

Pelo levantamento, as crianças em idade escolar, residentes na área expropriada pelo INCRA vêm sendo assistidas pelas quatro escolas citadas da 1a. até a 4a. série do primeiro grau.

Com relação a população entrevistada, dividimo-na em dois grupos. No primeiro estarão os posseiros propriamente ditos isto é, os detentores da ocupação e no segundo estarão incluidos de maneira global, defendendo direitos dos posseiros, residentes ou não na ocupação, sócios, parceiros e empregados. Admitimos que esta venha a ser a imagem mais próxima da realidade, mesmo considerando a plantação da classe de assalariados e parceiros.

Nosso raciocinio tomou por base os quadros (V, VI e VII). Assim sendo, verificamos que dos 248 posseiros, 74 são analfabetos (29,83%); 110 sabem ler e escrever (44,35%); 28 estudaram (11,29%) e apenas 7 (2,82%) têm o curso superior. Trata-se portanto de uma população razoavelmente esclarecida, para o meio rural. Em condições de assimilar ensinamentos e a introdução de novas tecnologias. Mesmo a população analfabeta é receptivel interessada não só em aprender como em transmitir suas experiências.

Com relação ao segundo grupo, tivemos oportunidade de arrolar em nosso trabalho um universo correspondente a 946 pessoas, entre as quais, crianças e adultos. Assim é que temos com relação a esse universo o resultado seguinte, tomando-se por base o quadro VII; Analfabetos, 493 (52,11%). Sabem ler e escrever 262 (27,69%): Têm ou estão estudando até a 4a. série do 1º grau 152 (16,06%): Cursaram ou ainda estão fazendo a 5a. e 8a. série do 1º grau 26 (2,74%); Têm o primeiro grau completo 1 (0,10%); Está cursando o segundo grau 1 (0,10%) e tem o segundo grau completo tambem 1 (0,10%).

Como se observa o percentual de analfabetos é mais expressivo. Mais da metade do universo trabalhado carece do que é mais elementar (alfabetização). Uma outra faixa, tambem significativa, sabe ler e escrever, provavelmente o mínimo necessário (27,69%); Em última análise é esta a população que será trabalhada pelo INCRA e os Órgãos de Assistência Técnica.

A população está dividida, com relação a faixa etária em três grupos bastante homogeneos numericamente. De 0 à 08 anos temos 301 pessoas (31,81%); De 09 à 17 anos, temos 288 (30,44%) pessoas e de 18 a 69 o número de pessoas é de 357 (37,73%). Considerando que no campo o ingresso da mão-de-obra se faz aos nove anos verifica-se que 68% do universo trabalhado está envolvido nas atividades agrícolas ou geradoras de recursos destinados a manutenção da família. Daí, quem sabe, o fato de se haver registrado um percentual significativo de analfabetos.

Nossa preocupação consiste em procurar apresentar o material humano, com o qual o INCRA irá trabalhar, vislumbrando quando possível e por antecipação, a resposta que provavelmente a Autarquia irá receber em função dos investimentos que pretende fazer.

De um modo geral e para efeito de raciocinio, consideramos como mais provavel para a ocupação com estudos a faixa etária de 09 a 17 anos, neste caso constatamos um contingente de 288 jovens de ambos os sexos dos quais 158 estão estudando e 130 deixaram a escola e estão somente trabalhando.

Dos 158 estudantes, 131 frequentam as escolas já mencionadas e 27 procuram estabelecimentos nas proximidades mais comumente em Baixa de São João, distrito do Município de Casimiro de Abreu.

Antes de dar o assunto por encerrado, vale enfatizar da necessidade de se procurar o mais rápido possível, motivar o governo estadual no sentido de contratar professoras e deste modo reabrir a escola estadual de Araçá e quase seis meses fechada. As crianças ou estão superlotando a escola mais próxima, no caso a de Venda do Mato, assistida pelo Município de Cabo Frio, ou simplesmente abandonaram os estudos em face das distâncias e situações financeira do Pais.

Finalmente gostaríamos de abordar a necessidade de um estudo, por parte do MOBRAL objetivando suprir a Comunidade de ensinamentos básicos, como se viu, tão carente.

QUADRO VI — RESUMO CONFIGURANDO O LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS POSSEIROS

GLEBA: A (BOA VISTA ~~ANGELIM~~)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Na Posse	RJ	06
02	Lot "Orla 500"	RJ	10
03	Cabo Frio	RJ	01
04	Rio de Janeiro	RJ	03
05	Campos	RJ	26
06	S.João de Meriti	RJ	01
07	Local Incerto	-	02
	TOTAL		49

CEDIM

QUADRO VI — RESUMO CONFIGURANDO O LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS POSSEIROS

GLEBA: B (~~BOA VISTA~~ ANGELIM)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Na Posse	RJ	34
02	Cabo Frio	RJ	05
03	Comp. na Gleba A	RJ	03
04	Campos	RJ	02
05	Agrisa	RJ	01
06	Araruama	RJ	02
07	Rio Bonito	RJ	01
08	Macaé	RJ	03
09	Rio de Janeiro	RJ	01
10	São Pedro D'Aldeia	RJ	01
11	Rio das Ostras	RJ	01
12	Lugar Incerto	-	01
13	Pessoa Jurídica	-	02
	TOTAL		57

CEDIM

QUADRO VI — RESUMO CONFIGURANDO O LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS POSSEIROS

GLEBA: C (BOTAFOGO)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Na Pósse	RJ	61
02	Cabo Frio	RJ	09
03	Arraial do Cabo	RJ	01
04	Rio das Ostras	RJ	01
05	Rio de Janeiro	RJ	03
06	Buzios	RJ	01
07	S.Pedro D'Aldeia	RJ	06
08	Caxias	RJ	01
09	Lugar Incerto	-	08
10	Pessoa Juridica	-	04
11	Campos	RJ	01
12	Macaé	RJ	01
	TOTAL		97

CEDIM

19 8

QUADRO VI — RESUMO CONFIGURANDO O LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS POSSEIROS

GLEBA: D (RESTINGA)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Na Posse	RJ	12
02	Comp. na Gleba C	RJ	05
	TOTAL		17

CEDIM

QUADRO VII — RESUMO CONFIGURANDO A ORIGEM DO POSSEIRO

GLEBA: A (BOA VISTA)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	B.Jesus do Itabapoana	RJ	01
02	Cabo Frio	RJ	01
03	Casimiro de Abreu	RJ	01
04	Campos	RJ	29
05	Rio de Janeiro	RJ	01
06	Sta. Maria Madalena	RJ	01
07	São Fidelis	RJ	02
08	S.João da Barra	RJ	06
09	S.João de Meriti	RJ	01
10	Macaé	RJ	02
11	Mutum	MG	01
12	Iguatu	CE	01
13	Japacatuba	SE	01
14	Lugar incerto	-	01
	TOTAL	-	49

QUADRO VII — RESUMO CONFIGURANDO A ORIGEM DO POSSEIRO

GLEBA: B (ANGELIM)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Araruama	RJ	05
02	Cabo Frio	RJ	10
03	Caxias	RJ	01
04	Campos	RJ	17
05Ca	Cambuci	RJ	03
06	Casimiro de Abreu	RJ	01
07	C. do Macabu	RJ	01
08	Itaocara	RJ	01
09	S.João da Barra	RJ	05
10	São Fidelis	RJ	04
11	S.Pedro D'Aldeia	RJ	04
12	Itaperuna	RJ	01
13	Rio de Janeiro	RJ	02
14	Macaé	RJ	07
15	Maricá	RJ	01
16	Rio Bonito	RJ	01
17	São Gonçalo	RJ	01
18	Niteroi	RJ	01
19	Alegre	ES	01
20	C.Itapemirim	ES	01
21	Mimoso do Sul	ES	01
22	Muniz Freire	ES	02
23	Presidente Kennedy	ES	02
24	Arapongas	MG	01
25	Belo Horizonte	MG	01
26	Leopoldina	MG	01
27	Natal	RN	01
28	Portugal	-	03
29	Paraiba	PB	01
30	Lugar Incerto	-	03
31	Pessoa Jurídica	-	02
32	Fora da Área	-	03
33	Não Definido	-	01
	TOTAL		90

QUADRO VIII — RESUMO CONFIGURANDO A ORIGEM DO POSSEIRO

GLEBA: C (BOTAFOGO)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Cabo Frio	RJ	20
02	S.Pedro D'Aldeia	RJ	05
03	S.João da Barra	RJ	05
04	C.Chagas	RJ	01
05	Santo Antonio de Pádua	RJ	01
06	Macaé	RJ	06
07	Rio de Janeiro	RJ	05
08	Araruama	RJ	04
09	D.Caxias	RJ	01
10	N.Iguaçu	RJ	01
11	Cordeiro	RJ	01
12	Campos	RJ	06
13	Casimiro Abreu	RJ	02
14	Itaperuna	RJ	02
15	S.Fidelis	RJ	02
16	Barra de São João	RJ	01
17	Itaverá	RJ	01
18	Natividade	RJ	01
19	São Francisco de Paula	RJ	01
20	Apiacá	ES	01
21	Alegre	ES	02
22	S.J.das Torres	ES	01
23	S.P.do Itabapoana	ES	03
24	C.Itapemirim	ES	01
25	Mimoso do Sul	ES	02
26	Ourinhos	SP	01
27	Laranjal	MG	01
28	Vacaria	RS	01
29	Umbuzeiro	PB	01
30	Caiçara	PB	01
31	Cedro Pará	RN	01
	Local Incerto	-	08
33	Não definiu	-	02
34	Pessoa Jurídica	-	04
35C	Cabeceiras	PB	01
	TOTAL		97

QUADRO VII — RESUMO CONFIGURANDO A ORIGEM DO POSSEIRO

GLEBA: D (RESTINGA)

Nº	MUNICÍPIO	ESTADO	QUANTIDADE
01	Cabo Frio	RJ	09
02	Campos	RJ	01
03	Niteroi	RJ	01
04	Guaçui	ES	01
05	Computado na Gleba C	-	05
	TOTAL		17

- Comercialização

Dos 248 posseiros, 96 comercializam a produção junto ao intermediário (38,70%), 61 consomem a produção (24,59%), 55 fazem feira nos principais logradouros dos Municípios de Cabo Frio e São Pedro D'Aldeia' (22,17%); 22 industrializam a produção (mandioca); (8,87%); Apenas 6 encaminham-na para a Cooperativa (2,41%). Os demais ou negociam com o mercado (laranjas) ou com atacadistas (bananas e laranjas), estas situações, embora numericamente aparentem pouca representatividade, merecem a atenção, considerando o volume da produção negociada.

Como se observa, 1/4 dos posseiros consomem o que produzem, principalmente os residentes nas Glebas C e D, cujas características situam-se na faixa de transição entre rural e urbana.

Tambem verificamos que a ação do intermediário, a exemplo de outras áreas, é bastante significativa(38,70%).

Com relação a atuação da Cooperativa, destaca-se a de Laticinios de São Vicente, que tambem opera no setor de Crédito e Assistência Técnica. Observa-se neste particular, que 83,33% dos cooperados explorem ocupações na Gleba A(pecuária).

A venda da produção nas feiras livres ainda é um bom negócio, apesar de obrigar o posseiro a se ausentar frequentemente de sua ocupação . De certa forma, esses posseiros vão indo bem, estimulados pelo desafogo' financeiro, ao contrário portanto dos demais, excetuando-se os citricultores e pecuaristas.

- Crédito

O maior impecilio para obtenção de financiamento através das Agências Bancárias e a falta de dominio sobre as ocupações.

Quem obtem financiamento, tem via de regra outra propriedade, da qual se utiliza como garantia no empréstimo.

Dos 248 entrevistados, apenas 7 (2,82%) trabalham com empréstimos bancários, todos junto à agência do Banco do Brasil S/A de Araruama. Em sua maioria, são citricultores ou pecuaristas e trabalham com um volume de recursos bastante significativo.

Os quadros XVIII Resumo nº XIX e nº —— oferecem uma nítida imagem da situação

QUADRO XIX

RESUMO DAS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO E CRÉDITO NAS GLEBAS A,B,C e D

COMERCIALIZAÇÃO								
Interm.	Indust.	Merc.	Feira	Atacad.	Coop.	C.Próprio	Crédito	Observações
02	02	-	10	-	05	18	-	
[illegible]	12	08	27	01	-	05	07	B.Brasil S/A Araruama
45	08	-	18	-	01	28	-	
07	-	-	-	-	-	10	-	
96	22	08	55	01	06	61	07	

D) Saúde

A exemplo do que ocofre com a educação, a área de Campos Novos vêm sendo assistida convenientemente, dentro é claro das limitações orçamentárias da Municipalidade de Cabo Frio.

A equipe constatou a existência de três postos médicos, atendendo as quatros glebas, das quais apenas um se encontra dentro dos limites físicos da área expropriada.

Relação dos Postos Médicos

NOME DA UNIDADE	ÓRGÃO MANTENEDOR	ATENDIMENTO		
		MÉDICO	ODONTÓLOGO	ENFERMAGEM
Dr. Paulo Silva	PM. Cabo Frio	1	1	1*
Bernardo Ellas Barreto	PM. Cabo Frio	1	-	- **
Benigno A. Mello	PM. Cabo Frio	1	-	4

* Tem mais 1 servente e 1 auxiliar de odontólogo

** Tem mais 1 administrador, 1 auxiliar administrativo e 2 faxineiros

Os prédios construidos em alvenaria, revestida e pintada interna e externamente, dispõe de instalações sanitárias para ambos os sexos e outras dependências, inclusive sala destinada a pequenas intervenções, o que segundo os médicos entrevistados ainda não ocorreu. As instalações internas e externas são mantidas higienicamente havendo cisternas e caixas d'água para o fornecimento de água potável, obtida em poços manilhados.

É comum o fornecimento de medicamentos aos pacientes, via de regra, são os mesmos oriundos da CEME ou são amostras grátis trazidas pelos médicos. Não obstante, o que se evidenciou durante as entrevistas é que a população também recorre aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio e de São Pedro D'Aldeia, onde são atendidos por médicos e odontólogos, obtendo igualmente e na maioria das vezes o medicamento prescrito.

Com relação as doenças, ficamos cientes, que são comuns as veiculadas pela água, de um modo geral contaminada em sua origem (Quadro XI). Observa-se que a água ou vem de poço (existem 49 em todas as quatro glebas) ou são obtidas em córregos e canais ou finalmente vem de adutora (Juturnaíba). Nesta última hipótese, os interessados adquirem a água potável de residências existentes fora dos limites físicos da área expropriada e trazem-na em latões ou recipientes de plástico onde permanecem armazenada ou são lançadas em cisternas, o que é menos comum. Também encontramos quem armazene e use água oriunda das chuvas.

A coorrência de doenças parasitárias e de pele é muito comum, devido a promiscuidade e falta de hábitos higiênicos por parte da população, inclusive na confecção da alimentação. Assim, são comuns as gastro-enterites, conjuntivites e outras.

JUTURNAIBA

Com relação as doenças infecto-contagiosas, as crianças são as principais vítimas, sendo o sarampo a doença com mais vítimas, principalmente devido suas complicações.

Não existem fossas, na quase totalidade dos imóveis visitados. Tanto os dejectos como as águas servidas são lançadas ou em valas negras ou simplesmente no mato, favorecendo a propagação das doenças principalmente as parasitárias.

Encontramos uma população assistida pelo Sindicato, de modo que das 23 aposentadorias registradas 05 são pelo FUNRURAL e 16 pelo INPS que hoje oncorporou as atribuições do primeiro.

Acreditamos que o INCRA tem muita coisa a fazer na área de Campos Novos, no tocante a serviços sociais. Muitos dos problemas abordados neste item, deixarão de existir, tão logo se difunda na comunidade hábitos saudáveis de vida o que não será difícil mediante inicialmente a criação de um Centro Comunitário, responsável por campanhas educativas, envolvendo outras entidades existente no Município também interessadas na problemática.

E) Habitação

No Brasil há quem confunda pobreza com falta de higiene e conforto e bem estar com luxo. Assim é, que no meio rural, com raríssima excessões as residências nem sempre são dotadas das condições mínimas de habitabilidade. Muitaz vezes se gasta uma fortuna na construção de um estábulo e não se tem o mínimo de conforto em casa.

O que se verificou em Campos Novos, não está muito longe disso. Os quadros dão uma nítida imagem do que se registrou.

Resumidamente, podemos dividir o assunto em dois segmentos. No primeiro nos ocupamos das residências, destinadas ao posseito ou ao empregado, não importa, a diferença é pouca.

Registramos um total de 173 casas com residenciais das quais, 101 (58,38%) são construídas em alvenaria, com revestimento interno e externo, piso de cimento, cobertura de telhas francesas etc.; 41 são de estuque(pau-á-pique) e equivalem a 23,69%. Não se pode dizer que residam nestas casa apenas empregados ou agregados. Muitos posseiros, sem outra alternativa e por falta de recursos moram com a família em casas desse tipo, algumas tratadas higienicamente outras em péssimo estado de conservação e higiene. Finalmente 31 outras são construídas de materiais diversos(madeira, zinco, palha ou a combinação de todos os materiais citados), representam à 17,91%

Em construções rurais, enquadramos estábulos (8); pocilgas (30); galinheiros (33); aprisco(1) outros (43) entendendo-se como tal, depósitos, garagens, quartos destinados a guarda de instrumentos, poiós etc. Todos esse ano somadosrepresenta 115 imóveis e são de construções diversas, dependendo do poder aquisitivos do posseiro.

Com relação as doenças infecto-contagiosas, as crianças são as principais vítimas, sendo o sarampo a doença com mais vítimas, principalmente devido suas complicações.

Não existem fossas, na quase totalidade dos imóveis visitados. Tanto os dejectos como as águas servidas são lançadas ou em valas negras ou simplesmente no mato, favorecendo a propagação das doenças principalmente as parasitárias.

Encontramos uma população assistida pelo Sindicato, de modo que das 23 aposentadorias registradas 05 são pelo FUNRURAL e 16 pelo INPS que hoje oncorporou as atribuições do primeiro.

Acreditamos que o INCRA tem muita coisa a fazer na área de Campos Novos, no tocante a serviços sociais. Muitos dos problemas abordados neste item, deixarão de existir, tão logo se difunda na comunidade hábitos saudáveis de vida o que não será difícil mediante inicialmente a criação de um Centro Comunitário, responsável por campanhas educativas, envolvendo outras entidades existente no Município também interessadas na problemática.

E) Habitação

No Brasil há quem confunda pobreza com falta de higiene e conforto e bem estar com luxo. Assim é, que no meio rural, com raríssima excessões as residências nem sempre são dotadas das condições mínimas de habitabilidade. Muitaz vezes se gasta uma fortuna na construção de um estábulo e não se tem o mínimo de conforto em casa.

O que se verificou em Campos Novos, não está muito longe disso. Os quadros dão uma nítida imagem do que se registrou.

Resumidamente, podemos dividir o assunto em dois segmentos. No primeiro nos ocupamos das residências, destinadas ao posseito ou ao empregado, não importa, a diferença é pouca.

Registramos um total de 173 casas com residenciais das quais, 101 (58,38%) são construídas em alvenaria, com revestimento interno e externo, piso de cimento, cobertura de telhas francesas etc.; 41 são de estuque(pau-á-pique) e equivalem a 23,69%. Não se pode dizer que residam nestas casa apenas empregados ou agregados. Muitos posseiros, sem outra alternativa e por falta de recursos moram com a família em casas desse tipo, algumas tratadas higienicamente outras em péssimo estado de conservação e higiene. Finalmente 31 outras são construídas de materiais diversos(madeira, zinco, palha ou a combinação de todos os materiais citados), representam à 17,91%

Em construções rurais, enquadramos estábulos (8); pocilgas (30); galinheiros (33); aprisco(1) outros (43) entendendo-se como tal, depósitos, garagens, quartos destinados a guarda de instrumentos, poiós etc. Todos esse ano somadosrepresenta 115 imóveis e são de construções diversas, dependendo do poder aquisitivos do posseiro.

Desse modo, há pelo menos 173+115=288 imóveis residenciais e rurais nas glebas A,B,C e D, cujos croquis se encontram anexados aos respectivos laudos de vistoria, em sua maioria assinados pelos posseiros.

CEDIM

V - Promoção Agrária

A - Assistência Técnica

A Região de Cabo Frio, vem sendo assistida pela EMATER, que mantem escritório na sede Municipal de São Pedro D'Aldeia.

Como a EMATER basicamente trabalha apoiada ao fornecimento de crédito, sua atuação na área expropriada e nas circunvizinhas está de certo modo prejudicado, visto que a concessão do crédito é feita em contra partida a penhora de bens pertinentes aos agricultores.

Mesmo assim, sem estas garantias reais, muitos projetos vêm sendo conduzidos pela equipe Técnica da EMATER. Na área do INCRA, encontra-se localizado o Prêmio Produtividade Rural de 1984. Srs. Maria da Conceição - Laudo nº 07 - da Gleba' B.

Como vemos mais adiante, existem projetos em desenvolvimento na área e outras em vias de aprovação, tanto pot parte da EMATER como de Outros Órgãos (SUDEPE) Os projetos tanto podem envolver atividades de exploração animal como vegetal.

Embora o INCRA não atur neste campo, a espectativa gerada em função do Decreto expropriatório é muito grande. Aguarda-se não só a regularização das ocupações mas um trabalho mais amplo, juntos inclusive a outros Organismos Governamentais que muitas vezes atuam na Região sem no entanto uma coordenação que viabilize nos dois sentidos, agricultor/substituição e vice-versa as metas a serem atingidas.

Os quadros XII e XIII, dizem respeito a produção animal e vegetal e estão globalizadas nos quadros resumos e

QUADRO XII

RESUMO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL NAS GLEBAS A, B, C e D

NOME GLEBAS	BOVINOS UNIDADE LEITE	BOVINOS UNIDADE CORTE	SUINOS UNID.	AVES UNID.	OVINOS UNID.	CAPRINOS UNID.	OBS.
A	385	439	59	172	-	-	-
B	-	331	250	1513	-	6	-
C	17	51	113	733	-	24	-
D	20	143	13	34	-	2	-
TOTAL	422	964	435	2452	-	32	-

CEDIM

V- Promoção Agrária

A - Exploração Animal

A - 1 Grandes Animais

As glebas A, C e D e parte da B, devido suas pecualiaridades, como topografia, abundancia de agradar de certo modo algumas limitações, de ordem física, como dificuldade de drenagem, reunem condições adequadas para a exploração de gado bovino. O mesmo não se pode afirmar com relação ao restante da gleba B(parte norte) e a Gleba C.

Registramos a presença de 1.386 animais, 422 comprometidos com a produção leiteira e 964 com a produção de carne. Neste último item estão relacionados 105 cabeças destinadas a reprodução (reprodutores e matrizes).

O sistema de criação é o extensivo, limitando-se os cuidados saitários ao estritamente indispensável (uso de vacinas), acompanhamento zootécnico, assistência veterinária).

Com relação ao gado de leite, observa-se que dois ocupantes detêm a maior quantidade de animais, ambos tem mais posses na Gleba A e não residem no imóvel. Manoel Ribeiro de Almeida Sobrinho com 147 animais e José de Deus Ferreira de Freitas com 190 animais, ambos somam 337 animais dos 385 encontrados e registrados pela equipe da CR(07)' TP. Há outros criadores com menor número de animais, cuja produção leiteira se destina ao suprimento das necessidades das famílias residentes na periferia da ocupação ou mesmo se restringe ao consumo próprio.

No tocante a criação de matrizes e reprodutores, registramos um posseiro com essa atividade. Trata-se do Sr. Sergio de Oliveira Paes, com 105 animais da raça ' nelore.

Constatou-se há época, a existência de 859 animais destinados ao abate. Trata-se de uma atividade na qual são aproveitados na e engorda, animais sem outra ' aptidão(machos, femeas defeituosas, e gado de ração específicas, reconhecidamente aptos para o abate). Tambem neste particular, encontram-se envolvidos pouco posseiros e a maior concrentação foi registrada nas Glebas A, D e parte da B.

As rações mais comuns são a mestiça (euro-zebrina) holandeza e Gir para ' produção leiteira e mestiças (nos mais diversos graus de consanguinidade) destinadas ao abate. Como dissenos anteriormente, as matrizes e reprodutores, criados com esse objetivo são de raça nelore.

A.2 Animais de médio porte.

Neste item estarão envolvidos os criatórios de suino, o mais expressivo, caprinos e ovinos.

Encontramos suas ocupações em pocilgas bem feitas, higiênicas e animais' assistidos corretamente. Nas demais posses, as pocilgas variam de construções rústicas até as velhas mangueiras, sujas e infectas, ocupadas com animais doentes e sadios que disputam minguada quantidade de alimentos inadequados e já farmentados(azedo).

O número de suinos é de 435 e a maior concentração desses animais está registrada na Gleba B-250, seguindo-se a C, com 113. Destinam-se em sua maioria, a complementação da dieta alimentar da família de posseiro ou ao fornecimento de gordura(banha).

Outra criação é a de equinos, com total de 32 animais destinados ao fornecimento de leite principalmente para as crianças com problemas de saúde.

Via de regra, as crias macho, estão abatidas e consumidas pelos posseiros ou vendidas com o mesmo objetivo.

Na Gleba C registramos um ocupante com instalações apropriadas, visando a produção de leite e o fabrico de queijo.

A.3 - Animais de Pequeno Porte

Neste particular, a equipe registrou 2.452 aves entre galinhas, patos e perus, sem outro objetivo que não o de complementar a receita alimentar dos ocupantes, com carne ou ovos.

Não existem raças definidas, são misturas de várias raças (carne/ovos), de modo que fica impossivel se fazer qualquer prognóstico quanto a produção de ovos.

Na primeira etapa de nosso trabalho, até consignamos este fato, encontramos o rebanho avícola comprometido com problemas sanitários. Em algumas ocupações, o número de baixas era total. Levamos o assunto ao conhecimento dos Técnicos do Escritório Local da EMATER em São Pedro D'Aldeia, não ficamos contudo cientes aual foi a doença diagnosticada, o fato é que neste segundo turno já encontramos o plantel refeito e aparentemente sadio.

Na Gleba B, existe um criador que está envolvido com a criação de peixes (laudo nº 11) está no entanto aguardando uma definição do INCRA para continuar os entendimentos junto a EMATER/SUDEPE, pois pretende financiamento do Govêrno.

Também na Gleba C há outro posseiro que já tem construído um tanque para criação de rãs. Vive as mesmas espectativas do posseiro anteriormente descrito(laudo

b) Culturas Temporárias

De conformidade com o quadro XV , contata-se que 130,55 ha encontram-se comprometidos com lavoura branca. Esta área representa em percentual cerca de 0,040% de toda a superfície expropriada. O restante desta área está ocupada com pasto nativo raríssimas reservas, hoje já transformadas pela ação predatória em capoeirões.

As culturas de aipim, feijão e milho são exploradas em consorciamento com rara excessões, desse modo não se pode considerar como área total comprometida a soma das áreas cobertas com estas lavouras. Dificilmente o aipim (mandioca) é consumido "in natura" destina-se a industrialização (farinha de mandioca e beiju) feita de forma artesanal na própria área (Gleba C e B). A produção todavia, não e suficiente, daí terem os pequenos produtores necessidade de adquirir a matéria prima nas proximidades.

O plantio de abóbora é feito no mês de abril, aproveitando os posseiros do período de estiagem que na regra ocorre entre os meses de abril e setembro. Segundo informações a abóbora é plantada na Gleba A em área comprometida periodicamente com inundações e pelo que fomos informados, tem dado bom resultado tanto em produtividade como em termos econômicos.

Culturas permanentes

A principal é a citricultura (laranja, limão e tangerina) com 196.811 pés. A bem dizer a produção registrada concentra-se em mãos de três grandes citricultores, todos com as ocupações localizadas na parte norte da Gleba B.

De certo modo aconselhamos cautela no destino das áreas ocupadas com citrus. São ocupações muito bem exploradas, que empregam um contingente considerável de mão-de-obra assalariada, em sua maioria residentes nas ocupações, existindo ainda nestas posses expresivo número de construções destinadas as residências dos trabalhadores galpões de maquinária e outros.

O estado fito-sanitário das plantaçoes é bom e a produção destina-se ao mercado (CEASA) de grande Rio onde os posseiros possuem box.

Outra cultura merecedora de destaque é a banana(prata, d'água, figo) com 94.387 pés. A maioria desse bananal está localizado ao longo da linha divisória dos limites da Gleba A com o loteamento Orla 500. Outra Gleba com bastante concentração de bananeiras é a D. Também esta cultura vem sendo explorada com vistas a venda da produção no mercado e feitas livre.

Segundo consta, a área de Campos Novos já foi uma das maiores produtivas de mamão, no entanto, o mamoal entrou em decadência em virtude de doenças nos frutos. Mesmo assim, registramos área de 8.898 pés em sua maioria localizados na Gleba C.

Como outras culturas, estão englobados o abacate, abacaxi, coco, goiaba etc... que deixaram de ser alinhadas visto não terem expressão econômica para os ocupantes mesmo assim, registramos um total de 6.380 pés.

QUADRO XIII

RESUMO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL NAS GLEBAS A, B, C e D

	CULTURAS TEMPORÁRIAS Ha						CULTURAS PERMANENTES Pé				
	Abóbora	Aipim	Cana	Feijão	Milho	Outras	Banana	Citrus	Mamão	Outras	OBS.:
A	5,25	7,76	23,64	1	3,59	-	60.400	496	192	320	
B	1,82	30,51	6,48	7,97	14,75	-	27.556	174.964	6199	5445	
C	0,05	16,93	0,78	1,76	7,92	-	5.654	20.735	2507	546	
D	0,06	0,14	0,02	0,05	0,07	-	777	616	6	69	
TOTAL	7,18	55,34	30,92	10,78	26,33	-	94.387	196.811	8898	6380	

CEDIM

C - Associativismo

A comunidade está sendo assistida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio. No entanto, dada a proximidade tambem sofre a influência do congenere, situado na sede Municipal de São Pedro D'Aldeia. Não nos pafeceu, em nenhum momento, existir qualquer animosidade entre as duas entidades, muito embora a área de ação seja de Município de Cabo Frio.

A ação sindical não se restringe ao assessoramento jurídico(legislação patronal e agrária)é mais abrangente. Os Sindicatos mantêm Gabinetes-Médico-Odontológico, que superem alguma deficiência nestes setores. Também fornecem medicamentos aos associados e na época em que desenvolvia - mos nossos trabalhos tivemos oportunidade de participar de reunião juntamente com representantes da CR(07)) com vistas a implantação das bases de uma' futura cooperativa.

As áreas crescem de atividades recreativas e sociais, condicionando a população, principalmente do sexo masculino, a hábito de ingestão de bebida alcoólicas e jugos de azar. Tratando-se de uma comunidade, relativamente pobre, o problema se torna mais sério, a medida que os recursos destinados a alimentação da família são desviados para extravagância de conseqüências desagradáveis.

Por outro lado, sentimos que o elemento humano é facilmente trabalhado e está ávido em participar dos processos de desenvolvimento regional desde, é claro, estes processos tragam alguma mudança na estrutura atual,que eles próprios reconhecem não é boa e necessita ser substituída.

O levantamento feito pela equipe técnica registra que um percentual bem diminuto é sindicalizado e outra fração menor é cooperada.Assim,dos 248 ocupantes cadastrados apenas 12 (4,83%) se declararam sindicalizados e outros 6 (2,41%) são ocupados.

As duas Cooperativas indicadas, uma diz respeito aos plantadores de cana do município de Campos e outra se refere aos produtores de leite da São Vicente.

Acreditamos que exista maior número de posseiros envolvidos com o associativismo, os quais por razões que ignoramos não declinaram.

QUADRO XVI - RESUMO DA SITUAÇÃO DE ASSOCIATIVISMO NAS GLEBAS A,B,C e D

	ASSOCIATIVISMO		
	SINDICATO	COOPERATIVA	OUTRAS
A	2	5	1*
B	10	-	-
C	-	1	1**
D	-	-	-
TOTAL	12	6	2

*CRB

**Recreativa do Rio de Janeiro

Considerações Finais:

Em linhas gerais, acreditamos que o material constante do presente trabalho, concorra com a maioria dos indicadores necessários a uma tomada de posição pela Autarquia, em relação ao destino da área expropriada. Como já dissemos anteriormente, os quadros tomaram por base as informações contidas nos laudos de vistoria e formulários de identificação e classificação de parceleiros, aplicados pela equipe técnica na população de Campos Novos (área sob intervenção do INCRA) e esse material, caso seja necessário, encontra-se arquivado na CR(07)TP e estarão a disposição da Regional.

Tambem não fizemos comentários sobre as situações fundiária e viária, porquanto esse assunto é da competência da CR(07)TF e segundo sabemos será objeto de um relatório específico, por parte daquela Seção Técnica. As poucas informações que prestamos sobre essa matéria em nosso trabalho, prendeu-se a necessidade de melhor esclarecer os raciocinios adotados.

Conclusões:

1)A área expropriada pelo INCRA à Fazenda Campos Novos, encontra-se compromatida com problemas de inundações jurídicas em torno de 60 a 70%, o que não implica dizer ser impraticável sua utilização com agricultura, muito pelo contrário, há lavouras, cujo ciclo vegetativo, se bem observado, são perfeitamente adaptáveis a área. Não obstante existe ainda a possibilidade de recuperação, mediante a implantação de sistema de drenagem, neste particular, deve-se ter os acautelamentos indispensáveis a fim de que não tornemos inviável, em consequência dos elevados custos.

Os demais 30 ou 40%, são ocupados com lavouras, em sua maioria bem sucedidas, que garantem o sustento de uma significativa parte da população.

2)A Comunidade é receptível a qua.quer tipo de intervenção do INCRA, sendo as medidas neste sentido aguardadas com espectativa, mormente no que concerne a documentação da posse. A exemplo de outras áreas, tambem esta já começa a apresentar problemas ligados a especulação imobiliária, mormente quando o posseiro, vislumbra a possibilidade de não ser regularizado, por incidir em impedimentos legais. Neste caso, não há como se policiar e evitar essas negociatas, que via de regra são realizadas, a revelia do INCRA.

3)Detem essa Região, de uma infra-estrutura de serviços bem aparelhada, tanto no ponto de vista material como humano. Qualquer que venha a ser o destino da área, muito pouco ou nada caberá ao INCRA:

No Setor educação, apenas a Escola Estadual do Araçá necessita de professôras para o ser perfeito funcionamento, nas demais as providências deverão se limitar a contatos visto não ser o assunto de competência do INCRA.

A área de saúde e previdência social vem sendo bem conduzida pelas Autoridades Municipais e o que necessita para sua complementação os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos Municípios de Cabo Frio e São Pedro D'Aldeia cobrem.

Também a EMATER é atuante na área e mantem Escritório Local no Município do São Pedro D'Aldeia, havendo por sinal um entrosamento muito positivo com o INCRA.

4) É necessário que a CR(07) amplie a equipe local de apoio, em S.Pedro D'Aldeia, mormente agora, quando deverão ter ingresso algumas Áreas na Justiça. Porquanto só existe um técnico de nível médio, responsável ao mesmo tempo por atividades burocráticas e técnicas as quais, muitas vezes, requerem sua presença no escritório e no Campo ao mesmo tempo, o que é impraticável.

Também as Glebas, carecem de pessoal de campo, que policiem as atividades predatórias dos posseiros e impeçam, quando for o caso, o exercício dos especuladores de terras, caso contrário, nossas informações estarão comprometidas em parte, dentro de pouco tempo.

Temos que considerar ainda o desgaste que vem sofrendo o técnico designado para representar o INCRA na área, que sem esses elementos pouco ou nada pode fazer para manter a área inalterada.

Outros detalhes, por ventura omitidos em nosso relatório, poderão ser complementados por qualquer dos membros da equipe técnica da CR(07)TP

SEVERINO [illegible] DE [illegible] SILVA
Técnico Colonização NM 1012

RELATÓRIO DE VISITA ÀS ÁREAS DESAPROPRIADAS PELO INCRA NO MUNICÍPIO DE PARATI - 29 a 31/07/87

S U M Á R I O

1- OBJETIVO DA VIAGEM
2- FAZENDAS VISITADAS
3- HISTÓRICO
4- ASPECTOS FÍSICOS
5- ACESSO
6- FAZENDA SERRARIA
7- FAZENDA BARRA GRANDE
8- FAZENDA SÃO ROQUE
9- FAZENDA TAQUARI
9.1- FORMAS DE ORGANIZAÇÃO EM TAQUARI
10- OBSERVAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE "ATER"
11- CONCLUSÕES

CEDIM

1- OBJETIVO DA VIAGEM

A viagem teve por objetivo conhecer as áreas desapropriadas pelo INCRA no município de Parati, avaliando as condições que apresentam para receber novos extensionistas.

2- FAZENDAS VISITADAS

- Foram visitadas 04 fazendas: Serraria, Barra Grande, São Roque e Taquari. As quatro fazendas são contíguas. As visitas mais demoradas e nas quais se procurou apurar a observação foram realizadas em Barra Grande e Taquari, visto estarem apenas estas duas incluídas no Plano Operativo de 1987.
- Contou-se durante as visitas com o acompanhamento do técnico Josemar Costa de Oliveira, do INCRA, do Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parati, Sr. Valdevino Claúdio dos Remédios, e do representante dos sem-terra a serem assentados na Fazenda São Roque, Sr. Manoel Batista Carlo.
- Foram cedidos pelo Sr. Josemar diversos documentos e relatórios sobre as áreas em questão, muito úteis na elaboração deste relatório.

3- HISTÓRICO

Segundo o depoimento de alguns posseiros e o documento "Ações do INCRA em Parati", predominava no município a cultura do café e da cana-de-açúcar, que entraram em franca decadência com a abolição da escravatura.
Com o advento da Estrada Rio-Santos (BR-101), iniciou-se um período de forte especulação imobiliária, aumentando em muito o nº de conflitos pela terra e as tentativas de expulsão de posseiros.
A história das quatro fazendas é a mesma, pois tratava-se de um único proprietário. Há posseiros na área desde fins do século passado, e os que hoje lá estão são descendentes destes. Nesta época, os donos da fazenda nada cobravam, deixando que as famílias de posseiros(cerca de 100) plantassem e colhessem livremente.
Não há coincidência de nomes de donos entre o relatório do INCRA e o depoimento de posseiros; por exemplo, o nome de Alberto Maranhão saiu da boca dos posseiros como o dono da área por volta de 1930 e 1940; enquanto que o relatório do INCRA cita outros nomes que não foram ouvidos entre os posseiros. No entanto, ambas as histórias convergem a partir de 1949 quando a área foi vendida "aos Italianos" (grupo encabeçado pelo Sr. Giuseppe Cambarelli) venda feita, segundo os posseiros, pela viúva de um dos herdeiros de Alberto Maranhão. Por esta época, os posseiros já plantavam banana. No início, os Italianos não cobravam renda; depois começaram a cobrar 30%. Como a resistência era muita, os Italianos passaram a cobrar 20 e depois 10%. Como a resistência dos posseiros continuava, os Italianos acharam que seria mais lucrativo expulsar os posseiros, e isto começou a se dar a partir de 1972.

Em 1976, com ajuda arbitrária de um delegado de polícia, a viúva de Giuseppe Cambarelli, dona Dora Iole, percorreu casa por casa dos posseiros, obrigando-os a assinar contrato de parceria.

Dora Iole associa-se ao Coronel Casimiro Vieira, e a perseguição a posseiros aumenta. As ações de despejo começou a se dar em fins de 1980, quando a comunidade se dirige ao INCRA, dando-se a desapropriação a 04/10/83, e a imissão de posse a 19/04/85. Devido a este intervalo entre desapropriação e imissão de posse, houve algumas invasões por pessoas inaptas de acordo com o Estatuto da Terra(comerciantes, especuladores, etc...) mas que não chega a ser um número significativo.

4- ASPECTOS FÍSICOS

A proximidade das 04 fazendas permite descrever alguns aspectos gerais. As áreas desapropriadas iniciam-se a partir da BR-101, tendo, junto à rodovia, as várzeas, em maior quantidade, caso de Serraria, ou menor (caso de São Roque). Aos fundos está o Parque Nacional da Bocaina; sendo que o decreto desapropriatório de pelo menos duas delas, São Roqueeparticularmente Taquari, avançaram para dentro do Parque. Taquari tem, pelo menos, de 30 a 40% de sua área dentro do Parque.

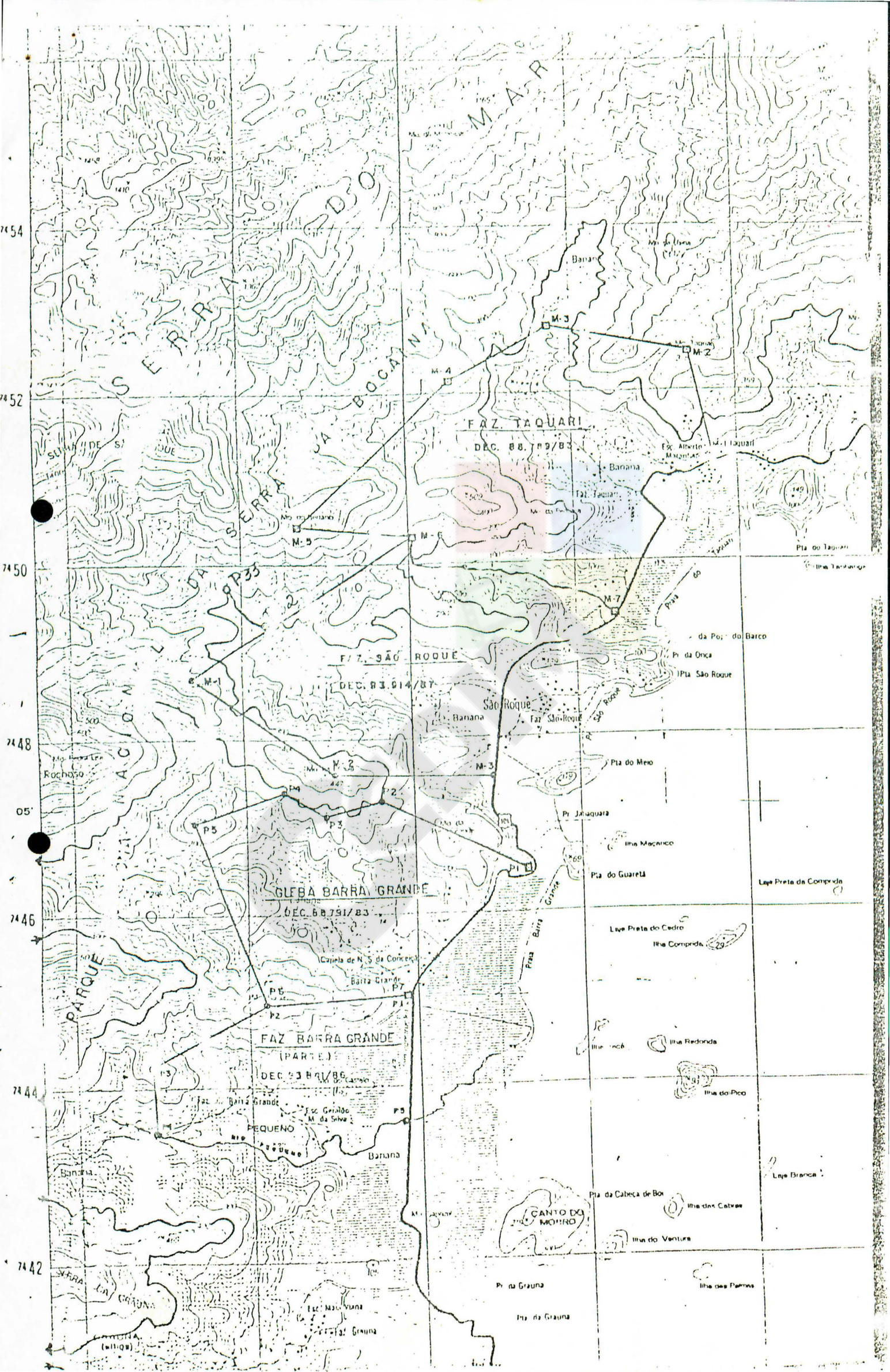
Segundo o "Relatório da Vistoria da Fazenda São Roque", feito por técnicos do INCRA em janeiro de 1986, o clima de Parati é quente e úmido, sem estação seca definida. O clima se modifica a partir da cota 300, e a partir daí, nos meses mais frios, a temperatura chega a médias inferiores a 18ºC. Os solos, nas partes altas, apresentam diversos afloramentos rochosos. Nas várzeas, a sua localização e os relatórios do INCRA sugerem forte sedimentação e consequente fertilidade.

A abundância de recursos naturais é algo que salta aos olhos de quem visita a área pela primeira vez. A fartura de cursos d'água, a riqueza de florestas e fauna, a proximidade do litoral com pescas fartas tanto de peixes como crustáceos, sugerem uma potencialidade imensa em termos de projetos alternativos de exploração agrícola, geração de energia, pequenas agroindústrias, etc... Paradoxalmente, a população muito pouco aproveita estes recursos com esta finalidade.

5- ACESSO

O acesso às áreas é feito pela BR-101. Para quem vem do Rio, as fazendas se localizam a 20-25 Km. antes de Parati.

As vias internas de acesso não são asfaltadas. As principais estão em razoável estado de conservação, sendo que a de Taquari apresenta a melhor situação. Mas à medida em que se vai embrenhando para dentro das fazendas, as estradas vão se tornando aclivosas e com diversos afloramentos rochosos. Alguns trechos, em condições secas, como a que nós encontramos, possibilitam boas condições de acesso, mas não se poderá dizer o mesmo em ocasiões chuvosas. Outros, pela aclividade e pelo excessivo afloramento rochoso, são de muito difícil acesso, necessitando de viaturas com motores potentes, tração pelo menos traseira serão nas 04 rodas e suspensão alta.



SERRA DO MAR
SERRA DA BOCAINA
FAZ. TAQUARI
DEC. 88.789/83
Banana
Faz. Taquari
Pta do Taquari
Ilha Tanhange
M-1
M-2
M-3
M-4
M-5
M-6
M-7
P33
FAZ. SÃO ROQUE
DEC. 83.914/87
São Roque
Faz. São Roque
Pta São Roque
Pta da Onça
Pta do Meio
Pr. Jabaquara
Ilha Macarico
Pta do Guaretá
Laje Preta da Comprida
Laje Preta do Cedro
Ilha Comprida
Praia Barra Grande
GLEBA BARRA GRANDE
DEC. 88.791/83
Capela de N. S. da Conceição
Barra Grande
P1
P2
P3
P4
P5
P6
P7
FAZ. BARRA GRANDE
(PARTE)
DEC. 93.841/86
Faz. Barra Grande
Esc. Geraldo M. da Silva
PEQUENO
Banana
Ilha Redonda
Ilha do Pico
Laje Branca
Pta da Cabeça de Boi
Ilha das Cabras
CANTO DO MORRO
Ilha do Ventura
Pr. da Grauna
Pta da Grauna
Ilha das Palmas
Esc. Mau Viana
Faz. Grauna
Rochoso
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO MAR
7454
7452
7450
7448
7446
7444
7442

6- FAZENDA SERRARIA

Tem 470 ha., atualmente com 18 posseiros podendo comportar até 40.
O INCRA ainda não está imitido na posse de Serraria, estando a área simplesmente desapropriada.
A fazenda está ocupada com gado, e é, das 4, a que apresenta maior potencial de diversificação de culturas, devido a ter uma grande parte de área plana.
A sua inclusão no Plano Operativo da EMATER depende da expedição do mandado de imissão de posse e comunicado do INCRA sobre tal expedição.

7- FAZENDA BARRA GRANDE

A fazenda Barra Grande, também conhecida como "Colônia", possue 595 ha., com uma população de 62 famílias, sendo que, pelo INCRA, só poderão ficar 56.
Nesta fazenda, próximo ao rumo com Serraria e à rodovia BR-101, foi construída uma "Agrovila" na qual residem alguns ocupantes de Barra Grande, aguardando o parcelamento definitivo da área, além de outros ocupantes que queriam terra apenas para moradia, possuíndo empregos na cidade.
A seleção dos beneficiados já está feita, faltando apenas o parcelamento da área e a retirada de alguns poucos ocupantes que não preenchem os requisitos do Estatuto da Terra.
Há ainda, beirando a rodovia, um galpão de aproximadamente 20 m.X5 m., necessitando de reparos, já de propriedade do INCRA. Está sendo discutido, entre os bananicultores de Parati e o Sindicato de Trabalhadores Rurais Local, a possibilidade de este galpão ser utilizado como sede de uma Associação de Bananicultores, cuja criação no município está em vias de se concretizar, com finalidades de comercialização. O técnico do INCRA, Sr. Josemar, acenou com a possibilidade de se criar um espaço neste galpão para estabelecimento de um posto avançado da EMATER.

8- FAZENDA SÃO ROQUE

Esta área não foi incluída no Plano Operativo de 87. A sua imissão de posse é recente e deve-se aguardar comunicado do INCRA para que seja incluída no Plano. No entanto, pela sua proximidade com as áreas beneficiadas pelo P.O. de 87, e pelo seu passado comum às outras fazendas, é inevitável o relacionamento do extensionista com São Roque.
São Roque tem 750 ha. e é, das 04 fazendas, a que apresenta menor porcentual de áreas planas. Com os conflitos ela foi esvaziada, restanto apenas 08 famílias no local, sendo que o INCRA pretende assentar o total de 40 famílias.
A seleção de beneficiários foi concluída algumas semanas após nossa visita. Foi feita proposta, por parte do INCRA, aos futuros assentados de São Roque, que explorassem coletivamente um dos bananais da fazenda enquanto o parcelamento da área não é concluído. Esta seria uma forma de fomentar a organização interna e de fazer com que os trabalhadores juntassem algum dinheiro para iniciarem a exploração de seus lotes. O bananal seria oferecido aos futuros assentados sob forma de concessão de uso por tempo limitado. Esta proposta parece que vem tendo boa aceitação.

9- FAZENDA TAQUARI

Tem 958 ha. e comporta 70 famílias, tendo hoje 62. A fazenda Taquari é, das 04 fazendas, a que possui, dentro de seus limites, maior porcentagem de terra do Parque Nacional da Bocaina.

O que há de mais peculiar nesta fazenda é a organização espacial da produção. Os posseiros de lá formam uma comunidade coesa que resistiu, ao longo de gerações, aos abusos e desmandos dos pretensos proprietários da terra, e acostumaram-se a cultivar o solo sem cercas ou marcas definidas. De fato, um único posseiro pode ter suas roças espalhadas por 02 a 05 pontos diferentes da fazenda, de acordo com a aptidão do solo. Alguns bananais, com o passar do tempo, entrelaçaram-se de forma que fica difícil definir o quê é de quem. Não há conflitos internos com esta situação, todos aprenderam a conviver com esta forma de dividir o espaço. No entanto, é necessário não confundir tal coisa com formas coletivas de trabalho ou sociedades. Muito ao contrário, os posseiros entrevistados fizeram questão de afirmar que "cada um sabe e respeita o que é seu" ou "ninguém mexe na roça do outro". No caso dos bananais entrelaçados, à dificuldade de definição de propriedade de Touceiras se contrapõe uma compensação de "troca" de cachos - "o vizinho pega um pouco de banana do lado de cá e eu pego um pouco do lado de lá". Apesar das aparências, o modo de produção é individual. Perguntando-se aos entrevistados sobre o que achavam do trabalho em mutirão, mostraram-se muito arredios, e usaram a velha justificativa:-"Uns trabalham mais, outros se encostam". O mesmo foi sentido quando se falou em mutirões itinerantes, que percorressem os diversos sítios:-"Eu vou trabalhar muito no sítio do outro, e no dia que o mutirão for no meu sítio, o outro vai mandar o garoto dele que trabalha menos do que eu..Não dá para contar com isso". Esta forma de localizar as roças suscita propostas de regularização que, se não são conflitantes, merecem ser estudadas com cuidado. A proposta do Sr. Josemar, técnico do INCRA, é de se regularizar a área do jeito que está, lavrando-se um termo de cessão de uso entre o INCRA e a Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Taquari, tratando a área como se fosse um grande "Condomínio". Parece ser esta a melhor proposta, visto ser difícil realizar um parcelamento da área com a situação atual(lembrar que a principal exploração é banana) e devido ao hábito adquirido durante gerações de não se fazer demarcações. No entanto, há alguns aspectos que deverão ser resolvidos: a) diferentes tamanhos de roça, que com o tempo poderão gerar desigualdades e/ou dominações; b) a preocupação do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais no sentido de aproveitar os "vazios" de Taquari para assentar os sem-terra que há dentro da própria fazenda (os netos dos atuais posseiros que já estão em idade de trabalho e constituíndo famílias), isto porque há alguns casos de gente que "segurou" posse com lavoura há tempos, mas que atualmente nada planta e nem mora no local (reside em Parati, Ubatuba-SP, etc.)

9.1 - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO EM TAQUARI

Existe uma Associação em Taquari, há 03 anos, mas quanto à sua legitimidade foram suscitas dúvidas. Ao entrevistar um posseiro, em sua casa, perguntei o que ele achava da Associação. Neste ponto houve discordância entre o Presidente do S.T.R. de Parati, Sr. Valdevino, e o técnico do INCRA, Sr. Josemar. O Presidente do Sindicato acusou a Associação de não ser legítima, enquanto o Sr. Josemar dizia ser ela bastante combativa, inclusive com uma proposta de exploração comunitária de 60 ha. envolvendo 20 famílias, e já tendo conseguido instalar em Taquari um campo experimental da PESAGRO sobre bananicultura. O posseiro, em cuja casa estávamos assistia à discussão dos dois sem nada comentar. Apesar de eu dirigir-lhe inúmeras perguntas sobre esta questão, ele nada dizia: coçava a cabeça, soltava monossílabos, olhava o teto. Indaguei se era sócio, e ele disse que não, mas quando quis saber por quê, voltou às atitudes de nítido desconforto e não respondeu. Solicitei que ele me dissesse quantos sócios a Associação tinha: coçou a cabeça, olhou para cima, olhou para o chão, e finalmente murmurou - "Acho que não tem ninguém". Quis saber como podia não haver ninguém, se a Associação (seguhdo informação do Sr. Josemar) era registrada. Ninguém respondeu. Não foi possível, devido à presença dos acompanhantes, apurar com certa aproximação o verdadeiro grau de penetração da Associação de Taquari.

Há grupos interessados em formar delegacias sindicais.

10- OBSERVAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE "ATER".

Conforme já citado, os aspectos naturais de Parati conferem um imenso leque de potencialidades de projetos integrados.

Quanto às culturas da região (basicamente banana prata, mandioca para farinha e cereais de subsistência), cabem dois dasafios: o primeiro, de incrementar as culturas já existentes, exploradas atualmente de forma bastante rústica e/ou extrativista; os bananais da região se encontram em geral bastante entouceirados, sujos e com alto grau de incidência broca (Cosmopolites sordidus). O segundo, de introduzir na região culturas de boa rentabilidade e que respeitem o ecossistema local, e neste sentido o INCRA tem propostas de introduzir pimenta do reino, palmito de toceira, urucum, cacau, etc. Note se que o extensionista vai esbarrar na resistência da população, tanto no que confere à melhoria das atuais culturas como na introdução de novas. Parece haver uma certa tradição extrativista, talvez favorecida por fatores como a abundância de recursos naturais ou o sistema de pagamento da banana, que ainda é feito por dúzias de cachos. (por exemplo, a dúzia de cachos é paga a Cz$ 360,00, sendo que cachos com 05 pencas ou menos valem a metade. Apenas um cacho de banana prata, em Triunfo (Sta. Maria Madalena), seria pago a no mínimo, Cz$ 75,00(Cz$5,00/Kg.), perfazendo Cz$ 900,00 por dúzia de cachos). Seria interessante no entanto, pesquisar mais a fundo e procurar as raízes desta aparente "indolência" paratiense para que não ocorram problemas de choque cultural. Há também que se apoiar, no caso da bananicultura, a criação

em curso da Associação de Bananicultores, a fim de resolver o problema de comercialização e mudar o sistema de pagamento para que seja efetuado por peso, estimulando assim a adoção de técnicas que aumentem a produtividade. Outra questão a ser tocada é o trabalho de elaboração do projeto para o PROCERA. Este é um trabalho que vai exigir do técnico muita disponibilidade para ouvir, esclarecer e debater com a comunidade os seus anseios, diagnosticar seus problemas e buscar soluções. É preciso proximidade, continuidade e confiança. Por ocasião de nossa visita a Taquari foi captada uma visível intranquilidade em relação a esta linha de crédito, provavelmente ocasionada por uma "diferença de linguagem" usada em uma reunião promovida pelo INCRA ocorrida alguns dias antes. A comunidade não havia compreendido o que era o PROCERA, entendendo-o como uma coisa vinda de cima para baixo, sem se aperceber do papel decisório que aí o trabalhador tem. O exemplo usado nesta reunião de ser possível uma compra comunitária de um trator foi entendido como "vai ser de fato comprado um trator e vocês vão pagar", e as pessoas entrevistadas alegavam não concordar com compra de trator. Estes pequenos incidentes mostram ser necessária a presença constante do extensionista para a elaboração do PROCERA, e que este deve procurar desenvolver sua sensibilidade para poder captar o que realmente foi ou não foi compreendido, a fim de prosseguir com outras etapas do processo.

11- CONCLUSÕES

O município de Parati, no que tange às áreas de Reforma Agrária, apresenta certa tranquilidade para o início dos trabalhos de ATER. Os problemas lá encontrados são os pertinentes ao trabalho de ATER e a presença do extensionista em muito ajudará a resolvê-los.

- Recomendo à Diretoria da EMATER que estude a possibilidade de se adquirir um veículo mais adequado às condições locais, conforme citado no ítem 05.
- Deverão ser travados contatos com o INCRA a fim de concretizar o estabelecimento do posto avançado da EMATER em Barra Grande(Colônia), conforme citado no ítem 07.

Niterói, 04 de Setembro de 1987.

Maria [illegible] do Rosa
Engenheira Agrônoma CREA 46.599-D
Responsável pelo Programa
de Reforma Agrária

RELATÓRIO DE TRABALHO

ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

EMATER-RIO - Escritório local de Paraty

Extensionista Social : Cyro Duarte Sobrinho

Período: 28.01 a 19.02.88

Ao iniciar o trabalho de extensão na EMATER-Paraty, no dia 28 de janeiro, apresentei-me ao prefeito da cidade, senhor Edson Didímo Lacerda. Conversamos longamente sobre / os projetos de assentamento de Barra Grande, São Roque e Taquari. Me falou sobre sua visão da Reforma Agrária e os problemas específicos de cada área. Sua influência é maior na área de Taquari, portanto, dando maior apoio a esta.

Conhecendo o Município e as áreas, criticou a posição do MIRAD com relação a escolha de alguns gratificados / com as APOs, alegando não serem trabalhadores rurais e sim pequenos comerciantes, atravessadores, etc, não tendo nenhuma ligação com a terra, fato este constatado por mim posteriormente.

No dia 29, me apresentei ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conhecendo seu presidente Valdevino Cláudio dos Remédios e toda a diretoria junto com o advogado Arthur. Este falou-me da história dos assentados e das verbas já conseguidas pelos mesmos.

Do dia 01 de fevereiro ao dia 19, realizei várias atividades tais como:

- Visitas preliminares a cada área de assentamento, marcando e realizando reuniões com cada uma especificamente, para identificar suas lideranças e os problemas mais imediatos;
- Discussão e posterior delimitação das áreas dos assentados de São Roque, juntamente com o Mirad;

- Cadastramento de todas as crianças em idade escolar, para posterior encaminhamento ao Núcleo de Educação local;
- Discussão com os professores de cada escola das áreas de assentamentos, sobre a pedagogia, prática didática e a metodologia do ensino;
- Discussão e planejamento de alguns investimentos, método de trabalho coletivo e individual, e a divisão social do trabalho, junto as mulheres de São Roque, devido a sua participação nos mutirões e a dificuldade em deixar as crianças;
- Início da elaboração do estatuto da Associação dos Produtores de São Roque;
- Discussão com o IBDF e a CPT local, devido alguns problemas surgidos, tais como:
  - influência nas áreas de assentamento (Coletivização pela CPT);
  - Demarcação de áreas de assentamento e áreas de preservação;
  - Formação de lideranças (Cursos elaborados pela CPT no local)
  - Discussão do Procera, Fomento e Habitação.

Logo após o carnaval, ou seja do dia 22.02 a 04.03.88, estive em Italva - Centro de Treinamento da EMATER - RIO.

Paraty, março de 1988.

Cyro Duarte Sobrinho
Extensionista Social I
EMATER - Paraty - RJ.

RELATÓRIO DE TRABALHO
ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

EMATER-RIO - Escritório local de Paraty
Extensionista Rural II : Osvaldo José de Oliveira
Período: 01 a 12.02.88

Dia	Atividades
01/02	.Apresentação no Esloc .Reconhecimento do município
02/02 a 05/02	.Excução de provas finais na UFRRJ
08/02	.(Contatos) visitas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty.
09/02	.Visita a Comunidade de Taquari, reconhecimento da situação da área; .Contatos com presidente associação dos produtores de Taquari.
10/02	.Execução de Prova na UFRRJ.
11/02	.Visita à Fazenda Barra Grande; .Apresentei-me ao senhor Orlando e senhor Afonso - " lideres na comunidade ".
12/02	.Atendimento no Esloc .Procura de residência no local.

Paraty, março de 1988.

Osvaldo José De Oliveira
Extensionista Rural II -EMATER-RIO
Escritório local de Paraty

RELATÓRIO DE TRABALHO

ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

EMATER-RIO - Escritório local de Paraty

Extensionista Rural I : Guilherme de Freitas E. Strauch

Período: 01 a 12.02.88

1ª Semana:

Chegada no EL/PT; participação na reunião da Associação dos Produtores de Barra Grande com o MIRAD, para resolver problemas de seleção dos beneficiários e demarcação dos lotes; a presentação à comunidade de Barra Grande. Elaboração de Laudo Pericial de Comprovação de Perdas, com o objetivo de cobertura pelo PROAGRO, para 4 (quatro) produtores locais de gengibre, participando da visita às áreas atingidas pela enchente do dia 02.02.88 e, fazendo contato com o gerente da agência local do Banco do Brasil (agente financeiro), com o ESREG-SUL para autorização quando da elaboração dos referidos laudos e, também, com o Técnico Agrícola do EL Angra dos Reis, que participou na vistoria das áreas. Visita à área de São Roque, mantendo contato com a equipe do MIRAD que estava demarcando lotes no local; apresentação à lideranças da área; visita à algumas famílias de assentados, tomando conhecimento inicial de alguns problemas da área. Apresentação ao Prefeito de Paraty.

2ª Semana:

Visita à area de Taquari com o presidente da Associação de Produtores de Taquari; reconhecimento inicial da área suas potencialidades e recursos naturais; ida à São Roque para colher amostras de solo da área de cultivo comunitário e, aprofundar contatos com o pessoal assentado; atividades no EL :conhecimento dos dados climatológicos da região; ida ao Prefeito para

solicitar um trator para limpeza da área de cultivo comunitário em São Roque; contato com alguns produtores locais; participação na reunião da Diretoria da Associação dos Produtores de São Roque com o representante da C.P.T. local e com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty, para debater elaboração do Estatuto da referida Associação, entre outros assuntos.

Paraty, março de 1988.

GUILHERME DE FREITAS E. STRAUCH
Engenheiro Agrônomo
CREA 56.344-D

CEDIM

LEVANTAMENTO DE DADOS DE PRODUÇÃO DO P.A. IMBURO

Informamos que 90% da produção esperada na safra deste período (abaixo discriminado), foi perdida devido as fortes chuvas ocorridas na região, no período de 01 à 07 de novembro, provocando inundação total da área com o transbordamento do rio Macaé, que se encontra bastante assoreado. Isto tem ocorrido por falta de um sistema de drenagem na área e redragagem do rio Macaé. Somente desta maneira poderemos oferecer melhores condições devido às famílias selecionadas para serem assentadas definitivamente no P.A. imburo.

1- * ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA

CULTURA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (ton)
. Banana	30	450
. Milho	38	82
. Feijão	32	32
. Aipim	25	300
. Abóbora	03	45
. Quiabo	05	75
. Cana-de-açucar	12	720

2-* PEQUENAS E GRANDES CRIAÇÕES INTRODUZIDAS

CRIAÇÕES	Nº DE CAB
. Bovinos	653
. Aves (caipira)	2.312

*Criações existente na área pelos ocupantes selecionados

3- VOLUME DE CRÉDITO APLICADO

. Convênio entre MINTER/SERSE/INCRA para organização comunitária no montante de CZ$ 210.000,00

4- PRODUÇÃO ARTESANAIS E CASEIRAS

Nada à informar

TECNOLOGIA INTRODUZIDA

. 80 Kg de milho sintético da PESAGRO-RIO/CAMPOS
. 400 Kg de feijão xodó
. 15 Ton de calcário
. 30 Kg de semente de quiabo
. 0,8 Kg de semente de jiló
. 0,5 Kg de semente de pimentão

6- PREVISÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS PARA/89

Devido a falta da rodragagem do Rio Macaé, limpeza do canal Gonipapoa construção da comporta do canal Sábia, limpeza das valas existentes a área não apresenta condições de cultivo, ficando difícil a previsão produtiva para 89, haja visto, que à área neste momento encontra-se inundada, ficando cerca de 60% desta maneira, até julho/89, o que inviabiliza em grandes parte o cultivo agrícola, fazendo-se necessário com urgência a realização de obras visando a drenagem da área do projeto, para maior segurança e condições de vida às famílias selecionadas ocupantes do projeto. Que vivem explorando á área com culturas de subsistências.

Carlos Alberto B.de Araújo
EMATER-RIO-MACAÉ.

MANIFESTO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO IMBURO - MACAÉ-RJ

O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DE MACAÉ, vem de públicos denunciar a situação de miséria das 140 famílias ocupantes do P.A. IMBURO, tal situação devido a falta de ação e compromisso do EX-MIRAD, hoje Ministério da Agricultura com a Reforma Agrária no País.

Os trabalhadores rurais, duramente golpeados por forças reacionárias na nova constituição, que causou um grande retrocesso na luta pela REFORMA AGRÁRIA continuam sua marcha pelo direito legítimo à terra, a liberdade e a vida.

Os trabalhadores ocupantes do IMBURO, exigem uma imediata ação dos governantes nas questões a seguir:

I - RETIRADA DOS GRILEIROS - 50% da área está ocupada por grileiros.

2 - DEMARCAÇÃO DOS LOTES - 90% dos trabalhadores ocupam pequenas faixas de terra.

3 - DRENAGEM DA ÁREA - A área encontra-se alagada sem condições de cultivo.

4 - ABERTURA DE ESTRADAS - O projeto não tem via de acesso.

5 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA E POSTO DE SAÚDE

6 - LIBERAÇÃO DO PROCERA

7 - MAPA DO LOTEAMENTO

PELA IMEDIATA APURAÇÃO E PUNIÇÃO DOS MANDANTES E ASSASSINOS DOS CRIMES COMETIDOS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS E SEUS ALIADOS.

REFORMA AGRÁRIA, JÁ !

MACAÉ, 15 de Fevereiro de 1989.

. STR de MACAÉ.

. COMISSÃO DO P.A. IMBURO.

1º RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA.

IMBURO

1- HISTÓRICO

O Projeto de Assentamento - IMBURO, possui 1.206,38 ha, pertencente a Gleba Imburo do Ex-Núcleo Colonial de Macaé, criado pelo Decreto 30.022 de 29.09.1951.

O INCRA (hoje MIRAD) cedeu a área do Imburo ao Ministério do Exército para fins de instalação de um Campo de Treinamento da Brigada de Paraquedistas do 1º Exército. (Resolução do Conselho Diretor do INCRA nº 17, de 22.09.75). Após 11 (onze) anos, por não houve mais interesse em manter a área cedida como treinamento, o órgão beneficiado estabeleceu contacto com o órgão cedente, procedendo-se o Distrato em 23.06.86 - Portaria / INCRA/P/Nº 389.

Esta área fica localizada no 2º Distrito do Município de Macaé " Cabiúnas ". Tem como via de acesso a Rodovia Federal BR - 101 ou Rodovia Amaral Peixoto - RJ 104, até o Centro urbano de Macaé, prosseguindo-se até o Aeroporto de Macaé, alcançando-se então a estrada vicinal de acesso as Glebas Mato Escuro, Ajuda e Imburo.

Na Gleba do Imburo no período que se encontrava cedida para o exército tinha mais de 40 famílias ocupantes, com a chegada de um novo comando local, resolveu espulsar as famílias ocupantes, tendo à frente o cabo Agildo, que já administrava a referida área e alugava pasto para criação de gado dos pecuaristas da região.

Quando a PETROBRÁS iniciou as obras do aquaduto, deu-se nova ocupação com mais de 50 famílias que foram imediatamente espulsos da área pelo cabo Agildo com apoio do comando do Exército de Macaé.

O Exército não tendo mais interesse na área e tomando conhecimento que o cabo Agildo estava dando entrada em cartório para registrar a área em seu

nome, passou a " tolerar " nova ocupação que se efetivava na área. Esta ocupação contou com a participação de mais de 260 pessoas, entre elas havia: fazendeiros da região, pequenos comerciantes, trabalhadores de outros ramos e trabalhadores rúrais.

Uma vez o exército livre do cabo Agildo, aparecera alguns sargentos tendo a frente um sub-tenente, que passou a perseguir na tentativa de espulsar alguns ocupantes de parte do Imburo. Com a denuncia encaminhada pelos trabalhadores perseguidos ao comando do exército no Rio de Janeiro, que imediatamente enviou o Cel. Bernardino para efetuar sindicância na área, resultando no remanejamento dos militares envolvidos na grilagem de terra.

Durante o período de conflito, ocorreram algumas mortes, que são atribuidos a luta pela posse da terra. O cabo Agildo, uma vez espulso da área, recorreu a Justiça, onde encontra-se em Juiso reivindicando 90 (noventa) alqueires do Imburo, como de sua propriedade. Em última audiência sobre o caso, o juiz deslocou-se até a Gleba para ver " Inloco " à área requerida. Por ocasião desta visita, se fez presente dirigentes do MIRAD com sua procuradoria Jurídica, que conseguiram neutralizar as reivindicações do cabo Agildo. Hoje o processo encontra-se despacho, acreditando-se que será para à esfera Federal.

Hoje o Imburo encontra-se com grande parte ocupadas por: comerciantes, fazendeiros, negociadores de lote, o que vem dificultando uma maior ação dos trabalhadores, ilhados em sua grande maioria em pequenas parcelas, insuficiente para sua sobrevivência, o que os faz, com que vendam diariamente sua força de trabalho aos grileiros e grandes criadores da região, produzindo desta maneira, uma relação de dependência e apatia as suas reais condições de vida no projeto.

A situação atual do Imburo, é de que a seleção, encontra-se em fase de conclusão com o seguinte quadro abaixo discriminado.

1- Nº total de ocupantes identificados pelo MIRAD - 191 ocupantes.

a) Aprovados: 34

b) Checagem: 72 (já aprovados mais 36)

c) Reprovados:72

d) Pararural: 04

e) Selecionar:02

f) Ocupantes ausentes: 05

g) Área vaga: 01

2- ORGANIZAÇÃO DOS OCUPANTES

As ocupações inicialmente deram-se de forma desordenada, sem a participação de qualquer tipo de entidade apoiando e organizando os ocupantes. Mais tarde, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macaé, assumiu a luta conjuntamente com os ocupantes, e por várias vezes deslocando-se à Delegacia Regional do MIRAD, para junto com os trabalhadores reivindicarem garantia da posse da terra.

Durante esse relacionamento Sindicato / Ocupantes, é que se deu um maior grau de organização dos ocupantes na área. Após essas reivindicações, sentiu-se um certo arrefecimento da luta por parte dos trabalhadores, que transferiram para o MIRAD a responsabilidade pelo atendimento de suas reivindicações, que são:

Seleção dos ocupantes e demarcação da área. Isto devido a convivência estabelecida no decorrer do processo de ocupação, entre os grileiros e trabalhadores rurais. Este fenômeno se deu ao nosso ver, devido:

1- A ocupação conjunta do Imburo por grileiros e trabalhadores.

2- Convivência e prestação de favores aos trabalhadores necessitados, sem condições de trabalharem à terra.

3- Falta de uma atuação mais rápida, por parte do órgão responsável pela Reforma Agrária - MIRAD.

4- As organizações sindicais carecem de um maior nível de organização, capaz de conduzir com eficácia os anseios dos trabalhadores.

3- PROCESSO PRODUTIVO

A área sendo uma grande várzea, possui sérios problemas de drenagem, o que facilitou para que hoje, seja quase que totalmente tomada por pasto, fazendo da pecuária a principal atividade econômica dos ocupantes. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores ocupantes, estão explorando na beira do rio Macaé algumas culturas como: banana, aipim, feijão, milho, abóbora e quiabo. Estas culturas tem sido a base da subsistência das famílias ocupantes.

Segundo estudos feitos pelo CNLCS / EMBRAPA e observações feitas por técnicos da EMATER e MIRAD, o solo da Gleba Imburo é de boa qualidade para o cultivo de olerícolas.

4- SAUDE / EDUCAÇÃO / HABITAÇÃO

4.1- SAÚDE: No Imburo não existe Posto de Saúde e nenhuma outra atividade ligada a área de saúde. As famílias dos ocupantes utilizam a rede de saúde da sede do Município.

4.2- EDUCAÇÃO: Não existe escola ou qualquer outra atividade educativa na área do projeto.

4.3- HABITAÇÃO: Devido a falta da demarcação dos lotes, os ocupantes não realizaram maiores investimentos. As residências são geralmente de alvenaria com 1 cômodo e a grande maioria mora na periferia da cidade de Macaé.

5- PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES OCUPANTES:

Em visitas individuais e reuniões realizadas no Projeto Imburo as principais reivindicações dos trabalhadores rurais são:

a) Seleção imediata dos trabalhadores rurais que ocupam o Imburo e tem direito à terra.

b) Imediata demarcação da área com participação dos trabalhadores selecionados.

c) Agilizar os trabalhos do D.N.O.S., na abertura do canal principal de drenagem.

d) Dragagem de parte do Rio Macaé.

e) Abertura de canais secundários e terciários, de forma que viabilise a exploração agrícola da área.

f) Abertura e conservação de estradas.

6- APLICAÇÃO DE RECURSOS EXISTENTE PARA O IMBURO

No momento encontramos dificuldades para discutir com maior profundidade com os trabalhadores ocupantes, a aplicação de recursos no Imburo. Devido a falta da conclusão da seleção e demarcação dos lotes, acompanhada da drenagem da área.

7- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMATER:

- Visita individual a maioria dos ocupantes pré-selecionados pelo MIRAD.
- Apoio ao Sindicato na organização dos trabalhadores rurais do Imburo.
- Participação ativa nas reuniões realizadas na comunidade pelo MIRAD, SINDICATO e FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS.
- Realização de reuniões para planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo Sindicato e trabalhadores do Imburo.
- Acompanhar o sindicato e os representantes da área, à reuniões no MIRAD.
- Elaboração de projeto para construção de uma sede comunitária no Imburo.
- Levantamento conjunto com os trabalhadores sobre necessidades que auxiliem na exploração agrícola. Atendendo à proposta de convênio entre MIRAD / LBA.

- Distribuição de 40Kg de semente fiscalizada de milho para 20 pequenos produtores do Imburo.
- Instalação de um campo de produção de semente de milho coletivo de 2 (dois) hectares com vista à atender demanda da comunidade, e buscar formas de desenvolver atividades coletivas na busca do fortalecimento da organização dos trabalhadores do Imburo.
- Assistência técnica às diversas culturas agrícolas exploradas na área.

Nas atividades desenvolvidas pela Emater no Imburo, queremos registrar participação ativa da equipe do Esloc de Macaé.

8 - INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

Acreditamos que a partir do encontro realizado no dia 9 e 10 de julho no MIRAD, estaremos viabilizando uma verdadeira integração no desenvolvimento das ações dos projetos de Reforma Agrária.

Resaltamos a colaboração da PESAGRO-RIO/CAMPOS, na doação de 80 Kg de semente de milho fiscalizado e a PESAGRO-RIO/MACAÉ, no preparo da área para a instalação de um campo de produção de semente de milho.

Macaé, 26 de junho de 1988.

CARLOS ALBERTO BERNARDO DE ARAUJO.
TÉC. AGRÍCOLA - EMATER-RIO/MACAÉ.

LAUDO REFERENTE À ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DE S. FRANCISCO

Atendendo solicitação verbal do Ilmº. Sr. Sub-Secretário de Assuntos Fundiários (Dr. Vicente), temos à informar que a Associação dos CAMPONESES DO SÃO FRANCISCO é formada por 36 (trinta e seis) famílias que ocupam uma área com aproximadamente 120 ha, situada entre o rio da Guarda e o Canal de São Francisco, na Estrada da Valinha, no bairro de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro - RJ. Desta área 80% está dividida em módulos que variam de 2,0 à 3,0 ha aproximadamente, segundo informações dos ocupantes, e, a utilização com objetivos de produção, de cada módulo, é, em média de 40%. A área possui solos hidromórficos e orgânico com franca aptidão agrícola. As necessidades de drenagem foram parcialmente supridas pela abertura de canais de drenagem pela SIAGRO-RIO, o que permitiu um maior aproveitamento da área. Atualmente são, as seguintes culturas existentes na área: aipim, quiabo, banana, cana, maracujá e, em menos quantidade feijão, jiló, mamão e olerícolas outras. O total da área cultivada é ± 30 ha permite atualmente a produção de 456 ton. de alimentos que poderão ser elevado para 1.200 ton. por ocasião da total utilização da área e da utilização de insumos, hoje não utilizados, visto a escassez de recursos da Comunidade para adquirí-los, assim como da utilização de implementos motomecanizados na preparo do solo.

Este somatório de ação permitirão um aumento substancial da produtividade e consequentemente da produção.

A EMATER-RIO preconiza, na Comunidade, técnicas de cultivo mínimo, adubação orgânica, Consorcio e outras práticas que fazem manter os índices de produtividades não muito distantes dos atualmente obtidos com uso de técnicas modernas, isto também graças à fertilidade natural do solo.

As trinta e seis famílias existentes são compostas de 101 adultos e 46 crianças.

JOSÉ PAULO DE SOUZA
EXTENSIONISTA RURAL
EMATER-RIO/C.GRANDE

Dr. Luiz Carlos
MÉDICO VET

/lcp.

Manuela.

"COMUNICADO URGENTE"

Pinheiral - Piraí - RJ - Julho/88

Com o nome da comunidade de Pinheiral veiculada nos meios de comunicação como televisão, jornais, etc,, sobre agricultores e problemas de terras, causando revolta e ansiedade, principalmente, nas pessoas comprometidas com os problemas humanos, sociais, culturais e econômicos de nosso País, esclarecemos o seguinte:

1º)-Comprovadamente as grandes áreas de terras de Pinheiral, pertencentes ao governo federal, a não ser em época remotas, tiveram uso adequado ou serviram para a produção de alimentos para a comercialização ou para matar a fome de milhares de brasileiros, que hoje carentes e ou miseravelmente abandonados, sobrevivem desgraçadamente neste País.

2º)-Estas áreas só foram ocupadas porque do contrário seriam de um ou meia dúzia de privilegiados ou protegidos, como era o caso do antigo grileiro, que sozinho dominava grande parte da área com extensas criações de gado.

3º)-Que embora ainda existam distorções e aproveitadores, a grnade maioria dos ocupantes dessas terras são pessoas carentes, trabalhadores e que, mesmo sem as condições mínimas de equipamentos para trabalhos agrícolas, conseguem com esforço sobre-humano produzir e assim dar a função social à terra.

4º)-Que já estávamos na terra, produzindo, antes mesmo deste acordo de comodato do Colégio Agrícola, mentirosamente justificando as terras como área de risco destinada a implantação de projetos perigosos como por exemplo teste de Agrotóxicos e área de preservação. Que incoerência, não é?

5º)-Que estamos lutando junto às autoridades, procurando apoio em todos os setores no sentido não só de ajudar as vítimas do desastrosodespejo, como também, legalmente procurar soluções justas e humanas para todos aqueles que realmente exploram a terra, produzindo alimentos, sua verdadeira função social.

6º)-Que embora responsáveis e sabedores da ação na justiça os diretores da UFF e Colégio Agrícola não notificaram oficialmente, como é lei, todos os posseiros em tempo hábil e legal.

7º)-Por que a população de Pinheiral nunca teve a oportunidade de ter

grande parte de seus filhos estudando, com todo o conforto e melhores perspertivas, num colégio que pertence à Universidade Federal e que com tanto dinheiro não abre outros cursos compatíveis com as reais necessidades da nossa terra?

8º)-Será que o aluno do Colégio Agrícola aceita pacivamente toda essa ilusão do ter apenas Colégio bonito, e em época de festas, e nenhuma aula realmente prática e participativa dos reais problemas agrícolas e sociais que certamente vão enfrentar na sua vida profissional?

9º)-Não seria mais lógico que nossos futuros Técnicos convivessem também com os agricultores e ali adquirissem experiências que os tornassem não só profissionais competentes e preparados, mais acima de tudo conscientes de suas funções e importância no difícil papel de produzir alimentos para milhões de brasileiros?

10º)-Que sabidamente o Colégio Agrícola de Pinheiral, apesar de a muito tempo possuir maquinário, técnicos e grandes extensões de terras, só produziu em épocas bastante remotas e que já há alguns anos compra diariamente produtos como feijão, arroz, hortaliças, etc., no comércio local. Não utilizam nem suas terras e ainda pegaram mais.

11º)-O que representa para Pinheiral, município de Piraí, e para o Brasil aquele elefante branco que é o prédio fantástico do ministério da agricultura, instalado e que nunca funcionou localizado em frente a vergonhosa lixeira de Pinheiral?

12º)-Que o Dr. Falcão, principal articulador da ação da polícia federal, ganha sem ter o que fazer é contra o progresso do próprio "Laboratório" que dirige, não tem nenhum interesse por Pinheiral e ainda se faz de vítima e se acovarda diante dos problemas. Que atitude mesquinha!

13º)-Que apesar dos pesares nossa comunidade possue uma consciência política e responsável pelos seus direitos e deveres.

14º)-Temos plena consciência de que nossas lutas são justas e que nosso objetivo é ter o direito de também produzir alimentos para nossas famílias e abastecer a população.

15º)-Que apesar dos esforços ainda existem muitos aproveitadores politiqueiros que tentam "vender" imagens em cima de nossas lutas.

16º)-Entendemos a importância do processo político como meio de solucionar os problemas da coletividade, temos em nosso meio pessoas de várias tendências, contudo enquanto entidade representativa de trabalhadores e agricultores, respeitaremos até o fim o legítimo direito de escolha de cada um, todavia sempre isentando institucionalmente as representações de qualquer compromisso com candidatos ou siglas partidárias.

17º)-Como cidadãos temos as nossas ideologias sim, porque queremos uma sociedade mais justa e participativa, contudo como, instituição jamais poderemos apoiar este ou aquele candidato ou partido.

18º)-Que sem nenhum compromisso assumido ou acordo, a não ser o de servir, A Prefeitura e a Câmara de Vereadores de Piraí tem dado o apoio necessário aqueles que produzem e lutam para que tenhamos alimentos e alternativas de comercialização da pequena produção, como é o caso da FEIRA RURAL DE PINHEIRAL.

19º)-Que a EMATER-RIO institucionalmente ou por comprometimento do funcionário com o Serviço de Extensão Rural, assume importância vital nos trabalhos desenvolvidos na comunidade, tanto no setor produtivo como no social.

20º)-Que instituições, entidades, autoridades políticas, etc., como as Entidades Religiosas (Igreja), a Comissão Pastoral da Terra - CPT-, a Associação dos Funcionários da EMATER-RIO - AFERJ -, a Central Única dos Trabalhadores - CUT -, e outros, apoiam nossas lutas por convicções ideológicas e não por compromissos visando benefícios individuais.

21º)-Não queremos ser bonecos manipulados, nem odiosamente discriminados, mais sim conscientemente respeitados também participar do difícil processo político, social e econômico de nosso município, do estado e do Brasil.

22º)-Que embora com todas essas considerações continuamos acreditando e agradecemos aquelas pessoas que sem demagogias e com trabalho sério apoiam e até nos assesoram nas lutas e soluções dos problemas que afligem toda a sociedade.

Por tudo isso, acreditando na liberdade de pensamentose palavras, lutando por uma sociedade mais justa e humana e na certeza de contar sempre com o apoio e compreenção da comunidade, despedimo-nos.

Atenciosamente.

COMISSÃO DA FEIRA RURAL DE PINHEIRAL

APAPI-ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE PINHEIRAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PIRAÍ

RELATÓRIO

Assunto: Diagnóstico da Área
P.A. Fazenda Alpina
Local : Santa Rita - 2º distrito de Teresópolis

Extensionista Rural : Maurício Bruno Latini
Extensionista Social: Márcia Valéria Marins de Brito

Área total do projeto:		1.103,20 ha
Gleba Engano	:	238,40 ha
Gleba Santana	:	622,80 ha
Gleba Thimóteo	:	242,00 ha

Famílias beneficiadas: 68 famílias receberam a Autorização Provisória de Ocupação (A.P.O.)

PROCERA : 53 famílias foram beneficiadas, cabendo a cada uma o valor de 250 OTN's.
OBS: Outras famílias, se desejarem, ainda podem conseguir o PROCERA

HISTÓRICO

A história da Fazenda Alpina é bem antiga, conforme relato do Sr. Jorge Pires de Carvalho, ex- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresópolis, em 30.12.85.

" A Fazenda Alpina era constituida de terras públicas que foram, no século passado, doadas pelo Governo à suiços que ali deveriam se radicar, tornando a terra produtiva' .

Como isso não aconteceu, as famílias de trabalhadores rurais deram continuidade ao trabalho de cultivo da terra".*

Através da conversa estabelecida com o Sr. Deodoro Raposo da Silva, tomamos conhecimento que ele já está morando no Arri eiro há 47 anos, desde o seu nascimento e que seu pai começou a desbravar e cultivar uma Gleba em Santana de Cima, por volta de 1922.

Ele e a esposa tiveram 13 filhos, dos quais os que ainda lá se encontram são Deodoro e Genenço, sendo que este último voltou para Alpina há 02 anos.

Em 1922, segundo o Sr. Deodoro, os suiços já não ocupavam a propriedade. Algum tempo depois, surgiu um Sr. conhecido como Edgard, que passou a cobrar arrendamento de todos que ocupavam as terras da fazenda.

Sucedeu ao Sr. Edgard, o Sr. Nelo Matioli e o Sr. Andrelino que além de cobrarem os arrendamentos, ainda passaram a vender as terras. Nelo Matioli faleceu em 1959.

A partir daí, não foi cobrado mais arrendamento, até 1979.

Muitos dos moradores foram ameaçados pelo Sr. Andrelino de que teriam suas casas e plantações destruidas e retiraram-se da fazenda.

No decorrer destes vinte anos de trégua, alguns dos descen dentes destas famílias retornaram à fazenda e também outros ele mentos que tomaram conhecimento da disponibilidade e potência da região.

A fase mais difícil para estes últimos ocupantes, ocorreu en tre 1979 à 1986, quando o Tenente Coronel do Exército, Paulo Ro berto Chaves Duarte, se dizendo dono das terras, tentou com o auxílio da polícia e violência, expulsar os trabalhadores, alguns residentes no local há mais de 30 anos.

Como a organização dos posseiros tornou-se mais combativa e os meios de comunicação passaram a colocar em pauta " REFORMA AGRÁRIA", o coronel sentindo-se ameaçado, percebeu que a área por tratar-se de latifúndio e zona de conflito, seria enquadrada entre as áreas priorizadas pelo MIRAD para a desapropriação.

Recorreu a justiça e conseguiu uma liminar expedida pelo então Juiz da 2a. Vara Cível, Dr. Celso Ferreira Filho, contra os posseiros.

Novamente o Coronel resolveu " limpar a área".

Houve espancamentos, barracos foram derrubados e plantações pisoteadas.

Em 25 de setembro de 1986, foi realizada em frente ao fórum, uma manifestação em pról da desapropriação, contando com aproximadamente 200 pessoas, STRT, FETAG, CUT, Movimento Conservacioniats de Teresópolis.

Após longas lutas e o acompanhamento realizado pela Comissão Agrária, desde a manifestação, os posseiros receberam no dia 28 de agosto de 1987 a Autorização Provisória de Ocupação.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Há uma diferença visível entre pessoas, que apesar de pais e avós terem sido lavradores, mantém total identidade com os hábitos e costumes da área urbana e outros que realmente identificam-se com a área rural. Estes " dois grupos" não confrontam se diretamente, porém a convivência diária faz com que os valores se choquem.

A Diretoria da Associação é considerada na comunidade como líder, pelo menos aparentemente; o que ao nosso ver ocorre devido a política centralizadora que a mesma pratica.

Esta, não divulga as informações, não consulta a comunidade em algumas decisões e atribui à diretoria as conquistas da Associação.

Em julho haverá eleição para a nova diretoria da Associação e, a atual, alega estas conquistas para desmobilizar a formação de novas chapas.

Existe um grupo que faz oposição, porém são desacreditados pelo restante da comunidade.

É bom ressaltar que nem a diretoria da Associação, nem as pessoas que participam do grupo de oposição são líderes tradicionais ou orgânicos. O que motiva-os é o controle das decisões; a centralização do poder.

Uma observação relevante a fazer, é que ainda não foi possível identificar líderes tradicionais ou orgânicos no coletivo / Fazenda Alpina.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresópolis é a única entidade de classe que atua no projeto. Fazenda Alpina.

Sua atuação é desde o início do processo de ocupação da área, voltada para o apoio na parte jurídica e acompanhamento das decisões das assembléias.

A própria diretoria da Associação diz não querer envolvimento com nenhum tipo de entidade de apoio ou movimento de classe? alega que estes só dificultam o processo.

Com relação ao MIRAD e EMATER-RIO, embos possuem respaldo do coletivo para realização de suas atividades.

Apesar das famílias terem interesses comuns, tais como luz, estradas e escolas, é de forma individualista: "- Eu preciso de uma escola, porque meu filho já vai fazer seis anos".

Há um grupo na Gleba Santana, que trabalha em conjunto e toma as resoluções após consultar todos os membros.

Esta é uma atitude que procuraremos valorizar.

PROCESSO PRODUTIVO E COMERCIALIZAÇÃO

Temos observado que de maneira geral, com raras exceções, o processo produtivo é individual e empírico, onde práticas conservacionistas não são usadas.

Quanto a comercialização, os meios utilizados são os comuns, ineficientes e tradicionais, onde estão inseridos o atravessador e preços defasados que vem dificultar o sucesso dos trabalhadores rurais, sejam ou não do Projeto Reforma Agrária.

As alternativas existem e estão sendo buscadas.

Iniciam-se com a organização comunitária, complementando-se com mercados alternativos e compras coletivas de insumos, mas, percebemos que outros obstáculos só serão ultrapassados / com a aliança dos órgãos envolvidos e a vontade firme de garantir os meios para que a produção não venha a ser interrompida pelas circustâncias ora vigentes, que avolumam os conflitos pela terra e contribuem para o êxodo rural.

Teresópolis, 29/06/88

Manoel Bruno Ladini
Técnico em Agropecuária
CREA - [illegible]
EMATER Rio - Teresópolis

Márcia Valéria M. de Brito
Márcia Valéria M. de Brito
Extensionista Social
EMATER-Rio - Teresópolis

FAZENDA ALPINA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Com o recebimento do veiculo, pudemos aumentar os contatos com os posseiros, coletar informações e sentir de perto a realidade de cada familia. Através deste trabalho estamos fazendo um levantamento de como está a comunidade e montando o plano de atividades.

Existem alguns problemas que são prementes e a comunidade está coesa na busca de soluções apesar de algumas divergências que consideramos naturais.

No momento a dificuldade maior tem sido as estradas internas, que em alguns trechos são quase intransitáveis ou totalmente. Nos dias de chuvas fica impraticável pois quem produz muitas vezes precisa carregar sua mercadoria nas costas até onde um veiculo possa transportar.

Há outras dificuldades que já foram debatidas tais como: falta do posto de saúde, eletrificação, necessidade de construção de uma escola em Santana, para que as 25 crianças desta área possam estudar sem precisarem andar 03 horas por dia.

Em reunião realizada em 14/03/88, a comunidade por votação designou a verba de fomento oferecida pela EMBRATER para melhoria das estradas.

Reforçando o pedido da Associação dos Moradores e Amigos da Fazenda Alpina, relativo a eletrificação, conseguimos junto ao Diretor da CERJ, que dois técnicos fossem ao local fazer o levantamento e o projeto da rede, bem como seu custo. Sabemos que este é apenas o primeiro passo, e temos dito frequentemente aos posseiros para que não se iludam e se mobilizem na conquista de seus objetivos.

Até o momento a receptividade dos posseiros tem sido a melhor possível, temos conversado muito quando os visita-

mos, deixando bem claro o nosso propósito de trabalho e a perição de seriedade aos casos exóticos existentes, mostrando que não vamos compactuar com distorções.

Tenho observado nas visitas as características principais tanto das famílias quanto das propriedades visando a sua adequação de acordo com a potencialidade

Existem poucos agricultores bons, muitos com boa vontade, e uns trinta por cento indefinidos. As propriedades de forma geral, são constituídas de boas terras, quase todas com declive acentuado, com abundância em recursos hídricos e bom potêncial para irrigação.

Minha atenção tem se voltado muito para a necessidade de que as terras sejam preservadas, principalmente contra a queimada e a erosão pois isso vem ocorrendo, sempre que surge oportunidade falo sobre o risco que são decorrentes dos tais fatores e das consequências. Não tenho sido satisfatório o resultado pois o tempo tem sido escasso para estarmos sempre em contato com todas as famílias e temos que tratar de muitos assuntos simultaneamente.

Recebemos um convite para fazermos uma horta na escola da comunidade. Achamos ótima a oportunidade de trabalharmos com as crianças e, estamos providênciando o necessário para iniciarmos.

Estive conversando com alguns posseiros sobre a semana do fazendeiro em Viçosa que ocorre no mês de agosto e alguns estão interessados em participar. Se eu conseguir autorização pretendo organizar um grupo e ir.

Algumas questões!?

O que sentimos logo que começamos a conversar com os posseiros foi uma falta de informação quanto ao nosso trabalho e o PROCERA. Pensavam que seríamos fiscais implacáveis que não lhes daríamos sossego; que só poderiam plantar cenoura, beterraba, repolho e alface se pegassem o PROCERA. Já esclarecemos que isso não é verdade pois depende da característica da terra e da vontade de cada um e, que poderíamos contar com nosso apoio se julgassem necessário; que não poderi-

em ter criações; que não poderiam ter culturas permanentes tais como: café, banana e fruteiras de modo geral. Tenho entendido que desde que não se plante muito proximo ao rumo não há problema, pois segundo o INCRA na época de demarcação as propriedades sofrerão algumas correções mais cada um ficará basicamente no pedaço que lhe foi designado. Já estou providênciando sementes para produzirmos 20.000 mudas de café a pedido de diversos posseiros.

Outra dúvida é quanto as construções. Temos sido indagados por muitos que dizem que o Sr. Sato pediu para não fazerem construções de tijolos, alguns que já haviam começado param, outros estão com material e precisando construir O que devo dizer?

Estou precisando de material sobre fruteiras que possam ser cultivadas aqui como: caqui goiaba e citrus. Se você tiver informações de onde poderemos conseguir mudas, principalmente se forem gratuitas avise-me pois poderíamos plantá-las inicialmente em caráter experimental e futuramente como alternativa econômica.

Sem mais para o momento saudações.

Teresópolis 26/03/80

MAURICIO BRUNO LATINI

Emater diversifica trabalho e atende interior

TERESÓPOLIS JORNAL SÁBADO, 02/07/1988

Orientações sobre métodos para criação de animais e plantação; educação alimentar, a saúde e a organização comunitária; execução de projetos da Reforma Agrária são três das atividades estruturais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-Emater, ligada à Secretaria Estadual de Agricultura.

Os próprios técnicos de cada setor mostram em entrevistas separadas como têm sido os andamentos dos seus trabalhos na zona rural e transmitem nitidamente a idéia de que o presente é muito fértil para os planos dos produtores e o futuro elevadamente promissor, com possibilidades para grandes realizações. O clima e o solo de Teresópolis são considerados "bons" para a agricultura, e juntos ao processo de mecanização dos meios de trabalho, abertura e manutenção de estradas, oferecem boa margem de tranquilidade para os investimentos.

Por sua vez, a Emater aparece como uma auxiliar técnica para apoiar e assistir aos produtores.



Maurício e Márcia trabalham no assentamento de famílias na Fazenda Alpina, única área beneficiada com a Reforma Agrária. (F: Adir)

FAZENDA ALPINA: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Na Fazenda Alpina, em Santa Rita, 67 famílias já receberam os títulos das terras que ocupam há anos. Agora, têm orientação técnica, social e agropecuária fornecida pela Emater. Esse trabalho vem sendo realizado há dois meses pelo técnico agrícola, Maurício Bruno Latini, e pela extensionista social, Márcia Valéria Marins de Brito.

Márcia Valéria disse que o Projeto Alpina faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. No momento, os dois encontram-se em fase de pré-serviço e já realizaram um treinamento em Italva, no norte fluminense. Já Maurício fica a cargo da organização do pessoal e da produção. Márcia e Maurício já sentiram quais são os principais problemas da Fazenda Alpina:

— As principais necessidades são a melhoria das estradas, que estão péssimas, o que prejudica o acesso e o escoamento da produção; a distância da escola em relação ao local onde moram as famílias. Os alunos têm que andar quase duas horas para virem até aqui, ou então vão à escola da Posse. Há falta de posto médico. Estamos aguardando liberação de verba por parte do Mirad.

HISTÓRIA

A área da desapropriação é de 1.103 hectares. Antes, há muitos anos, essa terra era ocupada por posseiros e um coronel que se entitulava dono da área que, na realidade, era do Governo Federal. Em 85, com o começo da Reforma Agrária, o coronel lutou para tirar todos os posseiros até que, no ano seguinte, fizeram uma grande passeata e o Incra acabou desapropriando. São 67 famílias com títulos de posse por cinco anos.

Agora, haverá uma avaliação do uso feito da terra para, então, receberem o título de propriedade em definitivo. A potencialidade do assentamento é de 100 famílias.

Márcia Valéria tem como função organizar os grupos, tratar do desenvolvimento da associação, cuidar da inserção da mulher no trabalho, da educação popular, do trabalho das crianças e explicar a história da luta pela terra e o significado da autorização desta para o futuro:

— Estou sentindo neles uma ótima receptividade, nenhuma desconfiança. Estão participando bem das reuniões e a associação tem uma atuação boa na área. A mulher participa pouco mas é uma questão de costume. Na verdade, quem tem que cuidar dos filhos não pode andar três ou quatro horas, ida e volta.

A Fazenda Alpina já foi um grande centro de produção de Teresópolis. Hoje, essa produção está voltando com as plantações de cenoura, beterraba, vagem, brócolis e milho. Estão para receber um caminhão que facilitará a comercialização e a Apherj está em busca de uma **pedra** no Ceasa do Rio.

Maurício Bruno, Técnico Agrícola da Emater, está elaborando um plano agrícola e dá acompanhamento à utilização do recurso do Procera, que é o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, formado pelos órgãos Incra, Ministério da Agricultura, Mirad e BNDES. O empréstimo é pago em oito anos, dos quais três são carência. O pagamento dos cinco anos restantes é feito em parcelas a cada seis meses, com juros de três porcento ao ano e 35 porcento da variação da OTN:

— Minha parte também é orientá-los para o uso do solo, a análise do sólo, conservação da reserva florestal, incremento da olericultura. Oriento- os também a procurarem o Acácio, da Cerj, para resolverem o problema da eletrificação rural.

Os problemas maiores são de transportes. Em casos de doenças, acidentes primários, crianças que se cortam não conseguem acesso fácil aos hospitais, pois só dispõem de dois horários de ônibus, ida e volta. À época da reportagem, os técnicos da Emater tiveram que dar transporte a uma senhora, cujo filho havia cortado o pé profundamente, até o Hospital das Clínicas.

INCENTIVO A PRODUÇÃO CASEIRA

A parte de serviço social da Emater fica por conta de Natália Pereira e subdivide-se em três setores básicos: a educação alimentar, a saúde e a organização comunitária. O trabalho é educativo e visa ajudar as famílias no bem estar em Teresópolis.

Na educação alimentar, disse que tenta orientar as famílias para um melhor aproveitamento do que produzem. Os produtores se "saturam de tanto ver o verde e os esquecem para trocá-lo pelo pão com mortadela":

— É necessário incentivar as pessoas a fazerem as próprias hortas domésticas, porque nem sempre em uma produção há tudo aquilo que eles necessitam. Incentivamos, também, para a criação de pequenos animais como coelhos e galinhas, mas não dão muito valor. Também um pomar ao redor da casa, mas alegam que não podem, pois o terreno é pequeno.

Esses incentivos são feitos através de cursos e palestras. Quanto aos cursos, são referentes à indústria caseira. A idéia é transformar o que foi produzido.

Na área da saúde, Natália lembrou que não é missão da Emater, mas os produtores são orientados para o saneamento básico, tipos de fossa, tratamento da água, fervura e combate à verminose. Natália disse que há um engano grande por parte dos produtores, pois acreditam que a água das fontes é limpa:

— Em Venda Nova, a água é péssima. Ela vem

piscina, cuja água cai nesse depósito.

A extensionista social da Emater mostra também a falta de cuidado de se lavar as mãos, os alimentos e de se proteger os pés. Natália lembrou que enquanto não houver fossas, águas tratadas e pessoas vestindo-se decentemente, sempre haverá verminose.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O objetivo principal desse trabalho é motivar as pessoas para que



Natália - trabalha para melhorar a qualidade de vida. (Foto: Adir Ramos)



Jorge, Veterinário, faz um trabalho a longo prazo. (Foto: Adir Ramos)

se agrupem visando melhor obtenção de propósitos. Mas há uma dificuldade para Natália: os produtores e as famílias passam o dia todo na roça e querem que as palestras sejam à noite, fato que, por norma da Emater, não deve ser realizado: "Em Santa Rosa há um grupo de jovens que se reúnem todos os dias. Há pouco fizeram um torneio esportivo com pessoas de Bonsucesso e Córrego Sujo. Teve pescaria, baile, **shows**. São 23 jovens liderados por Sandro Dias".

Os grupos de senhoras são mais difíceis de se ver e de se reunir. Um outro incentivo são os cursos de trabalhos manuais, aproveitamento de fibras, bambú e pintura em tecido. Para os

rapazes, a orientação é mais individual. A mesma orientação que eles recebem é dada a seus pais, sempre através de cursos e palestras.

A VEZ DOS ANIMAIS NA SERRA

Jorge Luiz de Barros é o veterinário da Emater. Está começando seu trabalho em Teresópolis, com visitas de apresentação aos produtores para um serviço que estipulou de longo prazo, pois é necessário ganhar a confiança de cada um. Ele visita as propriedades e faz demonstrações em métodos grupais.

Entre elas as de formação de pastagem, alimentação, mineralização (dar mais sal ao gado, com farinha de ossos e cálcio) e de alimentação pré e pós-parto. Jorge Luiz revelou que o último censo realizado em 80 mostrava um total de 10.236 cabeças de bovinos, 2.979 de suínos e 210 caprinos, no município:

— A bovinocultura em Teresópolis é, em sua maior parte, para corte. O desenvolvimento dos bovinos para leite está parado, devido a topografia, já que o boi gasta mais energia nestes

para leite. A criação de suínos em Teresópolis ainda é, em sua maior parte, rústica.

No caso da bovinocultura para leite, o problema está em que os produtores não têm onde vender e mandam para Sapucaia a produção de leite B. Há um trabalho de estimulação junto à comunidade, para a agro-indústria ou micro-empresa. Outro trabalho importante desenvolvido por Jorge Luiz é a vacinação contra a febre aftosa, a raiva e o carbúnculo sintomático (mangueira), doenças que devem ser evitadas por serem fatais:

– Temos também a brucelose. Toda fêmea bovina, entre três e seis meses, deve ser vacinada contra a brucelose. Mas os produtores não vacinam porque a vacina é de perigoso manuseio. Se não souber aplicar e furar seu próprio corpo, ele adquire a doença. Se quebrar o vidro na mão e se cortar, também pega, porque a vacina é feita de vírus vivo, o B19.

As dificuldades encontradas por Jorge Luiz são poucas. Mas à medida que ele vai adquirindo confiança ao lado dos produtores, vai derrubando as barreiras em seu trabalho.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. PROJETO DE ASSENTAMENTO FAZENDA ALPINA

1.2. FAZENDA ALPINA

2. LOCALIZAÇÃO

2.1. RIO DE JANEIRO - RJ

2.2.TERESÓPOLIS - RJ

2.3. APROXIMADAMENTE 20 KM ENTRE O IMÓVEL E A CIDADE

3. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL E POTENCIALIDADE

3.1. 1.103,20 Ha (ÁREA TOTAL)

3.2. 662,00 Ha (ÁREA APROVEITÁVEL)

3.3. 264,80 Ha (ÁREA EXPLORADA EM TORNO DE 40% DA ÁREA APROVEITÁVEL)

3.4. 150 Ha (ÁREA DE RESERVA LEGAL)

3.5. 110,32 Ha (ÁREA PREVISTA PARA INFRA-ESTRUTURA)

3.6. CAPACIDADE TOTAL DO ASSENTAMENTO 93 FAMÍLIAS

4. ASPECTOS FÍSICOS

TOPOGRAFIA - Topografia declivosa na maior parte das GLEBAS, apresentando trechos onde o relevo varia de quase plano a ondulado.

Aproximadamente 30% da área é constituída por morros muito íngremes, sendo consideradas áreas inaproveitáveis para a agropecuária, devendo permanecerem como Reserva e preservação Permanente.

CLIMA - O clima é tropical de altitude, com verões brandos, e a temperatura média anual é de 17,8º C, decrescendo para 13,8ºC em julho.

A média de janeiro a fevereiro, que são os meses mais quentes, atin

gem 21,13ºC, e a pluviosidade anual é de 1691,4mm, com diminuição nas chuvas de maio, (61,5mm) a setembro (67,2mm) , junho é o mês mais seco e apresenta pluviosidade de 38,6mm.

SOLO - Os solos predominantes na região são os latos-solos, profundos e bem drenados com fertilidade aparente regular, apresentando sinais de acidez moderada. Em menos escala foram observados podzois, também com sinais evidentes de acidez. Nas partes mais planas predominam os coluviais com boa fertilidade aparente e bem estruturados. Nas regiões mais áridas encontram-se os litosolos com textura arenosa e os cabíssolos, com textura média e bem drenados.

RECURSOS HIDRICOS - Os principais córregos existentes no imóvel são: Arrieiro e Santana.

5. INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE NO IMÓVEL OU COMUNIDADE PRÓXIMA

A infra-estrutura do imóvel é precária, foi realizada abertura de estradas internas feita pelos próprios ocupantes, e foram retificadas recentemente utilizando-se verba de fomento da EMBRATER. Existe uma Escola Primária, denominada Fazenda Alpina, mantida pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, possuindo apenas uma sala de aula com capacidade de 40 alunos/turno e outras dependências como: cozinha-refeitório, secretaria e banheiros.

A comunidade mais próxima com algum suporte para comercialização , saúde e educação é a da municipalidade de Teresópolis, distante aproximadamente 20Km.

No tocante a comercialização, destacaremos o Mercado de Água Quente e o mercado Municipal de Teresópolis, como também, a Feira Munici-

·pal de Teresópolis e Venda Direta ao Consumidor.

6. USO POTENCIAL DO IMÓVEL

CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS

As classes de capacidade de uso serão, a seguir, caracterizadas em percentagens.

6.1. Aproximadamente 10% da área total das Glebas podem ser usadas com culturas de ciclo curto destacando-se: tomate, pimentão, jiló, alface, beterraba, cenoura, couve-flor e repolho.

6.2. Aproximadamente 15% das terras fazem parte desta classe, que são caracterizadas por apresentarem declives íngremes, erosão severa e pedregosidade. São terras adequadas para culturas permanentes, destacando-se citrus diversos, abacate, caqui e café.

6.3. Aproximadamente 20% da área total do imóvel, são terras muito íngrimes e que se prestam somente para culturas permanentes.

6.4. Aproximadamente 10% da área, são terras que podem ser usadas com culturas permanentes, pastagens e reflorestamentos, com restrições moderadas em seu uso, seja com ou sem práticas especiais, uma vez que são medianamente susceptíveis de danificação pelos fatores de depauperamento do solo.

6.5. Aproximadamente 15% da área, apresentam severas limitações, ' mesmo para certas culturas permanentes protetoras do solo, para pas - tagens ou florestas, sendo altamente suceptívesis de danificação e exigindo em consequência, severas restrições de uso, com ou sem práticas especiais. Requerem cuidados extremos para controle de erosão.

6.6. Aproximadamente 30% da área, é extremamente árida, declivosa,

pedregosas e severamente erodidas. Alguns trechos são representados por encostas rochosas.

7. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

A região onde se localiza o Projeto constitue-se de população flutuante de veraneio, com poder aquisitivo alto. A nativa vive de exploração hortigranjeira, com mercado consumidor considerável e próximo, o que dá condição de obter renda razoável para manutenção da família.

8. NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS

A capacidade do assentamento é de 93 famílias.

9. SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Foi realizada seleção envolvendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresópolis, Associação de moradores e amigos da Fazenda Alpina, Emater e o Mirad. No dia 15/09/1988 foram entregues 25 APOs (Autorização Provisória de Ocupação).

10. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Através do financiamento do PROCERA/CUSTEIO, serão implantadas de imediato no Projeto de Assentamento as seguintes culturas:

a) BETERRABA: Implantação de 1,15 Ha, com a produção estimada em 1200 caixas/Ha.

b) CENOURA: Implantação de 1,40 Ha, com a produção estimada em 1000 caixas/Ha.

c) PIMENTÃO: Implantação de 1,0 Ha, com a produção estimada em 1500 caixas/Ha.

d) TOMATE: Implantação de 0,70 Ha, com a produção estimada em 1600 caixas/Ha.

e) Feijão: Implantação de 03 ha, com a produção estimada em 1000 kg/ha.

f) Milho: Implantação de 05 ha, com a produção estimada em 1400 kg/ha.

g) Café: Implantação de 1,0 ha, com a produção estimada em 5o sacos na la colheita

No que concerne a comercialização destes produtos, uma parte será comercializada no Mercado de Água Quente no Município de Teresópolis distando aproximadamente 20km do Projeto e o restante no CEASA do Irajá/RJ

11. QUANTIFICAÇÃO DOS RECURSOS DE CRÉDITO PARA A PRIMEIRA PRODUÇÃO CUSTEIO E INVESTIMENTO.

a) Custeio das Lavouras - Total de Cz$ 6.500.000,00

b) Investimento - Total de Cz$5.365.560,00

T otal Geral - Cz$ 11.865.560,00 (onze milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta cruzados.)

Informamos que a base de cálculo por família beneficiária, foi feito pela OTN do mês de outubro/88, no valor de Cz$ 2.966,39, sendo para cada família 250 OTN's, perfazendo um total de Cz$ 11.865.560,00 (onze milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta cruzados).

12. BENEFICIÁRIOS

1 - Nilo Ramos de Mello

2 - Jorge Luiz Ribeiro

3 - Alipio da Silva Raposo

4 - Ismael Moura de Carvalho

5 - Dario Corrèia Hotz

6 - João da Silva Filho

7 - Ezequias de Oliveira Santana

8 - Valdemir de Rezende Botelho

9 - Miguel Lessa da Silva

10 - Paulo da Silva

11 - Manoel Rodozino

12 - Ronaldo da Cunha

13 - Sebastião José de Lima

14 - Luiz de Souza Brandão

15 - Castorino Gomes de Sá

16 - Manoel Antonio de Souza

CEDIM

P.A. Fazenda Alpina

Localidade - Santa Rita 2º Distrito de Teresópolis

1. FINALIDADE

1.1. CUSTEIO DE LAVOURAS

CULTURAS	Ha	Cz$
BETERRABA	1,15	1.150.000,00
CENOURA	1,40	1.400.000,00
PIMENTÃO	1,00	1.200.000,00
TOMATE	0,70	1.320.000,00
FEIJÃO	3,00	450.000,00
MILHO	5,00	750.000,00
+CAFÉ	1,00	230.000,00

+ OBS: A mão-de-obra para efetuar a abertura de covas e plantar é a familiar.

1.2. INVESTIMENTO

		Cz$
AUXILIO A CONSTRUÇÃO CASAS	321m^2	3.210.000,00
BORRACHA P/ ÁGUA		
1" -	1.050m	77.700,00
11/2" -	200m	38.000,00
2"	750m	217.500,00
BORRACHA P/ IRRIGAÇÃO		
1"	500m	240.000,00
ARAME FARPADO	47 rolos	329.000,00
ARAME LISO	20 kg	9.600,00
PULVERIZADOR	1	85 .000,00
MANGUEIRA P/ PULVERIZAR	100 m	70.000,00

INVESTIMENTO		Cz$
PULVERIZADOR COSTAL	2	70.000,00
MOTOR 10 HP 6OM:		
BOMBA, BASE E CARRINHO		700.000,00
ANIMAIS DE TRAÇÃO	2	200.000,00
PLASTICO P/REVESTIMENTO		
POÇO	625m^2	118.760,00

Teresópolis, 27 de Outubro de 1988

Maurício Bruno Latini
Técnico em Agropecuária
CREA - 2566-83
EMATER-Rio - Teresópolis

Márcia Valéria Marins de Brito

Márcia Valéria M. de Brito
Extensionista Social
EMATER-Rio - Teresópolis

PLANO DE AÇÃO PRELIMINAR

FAZENDA SABUGO - MUNICÍPIO DE PARACAMBÍ/RJ

1. NOME DO PROJETO:

PROJETO DE ASSENTAMENTO FAZENDA SABUGO

2. LOCALIZAÇÃO:

Fazenda do Sabugo, Município de Paracambí, no Estado do Rio de Janeiro.

2.1. Acesso:

O acesso é feito pela Rodovia Presidente Dutra (BR-116) até o Km. 212. Prosseguindo-se pela RJ-127 que liga o Km. 212 à sede do Município, sua localização é próxima ao centro urbano de Paracambí.

3. ÁREA DO IMÓVEL:

1.386,3623 Ha

3.1. Área Aproveitável:

Estima-se em 100%, abatida a área a ser ocupada com infra-estrutura física (estradas).

3.2. Área de Reserva para Obras Comunitárias:

A área para as obras comunitárias só será mensurada após a definição do planejamento físico da área, considerando-se a natureza dos solos, a capacidade de maior rendimento dos mesmos, dentro do planejamento agrícola a ser discutido com a comunidade que se beneficiará do Projeto.

4. CAPACIDADE APROXIMADA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS A SEREM ASSENTADAS:

A capacidade será de aproximadamente 116 famílias.

5. ASPECTOS FÍSICOS DO IMÓVEL E ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA CLIENTELA BENEFICIÁRIA:

5.1. Aspectos Físicos do Imóvel:

5.1.1. Sôlos:

Os sôlos da região são constituídos principalmente pela associação Podzolico vermelho amarelo álico + Podzolico vermelho escuro, ambos com argila de atividade baixa, textura de horizonte Superficial média, textura do horizonte sub-superficial argilosa, relevo montanhoso e forte ondulado + cambissolo álico, textura média e argilosa, relevo montanhoso escarpado com horizonte A moderado. A região aparece como pertencente ao grupo 6 - sem aptidão para o uso agrícola, a não ser em casos especiais, indicado para a preservação da flora e da fauna ou para recreação. Segundo a escala de Norton, procuramos enquadrar a fazenda, em classes de sôlos de acordo com a sua capacidade de uso:

Classe III - aproximadamente 20% da área total - 10% são sôlos de origem coluvial, formados pela deposição causada por erosão laminar ou em sulcos dos morros adjacentes, são de fertilidades média, profundidade de até 1,00 metros permiabilidade lenta, drenagem fraca, sujeitos a inundação ocasional, declividade de 2 a 5% e erosão laminar permanece 15 a 25 cm. do horizonte A - são áreas de planícies - 10% são solos de fertilidade baixa, profundidade superior a 2,00 metros, permeabilidade rápida, drenagem adequada, pedregosidade de 1 a 10%, declividade de 2 a 5% e erosão laminar permanece 15 a 25 cm. de horizonte A - são áreas de morros, planícies.

A destinação apropriada para estas áreas seria a lavoura com práticas de conservação.

Classe VI a VIII - aproximadamente 80% da área total. São sólos de formação local, fertilidade baixa a muito baixa, profundidade variável desde 2,00m. até 0,25m, permeabilidade rápida a moderada, drenagem adequada, pedregosidade de 1 a 10%, declividade acima de 20%, erosão laminar restando 50 cm. no máximo do horizonte A, erosão em sulcos rasos, profundos, ocasionais e frequentes.

Destinados a pastagens, reflorestamentos, vida silvestre e nos grotões a bananicultura.

5.1.2. Clima:

Tipo Cfa de Koppen, mesotérmico sem estação seca com distribuição irregular de chuvas.

5.1.3. Vegetação:

Existe uma floresta não primitiva, formada por leguminosas, rubiáceas, moráceas, meliáceas e sapotáceas. Destacando-se como espécies principais a figueira, embaúbas, leiteiras, bainhas de espadas, jaqueiras e paineiras.

5.1.4. Relêvo:

O relêvo é montanhoso, com revestimento arbórea. Nas maiores cotas há revestimento florestal.

5.1.5. Hidrografia:

O Riogabugo é a principal artéria hídrica que banha a fazenda, além deste, encontramos diversos córregos, riachos e nascentes.

5.2. Aspectos Sócio-Econômicos da Clientela Beneficiária:

A área está ocupada por famílias radicadas na mesma há vários anos. A clientela beneficiária será formada por ocupantes enquadráveis na legislação própria, e em trabalhadores rurais radicados no Município de Paracambí, a serem escolhidos mediante processo seletivo.

Após a conclusão do processo seletivo se terá condições de explicitar os aspectos sócio-econômicos de toda a clientela a ser beneficiada.

6. ATIVIDADES PRODUTIVAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS EM FUNÇÃO DAS POTENCIALIDADES DOS RECURSOS NATURAIS DO MERCADO LOCAL/REGIONAL E DO NÍVEL ECONÔMICO E TECNOLÓGICO DA CLIENTELA.

6.1. Atividades Produtivas que poderão ser desenvolvidas em função das potencialidades dos Recursos Naturais:

Pelo definido no ítem 5.1.1. - Sólos, o aproveitamento da área deverá ajustar as condições dos mesmos com a destinação mais apropriada. Prevendo-se, assim, áreas de lavoura com práticas de conservação e áreas de pastagens e de bananicultura.

O Plano Agrícola será elaborado após definida a Organização Territorial, com a participação da Comunidade a ser assentada na área.

6.2. Potencialidade do Mercado local/regional:

Quanto à pontencialidade do mercado local/regional, observa-se que a área está localizada junto do mercado consumidor de Paracambí e à 70 Km. do mercado do Município do Rio de Janeiro.

6.3. Nível Econômico e Tecnológico da clientela:

O nível econômico e tecnológico da clientela, obter-se-á após a conclusão do trabalho mencionado no ítem 5.2.

Os resultados definirão o sistema de manejo a ser considerado na exploração da parcela.

7. PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO

(a seguir quadro com a programação orçamentária)

CEDIM

7. PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO

Tarefas	DESPESAS			Total
	Diárias 3111.02	Mat.Consumo 3120	Serv.Terc. 3132	
7.1 Assentamento	57.794	6.004	-	63.798
7.2 Elaboração Plano de Ação Imediata	28.897	3.002	-	31.[illegible]
7.3 Parcelas	-		610.275	610.275
7.4 Fiscalização Serviços Topográficos	44.790	3.556	-	48.346
Total	131.481	12.562	610.275	754.318

Observação: Transcrevemos neste ítem 7. Programa Orçamentário, a PO/87 da área desapropriada Fazenda Sabugo, elaborada na forma do Telex [illegible] (remetido à DPP, em 09/01/87).

15 copias

PROJETO PRONASEC/PARACAMBI

(IMPLANTAÇÃO DE PEQUENA AGRO-INDÚSTRIA DE DERIVADOS E DOCES DE BANANA)

INTRODUÇÃO:

1. PRONASEC

O Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas para a zona rural possui como uma das suas linhas de ação a de apoiar pequenas projetos produtivos que busquem ampliar os ingressos de populações rurais em processo de organização.

O Programa atuando nas comunidades mais com uma metodologia de cunho participativo, busca, no período 83-84, ampliar sua ação em outras áreas e em novos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Este processo de expansão tem, entre outros, os seguintes objetivos:

a) aumentar o número de comunidades mais atingidas pelo Programa, gerando conjuntos populacionais autônomos e de elevado grau de consciência crítica diante de suas demandas, capazes de promover o seu desenvolvimento;

b) desenvolver a capacitação do próprio Programa e de seus agentes ,com melhor conhecimento de novas regiões, de novas situações sócio-econômicas e de novas formas de produção;

c) otimizar cada vez mais a relação custo/produto, incorporando novos contingentes humanos, a serem beneficiados com a atuação do Programa.

2. PARACAMBI

O Município de Paracambi, apresenta uma população em torno de 35000 hab (1983) e situa-se na faixa que vem sendo denominada "periferia distante" da Região Metropolitana - 70km do centro da metrópole, nos limites da baixada fluminense com a escarpa da Serra do Mar.

Quando da fusão Rio de Janeiro/Guanabara, cuidou a legislação e o planejamento do momento incorporar à RM uma vasta área que abrangia 6 municípios então considerados como zona de expansão da RM. Estas zonas teriam portanto uma vocação urbana apoiada nas atividades secundária e terciária. A retração econômica, mais manifesta a partir dos anos oitenta, fez cair por terra as perspectivas industrializantes, inviabilizando pelo menos em Paracambi a instalação de Distritos Industriais e até pelo contrário concidindo com o fechamento da mais dinâmica indústria local - a Siderúrgica Lanari e a redução do número de trabalhadores da indústria têxtil municipal.

Por outro lado não cessa o crescimento da população, num sentido de cidade-dormitório, dependente cada vez mais da metrópole, concentrando uma população de baixa renda e que sobrecarrega a infra-estrutura já precária, além de descaracterizar o núcleo urbano. Entre 1970 - 1980 o crescimento demográfico de Paracambi alcançou taxas anuais de 5% superiores em muito as que seriam geradas pelo simples crescimento vegetativo.

A baixa renda local, combinando-se com a alta mobilização de recursos orçamentários para pagamento de pessoal e custeio..... (91% do total), e naturalmente agravada pela política tributária existente, deixa apenas uma cifra de CR$ 30.000.000,00 para investimentos.

A administração municipal, premida por esta conjuntura sombria, optou pela implantação de um Sistema Municipal de Planejamento visando maior eficácia administrativa. Este planejamento define-se por uma metodologia participativa num modelo "onde a comunidade terá o direito de intervir nos programas a serem implementados, determinando, inclusive a dimensão desses programas, as prioridades entre eles..."(Plano de Governo da PMP).

O Decreto Municipal nº 28, de 5 de julho de 1983 criou a Fundação para o Desenvolvimento do Município de Paracambi (FUNDESP), or

ganismo de administração indireta e que tem entre suas finalidades a de captar recursos para o Município.

Como uma das formas de resolver os graves problemas municipais é pensamento da administração local recuperar a atividade agrícola de larga tradição na área ,com múltiplos objetivos: incrementar a geração de renda , fixar o homem à terra através da manutenção e da ampliação do número de empregos, promover o desenvolvimento de comunidades mais produtivas.

No setor agrícola de Paracambi destaca-se a bananicultura que apresentava em 1980 uma produção de 1.100.000 cachos ,cobrindo uma área cultivada de 1208 ha, o que correspondia a 84,12% da superfície total cultivada. O valor da produção atingiu CR$ 50.600.000,00,cifra que representou 80,03% da arrecadação agrícola municipal. A produtividade do cultivo da banana em Paracambi pode ser considerada regular, uma vez que se situa em torno de 910 cachos por hectare, quando o rendimento médio no Estado é de 709. Todavia, em comparação com outros municípios produtores, com quadro ecológico mais favorável e rendimento que atinge a cerca de 1500 cachos/ha nota-se que muito deve ser feito para melhorar a produtividade da produção paracambiense.

3. BANANA:

Em nosso Estado, no que diz respeito ao setor agrícola, a banana apresenta grande destaque sendo o quarto produto em valor, somente ultrapassada pela cana de açúcar, laranja e café. O Estado do Rio é o terceiro produtor nacional ,superado pelo Ceará e por Minas Gerais, apresentando a maior extensão cultivada com a banana no país, o que de resto indica o baixo rendimento da produção.

A banana é cultivada em todo o Estado embora a produção esteja mais concentrada na Região Metropolitana e nas Baixadas Litorâneas. É grande o número de agricultores que se dedica a produção, seja

objetivando a comercialização, seja visando o auto-consumo.

É uma cultura permanente ,típica de zonas tropicais úmidas, necessitando de uma temperatura média de 26° C e uma plugiosidade não inferior aos 1.200 mm, anuais ,com solos profundos,permeáveis, argilo-silico-humosos e férteis. O plantio é realizado em setembro - dezembro, obtendo-se a primeira colheita entre 15 e 18 meses. A produção se dá todo o ano com um limite anual de 3 safras por pé. O cacho de variedade nanica (banana d'água ou caturra) apresenta de 10 a 12 pencas com uma média de 16 a 18 kg variando de 140 a 160 frutos.

No Estado do Rio de Janeiro a produção apresenta alguns problemas .Há um precário controle fitossanitário o que possibilita a propagação de doenças e pragas,principalmente o mal de sigatoka, a broca da bananeira, o mal do Panamá, nematóides e o virus do mosaico. As variedades mais cultivadas são os plátanos (para assar ou fritar), a Gros Michel e a Cavendish. Há a possibilidade de introdução da nanição-mutação genética já difundida em São Paulo. A área produtiva mais vulferizada compreende encostas de serras, inaproveitáveis para outros cultivos e atividades, pelo fato de serem muito declivosas. O preparo do solo e a adubação são quase sempre insuficientes, sendo também inadequado o espagamento entre as touceiras. A zona de encostas apresenta ainda o problema dos ventos fortes e da insuficiência de insolação(cansada pela neblina e pela parcial iluminação diária), o que prejudica a maturação dos frutos, a sua coloração, aroma e sabor. Há escassez de câmaras bem instaladas para acelerar e homogeneizar o amadurecimento do fruto.

O mercado para colocação da banana a ser consumida "in natura" cada vez mais seletiva com o consumidor exigindo melhor aspecto do produto? Há menores restrições para o uso industrial. Os preços em grande parte da produção agrícola ocorrem sérios problemas com a intermediações o que é agravado pelo fato da banana ser perecível, havendo

um período para venda de 8 dias no verão e 15 no inverno. A margem de perda pode elevar-se até 20% do produzido. Os preços mais elevados no Estado do Rio, ocorrem de setembro a fevereiro e os mais baixos de março a agosto.

Os custos para formação e manutenção de um hectare de lavoura de banana estimados pela EMATER-RIO, a partir de certo nível tecnológico de cultivo, pressupõem o plantio de 2 200 pés nessa área, com rendimento de 1 cacho/pé/ano de aproximadamente 13kg, o que resultaria numa produção de 28 600 kg/ha. O custo de formação do bananal assim se distribui pela origem dos gastos: 31,1% para a aquisição de mudas; 43,8% ára plantio definitivo (mão-de-obra) ; 7,8% para os tratos culturais; 17,3% para aquisição de corretivos, defensivos e fertilizantes. Indica todavia a EMATER-RIO que o nível tecnológico implícito na estrutura de custos é incompatível com o cultivo em áreas de encostas. Assim, com base na experiência de pequenos produtores, talvez em sua maior parte operando em Unidades Familiares de Produção, e levando em consideração as origens dos gastos, tinha que ser levantada uma nova e mais real estimativa de custo de formação do bananal em áreas de declives acentuadas, a manutenção do bananal também envolve custos a serem levantados de acordo com a natureza das operações: transporte de insumos e defensivos, desbaste e limpeza, capinas manuais, rebaixamento do pseudocaule pulverizações , adubações de cobertura, colheita aquisição de defensivos , aquisição de fertilizantes.

4. INDUSTRIALIZAÇÃO

No Estado do Rio de Janeiro a industrialização da banana é considerada geralmente como um mercado alternativo, seja para a parcela da produção que não tem condições de ser comercializada "in natura" seja para o excedente de produção . As variedades preferidas para industrialização são a banana nanica ou a nanição ,dado o seu alto rendimento em polpa, aroma, sabor e elevado teor de açúcares (18 e 22%) .

O beneficiamento pode ser feito com o fruto verde(alto teor de amido) ou maduro (mais rico em açúcares). Os produtos derivados são vários : purê, compota ,passa, farinha, flores, geleiadas (bananadas, mariolas) doces mistos (75% de banana), além de sucos, licores, vinagre, alcôol etc... Os resíduos (casca e engaço) podem sofrer um processo de trituração para posterior aproveitamento como ração. Nos processos de in - dustrialização deve ser levado em conta o índice de perda do peso,que corresponde a 45% (33% de casca e 12% do pedúnculo).

A publicação " OPORTUNIDADES AGRO INDUSTRIAIS" da FIDERJ pesquisou várias instalações industriais de banana no Rio de Janeiro encontrando dois modelos de perfil. O chamado modelo A, de reduzidas ' dimensões tem as seguintes características:

- fabricação de doces (bananada, bananada com caju,abacaxi, côco e ameixa, mariola ,mariola com caju,abacaxi , côco e ameixa);
- matéria prima: banana(local), polpa de outras frutas ' adquiridas comercialmente;
- quantidade de matéria prima: 60 toneladas semanais de banana em cachos; polpa de outros frutos, 3 toneladas semanais;
- quantidade produzida: 15 toneladas de doces/semana, variando o tipo de acordo com a procura;
- utilização da capacidade instalada(máximo de 90 - banana): 65%;
- quantidade mínima econômica para operar (economia de ' escala): 24 toneladas de banana/cachos semanal;
- número de trabalhadores: 5 em um turno diário;
- qualificação de mão-de-obra; experiência prática;
- equipamento principais: 7 câmaras de maturação(de concreto): 5 tacho de aço inoxidável(com agitação); 3 tachos de aço fechados; 2 caldeiras a óleo; 1 máquina ' elétrica para cortar mariola ; 1 tanque depósito para

banana triturada.

- instalações: galpão para fabricação e sala de embalagem

O PROJETO

Levando em consideração as análises acima sintetizadas, resultado de encontros de trabalho e de pesquisas iniciais ,resolveram o PRONASEC e a FUNDESP inciar estudos mais minuciosos para a possível implantação de um Projeto Agro-industrial de pequena escala que vise a produção de derivados da banana, nucleada na associação informal de pequenos produtores e baseado na organização comunitária.

Este projeto compreenderá duas fases distintas sob a gerência de um grupo paritário de controle e avaliação e terá nestas fases a duração máxima de 15 meses a contar de outubro de 1983.

1. PRIMEIRA FASE

Num momento inicial de duração de 3 meses (outubro-dezembro de 1983) o PRONASEC se compromete a repassar CR$ 2.000.000,00 para a FUNDESP, que em contrapartida, conforme proposta feita pela referida Fundação,estará obrigada a:

a) selecionar uma comunidade rural no Município de Paracambi, limitada espacialmente, e de acordo com o interesse demonstrado por esta comunidade, onde será implantado o Projeto;

b) pesquisar as atuais condições e os problemas existentes na produção de banana no Município e em especial na comunidade a ser escolhida;

c) pesquisar as possibilidades existentes de comercialização de derivados da banana, sobretudo os canais que se abrirem no próprio Município (feiras, estação rodoviária, estras que através do Município demandam áreas turísticas, etc...) e em municípios vizinhos pertencentes a Região Metropolitana."

d) levantar o possível "know how" existente na localidade (comunidade) para a produção de derivados;

e) dimensionar , já com a colaboração da comunidade , os custos para a implantação do projeto (construções e equipamentos).

f) levantar a possibilidade de aquisição no próprio Município de outros componentes da produção, como o côco por exemplo;

g) viabilizar, com gestões junto a PMP (Prefeitura Municipal de Paracambi) ,postos de venda nos locais a serem indicados.

h) estudar a possibilidade de aproveitamento racional dos resíduos (casca ,engaço), objetivando uma otimização dos custos e o possível acoplamento da atividade criatória de ruminantes.

Além do repasse dos recursos para esta fase inicial, o PRONASEC estará obrigado a:

a) realizar uma ação na(s) escola(s)que servir(em) a comunidade escolhida, logo que esta seja definida, na sua linha de ação de ampliação e melhoria do ensino;

b) iniciar na referida comunidade um trabalho de organização ,aplicando a metodologia de tipo participativo;

c) levantar o pré-diagnóstico sócio-econômico-cultural da comunidade ,priorizando todas as condições que estiverem ligados a produção da banana.

Nesta fase inicial, o grupo de controle e avaliação será constituído por 4 (quatro) elementos dois indicados pelc .... PRONASEC, dois indicados pela FUNDESP. Assim que ocorra a escolha da comunidade e o início do trabalho de organização à este grupo deverão ser somados dois elementos indicados pela comunidade ,eleitos por assembléia local.

O grupo de controle e avaliação deverá buscar os contatos que se fizerem necessários à melhoria da ação, com outras entidades e organismos, tais como a EMATER, Secretários de Saúde , FIDERJ etc...

O grupo de controle e avaliação deverá estudar também soluções alternativas ao Projeto em epígrafe na linha de indústrias

rurais caseiras, de grau mais inferior na escala do trabalho industrial. Deste modo, se a pesquisa concluir pela impossibilidade ou inaportunidade da implantação do Projeto Agro-industrial de pequena escala, todos o esforço , ações e investimento na pesquisa não estarão perdidos, sendo aproveitados no encaminhamento de uma solução doméstica. O grupo de controle e avaliação será responsável pela documentação das atividades, pesquisas e conclusões que venham a envolver o melhor conhecimento das questões à serem enfrentadas.

2. SEGUNDA FASE

Vencida a primeira fase com a constalação da exequibilidade do Projeto em termos operacionais, financeiros e de retorno dos investimentos a serem realizados , e grupo de trabalho(controle e avaliação) deverá se orientar no sentido da instalação do Projeto. Para a colimação deste deverá ser preparado um planejamento específico envolvendo um cronograma de execução a ser concluído no máximo até dezembro de 1984.

Em princípio a ação do GT, além das questões que vierem a ser colocadas na dinâmica do projeto, deve levar em consideração:

- a cessão do terreno em que será construída a unidade industrial, o que poderá ser obtido através da comunidade ou da PMP ou outra entidade;
- o levantamento de recursos para a instalação da unidade (prédio e equipamento) que podem ser obtidos através do PRONASEC e/ou FUNDESP;
- definir a gerência da unidade , de preferência por delegação da comunidade a um dos seus membros (eleição e rotatividade);
- a situação jurídica da unidade de produção ,como propriedade de uma unidade de produtores informais, diante da legislação específica em vigor;
- o aproveitamento dos membros da comunidade em todos os segmentos dos canais de comercialização;
- as possibilidades de reprodução da experiência em outras áreas do Estado;
- as possibilidades da intervenção de outros organismos e entidades com vistas à uma mudança qualitativa da ação na comunidade visando sua passagem ao

nível de um Programa de Desenvolvimento Rural Integrado.

- o momento de passagem da gestão do Programa, com sua extinção, às mãos exclusivas dos produtores informais.

Os recursos investidos pelo PRONASEC na fase de instalação (segunda fase) deverão ter um retorno da ordem de 50% do total, considerados os juros cobrados por instituições financeiras oficiais em investimentos realizados no setor rural, com prazos a serem definidos pelo GT. O capital devolvido será aplicado no Município de Paracambi em projetos da mesma linha de ação. Os restantes 50% serão considerados investimentos a fundo perdido avaliando-se o seu retorno indireto como elemento de capacitação do Programa para novas ações.

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1983.

REFORMA AGRÁRIA

EMATER-RIO SUB/ESLOC PARACAMBI

PROJETO SABUGO

CEDIM

I - HISTÓRICO

II - OBSERVAÇÕES GERAIS

III- CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

IV - PROCESSO PRODUTIVO

V - RELAÇÃO ENTRE EMATER E MIRAD

VI - SAÚDE, EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO

VII- PROCERA

Extensionistas: Mª Cristina Pinton
Ordélio Lopes da Silva

I - HISTÓRICO

A história do Sabugo é complexa. A área despropriada pelo extinto INCRA, possui 1386 ha, e pertence à Fazenda do Sabugo. No passado, foi uma propriedade muito bem cultivada com citricultura, e seu proprietário, o português Araújo, utilizava o sistema de meia com seus empregados.

Com sua morte, a fazenda foi vendida pelos herdeiros a Maximiano, que extinguiu o sistema de meia e tentou expulsar os meeiros. Nesta época houve resistência da parte desses, ocorrendo vários conflitos na área.

A partir de então começou a decadência do processo produtivo, até que em 1987, a fazenda foi desapropriada, legalizando a situação dos que lá se encontravam, sendo também alguns lotes doados á famílias vindas de fora.

A dimensão dos lotes é variada, medindo o menor deles 2 ha e o maior 48 hs.

O assentamento é subdividido em três comunidades que são: Sabugo (área mais próxima á sede do município, onde se localiza a metade dos lotes do assentamento); Saudoso (área um pouco afastada do centro, com 25% dos lotes); São José (área bem distante da sede com topografia acentuada, onde se encontram aproximadamente mais 25% do pessoal assentado).

Atualmente, no Projeto Sabugo precisam ser corrigidos casos de injustiça ocorridos na seleção e demarcação das áreas, e levar adiante um trabalho normal de extensão, já que muitas famílias estão na área há muitos anos, e não existe mais a luta pela posse da terra, e por haver um cultivo expressivo na região.

II - OBSERVAÇÕES GERAIS

O interesse das famílias assentadas é por melhores condições de vida na área. As suas maiores reivindicações são por melhores estradas, eletrificação rural, transporte, acabar com a presença do intermediário, entre outros.

Alguns parceleiros têm maior visão, visto que trabalharam na olaria da fazenda e/ou moraram na cidade, tendo uma maior experiencia para a administração do lote e se destacam mais tecnicamente em relação a outros. Os líderes da comunidade saem desse grupo.

O Sabugo possui uma situação um pouco confusa. Houve na área, praticamente, uma regulamentação fundiária, e cada um ficou basicamente com a área que já lhe pertencia. Das 101 famílias que possuem lotes, 75% estão na situação acima, e as outras 25% foram colocadas ali na época da demarcação das áreas.

A receptividade dos posseiros tem sido a melhor possível. Fazemos visitas aos lotes, e também nas reuniões com eles deixamos bem clara nossa proposta de trabalho, e o nosso relacionamento vai se estreitando cada vez mais.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município é inoperante pois não desempenha nenhum trabalho dentro dos anseios da comunidade. O presidente está desacreditado, já possui treze anos de mandato, sem ter tido nenhum opositor, segundo ele.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Par cambi foi criada em 1984 e dela fazem parte cerca de 50% dos posseiros da Fazenda do Sabugo. A participação dos associados é pequena.

Não há disputa de liderança, não existem psedolíderes, não se encontram lideranças representativas. Ou melhor, as lideranças da área representam uma situação confusa, que é a própria situação do Sabugo

Não existia até então, credibilidade em relação aos órgãos que atuam na área, como EMATER, MIRAD, Saúde Pública. Os agricultores do assentamento não acreditam em nada, realmente. Esperamos que, a partir de agora, através de um trabalho de base, com a nossa presença todos os dias na área, falando, reunindo as pessoas e esclarecendo os assuntos ao máximo, possamos conseguir uma mobilização maior da comunidade.

Em Paracambi, existe um Núcleo de Estudos Rurais, um convêncio com a Prefeitura e a Fundrem, que tem feito um bom trabalho na área. Existe um projeto da Prefeitura na área rural, chamado Terra de Educar, que consiste na criação de um mercado para escoamento da produção da região, uma escola agrícola, ginásio de esportes e dependências para o NER, a Associação e a EMATER. Esperamos que não haja mudança de planos com a proximidade das eleições, e o novo prefeito continue avançando com a obra do projeto, que se encontra em fase inicial.

O domínio político é inexistente na área. As pessoas do lugar não têm ideologia política, não são filiadas a qualquer partido e não gostam de se reunir, estão cansadas, descrentes.

Necessário mesmo, é despertar a comunidade, porque a grande maioria não sabe pensar comunitariamente, e cada um tem seus próprios interesses.

III- CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A área da fazenda tem a sua topografia bem acentuada, com muita área de preservação permanente. É necessário um trabalho de conscientização sobre desmatamento e conservação de solo.

Certas áreas têm problemas de acidez do solo, devendo ser corrigidas com o tempo.

A comunidade do Sabugo possui áreas de várzeas, na sua maioria com problemas de drenagem. Com o uso dessas áreas teremos boas respostas, pois estas tem um alto potencial para olericultura e rizicultura.

IV - PROCESSO PRODUTIVO

O processo produtivo adotado pela comunidade é bem tradicional , com pouca tecnificação (baixa densidade de plantas, sem uso de adubação orgânica, entre outros). Há uma grande necessidade de técnicas simples e alternativas, aproveitando os seus próprios recursos.

A cultura principal cultivada é a banana, tendo oscítricos, mandioca e olerículas como culturas secundárias.
A comercialização é feita através de intermediários que vão buscar o produto na área.

V - RELAÇÃO ENTRE EMATER E MIRAD

A relação até então, só se dava por contato telefônico.

No assentamento, só tivemos a visita da economista que trata do PROCERA e da técnica responsável que foi ao local em uma única vez, para tratar do Encontro de Olericultura de Nova Friburgo . Até o momento, não tivemos nenhuma visita de técnicas para esclarecer problemas de demarcação e conflitos na área.

A EMATER tem se dedicado bastante dentro da área de assentamento mas necessita demais de um verdadeiro trabalho em conjunto com o MIRAD.

VI - SAÚDE, EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO

Existem três escolas no assentamento: uma no Sabugo, uma no Sausoso e outra no São José. A primeira funciona em dois turnos e tem 4 turmas; a segunda tem dois turnos e 3 turmas, e a terceira 2 turmas e somente um turno, por ser de difícil acesso. As escolas pertencem ao município, e a coordenação e a orientação pedagógica vêm da secretaria municipal de educação, que possui um esquema de trabalho muito bem organizado.

A maioria dos posseiros é bem pobre, moram em casas pau-a-pique , os animais ficam soltos ao redor das casas, em muitos lotes. Existem casas de tijolo, construções melhores, mas em poucas se encontra saneamento básico e o conforto da luz elétrica.

As crianças são vacinadas, na maioria dos casos, somente em época de campanha. As pessoas têm muitas queixas sobre o serviço de saúde pública.

Na área de assentamento existem dois postos de saúde: um no Saudoso, com um agente de saúde diariamente e a visita de um médico duas vezes por semana; e um no São José, também com o mesmo esquema. Os moradores do Sabugo usam os serviços do INAMPS, do Sindicato e dos hospitais na sede do município. As ações integradas de Saúde não funcionam em Paracambi.

VII - PROCERA

O PROCERA saiu para as famílias em março. O Sabugo recebeu apenas 125 OTNs, visto que a área já possuia uma infra-estrutura montada.

Por um mal entendido entre o MIRAD e o Banerj, o dinheiro saiu em duas parcelas: 62,5 OTN em março e 62,5 OTN em abril. A entrega da primeira parcela foi muito tumultuada. A segunda já saiu diretamente na agência bancária.

As outras 125 OTNs estavam previstas para junho, mas foram adiadas para outubro. As 950 OTNs só tem previsão para 1989.

Quanto aos agricultores, 53 pegaram o PROCERA numa 1ª fase, visto que havíamos chegado há poucos dias a área e os esclarecimentos do representante do MIRAD não foram suficientes para orientar os agricultores.

Com o passar do tempo, mais 24 pessoas decidiram pegar o PROCERA e devem receber o dinheiro até a segunda quinzena de junho.

O restante do pessoal não pegou o PROCERA por receio em fazer dívidas (os mais carentes) ou por terem recursos próprios ou por desinformação (não moram no município).

RELATÓRIO DE TRABALHO CONJUNTO

EMATER X MIRAD — PROJETO SABUGO

A - INTRODUÇÃO

Tivemos a visita do Técnico Pedro Henrique e do Topógrado "Magnata" no Projeto de Assentamento Sabugo para passarem tres dias no Sítio Anexo São José, visando a solução de alguns problemas de divisa dentro do assentamento.

B - PERÍODO

O presente relatório diz respeito ao trabalho efetuado durante os dias 09, 10 e 11 de agosto de 1988.

C - PROBLEMAS EXISTENTES E PROVIDÊNCIAS TOMADAS

01) Lote nº 04 - Parceleiro Elias Alves da Silva.

O topógrafo verificou que a divisa do lado esquerdo no novo projeto do Dr. Sato vai até o marco nº MF e entra na área de baixada atualmente pertencente ao Sr. Geraldo José de Souza. Isto facilitaria a situação do posseiro Elias que teria um lugar para construir a sua casa.

Ainda não tivemos contato com o Sr. Geraldo, que está doente na casa da filha em Japeri. Seria impossível resolver o caso do Elias isoladamente, pois a nova demarcação altera a situação da maioria.

02) Lote nº 09 - Parceleiro Francisco Dantas.

Após muitas reclamações do Sr. Francisco quanto à invasão de seu lote pelos animais e empregados do Cel. Fontelles, fomos verificar a área.

O topógrafo constatou que os perímetros das terras do MIRAD referentes ao sítio anexo São José passam realmente onde o Sr. Francisco declarava.

O lote é muito ruim, de difícil acesso e não dá para sustentar uma família com a sua produção.

O Sr. Francisco derrubou uma área onde está aproveitando a madeira p/carvão e o solo é muito arenoso, inviável p/o cultivo de banana. A sua melhor área é onde tem um pasto ocupado pelo Coronel.

No dia seguinte, fomos à fazenda do Coronel Fontelles, engenheiro agrônomo, fiscal do Ministério da Agricultura, criador de gado em sistema extensivo e possui uma área de aproximadamente tres vezes o sítio anexo.

O Coronel nos recebeu muito bem, pois já conhecia o Técnico Pedro Henrique. Conversamos sobre o assunto, tendo em mãos o mapa do Sítio Anexo e o mapa da fazendo do Coronel, ambos em escala de 1:5000. O Coronel disse ter certeza que sua divisa ia até o Morro da Ventania e da saibreira. O topógrafo Magnata sobrepôs os dois mapas de acordo com a direção Norte-Sul e provou que a área em discussão é do MIRAD. O Coronel não aceitou, e o topógrafo pediu a posição do técnico responsável da área, que pediu ao Fontelles para comparecer ao Largo de São Francisco, para maiores esclarecimentos.

03) Lote nº 18 - Parceleiro Daniel Alves da Silva.

Encontramos com o posseiro Daniel Alves da Silva do lote 18 e Pedro Paulo de Souza, pai de João Luiz Alfano, posseiro do lote nº 01.

Fomos ao lote medir uma área de 400 m^2 que João Luiz doaria à Daniel para construir sua casa visto que seu lote é muito íngreme.

Marcamos a área na encruzilhada entre o Sítio do Sr. Francisco Ney e a estrada que vai dar no lote 18. Ficou combinado para irmos posteriormente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracambi para regularizarmos c/a Advogada, Dra. Ester, a cessão parcial de direitos desda área onde será construída a casa de Daniel.

Maria Cristina Pinton

MARIA CRISTINA PINTON
EXTENSIONISTA SOCIAL
PARACAMBI - MATR 988
EMATER - RIO

Ordélio Lopes da Silva

Ordélio Lopes da Silva
Engenheiro Agrônomo
CREA n. 87-1-09958-7-AP

REFORMA AGRARIA

FAZENDA SABUGO / PARACAMBI

RELATÓRIO DE TRABALHO CONJUNTO

EMATER-RIO / MIRAD

CEDIM

RELATÓRIO DE TRABALHO CONJUNTO

A - INTRODUÇÃO

De acordo com o cronograma traçado pelos técnicos da Emater e do Mirad, no encontro sobre Reforma Agrária nos dias 09 e 10 de junho de 1988, podemos dizer que a 1ª parte foi realizada e a 2ª parte do planejamento se encontra em fase de andamento.

Houve uma mudança no planejamento do trabalho. Ao invés de, como foi previsto, listarmos as questões para o Departamento Jurídico na etapa de 13/06 a 15/07/88 e depois resolver as "questões domésticas" no período de 18/07 a 19/08/88, estamos examinando as questões pendentes uma por uma, concomitantemente, e daí é que faremos a relação das que irão para o Jurídico, enquanto as "domésticas" também estão sendo resolvidas.

Planejamos para o período de 18/07 a 19/08/88 a confecção do relatório do PROCERA, mas o fizemos de 13/06 a 15/07/88, pois recebemos memorando pedindo urgência na entrega do mesmo.

Nesse primeiro período ainda tivemos que fazer um planejamento anual do trabalho da Emater, e mais a Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Paracambi, no período de 25/06 a 03/07/88.

B - PERÍODO DO TRABALHO

13 de junho a 15 de julho de 1988.

C - PROBLEMAS VISTOS E PROVIDÊNCIAS TOMADAS

01) Lote 123 - A - Parceleira Dandi Gregoria Alves, ainda não residente na parcela. Na casa existente no lote, mora o Sr.Jobel Pereira Beiral, que, por não ter alcançado o número de pontos exigido no processo seletivo, precisa desocupar a casa. Entretanto, gostaríamos de tentar uma solução para o caso, porque o fato é que o Sr. Jobel não tem para onde ir com sua família, e se nós estamos trabalhando num Programa de Reforma Agrária, cujo objetivo é fixar o homem no campo, com seu despejo estaria criado um grave problema social. Marcamos um encontro com o Sr. Jobel a Sra. Dandi (123-A) e mais os outros parceleiros do lote 123, que é subdividido em três, Wilson Gonçalves da Silva (123-B) e Walter Lima (123), para tentarmos juntos encontrar a melhor solução para o caso.

02) Lote 120 e 128

Lote nº 120 - Parceleiro assentado Raymundo Ventura de Oliveira, falecido no dia 19 de Abril de 1988, encaminhamos documentação e pedimos a transferência para o nome de Júlia da Silva, sua esposa.

Lote nº 128 - Parceleiro assentado Mário Lima, falecido no dia 22 de maio de 1988, encaminhamos documentação e pedimos transferência da APO para o nome de Alda Maria da Conceição, com quem vivia maritalmente há trinta anos e tem 6 filhos, sempre morando neste mesmo endereço

03) Lote 129-A e 129-B

Lote nº 129-A - Parceleiro assentado João Brandão Marendaz

Lote nº 129-B - Parceleiro assentado Ayres Pinheiro dos Santos.

O parceleiro Ayres Pinheiro dos Santos, do lote 129-B, queixou-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais que o parceleiro João Brandão Marendaz, do lote 129-A, não permite que ele entre na sua área. Fomos à área e conversamos com João, que desmentiu tudo, e diz que Ayres não entra porque não quer, que ele mora em Japeri, e quase não vem na área, não se interessou pelo lote, e que de sua parte não há o menor problema. Estamos tentando localizar o parceleiro Ayres, e vamos conversar com os dois juntos na próxima semana.

04) Lote 145 e 145-A

Lote nº 145 - Parceleiro assentado Osias Dias Botelho

Lote nº 145-A - Parceleiro assentado Joaquim Garcia Flores Neto.

O parceleiro Osias Dias Botelho queixou-se no Sindicato que o parceleiro Joaquim Garcia Flores Neto não permite a sua entrada no lote. Conversamos com a esposa de Osias, pessoa educada, humilde, que nos disse que só precisam de um pedaço de terra para plantar e viver e, se o Joaquim quiser tudo para ele, não tem problema, é só dar para Osias um lote em outro lugar, eles não querem brigar com o vizinho. Verificamos a área "in loco", mas não encontramos Joaquim, que vai no centro diariamente, e faz biscates para sobreviver, pouco trabalhando no seu terreno. Joaquim cercou a área de Osias, recentemente, com moirões e arame farpado. Deixamos recado com a esposa de Joaquim, com quem estivemos na casa do lote, para que seu marido compareça no escritório da Emater, dia 25 de julho de 1988 para tentarmos solucionar o caso de uma vez por todas.

05) Lote 127, 140, 146, 149, 156, 195 e 200 - São ocupações cujos titulares incidem em condições eliminatórias previstas no Estatuto da Terra.

a) Lote 127 - Carlos Botelho Lourosa (Comerciante)

Não reside no lote, quase nunca vai lá. No lote reside há muitos anos o Sr. Pereilio (separado da mulher, com 3 filhos rapazes, sendo que um é débil mental), trabalhador rural que cuida do lote, que possui um casebre onde eles moram e mais ou menos mil covas de bananeira. Procuramos entrar em contato com Carlos Botelho Lorosa, através de um parente na Farmácia Avenida e marcamos o dia 25 de julho de 1988 no escritório da Emater para conversarmos.

b) Lote 140 - Clemmatino de Barros (Comerciante)

Reside no Rio de Janeiro, não temos o endereço. Estivemos no lote e conversamos com o caseiro Valdemir, que explicou que o patrão só vem passar o fim de semana. Deixamos recado com ele para que o Sr. Clementino compareça ao escritório da Emater dia 25 de julho de 1988 para tratar-mos do assunto.

c) Lote 146 - Jorge Costa (Funcionário Público Estadual - Assistente Jurídico do DESIPE).

Estivemos no lote que possui uma casa de estuque em ruínas, e dois trabalhadores contratados para cuidar do bananal. Ele mora no Rio de Janeiro e conseguimos o telefone para tentarmos contato com o mesmo - telefone: 394.6285 e 394.5055.

d) Lote 149 - Edson Batista (Funcionário Público Federal de Tributos do Instituto do Açúcar e Álcool

Verificamos "in loco" que não reside ninguém na área, existe somente uma construção semi-acabada, três comodos de tijolos sem telhado e nenhuma viva alma lá no alto da colina.

e) Lote 156 - Sérgio Lúcio Soares (Funcionário Público Estadual-Fiscal de Saúde Pública).

Não estivemos no lote neste período.

f) Lote 195 e 200 - Luiz Carlos Oliveira da Cunha Lima (Funcionário Público Federa - MIC).

Estivemos na área e conversamos com Joaquim Brandão Marendaz, separado da mulher, que ali reside com quatro filhos, e trabalha no lote, que tem mais ou menos seis mil mudas de bananas plantadas. Joaquim não recebeu APO porque, no início, era sócio de Luiz Carlos, tendo mais tarde vendido a sua prte para este último. Quando o extinta INCRA fez a distribuição de APO para o Sabugo, Luiz Carlos não pode recebê-la por ser funcionário público, e Joaquim também não recebeu. Joaquim reside na casa do lote 195, cultiva o bananal no lote 200, que é contíguo ao 195 e tem duas vacas pastando no lote 201, da parceleira assentada Maria José de Andrade, que não vai a área, segundo informação do Sr. Joaquim.

06) Lote 176-A - Parceleiro assentado Antonio Agostinho Filho com problema de edificação no lote. Não fomos à área em questão, mas conversamos com Antonio Agostinho que declarou que p problema já foi resolvido, e ele já fez o seu barraco.

07) Lote 177 e 183

Lote nº 177 - Parceleiro assentado Vital Correa dos Santos

Lote nº 183 - Parceleiro assentado José Antonio Martins

Conversamos com o Sr. Vital, explicamos para ele, com o uso de mapas, a situação do tal bananal, que ele reclama como dele, e que pela demarcação ficou sendo área de José Antonio Martins. Ele concordou conosco que ficaria difícil fazer zigue-zague de acordo com os pés de banana existentes em cada área. Ficamos de entrar em contato com José Antonio Martins e mais o Sr. Vital juntos, para que ambos possam entrar em pleno acordo.

08) Lote 178 e 178-A

Lote nº 178 - Parceleiro assentado José Muinz Furtado

Lote nº 178-A - Parceleiro assentado Moisés Fernandes da Silva

O problema de divisória que havia entre eles já está resolvido, só falta marcar a divisa que eles mesmos vão fazer. Verificamos "in loco" o problema e conversamos com os dois, que confirmam que está tudo bem.

09) Lote 187 - Parceleiro assentado José André. Estivemos no lote, conversamos com José André e a esposa dona. Ele está construindo uma casa nova no lote, a obra está nas fundações, porque a pequena casa existente atualmente serve para guardar ferramentas e para eles usarem durante o dia enquanto trabalham na área, mas tem acomodação para família morar lá.

Assim que aprontar a casa, mudam-se de vez para o lote, talvez até antes, porque estão sem lugar para morar. È um homem trabalhador, seu bananal está produzindo bem. Quando José André foi assentado, morava no lote Silvestre Candido Serra, Candidato reprovado no processo seletivo. O Sr. José André entrou em entendimento com Silvestre, tendo indenizado as benfeitorias que este possuía, pagando a quantia de quatro mil réis (palavras dele, que acreditamos serem quatro mil cruzados). O Sr. Silvestre foi embora e a questão resolvida.

10) Lote 189, 189-A e 189-B

Lote nº 189 - Parceleira assentada Maria da Conceição Severina

Lote nº 189-A - Parceleiro assentado Joel Dutra do Vale

Lote nº 189-B - Parceleiro assentado Aloisio Trigoli Cardoso

Estivemos na área de Maria Conceição Severino e constatamos que uma parte foi arrendada ao Sr. Antonio Torres, para pasto. No lote trabalham dois filhos maiores da parceleira. Estivemos com ela no dia seguinte, que nos explicou que pretende mudar-se logo para o lote, com os sete filhos, assim que resolver sua difícil situação atual, pois está se separando do marido, Tião Capeta, tendo sido este último quem tratou o arrendamento com Antonio Torres. Não conseguimos ainda contatar o comerciante Antonio Torres, para conversarmos com ele. A parceleira Maria da Conceição declarou que já havia conversado com ele sobre o assunto e acordaram em desfazer o trato feito entre ele e seu ex-marido.

O problema de divisória entre Joel Dutra do Vale (189-A) e Aloisio Trigoli Cardoso (189-B) já foi resolvido entre eles. Estivemos na área e Aloisio nos disse que já está recuperado do acidente sofrido em 08 de setembro de 1987, quando foi atingido por uma carga de caminhão que transportava engradados de aguardente "51" e ele está trabalhando no lote, mas ainda não reside com a família alí, pois pretende começar a construção de uma casa porque o galpão ali existente atualmente serve para guardar ferramentas e cozinhar para ele durante o dia, mas não pode se instalar com a família, principalmente porque tem uma filha de três anos deficiente, que vive engessada, precisando de acompanhamento médico e internação hospitalar constante. De sua parte não existe problema, concorda com tudo que o vizinho Joel quiser.

Estivemos com Joel que nos disse que foi prejudicado pelo Dr. Hélio e Dr. Satto, que fizeram a sub divisão do lote, e ele ficou sem o pedaço que está no lote de Aloisio, que ele julga como seu. Tendo o outro cedido, está tudo bem ele agora só espera o Mirad colocar as pedras.

Deixamos para próxima etapa o trabalho no Sítio Anexo São José, onde existem muitos problemas de divisória, uma vez que os parceleiros ali assentados esperam pela demarcação de suas áreas , que irá resolver todos os problemas. Pedimos urgência para essa demarcação.

Paracambi, 19 de julho de 1988.

Maria Cristina Pinton
EMATER-RIO

Ordélio Lopes da Silva
EMATER-RIO

Pedro Henrique de M. Ferreira
EMATER-RIO

REFORMA AGRÁRIA

CRONOGRAMA DE TRABALHO

PERÍODO	ATIVIDADE
13/06 a 15/07	• Definição das prioridades da verba da L.B.A. • Listar as questões pendentes dos lotes para encaminhar ao departamento jurídico
18/07 a 19/08	• Resolução de problemas nos lotes que sejam da alçada técnica • Confecção do relatório do PROCERA
22/08 a 30/09	• Confecção do planejamento agrícola • Planejamento com a comunidade para emprego do restante do financiamento do PROCERA.

CEDIM

PROJETO SABUGO

PARA CAMBÌ

RELATÓRIO

HISTÓRICO

A história do Sabugo é complexa. A área desapropriada pelo extinto INCRA, possui 1386 ha, e pertencia à Fazenda do Sabugo. No passado, foi uma propriedade muito bem cultivada com citricultura, e seu proprietário, o português Araújo, utilizava o sistema de meia com seus empregados.

Com a sua morte, a fazenda foi vendida pelos herdeiros a Maximiano, que extinguiu o sistema de meia e tentou expulsar os meeiros. Nesta época houve resistência da parte desses, ocorrendo vários conflitos na área.

A partir de então começou a decadência do processo produtivo; até que em 1987, a fazenda foi desapropriada, legalizando a situação dos que lá já se encontravam, sendo também alguns lotes doados à famílias vindas de fora.

A dimensão dos lotes é variada, medindo o menor deles 2 ha e o maior 48 ha.

O assentamento é subdividido em três comunidades que são: Sabugo (área mais próxima à sede do município, onde se localiza a metade dos lotes do assentamento); Saudoso (área um pouco afastada do centro, com 25% dos lotes); São José (área bem distante da sede, com topografia acentuada, onde se encontram aproximadamente mais 25% do pessoal assentado)

Atualmente, no Projeto Sabugo precisam ser corrigidos casos de injustiça ocorridos na seleção e demarcação das áreas, e levar adiante um trabalho normal de extensão, já que muitas famílias estão na área há muitos anos, e não existe mais a luta pela posse da terra, e por haver um cultivo expressivo na região.

OBSERVAÇÕES GERAIS

O interesse das famílias assentadas é por melhores condições de vida na área. As suas maiores reivindicações são por melhores estradas, eletrificação rural, transporte, acabar com a presença do intermediário, entre outros.

Alguns parceleiros têm maior visão, visto que trabalharam na olaria da fazenda e/ou moraram na cidade, tendo uma maior experiência para a administração do lote e se destacam mais tecnicamente em relação a outros. Os líderes da comunidade saem desse grupo.

O Sabugo possui uma situação um pouco confusa. Houve na área, praticamente, uma regulamentação fundiária, e cada um ficou basicamente com a área que já lhe pertencia. Das 101 famílias que possuem lotes, 75% estão na situação acima, e as outras 25% foram colocadas ali na época da demarcação das áreas.

A receptividade dos posseiros tem sido a melhor possível. Fazemos visitas aos lotes, e também nas reuniões com eles deixamos bem clara nossa proposta de trabalho, e o nosso relacionamento vai se estreitando cada vez mais.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de município é inoperante, pois não desempenha nenhum trabalho dentro dos anseios da comunidade. O presidente está desacreditado, já possui treze anos de mandato, sem ter tido nenhum opositor, segundo ele.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paracambi foi criada em 1984 e dela fazem parte cerca de 50% dos posseiros da Fazenda do Sabugo. A participação dos associados é pequena.

Não há disputa de lideranças, não existem pseudo-líderes, não se encontram lideranças representativas. Ou melhor, as lideranças da área representam uma situação confusa, que é a própia situação do Sabugo.

Não existia até então, credibilidade em relação aos orgãos que atuam na área, como EMATER, MIRAD, Saúde Pública. Os agricultores do assentamento não acreditam em nada, realmente. Esperamos que, a partir de agora, através de um trabalho de base , com a nossa presença todos os dias na área, falando, reunindo as pessoas e esclarecendo os assuntos ao máximo, possamos conseguir uma mobilização maior da comunidade.

Em Paracambi, existe um Núcleo de Estudos Rurais,um convênio com a Prefeitura e a Fundrem,que tem feito um bom trabalho na área. Existe um projeto da Prefeitura na área rural, chamado Terra de Educar, que consiste na criação de um mercado para escoamento da produção da região, uma escola agrícola, ginásio de esportes e dependências para o NER, a Associação e a EMATER. Esperamos que não haja mudança de planos com a proximidade das eleições, e o novo prefeito continue avançando com a obra do projeto, que se encontra em fase inicial.

O domínio político é inexistente na área. As pessoas do lugar não têm ideologia política, não são filiadas a qualquer partido e não gostam de se reunir, estão cansadas, descrentes.

Necessário mesmo, é despertar a comunidade, porque a grande maioria não sabe pensar comunitariamente, e cada um tem seus próprios interesses.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A área da fazenda tem a sua topografia bem acentuada ; com muita área de preservação permanente. É necessário um trabalho de conscientização sobre desmatamento e conservação de solo.

Certas áreas têm problemas de acidez do solo, devendo ser corrigidas com o tempo.

A comunidade do Sabugo possui áreas de várzeas,na sua maioria com problemas de drenagem. Com o uso dessas áreas teremos boas respostas, pois estas tem um alto potencial para olericultura e rizicultura.

PROCESSO PRODUTIVO

O processo produtivo adotado pela comunidade é bem tradicional, com pouca tecnificação (baixa densidade de plantas , sem uso de adubação orgânica, entre outros) . Há uma grande necessidade de técnicas simples e alternativas, aproveitando os seus próprios recursos.

A cultura principal cultivada é a banana, tendo os cítricos, mandioca e olerícolas como culturas secundárias.

A comercialização é feita através de intermediários que vão buscar o produto na área.

RELAÇÃO EMATER X MIRAD

A relação até então, só se dava por contato telefônico.

No assentamento, só tivemos a visita da economista que trata do PROCERA e da técnica responsável que foi ao local em uma única vez, para tratar do Encontro de Olericultura de Nova Friburgo. Até o momento , não tivemos nenhuma visita de técnicos para esclarecer problemas de demarcação e conflitos na área.

A Emater tem se dedicado bastante dentro da área de assentamento, mas necessita demais de um verdadeiro trabalho em conjunto com o Mirad.

SAÚDE; EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO

Existem três escolas no assentamento: uma no Sabugo uma no Saudoso e outra no São José. A primeira funciona em dois turnos e tem 4 turmas; a segunda tem dois tunos e três turmas, e a terceira duas turmas e somente um turno, por ser de difícil acesso. As escolas pertencem ao município, e a coordenação e a orientação pedagógica vêm da secretaria municipal de educação, que possui um esquema de trabalho muito bem organizado.

A maioria dos posseiros é bem pobre, moram em casas pau-a-pique, os animais ficam soltos ao redor das casas, em muitos lotes. Existem casas de tijolo, construções melhores, mas em poucas se encontra saneamento básico e o conforto da luz elétrica.

As crianças são vacinadas, na maioria dos casos, somente em época de campanha. As pessoas têm muitas queixas sobre o serviço de saúde pública.

Na área de assentamento existem dois postos de saúde: um no Saudoso, com um agente de saúde diariamente e a visita de um médico duas vezes por semana ; e um no São José, também com o mesmo esquema. Os moradores do Sabugo usam os serviços do INPS, do sindicato e dos hospitais na sede do município. As Ações Integradas de Saúde não funcionam em Paracambi.

PROCERA

O PROCERA saiu para as famílias em março. O Sabugo recebeu apenas 125 OTN, visto que a área já possuía uma infra-estrutura montada.

Por um mal entendido entre o Mirad e o Banerj, o dinheiro saiu em duas parcelas: 62,5 OTN em março e 62,5 OTN em abril. A entrega da primeira parcela foi muito tumultuada . A segunda já saiu diretamente na agência bancária.

As outras 125 OTN estavam previstas para junho, mas foram adiadas para outubro. As 950 OTN só tem previsão para 1989.

Quanto aos agricultores, 53 pegaram o PROCERA numa 1ª fase, visto que havíamos chegado há poucos dias à área e os esclarecimentos do representante do Mirad não foram suficientes para orientar os agricultores.

Com o passar do tempo, mais 24 pessoas decidiram pegar o PROCERA e devem receber o dinheiro até a segunda quinzena de junho.

O restante do pessoal não pegou o PROCERA por receio em fazer dívidas(os mais carentes) ou por terem recursos próprios ou por desinformação (não moram no município).

Adélia L. da Silva

Maria Cristina Monteiro


CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ